UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

Gramaticalização das conjunções na história do português

por

Therezinha Maria Mello Barreto

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva

VOLUME II
TOMO 2

SALVADOR
1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

Gramaticalização das conjunções na história do português

por

Therezinha Maria Mello Barreto

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do Doutorado em Letras.

SALVADOR
1999

A Raul, meu esposo,
Tania, Rosana e George, meus filhos,
Camila, João Vitor e Carolina, meus netos.

Agradecimentos

Meu sincero agradecimento:

à Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, orientadora desta pesquisa, a quem devo sábias lições e, especialmente, o gosto pelos estudos diacrônicos, pela orientação firme e segura, pelo contínuo incentivo recebido, pela dedicação e, sobretudo, pela disponibilidade com que acompanhou cada etapa do trabalho;

aos Profs. Drs. Ataliba de Castilho e Ilza Ribeiro de Oliveira, pelas importantes sugestões fornecidas por ocasião do Exame de Qualificação;

à colega Profa. Rosauta Poggio pelo interesse e presteza na troca de materiais bibliográficos e pela tradução de alguns exemplos do latim;

às colegas Profas. Carlota da Silveira Ferreira e Vera Rollemberg pela detalhada e competente revisão do texto final;

à colega Profa. Dra. Tereza Leal pela orientação quanto às normas de indicação bibliográfica;

à colega Profa. Dra. Ana Rosa Neves Ramos, pela versão em francês do Resumo;

ao Prof. Dr. Shelley Andrade Souza, pela tradução de alguns exemplos do latim;

aos colegas, Professores do Setor de Língua Portuguesa, pelo apoio e incentivo recebidos;

à Profa. Dra. Célia Marques Telles, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBa, pelo competente e contínuo empenho para o sucesso dos cursos de Pós-Graduação, de cujo benefício estou usufruindo;

aos funcionários da Biblioteca de Letras, sempre disponíveis para a localização dos livros requisitados;

à jovem Helga Sant'Anna, pela cuidadosa digitação do material apresentado para o Exame de Qualificação;

à Maria Clara Sandes Seixas e Consuelo Maria Sandes, pelo esforço e interesse empreendidos na realização de um cuidadoso e eficiente trabalho de digitação desta tese.

Sumário

pág.

Siglas e abreviaturas 12

Resumo 17

Introdução 18

1. Metodologia 22
1.1 Escolha do *corpus* 22
1.2 Tratamento do *corpus* 24
1.3 Procedimentos adotados 25

2. Caracterização do *corpus* 27
2.1 Português arcaico 27
2.1.1 Texto não-literário
Foro Real de Afonso X 28
2.1.2 Textos literários
2.1.2.1 Textos de ficção 29
A lenda do rei Rodrigo 29
A Demanda do Santo Graal 30
2.1.2.2 Texto histórico
Crónica de D. Pedro 32
2.1.2.3 Texto pragmático
Dialogos de São Gregório 33
2.1.3 Texto de caráter epistolar
A Carta de Pero Vaz de Caminha 34
2.2 Português moderno 37
Séc. XVI
2.2.1 Textos Pragmáticos
João de Barros: *Cartinha* 37
Grammática da língva portvgvesa 37
Diálogo da viçiosa vergonha 37
Diálogo em lovvor da nóssa lingvágem 37
2.2.2 Texto histórico
As duas primeiras décadas da Ásia 38

2.2.3 Textos de caráter epistolar
Cartas de D. João III, Rei de Portugal 39
Cartas da corte de D. João III 40
Séc. XVII
2.2.3 *Cartas do Padre Antônio Vieira* 41
2.2.4 Textos de oratória sacra
Sermões da Quarta-feira de Cinzas 42
Sermão da Sexagésima 43
2.3 Português contemporâneo 46
2.3.1 Entrevistas (informante e documentador)
Português Fundamental/ Portugal 46
2.3.2 Diálogos entre informantes e documentadores
Projeto NURC/ Brasil .....
48

3. Revisão Bibliográfica 52
3.1 Funcionalismo .....
52
3.1.1 Funcionalismo/Formalismo: duas grandes correntes do pensamento lingüístico 52
3.1.2 Origem e definição 56
3.1.3 Gramática Funcional 61
3.1.3.1 Interface Sintaxe/ Semântica 62
3.1.3.2 Interface Sintaxe/ Texto 81
3.1.3.3 Interface Sintaxe/ Conversação 88
3.1.4 Concepções Básicas da Gramática Funcional 96
3.2 Gramaticalização
3.2.1 Gramaticalização: uma visão histórica 98
3.2.1.1 Gramaticalização e tipologia lingüística 101
3.2.1.2 Gramaticalização e mudança histórica 103
3.2.1.3 Gramaticalização e sintaxe conversacional 106
3.2.1.4 Outras abordagens no estudo da gramaticalização 111
3.2.2 O processo de gramaticalização 123
3.2.2.1 Sintaticização 124
3.2.2.2 Morfologização 129
3.2.2.3 Redução fonológica 130
3.2.2.4 Estágio zero 131
3.2.2.5 Alterações Semânticas: metáfora e metonímia 131
3.2.3 Princípios da Gramaticalização 133

3.2.4 Conclusão 140
3.3 As conjunções 142
3.3.1 As conjunções e as classes de palavras 142
3.3.2 Conjunções: do latim ao português
3.3.2.1 Conjunções no latim 166
3.3.2.2 Conjunções no português 170

4. Análise dos processos de gramaticalização das conjunções na história do português 179
4.1 Conjunções herdadas do latim e outras formações conjuncionais delas derivadas 184
4.1.1 E .....
184
4.1.2 Ca 193
4.1.3 Como 199
4.1.3.1 Como se ~ Como que 203
4.1.3.2 Como quer que 206
4.1.3.3 Como, em correlações 209
4.1.4 Ergo 209
4.1.5 Nem 213
4.1.6 Ou 216
4.1.7 Quando 219
4.1.8 Que 222
4.1.9 Se 228
4.1.9.1 Se bem → Se bem que 241
4.1.9.2 Senon... se 242
4.1.10 Vel 244
4.2 Conjunções provenientes de advérbios
4.2.1 De advérbios latinos 246
4.2.1.1 Mas 246
4.2.1.2 Pois 251
4.2.1.3 Scilicet 257
4.2.1.4 U 259
4.2.2 De advérbio português 263
4.2.2.1 Somente 263
4.3 Conjunções provenientes de preposições: 265
4.3.1 Conjunção proveniente de preposição latina: 265
4.3.1.1 Segundo 265
4.3.2 Conjunção proveniente de preposição da língua portuguesa:

4.3.2.1 Conforme 269
4.3.3 Conjunções provenientes da justaposição de preposições a pronomes ou uma forma verbal:
4.3.3.1 A preposição **com** 270
4.3.3.1.1 Conquanto 273
4.3.3.1.2 Contanto que 274
4.3.3.1.3 Contudo 276
4.3.3.2 A preposição **em** 278
4.3.3.2.1 Enquanto 282
4.3.3.2.2 Em tal que
Em tal caso que 284
4.3.3.2.3 Em tanto que → Tanto que ~ Tanto assim que 286
4.3.3.2.4 Entanto → No entanto 288
4.3.3.3 A preposição **entre** 290
4.3.3.3.1 Entre que 292
4.3.3.3.2 Entretanto 293
4.3.3.4 As preposições **per/por** 295
4.3.3.4.1 Pero/Porem 301
4.3.3.4.2 Por isso 312
4.3.3.4.3 Porquanto 315
4.3.3.4.4 Porque 318
4.3.3.4.5 Portanto 321
4.3.3.4.6 Por conseguinte 325
4.4 Conjunções formadas com a associação do **que ~ ca** 327
4.4.1 Conjunções de base adverbial
4.4.1.1 Ainda que 327
4.4.1.2 Almeos que 333
4.4.1.3 Ante
Ante que ~ ante ca 336
4.4.1.4 Assim que 340
4.4.1.5 Dementre que ~ dementres que ~ mentre que 343
4.4.1.6 Já que 346
4.4.1.7 Logo
Logo que 349
4.4.1.8 Macar que 352
4.4.1.9 Mesmo que 355
4.4.1.10 Primeiro que 356
4.4.1.11 Tanto que 358
4.4.1.12 Sol que 360

4.4.2 Conjunções de base preposicional 363
4.4.2.1 Apesar de que 363
4.4.2.2 Até que 365
4.4.2.3 Des que → Desde que
Desde quando 371

4.4.2.4 Fora que
Fora se 376
4.4.2.5 Para que 379
4.4.2.6 A que 381
4.4.2.7 Por mais que 387
4.4.2.8 Salvo que
Salvo se 388
4.4.2.9 Sem que 390
4.4.3 Conjunções de base verbal 391
4.4.3.1 Dado que 392
4.4.3.2 Posto que 393
4.4.3.3 Suposto que 395
4.4.3.4 Sendo que 396
4.4.4 Conjunções de base nominal 398
4.4.4.1 Conjunções de base nominal independente
4.4.4.1.1 Caso que → caso 398
4.4.4.1.2 Mercee que 401
4.4.4.2 Conjunção constituída de (Det + N) + que
4.4.4.2.1 Uma vez que 402
4.4.4.3 Conjunções constituídas de (Prep + Det + N) + que
4.4.4.3.1 À medida que 404
4.4.4.3.2 Ao tempo que
Ao passo que 405
4.4.4.3.3 De guisa que
De feição que
De forma que
De maneira que
De modo que
De sorte que 409
4.4.5 Conjunção com elemento pronominal
4.4.5.1 Cada que 413
4.5 Conjunção formada com a associação da conjunção **como**:
4.5.1 Assim como 417

4.6 Itens conjuncionais com elemento negativo 418
4.6.1 A não ser
A não ser que 418
4.7 Conjunções provenientes de sintagmas 420
4.7.1 Conjunção proveniente de um SN
4.7.1.1 Todavia 421
4.7.2 Conjunção proveniente de um SP
4.7.1.2 Embora 423
4.8 Correlações conjuncionais
4.8.1 Correlações formadas com **que ~ ca** 426
4.8.1.1 Adversativas
4.8.1.1.1 Non... que 427
4.8.1.1.2 Outro/outra... que 427
4.8.1.1.3 Sem... que 428
4.8.1.2 Alternativa
4.8.1.2.1 Que... que 428
4.8.1.3 Comparativas 428
De superioridade
4.8.1.3.1 Maior... ca ~ maior... que ~ maior do que 428
4.8.1.3.2 Milhor... ca ~ melhor... que 428
4.8.1.3.3 Mais... que ~ mais do que 430
De igualdade
4.8.1.3.4 Assi... que 430
De inferioridade
4.8.1.3.5 Menos que ~ menos... que ~ menos de que ~
menos... do que 431
4.8.1.3.6 Peor ca ~ pior... ca ~ pior... que 431
4.8.1.4 Correlações consecutivas
4.8.1.4.1 Ante... ca ~ antes... que 432
4.8.1.4.2 Quantos... que 432
4.8.1.4.3 Tal... ca ~ tão... que 432
4.8.1.4.4 Tanto... que ~ tal... que 433
4.8.1.4.5 Muito... que 433
4.8.1.4.6 Tamanho que ~ tamanha... que 433
4.8.1.4.7 Toda... que 434
4.8.1.4.8 Portanto que... que 434
4.8.2 Correlações formadas com **como** .....
436
4.8.2.1 Comparativas de igualdade

4.8.2.1.1 Tanto como... tanto como
Tam... como ~ Tão qual 436
4.8.2.1.2 Tal... como ~ Tal como 438
4.8.2.1.3 Assi... come 438
4.8.2.1.4 Tamanhas... como 439
4.8.2.2 Modais 439
4.8.2.2.1 Assi como... assi ~ assim como... bem assi 439
4.8.2.2.2 Como... assi ~ bem como... assi 439
4.8.2.2.3 Segundo como... assi 439
4.8.3 Correlações constituídas pela repetição de itens conjuncionais 441
4.8.3.1 Já... já 441
4.8.3.2 Nem... nem 442
4.8.3.3 Ou... ou 443
4.8.3.4 Ora... ora 444
4.8.3.5 Quando... quando 447
4.8.3.6 Quer... quer 448
4.8.3.7 Que... que 450
4.8.4 Correlações formadas por intensificadores ou por intensificadores e pronomes 451
4.8.4.1 Mais... quanto mais 451
4.8.4.2 Canta... mais 451
4.8.4.3 Quanto... tanto 452
4.8.4.4 Tanto... quanto ~ tanta quanto 455
4.8.5 Correlações conjuncionais com elemento negativo 456
4.8.5.1 Nã... canto mais 456
4.8.5.2 Non... que 457
4.8.5.3 Não só... mas também 457
4.8.5.3.1 Também... como 460
4.8.5.4 Não... senão 462

5 Avaliação Final 468
5.1 Processos de constituição das conjunções na história do português 468
5.2 Retomando as hipóteses iniciais 489

Résumé 492

Bibliografia 493

Anexos

Quadros

Glossário

Siglas e abreviaturas

(i) De obras do *corpus*

FR	Foro Real de Afonso X
Dem.	Demanda do Santo Graal
DSG	Diálogos de São Gregório
LRR	Lenda do rei Rodrigo
CDP	Crônica de D. Pedro
CC	Carta de Caminha
DLNL	Diálogo em louvor da nossa linguagem
DVV	Diálogo da viciosa vergonha
C	Cartinha
GLP	Gramática da língua portuguesa
CDJ III	Cartas de D. João III
CR	Cartas da Rainha
CJ	Cartas de Jaime
CIL	Cartas do Infante Luis
DA I	Década da Ásia (1º volume)
DA II	Década da Ásia (2º volume)
CT	Cartas de Theodosius
CM	Cartas Miscelâneas
CVM	Cartas de Vieira (Maranhão)
CVB	Cartas de Vieira (Bahia)
S4ªfC I	Sermão da 4ª feira de Cinzas, nº 1
S4ªfC II	Sermão da 4ª feira de Cinzas, nº 2
S4ªfC III	Sermão da 4ª feira de Cinzas, nº 3
SS	Semão da Sexagésima
PF	Português Fundamental
SP	Diálogo do Projeto NURC/ São Paulo
RJ	Diálogo do Projeto NURC/ Rio de Janeiro
Re	Diálogo do Projeto NURC/ Recife
POA	Diálogo do Projeto NURC/ Porto Alegre
SSA	Diálogo do Projeto NURC/ Salvador

(ii) De obras citadas pelos autores consultados:

Cic.	M. Tullius Cicero
Agr.	De lege agraria
Att.	Epistulae ad Alticum
Br. ou Brut.	Brutus de claris oratoribus
Cat.	In L. Catelinam orationes IV
Caecil.	In Caecilium divinatio
Caec. ou Caecin.	Pro A. Caecina oratio
Cael.	Pro M. Caelio
Clu.	Pro A. Cluentio Habito oratio
CM.	Cato Major, de sinectute
Dej.	Prorege Dejotaro
Div.	De divinatione
Fam.	Epistulae
Fin.	De finibus
Flac.	Pro L. Valerio Flacco
Font.	Pro M. Fonteio
Lae.	Laelius, de amicitia
Leg.	De legibus
Mil.	Pro O. Annio Milone
Nat.	De natura deorum
Off.	De officiis
Or.	Orator ad M. Brutum
De or.	De oratore
Par.	Paradoxa
Pomp.	Pro lege manilia de imperio Cn. Pompei oratio
Rep.	De re publica - libri VI
Sest.	Pro P Sestio
Tusc.	Tusculanae disputationes
Vat.	In P. Vatinum testen interrogatio
Verr.	In Verrem actio
Hor.	Q. Horatius Flaccus
Ep.	Epistulae
Epo.	Epodon liber
O.	Odarum seu carminum libri
P.	De arte poetica
S.	Satirae [Lejay, 1911]
Caes	C. Julius Caesar
G.	De bello Gallico (BG)
C.	De bello civili (C)
Catul.	C. Valerius Catullus
Liv.	T. Livius
Lucil.	C. Lucilius

Luc.	M. Annaeus Lucanus
Plin.	C. Plinius Secundus
Lucr.	T. Lucretius Carus
Hier.	Sophronius Eusebuis Hieronymus
Ezech.	Comm. in Ezechielem prophetam
Cypr.	Thascius Caecilius Cyprianus
Testin.	Ad Quirinum testimonia
Pl. ou **P.**	T. Maccius Plautus
Ca.	Captivi
Most.	Mostelaria
Nep.	Cornelius Nepos
Epam.	Epaminondas
Ter.	P. Terentius Afer
Haut.	Hautontimorumenos
Curc.	Curculio
Virg.	Virgilius
Enn.	Q. Ennius
An.	Annalium frg.
Com.	Palliatarum frg.
Praet.	Praetextarum frg.
Sat.	Saturarum frg.
Tac.	C. Cornelius Tacitus
Sall.	C. Salustius Crispus

(iii) De termos vários:

séc.	século
sécs.	séculos
ms.	manuscrito
mss.	manuscritos
lat.	Latim
ar.	árabe
arc.	arcaico

Convenções para a terminologia gramatical:

SN	sintagma nominal
SV	sintagma verbal
SA	sintagma adjetival
SAdv	sintagma adverbial
SP	sintagma preposicional
N	nome
adj.	Adjetivo
V.	verbo
num.	numeral
prep.	preposição
adv.	advérbio
pron.	pronome
ad.	aditiva
disj.	disjuntiva
alt.	alternativa
advers.	adversativa
concl.	conclusiva
expl.	explicativa
temp.	Temporal
caus.	causal
conc.	concessiva
cons.	consecutiva
fin.	Final
comp.	comparativa
cond.	condicional
prop.	proporcional
mod.	modal
int.	Integrante
art.	artigo
subs.	substantivo
pron. indef.	pronome indefinido
pron. rel.	pronome relativo
conj.	conjunção
coord.	coordenativa
sub.	subordinativa
corr.	correlação
masc.	masculino
fem.	Feminino
N.G.B.	Nomenclatura Gramatical Brasileira

Na indicação dos tempos e modos verbais foi adotada a representação acrográfica, utilizada por Câmara Jr. (1976:97); apenas o subjuntivo está indicado por Sb, e não Sb_2 e o imperativo por Ip e não Sb_1.

Id	Indicativo
Sb_1	Imperativo
Sb_2	subjuntivo
If	Infinitivo
Gd	gerúndio
Pa	particípio
Id Pr	presente do indicativo
Id Pt_1	pretérito imperfeito do indicativo
Id Pt_2	pretérito perfeito do indicativo
Id Pt_3	pretérito mais-que-perfeito do indicativo
Id Ft_1	Futuro do presente do indicativo
Id Ft_2	Futuro do pretérito do indicativo
Ip	Imperativo

Outras convenções

~	Indicador de variantes
>	dá origem a, hierarquização
<	é proveniente de
→	evoluiu para
‘ ’	Indicador do significado

Resumo

Gramaticalização das conjunções na história do português

Utilizando um *corpus* constituído por três sincronias distintas: o português arcaico - textos em prosa do século XIII ao XV; o português moderno - textos dos séculos XVI e XVII e o português contemporâneo - textos de língua falada - são analisados os processos de gramaticalização experimentados pelos 136 itens conjuncionais encontrados. A orientação teórica da pesquisa, funda-se no funcionalismo lingüístico e parte da idéia central de que a língua é usada para satisfazer necessidades comunicativas. Tomando por base a hipótese do localismo de J. Lyons, a teoria do deslizamento semântico de B. Heine, U. Claudi e F. Hunnemeyer e as idéias desenvolvidas por S. Svorou a respeito da codificação e expressão das relações espaciais em várias línguas, procura-se analisar a trajetória empreendida por cada item conjuncional, identificando a causa da mudança de conteúdo semântico, como resultante de processos metonímicos responsáveis pela reanálise dos enunciados em que as formas lingüísticas se inserem, como resultante de processos metafóricos de associação de idéias, como provenientes de implicaturas conversacionais ou de processos meramente analógicos. A análise de tais processos permite indicar qual o mais produtivo para a constituição das conjunções da língua portuguesa.

Introdução

O estudo da gramaticalização não é recente. Os processos de gramaticalização têm sido, entretanto, no decorrer dos anos, alvo de interpretações diversas.

Gramaticalização é um processo histórico, uma mudança que acarreta conseqüências para as categorias morfológicas da língua e, em extensão, para a sua gramática. É o estudo de formas gramaticais como entidades em processo e não como entidades estáticas. É, como afirmou Meillet, em 1912, *a atribuição do caráter gramatical a uma forma anteriormente autônoma*.

Várias denominações têm sido dadas à gramaticalização, tais como: reanálise, apagamento semântico, esvaimento semântico, condensação, redução, termos empregados como sinônimos ou quase sinônimos, embora se refiram, alguns deles, a apenas certas características sintáticas ou semânticas do citado processo.

É ainda utilizado como sinônimo de gramaticalização o termo gramaticização, empregado, inicialmente por Hopper (1991), para indicar um movimento contínuo em direção à estrutura. Traugott e Heine (1991) atribuem a existência dos termos gramaticalização e gramaticização às diferentes abordagens utilizadas nos estudos sobre o assunto. Segundo os referidos autores o termo gramaticização seria adotado pelos que defendem a abordagem sincrônica e o termo gramaticalização diria respeito ao enfoque diacrônico. Parece entretanto não ser observada esta distinção e ser o termo gramaticalização, o mais empregado e conhecido.

Estudar a gramaticalização é detectar a mudança dos itens lexicais ou mesmo gramaticais, a modificação por eles experimentada na forma, no sentido, no comportamento sintático, uma vez que se refere, tradicionalmente, a um processo de mudança que consiste na passagem de um item lexical a um item gramatical ou na passagem de um item menos gramatical a um item mais gramatical. Mais recentemente, alguns autores incluem também, no âmbito da gramaticalização, padrões oracionais e discursivos, bem como a ordem das palavras nas sentenças.

A gramaticalização pode ser percebida na variação sincrônica e na mudança diacrônica. Encarada como um fenômeno diacrônico, a gramaticalização investiga a origem das formas gramaticais e as mudanças por elas experimentadas no decorrer do tempo. Encarada como fenômeno sincrônico, a gramaticalização diz respeito às mudanças ocorridas em situações reais de comunicação.

Nesse ponto, especificamente, a gramaticalização se insere no âmbito dos estudos do funcionalismo e tenta explicar as formas da língua como resultante do uso, como provenientes de necessidades específicas, surgidas no momento da interação verbal. Assim é, pois, no funcionalismo contemporâneo, o conceito de gramaticalização: um fenômeno associado à concepção de gramática como estrutura maleável, sempre emergente.

A orientação funcionalista admite a existência de dois sistemas de regras: as que governam a constituição das expressões lingüísticas e as que são responsáveis pelos padrões de interação verbal.

Como explica Hopper (1996:228), as pesquisas sobre a gramaticalização se baseiam em duas direções que, embora distintas, complementam-se:

(i) a lexical-etimológica que tenta descobrir e classificar as possíveis fontes e trajetórias das formas gramaticais;

(ii) a do discurso/texto que analisa a conversação natural, com o objetivo de explicar a estrutura gramatical, através de dados reais. A primeira, segundo o referido autor, explica o que é a gramaticalização; a segunda, como ela ocorre.

Após haver analisado, na Dissertação de Mestrado, intitulada *Conjunções: aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português* os processos de coordenação e subordinação, as datas de aparecimento e desuso dos itens conjuncionais encontrados no *corpus* consultado e a constituição dos mesmos, isto é, de ter procurado detectar que classes gramaticais contribuíram para a formação das conjunções da língua portuguesa, parte-se agora, para o estudo, num *corpus* bem mais abrangente, dos processos de gramaticalização experimentados por cada um dos itens conjuncionais encontrados, no sentido de explicar a trajetória de mudança empreendida por cada um.[1]

A presente pesquisa segue a primeira direção citada por Hopper, isto é, a direção lexical-etimológica e, na tentativa de explicação das mudanças experimentadas por cada item conjuncional em estudo, vai buscar a origem de cada um, acompanha-o, através dos séculos, até o momento atual, verificando os fenômenos ocorridos e tentando apontar fatores que possam ter contribuído para que uma específica forma tenha empreendido uma ou outra trajetória de mudança.

A orientação básica funda-se no funcionalismo lingüístico; procura testar em cada item estudado as propostas de gramaticalização e, nos casos mais avançados da mudança, as propostas de discursivização.

---

[1] Serão englobadas na denominação genérica de **itens conjuncionais**, conjunções, locuções conjuntivas e correlações conjuncionais.

Cientes de que apenas o aspecto sintático não é o suficiente para o desenvolvimento do estudo em questão, foram, assim, levados em conta aspectos semânticos e discursivos.

Com base nas leituras efetuadas e nos dados obtidos na pesquisa anterior, foram formuladas as seguintes hipóteses que serviram de ponto de partida para a realização da pesquisa:

1. (quase) todas as conjunções portuguesas são oriundas da reinterpretação de outras classes gramaticais, ocorrida, ainda no latim ou já na própria língua portuguesa;

2. no processo de gramaticalização das conjunções está sempre presente a crescente abstratização mas, nem sempre, a trajetória:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO.

3. os processos de gramaticalização experimentados pelas conjunções não atingem apenas itens isolados mas grupos de itens conjuncionais, isto é, determinados processos atingem um determinado grupo, enquanto outros se referem a outro conjunto de elementos.

A pesquisa acha-se organizada em cinco capítulos: o primeiro, intitulado **Metodologia** apresenta as normas estabelecidas para a realização da pesquisa, os procedimentos adotados no decorrer do trabalho e os fatores que determinam a escolha do *corpus*; o segundo - **Caracterização do *corpus*** - fornece os dados básicos necessários ao conhecimento de cada obra componente do *corpus* utilizado; o terceiro - **Revisão bibliográfica** - subdivide-se em três partes - 1. a que especifica o que é Funcionalismo, estabelece um confronto entre o Funcionalismo e o Formalismo, e apresenta os princípios básicos da Gramática Funcional; 2. a que define a Gramaticalização, apresentando uma visão histórica dos estudos sobre a mesma; 3. a que localiza as conjunções entre as demais classes de palavras e tece considerações sobre as conjunções latinas e as portuguesas; o quarto - **Análise dos processos de gramaticalização na história do português** - após uma breve revisão dos conceitos básicos dos vários processos que caracterizam a gramaticalização, apresenta a análise de cada um dos 136 itens conjuncionais encontrados no *corpus*, subdivididos de acordo com a constituição morfológica que apresentam; o quinto capítulo - **Avaliação Final** - fornece a síntese dos dados analisados, especificando que processos têm

sido mais ou menos produtivos, para a constituição das conjunções portuguesas.

O trabalho contém ainda um volume intitulado **Anexos** que apresenta, em quadros, as conjunções coordenativas, subordinativas e as correlações conjuncionais encontradas no *corpus*, nas diversas obras dos vários séculos e, especificamente, em cada século, e um Glossário, que serviu de base à realização do trabalho, com o levantamento dos itens conjuncionais e sucintas informações sobre cada um deles.

1 Metodologia

1.1 Escolha do *Corpus*

Os documentos que constituíram o *corpus* desta pesquisa e que serão identificados em seguida pertencem a três sincronias distintas: português arcaico (sécs. XIII a XV, até 1500), português moderno (sécs. XVI e XVII) e português falado contemporâneo (segunda metade do séc. XX).

A pesquisa se concentrou, inicialmente, no primeiro período documentado do português, ou seja, o período arcaico, época em que ainda não haviam sido explicitadas as "normas" para a escrita e no início do período moderno, para outros, denominado período clássico, em que se começa a estabelecer a normativização, partindo do pressuposto de que, nesse período histórico, a língua ainda não teria sedimentado regras para uma escrita normativizada, permitindo, assim, flagrar processos da gramaticalização das conjunções, os quais são mais difíceis de serem atestados na norma. Nessa mesma perspectiva e expectativa, partiu-se para a análise da transcrição de textos orais do português contemporâneo, no intuito de observar processos de gramaticalização em andamento que poderiam estar ou não repetindo procedimentos anteriormente utilizados e, desse modo, fornecer dados importantes à pesquisa. Esse foi o motivo pelo qual não foram tomados textos escritos dos sécs. XVIII e XIX, período em que já havia uma normativização explícita para a escrita do português.

Para o português arcaico, foram analisados: 1. os textos que constituíram o *corpus* que serviu de base à pesquisa anterior, já citada: *Conjunções: aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português*, dissertação de mestrado, apresentada à Universidade Federal da Bahia, em abril de 1992, na qual foram analisados os processos morfossintáticos formadores das conjunções e destacados o comportamento sintático e as características formais ou semânticas específicas de cada um dos itens conjuncionais detectados nos textos analisados; 2. a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, documento datado de 1500 e, portanto, de uma fase de transição entre o português arcaico e o moderno.

Uma vez que se optou por conservar para o português arcaico, proprimente dito, o mesmo *corpus* da pesquisa anterior, não foi feito nenhum acréscimo, continuando o *corpus* a ser constituído pelos seguintes documentos: *Foro Real, de Afonso X* - séc. XIII, *Lenda do rei Rodrigo* - séc. XIV, *Crônica de D. Pedro* - séc. XV (consultados na íntegra), *Demanda do Santo Graal* - séc. XIII (para o qual havia sido feita uma seleção de capítulos, tendo-se o cuidado de observar que as páginas

percorridas cobrissem o total do texto e perfizessem um número de páginas, mais ou menos equivalente ao dos demais textos) e *Diálogos de São Gregório* - séc. XIV (consultado através dos dados obtidos por Mattos e Silva, para a sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo - 1971 - os quais deram origem a um estudo lingüístico descritivo da gramática trecentista, publicado na sua obra *Estruturas Trecentistas* - 1989a)[1].

A esses, foi apenas acrescentada a *Carta de Caminha*, por ser, como já foi especificado, um texto de transição entre o período arcaico e o período moderno da língua e, por esta razão, importante para a observação dos fatos lingüísticos.

Embora os textos de caráter epistolar sejam, normalmente, textos não-literários, preferiu-se considerar o texto do português arcaico, desse tipo, consultado para esta pesquisa, isto é, a *Carta de Caminha*, como pertencente a um grupo à parte, uma vez que, apesar de ser um texto informativo, possui um certo teor literário.

Os textos do português moderno, entretanto, foram indicados sem a caracterização de literários ou não, uma vez que há, em cada grupo, textos mais ou menos literários, mais ou menos informativos, mais ou menos pragmáticos.

Somados à *Carta de Caminha*, os textos da fase arcaica do português perfizeram um total de 15.119 linhas e foram de tipos diversos, incluindo textos literários e não-literários, dos gêneros: jurídico, histórico, pragmático, de ficção e de caráter epistolar.

Critério semelhante foi adotado na escolha do *corpus* para o português moderno que foi constituído também de textos de tipos diversos dos sécs. XVI e XVII, literários ou não, dos gêneros pragmático, histórico, de caráter epistolar e de oratória sacra: *Cartinha*, *Gramática da língua portuguesa, Diálogo da viciosa vergonha* e *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros - 1540 (consultados na íntegra), *Décadas da Ásia* - 1552, 1553 - também de João de Barros (1º e 2º volumes, - mil linhas de cada), *Cartas de D. João III*, rei de Portugal - 1535-1554, *Cartas da corte de D. João III* - 1535-1554 (também consultadas na íntegra). Para

[1] Relação dos capítulos consultados da *Demanda do Santo Graal*

Caps. :	1 a 10	20 a 30	40 a 50	60 a 70		
	80 a 85	95 a 100	105 a 110	120 a 125	135 a 140	
	145 a 150	170 a 175	195 a 200	220 a 225	245 a 250	
	270 a 275	295 a 300	320 a 325	345 a 350	370 a 375	395 a 400
	420 a 425	445 a 450	470 a 475	495 a 500	520 a 525	545 a 550
	570 a 577	587 a 492	602 a 607	617 a 622	632 a 637	
	647 a 657	667 a 677	687 a 697	707 a 717		

Total: 207 capítulos

o séc. XVII, *Cartas do Pe. Antônio Vieira* (escritas no Maranhão e na Bahia 1646 a 1648 e 1682 a 1697, respectivamente), *Sermões da Quarta-feira de cinzas* e da *Sexagésima* (todos consultados na íntegra). Somados, esses textos perfizeram um total de 28.996 linhas, sendo 11.448, dos textos do séc. XVI e 17.548, dos textos do séc. XVII.

Para a análise do português falado contemporâneo, foram escolhidas tanscrições de diálogos do português de Portugal e do português do Brasil. Para o português de Portugal, foi tomado um *subcorpus* de 140 entrevistas selecionadas entre as 1400 que constituíram o *Corpus* de Freqüência do Português Fundamental. Para o português do Brasil, foram tomadas 30 entrevistas, do Projeto NURC/Brasil – *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta* –, com duração média de 45 minutos cada, sendo seis de cada cidade contemplada pelo Projeto – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, S. Paulo e Porto Alegre –, duas de informantes de cada faixa etária analisada, uma de informante do sexo masculino e uma de informante do sexo feminino. A soma das linhas de todas as transcrições analisadas foi de 22.274 linhas.

A preocupação que dirigiu a pesquisa foi a de verifcar não o emprego quantitativo dessa ou daquela conjunção, mas o de detectar as diferentes formas dos itens conjuncionais através do tempo, a sua distribuição, o comportamento sintático, o seu desaparecimento ou conservação na língua, enfim, os processos de gramaticalização verificados.

Foram analisados, além dos 3.158 períodos da pesquisa anterior, 62 períodos da *Carta de Caminha* e mais 3.652 períodos (1.411, em textos do séc. XVI, 1.640 em textos do séc. XVII e 601 em transcrições de textos orais) que, juntos, apontaram a existência de 136 itens conjuncionais:

24 itens coordenativos
71 itens subordinativos
41 correlações conjuncionais

Para os textos de língua falada, foram considerados períodos, além dos claramente marcados pela pontuação nas transcrições, as unidades comunicativas iniciadas, às vezes, por tomadas de turno.

1.2 Tratamento do *corpus*

Uma vez detectadas as conjunções presentes em cada texto, procedeu-se a um estudo analítico das mesmas.

Inicialmente, foi feito o levantamento das conjunções empregadas em cada obra. Em seguida, as conjunções encontradas foram reunidas em tabelas representativas do conjunto de itens conjuncionais de cada obra

consultada e dos diferentes períodos: arcaico, moderno e contemporâneo (cf. Anexos).

A análise das tabelas permitiu pressupor, de imediato, a época do aparecimento e desuso de cada item conjuncional e as modificações sofridas, no decorrer do tempo, no que se refere à sua forma ou valor semântico.

Reunidas as novas informações obtidas com as já registradas na pesquisa anterior, foi elaborado um glossário, com informações sucintas sobre todas as conjunções encontradas (cf. Anexos).

Só então, partiu-se para uma pesquisa em dicionários etimológicos, em gramáticas do português arcaico ou das línguas românicas, em glossários ou estudos especializados sobre essa ou aquela conjunção, com o objetivo de verificar os processos de gramaticalização ocorridos e interpretá-los no contexto das teorias funcionalistas sobre o assunto.

1.3 Procedimentos adotados

1.3.1 devido ao fato de que poucas pessoas estão, hoje, familiarizadas com o português do passado, optou-se por comprovar, tanto quanto possível, através de exemplos, as afirmações feitas;

1.3.2 para maior facilidade de apreensão das relações estabelecidas pelos diversos conectores, os exemplos, na maior parte das vezes, foram citados na íntegra;

1.3.3 foi observada a pontuação adotada pelos editores das obras que compõem o *corpus*;

1.3.4 a localização dos exemplos foi feita imediatamente após a citação dos mesmos e consta das iniciais ou abreviatura da obra consultada, seguida do número do capítulo, ou, no caso das cartas, do número da carta e do número das linhas em que se encontram; nas obras não divididas em capítulos, está indicada, após as iniciais da obra, o número das linhas. O mesmo procedimento foi adotado para os diálogos do Projeto NURC/Brasil e do Português Fundamental, estando os primeiros indicados pela abreviatura do Estado em que foram gravados e os últitmos, pelas iniciais correspondentes, seguidas do número do informante e das linhas em que se encontram. Para os exemplos dos *Diálogos de São Gregório*, entretanto, uma vez que a obra não foi consultada diretamente, conservou-se também como na pesquisa anterior, a indicação adotada por Mattos e Silva, a qual inclui três números separados por pontos: o primeiro,

correspondente ao livro dos *Diálogos*, o segundo, à história do livro e o terceiro, ao período em que se encontra o item em estudo. Uma vez que as obras *Demanda do Santo Graal* e *Diálogos de São Gregório* possuem as mesmas iniciais, foi adotada para a *Demanda*, a abreviatura *Dem*., sendo os *Diálogos de São Gregório* indicados pelas iniciais DSG.

1.3.5 foi efetuada, como na pesquisa anterior, a inserção do tipo "conjunções modais"[2], por ter-se verificado o caráter especificamente modal de relações estabelecidas por determinados itens conjuncionais e incluída uma terceira subclasse de conectores, a das "correlações conjuncionais", pela idiossincrasia de determinados itens conjuncionais que, estabelecendo relações de coordenação ou subordinação, estão sempre correlacionados a termos da oração precedente. A denominação de subclasse deve-se ao fato de que, sendo as conjunções, elementos de uma determinada classe de palavras, as conjunções coordenativas, as subordinativas e as correlações conjuncionais constituem três grupos componentes dessa classe, logo três subdivisões.

1.3.6 nas referências bibliográficas, foram adotadas as normas da ABNT, com algumas adaptações.

[2] A Nomenclatura Gramatical Brasileira, recomendada pela Portaria nº 36 do Ministério da Educação e Cultura, de 28.01.1959, exclui do rol das conjunções, o tipo modal. As chamadas, anteriormente, conjunções modais *como, bem como, assim como* passaram a figurar como conjunções comparativas; *como* também foi incluída no rol das conjunções conformativas, ao lado de *conforme, consoante, segundo* e *ainda como*. Entretanto, nota-se uma certa incoerência por parte dos gramáticos, pois embora afirmem que as orações subordinadas adverbiais devem ser classificadas e nomeadas de acordo com a relação expressa pelo item conjuncional que as introduz, sem que admitam conjunçõs modais, denominam orações subordinadas adverbiais modais, certas orações introduzidas por *sem que*, onde é evidente uma relação de modo.
Talvez, por essa razão, Kury (1961) conserve na classificação das conjunções subordinativas, ao lado das conformativas e proporcionais, introduzidas pela N. G. B., o tipo modais, onde inclui a conjunção *sem que.*
Tendo em vista:
1. existirem relações típicas de modo;
2. poderem as conjunções *como, bem como e assim como* expressar relações de comparação ou modo;
3. ser a relação de modo, bastante freqüente no português arcaico;
4. ser o rol das conjunções modais, no português arcaico e no contemporâneo, bastante expressivo, optou-se por incluir a classe das conjunções modais, como ocorria, antes de ser adotada a N. G. B.

2 Caracterização do *Corpus*[1]

Como já foi especificado anteriormente, foram analisados, para esta pesquisa, os itens conjuncionais em três sincronias distintas:

1) Período Arcaico ou Medieval da língua portuguesa - textos dos sécs. XIII a XV (até 1500);
2) Período Moderno[2] - textos dos sécs. XVI (a partir de 1540) e XVII;
3) Período Contemporâneo - diálogos entre informantes e documentadores (DIDs) do Projeto NURC/ Brasil e entrevistas do *Corpus* de Freqüência do Projeto do Português Fundamental.

2.1 Português arcaico

Os textos do português arcaico consultados, literários ou não, foram escritos originariamente em português ou traduzidos de outras línguas, já que a documentação remanescente em prosa, do período arcaico da língua portuguesa, é assim constituída.

Os documentos não-literários começaram a aparecer, em português, a partir das primeiras décadas do séc. XIII e são cartas reais, cartas privadas, leis gerais e leis locais, essas últimas classificadas como forais ou foros breves e foros ou costumes. A documentação não-literária remanescente é, pois, de extrema importância, uma vez que é proveniente da chancelaria real e de notários do reino, o que possibilita o conhecimento do dialeto jurídico da corte e também de outros dialetos com características regionais ou sociais, permitindo ainda uma visão mais completa da primeira fase histórica documentada da língua portuguesa.

A prosa literária é classificada por Mattos e Silva (1989a:28), em textos de ficção, textos históricos e textos pragmáticos cujo objetivo é a transmissão de conhecimentos ou a educação religiosa, moral e física.

Foram, assim, consultados, para o português arcaico:

---

[1] O termo *corpus* é empregado para significar o conjunto de documentos analisados, pertencentes às três distintas sincronias.

[2] Apesar de alguns autores, como Lindley Cintra e Pilar Vasquez Cuesta, considerarem um período clássico na língua portuguesa, que se estende de 1550 até o séc. XVIII, quando tem início o período moderno, preferimos adotar a periodização apontada por Leite de Vasconcelos, Silva Neto e Mattos e Silva e considerar o séc. XVI, como o ponto de partida de um novo período na história da língua portuguesa, marcado por uma série de fatos extralingüísticos importantes, tais como o surgimento da imprensa, a expansão imperialista portuguesa no mundo, o aparecimento de uma normatização gramatical, a partir de 1536 e o ensino da língua portuguesa nas escolas, ao lado do latim, fatores que, provavelmente, determinaram mudanças lingüísticas importantes. (cf. Mattos e Silva 1991:19).

2.1.1 Texto não-literário

Foro Real de Afonso X

O *Fuero Real*, conjunto de leis que visavam à obtenção da unidade jurídica do reino espanhol, foi compilado a mandado do rei da Espanha, Afonso X, o Sábio, e concluído, segundo o professor Jerry Craddock, em 25 de agosto de 1255 (*apud* Ferreira, 1987:98, v. I). Destinava-se a ser outorgado primeiramente a determinadas regiões que não tinham foros e, em seguida, a substituir os foros já existentes em outras regiões, a fim de tornar-se geral a todo o reino. Entretanto, os resultados imediatos não corresponderam aos objetivos propostos e só por volta de 1340, o *Fuero Real* passou a ser considerado o código geral da nação espanhola.

Ignora-se a história do manuscrito português. Da versão portuguesa do *Fuero Real* existe um manuscrito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: é o códice nº 4, do maço 6º dos *Forais Antigos*, onde se encontram: uma certidão do *Foral Latino* de 1449; a versão portuguesa das *Flores de las leys* ou *Flores de Derecho*; a tradução portuguesa do *Foral da Guarda*; foros, costumes ou estatutos municipais; a transcrição de várias leis portuguesas anteriores a 1273; a versão portuguesa da *Summa de los nueve tiempos de los pleitos*; uma lei de D. Dinis, escrita em latim; a versão portuguesa do *Fuero Real* de Afonso X; uma cópia da *Lei da Avoenga*, de D. Afonso III.

A tradução do *Fuero Real* parece ter sido feita logo em seguida à sua elaboração em castelhano, entretanto os autores divergem quanto à data proposta para o documento. Segundo Josef Cornide, autor da transcrição da Primeira e Terceira Partidas de Afonso X, a tradução portuguesa do *Fuero Real* é do séc. XIV.

Alexandre Herculano afirma que o códice em que se insere o *Foro Real* parece remontar ao séc. XIII, baseando-se no fato de ter sido nele intercalada uma lei de D. Dinis, datada de 24 de agosto de 1282. Carolina Michaëlis chama atenção para a grafia do códice que é semelhante à do *Cancioneiro da Ajuda*. Professor Paulo Merêa conclui, enfim, poder fixar a data do documento entre 1273 e 1282, com o que concordam o Professor Luís Felipe Lindley Cintra, Alfredo Pimenta e, mais recentemente, o Professor Braga da Cruz (*apud* Ferreira, 1987:13).

Trata-se de uma versão elaborada, ao que parece, no reinado de D. Afonso III, de Portugal, genro de Afonso X. O motivo da existência de uma tradução portuguesa é desconhecido, contudo, o fato de existir um texto jurídico em terras vizinhas a Portugal, que até o momento não possuía nenhum documento desse tipo, e o grau de parentesco entre os reis

das duas nações podem ter sido as causas da tradução, para a nossa língua, dessa obra do rei Sábio.

Desconhece-se por quem e a mandado de quem tenha sido realizada a tradução. Parece, entretanto, não ter o códice e, conseqüentemente, o *Foro Real* aí incluído, chamado a atenção dos cronistas e historiadores portugueses, uma vez que não lhe fazem referências nas suas obras.

A edição crítica utilizada para estudo foi a de José de Azevedo Ferreira (Edição e Estudo Lingüístico), em dois volumes, publicada em 1987, pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, de Lisboa.

2.1.2 Textos literários

2.1.2.1 Textos de ficção[3]

A lenda do rei Rodrigo

Escrita originalmente em árabe, provavelmente no séc. X, essa lenda que relata a história criada em torno do último rei godo, parece ter sido muito divulgada nos séculos seguintes. É um trecho da *Crônica do mouro Rasis*, um dos historiadores da Espanha muçulmana, e encontra-se inserida num documento mais extenso, histórico, a *Crônica Geral de Espanha de 1344 - a mais antiga crônica medieval da tradição afonsiana, cujo texto completo chegou até nós* (Lindley Cintra 1964:9).

Acredita-se ter sido a *Lenda* traduzida para o português, antes de 1315, a mandado de D. Dinis, por Mestre Mafamede e redigida por Gil Peres, um dos trovadores do cancioneiro galego-português. O manuscrito mais antigo remanescente, entretanto, data da primeira metade do séc. XV.

A edição tomada para estudo foi a edição crítica do professor Luís Felipe Lindley Cintra (1964), publicada pela Editorial Verbo.

A lenda do rei Rodrigo, como mostra o professor Lindley e Cintra, no prefácio da supracitada edição, foi amplamente divulgada e apresentada em obras de historiadores, poetas, novelistas e dramaturgos espanhóis, portugueses, franceses, italianos, ingleses e alemães.

Em cada um desses autores, entretanto, é diferente o modo de transmissão do assunto e a maneira como foi recriado.

---

[3] A palavra **ficção** é proveniente do latim **fictione** (m), de **fingere**, que significa **modelar**, **compor**, **imaginar**, **fingir**. Como sinônimo de **imaginação** encerra o próprio núcleo do conceito de literatura: "ficção por meio da palavra escrita" (Massaud Moisés 1974). O termo ficção foi empregado, nesta pesquisa, para caracterizar obras em que o elemento maravilhoso está presente, o qual pode ser definido como "tudo que desencadeia a admiração pela surpresa". Tem-se, assim, na *Demanda do Santo Graal*, o **maravilhoso_cristão**, evidente na ocorrência de fatos miraculosos, e, na *Lenda do Rei Rodrigo*, o **maravilhoso fantástico**, o qual busca, no irreal, a explicação para fatos reais.

Inicialmente, por volta de 1430, o fidalgo espanhol, Pedro de Corral, tomou a iniciativa de isolar da *Crônica do mouro Rasis*, o reinado do rei Rodrigo e, baseado nesse texto, escreveu uma longa novela, com novos episódios, ora inspirados nas novelas de cavalaria, ora referentes a Pelaio, primeiro rei das Astúrias.

Nos sécs. XVI e XVII, o texto de Corral foi abundantemente utilizado pelos historiadores, aparecendo até mesmo na obra do grande Lope de Vega.

No início do séc. XIX, três grandes poetas ingleses, Robert Southey, Walter Scott e Landor, retomaram, simultaneamente, a *Lenda do rei Rodrigo*, como assunto de obras de características diversas. Também na França, em 1821, o irmão de Vitor Hugo, Abel Hugo, publicou um Romanceiro em que narra a história do *rei de Espanha*, *Dom Rodrigo*.

Três grandes representantes do romantismo espanhol abordaram o tema em seus poemas ou dramas. O mesmo foi feito pelo teatro alemão que, ainda em 1861, estreava em Turim, o drama romântico intitulado: *Don Rodrigo, ultimo re dei Visigoti*, de Angelo de Gubernatis.

No livro *Eurico, o Presbítero* (1844), Alexandre Herculano apresenta um comovido relato da queda do império dos visigodos. O Rodrigo de Herculano, contudo, já pouco tem a ver com o Rodrigo de Gil Peres.

Do exposto, pode-se concluir que a *Lenda do último rei dos visigodos*, tornou-se, praticamente, um tema comum da literatura européia ocidental.

A Demanda do Santo Graal

Conforme afirma o Professor Ivo de Castro, na introdução da edição crítica consultada (a de Joseph Maria Piel, concluída por Irene Freire Nunes, em 1989), no séc. XIII, os grandes romances narrativos em verso foram vertidos em prosa e reunidos em conjuntos de vastas dimensões. Um exemplo desse tipo de reunião de textos é o da *História do Santo Graal*, de origem francesa, cujas inúmeras narrativas se organizaram nos grossos volumes da chamada *Vulgata*.

Composta entre 1215 e 1230, a versão da *Vulgata* contém cinco romances, o primeiro dos quais é a *História do Santo Graal*. Pouco após a sua redação, uma remodelação foi empreendida, visando a eliminar ou atenuar o choque das ideologias profanas e espirituais nela encontradas. O novo ciclo, denominado de *Post-Vulgata*, e escrito entre 1230 e 1240, foi constituído apenas por três romances de dimensões semelhantes.

Tudo indica que houve, na Península Ibérica, uma tradução única e integral do *Romance do Santo Graal Post-Vulgata*, compreendendo o

Livro de José de Arimatéia, um *Merlin e Suite du Merlin* e, finalmente, a *Demanda*. O tradutor parece ter sido Frei Joam Vivas, personagem do tempo de Afonso III e freqüentador assíduo da sua corte. Supõe-se ter sido o texto original trazido para a Península Ibérica, em 1245, poucos anos após a redação francesa.

Do ciclo do Graal chegaram até nós a tradução da *Demanda do Santo Graal*, mas em versão do séc. XV, muito possivelmente traduzida do original francês, do séc. XIII, e o *José de Arimatéia*, em cópia que se situa entre 1527 e 1536. Desse último, há um resumo no livro de Vespasiano, traduzido do espanhol e divulgado em Portugal, ao que parece, desde o séc. XV (Mattos e Silva 1989:29).

Da outra obra que completa o conjunto do *Graal*, o romance do *Merlin*, sabe-se que foram feitas duas prosificações, uma intitulada *Merlin*, integrada no ciclo da *Vulgata* e outra conhecida por *Suite du Merlin*, extensão da primeira, destinada ao ciclo da *Post-Vulgata*. A existência de um Livro do Merlin, na literatura portuguesa medieval, infere-se, como afirma Castro (1993), do que está explícito no *Livro de José de Arimatéia*. Quanto à versão portuguesa da *Suite du Merlin*, segundo o referido autor, sabe-se da existência de um códice, contendo pelo menos o texto escrito em português, no início do séc. XIV, graças à descoberta, por Amadeu J. Soberanas, na Biblioteca da Catalunha, de alguns fragmentos de fólios dele provenientes.

A *Demanda*, que constitui uma das mais expressivas sínteses do idealismo medieval, é a busca da graça, da união com Deus, pela purificação interna. Parece ter sido o seu conteúdo condizente com o espírito místico da época, um dos motivos que contribuíram para a preservação do texto (Pimpão 1959:15). O fato de ter sido traduzida em português e castelhano, não deixa dúvidas a respeito da importância que lhe era atribuída.

Discute-se a prioridade do texto português em relação ao castelhano, uma vez que a coincidência segura dos dois textos demonstra que um deles corresponde a uma tradução do outro.

Em 1930, Rodrigues Lapa, após um minucioso estudo de confronto dos três textos, o francês, o português e o espanhol, afirmou a indiscutível anterioridade do texto português, sobre o qual teria sido realizada a tradução para o espanhol. Também Carolina Michaëlis já declarara ser o texto português uma excelente tradução do francês, enquanto que a versão castelhana, não raramente, *demonstra um imperfeito conhecimento das delicadezas da nossa língua* (*apud* Lapa 1965:232).

O que importa, realmente, para esta pesquisa, entretanto, é que se trata de um documento do séc. XIII, traduzido de uma outra língua para o português, cuja versão conhecida data do séc. XV.

A edição crítica utilizada para este trabalho, como foi dito anteriormente, foi iniciada por Joseph Maria Piel, interrompida em 1934, com a extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra, e concluída em 1988, por Irene Freire Nunes.

2.1.2.2 Texto histórico

Crónica de D. Pedro, de Fernão Lopes[4]

A prosa histórica, iniciada na primeira metade do séc. XIV, sob a direção de D. Pedro, conde de Barcelos, atinge seu apogeu com Fernão Lopes, com quem teve origem a *Crônica Oficial do Reino Português*, na primeira metade do séc. XV.

Fernão Lopes foi tabelião, empregado da família real, escrivão de D. João I, de D. Duarte e do Infante D. Fernando. Em 1418, já desempenhava as funções de guarda-mor da Torre do Tombo, isto é, de chefe do Arquivo Geral do Estado, o que se sabe através de um alvará de El-Rei a ele dirigido e datado de 29 de novembro do mesmo ano.

Em 1434, em carta régia, D. Duarte lhe faz graça e mercê, pelo encargo que lhe dera de *poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em Portugal foram. Esso meesmo os grandes feytos e actos do muy venturoso e de grandes virtudes*. Nesse momento, criava-se oficialmente o cargo de cronista cujo objetivo seria o de perpetuar as atividades excercidas pelos reis. (Pimpão, 1959:236).

A obra de Fernão Lopes situa-se entre 1418 e 1452, sendo considerada, unanimente, *o maior marco da produção literária medieval portuguesa* (Mattos e Silva 1989a:30). Destaca-se não só pelo valor histórico, mas pelo teor literário.

O autor parece ter herdado do romance de cavalaria a arte de contar e, talvez, uma certa elegância na construção das frases, entretanto não só desenvolve esses traços, mas supera-os, demonstrando, nas suas narrações, vigor, ardor polêmico e sensibilidade pessoal, razão pela qual a sua obra se tornou uma importante fonte de estudo do dialeto literário quatrocentista de Lisboa.

Ao pôr em evidência o caráter justiceiro do rei D. Pedro, Fernão Lopes se revela um contista superior, definindo-o, paulatinamente, até demonstrar, de maneira completa, a sua personalidade.

Segundo Pimpão (1959:259), a idéia de um Fernão Lopes inconscientemente artista tem que ser posta à parte, uma vez que *o mérito do historiador jamais empanará a forma do prosador, que de uma*

[4] Apenas nos títulos, será conservada a grafia da época; nas demais referências feitas às diversas obras, no decorrer do trabalho, os títulos serão atualizados.

linguagem ainda mal desafogada da sua roupagem bárbara soube fazer um instrumento da mais alta qualidade literária. No que se refere ao conteúdo, os textos históricos produzidos por Fernão Lopes se distinguem dos demais, produzidos no século anterior, pois se restringem aos limites de Portugal, enquanto a produção anterior preocupa-se em inserir Portugal no conjunto da história hispânica e universal.

Em relação aos documentos anteriores, que constituem o *corpus* desta pesquisa, a *Crônica de D. Pedro* tem a vantagem de apresentar, de modo indiscutível, o autor, a data e o local. As cópias manuscritas mais antigas remanescentes datam, dos fins do séc. XV.

A edição utilizada para consulta foi a edição crítica, com introdução e glossário de Giuliano Macchi (1966).

2.1.2.3 Texto pragmático

Diálogos de S. Gregório

A tradução dos textos pragmáticos parece ter sido iniciada em fins do séc. XIV ou mesmo antes, embora os códices remanescentes sejam dos fins do séc. XIV e, sobretudo, do séc. XV.

Entre os textos pragmáticos de caráter religioso encontram-se os *Diálogos de S. Gregório*, escritos originalmente em latim, no séc.VI, que apresentam, em português, uma versão de 1416, alcobacense, uma outra de S. Cruz de Coimbra, possivelmente dos fins do séc. XIV ou inícios do séc. XV, adquirida pela Livraria de Alcobaça e ainda uma terceira, sem as devidas indicações que possibilitem datá-la, com características lingüísticas anteriores aos fins do séc. XIV. Todas essas versões são cópias de outras desconhecidas até o momento (Mattos e Silva 1971, v. I, 33-47).

As versões medievais dos *Diálogos de S. Gregório*, hoje conhecidas, estão contidas nos códices alcobacenses XXXVI/181 e XXXVII/182 e no manuscrito Serafim da Silva Neto.

Essa obra, como já foi especificado anteriormente, não foi consultada diretamente, mas dela foram colhidas informações, através do estudo exaustivo realizado por Mattos e Silva, nas *Estruturas Trecentistas*, para cuja elaboração foi utilizada a edição crítica (Mattos e Silva 1971) que tem como base, o manuscrito Serafim da Silva Neto, confrontado com as versões alcobacenses.

Os *Quatro Livros dos Diálogos* foram escritos por Gregório I, o grande papa dos fins do séc. VI e começos do séc. VII, figura de renomada importância na organização da Igreja de Roma e da Europa Ocidental, nos começos da Idade Média. É vasta a sua obra, fruto do trabalho pastoral cotidiano. Dentre os escritos de Gregório I, os *Quatro Livros dos*

Diálogos, dedicados à rainha lombarda Teodolina, são os que maior repercussão tiveram na época, o que se atesta, segundo Umberto Morica (*apud* Mattos e Silva 1971:3) pelo fato de possuir, toda biblioteca contemporânea e dos séculos posteriores, um ou mais exemplares da obra e pelo significativo número de traduções efetuadas.

Os *Quatros Livros dos Diálogos* são considerados fonte histórica preciosa para o conhecimento dos valores da sociedade italiana do séc. VI, que emergem, a cada passo, da conversa do pontífice com Pedro, seu interlocutor, símbolo do crente comum na época.

2.1.3 Texto de caráter epistolar

A Carta de Pero Vaz de Caminha

Cidadão do Porto, de boa educação, Caminha tinha mais ou menos cinqüenta anos, quando foi nomeado para o cargo de Mestre da Balança da Casa da Moeda da cidade do Porto. Participou, assim, da redação dos capítulos reinvindicatórios do Porto às Cortes portuguesas, em 1498.

Não se sabe, ao certo, qual o cargo que desempenhava na expedição de Cabral. Segundo Castanheda (*apud* Cortesão 1967:80), Caminha viajava na nau capitânia e exercia o cargo de escrivão da frota.

Como afirma Cortesão (*ibid*.:67), a *Carta de Caminha* é o *auto do nascimento do Brasil*, documento de suma importância para os estudos lingüísticos, uma vez que data de 1500, representando, portanto, um texto do período de transição entre o português antigo e o moderno. Trata-se de um documento localizado no tempo e no espaço, de um texto formal culto, cujo autor pode ser conhecido através da sua biografia, o que lhe transmite maior valor.

Caminha era filho de uma aristocracia urbana característica da Europa Medieval e, nessa escola, aprendeu o sentido da tolerância, da dignidade humana e da compreensão, sentimentos que revestem a carta de um caráter profundamente humano. Escrita em dias sucessivos, de 26.04 a 01.05, a carta contém, de maneira pormenorizada, as impressões do autor sobre a terra descoberta e sobre os índios, pois a preocupação em mandar ao rei notícias detalhadas sobre o acontecimento, faz com que o autor se detenha em minuciosas descrições.

Para Cortesão (*ibid*.:52), quando Caminha escreveu a sua Carta, ao longo do atual Porto Seguro, já devia haver mais de meio século que os escrivães portugueses exercitavam a arte de registrar os fatos. A essa fase inicial, pois, em que

> *o escrivão, solicitado pela singularidade e grandeza dos eventos, ergue o* ***diário de bordo****, com a agudeza das observações, a flagrância dos retratos e a vivacidade descritiva, pertence a* ***Carta de Caminha*** *que revela não só o escrivão, mas o escritor, com os seus raros dotes de narrador e sua profunda intuição humana.*

Cortesão (*ibid*.:28) considera a *Carta de Caminha*:

> *o mais belo e puro testemunho do humanismo universalista dos portugueses; um texto clássico, como padrão de humanidade, e pela equilibrada pureza do gosto; um texto clássico, porque faz, como nenhum outro testemunho, autoridade sobre o acontecimento que narra; um texto clássico, enfim, na mais antiga versão da palavra, porque é um livro de classe ou de escola.*

A edição consultada para a pesquisa, foi a de J. B. Pereira (1964), editada no Rio, pelo INL - MEC.

Os textos consultados para o estudo das conjunções, na fase arcaica do português, podem ser assim caracterizados:

DOCUMENTO	LÍNGUA DO ORIGINAL / DATA	DATA DO MS. PORT. MAIS ANTIGO	EDIÇÃO CONSULTADA
Foro Real (F.R.)	Castelhana - séc. XIII (1255)	Data discutida: fins do séc. XIII ou início do séc. XIV.	Ferreira, José de Azevedo (1987). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 2v.
Demanda do Santo Graal (Dem.)	Francesa - séc. XIII (1215-1230)	Ms. remanescente do séc. XV, tradução do ms. do séc. XIII.	Piel, Joseph Maria e Freire, Irene (1988). Lisboa: IN-CM.
Diálogos de S. Gregório (D.S.G.)	Latina - séc. VI	Séc. XIV	Mattos e Silva, R.V. (1989). *Estruturas Trecentistas*: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: IN-CM.
Lenda do rei Rodrigo (L.R.R.)	Árabe - sécs. IX e X	Início do séc. XIV, transcrito numa crônica compilada por volta de 1344.	Lindley Cintra, Luís Filipe (1964). Lisboa: Verbo.
Crônica de D. Pedro (C.D.P.)	Portuguesa - séc. XV (entre 1418 e 1452)	Fins do séc. XV	Macchi, Giuliano (1966). Roma: Edizioni dell'Ateneo
Carta de Pero Vaz de Caminha (C.C.)	Portuguesa - séc. XV (1500)	1500	J. B. Pereira (1964). Rio: INL - MEC.

2.2 Português moderno

Para o português moderno, foram escolhidos também textos de gêneros diversos, escritos nos sécs. XVI (a partir de 1540) e XVII.

Século XVI

2.2.1 Textos pragmáticos

João de Barros: Cartinha
Grammática da língva portvgvesa
Diálogo da viçiosa vergonha
Diálogo em lovvor da nóssa lingvagem

Português, nascido provavelmente em Viseu, comarca da Vila Verde, em 1496, João de Barros foi educado na corte do rei D. Manuel, tendo recebido uma educação exemplar. Na sua longa vida de homem de letras, revelou-se novelista, poeta, filósofo erásmico, historiador, moralista, pedagogo e panegirista. Entretanto, evidencia-se, nos seus escritos, o caráter humanístico, pois foi como humanista que nos deixou a obra mais expressiva do espírito da Renascença, um conjunto de livros didáticos e pragmáticos no qual estão incluídos a *Gramática da língua portuguesa* e a *Cartinha* (Cartilha), o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e o *Diálogo da viciosa vergonha*.

João de Barros é um gramático anti-medieval, e se manifesta contrário ao caráter especulativo da Idade Média, que se restringia ao estudo da única língua gramatizada conhecida: o latim. Ele defende o estudo da língua materna, a língua portuguesa, dotada de *majestade para coisas graves e eficácia varonil para exprimir grandes feitos*.[5]

Nessa orientação, escreveu a sua *Cartinha* (Cartilha) *de aprender a ler*, cuja edição mais antiga data de 1534 e foi impressa por Germão Galharde. A essa primeira edição, seguiu-se outra, de 1539.

Em 1540, João de Barros apresenta a sua *Gramática da língua portuguesa,* considerando-se *o primeiro a por a nossa linguagem em arte*.[6]

---

[5] Aí começarás tu de sentir o louvor da nóssa linguágem que, sendo nóssa, â entenderá o latino porque é sua. Ésta prerrogativa tem sobre todalas linguágens presentes: majestáde pera cousa gráves, e ◆◑♋ eficácia baroil que representa grandes feitos (Barros. In: Buescu, 1971b:398).

[6] E a estes preceitos gramaticáis e *Diálogo da viçiosa vergonha*, que tu e eu o outro dia composémos, quiséra ajuntar outros dous, ◆◑ da viciosa verdáde, e outro déstas duas palavras, SI, NAM/ por serem matérias convenientes a três idádes do hómem. Peró, pois a ordém da vida que tenho me nam deu mais tempo que pera o primeiro, enquanto os outros nam vem, sejam recompensádos com louvarmos *a nóssa linguágem, que temos pósta em árte*, com que léve mais ornáto que as régras gramaticais (Barros. In: Buescu, 1571c:390).

Nos dois diálogos, publicados em 1540, o autor tem como interlocutor, o seu próprio filho. No *Diálogo da viciosa vergonha* que parece ter sido o primeiro a ser escrito, o autor estabelece regras sadias para o comportamento da juventude, enquanto no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, complemento da sua gramática, ele tem por objetivo exaltar a língua portuguesa.

Por ter sido o primeiro gramático da língua portuguesa com objetivo prescritivo, os seus textos são de suma importância para o conhecimento da língua portuguesa padrão na época.

Os textos pragmáticos de João de Barros consultados foram os da edição de Maria Leonor C. Buescu, publicada em Lisboa pela Imprensa Nacional, em 1971.

2.2.2 Texto histórico

As duas primeiras décadas da Ásia

Sabe-se que, em poder de João de Barros, haviam estado, por ordem de João III, durante cinco ou seis anos, uns apontamentos para elaborar *"A crônica do rei venturoso"*. Entretanto, como afirma Antonio Baião, na Introdução à *Primeira Década* (1988:1v) *não custa a crer que a Barros, assoberbado com outros trabalhos não sobrasse tempo para crônica de tanta monta se ocupar.*

Após a morte de D. Manuel, João de Barros, sabendo que o referido rei pedira a D. Francisco de Almeida e a Afonso de Albuquerque que escrevessem sobre os feitos do Oriente sem contudo ter sido atendido, e percebendo que D. João III incumbira, em 1531, Lourenço de Cáceres do mesmo trabalho o que, entretanto, não havia sido feito, decidiu, como afirma no Prólogo da *Primeira Década, repartindo o tempo da vida cumprir a vontade dos reis* e, *por senam dilatar este desejo que vossa alteza tinha e eu pagar a confiança que el rey vosso padre de my teue...*

João de Barros, pois, não foi apenas gramático, pedagogo, mas também um historiador de espírito sistemático e arquitetônico. Pensou em escrever uma vasta enciclopédia histórico-geográfica do império português, mas, na realidade, só completou alguns volumes, parte dos quais se perdeu. A referida enciclopédia deveria conter uma geografia universal do mundo descoberto, em latim, um tratado sobre o comércio e quatro tratados históricos: um sobre a Europa, isto é, sobre a história de Portugal continental, outro sobre a África, um terceiro sobre a Ásia e um quarto sobre a América Portuguesa, ou seja, sobre o Brasil. Apenas a parte sobre a Ásia sobrevive, conhecida pelo nome de *Décadas*, períodos de dez

anos, tratados em cada um dos quatro volumes: 1º (1552), 2º (1553), 3º, póstumo (1563) e 4º, reformado e ampliado por João Baptista Lavanha que, em 1615, conseguiu reunir, como afirma no prefácio da obra, documentos *rotos, faltos, escritos a pedaços de varia letra & tam imperfeitos, como trabalho de que era aquele o primeiro pensamento & em que só se pusera a primeira mão* e, apesar dos acréscimos feitos, ser fiel ao estilo do seu autor. (*apud* Antonio Baião 1932:xxii)

A primeira edição das *Décadas* data de 1616, a segunda, de 1617.

A edição consultada para essa pesquisa foi a da Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, de 1988, reimpressão da edição de Antonio Baião, de 1932, com prefácio de L. F. Lindley Cintra.

2.2.3 Textos de caráter epistolar

Cartas de D. João III, Rei de Portugal (1523-1557)

Graças à generosidade de John B. Stetson. Jr., a Universidade de Havard tornou-se possuidora de uma grande parte da biblioteca de Fernando Palha, membro da Real Academia de Ciências de Lisboa e presidente da Câmara Municipal da mesma cidade, morto em março de 1897. Estudioso da história do seu país, Portugal, Palha possuía vasta biblioteca de documentos inéditos, uma vez que procurava basear-se em documentos fidedignos para escrever monografias. Entre os tesouros da coleção, foram encontrados manuscritos de cartas em português, do séc. XVI, arrumados em três portifólios. Dois dos portifólios contêm 372 cartas do rei João III, de Portugal (1502-1557) e o terceiro compreende cartas da rainha Catarina e de outras pessoas ligadas à Corte.

Todas essas cartas foram reunidas em dois volumes. O primeiro, com 372 cartas de D. João III, foi editado por J. D. M. Ford, em 1931; o segundo, com 174 cartas da corte do referido rei, foi editado por J. D. M. Ford e L. G. Moffat, em 1933.

O rei usava um grande número de amanuenses para as suas cartas, daí a difícil tarefa do editor: a de lidar com diferentes caligrafias. O trabalho de decifrar os originais foi, entretanto, atenuado pelo fato de Palha ter deixado, para cada carta, uma clara transcrição escrita. As duas últimas cartas parecem ter sido escritas pelo próprio D. João III. A primeira do total das 372 cartas é de 13 de outubro de 1523.

Como afirma J. D. M. Ford, na introdução da edição consultada para esta pesquisa (1931:xx), D. João não parece ter sido uma pessoa intelectualmente dotada; interessava-se, entretanto, pelas artes, particularmente pela arquitetura. Suas cartas se referem normalmente, a

problemas do governo, tais como a aceitação dos jesuítas pelos críticos, - que viam nos seguidores de Loyola, apenas seguidores do demônio - à sua política na África, na Índia e no Brasil, aos acontecimentos com Jean Ango, comandante de um navio corsário, confiscado pelos portugueses.

A edição consultada para esta pesquisa foi a de J. D. M. Ford (1931), citada anteriormente, publicada em Cambridge, pela Havard University.

Cartas da Corte de D. João III (1524-1562)

As cartas da Corte de D. João III foram escritas de 1524 a 1562. Compreendem uma carta de D. João III ao Conde de Castanheira e 174 outras cartas, escritas por pessoas da sua família ou da sua corte: trinta, da Rainha Catarina, viúva do rei, quarenta e nove do Infante Luís, uma do Infante Fernando e cinco do Infante Cardeal e Rei Henrique, seus irmãos, uma de Frey Duarte, seu filho natural, uma, da Rainha Leonora, sua madastra, quarenta de Jaime IV, Duque de Bragança, quarenta e uma, de Theodosius, filho do referido Duque e seu sucessor, duas, provavelmente escritas por Antonio Ataíde, Chanceler de D. João, uma, de Antonio Carneiro e duas anônimas, dirigidas, uma ao Rei e outra ao Infante Luís.

A maior parte das cartas são endereçadas a Antonio de Ataíde, Conde da Castanheira, então Chanceler de D. João. Destas, apenas a carta de número 172, da Rainha Leonora, é escrita em espanhol.

As cartas de números 1 à 49 foram escritas entre 1531 e 1554 pelo Infante Luís que, conforme salienta o editor, parece ter gozado de reputação de homem de letras e ter sido dotado de *excelentes virtudes, entendido e possuidor de grandes facilidades para escrever*.

As cartas 50 a 79, datadas de 1533 a 1562, são da Rainha Catarina, que, por morte de D. João III, tornou-se regente e administradora dos assuntos nacionais, no lugar do seu neto, o Rei D. Sebastião, que contava, no momento, apenas três anos. Todas as cartas da Rainha são dirigidas a D. Antonio d'Ataíde, Chanceler do Rei.

As cartas 80 à 119, de 1524 a 1632, de Jaime IV, Duque de Bragança são, na sua maior parte, também dirigidas ao Chanceler do Rei; apenas três são dirigidas ao próprio Rei.

As cartas 120 à 160 (1530 a 1559), de Theodosius, primeiramente Duque de Barcelos e, após a morte de seu pai, Duque de Bragança, demonstram a sensibilidade do autor, um amante das letras, das ciências e da música, ávido de novos conhecimentos e informações.

Quatorze cartas estão reunidas sob o título *Miscelâneas*: uma de D. João III ao seu Chanceler, escrita por Fernam d'Alvarez, em 1663, uma do Infante Fernando (1633), cinco do Infante, Cardeal e Rei Henrique (1538-1563), duas de Antonio d'Ataide dirigidas ao rei (1537-1541), uma

de Antonio Carneiro para o Conde de Castanheira (s.d.), uma de Frey Duarte dirigida ao rei (1541), uma da Rainha Leonora, como já foi especificado anteriormente, escrita em espanhol (1525), uma anônima, dirigida ao Infante Dom Luís (1537), uma anônima sem destinatário (1551).

As cartas da corte de D. João III, além de constituírem um documento importante para o estudo da língua portuguesa no séc. XVI, fornecem importantes informações sobre a vida da corte portuguesa, no período áureo da história de Portugal.

A edição consultada para esta pesquisa foi a de J. D. M. Ford e L. G. Moffat (1933), citada anteriormente, publicada em Cambridge, pela Havard University.

Século XVII

2.2.3 Textos de caráter epistolar

Padre Antonio Vieira - ***Cartas do Maranhão[7] e da Bahia***

Nascido em Lisboa em 1608, Antonio Vieira, aos sete anos, acompanhou a família para a Bahia, onde o pai veio exercer a função de secretário do governo.

Estudou no colégio dos jesuítas e, aos quinze anos, fugiu de casa para ingressar na Companhia de Jesus onde, desde muito cedo, salientou-se pelos seus dotes de pregador.

Tinha contra si o Santo Ofício que não representava apenas uma tradição secular de intolerância religiosa a serviço do absolutismo, mas uma rede extensa de pessoas que viviam de confiscos; além disso, enfrentava o ressentimento da burguesia cristã contra o capitalismo judaico, a oposição dos comerciantes ao projeto de uma companhia do comércio ultramarino e a animosidade popular contra o judeu.

A obra literária de Vieira compreende cerca de 200 sermões, mais de meio milhar de cartas, numerosos relatórios, representações, pareceres e outros documentos de natureza política e diplomática, além de opúsculos religiosos ou de exegese profética.

As cartas de Vieira apresentam-nos os problemas regionais brasileiros, num quadro cheio de realismo, demonstrando senso prático e humanitário, a respeito da vida e do destino dos indígenas. São notáveis as

[7] No volume onde estão as 40 cartas escritas por Vieira, por ocasião da sua permanência no Maranhão, estão ainda cartas escritas em: Lisboa (1), Cabo Verde (2), Pará (3), Mortiguara (1), Camutá (1), Belém (1) e Praias do Cumá (1) que também fizeram parte do *corpus.*

descrições da fauna, do modo de vida dos habitantes da terra, das suas relações com os civilizados.

As C*artas do Maranhão* (1651-1661) e as *da Bahia* (1682-1697), especialmente as primeiras, relevam dados da sua fase de intensa vida missionária no Brasil, para a qual sentira vocação desde a mais tenra juventude. As mais familiares apresentam alguns trocadilhos que tornam mais leve o estilo do autor: as cartas endereçadas a altas personalidades evidenciam o tom serviçal do remetente, constantemente renovado nas repetições das fórmulas de tratamento honorífico.

As cartas foram publicadas, postumamente, em três tomos: dois, em 1735, e o terceiro, em 1746.

A edição consultada para a pesquisa foi a de J. Lúcio de Azevedo, publicada em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em três tomos. As *Cartas do Maranhão* fazem parte do 1º tomo, publicado em 1970; as *da Bahia*, do segundo, publicado em 1971.

2.2.4 Textos de oratória sacra

Sermões da Quarta-feira de Cinzas

Os *Sermões da Quarta-feira de Cinzas*, em número de três, como o nome já indica, foram elaborados para serem pregados no primeiro dia da Quaresma.

Por abordarem o tema *Lembra-te homem que és pó e em pó te hás de tornar*, a insignificância, pois, do corpo humano, mortal, diante da importância da alma imortal, os autores do séc. XVII atribuíram-lhe uma significação e um tema particular, o da *morte*.

Conforme explica Pécora (1993), na introdução da obra consultada para a pesquisa, dois desses sermões foram escritos durante a estada de Vieira em Roma (novembro de 69 à maio de 78). O primeiro deles, proferido na Igreja de Santo Antonio dos Portugueses, aparece, como afirma a edição Princeps dos Sermões, dirigida pelo autor, datada de 1670, mas já na errata, a data é alterada para 1672. O segundo é de 15 de fevereiro de 1673 e foi pregado também, na Igreja de Santo Antonio dos Portugueses. Do terceiro, a única indicação disponível e segura é a de não ter sido pregado, em virtude do estado de saúde do autor. Pode-se, contudo, afirmar que é posterior aos dois primeiros, pela alusão feita por Vieira nas linhas 10 à 13, a outras vezes em que, *por vários modos, comparou e combinou entre si o pó que somos com o pó que havemos de ser*. Parece ter sido escrito para ser pregado na Capela Real de Lisboa, indicação que, segundo o editor, aparece também na versão original, e que

justifica ter sido o sermão posterior à saída do autor de Roma, em 22 de maio de 1675, e escrito durante o período da sua permanência em Lisboa (de 23.08.75 a 27.01.81).

Como foi dito anteriormente, o tema dos três sermões é o preparo do homem para a morte, através da conscientização da sua pequenez e impotência, do seu estado de aparência e engano (pó), entre o passado (pó) e o futuro (pó). O homem é pó, veio do pó, nunca deixará de ser pó. A existência nunca deixará de ser o pó no qual o homem se reverterá.

Através de argumentos convincentes, de raciocínio lógico e eficaz, o autor leva o ouvinte a meditar sobre o passado e o futuro, considerando o presente, como o *futuro do passado* e, ao mesmo tempo, *o passado do futuro* (I-l.444 -5) idéia reforçada com a apresentação do memento dos vivos: *Lembra-te, homem, que és pó e em pó te hás de tornar*, ao lado do memento dos mortos: *Lembra-te, pó, que és homem e que em homem te hás de tornar*. (I-l.465).

No segundo sermão, Vieira retoma a mesma idéia, utilizando novos argumentos e fazendo alusão a outras passagens da Bíblia. O autor enfatiza ser o *pó-presente* o remédio para o *pó-futuro* e, aos poucos, apresenta o caminho que o homem deverá seguir, para alcançar a salvação: *morrer antes da morte*, isto é, preparar-se para ela, abandonar as coisas mundanas, desprezar o que é passageiro, porque a terrível condição da morte desaparece, quando *se morre antes de morrer* (lI-l.154), quando *se acaba a vida antes que a vida se acabe* (lI-l.489).

No terceiro sermão, o autor sugere que a morte deve ser amada e a vida, temida, ressaltando a idéia de que *morrer é viver com Cristo e não com o mundo,* é *estar morto a tudo que o mundo ama* (lII-l.657) e afirmando que o homem deve morrer e viver de tal modo que *na vida logre o maior bem da morte e na morte não padeça o maior mal da vida* (lII-l.756-8).

São, pois, três sermões, em estilo barroco, sobre o mesmo tema que evolui da idéia de conscientização da insignificância do homem, diante de uma terrível verdade, *a morte,* e do julgamento do Pai Eterno, para o estabelecimento de um comportamento, considerado pelo autor, como o único correto, *morrer antes da morte* e, finalmente, para uma aceitação total dessa verdade.

A edição consultada para a pesquisa foi a de Alcir Pécora (1993), baseada na edição Princeps, seiscentista.

Sermão da Sexagésima

Pregado na Capela Real, em 1655, *O Sermão da Sexagésima* revela a preocupação de Vieira com o papel do orador, com a maneira correta de pregar, para obter os resultados desejados.

O autor ressalta as qualidades de um verdadeiro pregador, aquele que deve semear a palavra divina, o único responsável pela mudança de vida do ouvinte e questiona a validade dos sermões da época, uma vez que já não eram observados os frutos colhidos na época dos apóstolos. Nota-se, em todo o texto, o raciocínio realista do autor e a sua preocupação com a necessidade de clareza e precisão para expressar as idéias.

O tema central do sermão diz respeito, pois, à arte de pregar: *Sabeis, cristãos, porque não faz fruto a palavra de Deus ? Por culpa dos pregadores* (l. 323-4).

E o autor afirma:

> *Há de tomar o pregador ◆☽♋ só matéria: há de defini-la, para que se conheça; há de dividi-la para que se distinga; há de prová-la com a Escritura; há de descartá-la com a razão; há de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar.* (l. 501-6).

A edição consultada para a pesquisa foi a de Gladstone Chaves de Melo, editada pelo Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, em 1985.

Os textos do período moderno da história da língua portuguesa consultados para a análise dos itens conjuncionais podem ser assim caracterizados:

TEXTO	AUTOR	DATA	EDIÇÃO CONSULTADA
Século XVI			
Cartinha	João de Barros	1534	Buescu, M. L. C. (1971). Lisboa. IN-CM.
Gramática da língua portuguesa	João de Barros	1540	Idem
Diálogo da viciosa vergonha	João de Barros	1540	Idem
Diálogo em louvor da nossa linguagem	João de Barros	1540	Idem
Décadas da Ásia (1º e 2º volumes)	João de Barros	1552-1553	Baião, Antonio (1974/1988). Lisboa: IN/ CM, (reimpressão da edição Princeps).
Cartas de D. João III	D. João III	1523-1557	Ford, J. D. M. (1931) - Cambridge: Havard University Press.
Cartas da corte de D. João III	Pessoas da corte de D. João III	1524-1562	Ford, J. D. M. e Moffat, L. G. (1933). Cambridge: Havard University Press..
Século XVII			
Cartas do Maranhão	Padre Antonio Vieira	1651-1661	Azevedo, J. Lúcio de (1970). Lisboa: Imprensa Nacional, tomo primeiro.
Cartas da Bahia	Padre Antonio Vieira	1682-1697	Azevedo, J. Lúcio de (1971). Lisboa: Imprensa Nacional, tomo segundo.
Sermão da Sexagésima	Padre Antonio Vieira	1655	Melo, Gladstone Chaves de (1985). Niterói, UFF - Instituto de Letras.
Sermões da Quarta-feira de Cinzas	Padre Antonio Vieira - 1º	1672	Pécora, Alcir (1993), baseada na edição Princeps, seiscentista. São Paulo: Nova Alexandria.
	Padre Antonio Vieira - 2º	1673	Idem
	Padre Antonio Vieira - 3º	1675	Idem

2.3 Português contemporâneo

Os textos de língua falada, utilizados como *corpus* para a análise das conjunções, na segunda metade do séc. XX, foram:

2.3.1 Entrevistas (informante e documentador)

Português Fundamental

Idealizado, em 1964, pelo Dr. Victor Sá Machado - Secretário da Administração da Fundação Calouste Gulbenkian para Assuntos Ultramarinos - o projeto do *Português Fundamental*, inspirado em projeto semelhante realizado para a Língua Francesa, foi oficialmente implementado, em janeiro de 1970, sob a orientação do Prof. Luís Filipe Lindley Cintra.

A recolha definitiva dos materiais, iniciada em 1971, prolongou-se até 1974, com a realização de entrevistas a partir das quais seria constituído o *Corpus de Freqüência* do referido Projeto, constando de dois registros:

- o primeiro, um Arquivo Sonoro com 1800 entrevistas gravadas;
- o segundo, um arquivo escrito, que integra o *corpus* dos registros diretos do discurso oral (1400 entrevistas).

Durante esse mesmo período, foram também realizados os Inquéritos de Disponibilidade, inspirados nos inquéritos realizados por René Michea e Georges Gougenheim para o Projeto do Français Fondamental, os quais visavam a determinar o vocabulário disponível do falante, isto é, substantivos, adjetivos e verbos que o falante memorizara através do tempo, sobre um determinado tema proposto pelo inquiridor.

As gravações para o estabelecimento do *Corpus de Freqüência* foram efetuadas em situação de comunicação espontânea, em contato direto e, tanto quanto possível, de surpresa, sem que o informante estivesse preparado para o encontro, e tinham o objetivo de registrar amostras do português europeu, utilizado por uma comunidade de falantes culturalmente integrada, uma vez que se pretendia documentar um código lingüistico do quotidiano. O *corpus* obtido, no dizer das autoras, constitui *Uma das mais originais e lingüisticamente mais férteis recolhas da língua portuguesa* (Nascimento *et alii* 1987:4).

Das 1800 conversas gravadas que representam 300 horas de gravação, como já foi especificado, foram transcritas 1400 que deram origem a 1400 textos de 500 palavras cada - contadas exclusivamente no discurso do inquirido.

Setecentas entrevistas foram realizadas com informantes de Lisboa, Porto e Coimbra; as restantes com informantes de outros distritos, tendo sido respeitada uma certa proporcionalidade com a respectiva densidade populacional de cada um. Os entrevistados foram todos adultos originários da localidade em que se realizava a gravação ou residentes na mesma, há mais de 10 anos, pertencentes aos dois sexos (703 mulheres e 607 homens) de faixa etária entre 15 e 70 anos (com privilégio da faixa etária entre 20 e 30 anos), com seis graus de escolaridade, (desde o analfabeto até o portador de diploma de nível superior)[8] e de diversas categorias profissionais.

Na escolha dos temas, procurou-se abordar situações de vida capazes de gerar atos de fala de uma competência correspondente ao registro "médio" da linguagem. Assim, foram selecionados temas referentes à vida pessoal, familiar, profissional, social, econômica, política, cultural e artística ou do meio ambiente.

Para esta pesquisa, foi consultado um *subcorpus* de 140 entrevistas selecionadas entre as 1400 que constituem o *Corpus de Freqüência* do *Português Fundamental*.

Essas entrevistas constituem o primeiro tomo do segundo volume do *Projeto do Português Fundamental*: métodos e documentos, o qual se segue ao 1º volume, também em dois tomos, intitulado: *Português Fundamental: vocabulário e gramática.*

São responsáveis pela organização do 1º e 2º volumes do 2º tomo, publicados em 1987, pelo Instituto Nacional de Investigação Científica do Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Luíza Segura da Cruz e Maria Lúcia Garcia Marquez.

---

[8] Os níveis de instrução considerados na recolha do *Corpus de Freqüência* foram os seguintes:
0 - Analfabetos
1 - Nível primário de escolaridade
2 - Primeiro ciclo liceal (ciclo preparatório) ou equivalente
3 - Segundo ciclo liceal ou equivalente
4 - Terceiro ciclo liceal ou equivalente
5 - Freqüência universitária
6 - Curso superior (licenciatura, doutoramento ou equivalente)

2.3.2 Diálogos entre informantes e documentadores

Projeto NURC/Brasil

Implantado no Brasil, a partir de 1969, o *Projeto NURC* visa a proceder à descrição dos padrões reais de uso na comunicação oral, utilizados pelo estrato social, constituído por indivíduos de escolaridade superior, de cinco capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife.

Tendo como objetivos:

1. reunir material sistematicamente levantado, a fim de possibilitar o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa;

2. ajustar o ensino da língua portuguesa, em todos os seus graus, a uma realidade lingüistica concreta;

3. superar o empirismo na aprendizagem da língua - padrão;

4. basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados lingüisticos cientificamente estabelecidos;

5. conhecer quais as normas tradicionais vivas e quais as superadas;

6. corrigir distorções do esquema tradicional da educação brasileira,

o *Projeto NURC/Brasil* foi coordenado, inicialmente, pelo prof. Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, também coordenador do Projeto NURC/Salvador.

O *corpus* para cada uma das supracitadas cidades, escolhidas entre as fundadas no séc. XVI - Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo - ou no séc. XVIII - Porto Alegre - distribui-se em três diferentes categorias de texto: elocuções em situações formais (EFs), diálogos entre informante e documentador (DIDs), diálogos entre dois informantes (D2s); as duas primeiras categorias, documentadas por gravações com duração prevista de quarenta minutos e a última, com gravações de uma hora e vinte minutos.

Ao todo, isto é, nas cinco cidades, o *corpus* perfaz um total de 1870 inquéritos, sendo 241 elocuções formais, 1143 diálogos entre informante e documentador e 486 diálogos entre dois informantes. São 2356

informantes de ambos os sexos, distribuídos em três faixas etárias - de 25 a 35 anos - faixa 1; de 36 a 55 anos - faixa 2 e de 56 anos em diante - faixa 3, os quais preenchem os seguintes requisitos: 1. terem nascido em uma das cinco cidades escolhidas ou nelas terem residido desde os cinco anos de idade; 2. terem passado, nessa cidade, três quartas partes de sua vida e aí terem cursado o 1º e 2º graus; 3. possuírem um curso universitário completo e serem filhos de falantes nativos de língua portuguesa, de preferência, nascidos nas cidades determinadas.

Por decisão de caráter nacional, os pesquisadores das cinco cidades reuniram um conjunto formado por noventa inquéritos, dezoito de cada cidade, os quais constituem o chamado *corpus compartilhado* e se distribuem pelas três categorias de texto, com informantes dos dois sexos e das três faixas de idade. O segmento selecionado do *corpus* para cada cidade é constituído de três elocuções em situação formal, dez diálogos entre informante e documentador e cinco diálogos entre dois informantes.

Para esta pesquisa foram escolhidos trinta DIDs que compõem o *corpus* compartilhado do *Projeto NURC/Brasil*, sendo seis de cada uma das cidades, três, de informantes do sexo masculino e três, de informantes do sexo feminino, dois de cada faixa etária.

Os DIDs das cidades de Porto Alegre e Recife, ainda não publicados, foram analisados através das transcrições pertencentes ao Arquivo NURC/Salvador; para os demais, foram consultadas as edições de Dino Preti e Hudinilson Urbano (1987), para o *corpus* de São Paulo, de Dinah Callou e Célia Regina Lopes (1993), para o *corpus* do Rio de Janeiro e de Jacyra Mota e Vera Rollemberg (1994), para o *corpus* de Salvador.

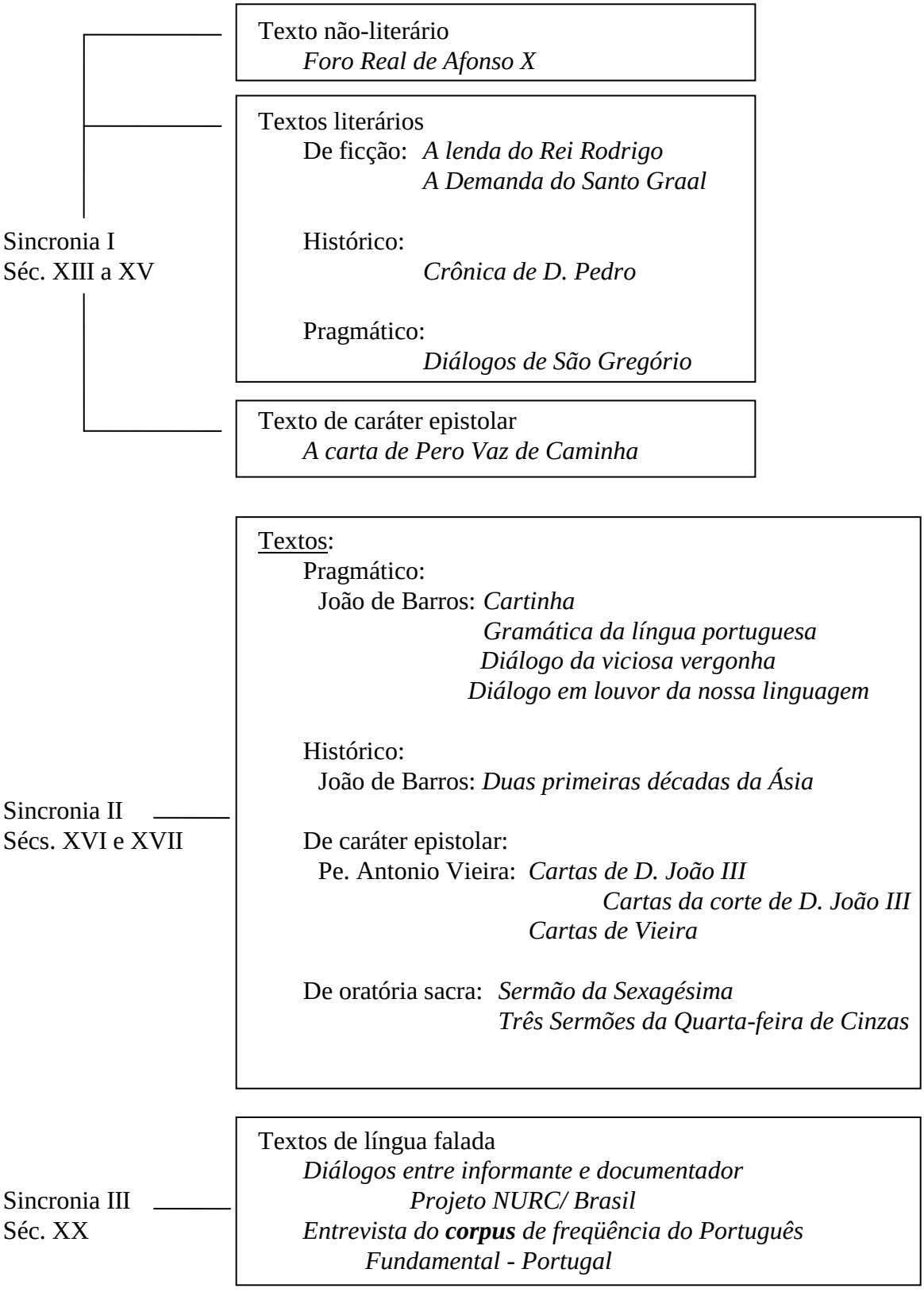
O *corpus* referente ao português falado, analisado nesta pesquisa, é heterogêneo, uma vez que as entrevistas do *Projeto NURC/Brasil* retratam a língua falada por pessoas de escolaridade superior, enquanto as entrevistas que constituem o C*orpus de Freqüência* do Português Fundamental incluem informantes de sete diferentes níveis de escolarização.

Acreditou-se, entretanto, que a diversificação dos informantes poderia fornecer dados importantes a respeito do início do processo de gramaticalização dos itens conjuncionais. Por outro lado, não havia disponibilidade de utilização de um outro conjunto de textos representativos do português falado europeu.

Os textos do português contemporâneo consultados foram, pois:

TEXTO	LOCAL DE REALI ZAÇÃO	DATA	EDIÇÕES CONSULTADAS
Entrevistas do Corpus de Freqüência do Português Fundamental	Portugal, Lisboa, Porto, Coimbra, Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Aveiro, Viseu Guarda, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Porto Alegre, Setúbal, Evora, Beja, Faro, Ponta Delgada, Horta, Funchal	1971-1974	Nascimento, Maria Fernanda Barcelar do, Marques, Maria Lúcia Garcia, e Cruz, Maria Luísa Segura (orgs) (1987). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa.
Diálogos entre informantes e entrevistadores do Projeto NURC/Brasil.	Brasil: Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.	1969	Mota, Jacyra e Rollemberg, Vera (orgs) (1994). Salvador: Universidade Federal da Bahia. Callou, Dinah e Lopes, Célia Regina (orgs) (1993). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ. Preti, Dino e Urbano, Hudinilson (orgs) (1998). Projeto NURC/ SP. T.A. Queiroz Ltda. DIDs de Porto Alegre e Recife transcritos, mas ainda não editados, pertencentes ao acervo do Projeto NURC/ Salvador.

Os textos representativos das três sincronias que constituem o *corpus* desta pesquisa podem ser assim esquematizados:



3 Revisão Bibliográfica

3.1 Funcionalismo

3.1.1 Funcionalismo/Formalismo: duas grandes correntes do pensamento lingüístico

No pensamento lingüístico contemporâneo, duas grandes correntes se apresentam: a corrente formalista e a corrente funcionalista.

A distinção Formalismo/Funcionalismo é derivada da oposição entre o estudo da forma lingüistica e o estudo das suas funções na comunicação, distinção corrente entre os estruturalistas da primeira metade do século.

O Formalismo veio a designar o estudo da forma lingüistica, já objetivo da gramática tradicional. O termo, entretanto, passou também a ser empregado para designar *um estudo que utiliza dispositivos lógico-matemáticos*, como é o caso da gramática gerativa que *por frisar especialmente a forma lingüistica, embora sem negar a importância do significado ou do uso, e por dar continuidade à problemática tradicional da morfossintaxe, passou a ter essa designação* (Dillinger 1991:397).

Os formalistas estudam a língua como um objeto descontextualizado; preocupam-se com as suas características internas – seus constituintes e as relações entre eles – sem se importar com as relações entre esses constituintes e seus significados. Para os formalistas, uma gramática define a teoria de uma língua, estudando suas partes e os princípios de sua organização.

A visão funcionalista da linguagem que constitui a preocupação e a ocupação de inúmeros lingüistas de diferentes escolas e tendências, opõe-se à posição formalista, representada, hoje, principalmente, pela gramática gerativa e parte do pressuposto de que a língua é um objeto maleável, não determinístico, considerando-a, eminentemente, um instrumento de interação social, cuja estrutura só pode ser explicada, levando-se em conta a comunicação, uma vez que é uma variável dependente, resultante das regularidades das situações em que se fala.

O objeto de estudo do Funcionalismo pode ser caracterizado como se referindo aos processos utilizados pelos falantes na construção do discurso, os quais são concebidos como criadores, continuadores, atores, transformadores, responsáveis, enfim pela forma da língua, nas situações de interação verbal. A linha de pesquisa do funcionalismo tenta descobrir a fonte da estrutura, na sua evolução funcional.

O funcionalismo se preocupa com as relações entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social; ressalta, pois, a importância do contexto social na compreensão da natureza das línguas.

Leech (1983:46, *apud* Dillinger 1991) descreve os diferentes pontos de vista dos Formalistas e dos Funcionalistas:

1) *Formalists tend to regard language primarily as a mental phenomenon. Functionalists tend to regard it primarily as a societal phenomenon.*[1]

2) *Formalists tend to explain linguistic universals as deriving from a comom genetic linguistic inheritance of the humam species. Functionalists tend to explain them as deriving from the universality of the uses to which language is put in humam societies.*

3) *Formalits are inclined to explain children's acquisition of language in terms of a built- in human capacity to learn language. Functionalists are inclined to explain it in terms of the development of the child's communicative needs and abilities in society.*

4) *Above all, formalists study language as an autonomous system, whereas functionalists study it in relation to its social function.*

Como esclarece Dillinger (1991:398), na época em que surgiu a dicotomia formalismo/funcionalismo, estudar a língua, a partir de atos comunicativos, violava dois princípios da filosofia da ciência: implicava no estudo de itens inobserváveis como "conceitos" e "significados", além de violar o princípio da autonomia das ciências, por incluir o estudo de fenômenos psicológicos e sociológicos na Lingüística.

No artigo intitulado *Mecanismos funcionais do uso da língua*, publicado, em 1989, na revista D.E.L.T.A., v. 6, n. 1, Naro e Votre apresentam evidências favoráveis à abordagem funcionalista, considerada uma outra alternativa de análise, diferente da abordagem formalista. Eles afirmam que as duas abordagens não só são diferentes, mas também excludentes.

---

[1] 1) Os formalistas consideram a língua como fenômeno mental; os funcionalistas encaram-na como um fenômeno social.
2) Os formalistas explicam os universais lingüísticos, como derivados de uma herança lingüística genética, própria da espécie humana; os funcionalistas consideram os universais lingúísticos, derivados da universalidade de empregos da língua.
3) Os formalistas explicam a aquisição da linguagem, em termos de uma capacidade própria do homem para aprender a língua; os funcionalistas explicam-na em termos de desenvolvimento das necessidades comunicativas e habilidades da criança na sociedade.
4) Os formalistas estudam a língua como um sistema autônomo, enquanto os funcionalistas estudam-na em relação com a sua função social.

Essa afirmação foi discutida por Nascimento (1990), Dillinger (1991) e pelos próprios autores, Naro e Votre (1992).

Nascimento (1990) acredita que os dois diferentes modelos podem servir um, para o progresso do outro. Segundo o autor, as duas teorias definem objetos de estudo diversos e se referem também a aspectos diversos do complexo fenômeno da linguagem; o lingüista não deve se contentar com uma descrição exterior da língua, mas deve preocupar-se também com os elementos que a constituem.

Dillinger (1991:401) ressalta que é importante distinguir claramente o fenômeno, do objeto, para que não se afirme estarem as duas teorias abordando objetos diferentes.[2]

O autor cita Bunge (1983) que, numa obra sobre a semântica das teorias científicas, faz a distinção entre o objeto-modelo de uma teoria e o seu objeto propriamente dito, considerando objeto-modelo, como um conjunto de fenômenos, envolvendo algo em comum, cujo estudo varia de teoria para teoria, e objeto propriamente dito, a coisa com existência material, cujas características são estudadas através dos fenômenos selecionados. Assim sendo, ele afirma que, formalistas e funcionalistas, de fato, estudam fenômenos diferentes, mas fenômenos que envolvem um mesmo objeto; o objeto de estudo, pois, é o mesmo, mas os objetos-modelo são diferentes.

A teoria funcionalista baseia-se nas teorias da comunicação e da interação social, de cunho recente e pouco desenvolvidas, o que, segundo Dillinger, limita os estudos a colocações gerais ou mesmo vagas. A teoria formalista, ao contrário, tem o respaldo de uma longa tradição e independe do progresso em outras áreas.

Naro e Votre (1992:288), numa postura semelhante à de Bunge, chama a atenção para o fato de que:

> "*tanto o funcionalista quanto o gerativista observam aspectos reais do comportamento humano; enquanto o funcionalista estuda o comportamento lingüístico observado, o gerativista estuda outro tipo de comportamento: o de refletir e raciocinar sobre a língua.*"

O autor afirma que a Lingüística Gerativa e a Funcionalista dizem respeito ao mesmo fenômeno, isto é ao mesmo objeto - a língua - mas têm objetos-modelo diversos, embora não totalmente independentes. Cada abordagem tem uma visão própria para o mesmo fenômeno; as duas

[2] Vê-se a importância de distinguir claramente entre fenômeno e objeto, para não dizer que as duas equipes estudaram "objetos" diferentes. Percebe-se também a origem terminológica de uma parte do debate em questão. Pode-se dizer que tanto Votre e Naro quanto Nascimento têm razão: formalistas e funcionalistas de fato estudam fenômenos diferentes, mas fenômenos que envolvem o mesmo objeto.

teorias aceitam a existência do mesmo conjunto de dados, embora os distribuam de maneira diferente.

Funcionalistas estudam o uso da língua no discurso, analisam a língua no seu contexto social de uso. O discurso constitui a fonte de dados que são concretos e contextualizados, enquanto os dos gerativistas são idealizados e desprovidos de contexto, uma vez que estudam **intuições** sobre a língua, em princípio, fora de qualquer contexto extra-sentencial.

Kato (1998:146) dá seqüência ao debate publicado na revista D.E.L.T.A. sobre o objeto de estudo das duas correntes lingüísticas e mostra a existência de mais de uma forma de funcionalismo, ressaltando que o contraste entre as várias perspectivas dessa corrente se assemelha aos contrastes das abordagens formalistas.

A autora distingue o funcionalismo direcionado a um modelo abstrato de uso da língua e o funcionalismo direcionado à língua tal como ela se manifesta em seu uso efetivo, mostrando assim, que mesmo na visão funcionalista há correlatos da Língua I (interna) e da Língua E (externa), definidas por Chomsky, respectivamente, como a representação da competência sintática do falante e o objeto gramatical externo, observável.

A diferença, segundo a autora, é que, na visão I (interna, individual) do funcionalista, são estudados os processos mentais que entram em jogo no uso da língua e não apenas o conhecimento estrutural dos enunciados, e na visão E (externa), leva-se em conta a língua no contexto social.

Kato afirma que, da mesma forma que o estruturalismo europeu e o americano diferem por ser o primeiro muito mais funcionalista e o último muito mais formalista, os funcionalistas americanos são mais próximos dos formalistas que os funcionalistas de origem européia. Desse modo, procurando justificar a forma das gramáticas, com base no estudo dos padrões lingüísticos de várias línguas, Li e Thompson, Givón, Hopper e outros se identificam, metodologicamente, com os formalistas, enquanto o britânico Halliday, usando como ponto de partida, funções de vários níveis entre as quais as pragmáticas, do tipo elocucionário, é tipicamente um funcionalista, procurando relacionar a complexidade lingüística com a complexidade da própria interação social.

Sendo assim, é um erro, na visão da autora, pensar que formalistas e funcionalistas não podem trabalhar juntos em um mesmo objeto. O ponto de vista metodológico não importa, uma vez que a língua é, ao mesmo tempo, significante e significado.

Na realidade, pode-se afirmar que as duas correntes lingüísticas se completam, uma vez que estudam de modo diferente, fenômenos que

dizem respeito a um mesmo objeto. Funcionalismo e Formalisno não podem ser vistos como duas correntes lingüísticas alternativas, já que representam aspectos complementares contribuindo para uma maior compreensão da linguagem.

3.1.2 Origem e definição

Um estudo global do que vem sendo chamado funcionalismo é, como afirma Neves (1996:101), muito difícil, uma vez que *as abordagens ditas funcionalistas não são indentificáveis por rótulos teóricos, sendo muitas delas reconhecidas pelos nomes dos estudiosos que as desenvolveram.*

O conceito de funcionalismo em Lingüística está originalmente ligado à Escola Lingüística de Praga[3], embora, com o decorrer do tempo, tenha empreendido um desenvolvimento próprio e diversificado.

A lingüística funcional da Escola Lingüística de Praga foi assim designada, como afirma Martinet (1995:86), para se distinguir das tendências estruturalistas do período posterior à segunda guerra mundial. A teoria e a prática funcionalistas diferem das anteriores, no sentido de proporcionar uma visão dinâmica dos fatos, isto é, de admitir a língua como instrumento imprescindível à satisfação das necessidades comunicativas que variam com o tempo, devendo pois adaptar-se a cada contexto social.

Na ótica funcionalista, a linguagem é destinada a transmitir a experiência por meio de manifestações perceptíveis, analisáveis em unidades, cada uma das quais correspondente a um elemento da experiência que se pretende transmitir.

Na linha da fonologia de Praga, encontra-se a lingüística funcional de Martinet, (1994:15) para quem:

> *Une langue est un instrument de communication de l'expérience humaine selon laquelle cette expérience s'analyse, différemment dans chaque communauté en une succession de monèmes, èléments significatifs minimum, doués d'un sens et d'une forme vocale.*[4]

[3] Entende-se por Escola Lingüística de Praga, ou melhor, por primeira Escola Lingüística de Praga, o conjunto de autores que, entre 1929 e 1938, participaram do Círculo Lingüístico de Praga, e se tornaram conhecidos através dos trabalhos publicados sob o título *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*. A segunda escola Lingüística de Praga refere-se a um grupo de autores recentes, cujos trabalhos começaram a ser conhecidos, a partir de 1966, quando foi publicado o primeiro número da revista *Travaux Linguistiques de Prague*. À primeira Escola, pertencem Mathesius, Jakobson, Trubetzkoy, entre outros. À segunda, Firbas, Dames, Sgall, etc.

[4] Uma língua é um instrumento de comunicação da experiência humana, segundo a qual, esta experiência se analisa, diferentemente em cada comunidade em uma sucessão de monemas, elementos mínimos significativos, dotados de um sentido e de uma forma vocal.

Como explica o autor, se nos ativermos ao funcionamento da comunicação lingüística, constatamos que cada emprego de uma unidade significativa vale em função da escolha que representa, a qual é feita entre as unidades que poderiam figurar no mesmo local.

De acordo com essa concepção, o termo **funcional** é empregado no seu sentido mais comum, o que considera que os enunciados lingüísticos se analisam tomando por referência o modo como contribuem para o processo de comunicação, isto é, a função que desempenham no referido processo.

Função e **funcional** são termos correntes na produção da Escola Lingüística de Praga, entretanto apresentam variações nocionais, uma vez que ocorrem em diversos domínios, para indicar diversos fenômenos da linguagem. Ainda hoje, o termo **função** apresenta uma enorme variedade de empregos, podendo, entre outras acepções, referir-se à relação estabelecida entre os vários elementos da língua ou à finalidade dos atos lingüísticos.

Como afirma Martinet (*ibid.*:11):

> *Le terme de **fonction**, donc dérive **fonctionnel**, présente une telle varieté d'emplois qu'il y a des chances pour qu'on ne distingue pas, à première vue, de quelle fonction il s'agit*.[5]

O valor semântico mais comum para o termo, refere-se ao papel ou utilidade de um objeto ou comportamento, acepção adotada pelos membros da Sociedade Internacional de Lingüística Funcional (SILF) e bem diversa da concepção da gramática tradicional, em que a função se refere ao papel que desempenha um vocábulo dentro de uma sentença.

Determinar as funções da linguagem foi, inicialmente, a preocupação do psicólogo alemão Karl Bühler (1950) e, posteriormente, a do lingüista Roman Jakobson (1977), ambos membros da Escola Lingüística de Praga.

Preocupado com o estudo do pensamento, Bühler apontou três funções para a linguagem:

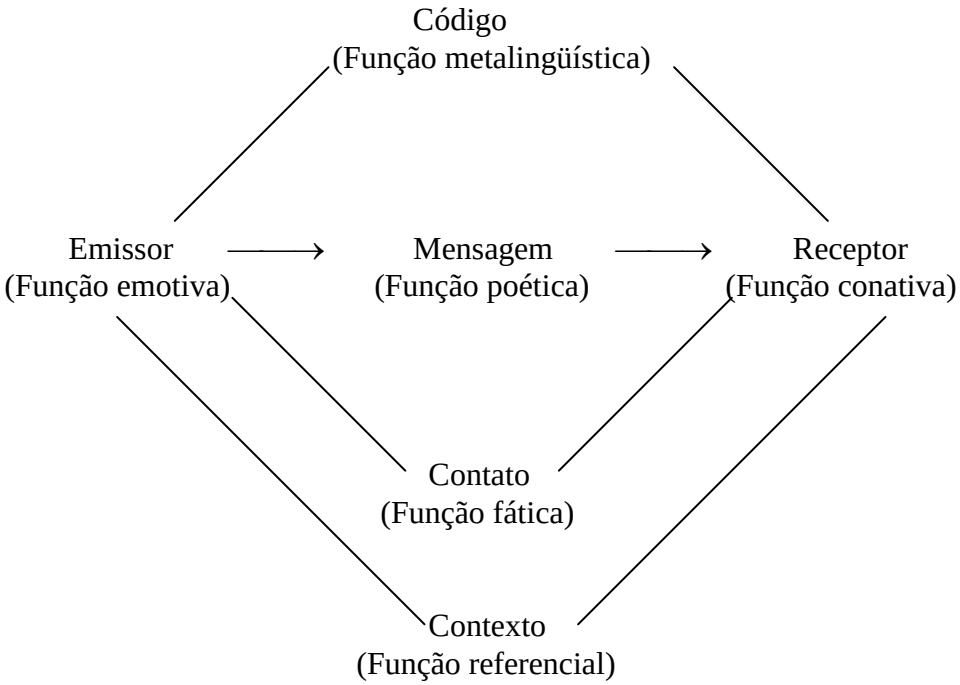
1) a **representativa, ou de representação**, cuja característica central seria a de analisar, ordenar e representar o espaço vital do homem; isto é, o ambiente em que ele vive;

2) a de **exteriorização psíquica,** em que a linguagem estaria empenhada em exprimir as emoções humanas;

[5] O termo ***função***, do qual deriva ***funcional***, apresenta uma tal variedade de empregos que há chances de não se poder distinguir, à primeira vista, de que função se trata.

3) a **apelativa**, em que a linguagem procuraria influenciar o receptor, e ocasionar, se necessário, uma mudança de comportamento.

Jakobson (1977:123) adicionou a essas três funções, outras três, correlacionando-as a cada um dos componentes do processo de comunicação:



Correspondendo à função de **exteriorização psíquica** de Bühler, a função **emotiva** de Jakobson refere-se à expressão da atitude do falante em relação àquilo sobre que está falando. Do mesmo modo, a função **apelativa** se identifica com a **conativa** que atua sobre o receptor.

A função **representativa** de Bühler, que se refere ao conteúdo da mensagem expressa, corresponde à função **referencial** de Jakobson, que assim a denomina porque, para expressar o conteúdo de uma mensagem, normalmente, há referências a uma dada realidade, a um contexto. Jakobson admite, porém, uma função, centrada na mensagem, que não se restringe apenas à informação a ser transmitida, mas procura conferir-lhe criatividade, subjetivismo, um tratamento estético, um valor artístico: a função **poética** e acrescenta ainda duas outras funções: a **metalingüística,** centrada no próprio código, isto é, na língua, nas expressões lingüísticas utilizadas, e a **fática**, responsável pela manutenção do contato Emissor/Receptor.

Uma abordagem funcional da linguagem significa, primeiramente, a investigação de como a língua é usada, para que objetivos ela nos serve e

de que meios dispomos para atingir seus objetivos. A língua é concebida *como instrumento de interação social responsável pelo estabelecimento de relações entre emissores e receptores* (Dik 1978:1, *apud* Givon 1995:2).

A primeira Escola Lingüística de Praga, no período intermediário entre as duas grandes guerras mundiais, chamou a atenção para as duas principais funções da linguagem: a de expressão do pensamento e a de instrumento de comunicação. Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, um dos seus participantes, W. Mathesius, explorou a Perspectiva Funcional da sentença, isto é, o conjunto das características estruturais da sentença - unidade comunicativa real. Surge nessa época, entre os praguenses, o conceito de "consituação", para especificar o conjunto de condições lingüísticas e extra-lingüísticas que caracterizam a comunicação, e a consciência de que a sentença é constituída, do ponto de vista informativo, de uma parte nova, obrigatória, e de uma parte mais velha, facultativa: articulação Tema-Rema.

Os continuadores de Mathesius, representantes da segunda Escola Lingüística de Praga, não foram unânimes em aceitar a idéia da articulação Tema-Rema, mas foram unânimes em estabelecer a hipótese de um terceiro plano sintático, responsável pela adequação dos discursos a uma determinada "consituação", ao lado de outros dois, o que se refere às relações entre os constituintes e aquele em que são definidos os papéis desempenhados pelos predicados.

Como afirma Ilari (1979:44), ainda que consideradas, hoje, sem muita importância, as propostas da segunda geração dos lingüistas da Escola de Praga devem ser relembradas, pois, não só foram originais na época, como serviram de base a teorias lingüísticas posteriores.

Para os referidos lingüistas:

a) a língua era concebida como um "sistema de sistemas" - o que remete, segundo Ilari, a uma teoria modular da mente;

b) os diferentes sistemas referiam-se às sentenças - o que contrastava de maneira evidente, com o pensamento estruturalista que pregava uma hierarquia de níveis;

c) três níveis sintáticos eram apontados: o primeiro nível, referia-se ao nível sintático propriamente dito; o segundo nível era essencialmente semântico e o terceiro, responsável pela organização da sentença para fins comunicativos, era especificamente pragmático;

d) a teoria lingüística era considerada polissistêmica, deixando aberta a possibilidade de interferências entre os níveis e reforçando a idéia de que entre as funções e sua expressão, as relações não são normalmente bi-unívocas;

e) as investigações sobre tema-rema em correlação com o dado-novo tentaram definir, com exatidão, as categorias aplicáveis aos vários segmentos das sentenças, marcando diferenças de "status" informacional.

Vê-se, pois, que as idéias apresentadas pelos lingüistas da segunda Escola de Praga serviram de base a teorias lingüísticas posteriores, especialmente no que se refere à concepção da língua como um "sistema de sistemas", e à sua organização em três distintos níveis, hoje denominados: nível sintático, nível semântico e nível pragmático.

Na década de 70, duas orientações da pesquisa lingüística foram denominadas **funcionalistas** - a do novo Círculo Lingüístico de Praga (representado, especialmente por Dames, Firbas e Sgall) e a da nova Escola Lingüística Britânica, representada por Halliday.

A partir desse momento, o **funcionalismo** ganhou adeptos em muitos países e procurou firmar a sua posição nos estudos lingüísticos.

Uma definição extremamente geral do **funcionalismo** especifica, exatamente, a sua preocupação em definir as funções da linguagem: emotiva, conotativa, poética, etc. Uma outra, adotada pela gramática tradicional, refere-se ao estudo das funções desempenhadas pelas expressões lingüísticas nas várias estruturas. Outra ainda, a da corrente funcionalista, procura ligar a língua ao seu contexto de uso.

Como se pode observar, há diferentes funcionalismos, uma vez que esse nome vem servindo para denominar várias modalidades de descrição lingüística.

Nichols (1984, *apud* Neves 1997:55) distingue um funcionalismo conservador, um extremado e um moderado.

O primeiro não propõe uma análise da estrutura da língua, limitando-se a apontar a inadequação de outras correntes lingüísticas como o formalismo e o estruturalismo (Susumu Kuno 1987). O tipo moderado, além de salientar essa inadequação, fornece uma análise funcionalista da estrutura (Dik 1989, Halliday 1961, 1966, 1967, 1968, 1973 e Givón 1984, 1990, 1993). O tipo extremado nega a estrutura e considera as regras dependentes unicamente das funções, isto é, do discurso, o que elimina as restrições sintáticas (Sandra Thompson 1987 e Paul Hopper 1987). Entretanto, se há peculiaridades que marcam os diferentes modelos, há também, entre eles, uma série de semelhanças. Pode-se dizer que o que

caracteriza a concepção de linguagem defendida pela gramática funcional é o seu caráter não apenas funcional, mas também dinâmico.

Todo tratamento funcionalista de uma língua natural, porém, põe em evidência a competência comunicativa; em conseqüência, procura especificar as funções da linguagem e analisar as estruturas lingüísticas como representações das diversas funções.

Uma abordagem funcional da linguagem, pois, *significa, primeiramente, a investigação de como a linguagem é usada, para que objetivos ela nos serve, e de que meios dispomos para atingir esses objetivos* (Dik 1978:1, *apud* Givón 1995:2) e pode ser caracterizada como um programa em andamento, que tem, como objetivo, determinar a competência comunicativa, já que, como afirma Martinet (1994:14): *Toute langue s'impose donc aussi bien dans son fonctionnement que dans son évolution, comme un instrument de communication de l'expérience*[6].

3.1.3 Gramática Funcional

Entende-se por **gramática funcional** a que analisa a relação existente entre a gramática de uma dada língua e a sua instrumentalidade de uso.

A gramática funcional:

> *considera a competência comunicativa, isto é, a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar estas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória (Neves 1979:113).*

Como explica a citada autora, a gramática funcional é igualmente aplicável a todos os tipos de línguas, o que significa que as descrições não devem ser tão específicas que não possam ser transferidas para outras línguas, nem tão gerais a ponto de camuflar as peculiaridades das línguas individuais.

Na perspectiva funcional, a simples descrição da estrutura das sentenças não é suficiente; a descrição completa deve incluir referências ao falante, ao ouvinte e ao contexto sociocultural em que as sentenças ocorrem. A expressão lingüística não pode ser analisada sem que se tenha em mente que ela é função, não apenas da intenção e da informação transmitida pelo falante, mas da informação pragmática do destinatário e do seu conhecimento a respeito das intenções do emissor.

---

[6] Toda língua se impõe, tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência.

A gramática funcional, pois, leva sempre em consideração o uso de expressões lingüísticas na interação verbal, considerando que a língua evolui para satisfazer as necessidades humanas e organiza-se de um modo funcional, e não arbitrário, para satisfação dessas necessidades. É, pois, essencialmente natural, no sentido de que parte do uso da língua e analisa as expressões lingüísticas como realmente são usadas pelos falantes.

Neves afirma que, no modelo funcional, a gramática é vista como uma integração da sintaxe e da semântica, dentro de uma teoria pragmática. Castilho (1997c) prefere, em lugar de gramática funcional, admitir a existência de uma sintaxe funcional, que se refere à competência comunicativa do falante, parte da semântica e do discurso e contextualiza a língua na situação social que dá origem às várias estruturas.

A sintaxe funcional abrange três ramos, caracterizados de acordo com o conceito adotado para a referida competência que pode ser entendida:

1. como capacidade de criar sentidos e processar a informação (Interface Sintaxe/ Semântica);

2. como capacidade de criação textual (Interface Sintaxe/ Texto);

3. como capacidade de promover interação verbal (Interface Sintaxe/ Conversação).

3.1.3.1 Interface Sintaxe/ Semântica

Observando como se processa a informação e como se estabelecem os sentidos, os pesquisadores funcionalistas vêm debatendo os seguintes tópicos, que serão desenvolvidos em seguida, com referência à interface sintaxe/ semântica:

- Estrutura informacional da sentença: articulação Tema/ Rema;
- Teoria dos Protótipos;
- Teoria Localista;
- Teoria composicional dos sentidos: a Predicação;
- Referenciação, dêixis e foricidade;
- Conjunção

A estrutura informacional da sentença já há muito vem sendo estudada. A Teoria da articulação Tema-Rema foi esboçada, inicialmente, por Hermann Paul, que, em 1886, apontou a existência, na oração, de uma

estruturação independente dos esquemas da sintaxe e, eventualmente, em conflito com eles. Paul define a oração como o registro verbal de um fenômeno psicológico e a considera resultante de duas funções distintas: sujeito psicológico (primeiro conjunto de idéias existente no consciente do falante) e predicado psicológico (que explicita o que o falante deve pensar sobre o sujeito).

Para Paul, importam as idéias e não as palavras, o que significa que ele atribui propriedades psicológicas à verificação de certas condições sintáticas e semânticas.

A Teoria da articulação Tema-Rema, formulada, como foi visto anteriormente, pela Escola Lingüística de Praga, por volta dos anos 30, postula que *todo ato de comunicação bem sucedido consiste em duas realizações: (i) destacar um objeto de predicação; (ii) predicar sobre esse objeto* (Castilho 1997).

Ilari (1986:42) aplicou essa teoria à língua portuguesa afirmando, como Sgall *et alii,* (1973) que toda oração serve para realizar duas ações básicas e irredutíveis, "falar de" e "dizer que": o primeiro desses termos capta o papel de tópico, enquanto o segundo, o papel de foco. Toda frase envolve, em suma, dois atos de fala, obedecendo cada um deles a condições específicas.

As sentenças concentram assim, no início, a "baixa-informatividade" dada pelo Tema, e, em seu centro, a "alta-informatividade" dada pelo Rema. O Tema corresponde, em geral, ao sujeito, enquanto o Rema corresponde ao predicado, isto é, ao verbo e aos seus argumentos.

A percepção informacional da sentença foi ainda estudada por Halliday (1973) que, ao contrário de Bühler que concebe a linguagem como meio para a investigação de fatos a ela exteriores, defende que a análise das estruturas lingüísticas revela as várias necessidades de utilização da língua, isto é, as suas várias funções.

Halliday estabelece três diferentes funções, mais precisamente metafunções, para a linguagem. Para ele, a linguagem serve, inicialmente, para exprimir conteúdos, ou seja, reações, cognições ou percepções do falante, assim como seus atos lingüísticos e sua capacidade de falar e entender. É a função ideacional que se subdivide em função experiencial e função lógica.

Em segundo lugar, a linguagem serve à função interpessoal; o falante usa a linguagem para expressar seu pensamento, seu julgamento pessoal, suas atitudes e, interagindo com o receptor, estabelece a comunicação.

A terceira função é a textual que se refere à criação do texto; é a função responsável pela escolha das unidades lingüísticas adequadas ao contexto e à situação, pela sua organização nas diversas frases, pelo

estabelecimento das relações entre as frases, pela seqüência lógica das idéias.

Segundo o autor (1985: xiii):

> *All languages are organized around two main kinds of meaning, the "ideational" or "reflective", and the "interpersonal" or "active". The components, called "metafunctions" in the terminology of the present theory, are the manifestations in the linguistic system of the two very general purposes which underlie all uses of language: (i) to understand the enviromment (ideational), and (ii) to act on the others in it (interpersonal). Combined with these is a third metafunctional component, the 'textual' which breathes relevance into the other two.* [7]

São esses, para Halliday, os três grandes componentes da gramática, que só assume a estrutura representada pela fórmula: ideacional - interpessoal - textual, na linguagem adulta. Na concepção do autor, há, pois, gramáticas diferentes que correspondem a diferentes fases de maturação dos indivíduos.

A teoria funcionalista de Halliday (1985: xiv) é uma teoria sistêmica em que a língua é interpretada como uma série de estruturas e, portanto, como uma rede de opções. A língua é um sistema que gera significados, um sistema sêmantico composto de outros sistemas, encarregados de codificar os significados produzidos.

Cada sistema implica subsistemas em que as escolhas são cada vez mais específicas. Cada elemento da língua é explicado com referência à função que exerce no sistema lingüístico total.

O que quer que seja escolhido no sistema é motivo para um conjunto de novas escolhas. Cabe à gramática organizar as opções, e, ao falante, fazer seleções de acordo com o objetivo que tem em mente. A gramática é o mecanismo lingüístico que reúne as seleções significativas derivadas das várias funções da linguagem e as organiza numa forma estrutural.

A unidade maior de funcionamento da língua é o texto, onde se processa a criação de significados; os itens são multifuncionais podendo atuar no nível do sintagma, da sentença e do texto. Na concepção de Halliday, pois, uma gramática funcional interpreta as estruturas lingüísticas de acordo com o que elas significam.

São ainda voltados para o que, segundo Castilho (1997c), se convencionou chamar "empacotamento semântico", os estudos de Prince

[7] Todas as línguas são organizadas em torno de duas principais espécies de sentido: o ideacional ou reflexivo e o interpessoal ou ativo. Esses componentes denominados metafunções, na terminologia da presente teoria, são manifestações, no sentido lingüístico, de dois objetivos bem gerais, responsáveis por todos os empregos da língua: o de entender o ambiente (ideacional) e o de interagir com outras pessoas (interpessoal). Combinado com esses, está um terceiro componente metafuncional, o textual, que confere relevância aos outros dois.

(1981) e Chafe (1970, 1981) que, tratam das relações entre o status informacional e a organização frasal, retomando indiretamente a distinção entre **Tema** e **Rema** e os de Givón (1979) que estudam o caráter definido ou indefinido dos referentes.

Ao lado do estudo da articulação Tema-Rema foi desenvolvida a *Teoria dos Protótipos* que está ligada à categorização natural de Wittgenstein. Sabe-se que há duas fontes de categorização lingüística: a categorização clássica, elaborada por Aristóteles e a categorização natural, elaborada por Wittgenstein e retomada, a partir de 1980, pela Psicologia, pela Antropologia e pela Lingüística Cognitiva.

De acordo com a teoria clássica, as classes gramaticais são discretas e dotadas de propriedades inerentes; de acordo com a teoria natural, as classes têm limites imprecisos e os seus componentes possuem diferentes graus de integração, o que permite que muitas características possam ser partilhadas por membros de categorias diferentes.

A teoria natural, possibilita o estabelecimento, segundo Givón (1979:15), de um "continuum categorial". O autor afirma:

> *Finally, there are languages (Walbire, see Hale, 1978) where many of our adjectival concepts lexicalize as nouns, but it is primarily the more inherent-permanent properties which do so, while temporary states lexicalize as (stative) verbs. To sumarize briefly a universal phenomenon seems to exist whereby the lexical categories* ***verb****,* ***adjective****, and* ***noun*** *occupy diferent areas of a continuum, and the scalar property of that continnum seems to be time-stability. At one pole - active verbs - one finds the depiction of rapid change in the state of the university. Further down the scale one finds temporary states, which may lexicalize as either verbs or adjectives. Further down yet, one finds inherent-permanent properties that may lexicalize as adjectives more often, and some would even lexicalize as nouns (youth, adult, oldster, baby). Finally at the other extreme of the scale one finds entities with the highest time stability, those which do not change their identity over time (or change it rather slowly), and those tend - universally - to lexicalize as nouns.* [8]

[8] Finalmente há línguas (Walbire, v. Hale, 1978) onde muitos dos nossos conceitos adjetivais são lexicalizados como nomes, mas são especialmente os que expressam propriedades inerentes e permanentes, enquanto os estágios temporários são lexicalizados por verbos. Sumarizando, brevemente, um fenômeno universal parece existir e as categorias lexicais **verbo**, **adjetivo** e **nome** ocupam diferentes áreas de um contínuo que vai da variação temporal à estabilidade. Num extremo ficariam os verbos ativos capazes de empreender uma rápida mudança no estado do universo. Mais abaixo, os estados temporários que podem ser lexicalizados por verbos ou adjetivos. Mais abaixo ainda, as propriedades permanentes, inerentes, que podem ser lexicalizadas mais freqüentemente por adjetivos, mas que também, podem ser lexicalizadas por nomes (juventude, adulto, mais velho, bebê) e finalmente, no outro extremo do contínuo, as entidades com a mais alta taxa de estabilidade temporal que não mudam a sua identidade no decorrer do tempo e são lexicalizadas por nomes.

Castilho (1997a:7) considera o estabelecimento de um **continuum** categorial um procedimento analítico mais sensível às complexidades das línguas naturais.

Deve-se a Givón (1986) a proposta de uma solução híbrida entre as duas categorizações anteriormente referidas, a de Aristóteles e a de Wittgenstein, a que ele denominou *Teoria dos Protótipos*, segundo a qual são protótipos, os itens de uma determinada categoria que compartilham todos os traços ou propriedades dessa categoria. Os itens que compartilham um maior ou menor número de traços apresentam diferentes graus de prototipicidade.

Tomando por base a *Teoria dos Protótipos*, pode-se dizer que existem, em português, vocábulos que pertecem **mais** ou **menos** a determinadas categorias gramáticais. No que se refere às conjunções, por exemplo, pode-se afirmar não haver uma separação nítida entre conjunções coordenativas e subordinativas, mas um contínuo que vai da coordenação perfeita à subordinação por excelência, havendo, em cada grupo de conjunções, os protótipos, isto é, as que preenchem as características básicas de cada grupo (Barreto 1992:282).

Enquanto a *Teoria dos Protótipos* procura identificar os termos básicos, prototípicos de cada classe gramatical, a *Teoria Localista* tenta explicar a origem das estruturas gramaticais.

A *Teoria do Localismo* ou *Hipótese Localista* postula serem as estruturas que aparecem na gramática derivadas do domínio do espaço. As expressões espaciais são consideradas básicas e ponto de partida para a criação de novas expressões. Os espaços são ordenados numa progressão que vai do interior para o exterior, onde o espaço social é mais central e o **espaço lógico**, mais periférico.

Para Lyons (1980: v.2, 338), a *hipótese localista* baseia-se no fato de que as expressões temporais, em numerosas línguas, provêm de expressões locativas. Lyons chama a atenção para o caráter dêitico do tempo gramatical e para o paralelismo evidente entre a dêixis espacial e a temporal.

Em virtude da estreita relação entre tempo e distância, uma vez que o que está mais afastado é alcançado com maior gasto de tempo ou esperado por mais tempo, há uma correlação direta entre o afastamento temporal e o espacial, a partir de um ponto zero: o **aqui** e o **agora**.

Os acontecimentos têm lugar em certos pontos no tempo, enquanto os estados e processos duram um certo período de tempo.

Os localistas consideram, habitualmente, a localização temporal menos concreta que a espacial e mais concreta que os outros tipos de localização considerados abstratos.

Do ponto de vista localista, pode-se explicar o processo, em função do qual alguém ou alguma coisa passa de um estado a outro, partindo da noção de "viagem". Se uma entidade viaja, desloca-se de um ponto de partida para outro ponto de chegada e percorre um caminho ao qual se pode ou não fazer referência. O fato de adquirir uma certa propriedade ou de passar a um certo estado, contém uma relação semântica com o fato de possuir essa propriedade ou estar neste estado, idêntica àquela de chegar a um determinado lugar e de ali estar.

Assim, uma grande parte do que se considera emprego metafórico pode ser explicado em termos localistas, isto é, em termos de mudança de estado ou aquisição de propriedades.

As noções empregadas pelos proponentes do localismo assemelham-se às já citadas por Lakoff e Johnson (1980:17) para formulação de várias das metáforas conceituais.

Os proponentes do localismo, como já foi mencionado, acham que o espaço é a fonte dos conceitos temporais. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991:115), entretanto, chamam a atenção para o fato de que nenhuma categoria de tempo tem, no espaço, a sua única fonte; noções de tempo podem ser derivadas de várias fontes, muitas das quais não envolvem o espaço.

No que se refere ao estabelecimento do espaço como uma fonte para a gramaticalização, há correntes lingüísticas que consideram :

1) ser o espaço, a única fonte;
2) ser o espaço, uma das várias fontes;
3) não ser, o espaço, fonte de gramaticalização.

Os autores acima citados, se referem a muitas línguas em que construções locativas do tipo **x está em y** foram gramaticalizadas em aspectos progressivos do tipo **x está fazendo y**, mas salientam não ser essa a única origem dos aspectos progressivos que, muitas vezes, provêm da categoria **atividade,** assim como muitos conceitos, inclusive o da negação.

Para Heine, Claudi e Hünnemeyer o espaço é a fonte de muitas funções gramaticais, mas não parece ser uma fonte primária, pois os conceitos locativos são, por vezes, derivados de conceitos mais concretos, de entidades referenciais, de conceitos pertencentes à categoria **objeto.** Os autores propõem a metáfora objeto > espaço, pois é o que ocorre, por exemplo, com as preposições derivadas de nomes designativos de partes do corpo.

Svorou (1993), em trabalho baseado na sua tese de doutorado, intitulada *The Grammar of Space*, aborda as semelhanças e diferenças entre as línguas, na codificação e expressão de relações espaciais. Dados

de vinte e seis línguas, selecionadas ao acaso e não-relacionadas geneticamente, serviram de base ao estudo. A autora mostra como as línguas são semelhantes na maneira como codificam as relações espaciais, bem como na maneira como essas formas emergem e evoluem e sugere que a razão das semelhanças jaz no modo como nós, seres humanos, experimentamos o mundo, o que depende da nossa configuração física, do nosso aparato neuro-fisiológico e da nossa cultura individual.

No que se refere à origem das formas espaciais, Svorou afirma que fontes lexicais específicas constituem a sua origem e que essas formas retêm algumas propriedades de suas fontes, ainda que se tornem mais e mais gramaticais.

A semelhança das fontes lexicais que servem de origem às formas lingüísticas espaciais e a evolução experimentada por essas formas, nas várias línguas, sugerem o postulado de que princípios universais governam a codificação lingüística das relações espaciais.

Duas fontes lexicais são apontadas para as unidades espaciais: o nome e o verbo. Entre as fontes nominais, várias classes foram citadas, de acordo com o referente que codificam: as partes do corpo, os termos relacionados com o ambiente, a relação objeto-parte e algumas outras.

Identificado também como uma outra fonte de unidades lingüísticas espaciais, o verbo fornece importantes informações. A maioria de unidades lingüísticas oriundas de verbos especificam a direção, o tipo ou ponto final do movimento. Verbos dinâmicos dão origem a unidades direcionais, enquanto verbos estativos dão origem a unidades estáticas ou noções próximas.

Como afirma Svorou (1993:2), muitos lingüistas, psicólogos e cientistas cognitivos concordam que, no relacionamento entre a língua e o mundo objetivo ou físico, existe um nível intermediário, o da “cognição”, cujas manifestações, como experiência, compreensão e imaginação são necessárias, não apenas para que os humanos compreendam a língua, mas também para o desenvolvimento de uma teoria da linguagem em geral.

Svorou explica que o homem, nas interações diárias, fala sobre situações ou eventos, localizando-os no espaço. O local, o tempo durante o qual ocorrem e os participantes com as suas características constituem as três dimensões, através das quais o homem compreende ou se refere aos eventos. Cada uma dessas dimensões envolve diferentes graus de especificidade. Os diferentes graus de especificidade utilizados para falar sobre a localização da entidade, dependem das intenções, do endereçamento da mensagem e do contexto comunicativo em que se passa a comunicação. Localizam-se entidades e situações no espaço, quando se descrevem cenas, narra-se uma seqüência de eventos, dão-se instruções, responde-se a questões (Onde está isto ou aquilo?) ou quando alguém se

refere a um objeto em contraste com outro (**janela do fundo** oposta a **janela da frente**). Essas interações são chamadas pela autora de **molduras lingüísticas**.

Cada objeto, no mundo, está contido em algo mais amplo e, se tornados explícitos na sua totalidade, os elementos da localização de um objeto, constituirão uma lista extensa de relações. Há, entretanto, um **nível básico** de codificação de relações espaciais, um nível adequado, isto é, que contém apenas o que é necessário, sem recorrer a informações redundantes.

A autora cita Talmy (1983) e Langacker (1986, 1978), entre outros, que observaram que a localização de um objeto, em relação a um outro, envolve o conhecimento de alguma espécie de **relação assimétrica** entre o objeto que se quer localizar e o objeto com referência ao qual ele é localizado. Assim, há relações assimétricas com referência ao tamanho, à capacidade, ao suporte, à ordem, à direção, ao movimento, à distância ou a uma combinação entre esses elementos.

Talmy (1983) tomou de empréstimo da psicologia da Gestalt, os termos **figura** e **fundo** para designar a entidade a ser localizada e o objeto em relação ao qual se quer localizá-la. Vários outros termos foram sugeridos, como **locans** e **locatum, relans e relatum, trajector** e **landmark**. Esses últimos, sugeridos por Langacker, 1986, são os utilizados por Svorou. **Trajector** (**TR**) é a entidade a ser localizada e **Landmark** (**LM**) é a entidade em relação à qual o trajector é localizado.

As pessoas têm uma idéia perfeita sobre as características dos objetos que encontram na sua vida diária: tamanho, forma, textura, partes componentes, etc. Todas essas noções podem ser incorporadas na noção de região de uma entidade que constitui o componente central da teoria sob a qual Svorou baseia o seu trabalho.

Na visão da linguagem apresentada pela autora, a noção de região, considerada fundamental, incorpora o conhecimento físico e funcional das entidades que, por sua vez, determinam a descrição lingüística de relações espaciais.

A noção de região subjaz, segundo a autora, a várias teorias de relações espaciais, e contrasta com a visão Aristotélica do espaço, definida, inicialmente, como *a que contém aquilo de que é o lugar* e, posteriormente, considerada como nem maior, nem menor que o objeto.

A região é uma estrutura conceptual determinada por nosso conhecimento acerca de atributos físicos, perceptuais, interacionais e funcionais, ligados a entidades específicas. Entidades têm regiões que podem ser subdivididas em sub-regiões pela referência situacional com outras entidades.

Svorou oferece uma visão alternativa na qual o sentido de uma expressão locativa dá prioridade conceptual à região do **LM** em que se

encontra. Essa proposta dispensa a noção de lugar, idealmente definida, para apoiar a que tem que ser complementada por princípios pragmáticos, como o de tolerância, a fim de explicar a indefinição dos limites das descrições lingüísticas.

A noção de região é relevante numa teoria de relações espaciais que pressupõe que as pessoas compreendam o espaço, não como um conjunto de coordenadas de acordo com as quais os objetos assumem a sua localização, mas como relações que existem entre os objetos nesse espaço, as quais lhes fornecem noções sobre tamanho, mobilidade e/ou sobre atributos funcionais e interacionais.

Teoricamente, cada entidade é tratada de modo diferente, como se possuindo regiões anteriores ou exteriores ou como sendo, ela própria, uma região, a depender do caso. A localização pode ser feita com respeito à região interior ou à exterior. As entidades locativas em relação a outras unidades caracterizadas como possuindo região interior, permitem dois tipos de relação: aquela em que o **TR** é incluído na região do **LM** ou aquela em que o **TR** é localizado fora da região do **LM**. Para a localização de entidades com respeito à região exterior do **LM** são possíveis: a distância ou a proximidade que separa o **TR** de uma região exterior do **LM.** As relações de distância entre o **TR** e o **LM** vão desde o contato entre os dois até uma grande distância de separação. A autora salienta ainda que várias espécies de movimento podem ser experimentadas seguindo o contorno de um objeto e que o **LM** pode também ter regiões paralelas, de contorno, regiões que podem ser percorridas através de regiões que se cruzam, as quais podem existir em situações estáticas ou dinâmicas.

As entidades, por sua vez, podem ainda ser simétricas ou assimétricas. As simétricas não têm partes diferenciadas no exterior (bolas); as assimétricas podem ser distribuídas ao longo de um eixo vertical (superior x inferior) ou horizontal (frente x fundo, esquerda x direita).

Num arranjo espacial relativamente simples, o **TR** é localizado na região do **LM**, mas se o **LM** for uma entidade assimétrica é possível uma especificação mais refinada da localização do **TR**. Entretanto o povo faz também especificações detalhadas sobre a localização de entidades com relação a entidades simétricas e usa as mesmas descrições lingüísticas.

Uma entidade pode ser localizada com referência a duas ou mais entidades tomadas como **LMs**. Nesse caso, a região na qual um **TR** se localiza é a intersecção das regiões dos **LMs.** Determinar essa região implica não somente em reunir parâmetros a respeito do tamanho do **TR**, da distância entre ele e o **LM**, do espaço maior dentro do qual estão incluídos e do espaço útil ao redor do **LM**, mas também correlacionar

esses parâmetros a respeito das várias entidades que constituem coletivamente o **LM**.

As pessoas também se interessam em descrever a orientação do movimento das entidades no espaço, a qual é percebida como direcionalidade. Pode-se perceber o movimento de uma entidade em relação a um ambiente estável ou a outra entidade móvel. Tais relações assimétricas existem a respeito da mobilidade situacional, da direção ou percurso do movimento, da ordem entre entidades móveis ou de uma combinação entre esses fatores. As entidades móveis são o centro de atenção nas cenas e o foco de nossas expressões no discurso. Essa assimetria determina que a entidade móvel seja tomada como **TR**, sendo, nesse caso, o **LM**, a entidade imóvel. Em situações onde ambas as entidades estão se movendo, a decisão quanto a qual é o **TR** e qual é o **LM** pode ser baseada no foco do discurso ou na saliência das unidades.

A direcionalidade é inerente ao movimento. As entidades são direcionadas para nós ou para afastarem-se de nós. Movimento e direção se relacionam, pois, de uma maneira próxima, dependendo do modo como as entendemos.

O modo como um movimento é descrito lingüisticamente reflete, de um lado, a perspectiva na percepção de um movimento e, de outro, vários graus de especificidade no detalhe através do qual o movimento é descrito. Descrever um movimento com referência à sua fonte ou ao seu destino tem um grau de especificidade mais baixo que falar acerca dele com referência ao caminho, ou ao caminho e ao destino, ou ainda à fonte e ao caminho. Fonte e caminho sempre estão envolvidos, indicando que constituem noções mais simples e podem ser consideradas básicas.

Pode-se descrever um movimento particular de um **TR** com respeito a um **LM** que pode ser a fonte, o destino ou um ponto no caminho do movimento. A noção de caminho implica a existência de uma fonte e um destino a ele associados. O movimento pode ser descrito também em termos de sua direcionalidade com respeito ao **LM**, sendo dirigido para ele ou afastado dele. O **LM** é assim um ponto conhecido no caminho do movimento.

Certas entidades dentro do contexto de uma comunidade podem ser tão importantes e salientes que são usadas como pontos de orientação maiores, como **LMs**, com movimentos e localizações orientadas com referência a elas. Tais **LMs** têm a característica de serem dirigidos.

Para falar sobre relações espaciais, segundo Svorou, as línguas fazem uso de um número de elementos relativamente pequeno. São as preposições, os afixos, as flexões casuais e os advérbios espaciais os quais fazem parte da gramática das línguas naturais (grams).

Uma implicação dessa suposição é que os elementos não "significam" em virtude da sua relação direta com o mundo exterior, mas em virtude da sua relação com a experiência que os seres humanos têm do mundo.

Além do sentido específico de formas lingüísticas individuais, há ainda a questão da relação com as formas lingüísticas espaciais e o problema da existência de uma estrutura que defina o seu domínio semântico. Pares de unidades lingüísticas espaciais como: **na frente de/atrás de, embaixo de/em cima de** têm sido pensados como polos de uma oposição. O caráter oposicional de sua relação tem sido atribuído à assimetria perceptual para o primeiro par e gravitacional para o segundo. As flexões casuais, por outro lado, têm sido consideradas como formando um paradigma. A relação entre os diferentes casos é baseada no fato estrutural de que são afixos para os nomes. A autora conclui que a estrutura semântica dos morfemas lingüísticos espaciais é baseada em princípios que pertencem à cognição humana.

Considerando que o sentido de unidades lingüísticas ou morfemas espaciais é determinado pela relação entre formas lingüísticas e a experiência de arranjos espaciais, então, a questão que se levanta é: se há ou não uma relação diretamente manifestada entre forma e sentido ou entre sentido e experiência. Essa relação é, porém, metafórica e motivada pela semelhança entre os elementos.

As formas lingüísticas espaciais podem ser simples, monomorfêmicas, como as preposições ou podem ser complexas, polimorfêmicas, como as locuções prepositivas. A hipótese que fez tais observações significantes é a de que a complexidade lingüística de morfemas lingüísticos espaciais reflete, economicamente, a complexidade cognitiva das relações espaciais que essas formas lingüísticas codificam. A autora admite haver variação na estrutura interna de formas lingüísticas através dos domínios cognitivos. Simples relações topológicas, como contiguidade e conteúdo, terão expressão lingüística simples (unidades lingüísticas morfofonêmicas). Relações de projeção, por outro lado, as que localizam entidades com respeito a regiões de outras entidades, terão forma lingüística polimorfêmica complexa. As línguas, na visão de Svorou, não diferem muito no modo como expressam relações de domínios espaciais específicos.

Os morfemas lingüísticos espaciais interagem com outros elementos do discurso, tanto no nível morfossintático, quanto no semântico. As preposições por exemplo são morfemas livres que, entretanto, estão em relação com um nome, geralmente descrito como seu objeto ou complemento, formando construções preposicionais.

Certas peculiaridades sintáticas das línguas podem causar mais variação no modo como os morfemas lingüísticos espaciais, seus complementos e outros elementos interagem no discurso.

As línguas podem ainda variar quanto aos tipos de unidades morfossintáticas que podem hospedar morfemas lingüísticos espaciais, o que se deve às características tipológicas da língua ou a razões semânticas. Há maior variação no escopo de morfemas lingüísticos espaciais livres que ocupam a parte inicial do contínuo do que no de morfemas lingüísticos que se fundem às unidades hospedeiras. A variação no escopo dos morfemas lingüísticos espaciais depende também do significado individual de cada um dos morfemas.

A autora salienta ainda que a língua está sujeita à dimensão do tempo, evidenciada pela mudança em sua estrutura, pela forma e significado dos seus elementos componentes. Enquanto todas as categorias da língua progridem, algumas carregam mais do que outras, os sinais de sua evolução. Os morfemas lingüísticos espaciais, assim como outras categorias gramaticais são fruto da evolução do material lingüístico e os sinais da sua história são manifestados em sua forma e significado, em qualquer ponto sincrônico particular.

Torna-se, assim, importante olhar de perto a história das formas lingüísticas espaciais, não só para que se possa explicar a variação, mas para que possa compreender aspectos mais profundos da interação social e da construção cognitiva dos seres humanos.

A hipótese levantada pela autora é a de que um certo número de expressões está associado a tipos específicos de unidades espaciais, nas várias línguas. Os empregos são semelhantes e apresentam uma estrutura específica para o subdomínio semântico delineado pelo tipo de unidade lingüística espacial.

Algumas expressões estão associadas a unidades lingüísticas da região frontal; o uso mais freqüente é o de **anterior**; outros empregos vão dos espaciais: **oposto a**, **em direção a**, **ulterior** para os temporais **ordem anterior**, **tempo anterior, antes e durante** e, em seguida, para outros empregos não-espaciais, os referentes à **comparação**, à **obstrução** e ao **uso comitativo**.

Similarmente, a região posterior dá origem a expressões como **posterior**, **sob, base, através, circunferencial**, usos temporais como **ordem posterior, tempo posterior, depois**, e empregos não espaciais como o comitativo, o instrumental e o benefactivo.

Os usos espaciais de tais unidades são vistos como implicações provenientes da nossa experiência com regiões espaciais anteriores e posteriores. Do mesmo modo a nossa experiência com a mobilidade e a

direcionalidade determinam o emprego de certas unidades lingüísticas espaciais.

Os usos temporais procedem dos espaciais, uma vez que o **tempo** é uma noção associada ao movimento entendido em termos de mudança que implica gasto de tempo.

A autora afirma, pois, que o modo como os falantes de uma língua codificam relações espaciais, temporais e sociais reflete a maneira como percebem, retêm e associam as experiências.

Uma outra teoria, a *Teoria Composicional dos Sentidos*, procura estabelecer a relação sintática, semântica ou discursiva entre os termos de um enunciado. É a **predicação** que pode ser definida como a relação entre um predicador e o seu sujeito, isto é, o termo por ele predicado.

Como explica Castilho (1994:80-84), a predicação relaciona-se com a semântica, pois gera o sentido que decorre da relação entre o item e o seu referente; é, pois, um processo gerador de significados. Relaciona-se com a sintaxe, pois pode ocorrer:

a) no espaço sintagmático da sentença: por determinação, quantificação, delimitação e atribuição, no caso do SN e por modalização, no caso do SV;
b) no espaço funcional da sentença, entre o verbo e o SN sujeito;
c) na sentença, entre a própria sentença e os advérbios que a modificam, os chamados “advérbios de sentença”.

A predicação relaciona-se ainda com o discurso, uma vez que, muitas vezes, na fala, o predicador se refere não a um termo codificado no enunciado, mas a um dos termos do discurso.

Diferentes contribuições funcionalistas têm procurado demonstrar como se compõem os sentidos na sentença e no texto, mediante a combinação de propriedades semânticas dos itens lexicais. Castilho, embora reconhecendo ser ainda muito cedo para reunir essas vertentes sob o título *Teoria composicional dos sentidos*, prefere assim denominá-las, reconhecendo uma elaboração que diz respeito, exatamente, à maneira como se compõem, ou melhor, organizam-se os sentidos na sentença e no texto.

Dik (1978) apresenta uma interessante contribuição à concepção funcionalista da predicação. O autor distingue **sistema** e **uso** da língua, mas evita abordá-los separadamente. A forma dos enunciados, segundo Dik, (*apud* Neves 1994:120) não pode ser entendida independentemente da sua função. A expressão lingüística é função:

1) da intenção do falante;

2) da sua informação pragmática;
3) da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte.

A interpretação do ouvinte, por sua vez, é função:

1) da expressão lingüística;
2) da sua informação pragmática;
3) de sua conjetura sobre a informação do falante.

No modelo de Dik, os itens lexicais de uma língua devem ser analisados dentro de uma predicação que pode ser definida como a relação entre um predicador ou predicado e seus argumentos. No esquema apresentado por Dik para a Gramática Funcional, um fundo ou base é constituído do léxico contendo as expressões básicas da língua (predicados e termos) que, necessariamente, devem ser aprendidas e memorizadas, e dois outros componentes que fornecem as regras sincronicamente produtivas para a formação dos predicados ou termos derivados.

Por **regra produtiva**, Dik entende aquela que não é lexicalmente governada e cujos efeitos passam despercebidos pelo emissor e pelo receptor.

Os itens do léxico são palavras ou afixos que servem a regras produtivas de derivação de outras palavras ou de expressões idiomáticas.

Predicados são elementos que fornecem propriedades aos argumentos e estabelecem relações entre eles. Na gramática funcional, os predicados são de três tipos: verbal, adjetival e nominal.

Interpretados como designadores de propriedades ou relações, os predicados se distinguem com base nas suas propriedades formais e funcionais. Eles se aplicam a um certo número de termos, produzindo um estado-de-coisas, isto é, uma codificação lingüística que o falante faz da situação. Constituintes exigidos pela semântica do predicado são denominados argumentos e constituintes que acrescentam apenas uma informação suplementar são chamados satélites.

Outras classes de palavras como: preposições, pronomes, artigos, etc são consideradas “operadores”. Dik acredita que os operadores são determinados por regras de expressão que não necessitam ser listadas, propriamente no léxico, mas selecionadas de uma parte específica do léxico.

A gramática funcional compartilha com a gramática formal a idéia de que a estrutura da sentença pode ser previsível a partir do predicado. Predicado é o termo que define estruturas denominadas “esquemas de predicados” que especificam o número e a natureza dos argumentos exigidos por um determinado predicado. Os argumentos são caracterizados

unicamente em termos da sua função semântica e não, como na teoria gerativa de Chomsky, em termos de estruturas sintáticas. O objetivo de Dik em usar as restrições de seleção é analisar as estratégias envolvidas na compreensão de extensões metafóricas.

Os esquemas de predicados podem ser básicos ou derivados. Básicos são os aprendidos ou memorizados e derivados, os constituídos por processos sincronicamente produtivos. Os dois tipos são chamados de predicados nucleares.

Termos, segundo Dik, são instruções dadas pelo emissor ao receptor, no sentido de facilitar a identificação da entidade a respeito da qual serão predicadas determinadas coisas. Os termos básicos são os nomes próprios e os pronomes pessoais, os demais são derivados.

Operadores, como foi visto anteriormente, são elementos gramaticais que tomam a forma de determinantes, quantificadores e flexões.

Satélites são elementos que acrescentam informações concernentes ao modo, ao instrumento, ao tempo, etc.

A contribuição semântica dos operadores e satélites é essencial para a construção de uma predicação plenamente especificada.

A **predicação nuclear** (nuclear predication) é constituída pelo predicado e seus argumentos. Essa predicação nuclear, acrescida dos operadores e satélites considerados de nível I, transforma-se na **predicação central** (core predication) em cujo nível se dá a atribuição de funções sintáticas aos diversos termos. Acrescentando-se a essa predicação central os operadores e satélites de nível II chega-se à **predicação estendida** (extended predication) que, por sua vez, ligada aos operadores e satélites de nível III passa à **proposição**. A proposição acrescida dos operadores e satélites de nível IV, ilocucionários, transforma-se em **cláusula**, que se refere ao ato de fala.

A predicação constitui, pois, o núcleo de uma estrutura de cláusula e apresenta três níveis:

1) predicação nuclear: predicados e argumentos;
2) predicação central: predicação nuclear + operadores e satélites de nível I;
3) predicação estendida: predicação central + operadores e satélites de nível II.

As estruturas de níveis I e II estão associadas com a função representacional da predicação, enquanto as de níveis III e IV estão ligadas às suas propriedades interpessoais.

Cada nível da estrutura da cláusula tem os seus próprios operadores e satélites. No nível I, operadores e satélites são caracterizados como propriedades internas do estado-de-coisas designado pela predicação nuclear. As propriedades relevantes dizem respeito à organização temporal interna, refletida na escolha dos tempos e na negação. Os satélites são os de modo, tempo e instrumento.

Os operadores e satélites de nível II definem a localização espacial, temporal e cognitiva de um estado-de-coisas, num mundo real ou imaginário, sem afetar as propriedades específicas desse estado-de-coisas. Incluem o tempo (relativo e absoluto), o aspecto, que Dik denomina de quantificacional, as categorias factiva e interativa, a modalidade objetiva e a polaridade do tipo atual/ não-atual. A maior parte destas distinções podem ser expressas por satélites de tempo, lugar, freqüência e probabilidade.

Os operadores e satélites de nível III refletem a avaliação do falante e sua atitude em relação ao conteúdo da proposição expressa.

Os operadores e satélites de nível IV, chamados ilocucionários, modificam a força ilocutória básica da realização.

Na estrutura do predicado estão presentes três tipos de funções: semânticas, sintáticas e pragmáticas.

Para Dik:

> *A gramática funcional é uma teoria funcional da sintaxe e da semântica a qual só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria de interação verbal* (*apud* Neves 1994:124).

Como especifica Castilho (1994:8), pesquisadores do *Projeto da Gramática do Português Falado* forneceram uma importante contribuição ao problema da predicação, a qual teve início com a análise dos advérbios, dos adjetivos e dos verbos.

Baseados no tipo de modificação produzida, os pesquisadores forneceram, para os advérbios, uma classificação diversa da apresentada pela gramática tradicional.

Separando os advérbios modificadores, os que alteram semânticamente o termo a que se referem, e os advérbios não-modificadores, isto é, os dêiticos de lugar e de tempo que podem funcionar como argumentos verbais, Ilari *et alii* (1991:63-142), propuseram duas grandes classes funcionais para os advérbios: os predicativos e os não-predicativos. Os predicativos foram inicialmente classificados em:

(i) **qualitativos** - aqueles que empregados junto ao verbo formam uma construção paralela à de substantivo + adjetivo, indicando qualidade:

comer bem x comida boa

(ii) **intensificadores**: *muito*, *mais*, *pouco*, etc

(iii) **modalizadores** - que se subdividem em: quase-modais, de circunscrição e de atitude proporcional.

Os quase-modais modalizam a asserção e estão ligados às crenças, opiniões e expectativas dos interlocutores: *realmente*, *provavelmente*, *possivelmente*.

Os de circunscrição limitam o ponto de vista sob o qual a asserção pode ser considerada correta: *praticamente*, *humanamente*, *musicalmente*, etc.

Os de atitude proposicional qualificam a asserção: *basicamente*, *efetivamente*.

(iv) **aspectualizadores -** que indicam a freqüência com que um evento se reitera: *geralmente*, *normalmente*, *diariamente*.

Entre os não-predicativos foram incluídos:

os de **verificação** (afirmativos e negativos);
os **focalizadores**: *justamente*, *exatamente*;
os de **inclusão-exclusão**: *só*, *exceto*;
os **circunstanciais** (de tempo e lugar: *hoje*, *ontem*, *aqui*, *ali*);
os de **discurso** = conectivos textuais.

A negação é considerada não um ingrediente da proposição, mas uma operação sobre proposições que inverte a suposição de verdade das mesmas.

Posteriormente, Castilho e Castilho (1992) subdividem:

1. os **modalizadores**, isto é, os que expressam uma avaliação pessoal, em:

– epistêmicos - que se referem ao conhecimento, podendo ser asseverativos, quase-asseverativos. Os primeiros, os empregados sempre que o falante considera que o conteúdo a ser modificado é verdadeiro: *realmente*, *evidentemente*. Os quase-asseverativos, indicadores de que o falante considera quase certo, o conteúdo da classe modificada: *possivelmente*, *provavelmente*;

– deônticos - através dos quais o falante informa que o conteúdo da palavra a ser modificada é necessário: *obrigatoriamente*, *necessariamente*;

– afetivos ou psicológicos - que exprimem o sentimento do falante: *felizmente, sinceramente*.

2. os **qualificadores**, em:

– intensificadores: *muito*, *mais*;
– atenuadores: *pouco*, *menos*;
– quase-argumentais: *francamente*.

3. os **quantificadores**, em:

– delimitadores: *lingüisticamente, musicalmente*;
– aspectualizadores; *freqüentemente*, *lentamente*;

Em 1994, Castilho, apresentando um resumo de trabalhos anteriores: Castilho (1993) - sobre a predicação adverbial e Castilho e Moraes de Castilho (1993) - sobre a predicação adjetival, considera três tipos de predicação: a modalizadora, a quantificadora e a qualificadora.

Pertencem à predicação **modalizadora** os adjetivos e advérbios modalizadores que expressam uma avaliação pessoal e são subdivididos em:

– epistêmicos - que se referem à verdade, ao conhecimento e podem ser: asseverativos: *real*, *realmente*; ou quase asseverativos: *possível*, *possivelmente*;
– deônticos - que indicam possibilidade, obrigação, proibição: *necessário*, *necessariamente*.

A predicação **quantificadora** que modifica a extensão do conteúdo da palavra a ser modificada é constituída pelos adjetivos e advérbios:

– aspectualizadores iterativos: *normal*, *normalmente*
– delimitadores: *musical*, *musicalmente*.

A predicação **qualificadora** interfere nas propriedades da classe a ser modificada, confirmando-as, negando-as, ou intensificando-as, daí a subdivisão em:

– qualificadores confirmadores (*efetiva*, *efetivamente*)

– qualificadores canceladores (*relativo*, *relativamente*)
– qualificadores adicionadores ou intensificadores (*tremendo, tremendamente*).

Os três tipos de predicação adjetival e adverbial servem na interação a diferentes objetivos: os modalizadores verbalizam a atitude do falante em relação ao conteúdo da palavra modificada, enquanto os quantificadores especificam a extensão e as propriedades da classe modificada.

Em 1996, Ilari estuda as locuções adverbiais e os advérbios focalizadores, isto é, os que exercem uma função de focalização, aplicando-se a adjetivos, numerais ou outros advérbios, a termos da oração, ao nexo entre uma principal e uma subordinada ou a uma oração subordinada em sua totalidade. O autor distingue seis tipos de focalizadores, de acordo com as "operações de verificação" implicadas:

(i) verificação de número: *exatamente*, *justamente*;

(ii) verificação de proporção: *em parte, por inteiro, na totalidade, meio, mais ou menos*;

(iii) verificação de coincidência: *bem*, *propriamente*, *mesmo*;

(iv) verificação de identidade e congruência: *exatamente*;

(v) verificação de factualidade: *realmente*;

(vi) confronto de tipologias - advérbios empregados quando o falante retoma fatos da sabedoria corrente: *apenas*, *simplesmente*, *nem mesmo*.

No mesmo ano, Neves (1996:266) estudando os advérbios circunstanciais, classifica os advérbios de tempo e lugar em **fóricos**, os que têm natureza pronominal e **não-fóricos**, os que não possuem natureza pronominal.

São pois classificações coerentes e detalhadas que permitem incluir os diversos advérbios e locuções adverbiais de acordo com as suas propriedades estruturais, a sua distribuição nas frases, e o seu escopo que é a contribuição mais típica dessa classe de palavras.

Ao lado dos estudos relacionados com a articulação tema-rema, com a origem das estruturas e com a predicação vêm sendo realizadas pesquisas para a investigação da foricidade, da dêixis e da conjunção presentes nos enunciados.

Foricidade é o termo empregado por Castilho (1996:122) para substituir o termo **referência**, em virtude da ambivalência desse último, que passou a ser empregado, significando não apenas os processos de designação, mas também os processos de retomada de conteúdo.

O autor emprega o termo **foricidade** para indicar o processo semântico-textual de retomada de conteúdos verbais já mencionados num texto ou contidos na situação da fala, o que pode ser realizado por meio dos artigos e dos pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos e relativos).

Esses operadores, denominados **fóricos** se distinguem dos denominados **dêiticos** que localizam entidades no eixo do espaço e do tempo. Muitas classes de palavras têm um papel dêitico, entre as quais a dos artigos e dos demonstrativos.

Na tradição gramatical mais recente, o termo **demonstrativo** passou a designar uma das classes dêiticas, enquanto o termo **dêixis** foi empregado para designar um processo mais amplo que inclui os pronomes, os advérbios demonstrativos de lugar e de tempo, o tempo verbal, certos adjetivos, etc.

Castilho reúne na classe dos **mostrativos** os itens: *este*/ *esse*/ *aquele* (e formas plurais e femininas), *isto*/ *isso*/ *aquilo*, *ele*, *o*, *mesmo*, *próprio*, *semelhante*, *tal* e mostra que estão distribuídos em subclasses, apresentando, entretanto, um traço em comum: a foricidade.

O autor chama a atenção para o fato de ser a distinção entre a dêixis e a foricidade um elemento fundamental à interpretação das sentenças.

As expressões dêiticas organizam a atenção dos interlocutores com referência ao conteúdo da mensagem; o procedimento dêitico constitui um instrumento de focalização de um item específico.

Na comunicação cotidiana, o espaço dêitico é o espaço da atividade da fala. A **dêixis,** relativa ao domínio da fala, é apenas um caso específico do procedimento dêitico.

Concentrando seu estudo na "dêixis textual", o autor procura também contrapô-la à noção de anáfora, ao contrário do que se encontra na maior parte da literatura sobre o assunto.

A investigação da conjunção, nesse quadro teórico, ainda está em andamento e pretende descrever as preposições e as conjunções; as preposições, com o seu conteúdo semântico e as relações que estabelecem; as conjunções, não só especificando que relações estabelecem, mas como se processa a ligação das sentenças e qual a posição dos diversos tipos de conjunções nas orações. Espera-se que a presente pesquisa possa fornecer dados importantes a estudos subseqüentes sobre o assunto.

3.1.3.2 Interface Sintaxe/Texto

Muitas têm sido as contribuições dadas pela Sintaxe Funcional à Lingüística do Texto, as quais se distribuem nos seguintes tópicos:

- Unidade discursiva
- Hierarquia tópica
- Planos do texto: definitude, indefinitude, fundo e figura
- Descontinuidade do texto
- Conectividade textual

Os estudos realizados sobre o texto abordam vários aspectos da sua composição, desde a sua unidade mínima de comunicação, a unidade comunicativa, até os mecanismos utilizados para a seqüência das idéias, a conexão textual.

O problema das unidades discursivas não é novo e tem recebido, conforme explicita Marcuschi (1986:61), diferentes tratamentos, dos quais advêm diferentes designações: "pedaços do enunciado" (Gumperz 1977), "unidades de informação" (Halliday 1967), "unidades de idéia" (Chafe 1980), "unidades comunicativas" (E. Giilich e R. Rath).

Chamam-se unidades discursivas (UDs), as unidades componentes de um texto. Castilho (1989:253) define unidade discursiva (UD) como:

> *um segmento do texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processo informativo de um subsistema, e formalmente, por se compor de um núcleo e de duas margens, sendo facultativa a figuração destas*.

O núcleo da unidade discursiva se compõe de uma ou mais sentenças tematicamente centradas. Do ponto de vista semântico, o núcleo da UD ilustra a articulação tema-rema, isto é, a um ponto de partida que encerra um dado conhecido, agrega-se uma declaração que constitui o dado novo.

Do ponto de vista sintático, o núcleo da UD encerra predicações primárias (expressas por orações independentes) ou predicações secundárias (expressas por orações dependentes).

Na UD, a margem esquerda tematiza o núcleo e preside a organização textual da mesma. A margem direita orienta-se para o interlocutor, ou oferece espaço para o que se segue à expressão do núcleo.

As UDs não correspondem necessariamente aos turnos conversacionais. Pode ocorrer que ambos os falantes estejam elaborando o mesmo subsistema, e então suas falas integrarão a mesma UD. Se cada falante seguir por um caminho temático diferente, aparecerão duas UDs.

As pesquisas sobre unidades textuais apontam a co-ocorrência de certas regularidades sintáticas que, como afirma Castilho (1997c:11), ainda estão insuficientemente pesquisadas.

Outro elemento importante do texto abordado pelos lingüistas funcionalistas é a constituição da hierarquia tópica.

A noção de tópico é de fundamental importância para o entendimento da organização conversacional e é consenso entre os estudiosos que os falantes têm noção de quando estão tratando do mesmo tópico, e de quando mudam, cortam ou retomam um tópico anteriormente especificado.

O tópico é uma atividade construída cooperativamente, isto é, há uma correspondência - pelo menos parcial - de objetivos entre os interlocutores.

Manifesta-se na conversação, mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes, em relevância num determinado ponto da conversação.

Jubran *et alii* (1996b:62) apontam como propriedades do tópico discursivo: a **centração** e a **organicidade**.

A **Centração** consiste no falar-se acerca de alguma coisa, empregando referentes explícitos ou inferíveis. Abrange traços de:

a) **Concernência -** relação de interdependência semântica entre os enunciados;

b) **Relevância -** proeminência do conjunto, decorrente da posição focal assumida por seus elementos;

c) **Pontualização -** localização do conjunto, tido como focal em determinado momento da mensagem.

A **Organicidade** consiste na relação que se estabelece entre o tópico central e outros tópicos co-constituintes. Três fenômenos básicos compõem a organicidade:

a) **Continuidade** - que decorre da organização seqüencial dos tópicos, de modo que a abertura de um se dá após o fechamento do precedente;

b) **Descontinuidade** - que decorre da introdução de um tópico, antes de o precedente finalizar-se;

c) **Segmentação** - que consiste na análise de pequenas porções de segmentos tópicos.

Há ainda a **digressão** - que pode ser definida como uma porção da conversa não relacionada, diretamente, com o tópico em andamento.

Koch *et alli* (1991:145) chamaram a atenção para a importância da análise da hierarquia e da continuidade tópica, assim como do modo como se processa o fluxo da informação na língua falada.

No artigo publicado no Volume I da *Gramática do Português Falado*, as autoras ressaltam a importância da análise do fluxo da informação que pode desenrolar-se com naturalidade, de modo contínuo e rápido, ou ser obstaculizado, dando origem à descontinuidade, uma característica do discurso oral, manifestada por ruptura na seqüência das idéias.

Também Kotschi (1996, *apud* Castilho 1997) considerou o universo do discurso constituído pela hierarquia tópica, ao lado da estrutura ilocutória e da estrutura informacional e chamou a atenção para o fato de que é possível estabelecer correlações entre a estrutura informacional e a estrutura gramatical.

No que se refere aos planos do texto, foram realizados, como especifica o supracitado autor, estudos sobre a **definitude** e a **indefinitude**, por Du Bois (1980) e Lavandera (1984) e abordado por Benveniste (1966) e Weinrich (1967), o problema do **fundo** x **figura**.

Du Bois e Lavandera mostraram ser a estratégia de representação das personagens uma narrativa que se reflete na seleção do material lingüístico. Assim, **definido** é o tema para o qual parece abrir-se um arquivo no aparato cognitivo dos interlocutores, dada a sua importância na interação. **Indefinido** é o tema que não acarreta esta fixação. Os autores consideram **definitude** e **indefinitude**, não como categorias estáticas, mas como categorias construídas no discurso, conforme a maior ou menor fixação dos falantes em determinados personagens ou fatos de uma narrativa.

Os textos se compõem de personagens e de eventos de diferentes planos. Os do primeiro plano, mais relevantes, constituem “as figuras” e os do segundo plano, “o fundo”.

Benveniste (1966) e Weinrich (1967) ao estudarem essas categorias mostraram que duas situações básicas podem motivar a criação de um texto: a necessidade de compartilhar experiências, impressões, opiniões (o **fundo**) e o impulso para narrar algo supostamente desconhecido do interlocutor (a **figura**).

A denominação **fundo** x **figura** não foi, entretanto, adotada pelos supracitados autores que denominaram o fundo, de discurso (Benveniste)

ou comentário (Weinrich), designando a figura, de história (Benveniste) ou narração (Weinrich).

Diferentes marcas formais vêm sendo associadas ao fundo e à figura, especialmente a seleção dos tempos e dos aspectos verbais.

Se, por um lado, é importante determinar a maior ou menor relevância de um ou outro tema e como se processa a organização das idéias num texto, é também de sumo interesse estudar fenômenos relativos à descontinuidade das idéias.

No que se refere à progressão da conversação, como já foi visto anteriormente, dois fenômenos são apontados por Jubran *et alii* (1992:364) como característicos para a distribuição de tópicos na linearidade discursiva: a **continuidade** e a **descontinuidade**.

A **continuidade** é decorrente da organização seqüencial dos segmentos tópicos, de tal modo que a abertura de um se processa após o fechamento de outro.

A **descontinuidade** é marcada por um desvio da seqüencialidade linear. Define-se ou pela suspensão definitiva de um tópico ou pela cisão de um tópico em partes; é caracterizada, pois, por fenômenos de inserção.

A **inserção** é uma estratégia de construção do texto falado pela qual se operam, na linearidade discursiva, encaixes de informações, o que provoca a descontinuidade da progressão temática.

Jubran (1996:412) aponta duas modalidades de inserção ou encaixes: na primeira, o encaixe, de maior extensão, tem estatuto de tópico e estabelece uma outra centração dentro do contexto; na segunda, o encaixe é menor e não tem estatuto de tópico, isto é, não desenvolve um outro tema ao lado do tema central. No primeiro caso, têm-se as **digressões** e, no segundo, os **parênteses**.

As digressões podem ser baseadas no enunciado (quando o tópico inserido se relaciona ao tópico da conversação) ou baseadas na interação (quando são devidas a fatores interacionais).

Dascal e Katriel (1982, *apud* Fávero 1993:51) dividem as digressões em três tipos básicos:

- Digressão baseada no enunciado - que apresenta uma espécie de relação de conteúdo;

- Digressão baseada na interação - que se distingue das demais por não apresentar relações de conteúdo com o tópico em andamento;

- Digressão baseada em seqüências inseridas - que se refere a uma grande variedade de atos de fala: corretivos, esclarecedores, informativos, etc.

Os **parênteses** são caracterizados:

- pela presença de pausas antes e depois do encaixe;
- pela ausência de conectores do tipo lógico;
- por mudanças prosódicas e em contraste com o contexto.

Os parênteses têm papel importante para o fornecimento de informações e esclarecimentos a respeito do tópico, desempenhando uma função altamente pragmática e constituindo uma das estratégias de produção do texto discursivo.

Jubran *et alli* apresentam como elementos delimitadores dos tópicos os marcadores conversacionais, os atos ilocutórios, as pausas, os silêncios, as hesitações, etc.

Inúmeros estudos sobre o assunto vêm sendo publicados nos diversos volumes na *Gramática do Português Falado*, entre os quais se sobressaem:

a) As pesquisas sobre **inserção** desenvolvidas por Jubran *et alii*;
b) As pesquisas sobre a **hesitação** desenvolvidas por Marcuschi.

Uma vez que um texto é mais do que a soma dos enunciados que o compõem, os lingüistas passaram a admitir que a produção e compreensão de um texto derivam de uma competência específica do falante.

Surgiram assim questões a respeito dos conceitos de: **texto** e **textualidade**. O **texto** consiste em qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente da sua extensão.

> *É uma unidade lingüística concreta que é tomada pelos usuários da língua, em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão*. (Koch e Travaglia 1989:8-9).

Textualidade ou **textura** é o que faz de uma seqüência lingüística um texto e não um amontoado aleatório de frases ou palavras. Uma seqüência lingüística é um texto, quando aquele que a recebe é capaz de percebê-la como uma unidade significativa global. São fatores responsáveis pela textualidade, especialmente, a **coesão** e a **coerência**.

A **coerência** diz respeito ao modo como os elementos presentes no texto, aliados a outros referentes ao contexto ou ao receptor, contribuem para a construção de uma unidade textual possuidora de sentido.

A coerência depende de uma série de fatores, de ordem:

- cognitiva (conhecimento partilhado, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade);
- situacional (situacionalidade);
- estilística (coesão, seleção lexical);
- ilocucional (continuidade);
- sociocultural (intertextualidade).

A **coesão** diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície do texto se encontram interligados entre si.

Tomando por base a análise dos elementos coesivos responsáveis pela textualidade, Koch (1989:27) propõe que se considere a existência de duas grandes modalidades de coesão: a coesão referencial e a coesão seqüencial.

A **coesão referencial** ocorre quando um componente da superfície do texto (forma referencial ou remissiva) faz remissão a outro elemento também do texto (elemento de referência ou referente textual). A **remissão** pode se relacionar a um elemento anterior e posterior; se anterior, tem-se uma anáfora, se posterior, uma catáfora.

A **coesão seqüencial** ou **sequenciação** refere-se aos procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto, diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas. O texto é constituído de partes independentes, sendo cada uma necessária à compreensão das demais. Essa interdependência é determinada pelos mecanismos de seqüenciação: parafrástica (recorrência ou repetição de termos, de estruturas, de conteúdos semânticos, de recursos fonológicos segmentais, de tempo e de aspecto verbal) ou frástica (procedimentos de manutenção temática, progressão temática, encadeamento por justaposição ou conexão).

Koch (1987:85) distingue dois tipos básicos de elementos de conexão interfrástica: os conectores do tipo lógico e os encadeadores do tipo discursivo.

Fávero (1987:54) se refere a processos de **junção**, isto é, a processos de seqüenciação que exprimem os diferentes tipos de interdependência semântica das frases. A junção pode ser expressa por conectores frásicos ou pausas.

Na língua falada, atuam como mecanismos de coesão, ao lado dos conectivos interfrásticos supracitados, formas denominadas marcadores conversacionais que servem de elo de ligação entre unidades comunicativas ou de orientadores dos falantes entre si. Podem aparecer no momento da troca de falantes, no início ou no fim do turno conversacional,

na mudança de tópico, na tomada do turno pelo interlocutor. São específicos para cada situação e podem ser verbais, não-verbais e supra-segmentais.

Risso e Urbano (1992, *apud* Risso 1996b:423) distribuem os marcadores em dois planos, não necessariamente exclusivos, mas interrelacionados, conforme o envolvimento com a organização da informação ou com a organização das relações entre os interlocutores, na estrutura interpessoal.

No primeiro plano, estão os marcadores que estabelecem as relações coesivas entre as partes do texto, mediante o processamento de aberturas, retomadas e/ou fechos de tópicos: *com efeito*, *por falar nisso*, *como eu ia dizendo*, etc. No segundo plano, estão os sinalizadores diretos da interação, representados por marcadores ora interrogativos, ora asseverativos: *claro*, *né*, *sabe*, *entendeu*, etc.

Os marcadores conversacionais ou discursivos constituem um dado de análise importante e sempre abordado pelos lingüistas, principalmente pelos que se dedicam à Análise da Conversação, ou ao estudo da língua falada, de uma maneira geral.

Risso *et alii* (1996b:21) estabelecem alguns elementos característicos da natureza dos marcadores conversacionais:

- como mecanismos verbais da enunciação, atuam no plano da organização textual;
- são exteriores ao conteúdo proposicional e à informação cognitiva dos tópicos ou segmentos de tópicos;
- manifestam um processo de acomodação do significado literal da palavra que os constitui à sinalização de relações dentro do espaço discursivo;
- são unidades independentes que não pertecem à estrutura em que se inserem;
- são acompanhados de demarcação prosódica;
- são unidades não-autônomas, diferenciando-se das interjeições, dos vocativos ou palavras-frase;
- são formas recorrentes no espaço textual;
- são formas mais ou menos fixas.

Estudos realizados sobre a coerência e a coesão, especificamente na língua falada, têm demonstrado ser a continuidade do assunto tratado, um fator de coesão e coerência, não só no plano semântico, mas também no plano gramatical.

Travaglia (1996:453), observando a questão das mudanças tipológicas em textos orais, confirma ser a continuidade tipológica fator de

coerência e coesão na língua falada, sendo as marcas e processos de transição, elementos de coesão seqüencial que podem estar ligados à causa da transição ou ao tipo do texto.

3.1.3.3 Interface Sintaxe/ Conversação

Preocupados com a Análise da Conversação, os lingüistas funcionalistas abordaram os seguintes tópicos:

- Unidade de construção de turnos
- Co-construções
- Tipos sentenciais conversacionalmente motivados

Com Sandra Thompson (1993, *apud* Castilho 1997) as indicações sobre a conversação ganharam terreno, especialmente no seu artigo intitulado: *What conversation can tell us about Syntax ?* Castilho salienta o importante papel de um artigo de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) em que os autores apontam a necessidade de uma sentença conversacional.

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974:700) apresentam um modelo adequado para a tomada de turnos que deve levar em consideração, entre outros fatores:

- a ocorrência e recorrência da mudança de falante;
- a tendência de cada um falar de uma vez;
- a ausência de "gaps" e "overlaps" (elipses e sobreposições);
- a variabilidade do tamanho, da ordem, da distribuição, do conteúdo e do número de participantes.

O modelo de Sacks *et alii* contém dois componentes básicos: a construção do turno e a alocação do turno.

De acordo com Sacks *et alii*, as unidades que dão origem à construção dos turnos, em Inglês, correspondem a sentenças, frases, sintagmas ou palavras. São as unidades-tipo. A unidade-tipo adequada é a que permite ao ouvinte predizer a espécie de unidade-tipo empregada e como e quando ela poderá terminar.

Um turno tem de ser produzido inicialmente, para dar origem a uma unidade de construção de turno. O primeiro momento em que pode haver mudança de falante é na primeira projeção do fim de uma unidade de construção de turno; este ponto é chamado "lugar relevante de transição".

Sacks *et alii* caracterizam o sistema de tomada de turnos como "**localmente manejado**" e "**interacionalmente determinado**".

"**Localmente manejado**" significa, segundo os citados autores, que a alocação dos turnos é operada na base da alternância **turno-a-turno**; "**interacionalmente determinado**" significa que falantes e ouvintes trabalham em colaboração, para determinar o tamanho dos turnos e o local da transferência.

Os autores afirmam, como já foi especificado, a existência de unidades-tipo que compreendem construções sentenciais, sintagmáticas e lexicais. As unidades-tipo projetam uma próxima unidade-tipo. A projetabilidade faz com que o falante possa prever o momento em que o interlocutor vai terminar a sua fala e preparar-se para entrar na conversação.

Segundo Sacks *et alii* (1974:723):

> *It is expectable, then, that some aspects of the syntax of a sentence will be best understood by reference to the jobs that need to be done in a turn-in-a-series, turns being a fundamental place for the occurrence of sentences*[9].

Outros autores como Franchi (1991) e Lerner (1991) abordaram a sintaxe interacional desenvolvendo indagações a respeito da Análise Conversacional.

Os lingüistas que vêm trabalhando na Interface Análise da Conversação/ Sintaxe consideram que as Unidades de Construção do Turno (UCTs) constituem o lugar ideal para se observar como a sintaxe emerge dos turnos conversacionais.

Castilho (1997:14) cita Ford e Thompson (no prelo) que investigam a questão do completamento sob os seguintes ângulos:

a) completamento Sintático - calculado em termos da relação com um predicado prévio, caso algum seja disponível;

b)completamento Entonacional - analisado com referência à existência de um contorno de finalização;

c) completamento Pragmático - caracterizado como o ponto em que se espera a intervenção de outro participante ou quando já não se espera nenhuma intervenção.

Os autores concluem que o complementamento pragmático é uma combinação da entonação com a seqüenciação da ação conversacional.

[9] Espera-se, então, que alguns aspectos da sintaxe da sentença possam ser melhor compreendidos com referência aos papéis desempenhados numa série de turnos, constituindo, pois, os turnos, o lugar fundamental para a ocorrência das sentenças.

Lerner (1991), como afirma Castilho (1997c:15), parece ter sido um dos primeiros a elaborar, com mais detalhe, o conceito de "**unidades de construção de turno** (UCTs) **compostas**", constituidas de termos emparelhados, sendo o segundo um complemento sintático do primeiro.

As UCTs compostas são também denominadas **co-construções** ou correlações e ocorrem quando uma determinada estrutura começa por um componente que permite prever um segundo.

Os estudos realizados sobre o assunto apontam para as motivações pragmáticas que favorecem a emergência de uma UCT composta:

a) conhecimento maior, por parte de um dos interlocutores, da situação que está sendo exposta;

b) assunto correlacionado com interpretações da própria vida;

c) aceitação, por parte do interlocutor, da contribuição do seu parceiro.

Uma questão que subjaz a essas discussões é, como especifica Castilho (1997c:16), a da existência ou não da sentença na língua falada. Uma proposta apresentada é a de considerar, na língua falada, não a existência da sentença, mas a de uma **unidade entonacional** (UE) ou de **unidades de construção de turnos** (UCTs).

Franchi (1991)[10] e Ford-Fox-Thompson (1995) imaginaram que a unidade conversacional básica deveria ser um amálgama das UEs e das UCTs vistas como um epifenômeno.

Ford-Fox-Thompson concluem que:

a) as UCTs são emergentes e não podem ser pré-definidas;

b) as UCTs são unidades sintáticas primárias, dotadas de contorno entonacional específicos;

c) a tentativa de identificação das UCTs revela apenas uma parte do que de fato ocorre nas interações observadas.

Castilho (1997:16) afirma que: *o conceito de UCT não tem toda força necessária para caracterizar sintaticamente um texto falado e muita pesquisa precisa ainda ser feita, para refinar o instrumento de análise*.

[10] Os autores após os quais figura unicamente o ano correspondente à publicação da obra citada estão sendo citados, neste capítulo, *apud* Castilho (1997), uma vez que não foi possível o acesso à obra original.

Ao lado das unidades de construção de turno foram também realizados estudos sobre as sentenças mais empregadas na língua falada.

As coordenadas aditivas, devido à sua freqüência na conversação, já foram denominadas, por Heritage e Sorjonen (1994), de sentenças "**end prefacing**".

As adversativas são empregadas para iniciar idéias contrárias às anteriormente expostas, ou para iniciar um tópico, uma pergunta ou uma frase exclamativa, já sem nenhum valor de oposição.

As subordinadas adverbiais, as condicionais, as temporais e as causais já foram apontadas como as mais empregadas no inglês falado.

No que se refere às causais, a observação da possibilidade de mudança de posição entre as orações, faz surgir a questão a respeito das características das sentenças principais e subordinadas.

Também as relativas e completivas vêm sendo estudadas. Ford e Thompson (1991) procederam a uma extensa quantificação das relativas, que desempenham um papel central na conversação.

Givón (1979:50), seguindo Karttunen (1994), assume que todos os fenômenos nas línguas naturais são pragmáticos, isto é, definidos em termos de suposições que o falante faz acerca do que o ouvinte pode aceitar sem discussão.

O autor estabelece variantes sintáticas que preenchem características, tais como:

a) construções estritamente pressuposicionais - sentenças relativas, frases interrogativas, sentenças clivadas ou pseudo-clivadas;

b) sentenças encaixadas - que devem ser contrastadas com a oração principal;

c) outros atos discursivos - imperativos, negativos, interrogativos.

d) construções que envolvem graus de definitude - topicalização e argumentos: acusativo definido, mudança de tópico, passiva, pronomes anafóricos, presentativos existenciais, que contrastam com o modelo ativo neutro, cujo sujeito é definido e o acusativo indefinido.

Analisando a relação entre o discurso e a sintaxe, especificamente a relação entre a sentença do tipo neutro, isto é, a cláusula principal declarativa afirmativa e a transmissão de uma nova informação, Givón (1979:87) mostra como um conjunto de fatores pode influir na categorização do tipo neutro. São eles:

– **Marcação** - a sentença que contém uma nova informação será menos pressuposicional. Mas pode-se supor ser a complexidade pressuposicional apenas uma dimensão no fenômeno total da marcação do discurso. Outra dimensão é a da dificuldade na identificação do referente. Quando o falante pressupõe mais dificuldade de entendimento por parte do ouvinte, as estruturas que usa podem ser consideradas mais marcadas. A noção de discurso marcado ou não-marcado é, em essência, uma noção relativa. O autor afirma que a marcação do discurso pode ser definida como o grau em que o discurso constitui uma surpresa, uma quebra da norma comunicativa.

– **Teste de freqüência** - o discurso humano envolve a troca de novas informações, logo, obviamente, o tipo de cláusula que transmite a nova informação deve ser o mais freqüente no discurso.

– **Restrições distribucionais** - o tipo de cláusula que contém a nova informação é precisamente aquele que deve ter a melhor elaboração.

– **Complexidade sintática** - é razoável assumir que as cláusulas que são mais pressuposicionais também tolerarão uma complexidade mais facilmente percebida. Isto as torna mais perceptualmente salientes.

– **Dinamismo sintático** - uma vez que a inovação sintática advém da reinterpretação de variantes marcadas por focos e tópicos, espera-se que a cláusula-tipo que exibe a maior liberdade de distribuição de tais variantes - a cláusula principal, declarativa-afirmativa - seja sintaticamente a menos conservadora; é também esperado que a cláusula-tipo neutra que suporta a informação exiba mais inovação e elaboração.

– Aquisição da linguagem - as crianças adotam, segundo Givón, uma primeira língua sob "stress" comunicativo: dessa maneira, desenvolvem um sistema comunicativo simplificado que se caracteriza por:

- ritmo lento;
- emprego de repetições;
- sintaxe menos compacta.

Quando a criança realmente adquire uma capacidade comunicativa, a capacidade de desenvolver uma cláusula principal declarativa-afirmativa desenvolve-se antes da capacidade de produzir cláusulas mais elaboradas. A elaboração semântica e a inovação expressiva são mais evidentes na cláusula que contém a nova informação do discurso.

Givón (1979:209) especifica que:

> *Nevertheless, one must keep in mind that we are dealing here with cyclic waves, which may be characterized roughly as:*
>
> *Discourse > Syntax > Morphology > Morphophonemis > Zero*
>
> *The last two steps are motivated largely by phonological attrition and well not be discussed further here. The first two steps, which are often* ***coupled*** *(i. e. occur simultaneously), are motivated by various* ***communicative needs*** *and will form the bulk of the cases to be discussed.*[11]

O autor analisa as mais importantes construções subordinadas e, a cada passo, procura provar que muitas línguas apresentam evidências de que tais construções nascem diacronicamente, pelo processo de sintaticização, ou de construções, primordialmente, paratáticas.

O autor sugere que seus processos diacrônicos devem ser vistos:

> *... in the context of the genesis of syntax ex-discourse.*[12]

e propõe dois polos extremos para o modo comunicativo: o pragmático e o sintático.

Neves (1997)[13] afirma que, na análise das orações o que se focaliza é o conjunto de propósitos, tendo em vista a competência comunicativa.

A autora salienta que, numa versão funcionalista, as relações expressas pelas orações adverbiais são vistas como análogas às das orações retóricas. As relações tradicionalmente chamadas adverbiais, como as que expressam relações de causa, condição, tempo, modo, lugar, etc permeiam e governam todo o texto, penetram em todas as suas subpartes, razão pela qual são consideradas reflexos de relações retóricas. Essas orações são chamadas satélites e estão voltadas para a localização espaço-temporal e cognitiva, como causalidade e estado-de-coisas, designadas nas chamadas predicações centrais. As orações satélites estabelecem molduras que muitas vezes, na língua falada, permanecem vazias, isto é, sem a oração principal, criando espaços mentais que obtêm efeitos particulares significativos.

---

[11] Não obstante, deve-se ter em mente, que estamos tratando aqui com ondas cíclicas que podem ser caracterizadas como:

Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero

Os dois últimos estágios são largamente motivados pelo atrito fonológico e não serão discutidos aqui, em profundidade. Os dois primeiros estágios, que estão, comumente, conjugados (isto é, ocorrem simultaneamente) são motivados por diversas necessidades de comunicação e formarão o tema central dos casos a serem discutidos.

[12] ... no contexto da gênese da sintaxe a partir do discurso.

[13] Informação fornecida na conferência proferida durante o II Encontro de Funcionalistas - Araraquara, 08 a 10. 05. 97

Considerando-se as diversas combinações de orações principais com orações satélites, pode-se observar que, em alguns casos, é possível inverter a posição das orações, em outros, não, fato que é também objeto de estudo de uma gramática funcional.

Do exposto, pode-se observar que, do ponto de vista funcional, a competência comunicativa deve guiar o lingüista e, como afirma Ilari (1979:48) *todo estudo da língua é um estudo da língua em uso*.

Morris (1938) e Franchi (1991, *apud* Castilho 1997b:108), postulam a língua como *um conjunto de três módulos: o semântico, o gramatical e o discursivo interligados pelo léxico, sem relações de determinação entre si*.

Cada módulo contém um conjunto de propriedades. São propriedades do módulo semântico: a referenciação, a predicação, a dêixis, a foricidade, etc. São propriedades gramaticais: as classes, as relações que estabelecem entre elas e as funções que as classes assumem no enunciado, bem como a sua representação fonológica. São propriedades do discurso: a organização tópica, a disposição dos tópicos em unidades discursivas e os operadores da coesão textual.

Segundo Givón (1995:385), o sistema de comunicação humana combina módulos de interação funcional que podem ser divididos em dois componentes principais: o sistema de representação cognitiva e sistemas de codificação.

O **sistema de representação cognitiva** compreende:

- o léxico conceptual
- a informação proposicional
- o discurso multi-proposicional

Os **sistemas de codificação** são:

- o sistema sensório-motor periférico
- o sistema de codificação gramatical

O **léxico** humano, como especifica o autor, é um repositório de conhecimento estável, bem codificado e culturalmente partilhado.

Por estável, entende-se o conhecimento que não se processa num rápido fluxo. Por culturalmente compartilhado, entende-se que, numa comunicação, os falantes pressupõem que as palavras têm o mesmo sentido para todos os membros da comunidade. Por bem codificado entende-se que cada item lexical está fortemente associado com sua denominação perceptual.

A **informação proposicional** é obtida pela combinação de palavras. As sentenças combinadas formam o discurso. O discurso humano é

predominantemente **multi-proposicional** e sua coerência é uma propriedade que ultrapassa os limites das sentenças isoladas.

Entre os sistemas de codificação tem-se: o sistema **sensório-motor** periférico que envolve dois componentes: o codificador e o decodificador e o sistema de **codificação gramatical** que, segundo o referido autor, é o último acréscimo ao arsenal da comunicação humana.

Groot (1997)[14] especifica que desempenham papel essencial na comunicação lingüística, as seguintes capacidades dos falantes (NLU = natural language users):

a) capacidade lingüística - que torna o NLU capaz de produzir e empregar, corretamente, as expressões lingüísticas;

b) capacidade epistêmica - segundo o qual o NLU é capaz de derivar a informação de partes do conhecimento;

c) capacidade perceptiva - através da qual o NLU é capaz de perceber o ambiente em que vive;

d) capacidade social - que faz com que o NLU saiba o que dizer e como dizer.

Examinando os processos gramaticais estudados pelos participantes do *Projeto da Gramática do Português Falado*, Castilho (1997) admite haver entre os lingüistas um certo consenso de que na efetivação da atividade lingüística de produção e recepção de textos, há a manifestação da competência lingüística, caracterizada através de um sistema de desempenho, constituído de vários subsistemas (o Fonológico, o Morfosintático, o Semântico, o Discursivo, etc) que apresentam regularidades definíveis em função de sua respectiva natureza.

Um desses subsistemas é o **Sistema Computacional** que comporta regras e princípios envolvidos na organização morfossintática e fonológica dos enunciados.

Analisando condições tais, como propriedade do tema, fatores sociolingüísticos, aceitação por parte do receptor, etc, o falante seleciona no léxico os itens adequados e a eles acrescenta propriedades gramaticais, semânticas e discursivas, desenvolvendo estratégias de monitoração e interação. Trata-se, pois, de um processo efetuado em três momentos distintos: ativação (escolha das palavras e seleção dos seus traços gramaticais, semânticos e pragmáticos); reativação (retomada de traços já

[14] Informação fornecida na conferência proferida no II Encontro de Funcionalistas - Araraquara, 08 a 10.05.97

ativados através de paráfrases, repetições, etc); desativação (abandono de traços ativados; ocorre quando há, no texto, parênteses ou digressões, pausas, rupturas ou hesitações).

Castilho afirma que a operação simultânea desses três momentos do sistema computacional sobre o léxico dá origem a três processos lingüísticos: a gramaticalização, a semanticização e a discursivização.

Dos três processos, é o da gramaticalização o que mais tem sido explorado, nos estudos atuais.

3.1.4 Concepções básicas da Gramática Funcional

Reunindo alguns dos princípios apresentados por Neves (1997)[15] como característicos da Gramática Funcional, baseados em afirmações feitas por diversos autores e outros depreendidos das leituras realizadas para a presente pesquisa, pode-se citar algumas concepções básicas da Gramática Funcional:

- *A linguagem não é um princípio isolado, pois serve a uma variedade de propósitos* (Halliday 1973:7);

- A língua é *um instrumento de interação social, responsável pelo estabelecimento de relações entre emissores e receptores* (Dik 1978:1, *apud* Givón 1993:2);

- *Toda língua se impõe tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência* (Martinet 1994:14);

- *A língua é um sistema constituído de subsistemas em que as opções são cada vez mais específicas; cabe à gramática, organizar essas opções e, ao falante, fazer seleções de acordo com o objetivo que tem em mente* (Halliday 1985: xiii);

- *Na gramática de uma língua estão integrados três componentes: o sintático, o semântico e o pragmático* (Dik 1978, 79, 80, 89 e Givón 1984) sendo esse último, o de maior saliência;

- *A gramática funcional tem, como hipótese fundamental, a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso*

[15] Na conferência proferida no II Encontro de Funcionalistas - Araraquara, 08 a 10.05.97.

da língua (o funcional) e a sistematicidade da sua estrutura (a gramática) (Mackenzie 1992, *apud* Neves 1994:112);

- *Uma gramática funcional é, essencialmente, uma gramática "natural", isto é, tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada* (Halliday 1985: xiv);

- *A gramática funcional postula a língua como uma atividade social e a gramática, como um processamento das categoias discursivas e semânticas, de que resultam as estruturas sintáticas* (Castilho 1994:85);

- *O objeto da gramática funcional é a competência comunicativa* (Martinet 1994);

- *Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica, de interesse, a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente* (Neves 1994:109);

- *A língua e sua gramática não podem ser explicitadas como um sistema autônomo* (Givón 1995);

- *Numa gramática funcional, o objeto central é o uso se comparado com o sistema; o significado se oposto à forma; o social, em contraposição ao individual* (Groot 1997).

3.2 Gramaticalização

3.2.1 Gramaticalização: uma visão histórica

A gramaticalização, como afirma Hopper e Traugott (1993:18), pode ser definida como: ... *the study of grammatical forms, however defined, viewed as entities undergoing processes rather than as static objects*.[16]

Trata-se, segundo Heine e Reh, (1984, *apud* Castilho 1997), de uma *evolução em que unidades lingüisticas perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e substância fonética*.

Gramaticalização se refere à migração de um item lexical para o sistema gramatical, quer como morfema livre, quer como morfema preso. É

[16] ... o estudo das formas gramaticais assim definidas, vistas como entidades em processo e não como objetos estáticos.

um processo que pode ser encarado como um fenômeno sincrônico ou diacrônico.

Numa análise sincrônica, Heine, Claudi e Hünnemeyer, (1991:2) especificam que a gramaticalização fornece um desafio para noções de classes de morfemas ou constituintes de sentenças. Em caso de morfemas homônimos, por exemplo, o desafio consiste em detectar o papel desempenhado por um dado morfema numa sentença, o que vai determinar a sua interpretação.

Do ponto de vista diacrônico, a gramaticalização, como explicam Traugott e König (1991:208):

> *...refers primarily to the dynamic, unidirectional historical process whereby lexical itens in the course of time acquire a new status as grammatical, morpho-syntatic forms, and in the process come to code relations that either were not coded before or were coded differently.*[17]

Traugott e Heine (1991:3) admitem que, para os que encaram a gramaticalização como um processo diacrônico, várias questões se apresentam, exigindo respostas.

A primeira questão é a da distinção entre gramaticalização e mudança lingüística. Os autores afirmam que a gramaticalização é uma determinada espécie de mudança lingüística, sujeita a processos gerais e a certos mecanismos de mudança; refere-se a mudanças nas categorias morfossintáticas da língua e, em conseqüência, na sua gramática.

Uma segunda questão, diz respeito à identificação das condições necessárias para que se dê a gramaticalização, ou seja, à determinação dos fatores que levam uma forma a ser gramaticalizada. Estudos lingüísticos realizados em várias línguas a respeito de tipologia e mudança lingüística têm revelado uma forte evidência de que só determinadas classes lexicais são susceptíveis de sofrerem gramaticalização. Também só um restrito número de itens lexicais pode funcionar como "fonte" para a gramaticalização. Para que uma forma seja gramaticalizada é, de suma importância, o seu conteúdo semântico, as inferências que permite para a criação de um texto, isto é, para a produção do discurso, (o que constitui a sua **saliência perceptual**) e a sua freqüência de uso na língua.

A terceira questão se refere ao papel que a motivação externa representa para a gramaticalização, ou à identificação dos fatores que determinam o início do processo. Segundo os autores anteriormente citados, o que determina o início do processo é a pressão discursivo-

[17] A gramaticalização se refere a um processo histórico, dinâmico e unidirecional onde itens lexicais, no decorrer do tempo, adquirem um novo *status*, como formas gramaticais e morfossintáticas e, no processo, chegam a codificar relações que, ou não eram codificadas, ou eram codificadas diferentemente.

pragmática, isto é, a necessidade de a língua ser, o mais possível, informativa, processável e expressiva.

Na realidade, é no momento da comunicação que o falante, de acordo com a necessidade, modifica o conteúdo semântico das formas lingüísticas ou emprega-as em lugar de outras, dando uma nova feição à estrutura da sentença. É exatamente essa pressão pragmático-discursiva que faz com que se tenha, na língua, duas modalidades bem marcadas, a falada e a escrita.

Ainda uma outra questão, relativa ao espaço de tempo em que se dá a gramaticalização em diferentes domínios funcionais, pode também, segundo os mesmos autores, ser explicada através de estudos realizados em línguas diversas. Estudos feitos com línguas africanas, por exemplo, demostraram que categorias de tempo e aspecto emergiram num pequeno espaço de tempo, enquanto que o desenvolvimento da derivação verbal se efetivou mais lentamente.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991:3) advogam ser impraticável manter uma distinção entre sincronia e diacronia, para a gramaticalização, pois, quando uma palavra se modifica e se torna uma nova criação, tem-se um fato que diz respeito à diacronia, enquanto que "um desvio" aceito constitui uma polissemia e é parte, portanto, da estrutura sincrônica de uma língua. A gramaticalização é, pois, um processo pancrônico, que apresenta uma perspectiva diacrônica, porque envolve mudança e uma perspectiva sincrônica, porque implica variação a qual pode ser descrita como um fenômeno sem referência com o tempo.

O conceito de gramaticalização e as idéias nele implícitas são antigas. A noção de gramaticalização foi inicialmente reconhecida pelos povos do Oriente, pois já no séc. X, os **escritores chineses** distinguiam símbolos lingüísticos plenos de símbolos lingüísticos vazios. O precursor dos estudos sobre gramaticalização teria sido, segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991:5), o chinês Zhou Bo-qi, que viveu entre os sécs. XIII e XIV. O interesse pela gramaticalização, como hoje a conhecemos, entretanto, remonta ao séc. XVIII.

Nos meados desse século, dois filósofos franceses discutiram a origem e o desenvolvimento inicial da linguagem humana: Etienne Bonnot de Condillac e Jean Jacques Rousseau. Tanto Condillac como Rousseau admitiram terem o vocabulário abstrato e a complexidade gramatical se desenvolvido a partir de um vocabulário anterior, concreto e individual, sujeito a poucas distinções ou imposições gramaticais.

As idéias de que formas gramaticais evoluem de lexemas e de que afixos provêm de formas livres, foram expostas, em 1746, por Condillac, no seu trabalho *Essai sur l'origine des connaissances humaines*[18], onde o

[18] Ensaio sobre a origem do conhecimento humano.

autor explica a evolução dos verbos que sofreram aglutinação de pronomes pessoais e afirma ser o tempo verbal proveniente da coalescência de um advérbio de tempo com o tema de um verbo.

Condillac foi, aparentemente, o primeiro a notar que as flexões verbais tais como os sufixos temporais são historicamente derivados de palavras independentes.

John Horne Tooke, contemporâneo de Condillac e considerado o pai dos estudos sobre a gramaticalização, no seu trabalho etimológico *Epea pteroenta* ou *The diversions of Purley* (v. I: 1786, v. II: 1805, *apud* Lehmann, 1982:1)[19] advertiu serem as preposições derivadas de nomes ou de verbos. Para Tooke, o segredo das palavras jaz na etimologia. A noção chave de seu trabalho é a de que nomes e verbos são palavras necessárias e consideradas partes essenciais do discurso, enquanto outras classes de palavras como advérbios, preposições e conjunções resultam da mutilação dessas palavras necessárias.

A gramaticalização foi também um tópico na Lingüística do séc. XIX, pois foi tema central do trabalho de Franz Bopp (1816-1823), nos primórdios dos estudos da gramática comparada. Bopp apresentou numerosos exemplos da mudança de itens lexicais em auxiliares, afixos e/ou flexões.

O debate sobre gramaticalização, na Lingüística Contemporânea, origina-se de três importantes correntes de estudos lingüísticos: a que aborda a questão da tipologia das línguas, a que se dedica ao estudo da mudança histórica e, mais recentemente, a que observa e analisa a sintaxe da língua falada.

Inicialmente concebida como um processo de mudança, referindo-se à migração de um item lexical a um item gramatical ou de um item menos gramatical a um item mais gramatical, assim como à ordem das palavras nas sentenças, a gramaticalização é hoje um processo mais amplo, uma vez que, recentemente, alguns autores incluem, no âmbito da gramaticalização, padrões oracionais e discursivos.

3.2.1.1 Gramaticalização e tipologia lingüística

Entre os representantes da primeira corrente, isto é, entre os que se dedicaram à questão da tipologia das línguas, destaca-se o filósofo e humanista Wilhelm von Humboldt, autor da mais sofisticada das especulações sobre a origem da gramática. Numa conferência intitulada *"Über das Entstehen der grammatischen Formen und ihren Einflub auf die Ideenentwicklung"*[20], proferida em 1822, na Academia de Ciências, em

[19] As diversões de Purley.
[20] A respeito da gênese das formas gramaticais e de sua influência na evolução das idéias.

Berlim, Humboldt sugeriu ter sido a estrutura gramatical das línguas humanas precedida por um estágio de evolução da língua em que somente eram expressas idéias concretas. A gramática, na sua opinião, evoluiu em quatro diferentes estágios, sempre a partir de idéias concretas.

Num primeiro estágio, chamado **pragmático**, há apenas o sentido denotativo, isto é, objetos concretos cujas relações não são explícitas em realizações, mas inferidas pelo ouvinte.

A ordem das palavras nas sentenças introduz um segundo estágio denominado **sintático** em que algumas palavras, por vezes, flutuam entre o sentido concreto e o formal (estrutural ou gramatical).

No terceiro estágio, as palavras funcionais passam a ser afixadas a palavras materiais (o que pode ser denominado de **aglutinação**).

No quarto estágio, os pares aglutinados fundem-se em complexos de uma só palavra (é o estágio **morfológico** em que raiz e afixos contêm, simultaneamente, significado material e gramatical). Nesse quarto estágio, palavras funcionais continuam suas vidas, como indicadores formais de relações gramaticais.

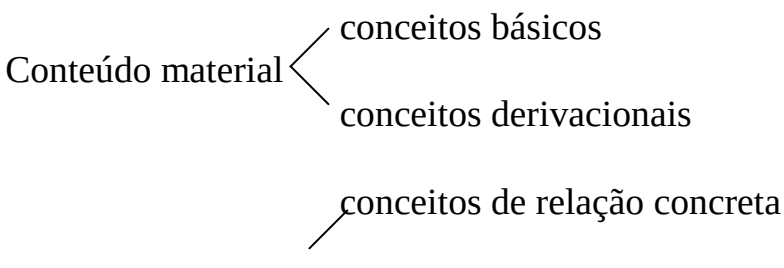
Os quatro estágios de Humboldt correspondem, aproximadamente, à tipologia lingüistica da sua época: línguas isolantes (estágios I e II); línguas aglutinantes (estágio III) e línguas flexionais ou sintéticas (estágio IV).

A teoria de Humboldt ficou conhecida como *Teoria da Aglutinação*.

Outro grande representante dessa teoria foi Georg von der Gabelentz, neogramático alemão, que em 1891, afirmou ser a gramaticalização, resultante de duas forças competitivas: uma ligada à faculdade da articulação; outra referente aos traços distintivos. Foi ele o primeiro a chamar a atenção para o fato de que as formas lingüísticas "desbotam" (bleach) e precisam ser "pintadas" novamente. Na teoria de Gabelentz, a evolução não é concebida como linear, mas cíclica.

Edward Sapir pertence também, de certo modo, à tradição humboldtiana. O seu principal objetivo, expresso na obra *Language* (1921), não foi estudar a gramaticalização como força propulsora da mudança histórica, nem a teoria da aglutinação ou a tipologia evolutiva, mas o estabelecimento de um contínuo de diferentes espécies de conceitos lingüísticos, como uma base para a tipologia sincrônica.

Sapir define quatro classes de conceitos:



Conteúdo relacional
conceitos de relação pura

Semanticamente, há entre essas quatro classes, uma gradação do concreto para o abstrato; morfologicamente, há uma gradação paralela de "palavras independentes ou elementos radicais" para a expressão através da fixação de elementos não-radicais a elementos radicais. A mais importante e mais problemática inovação de Sapir consiste em atribuir uma base semântica precisa aos diferentes estágios da gramaticalização, no que, praticamente, não teve seguidores.

Vários outros estudos tipológicos foram efetuados, entre os quais as pesquisas em línguas africanas, reunidas no livro *"Grammaticalization: a conceptual framework"* de Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) e os estudos sobre as relações entre gramaticalização do significado e gramaticalização da morfologia, com base num *corpus* de 66 línguas de diferentes famílias, realizados por Bybee-Perkins e Pagliuca (1994).

3.2.1.2 Gramaticalização e mudança histórica

Entre os participantes da corrente lingüística que se dedica ao estudo da mudança histórica, distingue-se Antoine Meillet, como a figura de maior importância.

Estudioso das línguas indo-européias, foi Meillet o fundador dos modernos estudos sobre a gramaticalização e o primeiro a empregar, no seu artigo, *L'évolution des formes grammaticales*, publicado em 1912, o termo **gramaticalização** para indicar:

> *l'attribution du caractère grammaticale à un mot jadis autonome*[21].

A primeira geração dos indo-europeístas especulou intensamente a origem das formas gramaticais, mas insistiu em alocar os resultados, no contexto de uma suposta linha de evolução que levaria de volta às origens da língua. Meillet mostrou que o que se deveria buscar não era a origem, mas a evolução e transformação das formas gramaticais.

No artigo anteriormente citado, Meillet descreve como novas formas gramaticais emergem através de dois processos:

1) analogia $\Rightarrow$ formação de novos paradigmas, por mutação, a partir de paradigmas já existentes;

[21] a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma.

2) gramaticalização ⇒ passagem de uma palavra autônoma a elemento gramatical.

A diferença entre esses processos é que, enquanto o primeiro não reorganiza o sistema da língua, isto é, apenas proporciona a renovação de formas, a gramaticalização cria novas formas e ocasiona a transformação do sistema, introduzindo categorias para as quais, anteriormente, ou não existiam expressões lingüísticas ou eram outras, as expressões utilizadas. A gramaticalização muda o sistema como um todo; é assim vista como um processo que não só afeta individualmente as palavras, mas se estende às sentenças. Trata-se de um processo de reposição de velhas categorias por novas, com valor aproximado, como, por exemplo, a substituição de futuros flexionais por formas perifrásticas.

A constituição de formas gramaticais por degradação progressiva de palavras outrora autônomas torna-se possível, segundo o autor, pelos procedimentos acima descritos que consistem no enfraquecimento da pronúncia, da significação concreta ou do valor expressivo de palavras e/ ou grupos de palavras.

Meillet ilustra o resultado sincrônico do processo com o verbo francês **être** que, de um sentido existencial pleno, adquire um sentido locativo, passa a verbo de ligação e, finalmente, a uma função puramente gramatical, como verbo auxiliar, indicando tempo e aspecto.

Escrevendo sobre a transformação de palavras autônomas em palavras gramaticais, o autor diz: *The importance [of this] is in fact decisive*[22] (*apud* Hopper e Traugott 1993:22).

Como foi visto anteriormente, o autor atribui o processo de gramaticalização à perda de expressividade nas colocações freqüentemente usadas, cujas funções podem ser rejuvenescidas, através do preenchimento de novas colocações com, mais ou menos, o mesmo papel e admite a possibilidade de que o domínio da gramaticalização possa estender-se à ordem das palavras na sentença. A substituição da ordem livre das palavras, no Latim, pela ordem mais ou menos fixa das palavras, no português, no francês ou no inglês, motivada pela perda dos casos morfológicos, é, para ele, um processo de gramaticalização, em que o valor expressivo da ordem das palavras, no Latim, foi substituído por um valor gramatical. Ele sugere, pois, aplicações do termo gramaticalização que vão além da simples passagem das palavras do domínio lexical para o gramatical.

O primeiro trabalho do autor é rico no número de fenômenos analisados. Trabalhos subseqüentes têm modificado, de modo radical, as idéias de Meillet e muitos outros exemplos têm sido descritos, mas as

[22] A importância disto é, de fato, decisiva.

idéias essenciais dos vários trabalhos são encontradas implícita ou explicitamente no texto do referido autor.

A gramaticalização foi tema de interesse de Meillet, não pelas suas implicações tipológicas, mas pela sua capacidade de explicar certos fatos na história das línguas indo-européias. Meillet explicou haver três classes de palavras: palavras principais, palavras acessórias e palavras gramaticais, entre as quais parece existir uma transição gradual. O enfraquecimento do sentido e o enfraquecimento da forma das palavras acessórias ocorrem ao mesmo tempo; quando um e outro estão bastante avançados, a palavra acessória pode transformar-se num elemento privado de sentido próprio que, junto a uma palavra principal, vai exercer a função de marcar o caráter gramatical da mesma.

Meillet parece fazer uma reformulação da *Teoria da Aglutinação* de Gabelentz, quando afirma que as línguas seguem uma espécie de desenvolvimento em espiral; elas acrescentam palavras acessórias para obter uma expressão intensa; estas palavras se enfraquecem e se transformam em instrumentos gramaticais; novas palavras são acrescentadas para reforçar a expressão; o enfraquecimento recomeça e assim por diante. A gramaticalização é, pois, um processo inacabado.

Em 1915, no artigo *Le renouvellement des conjonctions*[23] (1948: 159:174), Meillet estende sua teoria à análise histórica das conjunções, especialmente no Latin-Romance. Ele também distingue **renovação** (substituição de um termo por outro) de **criação** (introdução de categorias gramaticais e/ou de formas, previamente ausentes na língua).

Depois de Meillet, nas duas primeiras décadas do século, alguns outros indo-europeístas estudaram o assunto, contudo, outros lingüistas históricos não se preocuparam com o mesmo e o termo foi esquecido em textos de estudos lingüísticos sincrônicos ou diacrônicos. Foi o que Lehmann chamou de: ... *amnesia about grammaticalization* (*apud* Hopper e Traugott 1993:25)[24].

A mudança lingüística passou a ser vista como conjunto de regras cuja aplicação se iniciava num estágio e terminava em outro; havia pouco ou nenhum interesse na descrição do processo gradual envolvido no percurso. O tratamento da mudança passou a ser efetuado tendo em vista as regras de estágios sincrônicos isolados.

Os únicos estudos sobre a gramaticalização levados a efeito durante esse período são devidos aos indo-europeistas Kurilowicz (1964-65) e Calvert Watkins (1964) cujos trabalhos foram lidos, quase que exclusivamente, pelos seus próprios colegas.

---

[23] A renovação das conjunções.
[24] amnésia sobre gramaticalização.

No artigo intitulado: *The evolution of gramatical categories*[25], Kurilowicz, (1965, *apud* Lehmann 1982:7) especifica:

> *Grammaticalization consists in the increase of the limits of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status e. g. from a derivative formant to an inflectional one.*[26]

Ao gramaticalizar-se, segundo o autor, o item lexical perde substância semântica (*bleaching, fading*) e fonológica, e passa a comportar-se como morfema livre ou preso.

Em 1968, Émile Benveniste, discípulo de Meillet, no artigo *Mutations of linguistic categories*[27], considerou necessário repetir o que Meillet havia dito, em 1912, a respeito da gramaticalização de verbos auxiliares, provenientes de verbos lexicais. Benveniste criou o termo auxiliarização para nomear esse processo. Embora tenha usado os mesmos exemplos propostos por Meillet, em parte alguma do trabalho ele se referiu, explicitamente, ao trabalho do autor ou usou o termo **gramaticalização** ou equivalente.

Benveniste toma a distinção estabelecida pelo seu mestre entre **criação** e **renovação**, explicando haver **criação** quando a mudança é inovadora e diz respeito ao desaparecimento de categorias gramaticais ou ao surgimento de novas formas e **renovação** quando as categorias são renovadas.

Roberts, (1993), gerativista, vê a gramaticalização como *a mudança de uma categoria lexical para uma funcional, associada à perda de conteúdo lexical*. No que se refere aos verbos, ele admite os seguintes estágios:

verbo pleno > construção predicativa > forma perifrástica > aglutinação

Passando à forma perifrástica, o verbo perde a propriedade de atribuir papéis temáticos.

3.2.1.3 Gramaticalização e sintaxe conversacional

Até 1970, a gramaticalização foi vista, principalmente, como parte da lingüística diacrônica, como um método de análise da evolução lingüística, da reconstrução histórica de uma língua ou grupo de línguas,

[25] A evolução das categorias gramaticais.
[26] A gramaticalização consiste na ampliação dos limites de um morfema, cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática, ou de um nível menos gramatical para um mais gramatical, isto é, de formante derivativo para formante flexional.
[27] Mudanças das categorias lingüísticas.

ou como um método de relacionar estruturas lingüísticas modernas a prévios modelos de uso lingüístico.

No período do estruturalismo americano e europeu, tópicos como **gramaticalização** não foram abordados. Preocupados com a análise de enunciados realizados (*corpus*), os estruturalistas se propuseram a elaborar uma teoria do texto, utilizando para este fim um método de análise formal. Tudo o que se referia à enunciação era colocado em segundo plano, uma vez que para eles importavam os sistemas, e não os processos de constituição dos mesmos.

O estruturalismo e o gerativismo analisam estruturas estáticas, sem nenhuma preocupação com a relação entre domínios cognitivos como espaço, tempo, modo, etc ou com o efeito de processos criativos tais como a metáfora e outras figuras do discurso, sobre a estrutura lingüística.

A insatisfação com as restrições do estruturalismo e de outros rígidos modelos sincrônicos deu origem à consciência da necessidade do estabelecimento de novos parâmetros que pudessem auxiliar a explicação dos comportamentos lingüísticos.

Em 1970, com Hodge, e 1971, com Givón, a *Teoria da Aglutinação* recupera a sua popularidade.

Hodge admite dois estágios:

1) sintaxe forte e morfologia fraca, que corresponde, mais ou menos aos estágios I e II de Humboldt;

2) sintaxe fraca e morfologia forte, que corresponde aos estágios III e
IV do mesmo autor.

É de Hodge o slogan *a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje*, retomado e modificado por Givón, no seu trabalho *Historical syntax and synchronic morfology* (*apud* Castilho 1997:30)[28] onde se encontra a afirmação: *a sintaxe de hoje é a morfologia de ontem*, mais tarde transformada em: *a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem* (Givón 1970, *apud* Hopper e Traugott 1933:25). Como se pode verificar, Givón inicia a corrente lingüística que estuda e analisa a gramaticalização da língua falada.

Até 1970, os lingüistas vinham operando com dois módulos lingüísticos: o Léxico e a Gramática.

Ao declarar que *a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*, Givón delineia a gramaticalização, nos Quadros da Gramática Funcional,

[28] Sintaxe histórica e morfologia sincrônica (1970).

acrescentando um novo módulo, o do Discurso. Surge assim, como já foi visto, a escala:

Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero

No livro *On understanding Grammar*, Givón usa o termo sintaticização para a passagem de um modo mais pragmático para um modo menos pragmático ou sintático. As principais características desse processo podem ser assim sumarizadas (Givón 1979:223):

Modo Pragmático	**Modo Sintático**
Estrutura tópico-comentário	Estrutura sujeito-predicado
Ordem das palavras determinada na maior parte das vezes, por um princípio pragmático: inicialmente, a informação velha, depois a nova.	Ordem das palavras determinada pela necessidade de assinalar funções semânticas.
Número equivalente de Nomes e Verbos	Maior quantidades de Nomes
Verbos semanticamente simples	Verbos semanticamente complexos
Não-emprego de morfologia gramatical	Uso elaborado de morfologia gramatical
Vários efeitos entonacionais	Um único contorno entonacional

Agregando um novo módulo, o do Discurso, o Funcionalismo givoniano estabeleceu uma relação de prioridade entre o Discurso e a Gramática. Essa idéia conheceu uma série de desdobramentos, entre os quais o da *Teoria da Iconicidade Sintática*, entendendo-se por sintaxe icônica a que revela um grau de não-arbitrariedade das estruturas, em relação ao que elas significam.

Saussure (1916) havia chamado a atenção para o traço de arbitrariedade que, no signo, une o significante ao significado, isto é, para a total independência existente entre a seqüência de sons que constitui uma

palavra e o seu conteúdo semântico, apresentando, como prova, a diferença existente entre as várias línguas, em que formas diversas expressam um mesmo conceito. Saussure, entretanto, também ressaltou o fato de ser a arbitrariedade limitada por certos tipos de associações e motivações relativas. Assim, analisando os números **dezenove** e **vinte**, perecebe-se ser o primeiro mais motivado que o último, por possuir uma motivação interna.

A iconicidade, como se pode observar, foi desprezada por Saussure que postulou não serem as onomatopéias diretamente determinadas por fatos externos à língua ou por sons encontrados na natureza, considerando-as elementos que representam convenções divergentes de uma língua para outra e estão sujeitos a processos diacrônicos, sem referência à sua aparente semelhança com sons externos à língua.

Benveniste (1976:53) manifestou-se contrário à arbitrariedade do signo lingüístico, admitindo que o signo adquire significação na comunidade dos que fazem uso da língua e que é no uso da língua que o signo passa a ter existência, sendo o seu significado, pois, determinado pela necessidade do falante, no momento da fala.

Entre o significante e o significado, segundo o autor, o laço não é **arbitrário**, mas **necessário**. O que é arbitrário, é que um signo se aplica a um determinado elemento da realidade e não a outro. O arbitrário só existe em relação com o fenômeno ou com o objeto material e não intervém na constituição própria do signo lingüístico.

O princípio da iconicidade contesta também a arbitrariedade do signo lingüístico, ressaltando a influência exercida pela semelhança existente entre um e outro item. Esse princípio foi de grande importância no período em que se verificou o interesse pela tipologia das línguas, período também de intenso interesse pelos universais lingüísticos, em que alguns lingüistas passaram a aplicar a idéia de gramaticalização a problemas gerais de descrição lingüística, surgidos na busca desses universais.

Du Bois (1994:343) contrasta a concepção estruturalista, segundo a qual, apenas forças internas pertencentes ao sistema reorganizam a língua, com a do funcionalismo sincrônico ou transparente que explica os fatos sintáticos aparentemente autônomos, como resultantes de objetivos funcionais do falante.

Do ponto de vista do funcionalismo sincrônico, a gramaticalização é vista como uma mudança das realizações livremente construídas de modo independente no discurso, cuja forma idiossincrática é motivada apenas pelos objetivos do falante nas várias situações em que utiliza a língua.

Para Du Bois, se a língua está sujeita a pressões do ambiente externo, deve-se rejeitar o ponto de vista do estruturalismo autônomo, que

é limitado em reconhecer apenas um sistema interno de forças motivadoras. Por outro lado, se a língua é um sistema, e, como tal, tem uma existência contínua, deve-se rejeitar a concepção teórica do funcionalismo transparente que falha em considerar o fato de que categorias gramaticalizadas possam ser retidas para serem novamente usadas como se fossem formas congeladas. O autor sugere que seja adotado um ponto de vista capaz de considerar forças internas e externas e chama a atenção para a importância não só de estabelecer um objetivo para a lingüística da fala, capaz de incorporar as descobertas dos modernos estudos sobre o discurso, mas também de procurar corresponder a complexa interação entre língua e fala, discurso e gramática.

A partir de 1980, a gramaticalização assume um lugar importante na pesquisa de inúmeros lingüistas.

Duas monografias se sobressaem:

1) *Thoughts on Grammaticalization*: *a Programmatic Sketch* (1982), de C. Lehmann;

2) *Grammaticalization and reanalysis in african languages* (1984), de Heine e Reh.

Heine e Reh (1984:67 *apud* Heine, Claudi e Hünnemeyer 1991:15) se preocuparam com o mecanismo interno do processo de gramaticalização e observaram que este processo afeta todos os níveis da estrutura da linguagem. Eles distinguem processos funcionais, morfossintáticos e fonéticos:

a) **funcionais**: dessemantização, expansão, simplificação;

b) **morfossintáticos**: permutação, composição, cliticização, afixação, fossilização;

c) **fonéticos**: adaptação, erosão, fusão e perda.

Os autores listam observações gerais que podem ser levadas a efeito durante o processo de gramaticalização. Por exemplo, quanto mais processos de gramaticalização uma unidade lingüística experimenta:

a) mais ela perde em complexidade semântica, significado funcional e/ou valor expressivo;

b) mais ela perde em sentido pragmático e ganha em sintaxe;

c) mais reduzido é o número de membros que pertencem ao mesmo paradigma morfossintático;

d) mais a sua variabilidade sintática decresce, isto é, mais a sua posição na sentença se torna fixa;

e) mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos e agramatical em outros;

f) mais ela concorre semantica, morfossintatica e foneticamente com outras unidades;

g) mais ela perde em substância fonética.

E concluem: *Grammaticalization is an evolutional continuum. Any attempt at segmenting it into discrete units must remain arbitrary to some extent* (Heine e Reh 1984:15, *apud* Heine, Claudi, Hünnemeyer 1991:16)[29].

3.2.1.4 Outras abordagens no estudo da gramaticalização

Durante as últimas décadas, um certo número de parâmetros têm sido propostos para dar conta da gramaticalização. Willet (1988, *apud* Heine, Claudi e Hünnemeyer 1991:21/22) discute as seguintes hipóteses que têm sido propostas para a generalização semântica, a ser observada no processo de gramaticalização:

a) a hipótese da extensão metafórica, de acordo com a qual o significado concreto de uma expressão é aplicado a um contexto mais abstrato;

b) a hipótese do conteúdo, segundo a qual os significados gramaticais são parte de uma estrutura semântica interna, presente na sua fonte lexical;

c) a hipótese da implicatura, segundo a qual o mecanismo predominantemente responsável para a criação de significados secundários que, gradualmente, transformam-se em significados primários, é a convencionalização de implicaturas.

[29] Gramaticalização é um contínuo evolutivo. Qualquer tentativa de segmentá-lo em unidades discretas deve ser considerada, até certo ponto, arbitrária. (Heine e Reh, 1984:15, *apud*. Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1994:16).

A noção de implicaturas conversacionais é uma das mais importantes da pragmática e constitui uma fonte de explicação para inúmeros fenômenos lingüísticos.

A implicatura permite ao indivíduo fornecer ou captar, através de alguma explicação adicional, determinadas informações básicas que seriam expressas de modo lingüisticamente diferente.

Se alguém pergunta, por exemplo:

- *Que horas são ?*

e recebe como resposta:

- *Bem, o jornal já chegou...*

imediatamente percebe que o receptor não sabe extamente a hora, mas indica um fato, a partir do qual, a hora certa pode ser prevista. Há, pois, uma implicatura.

Havendo implicaturas, as diferenças radicais entre a linguagem natural e a lógica desaparecem.

Para Levinson (1983:103) a razão para o interesse lingüístico pela implicatura é que ela gera inferências que vão além do conteúdo semântico das sentenças empregadas. Estas inferências são as chamadas **implicaturas conversacionais**, onde o termo implicatura contrasta com termos como **implicação lógica** e/ou **conseqüência lógica**, usados, geralmente, para indicar inferências derivadas do conteúdo lógico ou semântico.

Outro desdobramento é o da *Teoria da gramática emergente***.** De acordo com esta teoria, da autoria de Hopper (1988), a língua é percebida como atividade no tempo real, com regularidades provisórias e continuamente sujeitas à negociação, à renovação e ao abandono. A gramaticalização, nesse sentido, *é a cristalização das formas discursivas mais produtivas* (Castilho 1994:76).

Para Hopper, há não uma gramática, mas uma gramaticização, isto é, um movimento contínuo em direção à estrutura.

O autor despreza o hábito geral de ver as realizações em termos de uma série de regras fixas e afirma que ou não existe a gramaticização ou a gramaticização é sempre emergente, mas nunca presente.

A noção de **gramática emergente** admite que a estrutura e a sua regularidade de uso provêm do discurso; a estrutura é moldada pelo discurso, do mesmo modo que ela também o molda, num processo contínuo. A gramática não é um pré-requisito para o discurso, suas formas

não são fixas, mas negociáveis na interação face a face, de tal modo que refletem, no contexto presente, a experiência passada do falante.

Hopper propõe cinco princípios que pautam ou dirigem a emergência das formas gramaticais (v. 3.2.3).

Ainda uma outra abordagem do estudo da gramaticalização, surgiu em 1987, com o trabalho de Elisabeth C. Traugott e consiste no estabelecimento dos princípios responsáveis pela mudança do significado. Baseada nas três funções de linguagem de Halliday - a autora sugere que a principal mudança envolvida no processo de gramaticalização é a do componente proposicional/ideacional via o textual para o componente interpessoal/ expressivo, funcional e semântico.

No que se refere à questão de como as mudanças ocorrem, Traugott dá atenção ao papel desempenhado pela força maior da informação, pelas implicaturas conversacionais e pela metonímia, no desenvolvimento das categorias gramaticais.

Traugott e König (1991:5) afirmam que tem havido alguma dificuldade em admitir a semântico-pragmática da gramaticalização, já que, desde Meillet (1912), a gramaticalização vem sendo pensada como um processo que envolve enfraquecimento semântico, conhecido como "esvaimento". Na verdade, em lugar de registrarem um "esvaimento" ou redução de sentido, certos tipos de gramaticalização são exemplos de aumento ou maior reforço de informação. Incluem a metáfora, a metonímia, a extensão e outros.

A metáfora tem sido tradicionalmente vista como ponto central da mudança semântica e se refere à mudança de sentido de uma situação externa para uma situação avaliativa, perceptiva, cognitiva ou mesmo textual. Embora sejam vários os conceitos de metáfora, a maior parte compartilha de características comuns, especialmente no que se refere a uma determinada experiência em relação à outra e, à transferência de um sentido mais concreto para um mais abstrato. Assim, muitos argumentos têm sido levantados para afirmar ser o processo de gramaticalização fortemente influenciado por associações metafóricas: Bybee & Pagliuca (1985), Claudi e Heine (1986), Sweetser (1988-90).

As mudanças metafóricas obedecem, segundo Traugott e König, (1991:208), a uma das três seguintes tendências, identificadas de um modo geral, como tendências semântico-pragmáticas:

1. Significados oriundos da situação externa > significados ligados à situação interna (avaliativa, perceptual, cognitiva);

2. Significados oriundos da situação interna ou externa > significados baseados na situação textual, isto é, coesiva;

3. Significados tendem a tornar-se cada vez mais fortemente situados no estado subjetivo de crença do falante ou na atitude do mesmo, diante da situação.

A mudança metonímica diz respeito à explicação de um significado, tomando por base outro que está presente no contexto. Processa-se por uma necessidade de tornar a mensagem ainda mais completa e segue sempre a direção imposta pela clareza e relevância da informação.

Três tipos de contexto favorecem a metonímia:

1) contigüidade em experiências físico-sociais ou sócio-culturais; língua (órgão) > língua.

2) contigüidade na realização (que comumente termina por elipse); quadro de Picasso > Picasso

3) sinédoque ou relação parte/ todo; cabeças de gado > cabeças

A metáfora tenta resolver o problema da representação, enquanto a metonímia soluciona o problema de como expressar as atitudes do falante.

A metonímia expressa a mudança de sentido, mas não tem, no processo de gramaticalização, um **status** equivalente ao da metáfora.

> *A metáfora explica a transferência semântica por uma semelhança de percepção e é anafórica ou icônica, enquanto a metonímia é a transferência semântica pela contigüidade e é indexada, isto é, diz respeito a relações semânticas em certos contextos* (Traugott e König, 1991: 210).

Ainda em 1991, Heine *et alii* formulam uma nova proposta, a de que, no processo de gramaticalização as formas associam-se a significados progressivamente mais abstratos, partindo da noção de **espaço**, podendo ou não passar pela noção de **tempo** e desembocando na categoria mais abstrata de **texto**, conforme exposto no esquema abaixo:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

Esta proposta de origem espacial dos significados, presente em várias formulações teóricas, tem grande possibilidade de fixar-se como um universal de gramaticalização.

A mais nova linha de pesquisa sobre a gramaticalização, a *Teoria da Cognição*, encara-a como um fenômeno externo à estrutura da língua e

pertencente ao domínio cognitivo. São representantes dessa corrente: Sweetser (1988) e Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991).

Como foi visto anteriormente, Heine e Reh definem gramaticalização como *um processo de evolução em que as unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética, respectivamente*. Desse ponto de vista, a gramaticalização é uma espécie de empobrecimento, um processo em que os signos perdem a sua integridade.

Sweetser (1988) apresenta críticas a esse modelo, afirmando que o enfraquecimento semântico ocorre, mas só em estágios tardios da gramaticalização. A hipótese do esvaimento semântico chama a atenção para um aspecto importante do processo de gramaticalização, mas ignora outra característica também importante do mesmo processo, a de que, o sentido inicial pode desaparecer completamente ou ser preenchido por funções ou significados não-relacionados com o conceito-fonte.

Sweetser argumenta ser esse sentido de "esvaimento", inapropriado, uma vez que, no processo de gramaticalização, há o acréscimo de um sentido gramatical. A autora observa que há, de fato, um desenvolvimento do sentido da abstração. Ela adverte, porém, que a perda do conteúdo constitui apenas uma parte do desenvolvimento, pois o sentido do domínio particular atingido por um determinado item é acrescido ao domínio da entidade transferida. Assim, ao lado de perdas, há também ganhos.

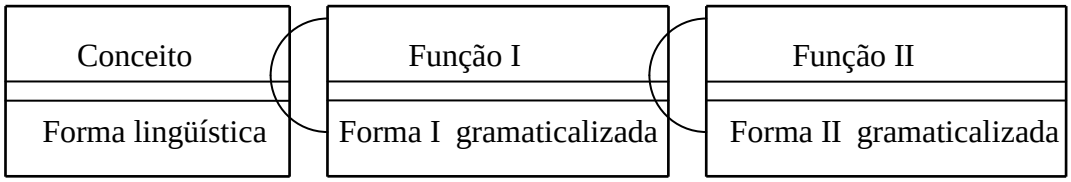
A autora distingue entre generalização e mudança de sentido e argumenta que a perda de sentido é contrabalançada pelo fato de que, com o abandono de características do conceito-fonte, a entidade gramaticalizada adquire o sentido característico do seu novo domínio. É a hipótese de perdas e ganhos. Na transição da fonte para a nova forma, um componente se mantém inalterado: é a imagem esquemática ou estrutura tipológica.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991:27) chamam a atenção para o fato de que os falantes raramente inventam novas expressões, mas derivam-nas de formas e estruturas lingüísticas já existentes. No processo, conceitos concretos são empregados para entender, explicar, ou descrever fenômenos menos concretos. Desse modo, entidades claramente estruturadas são tomadas para conceptualizar entidades menos claramente delineadas, experiência que, embora não sendo física, é entendida em termos de experiência física, como: tempo em termos de espaço, causa em termos de tempo, relações abstratas em termos de processos físicos ou relações espaciais.

Os autores supõem que a formação do conceito e a nomeação são duas coisas diferentes e que, no processo de gramaticalização, a primeira precede a última. Uma outra suposição é a de que o uso de um dado termo

lingüístico para um novo conceito envolve um processo em que dois diferentes conceitos são metaforicamente igualados e em que um termo empregado para um deles é estendido para referir-se ao outro. Ainda uma terceira suposição é a de que a transferência conceitual é um ato criativo.

O modo como ocorre o processo é ilustrado da seguinte maneira:



O processo sugere que o desenvolvimento de estruturas gramaticais é motivado por necessidades comunicativas não preenchidas. A Função I é uma necessidade a ser preenchida para a qual foi tomado um determinado item lexical. O item lexical adquire um **status** gramatical. Subseqüentemente, uma função mais abstrata pode necessitar da forma gramaticalizada para a sua expressão e surge então a segunda forma gramaticalizada.

Heine, Claudi e Hünnemeyer se baseiam num aspecto da criatividade: a habilidade de conceptualizar domínios abstratos da cognição em termos de domínios concretos, como por exemplo:

o domínio dos espaços em relação ao dos objetos físicos;
o domínio do tempo em relação ao dos conceitos espaciais;
o domínio das relações lógicas em relação aos conceitos de tempo.

O resultado lingüístico do ato criativo consiste no emprego de estruturas lexicais para expressar significados gramaticais e no emprego de estruturas gramaticais para expressar significados ainda mais gramaticais. São três os tipos de criatividade: universal (própria da humanidade como um todo), grupal (própria de unidades sócio-culturais ou políticas: grupos étnicos, comunidades de falantes, nações, etc.), individual (própria dos indivíduos isoladamente).

Como exemplo da criatividade grupal, podem ser citados conceitos como **embaixo** e **em cima** que são expressos, por algumas comunidades, por meio de termos ligados a partes do corpo: pé, mão, costas, etc, enquanto outras sociedades os expressam através de termos ligados à terra: céu, solo, etc.

A criatividade individual, manifesta-se em diferentes pessoas através de laços estabelecidos entre diferentes domínios cognitivos por meio de figuras, tais como: a metáfora e a metonímia.

Os autores explicam que o processo de gramaticalização se inicia com a criatividade individual que, em casos específicos, atinge a criatividade comum e é influenciada pelas estratégias universais de manipulação conceitual. Eles distinguem dois tipos de conceito:

1. conceitos-fonte, básicos;
2. conceitos derivados.

Um dos mais urgentes problemas na análise da gramaticalização diz respeito à relação entre a fonte e o produto final: que conceitos-fonte e/ou proposições dão origem a que conceitos gramaticais?

A denominação conceitos-fonte é relativa, pois um item pode ser fonte de um outro que, por sua vez pode ser fonte também de um terceiro, mais abstrato. Um objeto concreto pode ser, assim, fonte de um conceito espacial que, por sua vez, pode ser a fonte de um conceito temporal.

Os conceitos-fonte são objetos básicos, são os lexemas que se identificam com o vocabulário básico e se referem a algumas das mais elementares experiências humanas; são derivados do estado físico, do comportamento, do ambiente imediato do homem e dizem respeito, freqüentemente, ao pensamento humano e à comunicação, a partes do corpo (**costas**, **pé**, **mão**, etc), a elementos da natureza (**solo**, **terra**, **céu**, etc), a alguns seres humanos (**pessoa**, **pai**, **mãe**, **criança**), a processos (**vir**, **dar**, **tomar/pegar**), a verbos de postura (**ficar de pé**, **sentar**).

Alguns conceitos que expressam **desejo** ou **obrigação** são também "fonte", em algumas línguas.

As partes do corpo constituem conceitos-fonte para a expressão de conceitos gramaticais, em virtude da sua localização relativa. A localização, entretanto, não é a única característica das partes do corpo que é explorada; há associações alternativas. A associação, por exemplo, entre **segurar um objeto na mão** e **possuir esse objeto**, determinou, o estabelecimento da palavra "**mão**", como marca de posse, nas línguas africanas do Oeste. Também a observação de que, como um centro de atividade intelectual, a **cabeça** é responsável pelo comportamento humano, induziu a escolha dessa palavra, como ponto de referência para outro conceito mais abstrato: causa / propósito o que originou a gramaticalização de **cabeça** como uma adposição e/ou um complementizador de causa / finalidade, nessas línguas.

Há ainda estruturas cognitivas mais complexas que podem ser consideradas conceitos-fonte. As mais comuns, apontadas pelos citados autores, são:

X está em **Y** $\Rightarrow$ proposição locativa

X move-se para **Y** ou de **Y**	⇒	proposição de movimento
X faz **Y**	⇒	proposição de ação
X é parte de **Y**	⇒	proposição parte/ todo
X é como **Y**	⇒	proposição equativa
X está com **Y**	⇒	proposição comitativa

Hoje se sabe que um conceito-fonte pode dar origem a mais de uma categoria gramatical e que, inversamente, uma dada categoria gramatical pode ser historicamente derivada de mais de um conceito-fonte ou estrutura. Segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer, todas as expressões lingüísticas que servem de fonte à gramaticalização são de uso freqüente e geral. O sentido do conceito-fonte pode desaparecer totalmente ou ser substituído por outro radicalmente diferente.

No estudo do processo de gramaticalização, dois termos têm sido bastante usados: esvaimento e abstração. Tomando por base os tipos de conceitos apresentados por Sapir, tem-se:

Tipo de conceito	Grau de abstração
básico	concreto
derivacional	menos concreto
de relação concreta	mais abstrato
de relação pura	puramente abstrato

Entre os muitos tipos de usos aos quais é aplicado o termo abstração, como salientam Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991a e 1991b), três merecem destaque:

abstração generalizada que consiste na redução do conceito às suas características centrais ou nucleares;

abstração isolante que separa uma propriedade particular ou traço que não é necessariamente uma característica nuclear;

abstração metafórica, mais complexa e difícil de descrever, que liga conceitos abstratos aos concretos, através de domínios conceptuais. Esse tipo de abstração determina a gramaticalização.

Há vários tipos de abstração metafórica. Do ponto de vista lingüístico, duas espécies possuem interesse particular:

1. abstração de preservação de estrutura - que não afeta a categoria das unidades lingüísticas;

2. abstração de mudança de estrutura - que acarreta algum tipo de transformação, como, por exemplo a passagem de um morfema, de um constituinte para outro.

Muito do que acontece quando estruturas-fonte se desenvolvem em estruturas gramaticais, pode ser descrito em termos de umas poucas categorias básicas, arrumadas na seguinte escala ou cadeia:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

↓ ↓

ato individual, acontecimento, processo

estado em oposição a situações dinâmicas, conceitos não-físicos opostos aos físicos

A metáfora espaço > tempo requer que o tempo seja conceptualizado em termos de espaço, mas pode haver exemplos contrários, isto é, o tempo servindo de veículo para expressar uma noção espacial.

Os autores afirmam que há categorias conceptuais difíceis de serem localizadas na escala das categorias básicas apresentadas acima. Uma delas é a categoria de **posse** que, nas línguas africanas, parece derivar das categorias de **espaço** (y está no lugar de x > x possui Y) e **processo** (x contém y > x possui Y).

Também na língua africana Ewe, o lexema **megbé** (que denota uma parte do corpo), inicialmente conceptualizado como um objeto temporal (o tempo posterior: objeto > tempo), antes de aparecer, atualmente, com o sentido puramente temporal ou de qualidade, ocorre com seis ou sete distinções conceptuais. O seu processo de gramaticalização pode ser esquematizado com a seguinte escala de categorias cognitivas:

objeto > objeto > objeto > espaço > objeto > tempo > qualidade

↓ | ↓ | ↓ | | |

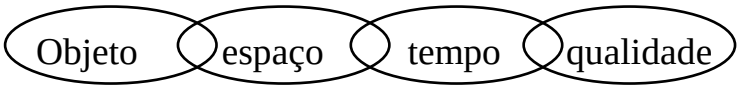
pessoa espaço tempo

↓ ↓ ↓ ↓

(parte do corpo) (parte traseira) (lugar atrás de x) (atrás) (o tempo posterior) (depois) (retardado)

"costas")

Essas categorias não são completamente separadas umas das outras, o que pode ser representado graficamente, como:



Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991:60) se referem a dois tipos de metáforas: a criativa e a emergente (que se distinguem pela origem).

Na metáfora criativa, uma nova expressão é formada, envolvendo a violação de regras semânticas/conceptuais.

A metáfora emergente parte de estruturas já existentes. É o tipo de metáfora mais importante, pois é o único tipo de transferência metafórica que pode ser observado no processo de gramaticalização.

Os autores advogam que a gramaticalização é o resultado de uma interação entre a metáfora e metonímia, partindo da suposição de que o processo da cognição tem uma perspectiva discreta e outra contínua. A primeira, principalmente psicológica, sugere a análise em termos de metáfora; a última que parece ter caráter essencialmente pragmático, é altamente dependente do contexto e exibe uma estrutura metonímica.

Parece ser responsável pela metonímia, a manipulação de um discurso pragmático, onde os conceitos estão sujeitos a fatores contextuais de interpretação. Os autores se referem a esse processo como "reinterpretação induzida pelo contexto", a qual envolve os seguintes estágios:

I. a forma lingüística A adquire um sentido adiconal B, quando ocorre num contexto específico;

II. a existência do sentido, B, torna possível o uso da forma, em novos contextos;

III. B é contextualizado e forma um foco secundário com propriedades específicas, não presentes em A.

A passagem do estágio I para o estágio III é um processo contínuo: a interpretação conceptual concreta no estágio I passa a ser concreta ou abstrata no estágio II e, finalmente abstrata, no estágio III.

A mudança de foco do conceito espacial para o não-espacial parece ser devida a uma espécie de força metonímica, sendo o resultado final

descrito em termos de uma transferência metafórica de um domínio mais concreto (espaço) para um domínio mais abstrato (tempo).

Essa transferência parte sempre de implicaturas conversacionais.

A metonímia e a metáfora, na opinião dos autores, são aspectos complementares do processo de gramaticalização, embora, em alguns casos, uma possa atuar de uma maneira mais proeminente.

A gramaticalização é o resultado da manipulação conceitual que serve para entender ou descrever conceitos mais abstratos ou domínios conceptuais abstratos em termos de conceitos mais concretos ou domínios conceptuais mais concretos. O processo é metafórico por natureza e pode mais apropriadamente ser descrito por meio de metáforas categoriais e pela reinterpretação induzida pelo contexto.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991:156) afirmam que uma categoria gramatical é mais gramaticalizada que outra:

1) se ela é etimologicamente derivada de outra;

2) se se opõe a outra que tem função espacial;

3) se se opõe a outra que expressa uma relação temporal;

4) se se opõe a outra menos abrangente;

5) se se refere a um conceito que tem apenas uma dimensão, física ou nenhuma, enquanto a outra se refere a um conceito que tem mais de uma dimensão, o que permite a constatação de que o espaço é menos gramaticalizado que o tempo e o tempo menos gramaticalizado que uma categoria como condição ou modo;

6) se é uma conjunção (que é mais gramaticalizada que uma preposição).

Na visão de Lichtenberk (1991:37), *a gramaticalização é um processo histórico, uma espécie de mudança que acarreta consequências para as categorias morfossintáticas da língua e, em consequência, para a sua gramática*.

As consequências prototípicas da gramaticalização são:

1 emergência de uma nova categoria gramatical;

2 perda de uma categoria gramatical já existente;
3 mudança nos componentes da categoria gramatical.

O autor prefere ver a gramaticalização em termos de suas conseqüências, isto é, como um processo que ocasiona mudanças na gramática de uma língua.

Para Lichtenberk, também, a gramática molda o discurso e o discurso molda a gramática. A gramática de uma língua é o produto da história dessa língua, daí serem cruciais as considerações diacrônicas, se o lingüísta busca entender ou explicar o porquê de certos aspectos do sistema lingüístico.

Os estudos sobre a gramaticalização possuem abordagens diversas. Como foi especificado na introdução desse trabalho, até mesmo a denominação para o fenômeno é variada, sendo utilizados, como sinônimos, os termos: reanálise, apagamento semântico, esvaimento semântico, condensação, redução, que se referem a certas características sintáticas ou semânticas do processo.

A gramaticalização, como foi visto anteriormente, é também denominada de gramaticização. Traugott e Heine (1991:1) acreditam que essas duas diferenças terminológicas, gramaticalização e gramaticização, referem-se à abordagem sincrônica ou diacrônica do fenômeno lingüístico. O termo gramaticização ou gramatização seriam adotados pelos que defendem a abordagem sincrônica, o estudo discursivo-pragmático, enquanto a gramaticalização diria respeito ao enfoque diacrônico. Parece, contudo, não ser observada esta distinção, pois o termo gramaticalização é o mais generalizado, sendo empregado, inclusive em trabalhos que apresentam considerações diacrônicas.

A concepção a respeito da abrangência do processo também não é uniforme. Há os que concebem a gramaticalização como um processo que se restringe apenas a itens lexicais e os que advogam que a ordem das palavras e determinados padrões oracionais e discursivos também são oriundos de processos de gramaticalização.

É importante ainda especificar, como salientam Omena e Braga (1996:76), que características distinguem a gramaticalização dos demais fenômenos de mudança lingüística. As autoras tomam, como base, as características citadas por Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991:212-3) que podem também ser interpretadas como princípios (v. 3.2.3):

manipulação conceitual - processo em que itens lexicais ou menos gramaticais se tornam mais gramaticais;

unidirecionalidade - direção única: itens lexicais > itens gramaticais, itens menos gramaticais > itens mais gramaticais; casos que se processam em direção inversa devem ser analisados como exceções;

assimetria forma/ significado - os itens de origem, isto é, itens "fonte" permanecem na língua, por algum tempo, com a sua forma original e o seu comportamento morfossintático; a mudança conceitual precede a morfológica e a fonológica, dando origem a um estado de assimetria em que uma mesma forma lingüística oferece simultaneamente dois diferentes significados. É o que, sincronicamente, determina a polissemia ou a homonimia.

decategorização - mudança de categoria gramatical e, conseqüentemente, alteração das características morfossintáticas originais;

recategorização - restauração da simetria forma/significado, nas novas formas ou morfemas;

perda de autonomia - uma forma livre transforma-se em clítico, um clítico em afixo, passando assim a depender de outras palavras;

erosão - perda de material fonético, e conseqüente redução das formas.

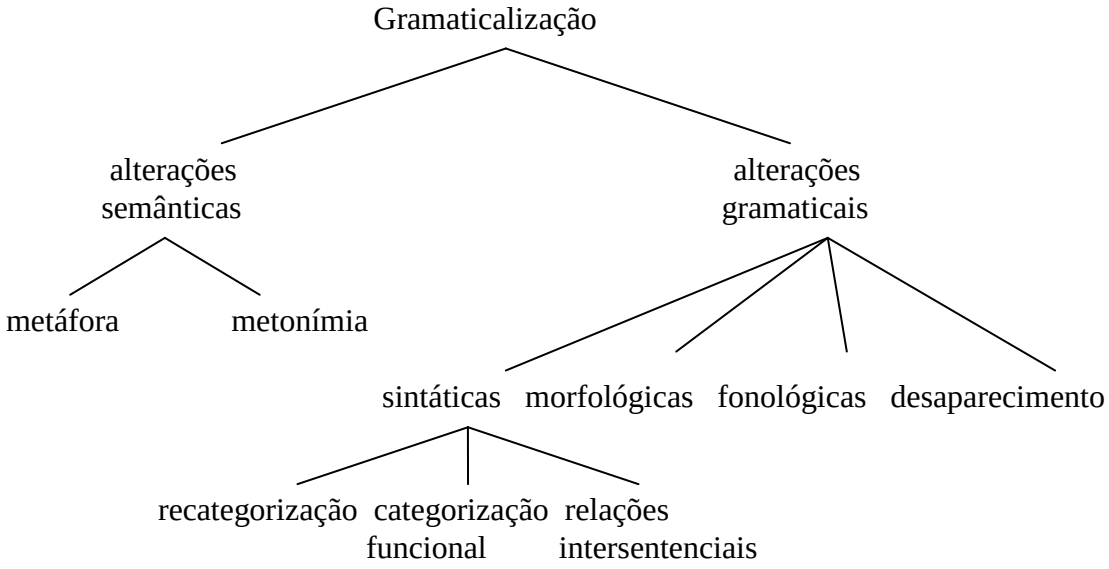
As teorias a respeito da gramaticalização tiveram um papel relevante para o desenvolvimento da *Teoria do Discurso* e para o estudo e análise da constituição das estruturas da língua falada.

3.2.2 O processo de gramaticalização

Segundo Castilho (1997a:32), o processo de gramaticalização abrange os seguintes estágios: 1. sintaticização; 2. morfologização; 3. redução fonológica; 4. estágio zero. Simultaneamente, os itens lexicais sofrem alterações semânticas.

O processo de gramaticalização foi esquematizado, com muita propriedade, pelo referido autor, em suas aulas sobre o tema, ministradas no Seminário III do Curso de Pós-Graduação em Letras, da UFBa:

LÉXICO
↓



Para Castilho, a gramaticalização

> *é o trajeto empreendido por uma forma, ao longo da qual ela muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações semânticas e fonológicas, deixa de ser uma forma livre, e até mesmo desaparece, como conseqüência de uma cristalização extrema.*

Esse trajeto se dá no tempo real ou no tempo aparente. Num sentido mais amplo, *a gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas, aí incluídas a percepção do mundo pelas diferentes culturas, o processamento da informação, etc.*

Lehmann (1982:13) apresenta o seguinte quadro ilustrativo dos processos de gramaticalização:

Fases da gramaticalização

Nível: Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero

Tipos de Línguas: isolantes > analíticas > sintético aglutinantes > sintético-flexionais

Fases: Sintaticização → Morfologização → Desmorfemização →

Processo: GRAMATICALIZAÇÃO

3.2.2.1 Sintaticização

A sintaticização de um item lexical, como foi visto no esquema anterior, abrange: (i) a recategorização (mudança de classe da palavra); (ii) a categorização funcional (= categorias sintagmáticas recebem propriedades argumentais e de adjunção na sentença); (iii) o relacionamento de sentenças (coordenação, subordinação, correlação).

(i) Recategorização Sintática

Na **recategorização** de categorias lexicais, Hopper-Traugott (1993:104) observam o seguinte continuum:

Categoria maior	>	Categoria mediana	>	Categoria menor
[Nome, Verbo, Pronome]		[Adjetivo, Advérbio]		[Preposição, Conjunção]

Como observa Castilho (1997a:33), a criação das categorias léxico-gramaticais tem sido tradicionalmente apresentada como processo de composição ou derivação; quando foge a esses processos, é denominada "derivação imprópria".

A recategorização pode ser:

a) Verbal[30]

Passagem de:

verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar > clítico > afixo

Verbos plenos são os que funcionam como núcleos do predicado. Verbos funcionais são os que transferem o papel de núcleos do predicado, aos constituintes à sua direita, tornando-se portadores de pessoa, número, tempo e modo. Os verbos auxiliares acompanham os verbos nucleares em formas nominais, atribuindo-lhes as categorias de pessoa e número e especializando-se como auxiliares de tempo, modo e aspecto.

Os verbos **sedere** e **stare** inicialmente locativos, no latim, deram origem aos existenciais e aos possessivos, passando de verbos plenos a verbos funcionais. Lyons (1980:343) argumenta que a passagem de locativo a existencial é normal, uma vez que, se uma pessoa ou algo ocupa

[30] As exemplificações dos vários processos de gramaticalização foram retiradas de Castilho, 1997a:32 - 57.

determinado lugar, é porque existe. O lugar é mais concreto que a existência.

Os **locativos** dão, pois, origem aos **possessivos** e aos **existenciais**. A construção latina **esse + dativo** exemplifica essa gramaticalização:

Mihi est liber ------ *'eu tenho um livro'*

Verbos tipicamente possessivos como **habere** e **tenere** tinham o sentido original de 'agarrar com as mãos', 'ter nas mãos'. Este fato foi responsável pela organização do **Aspecto Inceptivo,** em que um verbo como **pegar,** seguido de um infinitivo, passou a indicar o início de uma ação:

Ele pegou a falar

Um verbo funcional pode transformar-se em verbo auxiliar e este em afixo, morfologizando-se.

Os verbos auxiliares codificam o Aspecto, o Tempo, o Modo e a Voz.

O futuro latino **amabo** foi substituído pela perífrase **amare habeo**, do latim falado, que deu, em português, a forma **amarei**. Esta, por sua vez, está sofrendo a concorrência de uma nova perífrase, constituída pelo verbo **ir + infinitivo**:

*Eu **vou fazer** isto*.

O verbo **ir**, ao gramaticalizar-se como auxiliar, perde o seu sentido original de afastamento, tornando possíveis construções como: **vou ir**, **vai vir.**

b) Nominal

– Verbos em formas nominais dão origem a nomes:
infinitivos: o despertar, o olhar
particípios: promessa, ata
gerúndios: fazenda, lenda

– Adjetivos se recategorizam como substantivos:
cannis galicus > cão galgo > galgo

– Substantivos se recategorizam como adjetivos:
laurus > louro

Tem-se pois, na recategorização dos Nomes:
verbo > nome, substantivo > adjetivo e adjetivo > substantivo.

c) Pronominal

– Perda do caráter dêitico, isto é, mostrativo dos demonstrativos e absorção do valor anafórico:
Lat: ille > Port: ele
Lat: accu - ille > Port: aquele

– Demonstrativos > artigos, reduzindo o caráter anafórico:
Lat. falado: illu homine > o homem

– Pronome de tratamento > pronome pessoal
Vossa Mercê > você

– Sintagma nominal > pronome pessoal
a gente

– Generalização do pronome **se** para todas as pessoas, na modalidade
não-padrão:

Eu se alembro

d) Adverbial

Nome > advérbio
Lat: passu > Port: passo (substantivo) > Fr: pas (advérbio de negação)

Verbo > advérbio
voire (fr.) > voici, voilà (advérbios de designação)

e) De conectivos

– nome > preposição ou locução prepositiva
back (Ingl: costas) > back (prep) = atrás

amor (Port.) > por amor de = por causa de e suas variantes populares: prumode, pramode

– verbo em formas nominais > preposição
salvo, durante

– numeral ordinal > preposição
segundo

– nome > conjunção
modo > de modo que
maneira > de maneira que

– verbo > conjunção
quer... quer
seja... seja

– advérbio de inclusão > conjunção adversativa
magis > mais

– pronome > conjunção

que	>	que
↓		↓
pron. rel	>	conj.

Tarallo (1983), na sua análise sobre as estratégias da relativização, mostrou que os pronomes relativos parecem estar perdendo suas propriedades pronominais e assumindo características de conjunção, sem papel funcional.

(ii) Categorização Funcional

Como fatos de **categorização** funcional, Castilho (1997a:41) admite que podem ser citados os exemplos de:

a) tópico > sujeito

Algumas línguas, como o Japonês, marcam, estruturalmente, o Tópico e o Sujeito.

Em outras línguas, Tópico e Sujeito não são diferenciados e os sujeitos são, essencialmente, como afirma Li e Thompson (1976, *apud* Castilho *ibid*: 41), tópicos gramaticalizados. O tópico, nessas línguas, pode

gramaticalizar-se como um nominativo (nas línguas nominativas-acusativas) ou como um absolutivo (nas línguas ergativas). O sujeito pode assim codificar-se como um único nominal, fundindo-se, estruturalmente, com o tópico.

O Português é uma língua que integra as duas tipologias, ou seja, é, ao mesmo tempo uma língua de sujeito/ predicado e de tópico/ comentário e, muitas vezes, o tópico ocupa o lugar do sujeito.

b) preenchimento do sujeito e esvaziamento do objeto direto

A simplificação da morfologia do português do Brasil aponta para maior freqüência de sujeitos lexicais e implementação de objetos diretos nulos (Tarallo 1993:82-3).

c) ordem dos constituintes funcionais

A gramaticalização da ordem dos constituintes funcionais no português se revela no decréscimo da ordem VS e no crescimento da ordem SV, do séc. XVIII ao séc. XX, conforme demonstra Berlinck (1989, *apud* Castilho 1997:43) em pesquisa realizada em textos do sécs. XVIII, XIX, XX.

(iii) Relacionamento de Sentenças

No que se refere às relações intersentenciais, são exemplos as tênues relações entre as conjunções coordenativas explicativas e as subordinativas causais ou entre as coordenativas adversativas e as subordinativas concessivas. A gramaticalização das relações intersentenciais dispõe as coordenadas e subordinadas num contínuo que parte da coordenação perfeita à subordinação por excelência.

3.2.2.2 Morfologização

Morfologização é a criação de formas presas: afixos flexionais ou derivacionais. Como exemplos de afixos flexionais, Castilho cita, entre outros:

a) o pronome pessoal **nós** que assume a forma **nes**, no português europeu, em dialetos em que ocorre a assimilação de – **mos** a **nós**:

andábanes, documentado no *Inquérito Lingüístico Boléo* (*apud* Castilho 1997:44).

b) o morfema **-s**, de plural, do artigo definido, que, no Português e no Francês, passa de sufixo a prefixo, nos casos em que a palavra seguinte começa por vogal:

os olhos
les enfants

c) a expressão adverbial do inglês **by and by** que, no Tok Pisin, deu origem ao marcador temporal **baimbai**;

d) o grau mais avançado da gramaticalização de número que ocorre no Português e no Inglês com as alternâncias vocálicas **avô**/ **avó** e **mouse**/ **mice**

Como exemplos da criação de afixos derivacionais, Castilho cita:

a) a morfologização do nome **mente**, derivado do latim **mens-mentis**, que se pospôs a adjetivos, no SN, dando origem a expressões como **agir**, **cristã mente**. Por uma redução fonológica **mente** se tornou átono, cliticizando-se aos adjetivos e dando origem aos advérbios em **mente**.

3.2.2.3 Redução fonológica

Na redução fonológica, formas livres fundem-se com outras formas livres, transformando-se em formas presas e gramaticalizando-se como afixos:

habeo > hei > ei

A espécie mais familiar de mudança fonológica é a perda de segmentos fônicos, por contigüidade, na maior parte das vezes, nas extremidades das palavras.

Seguindo Heine e Reh (1984:21-5), Hopper (1994:29) refere-se a esse fenômeno como uma "erosão", cujos efeitos podem ser sutis, quase imperceptíveis ou bastante visíveis, como o exemplo do inglês falado **'yes'm'**, isto é, **yes**, **madam** em que o **m** é o último vestígio do latim **mea domina**

mea domina > ma dame > madam > ma'am > mum > m

Hopper admite ao lado do fenômeno da **erosão** que consiste no empobrecimento gradual da forma fonológica, o fenômeno da **fonogênese**, processo em que há renovação da fonologia para contrabalançar a erosão. A fonogênese é o processo através do qual novos segmentos fonológicos são criados a partir de prévios morfemas.

O autor afirma que todos os fonemas provêm de morfemas; assim, adaptando a afirmação de Givón (1971), *a sintaxe de hoje é a morfologia de ontem,* Hopper esclarece *a fonologia é, hoje, a morfologia de ontem.*

O processo de perda de função e produtividade de morfemas é, na literatura recente, denominado **"de-morfologização"** e foi discutido, inicialmente, por Joseph e Jander (1988, *apud* Hopper, 1994:31). A fonogênese, a criação de segmentos fonológicos a partir de morfemas, é um avançado estágio da gramaticalização e pode ser considerada a fonte mais importante de novos segmentos lineares.

A fonogênese analisa o fenômeno do ponto de vista da fonologia emergente e não na perspectiva de uma morfologia decadente, embora ambas as visões sejam plausíveis. Desse ponto de vista, discussões sobre o sentido residual de formas **de-morfologizadas** se tornam vazias.

Enquanto o processo de perda, erosão, tem sido exaustivamente estudado, pouca atenção tem-se dado ao processo de ganho de material fonológico, chamado de "reforço", através do qual, uma forma enfraquecida semanticamente é restaurada pela adição de um segundo morfema. O resultado é uma nova forma semanticamente mais abrangente do que a forma primitiva antes do seu enfraquecimento.

Lehmann (1982:24) exemplifica esse processo com as preposições francesas **dans**, **dedans** nas quais se acumularam vários reforços ao original latino **in**; o primeiro estágio de reforço ocorreu quando a preposição **in** foi substituída pelo advérbio **intus**, *'dentro'*, ao qual se acrescentou, primeiramente, a preposição **de (de-intus = dans)** e, finalmente, um outro **de** que deu origem à forma **dedans**.

A fonogênese é uma parte da gramaticalização, especificamente dos últimos estágios, em que os sentidos se tornam mais difusos. A fonogênese é sintagmática, afeta segmentos lineares o que a distingue da fonologização que é paradigmática e afeta o inventário paradigmático de fonemas. A fonogênese e a fonologização são dois diferentes estágios do mesmo processo, o da gramaticalização, sendo a fonologização um estágio ainda mais tardio. Não há regras sem exceções para governarem a fonogênese como foram propostas para a erosão, a assimilação ou outras mudanças fonéticas.

3.2.2.4 Estágio zero

O estágio zero, segundo Castilho (1997:46), *é o momento máximo de exaustão da estrutura e anuncia a retomada do processo de gramaticalização*. Pode-se citar, talvez, como exemplo, a preferência atual pela forma perifrástica **ir** + **verbo principal**, em lugar do futuro em **-ei**.

3.2.2.5 Alterações Semânticas: Metáfora e Metonímia

A gramaticalização implica, também, na perda do sentido original de uma forma e no desenvolvimento de um novo sentido. É o que Castilho denomina **semanticização** que pode determinar apenas ligeiras alterações ou até mesmo uma mudança completa de sentido.

Não se sabe ainda se é a mudança sintática a responsável pela mudança semântica ou se a mudança semântica precede a mudança sintática.

Como exemplo de alteração semântica pode-se citar a palavra **passo** que era empregada com verbos de movimento, como por exemplo, na frase **não vou passo**, significando 'não percorrerei o espaço de um passo' e, que, com o decorrer do tempo, adquiriu o sentido negativo.

Pesquisas sobre a gramaticalização, como já foi especificado anteriormente, vêm demonstrando que as alterações de sentido se processam através do estabelecimento de relações de metáfora ou de metonímia.

A metáfora é a transferência de um sentido A para um sentido B, graças à semelhança entre eles. Observa-se que, na mudança de sentido, parte-se sempre dos sentidos mais concretos para sentidos mais abstratos.

Latim	>	Português		
↓				
conforme	>	**conforme**	>	**conforme**
↓		↓		↓
adj.		loc. prep.		conjunção
		prep.		↓
'semelhante'		'de acordo com'		'conforme'

A metonímia é a mudança de sentido ocasionada por itens que se associam sintaticamente. Na formação de algumas conjunções percebe-se, por vezes, a ocorrência de alterações metonímicas:

Adv. de inclusão **magis** > Conj. adversativa **mas**, em virtude do uso de **mas** em contextos negativos.

O valor inclusivo de **mais**, segundo Castilho (*ibid*:112), favoreceu o seu uso discursivo, como uma espécie de conectivo interacional e textual. Após transformações metonímicas, **mas** assumiu novas propriedades gramaticais como conjunção de contrajunção.

A gramaticalização se distingue da **lexicalização** que se refere ao processo em que uma seqüência de morfemas se transforma em uma unidade lexical.

Alguns autores consideram a lexicalização um processo de desgramaticalização, em que termos de um sintagma tornam-se inanalisáveis do ponto de vista do uso lingüístico quotidiano. As três palavras componentes de **bem-te-vi**, por exemplo, já não são sentidas como três unidades distintas, mas o conjunto possui uma outra significação. Houve, pois, uma lexicalização.

São apontados graus de lexicalização que vão desde formas estereotipadas que guardam mais ou menos o sentido das formas independentes, até formas que assumem sentido completamente diverso do sentido original das formas componentes.

Bernhard Pöll (1994:178) considera **lexicalização** o fato de um grupo de lexemas, por necessidade de criar uma nova unidade de denominação, passar a pertencer ao léxico de uma língua. Raramente a lexicalização se faz sem modificações a nível morfológico, fonológico ou morfossintático. Tem-se assim: 1. assimilação fonológica (*água ardente* > *aguardente*); 2. petrificação da ordem das palavras (*sexo fraco* e não *fraco sexo*); 3. mudança de gênero gramatical (*um cabeça de prego*). Na lexicalização, as unidades componentes do grupo de lexemas formam um todo, no plano semântico, o que significa que os formantes não contribuem para o significado do grupo. São as chamadas locuções ou lexias:

Maria-vai-com-as-outras - 'sem personalidade'
castelos do ar - 'planos'

A lexicalização, como especifica o autor, é uma reprodução e não uma produção criadora.

Trata-se pois de um processo bastante diverso do processo de gramaticalização, objeto de estudo desta pesquisa, e não de um processo contrário, isto é, passagem de um item gramatical a lexical.

3.2.3 Princípios da Gramaticalização

Lehmann (1985, *apud* Hopper 1991:20), identifica cinco princípios para a Gramaticalização:

1) **Paradigmatização** – que diz respeito à tendência de integração das formas gramaticalizadas em novos paradigmas progressivamente menores e homogêneos.

2) **Obrigatoriedade** – que se refere à existência, dentro de um paradigma, de regras gramaticais que determinam a escolha dos seus membros.

3) **Condensação** – que especifica a diminuição da complexidade das formas gramaticalizadas e dos constituintes com os quais elas se combinam.

4) **Coalescência** – que ressalta o desaparecimento conjunto de formas adjacentes.

5) **Fixação** – que explica a mudança de ordens livres em ordens fixas, inicialmente na sintaxe e depois na morfologia.

Para Lehmann, *quanto mais autônomo o signo, menos gramaticalizado*.

Hopper também admite a existência de cinco princípios, alguns dos quais semelhantes aos de Lehmann:

1) **Estratificação** (layering) – que estabelece a existência dentro de um domínio funcional amplo, de novas camadas que emergem continuamente; as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, podendo continuar a existir e a interagir ao lado das camadas mais novas.

Esse princípio é como diz Castilho (1997:57) *a constatação de que a gramaticalização dá surgimento à variação lingüística*.

Um exemplo de estratificação ocorre com a forma **a gente**, no português falado. O item lexical **gente**, acompanhando-se do artigo, deu origem à expressão **a gente** que passou a coocorrer com as formas pronominais **eu** e **nós**, especialmente com nós.

2) **Divergência** – que se refere à permanência da forma lexical original, como elemento autônomo sujeita a sofrer as mesmas mudanças que um item lexical comum.

3) **Especialização** – que diz respeito ao fato de que dentro de um domínio funcional é possível haver, em determinado estágio, uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes; essa variedade, entretanto, estreita-se quando ocorre a gramaticalização, diminuindo a variedade de escolhas formais.

4) **Persistência** – que explica a permanência de traços do significado lexical original de uma forma, na nova forma gramatical, oriunda da gramaticalização.

5) **Decategorização** – que especifica a propriedade das formas, em processo de gramaticalização, de assumirem atributos característicos de categorias secundárias (Adj., Prep., Part.), pela neutralização das marcas morfológicas e das propriedades sintáticas de categorias plenas (N. e V.)

O que se verifica é que, na gramaticalização, há aquisição de propriedades novas, isto é, há uma recategorização.

Castilho (1997:52) admite que quatro princípios podem explicar os processos de gramaticalização:

1) **Analogia** – que é responsável pela criação de formas não explicáveis, se tomadas no eixo sintagmático. Jakobson e Halle (1956, *apud* Castilho, *ibid*:53), já haviam reconhecido que a analogia opera no eixo paradigmático, enquanto a reanálise opera no eixo sintagmático.

Os neogramáticos definiram a analogia como "o processo de mudança gramatical", responsável não só pela mudança fonológica, como por mudanças em todo o sistema gramatical, o que pode ser exemplificado com o pretérito perfeito do verbo **estar**, **estive**, que é analógico ao pretérito perfeito arcaico do verbo **ser**, **sive**.

A analogia e a reanálise podem ocorrer na gramaticalização de uma mesma expressão. É o que, segundo Castilho, ocorreu com a expressão constituída do verbo **ir** + **infinitivo** em que o verbo **ir** passou de verbo de movimento, como em **vou caminhar um pouco**, isto é, **vou sair para caminhar um pouco**, para verbo auxiliar de qualquer verbo no infinitivo, indicando tempo futuro. Por analogia, como já foi especificado, verbos que

não significam movimento, passam a constituir-se com o verbo **ir**, para indicar o futuro, dando origem a expressões aparentemente contraditórias, como **vou ficar**, **vou estar**. Na língua falada, já se ouve até mesmo **vou ir.**

2) **Reanálise** – que explica a mudança de percepção, por parte dos falantes, de como os constituintes de uma língua se organizam no eixo sintagmático. Essa mudança de percepção se deve a um tipo de raciocínio denominado **abdução**, que provoca inferências, a partir de um conhecimento prévio. A abdução é a base da percepção humana, responsável pela criação de novas idéias.

Através da reanálise dá-se o apagamento dos limites entre os constituintes e a criação de novos "cortes" sem alterar, contudo, a manifestação superficial da unidade em questão. Esse processo pode ser exemplificado com a formação do futuro romance. A expressão **haec habeo dicere** (tenho algumas coisas a dizer) foi inicialmente reanalisada como **[haec dicere] habeo** (tenho que dizer essas coisas) em que **haec dicere** passava a objeto direto de **habeo** e, posteriormente como **haec [dicere habeo]** (tenho de dizer algo) o que deu origem à fusão fonológica dos dois verbos, e ao novo morfema do futuro - **re.**

Também o pretérito perfeito composto das línguas românicas é resultado da reanálise de construções do tipo **habeo litteras scriptas**, em que o constituinte **litteras** analisado como objeto direto de **habeo**, seguido de um predicativo do objeto, **scriptas**, passou a ser objeto direto de **habeo scriptum**, uma vez que **habeo** passou a significar o resultado presente de uma posse no passado e **scriptum** se deslocou tornando-se invariável, vindo a constituir um tempo verbal composto.

Em português, o clítico **o** é um exemplo de reanálise. Em **video illum librum**, o recorte **video [illum librum]** deu origem ao artigo **o**, e, possivelmente, a omissão do núcleo do SN, **librum**, deu origem ao clítico **o**: **[video illum ø]**

3) **Continuidade e gradualismo** – que ressalta o fato de a gramaticalização tender sempre para a renovação da estrutura da língua e constituir-se num processo contínuo, baseado numa propriedade das línguas naturais que é a sua criatividade, motivada por necessidades sociais.

4) **Unidirecionalidade** – que mostra o caráter irreversível da gramaticalização, não permitindo, portanto, o movimento inverso, isto é, uma desgramaticalização.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991:4) afirmam que: ... *an intrinsic property of the process is that grammaticalization is unidirectional, that is, that it leads from a "less grammatical" to a "more grammatical" unit, but not vice-versa.*[31]

Os autores se referem a contra-exemplos citados por Kahr (1976), Jeffers e Zwicky (1980) e Campbell (no prelo) que dizem respeito à desgramaticalização (passagem de uma unidade mais gramatical a menos gramatical) ou regramaticalização (aquisição de função gramatical por formas anteriormente sem função gramatical alguma), mas ressalta que os exemplos são estatisticamente insignificantes e serão ignorados no seu trabalho.

Castilho (1997:56) afirma que a dificuldade na admissão da desgramaticalização reside no fato de que tais formas deveriam passar por processos de ressemantização e de reforço fonológico, o que ainda não foi comprovado.

Hopper (1991:128) salienta que a unidirecionalidade é uma forte hipótese, uma vez que há inúmeros exemplos do desenvolvimento de itens lexicais para itens gramaticais ou de itens menos gramaticais para itens mais gramaticais, mudanças acompanhadas por uma descategorização de uma categoria maior para uma categoria menor. Para o autor, os contra-exemplos são poucos e, até o momento, não há evidência de que itens gramaticais possam ser inovados, sem uma história lexical prévia, num passado remoto. Desse modo, já que a lexicalização é um processo não-unidirecional, distinto da gramaticalização e pode recrutar material de todas as espécies, o autor acredita que muitos dos contra-exemplos para provar a não-unidirecionalidade da gramaticalização devem ser considerados exemplos de recrutamento de material lingüístico para enriquecimento do léxico.

Bybee, Perkins e Pagluica (1994:13) especificam que juntamente com a unidirecionalidade da mudança semântica, há também, na gramaticalização, a unidirecionalidade da mudança gramatical e fonológica, pois quando segmentos fonológicos são reduzidos, eles jamais voltam a assumir sua forma primitiva, completa, a menos que essa forma inicial tenha sido preservada na língua e venha a substituir a forma reduzida

A visão da unidirecionalidade da mudança, atestada através de dados de muitas línguas, foi combatida, como já foi especificado anteriormente, por Jeffers e Zwicky (1980) que demonstraram terem os clíticos do Proto-

[31] ... uma propriedade intrínseca do processo é que a gramaticalização é unidirecional, isto é, torna uma forma "menos gramatical", "mais gramatical", mas nunca o contrário.

Indo-Europeu se desenvolvido em raízes de pronomes relativos, indefinidos ou interrogativos nas línguas derivadas.

Os conectivos japoneses parecem fornecer um outro exemplo de mudança, no sentido de uma crescente independência de morfemas. Há, no japonês, além de conectivos, partículas conectivas ou enclíticas, usadas para ligar duas sentenças, num período. Essas partículas se prendem a uma forma finita de um verbo, a um adjetivo ou a um verbo auxiliar, sendo pois morfemas presos. Os conectivos são morfemas livres, independentes.

Poder-se-ia supor que as partículas conectivas tivessem se desenvolvido a partir dos morfemas independentes, isto é, dos conectivos. Contudo, segundo Matsumoto (1988:541) não é este o caso. O que se costuma afirmar é que os conectivos se originaram das partículas conectivas ou da reunião de uma cópula com uma partícula. É o que o autor denomina **conectivos destacados** que começam a aparecer em textos que refletem o discurso coloquial, no séc. XVII, ou ainda mais tarde, bem depois do emprego das formas clíticas correspondentes.

Entretanto, conforme explica o autor, embora tenha se processado uma mudança de morfemas presos para morfemas livres, esses morfemas não adquiriram o conteúdo lexical típico dos morfemas presos. A função dos morfemas livres mudou do domínio da sintaxe para o domínio do discurso e muitos dos conectivos passaram a ser usados como marcadores conversacionais.

Essa é também a opinião de Vincent, Votre e Laforest (1993) que consideram existir paralelamente à gramaticalização um outro processo, o da desgramaticalização que, segundo os autores "leva o elemento lingüístico a perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular e assumir restrições de caráter pragmático e interativo". Para os autores, trata-se de um processo distinto da gramaticalização, um processo que abrange elementos que funcionam em um campo de atuação mais vasto do que o da gramática, uma vez que, como marcadores conversacionais, marcam relações entre emissores e receptores ou entre eles e o seu discurso, sem estabelecer relações entre elementos da gramática.

Entretanto, como afirmam os próprios autores, o problema é que muito pouco se sabe a respeito do processo da desgramaticalização, pois ainda são raros os trabalhos dedicados ao assunto.

Pode-se afirmar, pois, que a gramaticalização é um fenômeno complexo que envolve, normalmente, mais de um processo. Castilho (1997:57) afirma que uma teoria modular da língua facilitará o estudo dos processos de gramaticalização experimentados pelas diversas palavras e cita, como já foi visto anteriormente, Morris, a quem admite as primeiras idéias a respeito da citada teoria, expostas no texto *Foundations of the*

Theory of Signs (1938)[32]. Morris estabelece os domínios da Sintaxe (estudo da relação entre os signos), da Semântica (estudo da relação dos signos com seus referentes) e da Pragmática (estudo da relação dos signos com seus usuários).

Castilho cita ainda:

1. Jakobson (1948) que considera a Fonologia e a Morfologia como aspectos autônomos das línguas naturais, mas não independentes;

2. Franchi (1977, 1991) que reconhece os três módulos citados por Morris, por ele denominados de sistemas, destacando a sua articulação com o léxico, tomado como ponto de partida pela grande maioria dos autores para explicar a gramaticalização.

Considerando a gramaticalização como a passagem de um item lexical para uma categoria gramatical, faz-se a distinção entre "itens lexicais", componentes do léxico de uma língua e categorias gramaticais (morfemas ou palavras funcionais).

Alguns autores dividem as palavras em principais, acessórias e gramaticais. As principais - Nomes, Pronomes, Verbos - são formas livres, palavras lexicais de conteúdo semântico pleno, consideradas membros de uma categoria maior. As acessórias - Adjetivos e Advérbios - fazem parte da categoria mediana. As gramaticais - Preposições e Conjunções - são formas presas, instrumentos gramaticais, pertencentes a uma categoria menor.

Castilho concebe o Léxico como o módulo central da língua em que estão depositados itens marcados por propriedades gramaticais, discursivas e semânticas. Discurso, Gramática e Semântica são os módulos da língua que dispõem de regras próprias e estão em pé de igualdade, uns em face dos outros.

Os funcionalistas elegem o Discurso, privilegiando a enunciação. Os formalistas, a Gramática, privilegiando o enunciado. A Semântica encontra-se diluída no programa dessas duas tendências teóricas.

Para Castilho (1997)[33],

> *as propriedades inerentes a cada um desses módulos são administradas por processos cognititvos prévios à verbalização, caracterizáveis como um conjunto de instruções não seqüenciais que ativam simultaneamente as propriedades discursivas, gramaticais e semânticas já contidas nos itens lexicais.*

[32] Fundamentos da Teoria dos Signos (Morris, 1938).

[33] Informações obtidas na conferência proferida durante o II Encontro de Funcionalistas - Araraquara, 08 a 10.05.97.

Esses processos são denominados, pelo autor, de: ativação, reativação e desativação.

Ativação é o momento da seleção das palavras e de seus traços pragmáticos, semânticos e gramaticais de interesse para os eventos da fala.

Reativação é um movimento em que se recorre a traços já ativados.

Desativação é o momento do abandono dos traços que vinham sendo ativados nos itens lexicais.

Castilho defende, pois, a existência de um subsistema computacional, localizado na competência lingüística que coordena a criação das expressões lingüísticas. Esse sitema é dotado de um conjunto de instruções que são ordenadas de tal forma que, ao falar, o falante seleciona no léxico, determinado item e vai ativar, nesse item, as propriedades gramaticais, semânticas e discursivas que lhe são peculiares.

Precedendo e preparando a verbalização, esses movimentos se realizam simultaneamente, o que significa não ser possível estabelecer uma hierarquia entre eles, nem entre os três módulos da língua acima citados.

Tomando por base essa teoria modular, o autor propõe três grandes processos de constituição da língua: a gramaticalização (que como já foi visto, é a passagem de um item lexical a gramatical ou de um item menos gramatical a um item mais gramatical), a semanticização (alteração semântica por que passam os itens em sua utilização gramatical ou discursiva) e a discursivização (uso discursivamente relevante de itens lexicais). Esses três processos se desencadeiam simultaneamente num mesmo item.

O autor acredita que:

> *pesquisas sobre a discursivização e a semanticização permitirão um conhecimento mais profundo sobre a gramaticalização e contribuírão para desvendar os fatores cognitivos que podem movimentar tais processos, o que, por certo, representará uma nova perspectiva no estudo do assunto*.

3.2.4 Conclusão

Como se pode verificar, os estudos sobre a gramaticalização apresentam abordagens e perspectivas teóricas diversas. Em conseqüência, o conceito de gramaticalização apresentado pelos diversos autores é mais

ou menos abrangente. Há os que se preocupam com o mecanismo interno do processo e acreditam ser a gramaticalização um processo em que as unidades lingüísticas:

1. *perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e substância fonética* (Heine e Reh 1994);

2. *mudam de uma categoria lexical para uma funcional* (Roberts 1993);

3. *passam de itens lexicais a itens gramaticais ou de itens menos gramaticais a itens mais gramaticais* (Traugott e König (1991), Kurilowicz (1965), Lichtenberk (1991), Bybee, Perkins e Pagluica (1994);

4. *deixam de ser palavras necessárias e consideradas partes essenciais do discurso para serem palavras acessórias* (Tooke v.I:1786, v.ii:1805, *apud* Lehmann 1982:1);

5. *'desbotam', isto é, sofrem enfraquecimento semântico* (Gabelentz 1891, *apud* Lehmann 1982), (Bybee, Perkins e Pagluica 1994);

6. *inicialmente autônomas adquirem o caráter gramatical* (Meillet 1912);

7. *evoluem a partir da sua utilização no discurso* (Givón 1970, *apud* Hopper e Traugott 1993; Ono e Thompson 1993), é a *cristalização das formas discursivas mais produtivas* (Castilho 1994);

8. *experimentam um contínuo evolutivo* (Heine e Reh 1984) ou *um movimento contínuo em direção à estrutura* (Hopper 1988);

9. *nem sempre sofrem enfraquecimento semântico, apresentando, em alguns casos, maior reforço de informação* (Traugott e König 1991) (Sweetser 1990);

Há ainda os que se preocupam com o mecanismo externo do processo, acreditando ser a gramaticalização, um processo no qual:

1. *o significado concreto de uma expressão é aplicado a um contexto mais abstrato* (Willet 1988) (Heine, Claudi e Hünnemeyer 1991);

2. *o mecanismo predominantemente responsável para a criação de significados secundários que, gradualmente, transformam-se em significados primários, é a convencionalização de implicaturas* (Traugott (1987), Willet (1988), Levinson (1983), Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), Bybee, Perkins, Pagluica (1994);

3. *a mudança de sentido se processa de uma situação externa para uma situação avaliativa, perceptiva, cognitiva ou mesmo textual* (Bybee e Pagluica (1985), Claudi e Heine (1986) Sweetser (1988-90);

4. *a influência de associações metafóricas* (Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), Sweetser (1988-1990), *ou metonímicas* (Traugott e König 1991) *é evidente*;

5. *as modificações experimentadas são motivadas por fatores extralingüísticos, especialmente pela cognição* (Heine, Claudi, Hünnemeyer 1991), Sweetser (1990).

6. *as formas associam-se a significados progressivamente mais abstratos, partindo da noção de* ***espaço*** *podendo ou não passar pela noção de* ***tempo*** *e desembocando na categoria mais abstrata de* ***texto*** (Lyons 1977), (Heine, Claudi, Hünnmeyer 1991).

3.3 As conjunções

Antes que sejam tecidas considerações sobre a gramaticalização das conjunções na história do português, acredita-se ser importante localizar a classe das conjunções no conjunto das demais classes de palavras e, sobretudo, verificar não só a concepção de diversos autores a respeito dessa classe, através dos tempos, mas também, a função por eles atribuída aos itens conjuncionais, ao lado de outros elementos conectores.

Desse modo, far-se-á, inicialmente, uma breve retrospectiva sobre a origem das classes de palavras, após o que serão citadas classificações específicas, que apresentam pontos de vista diversos de autores que se preocuparam com o estudo do assunto.

3.3.1 As conjunções e as classes de palavras

Sabendo-se que classe é qualquer conjunto de elementos que contém, no mínimo, uma propriedade essencial em comum, torna-se fácil apreender o conceito de **classes de palavras** ou de **vocábulos** que são conjuntos de palavras ou vocábulos de uma língua, dotados de determinadas especificidades (morfológicas, sintáticas ou semânticas).

A origem da reflexão sobre as diversas palavras da língua e da organização dessas palavras em classes, como afirma Robins (1979:27), está ligada à própria história dos estudos gramaticais, já que a preocupação em agrupar as palavras remonta à antiga Grécia e a ampliação das classes gramaticais se efetuou à medida que avançaram os estudos lingüísticos. As classes de palavras, hoje conhecidas, são, pois, o resultado de contribuições de vários estudiosos em diferentes épocas.

Foram os pensadores gregos, os primeiros, na Europa, a sentirem a necessidade de analisar a língua, como manifestação da vida humana. O termo *grammatiké* significava, na época, a compreensão das letras; a investigação lingüística estava contida, entretanto, na parte genérica da *philosophia*, que cobria um campo muito mais amplo do que a *filosofia* de hoje, pois se referia a todos os setores do conhecimento humano.

A análise gramatical dos gregos baseava-se no estudo da palavra; restringia-se a classificar os vocábulos em partes do discurso (ou classe de palavras) e a identificar os modelos flexionais dos mesmos. Três grandes períodos constituem o estudo gramatical na Grécia antiga: a) o que se iniciou com os filósofos pré-socráticos e continuou com Sócrates, Platão e Aristóteles; b) o período dos estóicos; c) o período dos Alexandrinos.

No primeiro período, as reflexões sobre a língua acham-se esparsas na obra de cada pensador. Platão foi o único a escrever uma obra mais diretamente ligada aos problemas da linguagem, o diálogo intitulado *Crátilo*, todo dedicado às questões lingüísticas, especialmente à origem da linguagem e à análise das relações entre as palavras e o seu conteúdo semântico. Foi ele o primeiro a perceber, na oração, um elemento nominal e um verbal. O elemento nominal passou a constituir a classe dos nomes, para Platão, formada de palavras suscetíveis de funcionarem como sujeito; o elemento verbal passou a formar a classe dos verbos e adjetivos, elementos indicadores de ações ou estados.

Aristóteles, um dos mais notáveis pensadores da humanidade, teve conhecimento da obra de Platão e daí partiu para desenvolver o seu próprio pensamento. Às duas classes de palavras propostas por Platão, Aristóteles acrescentou a classe das conjunções, constituída não apenas dos itens

conjuncionais, mas também dos pronomes, dos artigos e, possivelmente, das preposições.

Observa-se que as conjunções constituíam, inicialmente, na classificação de Aristóteles, uma única classe, juntamente com os pronomes, os artigos e as preposições. Pode-se supor que a função de conectivo tenha influído para que as conjunções fossem reunidas às preposições, de função idêntica e aos pronomes, uma vez que o pronome relativo também é um elemento conector. Nota-se, entretanto, ter o autor incluído os demais pronomes e também os artigos no mesmo grupo, talvez por perceber o caráter referencial dos mesmos o que, de certa forma, estabelece também uma conexão.

A época de Aristóteles marca o fim de uma era da história da Grécia. Entre as escolas filosóficas que surgiram depois dele, em Atenas, a mais importante para a história dos estudos lingüísticos foi a dos estóicos, fundada por Zenão, mais ou menos em 300 a.C. Com os estóicos, as questões lingüísticas passaram a ser tratadas em obras específicas, das quais tem-se apenas notícia, através de escritores de períodos subseqüentes. Como filósofos, os estóicos admitiam que a linguagem servia à expressão do pensamento e dos sentimentos, e rejeitavam a idéia de ser cada palavra detentora de um único sentido, admitindo estar o sentido dependente do contexto em que a palavra se encontrava inserida.

Os estóicos subdividiram as palavras, inicialmente, em quatro classes: nome (nome e adjetivo), verbo, conjunção (conjunção e preposição) e artigo; mais tarde incluíram uma outra classe, com a divisão dos nomes em próprios e comuns. Com os estóicos, não só o número de classes de palavras foi ampliado, mas foram introduzidas também definições mais precisas. Sucessivas gerações de filósofos estóicos obtiveram numerosas conquistas no terreno gramatical e os trabalhos por eles realizados foram, assim, os precursores dos estudos gramaticais propriamente ditos.

Os estóicos notaram a diferença entre a função dos elementos de conexão (conjunções e preposições) e a dos artigos; os pronomes, entretanto, não foram classificados separadamente. Os adjetivos que haviam sido considerados por Platão e Aristóteles como uma sub-classe dos verbos, passaram a ser uma sub-classe dos nomes.

Ao contrário dos estóicos, os alexandrinos estavam interessados principalmente na linguagem como parte dos estudos literários. Pertence ao período alexandrino, ou da Escola de Alexandria, a mais antiga gramática que chegou até nós: a de Dionísio da Trácia (séc. II a.C.).

Dionísio distinguiu oito classes de palavras, número que permaneceu constante até a Idade Média, nas gramáticas do grego e do latim, e teve grande influência na análise gramatical de diversas línguas européias

modernas. Os nomes próprios e comuns, que haviam sido distribuídos pelos estóicos em duas classes distintas, passaram a constituir uma só; o particípio, separado do verbo, fixou-se como uma classe independente; também as conjunções, as preposições, os artigos e os pronomes passaram a formar classes autônomas. As classes gramaticais apresentadas por Dionísio da Trácia foram pois: nome, verbo, particípio, pronome, artigo, advérbio, preposição e conjunção, assim definidas (*apud* Robins 1979:27):

nome - parte do discurso que possui flexão de caso e significa pessoa ou coisa;

verbo - parte do discurso sem flexão de caso que significa atividade ou processo e se flexiona em tempo, pessoa e número;

particípio - parte do discurso que compartilha das características do verbo e do nome;

artigo - parte do discurso que possui flexão de caso e que vem antes ou depois dos nomes;

pronome - parte do discurso que substitui o nome e leva a marca de pessoa;

preposição - parte do discurso que se coloca antes de outras palavras no domínio da composição ou da sintaxe;

advérbio - parte do discurso que não possui flexão e que modifica ou acompanha o verbo;

conjunção - parte do discurso que funciona como elemento de ligação e que ajuda na interpretação do enunciado.

Como explica Neves (1987:156), Dionísio *agrupou as conjunções em oito espécies que são definidas uma a uma*.

1. **copulativas** (*symplektikói*), as que ligam a expressão levada ao ilimitado; ex: **e**;

2. **disjuntivas** (*diazeuktikói*), as que ligam a frase, mas a separam de um assunto para outro; ex: **ou**;

3. **continuativas** (*synaptikói*), as que não indicam a existência, mas a seqüência; ex: **se**;

4. **subcontinuativas** (*parasynaptikói*), as que, além da existência, também indicam ordenação; ex: **que**;

5. **causais**, as que tomam as causas numa apódose; ex: **para que**, **porque**;

6. **dubitativas** (aparrhematikói), as que costumamos usar quando estamos sem saída; ex: **âra** = **será que** ?

7. **conclusivas** (*syllogistikói*), as que são adequadas às conclusões e à compreensão das demonstrações; ex: **com efeito**;

8. **expletivas** (*parapleromatikói*), as que se usam por causa do metro ou do bom arranjo; ex: **então**, **certamente** (e uma série de partículas gregas para as quais, fora do contexto, não se pode indicar uma tradução).

Dionísio observa que alguns acrescentam conjunções que marcam oposição (enantiomatikóis), como **entretanto**.

Nota-se que o autor separou em grupos diversos, as preposições, as conjunções, os artigos e os pronomes. Analisando as definições por ele fornecidas para cada classe, pode-se verificar que já possuia uma noção bastante nítida da função do pronome, da preposição e da conjunção. No rol das conjunções, entretanto, estão incluídos advérbios, uma expressão dubitativa e um exemplo do que hoje se considera locução adverbial.

Também as relações expressas pelos itens por ele apontados não coincidem com as que, atualmente, os mesmos itens costumam expressar: a conjunção continuativa **se** é, hoje, condicional ou integrante; a subordinativa **já que** é causal; as causais englobam **para que**, final e **porque**, causal; a dubitativa é representada por uma expressão dubitativa que funciona como marcador conversacional; a conclusiva é uma locução adverbial, **com efeito**; as expletivas, enfim, são advérbios.

Além de procurar definir claramente as classes de palavras, o autor preocupou-se ainda em apresentar a flexão de cada uma e a específica integração na oração. A sintaxe, contudo, estava inteiramente ausente da sua obra.

Apolônio Díscolo, também gramático alexandrino (séc. II a.C.), escreveu uma obra, *Sobre a divisão das partes do discurso*, que não chegou até nós, mas sua doutrina a respeito do assunto está nos primeiros

capítulos da obra: *Da sintaxe das partes do discurso.* Foi esse, o autor grego que mais escreveu sobre a sintaxe que, para ele, significava combinação de elementos. Sua descrição sintática baseava-se nas relações existentes entre o nome e o verbo e nas relações dos elementos dessas duas classses com as demais classes de palavras. Adotando a mesma classificação de Dionísio da Trácia para as partes do discurso, Apolônio definiu o pronome, não apenas como substituto do nome, conforme fizera Dionísio, mas também como representação de uma substância sem qualidades, afirmação que foi repetida por Prisciano, alguns séculos mais tarde, e que teve grande importância no pensamento lingüístico medieval.

O primeiro gramático latino de que se tem notícia é Varrão, autor da obra *De língua latina* (séc. I a.C.), que compreende vinte e cinco volumes, dos quais foram conservados apenas seis livros completos e fragamentos dos demais.

Para Varrão, o desenvolvimento da linguagem processou-se a partir de um conjunto limitado de palavras básicas que representavam objetos, as quais serviram à produção de novas palavras, através de mudanças das letras ou da forma fonética. Foi ele, segundo Robins (1979:41), *o mais original e independente dos escritores romanos que versaram temas lingüísticos*.

As idéias de Varrão, sobre a classificação das palavras, foram baseadas nas idéias dos gramáticos gregos. O número de classes continuou sendo oito. Houve, porém, uma substituição. Como no latim clássico não havia a classe dos artigos, em lugar dessa classe, Varrão propôs a classe das interjeições, tratada por Dionísio e Apolônio como uma subclasse dos advérbios. Os pronomes relativos gregos que, por possuírem semelhança morfológica com o artigo, eram incluídos na mesma classe, por serem, em latim, morfologicamente semelhantes aos interrogativos, passaram a constituir, com esses, a classe dos nomes ou dos pronomes.

Como se pode observar, Varrão colocou, em classes separadas, as conjunções e as preposições; os artigos desapareceram, surgindo no lugar deles, a classe das interjeições. A dúvida continuou entretanto com os pronomes relativos e interrogativos que passaram a pertencer à classe dos nomes ou dos pronomes.

Duas outras gramáticas latinas, as de Donato e Prisciano (séc. IV e VI d.C.), são consideradas representativas, embora não contenham quase nenhuma originalidade, limitando-se a aplicar, ao latim, categorias e nomenclaturas gregas.

A obra de Donato, *De partibus orationibus ars minor*, apresenta uma parte relativa à fonética e enumera os erros correntes dos alunos do autor, o que reflete a diversidade da língua latina na época. A obra de Prisciano, o

Institutio grammaticale, é considerada a mais completa gramática latina, apresentando os primeiros estudos sintáticos sobre o latim.

Donato e Prisciano adotaram, com pequenas modificações, a classificação apresentada por Dionísio da Trácia que foi praticamente conservada na Idade Média, com as devidas modificações para as diversas línguas.

Como explicita Mattos e Silva (1989b:21), no período medieval, duas vertentes se formaram nos estudos sobre a linguagem: a que se preocupava com o estudo da língua latina, "língua de cultura" de toda a Europa medieval e a que se interessava pela observação e estudo das línguas nativas das populações dominadas por Roma.

A primeira vertente adotou a tradição gramatical romana. Em conseqüência, as partes do discurso apresentadas por Donato e Prisciano, baseadas nas já citadas por Dionísio da Trácia, foram aceitas como universais.

Nos sécs. XII e XIII floresceu a filosofia escolástica, resultado da integração da filosofia aristotélica ao pensamento cristão. Esse pensamento filosófico refletiu-se nos estudos lingüísticos que passaram a buscar os princípios universais dos quais derivariam as categorias da gramática, da lógica, da epistemologia, da metafísica. As gramáticas escritas nesse período diferiam das anteriores por serem gerais, escritas para fins teóricos; compartilhavam com os estudos dos estóicos a idéia de ser a língua um instrumento de análise da realidade. Enquanto a Varrão interessavam os problemas de regularidade ou irregularidade morfológica, aos gramáticos medievais[34] interessava a questão do estabelecimento das funções sintáticas. Em conseqüência disso, a diferença entre substantivos e adjetivos foi percebida; a preposição foi definida com base na sua função de relacionar uma palavra à que sintaticamente se liga. A diferença entre o verbo e o particípio foi ressaltada, pelo fato de o particípio poder funcionar como elemento nominal e o verbo, não.

A partir dos fins da Idade Média, desenvolveu-se a outra vertente dos estudos lingüísticos e as línguas vivas da Europa passaram a ser estudadas; surgiram novas linhas de pensamento sobre a linguagem. As gramáticas do grego e do latim foram gradualmente assumindo a forma por que hoje são conhecidas nos livros escolares. Ao lado da incorporação das noções medievais de sintaxe às sistematizações morfológicas dos últimos gramáticos latinos, houve o acréscimo de algumas mudanças, entre as quais a separação da classe do adjetivo da classe do nome e a junção da classe do particípio à classe dos verbos.

[34] Os gramáticos medievais foram também chamados de **modistas**, em virtude do grande número de obras publicadas nos séculos XIII e XIV, sob o título *De modis significandi*. (Lobato, 1986:83).

A preocupação com outras línguas, além do grego e do laitm, cresce definitivamente com o Renascimento. A teoria estabelecida a partir do latim sofre modificações para adaptar-se a outras línguas.

No séc. XVI, surge um grande número de gramáticas baseadas nas gramáticas greco-romanas. São dessa época as primeiras gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540).

Fernão de Oliveira apresenta uma minuciosa análise fonética da língua portuguesa, trata do léxico e da morfologia e se refere a algumas classes gramáticais, sem contudo se preocupar em enumerá-las ou defini-las, especificamente. Na última parte, reservada à construção ou composição da língua, ele afirma que não se aprofundará no tema, por já ter iniciado uma obra sobre o assunto. Dessa obra, entretanto, não se tem notícia.

João de Barros distingue nove partes do discurso, duas principais, a que ele denomina reis, o Nome e o Verbo; duas que considera 'damas' dos reis, o Pronome (do Nome) e o advérbio (do Verbo) e as cinco restantes que, como explica o autor:

> *sam péças e capitães principaes que debaixo de sua jurdiçam tem muita pionagem de dições, com que comumente sérvem a estes dous poderosos reies, Nome e Verbo (Barros. In: Buescu, 1971b:294).*

O autor divide a sua obra, como ele mesmo afirma, à imitação dos latinos, em: Ortografia, que trata da letra; Prosódia, que trata da sílaba; Etimologia, que trata da dicção e Sintaxe que se refere à construção.

Buescu, em nota na edição da gramática (1971:294) afirma que:

> *As partes do discurso constituíram um dos mais graves pontos de divergência entre os gramáticos, a partir de Quintiliano. A divisão oscilava entre oito, nove e dez partes, segundo os autores. Nebrija*[35] *considera dez partes, enquanto Barros se afasta do seu mestre e considera apenas nove: artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição.*

João de Barros considera nove classes de palavras, apresentando, entretanto, uma hierarquia entre elas:

nível I - Nome (Pronome) Verbo (Advérbio)
nível II - artigo, particípio, conjunção, preposição, interjeição.

O autor inclui na classe dos Nomes, os substantivos (nomes substantivos) e os adjetivos (nomes adjetivos). Quanto às conjunções e às

[35] Primeiro gramático da Península Ibérica - 1492.

preposições, são classes estudadas na quarta parte da gramática chamada *'construiçam'* que, segundo o autor, *é ◆ℐ𝔬 conveniência antre pártes póstas em seus naturáes lugáres* (*Id. ibid*.:379).

As preposições são divididas em: preposições que regem o genitivo, que regem o ablativo e que regem o acusativo. As conjunções, segundo o autor, são muitas, e ele afirma:

> *Se [h]ouvessemos de tratar de quantas espéçias i [h]á de conjunçám, seria curiosidáde enójosa aos ouvintes. Basta saber que temos duas conjunções máis comuns. A ◆ℐ𝔬 chamam copulativa, que quér dizer ajuntador, porque ajunta as pártes antre si; e a outra, disjuntiva, a quál, máis propriamente, se deve chamar disjunçám que con/ junçám, porque divide as pártes* (*id. ibid*.:355).

Assim, João de Barros destaca dois tipos de conjunções coordenativas: as copulativas e as disjuntivas, citando como exemplos, apenas as conjunções **e** e **ou**.

Dois outros gramáticos portugueses quinhentistas, Pero de Magalhães de Gândavo (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576), são mais conhecidos como ortógrafos uma vez que o primeiro, na obra *Regras que ensinam a maneira de escrever* e a *Ortografia da língua portuguesa*, preocupa-se exclusivamente com a ortografia, enquanto o segundo, na obra *Ortografia e origem da língua portuguesa*, aborda, ao lado do problema da ortografia, o problema da origem da língua.

No séc. XVII, são retomadas as especulações filosóficas no âmbito dos estudos lingüísticos. Na França, a *Grammaire Générale et Raisonnée*, publicada em 1660 pelos gramáticos de Port Royal, procurou moldar os fatos gramaticais a formas lógicas universais.

Baseados numa gramática geral, racionalista, sucessora das gramáticas escolásticas medievais, os eruditos de Port Royal apresentaram nove classes de palavras: nome, artigo, pronome, particípio, preposição, advérbio, verbo, conjunção e interjeição; reagruparam, porém, tais classes, semanticamente, relacionando as seis primeiras com os "objetos" do nosso pensamento e as três últimas, com a "forma ou modo" do nosso pensamento.

Seguindo a linha de pensamento dos gramáticos de Port Royal, a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa, de 1803, publicada em Lisboa, em 1822, acha-se subdividida em quatro livros e aborda, nos dois primeiros, as partes da oração no que elas têm de físico e material, isto é, como meros vocábulos *compostos de sons articulados ou só pronunciados para serem ouvidos, ou também representados aos olhos para serem vistos, mas sem respeito algum ao que significam.* Nos terceiro e quarto livros, são abordadas as mesmas partes da

oração, no que têm de metaphysico e espiritual: *não como vocábulos, mas como palavras, isto é, como signaes de nossas idéias e de nossos pensamentos, ou considerados separadamente para exprimirem aquellas, o que é objecto de Etymologia, ou juntas para formarem estes, o que é objecto da Syntaxe e Construcção*.

O autor divide, inicialmente, as palavras em duas classes: a das palavras interjectivas ou exclamativas, que representam percepções ou sentimentos, e a das discursivas ou analíticas, que representam o pensamento de modo "artificial" e "analítico". Na primeira, estão as interjeições, consideradas partículas de teor exclamativo, geralmente monossilábicas e desligadas do contexto da oração.

Entre as palavras discursivas ou analíticas, consideradas sinais dos nossos pensamentos, o autor identifica as que nomeiam as idéias e as que as combinam entre si. As primeiras são as nominativas, (o nome substantivo, o nome adjetivo e o verbo substantivo); as últimas, as combinatórias ou conjuntivas (a preposição e a conjunção).

São essas, para o autor, as seis classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo substantivo, preposição, conjunção e interjeição. De acordo com os critérios lógico e funcional, estão incluídos nos adjetivos, os pronomes, os artigos, e os particípios. Tendo em conta o critério formal, os advérbios são *expressões compostas, equivalentes a uma preposição com seu complemento que costuma ser um substantivo, ou só, ou acompanhado de um adjectivo* (Barbosa 1875:76).

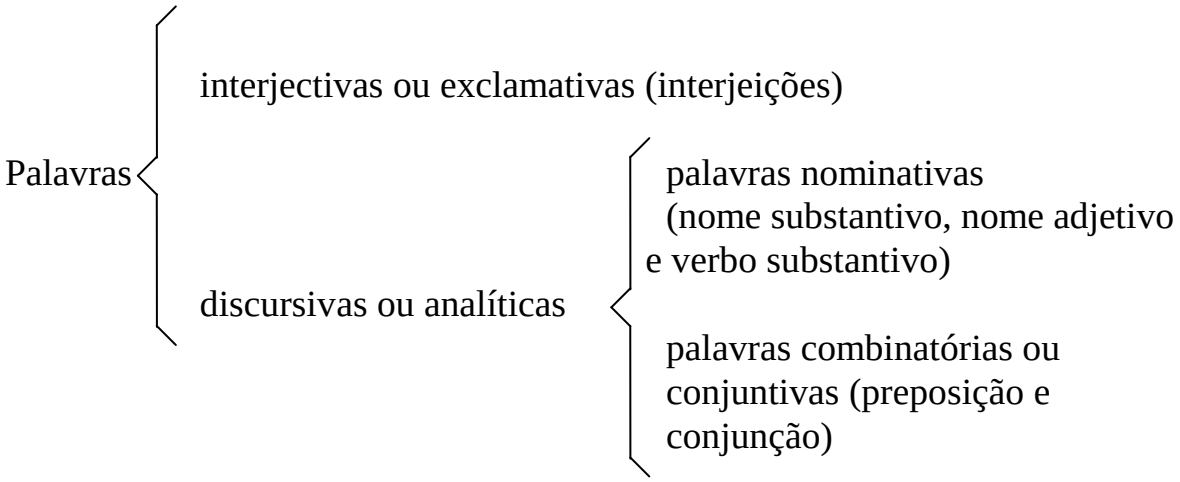
É importante a ressalva feita pelo autor:

> *Contudo, muitos grammaticos, e os nossos especialmente, não contam os adjectivos como espécie separada do nome, e contam os pronomes, artigos, particípios e advérbios, como partes elementares de espécie differente da dos adjectivos e preposições* (*id. ibid.*:75).

Na parte da gramática dedicada à Sintaxe, Barbosa apresenta uma taxionomia das orações, classificando-as em **simples** (com apenas um sujeito), **compostas** (com mais de um sujeito), **totais** (que não fazem parte de outras - principais e subordinadas) e **parciais** (que fazem parte de outras - incidentes ou integrantes). Para o autor, as orações subordinadas são apenas as atualmente denominadas orações subordinadas adverbiais que *não têm lugar certo no período*, enquanto as incidentes ou integrantes (hoje, adjetivas ou completivas) *têm o seu lugar assignado, que nunca podem mudar (id. ibid.:*243). Ele, entretanto, não distingue orações coordenadas e subordinadas, admitindo entre as subordinadas, as que expressam nexo e as que expressam ordem. As conjunções são classificadas em homólogas ou similares (as atuais coordenativas) e

anomólogas ou dissimilares (as atuais subordinativas). A conjunção integrante e os pronomes relativos são denominados de “relativos conjuntivos”.

Jerônimo Soares Barbosa, pois, dois séculos depois de João de Barros, estabelece uma classificação baseada nos critérios lógico, formal, funcional e semântico, dividindo as palavras em:



Nessa classificação, a conjunção é considerada elemento de ligação, ao lado da preposição.

As idéias expostas na gramática de Jerônimo Soares Barbosa não foram adotadas pelos gramáticos posteriores. O séc. XIX se preocupou com a “evolução”, com o estudo comparativo das línguas, com o estabelecimento de famílias de línguas. Na primeira metade do séc. XX, os estruturalistas dedicaram-se ao estudo de enunciados realizados, tentando analisar a estrutura de cada um, e os níveis hierarquizados de que são constituídos, a fim de determinar como funciona a língua como um sistema, num dado momento.

Essas foram as idéias predominantes, mas as “gramáticas tradicionais” continuaram a ser produzidas e novas formas de abordar as “classes” surgiram com a concepção teórica dos estruturalistas.

Os estruturalistas identificaram entre o nível das sentenças e o nível das palavras, um nível dos sintagmas, mais abrangente que o das palavras, que engloba um núcleo, isolado ou acompanhado dos seus determinantes e modificadores. Assim, especificaram cinco classes de sintagmas: o SN (sintagma nominal), o SA (sintagma adjetival), o SV (sintagma verbal), o SADV (sintagma adverbial) e o SP (sintagma preposicional). Como foi dito acima, em cada sintagma o núcleo pode vir acompanhado de determinantes e modificadores. A análise estrutural consiste pois, em determinar os sintagmas que constituem as sentenças, isto é, os constituintes imediatos da sentença e os elementos que constituem esses sintagmas, isto é, os constituintes imediatos dos sintagmas.

Nessa análise, a conjunção funciona apenas como elemento de conexão, uma vez que não pode constituir um sintagma, já que semanticamente e sintaticamente estabelece apenas uma relação entre sintagmas ou sentenças.

Na segunda metade do século, a gramática gerativa, abandonando o modelo dos constituintes imediatos da lingüística estrutural, ineficiente para explicar um certo número de estruturas lingüísticas, procura definir uma teoria capaz de explicar a capacidade do falante de emitir e compreender frases inéditas, tentando definir a sua competência lingüística.

Como se pode observar, a partir do séc. XIX, o objetivo dos estudos gramaticais se afasta das correntes baseadas na tradição greco-latina. No que se refere às classes de palavras, enquanto a gramática normativa apresenta uma classificação baseada, primordialmente, no critério semântico, no estruturalismo privilegiam-se os critérios morfológico e funcional e na teoria gerativa, o critério sintático.

Do exposto, pode-se verificar que a organização das palavras em classes vem sendo uma constante preocupação para os lingüistas e as classificações apresentadas vêm sofrendo mudanças, de acordo com o critério adotado por cada autor, o que ocorre, talvez, pelo fato de, muitas vezes, não ser possível incluir determinadas palavras exclusivamente em uma ou outra classe, sendo, pois, difícil estabelecer limites precisos para cada uma das classes propostas.

Hoje ainda, as classes de palavras vêm sendo discutidas. Além das orientações próprias das várias correntes lingüísticas, há também pontos de vista diversos de vários autores a respeito do assunto. Como afirma Mattoso (1976:72), tem-se procurado estabelecer uma classificação organizada e homogênea, mas não tem havido um acordo a respeito.

Para exemplificar como transcorre a discussão “classes de palavras/ partes do discurso”, na atualidade, foram escolhidas classificações apresentadas por alguns autores, pertencentes a escolas diversas: Mattoso (1976), Moignet (1981), Pottier (1983), Morera (1994) (estruturalistas que desenvolvem propostas independentes). Lemle (1984) e Silva e Koch (1986) (gerativistas) e Perini (1995) que, inicialmente gerativista, adota a orientação da *Teoria dos Protótipos*.

Câmara Jr. (1976:67) considera a existência de três critérios para classificar os vocábulos formais de uma língua: o semântico, o formal ou mórfico e o funcional.

Segundo o autor, o critério semântico e o mórfico estão intimamente associados, uma vez que o signo lingüístico é composto de forma e sentido. Tomando-se por base o critério morfo-semântico, tem-se a divisão dos vocábulos formais em: nomes (que representam coisas ou seres),

verbos (que representam processos) e pronomes (que se limitam a mostrar o ser no espaço, visto o espaço em função do falante).

A classificação funcional distingue nomes e pronomes pela sua função na comunicação lingüística; há a função de substantivo, que é o nome ou pronome tratado como centro de uma expressão ou "termo determinado"e a função de adjetivo, termo que modifica o nome substantivo ou "termo determinante". Um terceiro conceito de natureza funcional, segundo o autor, é o do advérbio que modifica o verbo. Resumindo os critérios morfo-semântico e funcional, tem-se, então, o seguinte quadro:

Nome - Substantivo (termo determinado)
Adjetivo (termo determinante de outro nome)
Advérbio (termo determinante de um verbo)

Verbo

Pronome - Substantivo (termo determinado)
Adjetivo (termo determinante de um nome)
Advérbio (termo determinante de um verbo)

Há ainda vocábulos cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes. Por estabelecerem uma conexão entre dois ou mais termos, são chamados **conectivos**. A conexão pode adicionar um termo a outro (conexão coordenativa: mesas e cadeiras) ou tornar um termo dependente de outro (conexão subordinativa: dente de leite).

Os conectivos subordinativos se dividem em: preposições e conjunções. Assim:

Conectivos
- coordenativos
- subordinativos
  - de vocábulos (preposições)
  - de sentenças (conjunções)

Câmara Jr. considera, pois, uma classe de conectivos em que estão inseridas as conjunções e as preposições, postura adotada por alguns dos autores já previamente citados. Ele, entretanto, não coloca na mesma classe quaisquer outras palavras, admitindo ser a função de conexão exclusiva dos dois tipos de vocábulos supracitados.

Na sua classificação, não aparecem as interjeições o que permite concluir que o autor não as considera elementos componentes de uma classe do mesmo nível que as outras, uma vez que, do ponto de vista mórfico ou funcional são bastante diversas.

Alvar e Pottier (1987:285) consideram as preposições e locuções prepositivas como elementos de relação dotados de valores espaciais, temporais ou nocionais. Quanto às conjunções, são partículas que reúnem os componentes de um enunciado. Se os componentes de um enunciado, isto é, se as orações exercem a mesma função sintática, a conjunção que as liga será coordenativa; caso contrário, isto é, se as orações exercem funções diversas, serão reunidas por conjunções subordinativas. Os advérbios são elementos dêiticos, dotados também de caráter espacial, temporal ou nocional. Ao lado dessas três classes, estão ainda as classes dos substantivos, dos adjetivos, dos artigos e dos pronomes. O autor não se refere às interjeições.

Seguindo Guillaume, Moignet (1981:14) apresenta uma classificação para as classes gramaticais admitidas pela tradição francesa, baseada no chamado "princípio da incidência".

Das nove classes gramaticais do francês - substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, artigo, pronome, preposição, conjunção e interjeição, o autor propõe a eliminação da classe das interjeições, uma vez que as interjeições não pertencem ao sistema conceitual, possuem um conteúdo lexical determinado por diferentes emoções, sua morfologia é inexistente e nem mesmo se restrigem aos limites do sistema fonológico, pois podem ser constituídas de sons que não representam fonemas na língua.

As oito partes restantes são repartidas, pelo autor, em dois grandes grupos: o das partes predicativas: substantivo, adjetivo, verbo e advérbio, e o das partes não-predicativas: pronome. artigo, preposição e conjunção.

As predicativas que podem ser expressas pela fórmula:

matéria (tirada da experiência do universo) + forma

têm por função o acréscimo de uma carga semântica, obtida pela conceptualização de dados da experiência humana, a uma forma lingüística.

As não-predicativas, de fórmula:

forma em lugar da matéria + forma

não se referem às experiências do meio ambiente. Seu conteúdo nocional é constituído do que o pensamento humano pode perceber a respeito das condições do seu próprio funcionamento.

O sistema das partes predicativas da língua é regido por um princípio construtor, o princípio da incidência.

Desse modo, o substantivo se define, no sistema, pelo fato de a sua carga semântica não necessitar de um suporte exterior; ele se predica por si mesmo e se caracteriza pela incidência interna, isto é, incidência da sua matéria nocional sobre uma forma lingüística.

As outras partes do discurso se caracterizam pelo fato de que elas postulam, no plano da língua, um suporte exterior. Assim, o adjetivo é portador de uma carga semântica destinada a se aplicar a outra palavra, mais precisamente, ao substantivo e se caracteriza por uma incidência externa de primeiro grau.

O substantivo e o adjetivo se distinguem apenas pelo regime de incidência. A afinidade entre eles é grande e é com muita razão que se considera que os dois formam, em conjunto, um pequeno sistema, o do **nome**.

O verbo tem por característica fundamental referir-se ao tempo e esse ao espaço. Comporta, no seu sistema, duas partes: uma apresenta uma forma, o infinitivo, que designa o fenômeno significado em regime de incidência interna e formas do tipo adjetival, os particípios, de incidência externa. A outra é constituída dos modos pessoais, o subjuntivo e o indicativo, e comporta um tipo de incidência específica, a incidência da categoria de "pessoa" através da qual pode ser obtida uma incidência externa ao substantivo.

O verbo pertence à incidência externa do primeiro grau, em francês, porque, na maior parte dos casos, seu suporte está fora dele, sob a forma de um pronome pessoal ou de um substantivo sujeito.

O advérbio se caracteriza pela incidência externa do segundo grau. Ele qualifica o verbo, o adjetivo, mas não o substantivo e é incidente à incidência do adjetivo ou à incidência do verbo sobre o substantivo (ou sobre o pronome). O advérbio pode também ter a função de modificar toda a sentença.

Os substantivos, os adjetivos, os verbos e os advérbios formam um sistema fechado. Um único princípio define a relacão que existe entre eles, no plano da estrutura lingüística, o princípio da incidência.

As partes da língua não-predicativas, o pronome, o artigo, a preposição e a conjunção, não são ligadas entre si pelo mecanismo da incidência que estrutura as partes predicativas. Mas é esse mesmo princípio que determina a sua referência com essas partes. São de duas espécies: umas refletem, no seu emprego, a incidência das partes predicativas: o

pronome e o artigo. As outras transcendem o sistema da incidência: a preposição e a conjunção.

Alguns pronomes têm o mesmo regime de incidência do nome; o funcionamento no discurso é praticamente o mesmo. Outros, ao contrário, podem funcionar como adjetivos e outros ainda podem ser substantivos ou adjetivos. O artigo é diferente do pronome, embora possa funcionar no discurso, como um item de referência.

As conjunções e preposições exigem não um, mas dois suportes. A preposição estabelece uma relação entre dois itens a ela exteriores.

Se se comparam as duas frases:

ele age habilmente
ele age com habilidade

vê-se que a idéia de habilidade contida no advérbio é conservada na sua totalidade com o emprego da preposição. Uma preposição não é senão uma espécie de advérbio esvaziado de matéria nocional proveniente da experiência do universo, uma forma que serve para fazer significar, predicativamente, uma matéria nocional exterior, de caráter nominal.

A preposição representa, pois, no sistema da língua, segundo a concepção de Moignet, uma transcendência formal. Ela estabelece uma relação não prevista pelo sistema de relações que constitui a incidência. O papel da preposição é estabelecer uma operação em que o antecedente é paciente e o conseqüente é agente: casa de João.

Essas observações permitem concluir que a preposição está além do sistema dos advérbios. O advérbio fecha o sistema das partes predicativas. Os pronomes que correspondem a substantivos, adjetivos ou advérbios não se distinguem das partes predicativas, senão pelo seu conteúdo nocional, que é formal em lugar de material, mas conhecem os mesmos tipos de incidência e sua sintaxe, no discurso, é praticamente a mesma.

Com a preposição, como explica Moignet, tem-se a transcendência, pelo fato de que a preposição não predica, não designa nenhuma nocão, é apenas um mecanismo, uma passagem. Ela incorpora uma noção nominal para a encaixar em um outro suporte, ponto de aplicação da operação. É uma palavra da língua, não do discurso. As preposições abrem o sistema da transpredicatividade que também se estende às conjunções. O termo conjunção designa, para o autor, duas espécies de vocábulos que têm em comum uma função de ligação entre os elementos do enunciado e se distinguem pelo tipo de ordenação que permitem: coordenação ou subordinação.

Moignet divide as conjunções de coordenação em dois tipos: **e**, **ou**, **nem** que marcam paralelismos, ligam palavras, sintagmas ou enunciados

frásticos, situados no mesmo plano sintático, isto é, com idêntica função sintática; **ora**, **pois**, **logo** que freqüentemente servem para significar as articulações do enunciado e são, principalmente, advérbios de sentença. As conjunções de coordenação significam operações mentais de adição, disjunção, oposição, dedução, conclusão. Modificam o regime de incidência dos elementos por elas reunidos. Como elementos de relação, são incidentes aos seus suportes anteriores e posteriores.

A subordinação é um processo através do qual uma frase se integra na outra o que pode ser efetuado não apenas pelas conjunções, mas também por alguns pronomes relativos ou interrogativos.

A conjunção tem um funcionamento comparável ao da preposição, uma vez que se interpõe entre duas orações para estabelecer uma relação entre elas. A diferença é que a preposição opera no nível do nome e a conjunção, no nível do discurso organizado em frases. A conjunção estabelece uma espécie de incidência do discurso, de enunciado a enunciado, graças à faculdade normalizadora que ela possui. A conjunção pertence, pois, ao domínio da transpredicatividade.

O autor resume, com o seguinte esquema, o sitema integral das partes da língua:

Transpredicatividade

Conjunção
Preposição

<table>
<tr><td>Advérbio
pronominal</td><td colspan="3">Advérbio</td><td></td></tr>
<tr><td>Adjetivo
pronominal</td><td>↓
Adjetivo</td><td>Particípio</td><td>↓
Verbo
pessoal</td><td rowspan="2">Verbo
Auxiliar</td></tr>
<tr><td>Pronome
Artigo</td><td>↓
Substantivo</td><td>Infinitivo ↓</td><td>↓
(pessoa
verbal)</td></tr>
<tr><td>Não-predicatividade
nominal</td><td colspan="3">Predicatividade</td><td>Não-predicatividade
verbal</td></tr>
</table>

Moignet abandona, como Mattoso, a classe das interjeições e estabelece uma divisão para as oito classes de palavras restantes em partes predicativas, dotadas de carga semântica específica e partes não-predicativas, as especificadoras, referenciais ou conectoras. É interessante observar que segundo o critério adotado por Moignet, a preposição, a conjunção, o artigo e o pronome voltam a fazer parte de um mesmo grupo, o das classes não-predicativas. De acordo com o sistema de incidência proposto pelo autor, entretanto, umas refletem a incidência das partes predicativas (o pronome e o artigo), enquanto as outras transcendem o sistema da incidência, sendo transpredicativas.

A preposição e a conjunção, para o autor, são, pois, elementos que ocupam um lugar à parte como modificadores do regime de incidência dos elementos por elas reunidos.

Morera (1994:241) discute também as classes de palavras apresentando as seguintes considerações a respeito da divisão estabelecida pela tradição gramatical européia em: substantivo, adjetivo, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.

Segundo o autor, o aprofundamento dos estudos lingüísticos levou os estudiosos a observarem que muitas classes de palavras classificadas como categorias nada têm a ver, na realidade, com o que se pode chamar categoria gramatical, razão pela qual as eliminaram da supracitada lista.

A classe das interjeições foi uma das primeiras a serem analisadas e questionadas. Por não desempenharem função sintática na oração e pertencerem, exclusivamente, à função expressiva da língua, os lingüistas consideram as interjeições formas autônomas, destituídas de organização semântica categorial.

Uma análise gramatical do artigo fez com que também ele fosse excluído da lista das categorias gramaticais, uma vez que o que diferencia **o** e **um** (artigos) de **o** e **um** (pronomes) não é o significado categorial, mas sua distribuição no texto. Enquanto os primeiros aparecem em posição adnominal, os últimos costumam aparecer em posição absoluta. Concretamente, os artigos definidos pertencem à classe dos pronomes demonstrativos e os indefinidos, à classe dos pronomes numerais.

Também os pronomes têm merecido discussões. Os gramáticos questionam se signos mostrativos que substituem o nome e significam pessoas devem constituir uma classe à parte ou simplesmente pertencer à classe gramatical dos nomes.

O quarto componente da lista das classes gramaticais a sofrer os ataques de alguns estudiosos da linguagem foi, conforme salienta o autor, precisamente, a conjunção de subordinação. Na realidade as conjunções de subordinação são consideradas advérbios de diversos tipos (**já**, **quando**, **como**, **ainda**, etc) ou pronomes relativos, (**que**, principalmente)

combinados ou não com uma preposição ou um advérbio (**porque**, **para que**, **assim que**, etc). Assim, o que caracteriza as conjunções de subordinação não é precisamente o conteúdo categorial particular, mas um fato distribucional: desempenham uma função textual de nexo de dois núcleos ou segmentos oracionais. Se os advérbios ou pronomes relativos podem desempenhar a mencionada função textual é porque mantêm intactas tanto a sua significação primária, geralmente mostrativa, quanto sua significação categorial substantiva.

O advérbio também tem sido excluído, recentemente, das categorias gramaticais. Hjelmslev (*apud* Morera: 243) foi o primeiro a afirmar que o advérbio pertence à categoria do nome. Com efeito não há dúvidas de que as palavras tradicionalmente denominadas advérbios carecem de formalização categorial própria. Do ponto de vista categorial, pertencem à classe dos substantivos dos quais se distinguem apenas pela função sintática. Os advérbios são substantivos com significação relacional indireta e com função adverbial específica. O que caracteriza o advérbio como classe de palavras é mais o significado sintático que o categorial.

Uma vez aceitas essas considerações, as categorias gramaticais estariam, segundo Morera, reduzidas a: substantivo, adjetivo, verbo e preposição.

O substantivo poderia definir-se como a classe que apresenta significação primária, a classificação fundamental que fazemos dos objetos, segundo a importância que têm para nós. O adjetivo apresenta uma significação acessória ao substantivo, sendo, portanto, uma categoria gramatical secundária. O verbo apresenta uma significação primária como processo ou comportamento do substantivo, mas tem, também, uma condição secundária, como o adjetivo.

Restaria o problema da definição da preposição concebida como termo que estabelece uma relação nocional entre a palavra que a segue e a palavra que a precede.

No que se refere ao problema da suposta significação relacional concreta de cada uma das preposições, os pareceres dos estudiosos são bastante díspares. Uns admitem que as preposições carecem de significação própria e que o seu sentido depende exclusivamente do contexto. Outros advogam que se a preposição é um signo lingüístico, é dotada de significante e significado. Na verdade, as preposições designam relações do tipo: destino, matéria, instrumento, posse, causa, finalidade, tempo, lugar, e, uma vez que uma mesma preposição pode expressar diferentes relações, apresentam um caráter polissêmico.

Na realidade, como afirma Morera, as preposições não possuem um significado categorial particular, mas pertencem, de fato, à categoria do substantivo, se aceitarmos que o substantivo é o molde semântico que

apresenta a significação primária. Mais concretamente, pode-se dizer que cada preposição apresenta um valor semântico interno, expressa uma determinada relação locativa no universo do discurso.

A estrutura semântica de qualquer preposição é categorial e sintaticamente idêntica à estrutura categorial e sintática de qualquer advérbio. A única diferença que existe entre a preposição e o advérbio é que o advérbio congrega a significação primária do substantivo que se encontra na base do seu esquema semântico e a preposição, não. Assim, poderia dizer-se que as preposições são os únicos signos da língua cuja significação categorial se manifesta em estado puro. Do ponto de vista categorial e sintático, sem dúvida, ambos os elementos lingüísticos pertencem à mesma classe de palavras.

Morera conclui afirmando que se a preposição é um advérbio isento da significação primária do substantivo que se encontra em sua base semântica e o advérbio não é outra coisa senão um substantivo com significação relacional extrínseca não resta outro remédio senão admitir apenas três categorias gramaticais: substantivo, adjetivo e verbo, ou mais exatamente, nome e verbo se considerar que o substantivo e o adjetivo constituem dois aspectos distintos da categoria do nome, como supunha a velha ciência da linguagem.

Morera propõe a redução das classes gramaticais, levando em consideração o critério semântico. As considerações feitas pelo autor levam-no a admitir a existência de apenas duas classes, a dos nomes e a dos verbos, voltando assim ao ónoma (elemento nominal) e rhema (elemento verbal), de Platão.

Segundo Perini (1995), as classes de palavras em português ainda não foram suficientemente pesquisadas e são estabelecidas sem os devidos critérios de coerência e relevância gramatical. São definidas de modo arbitrário, não apresentando, por vezes, características das classes propriamente ditas.

O autor chama a atenção para o limite impreciso entre substantivos e adjetivos, para a impossibilidade de colocar as palavras atualmente classificadas como pronomes e advérbios em classes específicas, para a devida classificação dos conectivos (preposições, conjunções, pronomes relativos).

Tomando por base os seguintes traços sintáticos que se referem à possibilidade de:

- ocorrer na função de núcleo do SN [NSN];
- funcionar como modificador [Mod];
- ocorrer como pré-núcleo [PN];
- ocorrer precedido de um intensificador [Int—];

- ocorrer como complemento de predicado [CP];
- formar sozinho um SN, isto é, não coocorrer com nenhum outro elemento do SN [T, SN];
- desempenhar a função de predicativo [Pv];

e o traço morfológico:

* ocorrer com o sufixo superlativo [íssimo],

Perini estabelece os traços característicos dos substantivos [+CP, -Mod, -Pv] e dos adjetivos [+CP, +Mod, +Pv] dividindo os primeiros em duas subclasses representadas pelos traços: [-T, SN, +NSN, -Int—, -PN, -íssimo] e [+T, SN, +NSN, -Int—, -PN, -íssimo] e os últimos em duas classes, assim definidas: [+Int—] e [-Int—, -T, SN, -NSN, -PN, -íssimo], sendo a primeira dividida em quatro subclasses:

Adj 1a [-T, SN, +NSN, -PN, -íssimo]
Adj 1b [-T, SN, +NSN, -PN, +íssimo]
Adj 1c [-T, SN, +NSN, +PN, +íssimo]
Adj 1d [-T, SN, -NSN, +PN, +íssimo]

Tem-se, pois, o contínuo:

Substantivo propriamente dito		**Adjetivo propriamente dito**				
Subs. 1	Subs. 2	Adj. 1a	Adj. 1b	Adj. 1c	Adj. 1d	Adj. 2
[+CP]	[+CP]	[+CP]	[+CP]	[+CP]	[+CP]	[+CP]
[-Mod]	[-Mod]	[+ Mod]	[+Mod]	[+Mod]	[+Mod]	[+Mod]
[-Pv]	[-Pv]	[+Pv]	[+Pv]	[+Pv]	[+Pv]	[+Pv]
[-T, SN]	[+T, SN]	[-T, SN]	[-T, SN]	[-T, SN]	[-T, SN]	[-T, SN]
[+NSN]	[+NSN]	[+NSN]	[+NSN]	[+NSN]	[-NSN]	[-NSN]
[-Int—]	[-Int—]	[+Int—]	[+Int—]	[+Int—]	[+Int—]	[-Int—]
[-PN]	[-PN]	[-PN]	[-PN]	[+PN]	[+PN]	[-PN]
[-íssimo]	[-íssimo]	[-íssimo]	[+íssimo]	[+íssimo]	[+íssimo]	[-íssimo]

ele Paulo trabalhador inimigo verde exato presidencial

No que se refere aos pronomes, Perini propõe o abandono da classe tradicional denominada "pronomes", uma vez que esta se compõe de vários grupos de palavras, de comportamento sintático diverso, e apresenta a seguinte classificação:

Substantivos tipo 1 - eu, nós, ele, isto
Substantivos tipo 2 - alguém, tudo, algo
Relativos - que, o qual, quem...
[+P Det][36] - todos, ambos
[+Det] - o, um este, esse, aquele, alguns
[+Poss] - meu, teu...
[+Qf] - muitos, vários, único, terceiro
[+Num] - outro, dois

A categoria tradicional dos advérbios, assim como a dos pronomes, abrange também itens de comportamento sintático radicalmente diverso. Há, entre os advérbios, palavras que podem desempenhar diferentes funções ou, até mesmo, mais de uma função. Os advérbios podem funcionar como negação verbal, intensificador, adjunto circunstancial, atributo, adjunto adverbial, adjunto oracional. Segundo Perini, não existe uma classe que possa compreender, mesmo aproximadamente, os itens tradicionalmente chamados advérbios que, na verdade, possuem características diversas, devendo, pois, ser agrupados em subclasses.

Quanto aos conectivos, Perini chama a atenção para o fato de que os subordinativos são constituídos de três grupos de palavras:

1. as que podem transformar um SN em adjetivo ou advérbio, funcionando, respectivamente como modificador ou adjunto adverbial - preposições:

   de ouro
   em Fortaleza

2. as que, acrescentadas a orações, formam constituintes maiores, de classes distintas - conjunções subordinativas:

   Miriam saiu ***quando começou a chover***
   SADV

[36] [+P Det] - os que funcionam como pré-determinantes
[+Det] - os que funcionam como determinantes

*Miriam disse **que iria sair***
SN

3. palavras que, acrescentadas a orações, transformam-nas em SAs - pronomes relativos:

Aquela criança que eu vi não deve ser brasileira

Os conectivos coordenativos ligam dois constituintes da mesma classe, formando o conjunto, um constituinte da mesma classe que os dois primeiros. **E** e **ou** são os dois coordenadores mais típicos. **Mas**, **pois**, **nem**, **que**, **porque** e outros apresentam, segundo o autor, idiossincrasias que ainda estão por estudar.

Com base nessa análise, Perini admite não haver, como afirma a gramática tradicional, preposições e conjunções homônimas: **antes de/ antes que**, **depois de/ depois que**, etc. Para o autor, uma vez que a conj **que** + **S** forma um SN, esse SN precedido de uma preposição vai formar um SADV;

Meu pai trabalha desde criança
Meu pai trabalha desde que era criança

Tem-se, pois, uma proposta de reagrupamento das classes e de subdivisão das mesmas, baseada em traços preferencialmente sintáticos, levando em consideração a função que os elementos desempenham na sentença.

A gramática gerativa, inicialmente, considerou cinco classes lexicais básicas - nome, adjetivo, verbo, advérbio, preposição - ao lado de classes auxiliares: determinante, quantificador, complementizador.

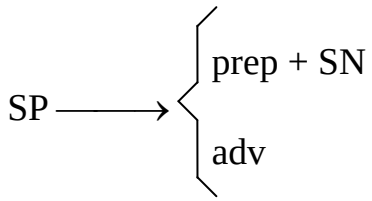
Lemle (1984) admite que o léxico português pode ser descrito, de maneira satisfatória, com as seguintes categorias: nome, adjetivo, determinante, quantificador, verbo, preposição, advérbio, complementizador (conjunções subordinativas), conjunção (e, mas, porém, ou, pois), antequessor (palavras - QU).

No que se refere às classes dos advérbios e das preposições, a autora afirma que a nomenclatura gramatical ensinada nas escolas, ressente-se de inconsistência e está a exigir "uma reconsideração refletida". As preposições são definidas como termos de ligação de um antecedente a um conseqüente. Os advérbios são definidos pela função que exercem de modificadores de verbos, adjetivos ou outros advérbios. Entretanto, uma seqüência formada de preposição seguida de um nome, se está em posição sintática equivalente à de um advérbio, é chamada de locução adverbial e

se está em função sintática equivalente à de um adjetivo é uma locução adjetiva.

Lemle nega a existência de locuções prepositivas, uma vez que são expressões que podem ser constituídas de advérbios seguidos de preposições (**abaixo de**) ou de locuções nominais entre preposições (**ao lado de**, **em lugar de**) ou ainda de preposições seguidas de preposições, preferindo admitir a existência de SADV, constituídos de advérbios transitivos ou intransitivos e de uma regra lexical responsável pela formação de advérbios oriundos de preposições seguidas de nomes.

Silva e Koch (1986:19) levando em consideração que: a) muitos advérbios possuem uma locução adverbial correspondente; b) os advérbios constituem um inventário fechado, enquanto as locuções adverbiais formam um inventário aberto, sendo, pois, mais econômico englobar uns e outros sob o rótulo SP; c) a descrição torna-se mais coerente, uma vez que toma como base não a estrutura, mas a função desses modificadores que é a mesma, ampliam a regra de rescritura do SP para:



Tomando por base a distinção entre itens lexicais ou gramaticais, ou a oposição classes abertas/ classes fechadas, os seguidores da teoria gerativa distinguem categorias lexicais e categorias funcionais.

São categorias lexicais as que correspondem a classes produtivas ou abertas, compostas por elementos plenos de conteúdo semântico: Nome, Verbo, Adjetivo, Preposição (os advérbios são considerados variantes dos adjetivos). Tomados os traços ± N e ± V para caracterizar as quatro categorias acima citadas tem-se:

A = [+N +V]
N = [+N -V]
V = [-N +V]
P = [-N -V]

As categorias funcionais dizem respeito a informações gramaticais que devem ser categoricamente projetadas na sintaxe. As mais importantes são: Determinante, Tempo, Negação e Concordância.

As categorias funcionais normalmente se relacionam a uma categoria lexical particular. Assim: os Determinantes são relacionados ao N, a Negação, o Tempo e a Concordância são relacionadas ao V.

Como se pode observar, as partes do discurso ou classes de palavras têm sido amplamente discutidas. Nota-se que a classificação tradicional das partes do discurso e outras também recorrem, simultaneamente, a pontos de vista diferentes, utilizando critérios heterogêneos: morfológico, distribucional, sintático, semântico. Questiona-se qual a classificação mais correta, qual a mais válida. Para Ducrot e Todorov (1974:25-2) para ser válida, uma teoria das partes do discurso tem que ser universal, isto é, suas categorias devem estar representadas em todas as línguas. Os autores citam Br□ndal, lingüista dinamarquês, que afirma não ser necessário que todas as partes do discurso se encontrem efetivamente em todas as línguas mas ser necessário definir um inventário de todas as partes do discurso possíveis e mostrar que as línguas escolhem, nesse inventário, as suas partes do discurso.

Do exposto pode-se concluir que:

1. a classificação das palavras foi inicialmente uma preocupação dos pensadores da antiga Grécia, retomada pelos diversos gramáticos e lingüistas de diferentes escolas, através dos séculos;

2. houve no decorrer do tempo, classificações diversas e, ainda hoje, manifestam-se diferentes pontos de vista a respeito dos critérios e/ou abordagens de classificação;

3. as conjunções foram, desde o início, classificadas como elementos de ligação, inicialmente ao lado das preposições, pronomes e artigos e, por fim, apenas ao lado das preposições como elementos de conexão de palavras ou sentenças.

Os gramáticos costumam explicar que a diferença entre conjunções e preposições reside no fato de as primeiras ligarem orações, e as últimas, palavras, entretanto algumas conjunções são suscetíveis de estabelecerem a conexão de itens lexicais ou sintagmas, enquanto que as preposições podem também ligar orações subordinadas reduzidas.

3.3.2 Conjunções: do latim ao português

3.3.2.1 Conjunções no latim

O latim clássico utilizava, na formação dos períodos compostos, na maior parte das vezes, os processos de coordenação ou parataxe e de subordinação ou hipotaxe (Bourciez, 1956).

A coordenação realizava-se por meio das conjunções classificadas como copulativas, disjuntivas, adversativas e conclusivas, podendo também expressar-se através da justaposição que, segundo Rubio (1983:367) era utilizada *por los autores más refinados como recurso estilístico de sábios efectos expressivos*[37].

As frases coordenadas copulativas ou aditivas eram ligadas, ordinariamente, pelas conjunções: **et**, **etiam**, **ac**, **atque** e **-que** (e) – esta última, enclítica ao elemento coordenado; a coordenação aditiva negativa fazia-se através das conjunções **nec** e **neque** (nem); a alternativa, por **aut**, **vel** (ou), **sive** (ou se), **seu** e ***-ve*** (ou) – esta última também enclítica ao elemento coordenado; a opositiva, por **sed** e **ut** (mas) **verum** ou **vero** (mas na verdade), **autem** (entretanto), **tamem** (contudo); a conclusiva, por **ergo** (logo) **igitur** (portanto), **itaque**, **quocirca**, **idcirco** (por conseguinte), **ideo** (por isso).

Faria (1958: 268) não cita as conjunções conclusivas do latim; Rubio (1983: 385), entretanto, refere-se a uma "coordenação causal" expressa por **enim** (pois) e **quippe** (porquanto) e acrescenta: *Se trata de uma coordinación meramente ideológica, como la que establecemos en español con nuestro adverbio* ***efectivamente***[38].

Para expressar a subordinação, eram adotados três procedimentos:

a) a utilização de formas nominais;
b) o emprego de conjunções subordinativas;
c) a relativização;

Esse último, o mais freqüente, consistia no emprego do relativo **que**, o qual indicava a natureza do seu antecedente e, substituindo-o, exercia uma função na sentença subordinada. O emprego particular do relativo neutro deu origem, no latim corrente, às frases ditas "completivas", que seguiam verbos:

- intelectivos: dico, credo, scio, puto...;
- afetivos: gaudeo, dolor, miror...;
- volitivos: volo, rogo, jubeo...

Eram usadas, também, nessas orações completivas, as conjunções integrantes, **ut** e **ne** (que) sendo essa última, em orações que serviam de complemento aos verbos que significavam: temer, proibir, recusar.

[37] Ao contrário: até os autores mais refinados acorrem à simples justaposição como recurso estilístico de sábios efeitos expressivos.
[38] Trata-se de uma coordenação meramente ideológica, como a que estabelecemos em espanhol em nosso advérbio **efetivamente.**

As orações circunstanciais eram subordinadas à principal de uma maneira menos dependente que as anteriores. O latim clássico dispunha de procedimentos formais e de partículas especiais para indicar nuances exatas. Assim como o grego e outras línguas indo-européias, o latim utilizou-se de um grande número de partículas, a fim de exprimir as diversas relações entre os enunciados. Inicialmente empregadas como elementos enfáticos ou de reforço, essas partículas passaram depois a funcionar como conectivos de coordenação ou subordinação. Seu caráter expressivo explica o grande número de formações compostas entre as conjunções e a sua contínua renovação na própria história do latim, nos vários períodos da língua.

Eram conectivos subordinativos circunstanciais, no latim clássico:

Causais: *cum* (pois que), *quoniam* (quando), *quippe* (porquanto), *quod* e *quia* (porque), *ut* (visto que);

Finais: *ut* (a fim de que), *ne* (para que não), *quo* (para que), *neve* (e para que não)

Concessivos: *quamquam* (conquanto), *etsi tametsi* e *quamvis* (ainda que), *aum* e *licet* (se bem que);

Consecutivos: *ut*, *ita ut* (de tal forma que), *ut nom*, *quin* (de tal forma que... não);

Comparativos: *ut*, *quasi*, *quo*, *quommodo* (como), *quam* (do que), *sicut*, *velut* (assim como);

Condicionais: *si* (se), *nisi* (senão), *ni* (se não), *sin* (se pelo contrário), *modo* e *dummodo* (contanto que);

Temporais: *donec*, *quoad* (até que), *ut* (logo que), *dum* (enquanto), *cum*, *quando*, *ubi* (quando), *priusquam* e *antequam* (antes que) e *postquam* (depois que), *simul*, *ac*, *atque* (logo que);

Integrantes: *ut* (que), *quominus*, *neve*, *ne quin* (que... não), *quod* (o que), (cf. Anexos. Quadro 1).

Havia ainda as correlações: **et... et** (não só... mas também); **aut... aut** (ou... ou); **sive... sive** (seja... seja); **neque... neque** (nem... nem); **non solum... sed etiam** (não somente... mas também); **cum... tum** (de um lado... de outro); **tum... tum** (ora... ora). (Cart, Grimal *et alii*, 1986, p. 86).

O limite morfológico entre preposições e advérbios era, em latim, impreciso, o mesmo ocorrendo com as conjunções que, quanto à origem, *prendiam-se, muitas vezes, a advérbios pronominais ou representavam formas fossilizadas da declinação pronominal ou nominal* (Faria,1958: 267).

A língua latina clássica utilizava, como já foi afirmado, em abundância, os processos de subordinação e coordenação, na construção dos períodos compostos. O latim falado, como qualquer língua falada, ao contrário, dava preferência à formação de períodos simples e ao processo de justaposição das orações, ficando, a cargo do contexto, interpretado pelo ouvinte, as relações existentes entre elas.

Bastardas Parera (1953: 179) apresenta as mudanças ocorridas no latim medieval, no quadro das conjunções:

A conjunção **et** aparece reforçada por outra conjunção ou por advérbios. Assim, encontram-se, nos textos da época, as combinações **nec non et** e **atque etiam**; a primeira, com bastante freqüência, a última, mais raramente.

As conjunções disjuntivas **vel** e **sive** assumem um valor copulativo, equivalente ao **et**, e são bastante freqüentes, nos documentos de origem catalã.

A conjunção **sive** combina-se com **et** e **etiam** assumindo também um valor copulativo.

Aut, além do seu uso normal, passa a introduzir orações interrogativas indiretas.

Nisi, conjunção condicional, é empregada como adversativa em lugar da conjunção **sed**.

O emprego das conjunções subordinativas é muito diferente do que ocorria no latim clássico. A conjunção **se** passa a ser empregada como partícula interrogativa indireta.

Alguns fatos são característicos do último período do latim imperial, como, por exemplo, o emprego de conjunções precedidas de preposições: **pro que** ~ **pro ut**, e o emprego de preposições funcionando como conjunções: **secundu-**

As orações completivas reduzidas de infinitivo são substituídas por orações precedidas de conjunção. Este processo, que se estendeu às línguas românicas, como explica o referido autor, remonta, entretanto, a períodos bem antigos. O **quod** completivo já é encontrado em Plauto (184 a.C.); **quia** aparece em Petronio (séc. I d.C). Usam-se também: **quoniam**, **quomodo**, **eo**, **quo**, **ut**. A substituição das orações infinitivas por orações com conjunção constitui uma das características mais significativas dos textos do latim tardio (último período do latim imperial).

A conjunção **que** aparece introduzindo oração completiva além de ser também usada com valor consecutivo.

Além do **ut** aparecem as seguintes conjunções com valor final: **quod**, **qualiter** e a combinação de preposição com conjunção acima citada: **pro que ~ pro ut**.

Como concessiva aparece **ac si**, em lugar do **etiam si**.

A partícula **quando** passa a ser usada como conjunção temporal, com valor de **cum**; também **dum** ocorre com o valor de **cum**. Com valor temporal ocorre ainda a conjunção **quod**. No latim imperial, o uso de **quod** temporal cresce consideravelmente, quer para indicar um ponto de partida, quer para indicar o tempo durante o qual uma ação se processa.

A preposição **post** assume o lugar de **postquam**.

A antiga preposição **secundum** é usada com freqüência como conjunção modal.

Como se pode verificar, houve um remanejamento significativo no quadro das conjunções latinas: algumas desapareceram, outras passaram a expressar diferentes relações, outras ainda tornaram-se polissêmicas. Manifestou-se ainda, posteriormente, a tendência para a formação de locuções conjuntivas constituídas de um advérbio ou de uma preposição seguidos de **quod** e mais tarde também de **quid**. Esse processo de formação de conectores interfrásticos, herdado do indo-europeu, desenvolveu-se, de modo especial, nas línguas românicas.

Observando o elenco das conjunções do latim clássico e comparando-o com o do latim tardio, pode-se afirmar que dos 96 itens conjuncionais do latim clássico, apenas 24 foram conservados.

O emprego de variadas locuções conjuntivas é, como foi dito acima, um desenvolvimento posterior, resultante de elaboração literária. Um indicador histórico de que assim era no latim corrente é o fato de as línguas românicas, dele derivadas, apresentarem escassez de conjunções herdadas do latim. As construções assindéticas das orações coordenadas nas línguas românicas, sobretudo no período medieval, revela a herança do chamado latim tardio, onde a justaposição era o processo comum na construção dos períodos.

3.3.2.2 Conjunções no português

Uma vez que o latim falado dava preferência à justaposição, muitas conjunções, sem o uso corrente, desapareceram.

Como conjunções copulativas, permaneceram apenas as derivadas de **et** e **nec**. Das disjuntivas ou alternativas, apenas **aut > ou** se manteve; **vel** ocorreu, esporadicamente, até o séc. XIII; **sive** e **seu** desapareceram. Desapareceram também as conjunções adversativas e o advérbio **magis**

assumiu essa função. Das conclusivas, o **ergo** se manteve até o português arcaico.

A integrante **quod** também se manteve, mas sofreu a concorrência de **quia** e **quid** (que se confundiu, primeiramente, com o pronome **quod** e depois com a conjunção), dando, em português, a forma **que**.

A condicional **si > se** manteve-se.

As finais **ut**, **ne** e **quo** desapareceram, dando lugar a **quod** e às conjunções que com esta se confundiram. **Quod > que** ou qualquer outra conjunção equivalente tomou o lugar de **ut**, como consecutiva.

As concessivas **quamvis**, **etsi**, **licet**, **quamquam** desapareceram, dando lugar a locuções com **quod**.

Como conjunções causais, persistiram **quod**, **quia** (**que ~ ca**) e locuções também formadas com **quod**.

Das comparativas e modais, permaneceu apenas **quo→mo➲(do**), origem de **como**.

Ainda no baixo latim, o advérbio **po→st**, origem da conjunção portuguesa **pois**, assimilou o valor semântico da conjunção latina **postquam** e a forma **quando**, proveniente do acusativo feminino singular do relativo **quam**, somado à preposição indo-européia **do**, passou a ser conjunção temporal e causal.

Silveira (1934:180), Coutinho (1958:295-6) e Oliveira e Machado (1969:6) apresentam uma listagem sucinta das conjunções do português arcaico.

Uma listagem mais completa pode ser depreendida dos glossários de Machaëlis (1920) e Lorenzo (1977).

Huber, na sua *Gramática do português antigo* (1986:268), apresenta um elenco bastante amplo das conjunções utilizadas no português arcaico. Uma análise detalhada das conjunções do português arcaico permite verificar:

a) a presença de apenas 10 conjunções provenientes do latim:

Coordenativas - as copulativas **et** > **e**, **nec** > **nem**; as disjuntivas **aut** > **ou** e **vel** (arc.) e a conclusiva **ergo** > **ergo** (arc.);

Subordinativas - a condicional **si** > **se,** a causal **quia** > **ca** (arc.), a temporal **quando** > **quando** ~ **cando** (arc. e pop.), a comparativa **quam** > **ca** (também arc. e pop.), a modal e comparativa: **como**.

b) a presença de conjunções hoje já não existentes: **pero**, **vel**, **cada que**, **macar que**, **sol que**, **en tal guisa que** e outras.

c) a mudança de significado sofrida por algumas das conjunções: **tanto que**, **porem**.

Como afirma Câmara Jr. (1985: 184):

> *Uma remodelação profunda verificou-se no quadro das conjunções subordinativas portuguesas. O fato principal foi o aparecimento de uma partícula **que**, subordinativa por excelência, resultante de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra do pronome **quid** (indefinido-interrogativo) e da sua coalescência com a outra forma neutra **quod**, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, o **que** se originou ainda da evolução fonética da partícula de conexão comparativa **quam** e da conjunção causal **quod**. Disto resultou uma partícula multifuncional **que** para os mais variados padrões frasais.*

Além de se tornar uma conjunção multifuncional, isto é, capaz de estabelecer variadas relações, o **que** passou a figurar ainda em locuções conjuntivas de núcleo adverbial, preposicional, verbal ou nominal: **ainda que**, **já que, posto que**, **uma vez que**, etc.

Outras modificações importantes salientadas por Câmara Jr. foram:

a) a função de conjunção integrante adquirida pela conjunção **se** (condicional) em orações completivas dubitativas;

b) a criação de conjunções subordinativas pela combinação do pronome indefinido **quanto** às preposições: **com**, **por**, e **em**; **conquanto**, **porquanto**, **enquanto**;

c) a passagem do advérbio **embora** à conjunção concessiva;

d) a utilização das formas nominais **conforme** e **segundo** como preposições e conjunções conformativas;

e) o emprego do advérbio **post** (depois) > **pois**, como conjunção conclusiva, explicativa ou causal;

f) o uso de advérbios ou perífrases verbais para expressar relações de cópula, adversidade ou conclusão: **demais**, **todavia**, **entretanto**, **contudo**, **não obstante**, **portanto**, **por conseguinte**;

g) a expressão da relação de alternância, pela repetição de advérbios ou formas verbais: **já... já**, **quer... quer**, **seja... seja**.

Uma vez que poucas foram as conjunções que o português herdou do latim, para suprir a falta das demais conjunções latinas, a língua recorreu, como já acontecera no latim falado, a palavras de outras classes gramaticais e com elas criou novas conjunções:

a) utilizando uma só dessas partículas: **mas**, **logo**, **ora**, **u** (arc.), **mentre** (arc.), **como**;

b) reunindo duas partículas de classes diferentes e formando com elas uma só palavra: **toda via** (arc.) > **todavia**, **por que** (arc.), etc.; ou constituindo locuções conjuntivas: **salvo se**, **visto como**, **se bem que**, **à medida que**, etc.

As conjunções portuguesas são, pois, na sua maior parte, frutos de processos de gramaticalização.

Jeronymo Soares Barbosa, na sua *Grammática philosóphica da língua portuguesa*, publicada em 1856, afirma só possuir o português nove conjunções propriamente ditas: **ca**, **e**, **mas**, **nem**, **ou**, **pois**, **porém**, **que**, **se**, devendo ser excluídas das conjunções: 1. as expressões compostas de outras partes da oração a cujas classes pertencem: **por que**, **por quanto**, etc.; 2. as expressões constituídas de nome ou advérbio seguido de **que**: **ainda que**, **bem que**, etc. (onde só o **que** é conjunção); 3. todas as palavras que funcionem como nome ou advérbio em outros enunciados, como: **ora**, **logo**, **quer**, **assim também**, porque, diz o autor, *o que uma vez foi nome ou advérbio não pode mudar de espécie, salvo se o uso lhe antiquou seu primeiro destino para lhe dar outro.*

Entretanto, a tradição gramatical, ignorando a proposta acima citada, classifica como conjunções as formações compostas de: **Prep + N + que**, de **Adv** ou **V + que** e muitas outras, embora afirme serem as mesmas, quanto à estrutura, locuções conjuntivas.

De acordo com a canônica tradicional, as conjunções portuguesas se subdividem em coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas) e subordinativas (integrantes, temporais, finais, concessivas, consecutivas, conformativas, comparativas, condicionais, proporcionais, causais).

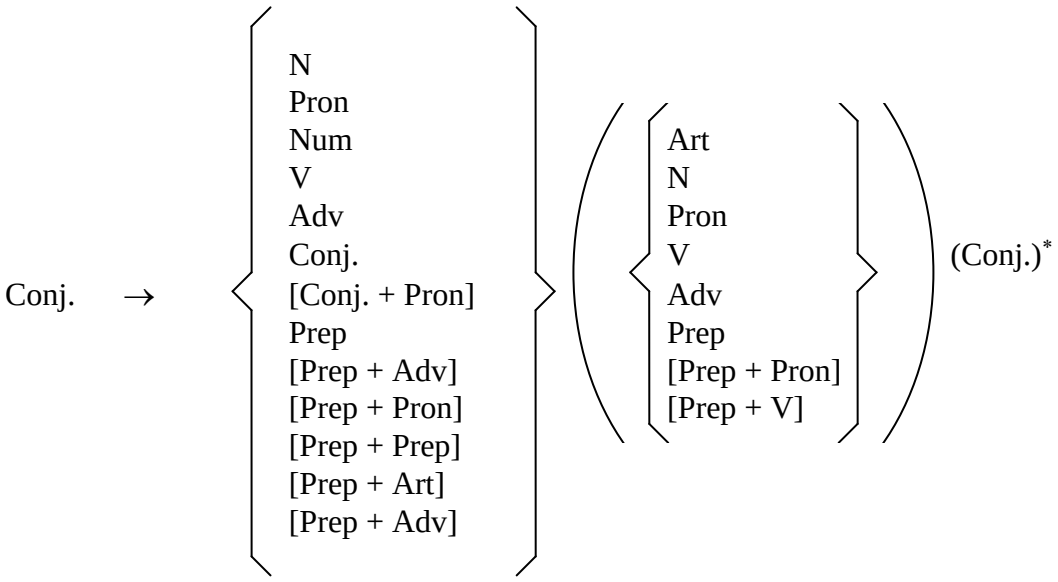
O sistema de conjunções do português arcaico, como se pode verificar, através dos quadros, em anexo, não coincide com o do português contemporâneo. A comparação dos dois sistemas revela a ocorrência de perdas e aquisições de itens conjuncionais, no decorrer dos séculos.

Pode-se verificar que:

(i) muitas conjunções latinas se perderam, mas o conteúdo semântico por elas expresso continuou a existir em novas formas compostas do português arcaico e até mesmo do português contemporâneo;

(ii) na constituição das conjunções portuguesas são envolvidas diferentes classes gramaticais.

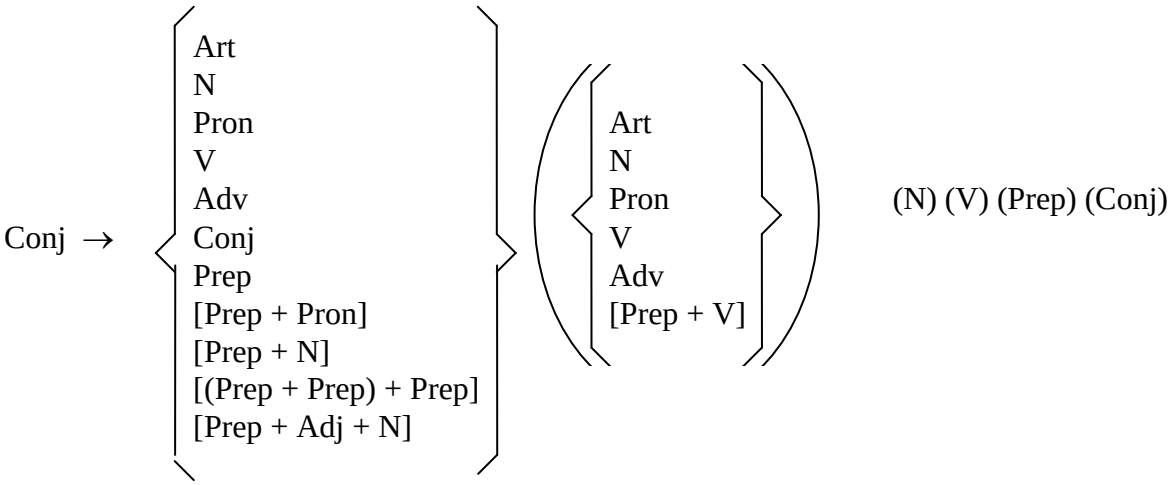
A análise da constituição das conjunções portuguesas no período arcaico da língua, efetuada na pesquisa anterior (1992), já citada, revelou a existência de conjunções com diferentes bases, o que permitiu o estabelecimento da fórmula:[39]



[39] Trata-se da dissertação de Mestrado: *Conjunções: aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português*, elaborada pela autora desta pesquisa.

[*] Nessa fórmula, as chaves indicam que um dos elementos por elas delimitados pode ser utilizado, na constituição das conjunções. Os parênteses, por sua vez, indicam que um dos elementos neles contidos pode combinar-se com qualquer um dos elementos anteriores.

Do mesmo modo, a análise das conjunções apresentadas pelos gramáticos contemporâneos permitiu o estabelecimento da fórmula a seguir, para a constituição dos itens conjuncionais do português contemporâneo:



Pode-se, pois, concluir que houve também uma reformulação no quadro das conjunções portuguesas a partir de 1500, causada pelo desaparecimento de algumas conjunções arcaicas e pelo aparecimento de novos itens conjuncionais, oriundos de processos de gramaticalização de origens diversas.

As diferentes possibilidades de formação de itens conjuncionais no português arcaico e no português contemporâneo indicadas nas fórmulas apresentadas estão ilustradas a seguir:

(i) conjunções do português arcaico

1. N
locu > logo[40]

2. N + Conj
mercee que

3. Pron
tanto
tal

4. Pron + N
toda via

[40] A conjunção **logo** foi considerada, na pesquisa antes mencionada, como proveniente de um nome; do mesmo modo, a conjunção **primeiro que** foi considerada proveniente de um numeral. Essas posições foram, entretanto, reconsideradas como se poderá observar no decorrer do trabalho (Cf. 4.4.1.7 e 4.4.1.10).

5. Pron + Conj
tanto que

6. V
quer... quer

7. Num + Conj
primeiro que

8. Adv
mais

9. Adv + Adv
tam bene > também

10. Conj
e, ou, nem

11. Conj + Adv
se nom

12. Conj + Conj
ergo que

13. Conj + V + Conj
como quer que

14. [Conj + Adv] + Pron + Conj
senon tanto que

15. [Conj + Pron] + Conj
contanto que

16. Prep
ante
secundu

17. Prep + Conj
per que

18. [Prep + Adv] + Conj
ad + sic + que
assi que

19. Prep + Pron
per + hoc > pero
por + ende > porem

20. [Prep + Pron] + Conj
pero que

21.[Prep + Pron] + Conj

con tanto que

22.Prep + [Prep + Pron]

em pero

23. [Prep + Art] + N + Conj

ao tempo que

24. Prep + [Prep + V]

por conseguinte

25.[Prep + Prep] + Conj

de + ex > des que

26.Prep + N + Conj

de guisa que

(ii) conjunções no português contemporâneo

1. Art + N + Conj

uma vez que

2. N

caso

tipo

3. N + Conj

logo que

4. Pron

que

5. [Pron + N]: todavia

6. V

conforme[41]

7. V Conj

posto que

dado que

sendo que

8. Adv

pois, logo

[41] Foi também reconsiderada a posição anteriormente explicitada sobre a origem de **conforme**.

9. Adv + Conj
antes que, ainda que
depois que

10.Conj
nem, que

11.Conj + Adv + Conj
se bem que

12.Prep + [Prep + V]
por conseguinte

13.[Prep + Pron]
portanto, porquanto, enquanto

14.Prep + Conj
até que

15.[(Prep + Prep) + Prep] + Conj
desde que

16.Prep Adv V Conj
a não ser que

17.Prep + N + Prep + Conj
a fim de que

18.[Prep + Adj + N]
embora

19.[Prep + Art] + N + Conj
à medida que
à proporção que

20.Prep + Adv + Conj
a menos que

4 Análise dos processos de gramaticalização das conjunções na história do português

Este capítulo engloba a análise dos processos de gramaticalização experimentados pelos 136 itens conjuncionais encontrados no *corpus* desta pesquisa.

Procurou-se, inicialmente, verificar, dentre as teorias da gramaticalização, discutidas em 3.2, quais as que forneciam subsídios para a explicação das mudanças ocorridas.

Uma primeira análise permitiu, de imediato, constatar a trajetória empreendida por grande número de formas:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO

quer na língua portuguesa, quer do latim ao português ou mesmo do grego para o latim e do latim ao português. Tomou-se, pois, como base, os conceitos da Hipótese Localista, de G. Lyons (1980), a proposta do deslizamento semântico de B. Heine, U. Claudi e F. Hünnemeyer (1991) e as idéias apresentadas por S. Svorou, no seu livro *The Grammar of Space* (1993).

Visando a tornar mais clara a interpretação dada à história de cada item conjuncional, apresentar-se-á uma breve revisão dos conceitos essenciais das teorias acima citadas.

A Hipótese Localista, como já foi explicado anteriormente, postula serem as estruturas que aparecem na gramática derivadas do domínio do espaço.

As expressões espaciais são consideradas mais fundamentais gramatical e lexicalmente que as expressões não-espaciais.

Desse modo, a localização temporal é menos concreta que a localização espacial, porém mais concreta que diversos outros tipos de localização.

Lyons distingue versões fracas e fortes do localismo, de acordo com o inventário de categorias e construções gramaticais envolvidas. A hipótese localista afirma que as expressões temporais, em numerosas línguas, provêm de expressões locativas e ressalta a existência de um paralelo entre a dêixis espacial e a temporal, explicando que, do mesmo modo que se pode analisar:

aqui = neste lugar lá = naquele lugar

respectivamente, pode-se analisar:

agora = neste momento então = naquele momento

o que demonstra a correlação direta existente entre o afastamento espacial e o temporal, a partir de um ponto **zero**, o **aqui** e o **agora**.

Assim, grande parte do que se considera metafórico na utilização da língua pode, segundo o autor, ser explicado em termos localistas.

A proposta da teoria do deslizamento semântico de Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) afirma estarem as formas continuamente associadas a novos significados progressivamente mais abstratos, partindo da noção de espaço, podendo ou não passar pela noção de tempo e desembocando na categoria mais abstrata de texto:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

Os autores chamam a atenção para o fato de que, no processo de gramaticalização, conceitos concretos são empregados para entender, explicar ou descrever fenômenos menos concretos e explicam que o processo se inicia com a criatividade individual que, em casos específicos, atinge a criatividade comum e é influenciada por estratégias universais de manipulação conceptual. Desse modo, distinguem conceitos-fonte e conceitos derivados, especificando que o que acontece quando estruturas-fonte se desenvolvem em estruturas gramaticais pode ser descrito em termos de umas poucas categorias básicas, hierarquizadas na seguinte escala:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Segundo Heine *et alii* (1991), o processo de gramaticalização é "*unidirecional e se manifesta em escala de crescente abstratização*", obedece a uma transferência do universo referencial para o do discurso e vai do sentido [+ concreto] para o [- concreto]. Alguns traços do sentido espacial podem persistir em empregos com valor temporal, mas não se manifestam claramente em usos típicos do discurso.

Na trajetória de deslizamento, dois processos importantes se verificam: o metafórico e o metonímico. O primeiro, um processo de transferência semântica, em que uma forma ou construção passa a ser usada para representar um significado estreitamente relacionado com o significado que, anteriormente, possuía. De acordo com esse conceito, segundo Votre (1996:32), *a linguagem atual é essencialmente metafórica, no sentido de que quase nunca se criam novas formas, mas novos*

significados estão sendo continuamente criados para formas já disponíveis na língua.

A metáfora baseia-se numa determinada semelhança entre o significado inicial e o significado derivado, sendo, pois, icônica. Os mecanismos de mudança por transferência metafórica atingem todas as categorias lexicais.

A metonímia se refere a mudanças experimentadas por uma forma lingüística em virtude do contexto lingüístico (ou pragmático) em que ocorre.

No processo metonímico, a mudança se dá por contigüidade posicional ou sintática e não ocorre apenas com uma única forma, mas com a expressão, caracterizando-se por uma reinterpretação dos elementos que compõem um enunciado, por uma reorganização dos elementos na frase. Abrange:

(i) a reanálise - mecanismo responsável por uma reorganização da estrutura do enunciado e uma reinterpretação dos elementos que o compõem.

A reanálise explica a mudança de percepção por parte dos falantes, de como os constituintes de uma língua se organizam no eixo sintagmático. Essa mudança de percepção, como foi visto anteriormente (cf. 3.2.1.4), deve-se a um tipo de raciocínio denominado **abdução**, que provoca inferências a partir de um conhecimento prévio. A abdução é responsável, pois, pela criação de novas idéias.

(ii) a interferência da pressão da informatividade - processo em que o item lingüístico passa a assumir um novo valor semântico, a depender do momento em que se processa a interação verbal e da necessidade decorrente do contexto.

Um outro processo, de certo modo ligado à metáfora, é o da **analogia**, mecanismo em que uma determinada mudança lingüística ocorre por associação, ou melhor, por imitação a outras formas da língua.

Svorou afirma que fontes lexicais específicas, tais como o nome e o verbo, constituem a origem de formas espaciais. Segundo a autora, no relacionamento entre a língua e o mundo objetivo ou físico existe um nível intermediário, o da cognição, cujas manifestações são necessárias não apenas para que os humanos compreendam o contexto em que vivem e a língua que utilizam, mas também para o desenvolvimento de uma teoria da linguagem em geral. A autora afirma que o modo como os falantes de uma língua codificam relações espaciais, temporais e sociais reflete a maneira como percebem e associam as várias experiências que a vida lhes proporciona.

Martelotta *et alii* (1996:53) chamam a atenção para o fato de não haver, na literatura referente à gramaticalização, um total consenso em

relação aos mecanismos que veiculam o processo. Enquanto Heine *et alii* (1991) falam da transferência metafórica, Lehmann (1991) ressalta a importância da analogia, e Traugott e König (1991) salientam que o tipo de mecanismo que efetua a gramaticalização depende da natureza da função envolvida no processo, afirmando que a inferência metafórica ocorre principalmente no surgimento de marcas de tempo, aspecto e caso, enquanto que a inferência por pressão da informatividade, que é um mecanismo de natureza metonímica, predomina no surgimento de conectivos. Em Hopper e Traugott (1993) percebe-se a tendência de considerar a transferência metonímica, e não a metafórica, e a reanálise, e não a analogia, como mecanismos que predominam, maciçamente, na mudança por gramaticalização. Givon (1995) ressalta também o processo de reanálise.

Martelotta acredita que a gramaticalização envolve quatro níveis:

(i) o nível cognitivo - caracterizado pela tendência à utilização de elementos do mundo concreto para representar o mundo abstrato;

(ii) o nível pragmático - resultante da intenção genérica do falante de facilitar a compreensão do ouvinte, a partir da utilização de conceitos mais concretos e mais conhecidos para expressar novas idéias no processo comunicativo;

(iii) o nível semântico - referente ao conhecimento, por parte dos interlocutores, dos significados originais das palavras envolvidas, para que o novo sentido possa ser, realmente, apreendido pelo ouvinte;

(iv) o nível sintático - relativo à ocorrência da gramaticalização em contextos que a estimulam, o que significa não só existirem aspectos sintáticos que propiciam a gramaticalização, mas também serem esses aspectos os responsáveis pelo fato de a mudança tomar efetivamente este e não aquele caminho.

Segundo o referido autor, o primeiro movimento de entrada no texto, por parte da maioria dos operadores argumentativos, parece ser a metáfora espaço > discurso, que é usada para organizar o universo discursivo em termos de referentes espaciais externos, os quais representam, nestes casos, os elementos mais básicos e mais concretos da escala de gramaticalização.

O mais importante mecanismo de mudança envolvendo o surgimento de operadores argumentativos é a pressão da informatividade. Trata-se de um processo em que, por convencionalização de implicaturas conversacionais, o elemento lingüístico passa a assumir um novo valor, que emerge de determinados contextos em que esse sentido novo pode ser inferido do sentido primeiro.

Como salienta Votre (1996:36), tudo o que, num determinado estágio da mudança, é icônico e transparente será ou tenderá a tornar-se opaco e aparentemente arbitrário. Esses estágios finais, mais automáticos e

menos transparentes, são chamados de **discursivização**; neles os itens passam a ocorrer em contextos diversos dos que lhes eram originariamente reservados como regulares e previsíveis pelo sistema da língua.

Gramaticalização leva itens lexicais a assumirem funções cada vez mais gramaticais; a discursivização leva o item a assumir a função de marcador conversacional ou encadeador do discurso.

Além desses conceitos tomados como básicos para a análise a seguir, procurou-se verificar, de acordo com o esquema apresentado por Castilho (1997:32), que estágios determinaram o processo de gramaticalização de cada item conjuncional, isto é, se houve ou não mudança de classe de palavra, (recategorização), alterações morfológicas (morfologização), reanálise (sintaticização), alteração do conteúdo semântico (semanticização).

Para facilitar a análise, os diversos itens conjuncionais encontrados no *corpus* foram reunidos em oito grupos, assim denominados:

4.1 Conjunções herdadas do latim e formações conjuncionais delas derivadas;
4.2 Conjunções provenientes de advérbios:
  4.2.1 De advérbios latinos
  4.2.2 De advérbio português
4.3 Conjunções provenientes de preposições:
  4.3.1 De uma preposição latina
  4.3.2 De uma preposição da língua portuguesa
  4.3.3 Da justaposição de preposições a pronomes, a um anafórico ou a uma forma verbal
4.4 Conjunções formadas com a associação do **que ~ ca** (arc.):
  4.4.1 De base adverbial
  4.4.2 De base preposicional
  4.4.3 De base verbal
  4.4.4 De base nominal
  4.4.5 De base pronominal
4.5 Conjunção formada com a associação da conjunção **como**;
4.6 Itens conjuncionais com elemento negativo;
4.7 Conjunções provenientes de sintagmas:
  4.7.1 De um SN
  4.7.2 De um SP
4.8 Correlações conjuncionais:
  4.8.1 Formadas com **que ~ ca** (arc.)
  4.8.2 Formadas com **como**
  4.8.3 Constituídas pela repetição de itens conjuncionais
  4.8.4 Formadas por intensificadores e/ou pronomes

4.8.5 Correlações com elemento negativo

Procedeu-se dessa forma, com o objetivo de verificar se os processos de gramaticalização seriam diferentes para os diversos tipos de itens conjuncionais, ou seja, se os mesmos processos de gramaticalização se repetiriam em todos os elementos de um mesmo grupo, variando, entretanto, de um grupo para outro.

Em cada um desses grupos foram colocadas, juntamente com as diversas conjunções, outras formações conjuncionais delas resultantes.

Uma vez que a língua portuguesa possui poucas conjunções propriamente ditas, o termo conjunção é utilizado nesta pesquisa, como já é empregado pela gramática tradicional, para referir-se às conjunções e locuções conjuntivas, que, reunidas às correlações, constituem os itens conjuncionais do português.

4.1 Conjunções herdadas do latim e outras formações conjuncionais delas derivadas

Dez conjunções portuguesas são herdadas diretamente do latim: **e**, **ergo** (arc.), **ca** (explicativa e comparativa - arc. e início da época moderna), **como**, **nem**, **ou**, **que**, **quando**, **se**, **vel** (arc.). Delas se formaram, por vezes, outros itens conjuncionais que serão abordados também juntamente com o item que lhes deu origem.

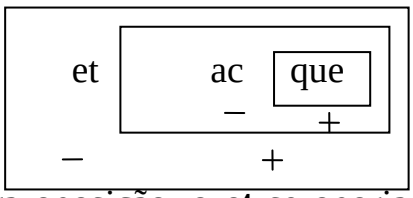
4.1.1 E

A conjunção aditiva **e** provém da conjunção latina **et** que tem origem no advérbio **et**, proveniente do advérbio **e↓ti**, 'além de', do indo-europeu. No latim arcaico, **et**, como advérbio, substituía **etiam** 'também'; posteriormente, passou a ser empregado, ainda no latim, para indicar uma cópula, isto é, uma junção de elementos. Com esse sentido, transformou-se em conjunção e, como tal, passou ao português e às demais línguas românicas, como afirmam Ernout e Meillet (1951: s.v. **et**).

Havia, em latim, quatro conjunções copulativas: **et**, **ac**, **atque** e a enclítica **-que**. **Atque** e **ac** eram variantes materiais da mesma conjunção; o uso de uma ou outra dependia do contexto: **ac** era empregada antes de palavras iniciadas por consoante e **atque** antes de palavras iniciadas por vogal ou **h**, embora pudesse também ser usada em outros contextos.

Segundo Coseriu (*apud* Rubio 1983:375), se uma língua, para indicar uma mesma relação, tem várias conjunções, é porque elas possuem

diferentes campos semânticos. No caso do latim, o autor admite que, entre as conjunções **et**, **ac** e **-que** haveria o seguinte sistema de oposições:



Numa primeira oposição, o **et** se oporia às duas outras: **ac** e **-que**; numa segunda oposição, o **ac** se oporia ao **-que**. **Que** caracterizava-se em relação ao **ac** e **ac**, em relação ao **et**, mas não em relação a **-que**.

Coseriu conclui, afirmando que:

et = adição
ac, **atque** = adição + unidade
-que = adição + unidade + equivalência

O **et** era, simplesmente, o elemento de ligação, sem nenhuma significação acessória; o **-que** apresentava o segundo membro, como um apêndice do anterior ou como continuação ou extensão dele. **Ac** dava realce ao segundo termo em relação ao primeiro. Essas nuances, entretanto, não eram sensíveis e, muitas vezes, o **et** substituía as outras conjunções.

Assim, o **et**, mais geral, passou a substituir o **ac** e o **-que** que possuíam uso mais limitado; **ac** e **-que** marcavam o caráter unitário dos termos, que se apresentavam ao falante em contigüidade semântica (sinônimos ou antônimos) ou em contigüidade real e material. A opção para o emprego de **ac** ou **-que** dependia da perspectiva oferecida pelos dois termos isolados ou em bloco:

(i) se aparecessem estreitamente unidos ou logicamente equivalentes, o falante usaria **-que**;

*pater mater**que** - 'pai e mãe'*
*Juliorum Claudiorum**que** domus - 'dinastia de Júlio e de Cláudio'*

(ii) se não existisse tal equivalência, seria empregado o **ac** ou o **atque**:

*ista cognitio iuris magna **atque** difficilis - 'este estudo do direito largo e difícil'*

Com o desaparecimento das conjunções **ac** e **-que**, as nuances de sentido por elas determinadas deixaram também de existir, permanecendo apenas o **et** com valor copulativo.

Alvar e Pottier (1987:297) afirmam que, já na época imperial, **et** havia eliminado todas as outras copulativas e assegurado sua vitalidade em muitos empregos.

Na constituição da conjunção latina **et**, houve, pois, inicialmente, ainda no latim, uma recategorização: a passagem de um advérbio a conjunção, de uma categoria mediana a categoria menor, acompanhada de uma ampliação de sentido.

A conjunção **et** passou para o português com a forma **e**, conservando o mesmo sentido copulativo que já possuía no latim. Era empregada, no português arcaico:

(i) em posição intrafrástica, ligando dois ou mais constituintes do enunciado, quer sintagmas, quer itens lexicais, portadores da mesma função sintática:

> *Ca segundo como homen sofre as viltanças que lhi fazen* ***e*** *os deostos que lhi dizen en pessoa, assi pode homen entender a homildade ou a sobervia que no seu coraçon ten asconduda.* (DSG, 1.11.14).

(ii) em posição interfrástica, coordenando duas ou mais sentenças independentes:

> *E chegou el-rrei a Antequeira* ***e*** *nom a pôde tomar* ***e*** *tornou-sse;* ***e*** *mandou entrar os seus na veiga de Graada, que eram seis mill de cavallo,* ***e*** *vencerom os christãaos duas pellejas,* ***e*** *forom dos mouros mortos* ***e*** *cativos; e em outra pelleja forom os christãaos vencidos e algu↓us mortos,* ***e*** *foi preso o meestre da Callatrava e Sancho Perez d'Ayalla e outros.* (CDP, Cap. XXXIII, l. 9-15).

(iii) em posição interfrástica, coordenando duas ou mais sentenças subordinadas:

> *E mandou que todo o pobuu en huu e cada huu per si obedeecesse↓ aos mandamentos de seu rey* ***e*** *que o amassem e guardassem* ***e*** *onrasse↓ e prezasse↓* ***e*** *que guardasse↓ sa fama boa e ssa onrra come seus coorpos mesmos.* (FR, liv. I, l. 131-5).

A conjunção **e** é ainda empregada no *corpus*, com enorme freqüência, como um mero encadeador da narrativa, equivalente aos marcadores conversacionais **aí**, **então**, característicos do português falado contemporâneo. Como encadeador, ocorre:

(i) em posição inicial absoluta:

> ***E*** *os cavalleiros que i siam, forom a elle para veerem o que era e acharom que lhe saia pela boca e pelos nareces chama de fogo tam forte, como se fosse de u ↓u forno aceso.* (Dem., Cap. IX, 1.11-3).

(ii) também em posição inicial, mas seguido de outros elementos conjuncionais:

> ***E*** *porende assy como nos deffendemos que nenhuu nõ proue en ne ↓hua guisa trayçõ, nenhuu mao feyto contra sa pessoa de el rey...* (FR, liv. I, l.151-3).[1]

> ***E*** *por esso deitou-se logo en oraçon e chamou aqueles frades a que semelhava que a cozinha ardia e disse-lhes que fezessem o sinal da cruz sobre seus olhos.* (DSG, 2.10.5).

Como encadeador, **e** aparece, no *corpus*, precedendo as seguintes conjunções:

Coordenativas

Adversativas	Explicativas
contudo	porem ~ porende por isso pois

Subordinativas

Causais	Temporais	Concessivas	Consecutivas	Condicionais	Modais	Comparativas	Finais
porque pois que porquanto pero que dado que como	quando logo que tanto que depois que pois que pois des que entre que enquanto mentre ~ dementre como ante que sol que u	que posto que como quer que pero que empero	tanto... que	se	como segundo	mais... que	per que pera que

Como se pode observar, a conjunção **e** é o conectivo coordenativo por excelência, o mais usado nos textos arcaicos portugueses.

É interessante destacar o contraste no uso do encadeador discursivo. No texto jurídico (FR) ele é restrito, isto é, pouco freqüente, enquanto nos

[1] Nesses exemplos, como se pode observar, o **e** apenas encadeia o assunto, sendo bastante forte o conteúdo semântico da conjunção por ele precedida.

narrativos, tanto de caráter histórico (LRR) como de caráter meramente ficcional (Dem.), a sua constante presença permite supor estar aí um reflexo do discurso oral, que, provavelmente, está subjacente na sua formulação escrita. É o que se pode, facilmente, observar no seguinte capítulo da *Demanda do Santo Graal*:

> *IX Como o cavalleiro caiu da freesta bradando.*
>
> ***E** entre que el rei esto dizia, e dom Lançarot e muitos outros cavalleiros catavam contra u↓as freestas que stavam sobre a ag(u)oa, e virom i seer u↓u cavalleiro que era natural d'Irias, mui fidalgo e bõo cavalleiro d'armas e de mui grande nomeada e mui bem vestido. **E** sia pensando tanto que nenhu↓u o nom podia acordar de seu pensar, em guisa que nom metia mentes em festa nem em corte. **E** u sia assi pensando, deu u↓a voz: "Ai cativo, morto som!", e leixou-se cair da freesta, e quebrou-lhe o pescoço. **E** os cavalleiros que i siam, forom a elle para veerem o que era, e acharom que lhe saia pela boca e pelos nareces chama de fogo tam forte, como se fosse de u↓u forno aceso. **E** tinha em suas mãos u↓as letras que lhe cairom ende quando elle [caio]. **E** os cavalleiros filharom as letras. **E** el rei chegou i com seus cavalleiros veer aquella maravilha. **E** porque era conpanheiro d[a] Tavola Redonda, quando el rei vio que era morto, mandou que o levassem fora do paaço, ca nom quis que sua corte fosse torvada com elle. **E** entam o levarom fora a mui gram trabalho, ca ardia tam fortemente que toda a roupa era tornada em cinza e nom se podia a el chegar senam queimasse. **E** posto fora do paaço, er começarom sua lidice como antes, so muito aviam gram pesar todos do cavalleiro, porque era mui preçado. A el rei muito pesava, mais non no ousava mostrar por seer mais triste. **E** depois que soube que era na egreja, disse: "Cavalleiros, ora podedes comer, ca ja por aventura maravilhosa nom leixaredes comer, ca me semelha mui stranha ventura esta".*

Na *Crônica de D. Pedro,* de Fernão Lopes (séc. XV), e nos textos de João de Barros (séc. XVI), a presença do encadeador já é bem menos freqüente, embora sejam inúmeros os exemplos encontrados.

Nos textos de Vieira (séc. XVII), o encadeador ocorre numa escala ainda menor.

Nos diálogos do Projeto NURC e do Português Fundamental consultados para esta pesquisa, a conjunção **e** liga itens lexicais, sintagmas ou sentenças, ocorrendo várias vezes, como encadeador da narrativa. O emprego repetitivo da conjunção é também encontrado, sobretudo em determinados informantes:

> *... a gente sabe se o senhor for a falar **e** que peça uma caralhota **e** que não diga a caralhota **e** que diga outra coisa qualquer **e** que seja por engano, nós sabemos...* (PF, inf: 248, l. 53-6).

> *... ele estava aqui **e**, **e** pediu; tava a senhora dele ali **e** tava mais umas amigas **e** tava mais uns amigos, tava uma mesa completa de senhoras **e** senhores **e** eu olhei para ele **e** disse: "olhe!".* (PF, inf. 248, l. 81-3).

O encadeador **e** não ocorre, no português arcaico, precedendo conjunções coordenativas, alternativas ou a conjunção adversativa **mas**, o que reforça o argumento de Mattos e Silva (1989a:653) de que as conjunções se dispõem num contínuo que vai desde a coordenação por excelência (coordenação aditiva e disjuntiva) até a subordinação propriamente dita (subordinação completiva e relativa). Os itens coordenativos que admitem ser precedidos de um elemento encadeador parecem, na verdade, constituir a linha divisória entre a subordinação e a coordenação e, nesse caso, funcionam mais propriamente como advérbios do que como conjunções.

Moura Neves (1990:8), tomando por base a organização do texto, admite serem as conjunções coordenativas meros seqüenciadores, responsáveis pela co-ordenação de segmentos. Desse modo, podem ser intrafrásticas ou interfrásticas. Quando iniciais, essas conjunções constituem peças de grande valor argumentativo, até mesmo o **e**, considerado, pela canônica gramatical, o conectivo responsável por uma adição neutra de segmentos.

Num texto, o emprego do **e** pode: 1) evidenciar uma progressão argumentativa; 2) explicar um fato anterior; 3) introduzir uma advertência ou julgamento.

Segundo a autora, o co-ordenador **e** tem um papel importante na caracterização da arquitetura do texto. O **e** inicial de frase marca o avanço na progressão textual. Quando no início do período, indica, muitas vezes, o acréscimo de idéias, não simplesmente a uma frase anterior, mas a um bloco de frases. No início do parágrafo, o **e** constitui uma marca de que se deixa para trás o bloco anterior, enveredando-se por um novo desenvolvimento. O **e**, no parágrafo final do texto, é o **e** "de arremate", que introduz a conclusão do assunto tratado e, no início dos capítulos, constitui um emprego de grande efeito para a progressão das idéias.

O emprego abundante da conjunção **e**, nos textos arcaicos, parece ser, em muitos casos, um reflexo da linguagem oral, onde poderia, na época, funcionar como um marcador conversacional. Tomando por base as considerações feitas por Moura Neves, à luz da Lingüística Textual, entretanto, pode-se também admitir que o uso abundante do **e** esteja, em alguns casos, ligado à própria arquitetura do texto, pois não raros são os exemplos em que o **e** preenche as funções salientadas no parágrafo anterior.

É interessante destacar que, num texto do séc. XVI, o **e** ocorre, uma única vez, com valor semântico adversativo:

> *O duque, meu pay, estava detreminado de ir a esa corte como elrey, meu senhor, viese a esa cidade* ***e*** *achou se tã mal desposto que se nõ atreveo a s'ir de casa.* (CT CXXIV, l. 01-3).

o que pode ser explicado também como um reflexo da língua oral.

Eve Stweetser (1993:77) demonstra que as conjunções não são meros nexos sem sentido, mas são dotadas de valores semânticos diversos. Segundo a autora, as conjunções podem ocorrer como: 1) conjunções de conteúdo; 2) conjunções epistêmicas e 3) conjunções do discurso. O contexto determina o tipo da conjunção a ser empregada.

Analisando o emprego da conjunção **e**, no português contemporâneo, verifica-se que:

(i) é conjunção de conteúdo, em frases do tipo:

> *João comeu maçãs* ***e*** *peras*
>
> ou
>
> *Maria obteve o título de mestre em Educação* ***e*** *o título de mestre em Letras.*

em que se somam dois itens ou dois fatos cuja ordem pode ser trocada, sem que haja mudança de sentido;

(ii) é uma conjunção epistêmica, nos casos em que liga fatos lógicos, que indicam uma possível conclusão:

> *- Maria viajou mesmo para Londres ontem à noite ?*
> *- Bem, ninguém ligou de Londres perguntando por ela, suas malas não estão aqui* ***e*** *João disse que a substituirá em sala de aula esta tarde.*

Conclusão: *ela viajou*.

(iii) é uma conjunção do discurso, quando liga atos da fala:

> *Boa noite* ***e****, por favor, feche a janela ao deitar.*

Nos textos de língua falada consultados, encontram-se, com efeito, exemplos do **e**:

(i) como conjunção de conteúdo:

> *... eu como muito... eh... verduras* ***e*** *carne...* (RJ, inf. 328, l.11).

> *... é muito pesada* ***e*** *é engraçado como isto influi...* (RJ, inf. 328, l. 358).

(ii) como conjunção epistêmica:

> *... agora a NP está em casa, não é? já me ajuda a lavar senão é para o tanque, depois deixo aqui as panelinhas* ***e*** *tal* ***e*** *corro até o tanque...* (PF, inf. 0075, l. 13-5).

Conclusão: a vida é sempre corrida, não há tempo para nada.

(iii) como conjunção do discurso:

> *... sem se preocupar com combinar cores... se a calça está bem passada... se a blusa está bem passada...* ***e*** *algumas vezes até pouco limpos...* (RJ, l. 97-9).

> *... então só através de museu* ***e*** *pra haver museu existe alguém especializado nesse museu...* (Re, inf. 090, l. 733-4).

Como encadeador da narrativa, os exemplos são abundantes:

> *...* ***e*** *ouvi vejo* ***e*** *como eu estava falando...*
> *Eu pessoalmente não... não vejo muita utilidade disso mas...* (SP, inf. 295, l. 592-4).

> *...* ***e*** *terças e quintas então que eu tenho oportunidade de:: jantar em casa... então aí eu faço uma refeição mais completa...* (SP, inf. 282, l. 16-8).

> *... fiz o meu primeiro ano... foi onde eu aprendi a ler...* ***e*** *portanto... foi o primeiro contacto com... esse tipo de vida...* (SP, inf. 295, l. 04-7).

> *Não tinha esses instrumentos que tem hoje* ***e****... e de sorte que quem tocava na banda também tinha uma vantagem.* (POA, inf. 006, l. 70-2).

> *... muito pequenina,* ***e*** *então tem o saquinho aqui,* ***e*** *portanto, o, quando a serra vem, ele diz que se nota perfeitamente que é impossível que... a... nota-se perfeitamente que a serra vem até mais baixo que o corpo da rapariga, mas ela, de si própria já deve encolher a barriga quando a serra...* (PF, inf. 0029, l. 44-9).

Uma vez que os textos do português arcaico consultados para esta pesquisa não são transcrições de textos de língua falada, neles, o **e**, empregado como conjunção, aparece apenas com o seu valor de conjunção de conteúdo, como em:

> *E entam foi o scudeiro a rei Bam de Maguz e perguntou-o se era chagado...* (Dem., Cap. XLIX, l. 12-3).

É possível, entretanto, que, no português arcaico falado, a conjunção **e** também funcionasse como conjunção do discurso, uma vez que, nos textos escritos, já aparece como encadeador da narrativa.

Empregado como encadeador da narrativa, como um mero operador de seqüencialização, o **e** experimenta um certo esvaziamento de sentido, perde um pouco do seu valor 'aditivo' para, simplesmente, indicar a continuação da narrativa.

Dá-se, pois, uma abstratização ainda maior do que a que ocorreu no latim, uma vez que se dá uma certa perda de conteúdo semântico.

O processo de gramaticalização da conjunção latina **et**, como se pode perceber, obedeceu à trajetória proposta por Heine *et alii* (1991) e por Traugott e Heine (1991):

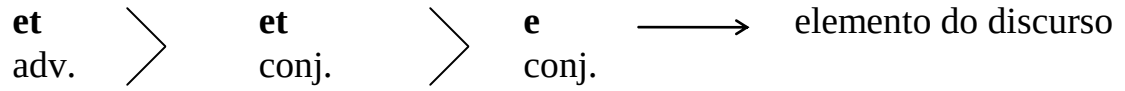
ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

em que o espaço é o ponto de partida para o processo de gramaticalização, podendo ou não haver, a aquisição da noção de tempo, antes de chegar ao texto.

O sentido inicial 'além de', do advérbio **e➲ti** do indo-europeu, transmitido ao advérbio **et**, do latim arcaico, continha, em si, a noção de um **espaço maior**, uma vez que constituía uma adição. Essa noção de espaço somado ao anterior persistiu ainda, quando o advérbio tornou-se uma conjunção aditiva. No latim, houve, pois, uma recategorização, uma mudança de classe gramatical, mas não houve, propriamente, uma mudança de conteúdo semântico.

Um certo esvaziamento do valor semântico ocorre no português, quando a conjunção, além de conjunção de conteúdo ou epistêmica, adquire o valor de conjunção do discurso, isto é, quando se processa a discursivização.

Latim > Português



‘além de’ ‘também’ ‘adição’ ‘adição’

No encadeador **e**, há, contudo, “marcas” do seu primeiro sentido. A escala de abstratização se processa, mas o sentido básico, espacial, é conservado.

A conjunção **e** é empregada, no português, desde o séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
E						

4.1.2 **Ca** (arc.)

A conjunção **ca**, cujo emprego restringe-se ao português arcaico e início do moderno, aparece, no *corpus* consultado para esta pesquisa, como conjunção explicativa ou causal, comparativa, consecutiva, integrante e ainda como pronome relativo.

A conjunção explicativa ou causal **ca** ‘porque’, ‘pois’ provém, como afirma Corominas (1991: s.v. **ca**), da conjunção causal latina **quia**; a comparativa, do pronome interrogativo latino **quam**; a integrante, do pronome interrogativo-relativo latino **quid** e o pronome relativo, do pronome relativo-interrogativo **quod**. Há quem, como Câmara Jr. (1979), aponte também o étimo **quod**, para a conjunção causal. No latim arcaico, empregava-se preferencialmente **quia**; no latim clássico prevalecia a forma **quod** que continuou a ser usada no período seguinte, ainda que não por todos os escritores (Climent 1956: 351). Por mudanças fônicas, essas formas vieram a confluir numa única forma **ca**, que, por sua vez, confundiu-se com a forma **que**.

O estudo do emprego e evolução desse item conjuncional revela a ocorrência de trajetórias distintas: a percorrida pelo **ca** explicativo ou causal e a percorrida pelo **ca** integrante, comparativo e relativo. Tem-se assim, o **ca**^{1} (explicativo ou causal) e o **ca**^{2} (integrante e comparativo).

Ca[1]

Como conjunção explicativa ou causal, o **ca** ocorre, na língua portuguesa, do séc. XIII ao XVI; apresenta, no séc. XIII, a variante gráfica **qua**, de uso restrito:

> *Estes ataes nõ seiyã deffendudos, **ca** que↓ a eygreya nõ quiser onrrar nen envergunar ne↓ temer a ygreya nõnos deue a emparar.* (FR, liv. I, l. 350-2).

> *E sse el rey non quer fazer digau ante dous ou ante III de sa casa e de ssa corte. E se llo non quiser enmendar demandeo per todos assy como perteece a preyto e come dereyto de o braadar, **qua** en tal maneyra queremos onrra del rey que lhy nõ tollamos seu dereyto a nenguu.* (FR, liv. I, l. 168-70).

> *E da virgen vassala de Nosso Senhor que jaz cortada de féver que á, non curedes, **ca** des aqui en deante non averá féver nen Basílio demandará.* (DSG, 1.5.73).

> *Assi, o sojeito de que tráta a virtude, peró que seja máis puro que ô da vergonha, nem por isso leixa ela de ser louvada, por razóm dos efeitos que dela proçedem, **cá** denotam ânimo generoso.* (DVV, p.420, l. 02-5).

Como acontece com o **e**, o **ca** ocorre também como encadeador da narrativa:

(i) em posição inicial absoluta:

> ***Ca** el-rrei mandou lavrar seiscentas arrovas de cera, de que fezerom cinquo mill cirios e tochas.* (CDP, Cap. XIV, l. 36-8).

(ii) também em posição inicial, mas seguido de um elemento conjuncional coordenativo explicativo ou subordinativo causal, temporal, modal:

> ***Ca** por esto o senhur deve a responder se quiser.* (FR, liv. II, l. 36).

> ***Ca** desque Deus formou Adam, nunca homem tam deslealmente foi traudo como eu som daquele de que eu fiava sobre todolos home↓es do mundo.* (LRR, Cap. VIII, l. 09-12).

Aparece, no *corpus*, precedendo as seguintes conjunções:

Coordenativas

Explicativa	Causais
por esto	poys que pois pero que

Subordinativas

Temporais	Modal
depoys que des que	assi como

Ca é o conectivo explicativo mais empregado no português arcaico.

A conjunção **ca**, causal, não sofreu gramaticalização, ao passar do latim para o português, uma vez que, já no latim os pronomes **quia** e **quod** funcionavam como conjunções causais. No português, entretanto, a conjunção adquiriu, por um processo metafórico, o valor semântico explicativo, próximo ao causal e passou a ser um encadeador da narrativa, isto é, um item do discurso. Deu-se, pois, a discursivização.

Como afirma Mattos e Silva (1989a:690), alguns estudiosos do português antigo atribuem, ao **ca** explicativo, o valor causal. Huber (1986 § 430,4) classifica o **ca** como conjunção coordenativa causal; Epiphanio Dias (1959:277), como subordinativa causal; Carolina Michaëlis (1922: s.v. **ca**) e Said Ali (1964:221), sem discutirem se é subordinativa ou coordenativa, classificam-na respectivamente de consecutiva e causal.

Ranchhod (1982:304) distingue entre as conjunções causais: 1) os elementos conjuntivos que introduzem uma proposição sintaticamente subordinada à outra, estabelecendo entre as duas uma relação lógico-semântica de causa e efeito; 2) os elementos conjuntivos que podem ser morfologicamente idênticos aos anteriores, mas que reúnem proposições cuja relação sintática se assemelha mais à coordenação que à subordinação. Esses nexos, do ponto de vista semântico, não expressam propriamente causa, mas introduzem uma proposição explicativa que acrescenta uma informação ao que foi explicitado na oração anterior. A autora considera a conjunção **ca** (única conjunção causal herdada diretamente do latim **quia**) aquela que, na maior parte das vezes, preenche os requisitos desse segundo tipo de elemento conjuntivo.

Para Mattos e Silva (*ibid.*: 690) a dificuldade para a classificação dessa conjunção é de natureza sintática e semântica e reside no fato de estarem os enunciados introduzidos por **ca** na zona limítrofe da coordenação e da subordinação. Baseada nos argumentos sintáticos de que: 1) o enunciado introduzido por **ca** sempre sucede, como em qualquer

coordenada, ao enunciado a que se liga, explicitando-o; 2) o **ca** ocorre também iniciando enunciados precedidos de ponto, o que indica a independência sintática e semântica dos mesmos, Mattos e Silva considera mais adequado classificar esse item conjuncional como um conector coordenativo explicativo e não como subordinativo causal.

Olinda (1991), na dissertação de Mestrado intitulada *Pois e ca: mudanças semânticas e sintáticas no português arcaico* (com base num *corpus* constituído por documentos dos sécs. XIV a XV), afirma ter encontrado 727 ocorrências do **ca** distribuídas entre o **ca** explicativo, o comparativo, o integrante e o encadeador. Segundo a autora, no séc. XIV, o **ca** era preponderantemente explicativo; depois tornou-se quase que exclusivamente explicativo, enquanto decaiu como comparativo e integrante ou como encadeador da narrativa.

Examinando o FR e os Lus., textos, respectivamente, dos sécs. XIII e XVI, como *corpus* de controle, Olinda verificou, no primeiro, o emprego do **ca** relativo e, no último, a ausência total da conjunção.

Interessante, na história da conjunção explicativa **ca**, é a sua relação com as conjunções **pois** e **pois que** (cf. 4.2.1.2).

Como conectivo explicativo, o **ca** alternava com **pois** e **pois que**:

Ca explicativo ~ **pois, pois que**

Como encadeador da narrativa, apenas com o **pois**:

Ca encadeador da narrativa ~ **pois**

Por sua vez, a conjunção **pois** temporal alternava com **pois que** e **depois que** e, como explicativa, com **pois que** e **ca**.

Ca[2]

Como conjunção integrante e como pronome relativo, como já foi explicitado anteriormente, o **ca** provém dos pronomes interrogativos e relativos latinos **quid** e **quod**, no acusativo neutro singular; como comparativa, do pronome interrogativo latino **quam**. Por mudanças fônicas, as quatro formas que deram origem às diversas conjunções e ao relativo **ca** – **quia**, **quam**, **quid** e **quod –** vieram a confluir numa mesma forma grafada **ca** e, às vezes, **que**.

Essa é a razão pela qual, nos textos arcaicos, a forma **ca** alterna com a forma **que**, como integrante e comparativo:

> *E mandou **que** todo o pobuu en huu e cada huu per si obedeecesse↓ aos mandamentos de seu rey e que o amasse↓ e guardassem e onrrasse↓ e prezasse↓ e **que** guardasse↓ sa forma boa e ssa onrra come seus coorpos mesmos. **Ca** diz a Sancta Escriptura **que** nõ é huu **mayor** enmigo **ca** aquel que dana a boa fama do outro.* (FR, Cap. I, l. 131-6).

Nesse exemplo, o **ca** aparece como encadeador da narrativa e como segundo termo da correlação subordinativa comparativa **mayor... ca**, enquanto o **que** ocorre como conjunção integrante.

No exemplo seguinte, o **ca** é conjunção coordenativa explicativa, conjunção subordinativa integrante e membro da correlação comparativa **peyor ca**.

> *Se alguu ome disser **ca** perdeu cousas que tija en encome↓da, pero queyra iurar que se perderõ, déo o seu a seu dono, se outras cousas das suas non perdeu cu↓ ellas, **ca** nõ é razõ de seer se↓ culpa, poys que as cousas que ten en encome↓da guardou **peyor ca** as suas.* (FR, liv. III, l. 1059-63).

Como pronome relativo, o **ca** ocorre, uma única vez, no FR, documento do séc. XIII, num enunciado em que está também presente o **ca** integrante:

> *... moyra poren assy como o senhor quiser e perça quanto ouuer e seya en poder del rey e nõ se possa escusar per que diga **ca** o fez per mandado do senhor **ca** lho mandou fazer.* (FR, liv. IV, l. 230-8).

Ca alterna com o **que**, como segundo termo das correlações comparativas (de superioridade ou inferioridade) ou de correlações consecutivas (cf. 4.8.1).

Como conjunção integrante, **ca** não experimentou gramaticalização, uma vez que **quod** já era, em latim, também uma conjunção integrante. Já havia, pois, no próprio latim experimentado uma recategorização: pronome > conjunção.

O mesmo se pode dizer da conjunção comparativa **ca**, já que **quam**, no próprio latim, havia experimentado a recategorização pronome > conjunção e funcionava como conjunção comparativa.

O **ca** pronome relativo também passou do latim ao português com a mesma classe gramatical.

Latim	Português

quia > **ca** (explicativo ou causal)
conj. causal

quam > **ca** (comparativo)
conj. comparativa

quid > **ca** (integrante)
quod
conjs. integrantes

quod > **ca** (pron. relativo)
pron. relativo

A partir dos dados obtidos por Olinda (1981) e dos dados obtidos nesta pesquisa, podem-se apresentar as especificidades do emprego do **ca**, assim como as datas de aparecimento e desuso desse item conjuncional:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Ca						
Explicativo						
Comparativo						
Integrante						
Encadeador						
Relativo						

Como comparativo, integrante e relativo, o **ca** alternava com o **que**

ca comparativo ~ **que**
integrante ~ **que**
relativo ~ **que**

Como explicativo, como já foi especificado, alternava com **pois** e **pois que**:

ca explicativo ~ **pois, pois que**

Como encadeador da narrativa, alternava apenas com o **pois**:

ca encadeador da narrativa ~ **pois**

Por sua vez, a conjunção **pois**, temporal, alternava com **pois que**, **depois que** e, como explicativa, alternava com **pois que** e **ca**. (cf. 4.2.1.2).

4.1.3 Como

Proveniente de **quo➲mo→**, forma apocopada do advérbio interrogativo latino **quo➲mo→do→**, 'como' (Nascentes 1955:534), a conjunção **como** ocorre, no português arcaico, expressando relações de modo, causa, comparação, finalidade, tempo e ainda como segundo termo das correlações comparativas **tanto... como**, **assi... como**, ou das correlações modais **como... assi** e **bem como... assi**.

Como era o advérbio interrogativo latino ao qual respondiam os advérbios de modo. Já na baixa latinidade, **como** expressava uma relação de causa (Ernout e Meillet 1951: s.v. **quo➲mo→do→**). Passando à língua portuguesa como conjunção, **como** expressou, inicialmente, a relação de modo já presente no advérbio latino, relação que se conservou, através dos séculos, até o português contemporâneo. Assim, ocorre nos documentos do séc. XIII, apresentando as variantes **en como** e **em como**:

> *E se o alcayde ente↓der que diz cousa sen guysa, amesure as **en como** uir por ben, assy que ante diga de meos ca de mays.* (FR, liv. III, l. 1027-9).

> *E sabede que, quantos i stavam se pagavam **em como** el parecia.* (Dem., Cap. VI, l. 02-3).

> *E fez **como** lhi mandou o santo homen.* (DSG, 2.8.16-7).

No séc. XIII, **como** expressa as relações de comparação e tempo: a relação de tempo perdura até o séc. XVII e a de comparação ainda permanece no português contemporâneo escrito ou falado:

> ***Como** Boorz se partio do cavalleiro e da donzella, (e) foi-se o mais toste que pode contra u cuidou que mais asinha poderia achar seu irmão.* (Dem., Cap. CLXX, l. 22-3). - relação de tempo.

> *E se muytos herdeyros fore↓ e a cousa for que se possa partir,* ***como*** *dyeyros ou bestas ou outra coisa tal, segundo que huu deuia erdar, assy receba sa parte, e se for cousa que nõ se possa partir* ***como*** *cauallo ou mu↓a ou outra cousa qual quer, aiunte↓sse os herdeyros e recebano...* (FR, liv. III, l. 1108-13) - relação de comparação.

No séc. XIII, ainda, **como** ocorre, expressando a relação de causa, valor semântico que também se conserva no português contemporâneo e a relação de finalidade já não empregada:

> *E daqui pareçe que este defeito mais está nôs de pequena fortuna que nôs de grande estádo, porque estes,* ***como*** *nam tem amor ou temor, dévem ser livres desta paixam.* (DVV, p. 449, l. 18-20).

> *"Como", disse el, "nom vos poderei eu aver se nom por morte de vosso padre?" "Certas, nom", disse ela. "Pois eu me trabalharei, como moira", disse el.* (Dem. Cap. DCXVII, l. 20-2).

No séc. XVI, assume o valor conformativo, que também possui no português contemporâneo:

> *Tervosey e↓ merce mandarme a provisão* ***como*** *vos mandey pedir.* (CT, 152, l. 11).

> *O primeiro sermão deste livro é o que eu quisera,* ***como*** *peço, lessem todos com a atenção que a matéria merece...* (CVB, CLXXXIX, l. 49-50).

A trajetória da conjunção **como** pode ser assim esboçada:

	séc. XIII	séc. XIV	Séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Como						
Modal						
Temporal						
Conformativa						
Comparativa						
Causal						
Finalidade						

A passagem de advérbio interrogativo de modo à conjunção modal é facilmente explicada: houve a recategorização, sem que houvesse uma mudança de conteúdo semântico. O fato de a conjunção **como** poder expressar uma relação de causa, também, uma vez que, no baixo latim, **como** já expressava uma relação de causa, o que significa já ter havido, no latim, uma semanticização.

Quanto às relações de comparação e conformidade, um estreito limite se verifica entre essas relações e a relação de modo.

Pode-se dizer ser a relação de modo mais abrangente, englobando as relações de conformidade e comparação. As três relações apresentam características distintas do ponto de vista sintático e/ou do ponto de vista semântico.

A relação de comparação se distingue das demais por um critério sintático: o de dar margem à elipse de termos. Do ponto de vista semântico, as conjunções comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação:

*Os atos falam **mais que** as palavras.*[2]

As relações de modo e de conformidade se estabelecem entre orações que não possuem termos repetidos, daí não permitirem elipse de termos. Elas se distinguem por um critério semântico: a relação de conformidade se refere a algo, isto é, a algum fato que induz a realização de outro; há uma conformidade entre o pensamento expresso na oração subordinada e o da oração principal.

***Como** João me falou, é bom que saiamos hoje, mais cedo.*

Percebe-se que "o fato de sair mais cedo" é, de certo modo, uma conseqüência, ou melhor uma ação que se realiza em virtude de outra que a induz.

---

[2] Mattos e Silva (1989: 723) denomina de comparação proporcional "a que se apresenta nas correlações com **tam**, **tanto** e **quanto** relacionáveis com quantificadores comparativos de superioridade ou de inferioridade, do tipo:

quanto mais... tanto mais
quanto mais... meos
tan mais pouco... quanto moor
quanto mais... tanto mais pouco
quanto mais... tanto meor"

Essas correlações, entretanto, parecem distinguir-se dos itens conjuncionais comparativos propriamente ditos do ponto de vista sintático e do ponto de vista semântico. Do ponto de vista sintático, por não permitirem a elipse de termos; do ponto de vista semântico, por indicar a oração proporcional, o motivo que determina a conseqüência expressa na oração principal, não se tratando, pois, propriamente, de uma comparação.

A relação de modo não possui esse caráter de indução, ela apenas indica o modo ou a maneira como uma ação se processa.

> *As crianças estão brincando sossegadas **como** os pais apreciam.*
> *Esses alunos fazem provas em silêncio, **como** todas as provas devem ser sempre feitas.*

Dessa maneira, pode-se afirmar ter a relação de conformidade expressa pelo **como** surgido por uma pressão da informatividade, por uma necessidade de tornar mais clara a noção de dependência entre as orações.

A N.G.B. (1959), na sua nomenclatura oficial, inclui as conjunções conformativas. Antes apenas apresentava as conjunções modais, ao lado das conjunções comparativas. Ao retirar as conjunções modais, entretanto, a N.G.B. não percebeu existir uma conjunção que expressa o modo e não pode ser incluída entre as comparativas ou conformativas. Trata-se da conjunção **sem que**, que apenas pode expressar relações de modo ou condição:

> *O jovem saiu, **sem que** fosse visto* - relação de modo.
> *Não irei à festa, **sem que** ele me mande o convite* - relação de condição.

A relação temporal, freqüentemente expressa pelo **como**, no séc. XIII e que permaneceu até o séc. XVII, pode talvez ser explicada pela semelhança fônica com a forma **cum** (**quom**), latina, que exercia, em latim, também, a função de conjunção temporal (Rubio 1983:321).

> ***Cum** varices secabantur C. Mario, dolebat* 'Quando operavam a C. Mario de suas varizes, ele sentia dores' (Cic. Tusc., 2.35).

O emprego causal é reminiscência do emprego causal latino, que, como afirmam Ernout e Meillet (1951: s.v. **quo❾mo→do→**), já existia desde a baixa latinidade.

Como causal, a conjunção **como** experimentou um processo de sintaticização em relação ao português arcaico. Enquanto, no português arcaico, a conjunção causal **como** era empregada em posição interfrástica, hoje ela ocorre apenas em posição inicial no período. Essa inibição à variabilidade posicional indica um maior grau de gramaticalização (Neves e Braga 1998:198).

Tem-se, pois, exemplos de vários processos de gramaticalização, a partir do latim:

Latim > Português
quo➲mo➔do **como**

adv. de modo ⟩ conjunção: relações de modo causa ⟩ adv. de modo e conjunção relações de modo ⇀ comparação ↘ conformidade; causa → finalidade; tempo

Processo Geral:
Recategorização:
advérbio > conjunção

Latim > Português

advérbio > advérbio
conjunção > conjunção

Processos específicos:

(i) conjunção modal ⇀ comparativa ↘ conformativa

Passando de conjunção modal a comparativa ou conformativa, a conjunção **como** experimentou a aquisição de conteúdos semânticos específicos, por processos metafóricos.

(ii) conjunção causal: gramaticalização ocorrida ainda no latim;

(iii) conjunção final: possivelmente, por analogia ao emprego da conjunção **porque**, como conjunção causal e final;

(iv) conjunção temporal: emprego também possivelmente analógico, em virtude da semelhança fônica com a forma **cum ~ quom**, conjunção temporal latina.

4.1.3.1 Como se ~ como que

A conjunção **como** associa-se às conjunções **que** e **se**, condicionais, constituindo as conjunções comparativas hipotéticas: **como que** e **como se**.

Como se ocorre já em textos do séc. XIII, enquanto **como que** só aparece em textos dos sécs. XV e XVI, coocorrendo com a conjunção **como se**.

> *E sabede que seredes honrados e servidos a meu poder **como se** fossedes em casa de rei Artur.* (Dem., Cap. LXX, l. 21-3).
>
> *E enton levantou-se huum vento **como se** veesse do ceo.* (DSG, 1.9.5).
>
> *... não me deixa a compreisão esquecer que sou mortal, ne↓ me tolhe trabalhar no a que vim, **como se** fora bem desposto...* (CIL, XLVIII, l. 09-10).
>
> *E crede que niso levarey tanto cõtentamento e gosto **como se** fosse minha cousa.* (CIL, VII, l. 16-8).
>
> *... mostrou o dedo perao ceeo **como que** lhes dizia algu↓ua cousa debem...* (CC, fol. 12v. l. 07-8).
>
> *... e eu dos últimos, com o Padre Francisco Ribeiro, **como que** nos íamos despedir deles ao navio.* (CVM, LV, l. 147-9).

Como se é encontrada no elenco das conjunções subordinativas apresentado pelos gramáticos contemporâneos que a classificam de conjunção comparativa, como é o caso de Rocha Lima (1987) e Celso Cunha (1985). É bastante empregada na modalidade oral ou escrita do português contemporâneo:

> *... como esse relacionamento humano que é tão providencial na época da gente porque hoje em dia já se fala nisso **como se** fosse lugar comum...* (Re, inf. 090, l. 109-12).
>
> *... então é **como se** fosse um estágio.* (SSA, inf. 301, l. 188).
>
> *... e tudo mais e portanto eles sabem que são os pais que lhes dão os presentes, no entanto dizem aquilo **como se** fosse realmente o menino Jesus, eles dizem mesmo.* (PF, inf. 0956, l. 18-20).

Cruzeiro (1973:463) afirma que o **se** junto ao **como** possibilita maior liberdade à comparação, pois *se por um lado o modo hipotético pode tirar-lhe a força; por outro, a irrealidade que lhe é própria, permite levar à procura de um termo de comparação mais ousado*, o que a torna mais fluida e, conseqüentemente, menos impressiva que a simples comparação com: **como** ou **mais... que**.

Como que não é citada nos compêndios de gramática normativa. Ocorre, entretanto, nos diálogos do PF consultados para esta pesquisa:

> *... não não vêem nada, por (...) a senhora veja, porque tanto faz estar sol,* ***como que*** *esteja a chover,* ***como que*** *esteja a fazer neve,* ***como, como que*** *esteja a nevar,* ***como que*** *esteja a fazer um gelo tremendo* (140-2).

Não aparece nos diálogos do Projeto NURC que também fizeram parte do *corpus* em estudo. É, entretanto, bastante empregada no português falado do Brasil.

Pode-se, pois, apresentar os períodos correspondentes ao emprego dos dois itens conjuncionais:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Como que[3]						
Como se						

No PF, **como que** ocorre ainda como uma locução de realce, emprego também freqüente no português falado do Brasil:

> *... mas depois conheci casos concretos e a partir daí eu comecei* ***como que*** *a sofrer também.* (PF, inf. 0956, l. 18-20).

Vê-se, pois, que **como que** experimentou, mais uma vez, uma gramaticalização, ao perder o seu conteúdo semântico comparativo-hipotético e a sua função sintática de item conjuncional, passando a funcionar como uma mera expressão de realce.

A gramaticalização desses itens conjuncionais parece ter ocorrido por um processo de reanálise, isto é, de reinterpretação dos termos no período. A conjunção comparativa **como**, ocupando a última posição na sentença, em virtude da elipse de um verbo, idêntico ao da oração anterior, seguida de uma oração condicional iniciada por **que** ou **se** foi interpretada como formando com essa conjunção um só item conjuncional de significação mais abstrata, para expressar uma relação de comparação hipotética. As duas conjunções associam-se, mas conservam os seus conteúdos semânticos de origem: o comparativo e o hipotético.

[3] Esta conjunção não foi documentada nos textos do séc. XVII consultados para esta pesquisa. Como, entretanto, ainda se conserva no português falado contemporâneo, pode-se supor que nunca tenha caído em desuso. O período em que não foi documentado o seu emprego é, assim, indicado com linhas interrompidas.

4.1.3.2 Como quer que

Constituída da associação da conjunção **como** com a fórmula de indeterminação **quer que**, formada da 3ª pessoa do singular do indicativo presente do verbo **querer**, seguida da conjunção **que**, **como quer que**, ocorre na língua portuguesa, do séc. XIII ao final do séc. XV, como conjunção concessiva, em posição interfrástica ou inicial no período:

> *Mas **como quer que** as aventuras soiam aver aas festas grandes em esta [casa], eu sei bem que o dia doje nom fallecerám, ante veerám e as mais grandes e as mais maravilhosas que nunca veerom, [assi mo adivinha] meu coraçom.* (Dem., Cap. VIII, l. 32-5).

> *Mais o monge que tiinha o celeiro, **como quer que** o ouvisse, perlongoo-u e non comprio logo o mandato do santo homem.* (DSG, 2.28.5).

> *E **como quer que** o el-rrei muito amasse, mais que se deve aqui de dizer, posta adeparte toda bem querença, mandou-ho tomar em sua camara e mandou-lhe cortar aquelles membros que os home↓es em moor preço têm...*(CDP, Cap. VIII, l. 47-50).

Foi documentada também no *corpus*, especificamente no FR (séc. XIII), em construções em que é evidente o valor modal da conjunção **como**, funcionando **quer que** como um recurso sintático para expressar a indeterminação:

> *E se nõ ouver nada a <ey>greia receba todo o seu **como quer que** seya achado* (FR, liv. I, l. 244-5)

Mattos e Silva (1989:718) afirma que, nos *Diálogos de S. Gregório*, **como quer que** é o conectivo concessivo mais utilizado. Ocorre 76 vezes nos quatro Livros, 21 vezes correlacionado a enunciados iniciados pela conjunção adversativa **pero**:

> *Daqueste Libertino, **como quer que** os homens convenhavilmente conten muitas vertudes, pero contar-ch'ei eu, Pedro, hu↓u↓s poucos de miragres.* (DSG, 1.2.35).

A possibilidade de fazer seguir advérbios ou pronomes relativos pelo recurso sintático **quer que**, para indicar a indeterminação, é evidente no português arcaico, pois, ocorrem ainda no *corpus*, as formas **u quer que ~ hu quer que**, **onde quer que, que↓ quer que ~ quenque↓quer que ~ quenquer que, qualquer que ~ qual quer que/quaes quer que ~ qual... quer que** e **quando quer que**, as quais, do mesmo modo que **como quer**

que, parecem ser constituídas de conjunções ou pronomes relativos seguidos do mesmo recurso sintático indicativo de indeterminação:

> *Mays **u quer que** se dé qual cousa quer por di↓eyros e↓ uenda e esto é departime↓to antre uenda e o cãbho.* (FR, liv. III, l. 818-20).
>
> *...e assi lh'os tragiam presos do cabo do rreino e lh'os apresentavom **hu quer que** estava...*(CDP. Cap. VI, l. 22-4).
>
> *... e degradou ell e os filhos a dez legoas d'**onde quer que** el fosse...* (Dem., Cap. V, l. 26-7).
>
> *Qvando alguu ome↓ é teudo de pagar deuida ou fazer outra cousa algu↓a, como casa ou alguu lauor ou outra cousa qualquer a prazo, **que↓ quer que** esta deuida pagar ou fezer o lauor ou a casa que o outro avia de fazer, possao demandar aquel que o auia de pagar ou de fazer, pero que non lho avia mandado de o pagar nen fazer.* (FR, liv. III, l. 1509-14).
>
> ***Que↓quer que** seus seruos casar dize↓do qua sõ liures nõ os possa mays tornar a seruidõe mays fique↓ liures cu↓ todo o seu.* (FR, liv. IV, l. 569-70).
>
> ***Quenquer que** achar caminho ou carreyra usada que seya sarrada, desfaçaa toda. E o ualladar e a sarradura **qualquer que** seya sen cooma nenhu↓ma.* (FR, liv. IV, l. 357-9).
>
> *Se naue ou galea ou mauyo **qual quer que** perigoar en mar ou u for, mãdamos que o nauyo con todalas cousas que en el andare↓ seiã daqueles que ante eram ante que o nauio periguasse ou quebrasse.* (FR, liv. IV, l. 1225-8).
>
> *Os ricos omees e os infã[ções] ou outros **quaes quer que** teuere↓ terra del rey e lhy ouuere↓ de fazer hoste cu↓ caualeyros e nõ leuar tãtos como deue, ou se os leuar [e] os enuiar ante que deuia, perça a terra e os marauidis que aquelles caualeyros teem que non ueerõ.* (FR, liv. IV, l. 955-9).
>
> *Mays **qual** hora **quer que** sabhia dalguu erege / / (fol.130r) logo o faça saber ao bispo da terra ou a que↓ teuer sas uezes e as iustiças da vila e todos seyã teudos de os prender e os recabedar.* (FR, liv. IV, l. 28-31)
>
> *Mays se pella uentura / / (fol. 119r) aquel a que for feyta a doaçõ a receber ou se lhi foy dada per carta e a carta ouuer en seu poder e depoys destas cousas ou algua dellas daquelhas que lhy fore↓ dadas der aaquel que llas deu que as tenha en seus dyas e lhy soffrer que as tenha, per isto nõ perça nada do seu dereyto **quando quer que** moyra o outro.* (FR, liv. III, l. 947-53)

Como se pode verificar, **qual quer que** ocorre no séc. XIII, na forma não cristalizada, permitindo a inserção de itens lexicais entre os seus termos.

Todas essas formas são ainda utilizadas pelo português contemporâneo, com exceção de **u quer que ~ hu quer que** em que **u ~ hu** foi substituído pelo **onde**.

Montero Cartelle (1992:118) afirma que a conjunção concessiva **comoquier**, ao contrário da conjunção portuguesa, teve um caráter esporádico na língua castelhana, até a segunda metade do séc. XIII. Seu uso, entretanto, posteriormente intensifica-se e prolonga-se por todo o séc. XV, quando o processo de desaparecimento de **maguer** estava já praticamente consumado, o que permite supor uma certa complementariedade entre ambas.

O processo de gramaticalização experimentado pela conjunção castelhana parece ter-se efetuado, como explica Montero Cartelle (*id. ibid.*:120) através das seguintes fases que podem também ter ocorrido com a conjunção portuguesa:

(i) as construções constituídas de advérbios ou pronomes, seguidos da fórmula de indeterminação **quer que**, pelo seu caráter genérico, impunham o emprego do verbo no modo subjuntivo;

(ii) **como quer que** perde o valor semântico original e assimila o valor potencial do subjuntivo;

(iii) a restrição modal perde a vitalidade e o indicativo passa a ser também empregado.

O valor concessivo foi, assim, alcançado por um processo metonímico em que foi fundamental a presença do subjuntivo e a necessidade imposta pelo contexto.

Como conjunção concessiva, **como quer que** parece ter ocorrido até o final do séc. XV, pois não foi documentada em textos posteriores a essa época.

Hoje, **como quer que** funciona como conjunção modal, equivalendo à conjunção **como** seguida da fórmula de indeterminação **quer que**, a qual, como já foi explicitado, pode também acompanhar outros pronomes ou advérbios da língua portuguesa. Não é, entretanto, citada pelos gramáticos contemporâneos consultados. Pode-se, pois, supor não ter caído em desuso, ser apenas um item conjuncional não muito usado. Tem-se, assim, os períodos correspondentes ao emprego de **como quer que**, nas diversas acepções, na língua portuguesa:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Como quer que (concessivo)						
Como quer que (modal)						

4.1.3.3 **Como**, em correlações

Como explicam Alvar e Pottier (1987:329), **como** já era empregado no latim em correlação com os advérbios comparativos: **asi**, **tale-**, **tantu-**, **tan**.

Desse modo, ocorre, também, no *corpus*, como segundo termo de correlações comparativas de igualdade e de correlações modais (cf. 4.8.2).

A conjunção **como** formou, pois, na língua portuguesa, os seguintes itens conjuncionais:

como → + se = **como se** (conj. condicional)
como → + que = **como que** (conj. condicional)
como → + quer que = **como quer que** (conj. concessiva e modal)

4.1.4 **Ergo** (arc.)

Segundo Faria (1958:267), **ergo** representava, no latim, provavelmente, uma forma composta da preposição **ex +** abl. de um substantivo derivado da forma verbal **rogo**: **ex-rogo > rogo > ergo**. Era, inicialmente, uma preposição e significava, 'partido da direção de', 'por causa de', 'do que foi dito'.

Climent (1956:118-9) afirma que **ergo** era, na sua origem, um advérbio com valor semântico de 'em verdade', 'sem dúvida', mas que, já no período arcaico da língua latina, prevalecia o seu emprego como conjunção:

(i) para indicar a conseqüência de algo expresso na oração anterior:

> *Graecum te maluisti dici. Graece* ***ergo*** *praetor Athenus te saluto.* 'Preferiste chamar-te Grego. Em Grego, pois, eu Pretor Ateno, saúdo-te' (Lucil.)

(ii) para introduzir a conseqüência lógica, nas conclusões de um silogismo. (cf. Cic. Fin. 2, 27)[4]

(iii) para dar um contorno enfático às ordens e interrogações:

> *Dedemus* ***ergo*** *Hamnibalem? dicet aliquis.* 'Entregaremos, então, Aníbal? dirá (ou diria) alguém' (Liv.)

No latim decadente, segundo o autor, **ergo** aparecia, às vezes, com valor adversativo e causal.

A conjunção latina **ergo** é, pois, resultante de um processo de gramaticalização caracterizado por:

(i) morfologização:
ex + rogo > rogo > ergo

(ii) recategorização:
prep + abl. de subs. > advérbio > preposição > conjunção

Percebe-se, ainda, a trajetória percorrida pelo item **ergo**:

ESPAÇO	>	(TEMPO)	>	TEXTO
'partido da direção de'				'por causa (de)'
				'do que foi dito'
				'relação de conclusão'
				'relação de causa'
				'relação de contrajunção'

e a escala crescente de abstratização do sentido concreto, espacial 'partido da direção de' para o de 'por causa de' ou o que expressa uma relação de conclusão, de causa ou de contrajunção.

Trata-se de uma gramaticalização ocorrida ainda no latim que parece ter continuado na língua portuguesa, pois, embora tenha sido empregada na nossa língua apenas até o séc. XV, assumiu, além do sentido conclusivo de origem, sentidos outros e constituiu ainda correlação com a conjunção **ou**.

[4] O autor apenas indica o exemplo.

No séc. XIII ocorre como:

(i) encadeador conclusivo-explicativo:

> *Onde os olhos per si viiam, por que non veen quando se a alma do corpo parte? **Ergo** parece, Pedro, que as cousas que se poden veer non se veen senon per aquelas que se non poden veer.* (DSG, 4.4.67).

(ii) correlação conjuncional alternativa, tendo, como segundo termo, a conjunção alternativa **ou**:

> *Pois que o pessueyro receber a pessoaria doutre↓ en alguu preyto non ha possa leyxar ata que aquel preyto sobre que recebe a pessoaria seya acabado **ergo** per enfirmidade **ou** outro embargo dereyto per que a nõ possa teer...* (FR, liv. I, l. 635-8).

(iii) conjunção concessiva-condicional, seguida da conjunção **se**:

> *Mandamos que quando a eygreya quiser cambyar algu↓a cousa das temporaes que nõ as cãbye senõ cu↓ outra eygreya **ergo se** uir muy gran seu proueyto.* (FR, liv. III, l. 845-7).

No séc. XIV, ocorre, no *corpus* analisado, uma única vez, como conjunção adversativa:

> *E, sem razom nem u↓a, **ergo** per soberva, tomou comigo guerra e começou de me fazer tanto mal que eu foi em tempo que lhe dera o meo de quanto havia, e que me non fezesse mais mal.* (LRR, Cap. VII, l. 36-9).

E uma única vez, também, como conjunção causal, seguida da conjunção **que**:

> *E, assi como da parte de fundo era mui bem chão, assi virom que era da parte de cima mui plano e chão, **ergo que** havia i frestas per que entrava tanto lume per que bem podiam veer quanto i havia* (LRR, Cap. VI, l. 50-3).

No séc. XV, volta a ocorrer com valor semântico conclusivo:

> *E porque das cousas presentes ou que ssom por vi↓ir nom compre aver ne↓hu↓ua memoria, **ergo** das cousas passadas que já acontecerom era necessária a rrenembrança* (CDP, Cap. XXIX, l. 28-31).

No séc. XVI, a conjunção **ergo** já não aparece nos textos portugueses, o que indica o seu desuso, a partir do final do séc. XV.

Como se pode observar, a gramaticalização desse item conjuncional, iniciada no latim, continuou na língua portuguesa através de semanticizações sucessivas.

Do exposto, pode-se, pois, supor que a conjunção conclusiva latina **ergo** tenha passado ao português, inicialmente, com o mesmo valor semântico, funcionando como encadeador discursivo e só mais tarde, no séc. XV, tenha voltado a ser empregada como conjunção. Por um processo metonímico, seguida da conjunção **que**, causal, a conjunção **ergo**, que, no latim decadente, já era empregada como causal, assumiu o valor causal da conjunção **que**, formando com ela um único item conjuncional. Do mesmo modo, também por um processo metonímico, seguida da conjunção condicional **se**, **ergo**, que no latim decadente já era empregada com valor contrajuntivo, assumiu o conteúdo condicional do **se**, formando o item conjuncional **ergo se**, de valor semântico concessivo-condicional. Quanto ao emprego do **ergo**, no português, como conjunção adversativa, pode-se supor ser uma reminiscência do valor adversativo que também já possuía no latim decadente ou o resultado de um processo metafórico ocorrido no próprio português, em que o **ergo**, uma vez possuindo o valor semântico concessivo-condicional, passou a ser empregado sem o **se**, com valor adversativo, uma vez que a relação de concessão nada mais é que do que uma contrajunção atenuada, uma oposição que oferece, entretanto, uma possibilidade para a realização do fato expresso na oração principal. Pode-se ainda admitir que um processo metonímico tenha determinado a assimilação, por parte do **ergo**, do valor semântico alternativo da conjunção **ou** e a constituição da correlação alternativa **ergo... ou**.

Ter-se-ia, pois:

Latim > Português

ergo conclusivo > **ergo** conclusivo

- \+ que = **ergo que** (causal)
- \+ se = **ergo se** (concessivo-condiconal) → **ergo** contrajuntivo
- ... ou = **ergo... ou** (alternativo)

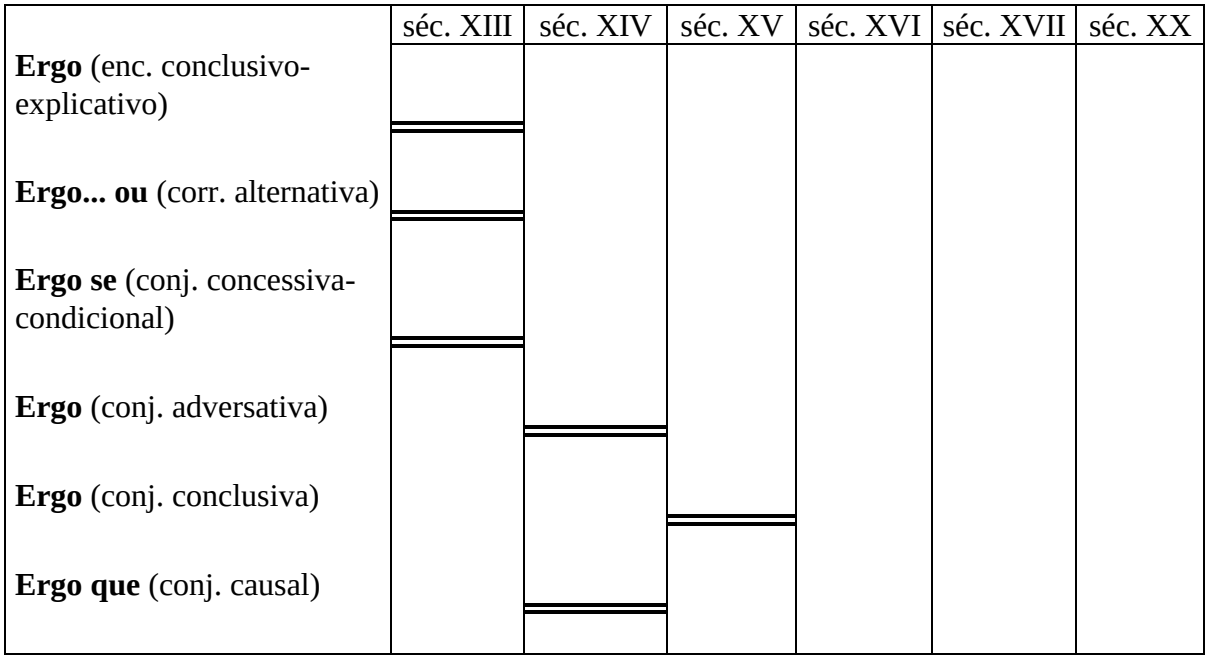
ou

Latim > Português

ergo adversativo ou contrajuntivo > **ergo** adversativo ou contrajuntivo

Deve-se, entretanto, observar que a correlação alternativa, **ergo... ou** ocorreu uma única vez no *corpus*, no FR, podendo, assim, indicar uma idiossincrasia do autor da obra.

Os períodos de utilização da conjunção **ergo** na língua portuguesa, nas suas diversas acepções, podem ser vistos no quadro a seguir:



4.1.5 Nem

Proveniente da conjunção latina **nec**, a conjunção aditiva negativa **nem** 'e não' ocorre, na língua portuguesa, desde o séc. XIII. É a forma nasalada da primitiva conjunção ***ne** que apresenta, no português arcaico, as variantes gráficas **nen** e **ne**↓ (Machado 1959, s.v. **nem**):

> *Quando algu*↓*a molher casada fezer adulteyro cu*↓ *outri, todo ome*↓ *a possa acusar. Mays se o marido a nõ quiser accusar* ***nen*** *er quiser que seya doutre*↓ *accusada, nenguu nõ seya recebudo por accusador en tal feyto...* (FR, liv. IV, l. 404-7).

> *Preyto que seya feyto per medo ou per força, assi como que o tenham en prison ou que se tema de prender morte ou outra pe*↓*a de seu corpo ou desomrra ou perda de seu auer ou outras cousas semelhauijs, nõ ualla,* ***ne***↓ *nenhua carta que seya feyta en tal preyto, saluo o preyto que se faça en prison dereytamente.* (FR, liv. I, l. 718-22).

> *"Senhor", disse Estor, "nom ha rem por que o creesse,* ***nem*** *no creerei nunca, se o nom vir, ca nom averiades depois seer chamado cavalleiro, senam desleal e treedor".* (Dem., Cap. CXLVII, l. 03-5).

Nec, como afirma Gaffiot (1934: s.v. **nec, neque**), possuía também a variante **neque**, e era, primitivamente, em latim, um advérbio de negação. Posteriormente passou a conjunção, ligando itens lexicais e sentenças:

> *... nom eros* ***nec*** *dominos apellabant eos* 'eles não os chamavam nem mestres nem senhores'. (Cic. Rep. 1,64).

> *Cum consules... duxissent* ***neque*** *inventis, in agro hostibus Ferentinum urbem cepissent 'como os consules tinham conduzido... e como não tendo encontrado inimigos no campo, pararam na vila de Ferentinum'* (Liv. 7.9.1).

Ocorria também repetida, estabelecendo uma correlação:

> *...non possum* ***nec*** *cogitare* ***nec*** *scribere* 'não posso nem pensar nem escrever. (Cic. Att. 9.12.1).

Nec passou ao português sob a forma **nem**, como advérbio e conjunção. Como conjunção aditiva, vem sempre precedida de uma sentença negativa à qual acrescenta outra sentença, também de valor negativo.

No exemplo a seguir, ocorre exatamente o contrário: a sentença que contém a conjunção aditiva negativa precede a sentença negativa propriamente dita:

> *"Eu quero", disse ella, "que filhedes vossas armas e subades em vosso cavalo e que vaades pos mim u vos eu quiser levar e eu vos digo que vos mostrarei mui cedo a mais fremosa* ***nem*** *a maior aventura que nunca viu cavaleiro em vosso tempo.* (Dem., Cap. CCCXCVIII, l. 12-5).

Nesse caso, pode-se também admitir que o emprego do **nem** tenha sido condicionado pela oração negativa que se segue. Não se pode, entretanto, afirmar ser essa distribuição um uso normal na época, uma vez que foi o único exemplo encontrado no *corpus*.

Nos textos de João de Barros, o **nem** ocorre também funcionando como advérbio de negação:

> *E q[ue] assi seja,* ***nem*** *por isso julgam os lavradores q[ue] provém isto da maldáde da térra mas da sua grossura.* (DVV, p. 429, l. 22-3).

> ***Nem*** *por eu ter dirigido a su'alteza o trabalho que dizes, devo esperár mais que, por me fazer mercê, ô mandar examinár; e, sendo táes, que póssam aproveitar aos mininos, mandará que se leam em as escolas.* (DLNL, p. 390, l. 12-5).

A conjunção **nem** é bastante empregada no português contemporâneo falado ou escrito:

> *... aliás o brasileiro não sabe...* ***nem*** *quer saber nada sobre plantas...* (RE, inf. 237, l. 370-1).

A gramaticalização desse item conjuncional, como se pode verificar, ocorreu no próprio latim, através da recategorização advérbio > conjunção e da sintaticização, caracterizada pela posição do item na sentença.

Latim	>	Português		
nec		**nem**		
adv. negação	conj. aditiva negativa e alternativa negativa	adv. negação	e	conj. aditiva negativa e alternativa negativa

Pode-se dizer que, na língua portuguesa, a conjunção **nem** conservou o valor semântico e o comportamento sintático que já possuía no latim, pois, se no séc. XIII, apresentava-se repetida mais de duas vezes no período, a partir do séc. XVI, esse emprego foi caindo em desuso e hoje é empregada exatamente como era no latim. Essa restrição no emprego do **nem** pode, entretanto, ter sido ocasionada pela normativização da escrita que passou a considerar deselegante a repetição de termos.

Documentada na língua portuguesa, desde o séc. XIII, essa conjunção ainda é empregada no português contemporâneo, com valor aditivo ou alternativo negativo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Nem						

4.1.5.1 Nem... nem

Repetida, como já era empregada no latim, antes de itens lexicais, sintagmas ou sentenças, constitui a correlação alternativa **nem ~ nem** que ocorre em português, desde o séc. XIII (cf. 4.8.3.2).

4.1.6 Ou

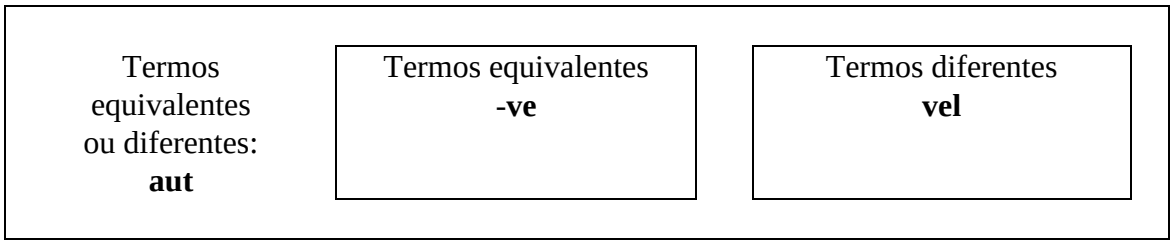
A conjunção alternativa **ou** é proveniente da conjunção latina **aut**, 'ou', formada de um elemento adverbial **au**, acrescido da partícula **-ti** (Faria 1958:267).

Na conjunção disjuntiva latina, observa-se uma organização paralela à da conjunção copulativa. O latim possuía também três formas para expressar a disjunção: duas autônomas **aut** e **vel** e uma enclítica **-ve** que, segundo Rubio (1983:381), podiam definir-se como:

aut	→	alternância
vel	→	alternância + eleição
-ve	→	alternância + eleição + equivalência

Aut era, das três conjunções, a mais empregada e a única que passou às línguas românicas. Era usada para indicar a disjunção ou alternância entre dois termos, quer se tratasse de termos que se excluíam, quer se tratasse de termos equivalentes ou indiferentes a uma eleição.

Vel e **-ve** expressavam uma alternância que estabelecia uma eleição. **-Ve** marcava a alternância entre termos equivalentes; **vel** alternava termos diferentes:



Por incluir **vel** e **-ve**, **aut**, mais abrangente, substituiu as outras conjunções alternativas do latim.

Era empregada, geralmente, entre itens lexicais:

*Verum **aut** falsum.* 'Verdadeiro ou falso'.

podendo também, pleonasticamente, com o mesmo sentido, antepor-se ao primeiro:

> ***Aut** verum **aut** falsum.* ‘Ou verdadeiro ou falso’.

A conjunção **ou** ocorre na língua portuguesa desde o séc. XIV:

> *E pois se juntaran dous homens **ou** tres e viron que a non podiam mover.* (DSG, 2.9.3).

> *Quando el rei dom Rodrigo ouvio dizer tantas maravilhosas cousas daquela casa, pensou em seu coraçom que stava em ela escondido algu↓u grande tesouro **ou** outras cousas de forte segredo, pois que Hércules a mandara guardar con tanta femença.* (LRR, cap. III, l. 83-70).

Sweetser (1993:93) afirma que a conjunção **ou** pode também ser empregada, assim como a conjunção **e**, como: 1) conjunção de conteúdo; 2) conjunção epistêmica; 3) conjunção do discurso.

A autora explica ser o sentido básico do **ou** a reunião de alternativas, de tal modo que uma ou outra pode ser verdadeira:

> ***Ou** irei à praia, **ou** ao cinema..*

e demonstra ser **ou** uma conjunção de conteúdo, quando qualquer uma das alternativas descreve o verdadeiro estado das coisas, isto é, pode ser a correta:

> *Cada domingo, João come panquecas **ou** ovos fritos.*

Nesse caso, há normalmente a expectativa de que qualquer uma das opções será a verdadeira.

Tendo em vista que nossas máximas conversacionais requerem que sejamos tão informativos quanto necessário, em muitas circunstâncias, a informação não é transmitida pela apresentação de duas ou mais possibilidades, mas torna-se mais efetiva se apresenta uma única.

O uso epistêmico de **ou** é exemplificado em:

> *João está em casa, **ou** alguém está pegando seus jornais.*

em que a conclusão parte da evidência dos fatos e não de acontecimentos do mundo real. Há uma previsão, uma interpretação.

Ou é ainda conjunção que reúne atos do discurso, em:

> *Quer maçã **ou** você gostaria de ir para a cama?*

Nesse caso, não há possibilidade de uma leitura do **ou** como conjunção epistêmica ou de conteúdo. Nas formas imperativas e interrogativas, só atos discursivos estão envolvidos. São apresentadas alternativas e o receptor pode escolher uma delas.

Lakoff (1971: *apud* Sweetser 1993:96) menciona os usos simétrico e assimétrico da conjunção **ou** que podem estar presentes em mais de um domínio, ou seja, mais de um tipo de emprego da conjunção.

No emprego simétrico, as duas alternativas são mutuamente exclusivas, mas independentes e equivalentes, podendo sofrer inversão:

> *Na sexta-feira, Maria vai ao cinema **ou** a Itaparica ver os pais.*

No emprego assimétrico, a segunda alternativa depende da primeira, não sendo, assim, um item equivalente e independente:

> *Na sexta-feira, Maria vai ver seus pais **ou** sua tia vai precisar dela no sábado pela manhã.*

Na língua falada, os usos simétricos do **ou** contrastam com os assimétricos:

> *... eu tomo iogurte **ou** coalhada também...* (RJ, inf. 128, l. 618-9).

> *Agora, apenas tem a... o de lá de cima tem uma lua, **ou** é um defeito que eu não sei como é que aquela lua pode surgir ali.* (SSA, inf. 164, l. 137-8).

No *corpus* consultado para esta pesquisa, encontram-se exemplos do emprego do **ou**, apenas como conjunção de conteúdo:

> *Muito desejara eu, pois que não posso de outro modo, ao menos com a pena própria, transladar neste papel alguma parte das idéias **ou** confusões que revolve dentro de si o coração...* (CVB, CXCIX, l. 01-4).

> *Isso aí vai depender muito do... da pessoa que faz a casa, né, **ou** que mora ne casa...* (SSA, inf. 224, l. 125-6).

A conjunção **ou**, empregada isoladamente, ocorre, na língua portuguesa, a partir do séc. XIV:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Ou						

É interessante observar que, nos textos do séc. XIII, **ou** aparece sempre como membro da correlação alternativa **ou... ou**.

A gramaticalização desse item conjuncional ocorreu ainda no latim:

Latim > Português

au + **ti** > **aut** **ou**
adv. > conj. conj. ⟶ item do discurso
alternativa alternativa

No português, ocorreu a discursivização e a conjunção passou a alternar elementos do discurso.

4.1.6.1 Ou... ou

A conjunção alternativa **ou**, repetida, constitui a correlação **ou... ou** que alterna itens lexicais, sintagmas ou sentenças (cf. 4.8.3).

4.1.7 Quando

Quando é o acusativo feminino singular do relativo, **quam**, adverbializado e somado à preposição indo-européia **-do** que significava 'para' (Climent 1956:343). O sentido de **quando** era, inicialmente, 'para o qual' (referindo-se a tempo). No latim, a forma **quando** já era empregada como advérbio interrogativo-indefinido ou conjunção subordinativa que oscilava de sentido, aparecendo com sentido temporal, em Plauto, e com sentido causal, em textos de Terêncio e Cícero.

O sentido inicial do **quando** 'para o qual', referindo-se a tempo, determinou, através de um processo metafórico, o sentido temporal da conjunção e do advérbio interrogativo, fazendo decair o sentido causal. Com o valor temporal de 'em que época', 'em que ocasião', o **quando** passou ao português também, como advérbio ou conjunção:

Pode-se perceber, pois, que a gramaticalização experimentada por **quando** ocorreu no próprio latim e foi constituída de:

1. morfologização:
quam + **-do** > **quando**

2. recategorização:
pronome + preposição > advérbio e conjunção

Nota-se ainda a passagem de um sentido [+ concreto], anafórico, para um sentido [- concreto], o que expressa uma relação de tempo.

A conjunção **quando** substituiu a conjunção latina **cum**, ao mesmo tempo temporal ‘no momento em que’, causal ‘já que’ e concessiva ‘ainda que’ (Meyer-Lubke 1900:669)

A conjunção temporal **quando** que, segundo Rubio (1983:445) e Climent (1956:343), era freqüente no latim falado, embora pouco usual no latim clássico, converteu-se na conjunção temporal mais empregada nas línguas românicas.

Ocorre na língua portuguesa, desde o séc. XIII.

> *Qven sas cousas der en encome↓da possaas demandar **quando** quiser* (FR, liv. III, l. 1138-9).

Ainda no séc. XIII, apresenta, na Dem., a variante **cande**, que parece indicar um reflexo do francês, língua da qual o texto foi traduzido:

> ***Cande** el viu que era Galvam ja são e os outros cavaleiros saiu-se com toda sa oste contra o emperador de Roma...* (Dem. Cap. DCXVIII, l. 05-9).

No séc. XVI, apresenta as variantes gráficas **camdo**, **quãdo** e **quamdo**:

> *... e **camdo** vossa merce pudesse desconfiar da virtude, nã deve crer tal da descreçã, pois bastara tam pouca para se me nã poder provar que soubera parte d’isto;* (CT, CLVII, l. 11-3).

> *Eu tinha dito a Pero Corea, **quãdo** qua veio, que se↓tise o que seria melhor fazerse neste caso*; (CT, CXXXIV, l.03-6).

> **Quamdo** *me sua alteza deu comta das cousas da Imdia, nõ lhe ofereci minha pesoa, porque me pareceo que nõ era seu serviço aceptala...* (CT, CXLI, l. 32-5).

No *corpus* analisado, em um documento no séc. XVII, **quando** ocorre, uma única vez, com valor concessivo. Possivelmente, trata-se de um arcaísmo que reflete o valor concessivo da conjunção latina **cum** que substituiu:

> *... e outras muitas afrontas contra a pureza e generosidade de nosso instituto, que **quando** não sejam verdadeiras, têm muito fundamento para o parecerem* (CVM, LXXX, l. 219-21).

No português contemporâneo, é de uso freqüente na língua escrita e na língua falada, quer em Portugal quer no Brasil:

> *... **quando** havia quem fosse capaz de passar o colarinho e ficar impecável.* (SSA, inf. 203, l. 185-6).
>
> ***Quando** um não podia i(r) que trabalhava o outro ficava, fazia os pontos, passava, né?* (POA, inf. 413, l. 356-7).
>
> *E **quando** está assim que não venta muito, está assim, aquela...* (SSA, inf. 164, l. 141).
>
> *... pra eles... roupa pra eles... desiste... bo,... **quando** eram bebezinhos... era um negócio que funcionava... mas de...* (RJ, inf. 386, l. 131-2).
>
> *... e já tinha mandado pesar a moreia **quando** outro peixeiro que é um enfim moço amigo...* (PF, inf. 0262, l. 96.7).

A conjunção **quando** pode introduzir sentenças com verbos no indicativo ou no subjuntivo; no português falado contemporâneo, as orações iniciadas por **quando** ocupam, preferencialmente, a posição inicial do período, precedidas ou não por um encadeador, podendo, entretanto, ocorrer também em posição interfrástica.

A conjunção **quando** gramaticalizou-se ainda no latim, uma vez que passou ao português com a mesma forma e o conteúdo semântico temporal que já possuía na língua de origem. No português, entretanto, experimentou uma nova gramaticalização, ao transformar-se na correlação alternativa **quando... quando**:

Latim	>	Português	
quando adv. interrogativo de tempo e causa	conj. temporal e causal	**quando** conj. temporal concessiva	conj. alternativa

Os períodos correspondentes ao emprego e desuso da conjunção **quando**, como conectivo temporal ou concessivo, podem ser vistos no quadro abaixo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Quando (temporal)						
Quando (concessivo)						

4.1.7.1 Quando... quando

Repetida, a conjunção **quando** ocorre uma única vez na Dem. (séc. XIII) e volta a ocorrer na CC (séc. XV), como correlação alternativa (cf. 4.8.3).

4.1.8 Que

A conjunção **que** resulta, como explica Câmara Jr. (1985:184), de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra **quid** do pronome indefinido-interrogativo latino e de sua coalescência com uma outra forma neutra **quod**, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve ainda a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa **quam** e da conjunção **quod**.

De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional **que**, para os mais variados padrões frasais.

Que ocorre no português arcaico e moderno como: (i) conjunção coordenativa aditiva; (ii) conjunção subordinativa integrante, causal, comparativa, modal, concessiva, condicional, temporal, final; (iii) segundo termo de correlações conjuncionais coordenativas (adversativas e alternativa) ou subordinativas (comparativas e consecutivas).

- **Conjunção coordenativa:**

Aditiva

> *"Certas" disse Gallaaz, "eu iria por i,* ***que*** *saberia milhor dar cabo a algu↓a aventura; creo que passaria por i mais ligeiramente que vos".* (Dem., Cap. LXIII, l. 21-3).

> *E quando ésta órdem natural se tróca,* ***que*** *os sérvos envergonham aos senhores e ôs que [h]aviam de temer ficam temidos, podemos entám arguir u↓a de duas cousas: ou que a vida e costumes do súdito sam tam justos que ficam desobrigádos da lei da sojeiçám, per aquéla autoridáde de Paulo <I ad Timot. cap. I>: "A lei nam é pósta ao justo".* (DVV, p. 451. l. 04-9).

• Conjunção subordinativa:

Integrante

*Mandamos **que** o que for aprazado subre algua demanda que era rayz ou de mouil e depoys quiser ir en romaria ou e↓ oste ou en outro logar, leyxe pessueyro por sy que responda, <e> se o nõ fezer, o alcayde do preyto faça contra el assy como manda a lee dos que son aprazados e nõ quere↓ uijr fazer dereyto.* (FR, liv. I, l. 697-702).

*E porque era companheiro d[a] Tavola Redonda, quando el rei vio **que** era morto...* (Dem., Cap. IX, l. 1608).

*E quando lhe diziam **que** poinha mui grandes penas por mui pequenos excessos, dava rreposta dizendo assi:* (CDP, Cap. V, l. 87-89).

*E era receio **que** estivessem as cousas do engenho em estado que fossem obrigados, em consciencia, ou a continuar demandas ou, só a tornar a entrar nele;* (CVM, LXIV, l. 761-5).

Causal

*E catou pella nave e nom viu rem, **que** a noite era muito escura.* (Dem. Cap. CCL, l. 15-6).

Comparativa

*E quando o cavalleiro vio que nom o podia spantar disse: Gallaaz, ora vejo eu bem que tu acabarás as aventuras do regno de Logres, ca te vejo esforçado **que** nunca cuidei ver homem tanto.* (Dem., Cap. XLV, l. 19-21).

Modal

*E sse el rey ou o alcayde o quiser per seu offizio saber, possao fazer enas cousas que mãda a ley **que** o pode saber e fazer justiça.* (FR, liv. IV, l. 1053-5).

Concessiva

*Outra promessa vos terria disse Gallaaz, mas esta nom faria eu a poder **que** podesse*. (Dem., Cap. XLV, l. 04-6).

*E **que** todas estas bondades nom houvesse e fosse a pior do mundo seendo vossa filha, devedes-vos a doer do seu mal, pois lhe tanto pesasse como todo mundo vee que lhe pesa.* (LRR, Cap. VIII, l. 43-5).

> ***Que*** *eu tenha todos os descontentamentos do mundo das merces que neste caso me ffazees tenho muito contentamento, porque bem sey que aynda que m'as ffazzees grandes todavia laa vaão leys.* (CT, LXXXIV, l. 01-4).

Condicional

> *Se o padre ou a madre ou os yrmaos ou outros parentes teuere↓ en seu poder manceba escosa en cabellos e nõna casare↓ ata .XXV. anos, <e> ella depoys casar sen mandado delles, nõ perça poren tanto* ***que*** *case cu↓ ome↓ que lhy conuenha.* (FR. liv. III, l. 61-4).

> *Sabe por certo que, se tu negares e per esta guisa quiseres ir, nom pode estar* ***que*** *nom emprenhes...* (LRR, Cap. IV, l. 80-1).

Temporal

> *E el-rei que vio Gallaaz sen scudo disse-lhe: "Amigo, nom me semelha que bem fazedes* ***que*** *nom levades escudo assi como estes outros.* (Dem., Cap. XLI, l. 10-2).

> *Easy segujmos nosso caminho per este mar delongo ataa terça feira doitauas de pascoa que foram xxj dias dabril* ***que*** *topamos algu↓us synaaes de tera seemdo da dita jilha seg^{o} os pilotos deziam obra de bj^{e} lx ou lxx legoas.* (CC, fol. 1, l. 29-33).

Final

> *Nenhuu caualeyro nem outro ome↓ nõ seya ousado de arramar del rey ne↓ de sa az e aquel que o fezer está a mercee del rey* ***que*** *faça del o que lli prouuer.* (FR, liv. IV, l. 96l-3).

> *E daqui te dou licença* ***que*** *âs possa alegár, quando te ocorrerem a prepósito da matéria.* (DVV, p. 415, l. 04-6).

A conjunção **que** é ainda empregada como segundo membro de correlações coordenativas (três adversativas e uma alternativa) ou de correlações subordinativas comparativas (de igualdade, de superioridade, de inferioridade) e consecutivas (cf. 4.8.1), como foi visto anteriormente.

Como conjunção aditiva, segundo Corominas (1991: s.v. **e**), o **que** procede do interrogativo latino neutro **quid**, que, no latim falado, conservou as funções do clássico **quod** (relativo neutro) e recebeu a carga semântica de certos empregos populares da conjunção **quia** 'porque'.

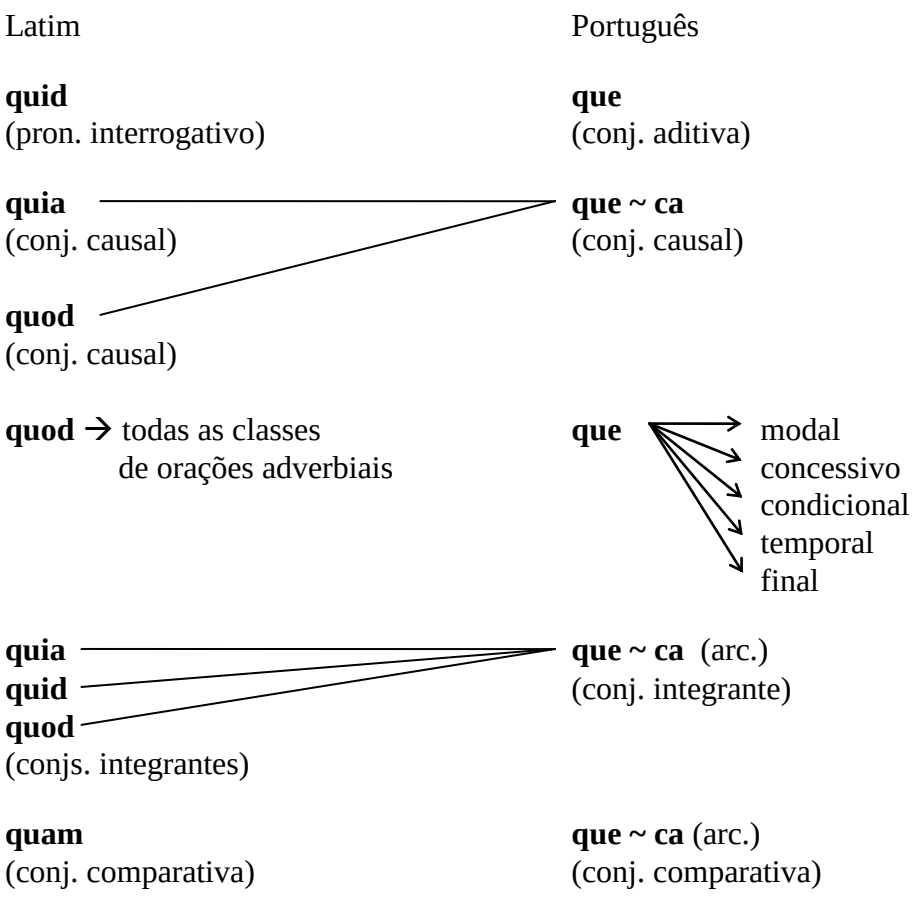
Em sua função de conjunção causal, **quod** alternava com **quia** (forma arcaica do neutro plural do pronome **quis**), e em seu valor de relativo neutro confundiu-se com o interrogativo **quid** (porque), em conseqüência da semelhança das formas. O autor afirma que, em textos do latim falado, **quia** e **quid** invadem o terreno de **quod** na sua função de

conjunção integrante. Por razões fonéticas, como explica Corominas, **quod** não pode ser étimo do **que** integrante, o qual deve proceder do **quia** popular, uma vez que a forma **ca** funciona como conjunção integrante nos textos arcaicos portugueses.

Climent (1956:133) afirma que, no latim arcaico, as orações com **quod** coocoriam com as subordinadas reduzidas de infinitivo e, em latim decadente, **quod** já introduzia todas as classes de orações adverbiais: temporais, finais, etc, convertendo-se numa conjunção universal. Para melhor fixar o matiz semântico exato que a ele se queria atribuir, empregava-se, às vezes, partículas ou pronomes, como por exemplo: **in eo quod**, **pro quod**, construções de grande importância para o romance.

Como a conjunção **quod** podia também ser usada com valor causal, produziu-se uma mútua interferência com a conjunção **quia** e essa foi assumindo os significados de **quod**. No latim arcaico, preferia-se **quia** e **quod** no sentido de **porque**; no latim clássico é mais usado o **quod** em todas as acepções, inclusive na causal.

Como conjunção comparativa, o **que** é oriundo do **quam** (acusativo feminino adverbializado do pronome relativo-interrogativo), também convertido em **ca** e logo confundido com a conjunção integrante.



A forma **quam** era também empregada em correlação com **tam**, indicando igualdade entre os termos confrontados. Mais tarde, foi usada, também, depois de adjetivos comparativos e, por extensão, depois dos advérbios **ante** e **post**, em concorrência com o ablativo comparativo que finalmente suplantou completamente.

No português arcaico a forma **que**, com valor semântico não-explicativo, isto é, como conjunção comparativa, causal ou integrante, alternava com a forma **ca**.

Vê-se, pois, que a polissemia da forma **que** tem origem no latim e pode-se dizer que se tornou ainda mais ampla na língua portuguesa.

O emprego da conjunção **que** com os seus diversos valores semânticos e as épocas de aparecimento e desuso pode ser observado abaixo, a partir do que foi encontrado no *corpus* analisado:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Que						
Aditivo						
Explicativo						
Integrante						
Causal						
Comparativo						
Modal						
Concessivo						
Condicional						
Temporal						
Final						

Como se pode verificar, a conjunção **que**, como conjunção integrante e com os valores semânticos de adição e de causa, ocorre desde o séc. XIII e se conserva no português contemporâneo escrito ou falado:

> *Quando há mui... uma necessidade assim muito premente* ***que*** *há uma falta, aí nós recorremos a qui...* (POA, inf. 044, l. 260-2) - adição.

> *A senhora pode sair daqui eu feze(r) uma coisa, ou me aparece(r) uma coisa, eu pode(r) faze(r) outra coisa que eu ache que aquilo então será a minha realização.* ***Que*** *o indivíduo se realiza mais de uma vez.* (POA, inf. 044, l. 275-9) - causa.

Com o valor comparativo equivalente a **como**, foi detectado apenas na Dem (séc. XIII) e já não é empregado no português contemporâneo (cf. exemplo citado anteriormente).

Com valor modal, ocorreu apenas no FR (séc. XIII) (cf. exemplo citado anteriormente).

Com o valor concessivo e condicional, é encontrado em textos dos sécs. XIII e XIV. Com valor condicional, pode até hoje, ocorrer na língua falada:

> *Se ela for uma criança, como parece que é totalmente desinibida, e* ***que****, no ambiente que ela chega, ela lidera...* (Re, inf. 301, l. 112-4).

Com valor final é empregado do séc. XIII ao XVI.

Com valor temporal só foi documentado na Dem. (séc. XIII), e na CC (séc. XV), mas, casualmente, também, ainda ocorre no português falado:

> *Então que(r) dize(r), que eu podendo evita(r) de usa(r) uso só assim, em caso em última instância,* ***que*** *eu tenho algum convite, né, pra alguma festa, assim de última hora, então eu lanço mão, do contrário eu vou à cabeleireira uma vez por... por semana.* (POA, Inq. 044, l. 418-22).

> *... quando é dia de mudar a roupa e* ***que*** *eles não estão cá em baixo, (...) não se levantam a tempo e horas...* (PF, inf. 1377, l. 45-6).

o que permite supor que tenha se conservado na língua, possuindo, entretanto, um emprego esporádico.

Pode-se concluir que os valores semânticos que se mantiveram foram exatamente os que a conjunção já possuía no latim, oriundos do **quid**, do **quia,** do **quam** e do **quod**. Pode-se ainda supor ser o **que** um elemento neutro, uma marca de subordinação que assumisse, no português arcaico, uma determinada carga semântica a depender do contexto, da pressão pragmático-discursiva, o mesmo ocorrendo no português falado contemporâneo.

4.1.9 Se

A conjunção **se** é proveniente da conjunção latina **si**.

A forma **si** remonta, conforme explica Rubio (1983:345), por evolução normal das leis fonéticas do latim, a **sei**, forma bem documentada nos textos arcaicos da língua, locativo do tema pronominal **so**/**sa** que significava, a princípio, 'neste caso', 'em tal situação', 'assim'.

Esse sentido do **si**, sem valor subordinante, aparece, segundo o autor, ainda em frases do tipo ***si dis placet*** equivalente a '(assim) praza aos deuses'.

A forma **sei**, acrescida de uma partícula dêitica **ce**, deu origem à forma **sic**, que possuía também, inicialmente, idêntico significado.

Como locativos indiferenciados, **si** e **sic** ocorrem ainda no período histórico da língua latina, embora, com maior freqüência, apareçam com sentidos e funções diversas: o locativo com a partícula dêitica, **sic**, funcionando como advérbio e **si**, como conjunção condicional.

Já no próprio latim clássico, como explica Faria (1967:267...), o **si** condicional passou a funcionar como conjunção integrante:

(i) introduzindo orações subordinadas interrogativas indiretas:

> *Ambiguunt adgnati **si** filius mortuus sit.* 'Seus parentes discutiam se um filho havia morrido'. (Cic. de inu., 2, 122, *apud* Rubio, 1983: 349).

(ii) expressando a intenção e dependendo de verbos que significavam: 'esperar', 'tentar', 'esforçar-se':

> *Hanc (paludem) **si** nostri transirent hostes expectabant.* 'Os inimigos estavam à espera se os nossos atravessassem este terreno pantanoso' (César, B.G. 2. 9. 1)

(iii) equivalendo a **ut** completivo, significando 'a saber que':

> *Totum est in eo **si** te videro antequam elle ineat magistratum*. 'Tudo depende de que eu te veja antes que o outro tenha tomado posse do cargo' (Cic., Att., 2.22.5).

Entretanto, para a maioria dos latinistas, esses usos refletiam matizes condicionais.

Como afirma Leão (1961:26), três hipóteses são apresentadas para explicar a evolução semântica e sintática da palavra **si**: a de Bréal (1924) a de Ernout e Meillet (1953) e a de Hoffmann (1958).

Na opinião de Bréal, tratar-se-ia de um fenômeno de contágio, de reanálise em que a vizinhança do subjuntivo ou do optativo teria transmitido ao advérbio **si** a idéia de condição. O sentido: 'Assim tu me possas dar crédito! Seria melhor' teria passado para: 'Se pudesses dar-me crédito, seria melhor'.

Segundo Ernout e Meillet a idéia de condição teria tido origem em duas orações justapostas, uma delas iniciada pelo advérbio **si(c)**. A interdependência das idéias teria determinado o aparecimento de duas proposições correlatas introduzidas por **si**... **si** ou **sic**... **si**, ou **ita**... **si**. Para justificar a hipótese, os autores lembram vestígios dessa correlação em Cícero:

> ***Ita*** *enim senectus honesta est,* ***si*** *se ipsa defendit.* 'Assim, pois, a velhice é honrada se ela mesma se defende'.

Mas, como salienta Leão (*id. ibid.*: 28), Ernout e Meillet não explicam a passagem da relação sintática de interdependência para a de dependência, considerando o período hipotético sempre como um conjunto de duas proposições correlatas, o que permite a conclusão de que consideram correlação gramatical o que, na verdade, é uma correlação lógica.

Para Hoffmann, as origens das orações com **si** encontram-se em outras situações lingüísticas; o autor considera provável que tenham tido origem, ora em frases interrogativas, ora em frases declarativas, ora em frases imperativas às quais se justapunham outras proposições.

Interpretando as opiniões acima, do ponto de vista funcionalista, pode-se dizer que Bréal considera que tenha havido, na formação dos períodos hipotéticos, um processo metonímico. Ernout e Meillet afirmam ter ocorrido um processo metafórico. Hoffmann, enfim, acredita que a idéia de condição tenha nascido de implicaturas conversacionais, uma vez que fenômenos volitivos e afetivos eram traduzidos por interrogações diretas, por imperativos ou pela entoação de certas declarações.

A passagem de pronome interrogativo a conjunção condicional é facilmente explicada, uma vez que, como salienta Dias (1956:273), no discurso animado, um período hipotético pode ser facilmente substituído:

(i) por uma oração principal interrogativa, seguida por uma oração assertiva:

> *Chama-me? obedeço.* (= 'se tu me chamas, obedeço').

(ii) por uma oração imperativa, também seguida de uma oração assertiva:

> *Deitai ao mar um vaso de barro inteiro, nada por cima da água: quebrai esse mesmo vaso, fazei-o em pedaços, e todos até o mais pequeno se vão ao fundo.* (Vieira, II, 79). (= 'se quebrardes esse mesmo vaso e o fizerdes em pedaços, todos, até o mais pequeno, poderão ir ao fundo').

No latim falado, **si** era um pronome interrogativo empregado em lugar das partículas **-ne, num, nonne, an, utum... an** (Said Ali 1966:221). Usado nas frases interrogativas, passou também a ser empregado como conjunção condicional ou integrante, indicando uma atitude dubitativa, em face da comunicação efetuada. Em conseqüência, seu emprego passou a ser vinculado a um verbo principal de significação negativa, duvidosa ou de questionamento: 'não saber', 'ignorar', 'perguntar'.

A conjunção condicional portuguesa **se** é, pois, proveniente da conjunção latina **si**, que tem origem no pronome interrogativo **si➲**, através da variante **si↑**. Tornou-se **se**, devido ao uso proclítico.

Aparece já na *Notícia do Torto*, documento de 1214 ou 1216: ... *se a lexarem...* (M. Lübke, *apud* Nascentes, 1964).

No FR, séc. XIII, a conjunção **se** ocorre várias vezes sob as formas **se ~ sse** quer como conjunção condicional, quer como conjunção integrante:

> ***Se*** *alguu↓ ferir outro e o ferido der nozes ao meyri↓ho ou aos alcaydes pero que se auenha cu↓ aquel que o feryo per fiees ou per sy ou en como quer, nõ perça o meyrinho sa coombra ou aquel que a ouuer d'auer poys a uoz lhy foy dada.* (liv. IV, l. 145 - 8).

> *Outrosi quando o quiserõ temptar os judeos que lhy demandarã* ***se*** *dariã a Cesar seu tributo e seu peyto, porque el dissesse ca nom o podesse↓ rephehender ca tollya seus dereytos aos reys e el entendendo os seus pensamentos maos respõdeu e disselles: dade a Cesar os seus dereytos que son de Cesar e a Deus os que son de Deus, dezimas e primiças.* (liv. I, l. 254 - 60).

A gramaticalização da conjunção **si**, apresenta, pois, ainda no latim, os seguintes processos:

1) recategorização: passagem do pronome interrogativo, item menos gramatical, a conjunção condicional e, posteriormente, integrante, itens mais gramaticais;

2) sintaticização: mudança de distribuição na sentença;

3) semanticização: perda de conteúdo semântico.

Passando a conjunção integrante, o sentido condicional propriamente dito esvaiu-se, ficando, contudo, na conjunção integrante **si**, uma certa noção de dúvida, um resquício do sentido primitivo.

Nota-se, assim, a trajetória empreendida pelo item:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

e a passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] para um [- concreto]

si	>	**si**	>	**si**
↓		↓		↓
pronome locativo	>	conjunção condicional	>	conjunção integrante
↓		↓		↓
‘neste caso’, ‘em tal situação’	>	relação de condição	>	relação de incerteza, de dúvida.

Do exposto, pode-se perceber que a gramaticalização desse item conjuncional ocorreu ainda no latim, passando o referido item ao português, já como conjunção condicional ou integrante.

	Latim	>	Português
adv.	> conj. condicional → integrante		conj. condicional integrante

Com ambas as acepções, a conjunção **se** é usada desde o séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Se (condicional)						
Se (integrante)						

Como explica Leão (1961:31), a conjunção **se** era empregada, no latim clássico, em três tipos de períodos hipotéticos, segundo a natureza da condição expressa na oração principal do período:

o real - em que a condição deve ser realizada efetivamente: o verbo da oração principal e da subordinada se apresentam no modo indicativo.
***Si** me laudat, laetus sum.* 'Se me louva, fico contente'

o potencial - em que a condição é possível; os verbos da oração principal e da oração subordinada se apresentam no modo subjuntivo.
***Si** me laudet, laetus sim.* 'Se me louvasse, ficaria contente'

o irreal - em que a condição é contrária à realidade; os verbos das duas orações devem estar no mesmo tempo e no mesmo modo: imperfeito do subjuntivo se a condição é uma irrealidade no presente; mais-que-perfeito do subjuntivo, se a condição é uma irrealidade no passado.
***Si** me laudaret, laetus essem.* 'Se me louvasse, ficaria contente'
***Si** me laudauisset, laetus fuissem.* 'Se me tivesse louvado, teria ficado contente'

Para acentuar o caráter necessário da conseqüência da condição, isto é, a certeza do resultado, caso a condição se realizasse no momento da fala ou se tivesse realizado anteriormente, podia o latim efetuar substituições na segunda parte do período, empregando:

- futuro imperfeito, em lugar do presente do subjuntivo (potencial);
- imperfeito do indicativo, em lugar do imperfeito do subjuntivo (irreal, no presente);
- mais-que-perfeito do indicativo, em vez de mais-que-perfeito do subjuntivo.

O latim falado não distinguia três tipos de hipóteses, mas apenas duas, que continuaram, com mudança de perspectiva, as do latim arcaico:

a) período hipotético do real e do potencial - qualquer tempo do modo indicativo para o real e determinados tempos para o potencial:

Real:
***Si** cantabat, bene faciebat.* 'Se cantava, fazia bem'
***Si** cantat, bene facere habet.* 'Se canta, acho que faz bem'
***Si** cantauit, bene fecit.* 'Se cantou, fez bem'

Potencial: ***Si*** *canta (ue) rit bene facere habet*. 'Se cantar, fará bem'

Si *cantat, bene facere habet.* 'Se canta, acho que faz bem'

b) período hipotético do irreal - na sentença principal o imperfeito do subjuntivo, em - **sse**; na segunda, o imperfeito do subjuntivo, e várias alterações posteriores.

Si *canta (ui) sset, bene fecisset.* 'Se tivesse cantado, teria feito bem'
bene facerat. 'Se tivesse cantado, faria bem'
bene faciebat. 'Se tivesse cantado, fazia bem'
bene facere habebat. 'Se tivesse cantado, teria achado que fizera bem'

Essas possibilidades, adotadas pela língua falada, foram origem das diferentes estruturas dos períodos hipotéticos nas línguas românicas.

No português arcaico, **se** é a conjunção condicional mais empregada, especialmente no *Foro Real de Afonso X*, em que inicia períodos hipotéticos que enfatizam a possibilidade ou não de sanções a determinados comportamentos.

Huber (1986:310) afirma que, no que diz respeito ao emprego dos tempos e modos verbais, podem distinguir-se, no português arcaico, os seguintes tipos de períodos hipotéticos:

	APÓDOSE	PRÓTASE
1.	Id Pr	Id Pr
2.	Ip	Id Pr
3.	Id Ft_1	Id Pr
4.	Id Ft_2	Id Pr
5.	Id Ft_2	Id Pt_1
6.	Id Ft_1	Sb Ft
7.	Id Pr	Sb Ft
8.	Sb_2Pr	Sb Ft
9.	Ip	Sb Pr
10.	Id Ft_2	Sb Pt
11.	Id Pt_1	Sb Pt
12.	Id Pt_3	Sb Pt
13.	Id Pt_1	Id Pt_3

Normalmente, no *Foro Real*, o futuro do subjuntivo ocorre na prótase, enquanto na apódose, o verbo está no presente do indicativo ou do subjuntivo. Entretanto, em alguns períodos, encontra-se, na prótase, o presente do indicativo e, na apódose, o presente do subjuntivo.

> *Se o emprestido* ***é feyto*** *a proe solame↓te <do> que o recebeo e perçaa per sa culpa a cousa,* ***seya*** *teudo de a dar ou a valia a seu dono, pero* ***se*** *sse* ***perde*** *per desuentuyra, nõ* ***seya*** *teudo de a dar,* ***se*** *a desuentura non* ***ve↓o*** *per sa culpa ou* ***se*** *nõ* ***fez*** *preyto de a dar a seu dono, pero a perdesse per qual desuentura quer, ou* ***se*** *a* ***teue*** *mays sen razon dereyta que nõ ouuera de teer e depoys do te↓po que a ouuera de dar se perdeu.* (Fr. liv. III, l. 1169-75).

Como se pode observar, no período acima, encontram-se cinco sentenças subordinadas condicionais em que os verbos se encontram no presente e no pretérito perfeito do indicativo, no presente e no imperfeito do subjuntivo, enquanto as sentenças principais têm sempre os verbos no presente do subjuntivo.

Na *Demanda do Santo Graal*, são empregadas com maior freqüência, as correlações:

APÓDOSE	PRÓTASE
Id Ft_1	Sb Ft
Id Ft_2	Sb Pt

Algumas vezes, porém, em lugar do futuro do indicativo, tem-se na apódose o imperfeito do indicativo:

> *E* ***se*** *eu ende al* ***fezesse****, todo mundo me* ***devia*** *a querer mal e apedrar-me porende*. (Cap. LXXX, l. 24-5).

Foram detectadas por Mattos e Silva, nos *Diálogos de S. Gregório*, correlações condicionais que apresentam os seguintes tempos e modos verbais:

APÓDOSE	PRÓTASE
Id Ft_1	Sb Ft
Id Ft_2	Sb Pt
Id Pt_3	Id Pt_3

Na *Lenda do rei Rodrigo,* em hipóteses possíveis, as correlações acima são também observadas, encontrando-se, porém, em correlações reais, exemplos da instabilidade na utilização dos tempos e modos verbais da prótase e da apódose:

> *E bem vos digo que eu* ***sou*** *maravilhado* ***se*** *ele já de vós não* ***há*** *novas.* (LRR, Cap. XII, l.70).

> *E,* **se** *é cousa em que te eu* ***possa*** *poer conselho eu te prometo, como leal amiga, que o* ***faça*** *mui de boamente.* (LRR, Cap. IV, l.49-51).

> *E sabe, senhor, que, **se** tu com el rei dom Rodrigo **entras** em campo e o **venceres**, todolos que o **couberem** te prezarám menos porém*. (LRR, Cap. IX, l.48-50).

Nesse último exemplo, a prótase é dupla, entretanto não há paralelismo sintático: a primeira oração iniciada pela conjunção condicional tem o verbo no indicativo presente, e a que lhe segue e que constitui a segunda parte da prótase tem o verbo no futuro do subjuntivo, enquanto na apódose o verbo está no futuro do indicativo.

Na *Crônica de D. Pedro* há também períodos hipotéticos em que as correlações, hoje estabelecidas pela gramática normativa, não são obedecidas. Nas obras de João de Barros consultadas, as correlações hoje mais empregadas, são raramente utilizadas e não são poucos os exemplos em que o emprego dos tempos verbais é totalmente arbitrário:

> *Eu esse **queria** tomár, **se** ô **souber***. (DLNL., p.493, l.7-9).

> *E **se** Adám **vio** essoutras que dizes, **seria** quando mereçeo ver em espírito a encarnaçám do Filho de Deos, em cuya fé e esperança se ele salvou**.** (DLNL., p.394, l.13-5).*

De modo geral, as orações condicionais contêm o verbo no modo indicativo, quando se trata de uma realidade, e no modo subjuntivo, quando se referem a uma possibilidade ou hipótese. A instabilidade no emprego dos tempos e modos verbais no português arcaico permite concluir que, no que se refere a períodos hipotéticos, até 1500, a correlação entre os tempos e modos verbais da prótase e da apódose não era fixa, podendo as sentenças, quer hipotéticas, quer reais, ter os verbos no indicativo ou no subjuntivo e em diversos tempos. Uma prova disso é que, dos tipos de períodos hipotéticos citados por Huber, foram encontrados, apenas, no *corpus* os de números 1, 5, 6, 7, 8 e 10, mas foram também detectadas muitas outras correlações de tempos verbais não citadas pelo autor:

APÓDOSE	PRÓTASE
Id Pr	Sb Pr
Id Pt_1	Id Ft_2
Id Pt $_1$	Sb Ft
Id Pt_2	Id Pr
Id Ft_2	Id Pt_2
Sb Pt	Id Ft_2
Sb Ft	Id Ft_1 ou Id Pr

Nos textos do português moderno que fizeram parte do *corpus* foram as seguintes as correlações verbais encontradas nos períodos hipotéticos:

APÓDOSE	PRÓTASE
Séc. XVI	
Sb Pr	Id Pr
Id Pr	Sb Ft
Sb Pr	Id Pt_3
Id Pt_1	Sb Pt
Id Pt_3	Id Pt_3
Id Ft_2	Sb Pt
Sb Pr	Sb Ft
Id Pt_1	Id Pt_3
Id Ft_1	Sb Ft

E se nisto nõ ***tem*** *vontade,* ***queira*** *acabar de nõ me ter mais e*↓*forcado* (CJ, XCIII, l. 17-8).

E por ysso se sua alteza me ***mandar*** *hir,* ***seja*** *antes que se vaa pera Tomar*: (CJ. CII, l. 11-2).

E se no dito dia se ***podere***↓ *dizer, naquelle dia se* ***diguã***. (CJ, CXIX, l.39-41).

E se todas d'este anno ja ***forem*** *dadas,* ***averey*** *prazer de lha dardes pera o outro e muito vollo gradecerey.* (CR, LV, l.10-11)

E se o uso nam ***fosse*** *em contráiro, que tem gram força àçerca das cousas, nam me* ***parecia*** *mál desterrármos de nós esta prolaçám e ortografia galega.* (GLP, l. 594-6).

Se ***soubera*** *antes d'isso que vos aviees por servido d'isso se* ***fizera*** *e o principe, seu irmão, como se deve fazer e*↓ *tal te*↓*po, quis saber de vos ho que vos parece que devo fazer se* ***escreverlhe*** *pola pessoa que sua alteza mandar ou mandar pesoa minha visitalos.* (CT, 166, l.01-6).

Pareceo *me eraria se nõ* ***dese*** *cõta a vosa alteza de todalas nossas cousas, asi para saber o que passa, como por me fazer merce mãdar o que lhe parece que devo fazer.* (CT, 140, l. 01-4).

Peró, se ***dissermos*** *çidáde, que é géral nome a todas, entám* ***será*** *comum;* (GLP. l.129-30).

... se por alguu↓*a via* ***ouver*** *de viir a elRey, pois isto nã podera seer senõ por concerto ou nõ aveendo discendente de vos (o qual Deus nã querera), entõ se* ***faça*** *como la esta escrito.* (CJ, XV, l. 28-31).

... porque se ***fora*** *tornar a travar o negocio bem fora* ***estava****...* (CJ, LXXXV, l. 04-5).

... para que sua alteza veja se sera mylhor deyxar-me fazer esta jornada cõ cymco ou seys ome↓*s desconhecydos, e se* ***ouver*** *batalha,* ***chegar*** *ao*

tempo d'ela, e se a nã ***ouver*** *d'aver,* ***tornar-me*** *sem falar a ny↓gue↓...* (CIL, XI, l. 06-11).

APÓDOSE	PRÓTASE
Séc. XVII	
Id Pt_3	Id Pt_3
Id Ft_2	Id Pt_3
Id Pr	Sb Pt
Id Ft_2	Sb Pt

Se não ***fora*** *de tanto serviço de Deus, não me* ***atravera*** *a inquietar a V. M^cê a tal hora*... (CVM, LIV, l. 01-2).

Se eu ***contentara*** *aos homens, não* ***seria*** *servo de Deus* (SS. l.1003-4).

E, se ***quisesse*** *Deus que este ilustre e tão numeroso auditório saísse hoje tão desenganado da pregação, como* ***vem enganando*** *com o pregador?* (SS, l. 01-3).

Quis Deus que lhe ficássemos muito a barlavento, porque se ***viéssemos*** *na esteira dos outros navios, sem dúvida* ***seríamos*** *sua presa aquela tarde* (CVM, LXIV, l. 21-3).

Como afirma Câmara Jr. (1978: s.v. **condicional**), no português contemporâneo usam-se, normalmente, três tipos de correlações condicionais:

a) a correlação permanente, incluindo o momento em que se fala – os verbos da prótase e da apódose são empregados no indicativo presente:

De nada vale ter livros, se não sabemos ler.

b) a correlação condicional futura em referência ao momento em que se fala – na prótase tem-se o futuro do subjuntivo e, na apódose, o futuro do indicativo:

Se fizermos bem o trabalho, seremos recompensados.

c) a correlação condicional pretérita em referência ao momento em que se fala – na prótase, emprega-se o pretérito imperfeito do subjuntivo e, na apódose, o futuro do pretérito:

Se fizéssemos bem o trabalho, seríamos recompensados.

É freqüente ainda o uso do presente do indicativo substituindo o futuro do presente na correlação condicional futura e do pretérito imperfeito do indicativo, substituindo o futuro do pretérito, na correlação condicional pretérita:

> *Se eu o vir, conto-lhe o ocorrido.*
> *Se eu o conhecesse, pedia-lhe, logo, ajuda.*

Dependendo do contexto, outras correlações são ainda possíveis. As correlações atualmente apontadas pelas gramáticas da língua portuguesa são, pois, de número bastante restrito, em relação às utilizadas pelo português arcaico.

Todos esses tipos de correlações foram encontrados no *corpus* de língua falada consultado para esta pesquisa. No *corpus* referente à língua falada do Brasil, quatro tipos de correlações foram encontrados:

APÓDOSE	PRÓTASE
Id Ft_2	Sb Pt
Id Pr	Sb Ft
Id Pr	Id Pr
Id Pt_1	Sb Pt

> *Médicos... se eu **fosse** enumera(r) acho que **seriam** quase todas as profissões, porque eu lanço mão de todas elas pra que eles se relacionem, entende?* (POA, inf. 48, l. 149-52).

> *– Se ela **for** uma criança, como parece que **é**, totalmente desinibida, e que, no ambiente que ela chega, ela lidera...*
> *DOC – Se resolve, né?*
> *– ... então, eu tenho a impressão que eu vou botar num colégio logo maior e que ela fique até a faculdade.* (SSA, Inf. 301, l. 129-37).

> *Se eu não me **engano**, **existe** também o Sindicato dos Médicos, né?* (SSA, Inf. 203, l.115-6).

> *... porque senão se **ficássemos** esperando que pasasse táxi na rua... não **ia passar** MESMO...* (RJ, Inf. 128, l. 67-8).

No *corpus* de língua falada de Portugal, a correlação Id. Pr - Id Pr foi a mais empregada, ao lado da correlação Id Pr - Sb Ft:

> *... se um gajo o **tira** de dentro do ritmo dele, o tipo já não **faz** nada.*

> *... se não **ganhar**, **tenho** que pagar...* (PF, Inf. 0328, l. 38-9).

> *... a gente sabe, se o senhor* ***for*** *a falar e que peça caralhota e que não diga a caralhota e que diga outra coisa qualquer e que seja por engano, nós* ***sabemos****...* (PF, Inf. 0248, l. 53-6).

Tapazdi & Salvi (1998:266), baseados na análise de períodos hipotéticos do Português Fundamental e de dois volumes de *A linguagem falada culta na cidade de S. Paulo*, afirmam que o português europeu dá preferência, na apódose, às formas do imperfeito do indicativo, enquanto no português do Brasil, as formas do futuro do pretérito são muito mais freqüentes.

Neves e Braga (1998), utilizando um *corpus* constituído de DIDs (Diálogos entre informantes e documentadores); EFs (elocuções formais) e D_2s (diálogos entre documentadores) do Projeto NURC/Brasil, encontraram as seguintes correlações de tempos entre as orações de períodos condicionais:

APÓDOSE	PRÓTASE
Id Pr	Id Pr
	Sb Ft
	Id Pt_3
	Sb Pr
Presente contínuo	Sb Ft
Id Pt_1	Sb Pt
	Id Pt_1
Id Pt_2	Id Pr
	Id Pt_2
Id Ft	Id Pr
Id Ft (perifrástico)	Sb Ft
	Id Pt_2
Id Ft_2	Sb Pt
	Sb Ft

Reunindo os dados obtidos pelas citadas autoras com os dados obtidos na presente pesquisa, tem-se:

Correlação dos tempos verbais em períodos hipotéticos				
Latim Clássico	**Latim Falado**	**Português Arcaico**	**Português Moderno**	**Português Contemporâneo**
Id - Id (em qualquer tempo)	Id - Id (em qualquer tempo)	Id Pr - Id Pr	Id Pr - Id Pr	Id Pr - Id Pr Id Pt_3 Sb Pr Sb Pt Sb Ft Pres. cont. - Sb Ft
		Id Pr - Sb Pt	Id Pr - Sb Pt	Id Pt_1 - Id Pt_1 Sb Pr Sb Pt Sb Ft
		Id Pt_1 - Id Ft_2	Id Pt_1 - Sb Pt Sb Ft	Id Pt_2 - Id Pr Id Pt_2
		Id Pt_2 - Id Pr		Id Ft_1 - Id Pr Sb Ft
		Id Pt_3 - Id Pt_3	Id Pt_3 - Id Pt_3	Id Ft (perifrástico) - Id Pt_2 Sb Ft
		Id Ft_1 - Sb Ft	Id Ft_1 - Sb Ft	
		Id Ft_2 - Sb Pt	Id Ft_2 - Id Pt_3 Id Ft_2 - Sb Pt	Id Ft_2 - Sb Pt Sb Ft
Sb - Sb (em qualquer tempo)	Sb Pt - Sb Pt_3 Sb Pt_1 Id Pt_1 Id Pt_1 + If	Sb Pr - Id Pr Id Pt_3 Sb Ft	Sb Pr - Id Pr Id Pt_3 Sb Ft	

Pode-se concluir, pois, como Neves e Braga (1998:206) que, *no jogo da linguagem, motivações entram em competição, e cada enunciado que se produz é o resultado do equilíbrio das pressões discursivas*.

Comparando construções condicionais com construções temporais, no que se refere ao emprego dos tempos verbais, as autoras, baseadas na proposta de hierarquização em camadas de Dik (1985), Hengeveld (1989), Hengeveld *et alii* (1990), afirmam que as construções temporais são mais integradas que as condicionais, uma vez que estas atuam como satélites no nível da proposição e do ato da fala, portanto, em nível mais elevado e de ligação mais flexível.

4.1.9.1 Se bem → Se bem que

A conjunção **se** associa-se também ao advérbio **bem**, e constitui o item conjuncional **se bem** que ocorre nas CVM, texto do séc. XVII, estabelecendo uma relação de contrajunção:

> *O governo eclesiástico padece a falta de prelado **se bem** no que pertence à instrução dos neófitos e conversão dos gentios se tem acrescentado muito, com as novas missões e exercícios de doutrina...*(CVM, CLXXXI, l. 29-30).

Nota-se que o item **se bem** estabelece a relação de contrajunção num período em que a oração precedente possui um sentido negativo, expresso pelo verbo, seguido do seu argumento: **padece a falta**. Pode-se, pois, supor que, por um processo metonímico, tenha adquirido o sentido de contrajunção.

Estabelecendo essa relação de contrajunção, esse item conjuncional já não existe no português contemporâneo, entretanto, seguido da conjunção **que**, constitui o item conjuncional concessivo **se bem que**, o qual aparece nos elencos das conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos consultados e está documentado nos diálogos do Projeto NURC que integraram o *corpus* desta pesquisa:

> *... carne nós comemos muito no sul... **se bem que** a viagem que eu fiz ao sul foi há muitos anos...* (RJ, inf. 402, l. 217-8).

> *... é na Bahia... né... cocadas... isso... eh... eles... **se bem que** é... é a preços bem exorbitantes...*(RJ, inf. 402, l. 283-4).

> *... éh tem realmente... sua grande beleza... natural: simples... **se bem que** de um tempo pra cá a transformação tem sido grande...* (RE, inf. 293, l. 454-6).

> *... que a gente vai de casa a casa e fica totalmente independente. E se vai à hora que quer, volta à hora que quer... **se bem que** hoje menos, porque domingo não tem gasolina...* (SSA. inf. 354, l. 558-61).

Tendo em vista o conteúdo semântico bem próximo das duas conjunções, uma vez que a adversativa liga palavras ou orações que estabelecem uma oposição e a concessiva inicia oração que exprime uma oposição, um obstáculo – real ou suposto – que, entretanto, não impede a realização da ação da oração principal, pode-se supor que, por um processo metafórico, o conteúdo adversativo da conjunção tenha se atenuado, tornando-se concessivo, quando o item era empregado após orações

afirmativas, e que a associação com o **que** tenha se dado por analogia a outros itens conjuncionais da língua portuguesa.

se → + **bem** = **se bem** → relação de contrajunção

se → + **bem** = **se bem** + **que** = **se bem que** → relação de concessão

A proximidade semântica entre as duas conjunções leva Climent (1956:285) a chamar a conjunção adversativa de concessiva adversativa.

É interessante observar que, em todos os exemplos citados, o verbo está em tempos do indicativo presente e é normal o emprego de conjunções concessivas em orações com verbos no subjuntivo.

Almeida (1978:566) afirma que era freqüente, entre os clássicos, o emprego do indicativo com itens conjuncionais concessivos e que esse tempo é ainda usado, no português contemporâneo, quando se quer enfatizar o fato real:

Ainda que a noite era de junho, não fazia apetecível a temperatura.

No português contemporâneo, o subjuntivo é o modo empregado em orações iniciadas por conjunções concessivas, na modalidade escrita; entretanto, na modalidade oral, um ou outro tempo é empregado, como pode ser verificado nos exemplos citados anteriormente.

O período de uso e desuso desses itens conjuncionais pode ser assim registrado:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Se bem						
Se bem que						

Uma vez que não foram consultados textos dos sécs. XVIII e XIX, não se pode precisar quando o item conjuncional **se bem** deixou de ser empregado e quando, precisamente, começou-se a usar o item concessivo **se bem que**. Por esta razão está indicado, para o emprego do referido item, o séc. XX.

4.1.9.2 Senon... se (arc.)

A conjunção **se**, seguida da negação, dá origem à forma **senon ~ senan ~ senão** que ocorre, no *corpus*, em sentenças que se seguem a

sentenças negativas, constituindo a correlação adversativa **não... senão** (cf. 4.8.5) ou expressando uma relação de condição:

> *"Tornemo-nos", disse Garret, "a casa de u↓u meu amigo que é perto daqui e morades i ata que sejades são, ca se muito quiserdes cavalgar, **non** hai i **se** morte **non**".* (Dem. Cap. CXC VII, l. 13-5). - correlação adversativa.

> *Quem derribou Lucifer da alteza de tanta ben aventurança, **senan** os dotes em que ô Deus criou.* (DVV, p. 425, l. 02-5). - conjunção condicional.

Seguida da conjunção **se**, a forma **senon** ocorre uma única vez no *corpus*, constituindo a conjunção condicional **senon se**, que aparece com a forma ainda não gramaticalizada, permitindo entre os seus termos a inserção de um intensificador.

> *O testimonhyo do alcayde ualha en todo preyto assy como doutr'omen, **senon tanto se** aquel contra que disser a testimonha o poder deytar per foro.* (FR, liv. II, l. 408-10).

Nesse período, a forma **senon** parece possuir ainda resquícios do sentido adversativo negativo, permitindo que o período possa ser interpretado como:

> *O testimonhyo do alcayde ualha en todo preyto assy como doutr'omen, **mas non** (ualha) tanto se aquel contra que disser a testimonha o poder deytar per foro.*

Tem-se, assim, exemplo de uma fase de pré-gramaticalização em que os dois itens **senon** e **se** ainda não estão juntos, constituindo um só item conjuncional. A gramaticalização, que ocorreria por um processo metonímico, entretanto não ocorreu, e o item parece ter caído em desuso, uma vez que não foi documentado em textos dos séculos posteriores ao séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Senon... se						

4.1.10 **Vel** (arc.)

Segundo Climent (1956:113), a forma **vel** deriva, provavelmente, de uma forma primitiva de indicativo, **velsi** (verbo **volo**), substituída mais tarde por **vis**. Primitivamente um advérbio, significando 'se quer', 'se deseja', **vel** passou posteriormente a conjunção alternativa, bastante diferente da conjunção **aut**, quer no emprego, quer no sentido.

A conjunção **vel** era empregada quase sempre isoladamente e marcava uma distinção sem importância, uma alternativa que, como afirma Corominas (1995: s.v. **vel**), não estabelecia uma eleição:

> *Venit Epicurus, homo minime malus **vel** potius uir optimus*. 'Chega Epicuro, um homem sem malícia, ou melhor, um homem excelente'. (Cic. Tusc., 2,44).

Além dessa acepção mais freqüente, era empregada também, como afirma Climent (*id. ibid.* 113):

(i) para distinguir coisas ou ações que se excluíam:

> *mortem... oblivione apud posteros **vel** (= aut) gloria distingui.* 'após a morte... até se pode distinguir o orador, mesmo medíocre, pelo esquecimento ou glória (que lhe dedica a posteridade)' (Tac).

(ii) com acepção cumulativa

> ***vel** mediocris orator*

(iii) para retificar uma palavra ou frase ou introduzir um conceito mais importante, sendo empregada, nesse caso, com um reforço: **potius, etiam**:

> *plerisque **vel** dicam ab omnibus*

(iv) para introduzir um exemplo (cf. Cic. Font., 2, 13, 1)[5]

(v) com acepção copulativa, equivalendo a **et** 'e':

> *viderunt eum Symenon **vel** Anna* 'virão-nos Simenão e Ana por duas ou três vezes' (Pereg. Aeth).

[5] O autor não fornece o exemplo.

Variante de **vel**, **- ve**, que marcava uma alternativa em que a eleição também era indiferente, deixou de ser usada, na língua falada, na época imperial, mas, em troca, gozou de grande predileção na língua literária. Devido à sua natureza enclítica, acrescentava-se ao segundo elemento da disjunção:

*Duabus tribus**ve** hora* 'duas ou três horas' (Cic. Phil. 14-6).

Em oposição a **vel**, **aut** empregava-se em correlação **aut... aut** e marcava excludência, isto é, indicava que uma alternativa eliminava a outra (Riemann, 1942:568). Essa distinção entre **aut, vel** e **ve**, que era observada pelos bons escritores, apagou-se, segundo Corominas, na época imperial, quando já se pode encontrar **vel** em correlação com **aut**.

Não se tem notícia de como se processou, em latim, a passagem da forma verbal **vel** a advérbio e a conjunção alternativa.

Pode-se, entretanto, supor que a recategorização verbo > advérbio > conjunção tenha sido motivada pela semelhança de sentido entre 'se quer' ou 'se deseja', que expressam uma possibilidade de escolha, e o sentido de alternância estabelecido pela conjunção. Houve, pois, uma passagem de um sentido mais concreto, envolvendo um verbo de volição, a um sentido mais abstrato, exprimindo uma relação de alternância; conseqüentemente, como conjunção, a forma passou a ter uma nova distribuição na sentença, experimentando uma sintaticização.

Latim				Português
vel				**vel**
adv.	>	conj. alternativa	>	conj. alternativa

A conjunção **vel** encontra-se documentada no *Cancioneiro da Ajuda*, conforme informação fornecida por Michäellis. (1920: s. v. **vel**).

Maia (1986:878) afirma que a forma **vel** aparece registrada no documento 1258 L 23, redigido na Galiza, cujo escriba dá a impressão de estar acostumado a redigir documentos em latim. Por esse motivo, teria talvez sido levado a interpretá-la como um latinismo; contudo, pelo fato de a mesma conjunção aparecer nos cancioneiros profanos e nas *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, o sábio, ora em forma de exclamação ou invocação:

*'**vel** por Deus', **vel** por Santa Maria*

ora com o valor semântico de **ou**, não se pode rejeitar a possibilidade de que a forma fosse usada na linguagem da época.

Esse item conjuncional não foi encontrado nos textos que serviram de *corpus* a esta pesquisa. Encontra-se, entretanto, aqui mencionado, entre as conjunções herdadas do latim, pelo fato de ser a sua formação e o seu conteúdo semântico similares ao da conjunção **quer... quer** que o substituiu (cf. 4.8.3.6).

4.2 Conjunções provenientes de advérbios

4.2.1 De advérbios latinos

Algumas conjunções documentadas no *corpus* têm origem em advérbios latinos: **mas**, **pois**, **scilicet** (arc.), **u** (arc.), **antes**.

4.2.1.1 Mas

Magis era o advérbio empregado no latim clássico, na formação do grau comparativo: 'tanto mais'. Usado, de início, com adjetivos cujo comparativo não era marcado morfologicamente, seu uso estendeu-se aos demais, substituindo o comparativo em **-ior**, o que pode ser verificado em obras de Plauto e Cícero (Ernout/Meillet 1951, s. v. **magis**)

Juntou-se, posteriormente, à conjunção **sed**, conjunção adversativa mais empregada no latim, para indicar uma ação que ocorreria de preferência a uma outra:

> ... *nom ex iure manum consertum*, **sed magis** *ferro/rem repetunt* (Enn., A.[4] 272 - *apud* Ernout/Meillet 1951). ... 'têm a mão presa não por direito, porém mais pela força e assim impõem alguma coisa'.

Daí, começou a ser usado, isoladamente, com esta mesma carga semântica, isto é, com valor adversativo, vindo a substituir **sed**, na língua falada.

O emprego contínuo do advérbio **magis** após a conjunção adversativa **sed** determinou que, por um processo metonímico, **magis** assumisse o valor semântico do **sed** e terminasse por eliminá-lo da frase.

M. Lübke (Introdução, 192, *apud* Nascentes 1932) afirma que **magis** tinha, em latim, três sentidos: ilativo, comparativo e comparativo-qualitativo. Com o último sentido, aproximava-se de **potius**, superlativo de **potis-e**, 'poderoso' aparecendo, às vezes, claramente com o sentido adversativo.

Ducrot e Vogt (1980:318) afirmam que, já no próprio latim, **magis** era empregado, por vezes, como conjunção adversativa, como se pode verificar no seguinte exemplo, citado pelos autores, retirado da primeira écloga de Virgílio:

*Nom equidem invideo, **magis** miror* 'Não tenho inveja, mas admiração'.

Os autores tentam explicar, do ponto de vista semântico, a passagem do advérbio **magis** a conjunção adversativa, comparando períodos que contêm orações subordinadas comparativas:

*A **magis** quam B*

com períodos em que estão presentes orações coordenadas adversativas:

*Non B, **magis** A*

Segundo os referidos autores, todo comparativo de superioridade implica, por parte do falante, uma atitude negativa que pode ser manifestada ou não pelo emprego de uma partícula de negação. Quando presente, essa partícula apenas reduplica a indicação semântico-pragmática já veiculada pelo comparativo.

A tese defendida por Ducrot e Vogt é a de que o termo comparado é sempre negado no interior do comparativo de superioridade. Trata-se de uma negação argumentativa e não lógica, uma vez que não é uma afirmação de falsidade e não se exprime, exclusivamente, pela negação gramatical. Admitindo como verdadeira essa concepção, pode-se afirmar que **A mais do que B** nega o termo comparado B. Assim sendo, tanto na oração comparativa, quanto na adversativa, há uma negação argumentativa. A conjunção adversativa, pois, segundo Ducrot e Vogt, teve origem no comparativo de superioridade, através de um processo metafórico, que determinou a recategorização:

advérbio > conjunção

Na passagem do advérbio latino **magis** a conjunção, além da recategorização, já citada, houve ainda a sintaticização, que determinou a nova distribuição do item na sentença e a semanticização responsável pela mudança do conteúdo semântico.

No processo de gramaticalização da conjunção latina **magis**, percebe-se a trajetória:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO

O advérbio significando ‘tanto mais’, e expressando, de certo modo, uma noção de espaço, passou a ser usado como reforço adverbial, ao lado da conjunção adversativa **sed**, para indicar uma ação que ocorreria de preferência a uma outra, e que era, portanto, um ‘tanto mais’ necessária ou um ‘tanto mais’ esperada, ou ainda, um ‘tanto mais’ previsível. Estendeu-se, posteriormente, à noção de tempo, vindo finalmente a expressar um sentido nocional.

Magis passou às línguas românicas com o duplo sentido de partícula adversativa e de intensificador. O português arcaico apresenta, alternando com a forma **mas**, a forma **mais**, que, com o passar do tempo, pela qualidade de partícula átona, quando usada como conjunção, perdeu massa fonética e foi reduzida a **mas**.

> *Eu te trago as **mais** maravilhosas novas que viste peça ha e nom de teu prazer, **mas** de teu pesar.* (Dem. Cap. XV, I. 17- 8).
>
> *El quisera-lhi fugir de boa mente, **mais** nom pode* (DSG, I. 14 -8).

A conjunção **mas** é empregada, no português arcaico e também no contemporâneo, como um mero seqüenciador, mero encadeador da narrativa:

> ***Mas** as estórias que em ela parecem, esto vos pareceria, grave cousa de creer, a menos que o vissedes.* (LRR, Cap. III, l. 37-8).

Nesse caso, o **mas** inicia períodos que marca como divergentes dos anteriores, abrindo um bloco de idéias diversas das que foram expressas anteriormente. Neves (1990:9) salienta o significativo papel da conjunção **mas** na organização textual e chama a atenção para o efeito produzido pelo **mas**, quando inicia o parágrafo final de um capítulo.

No período arcaico da língua, ocorre, pois, um novo processo de gramaticalização, a discursivização, e o **mas** passa a encadeador da narrativa, servindo de elo de ligação entre unidades comunicativas. O **mas** passa a ser um elemento do discurso e, como tal, impõe a sua distribuição sintática – sintaticização. Parece não ter havido, entretanto, como no caso da conjunção **e** (cf. 4.1.1), um esvaziamento de sentido, uma vez que, mesmo como encadeador, o **mas** imprime o sentido opositivo a algo expresso anteriormente:

> *As sas duas irmããs que eram mui coitadas pola sa morte começaron a braadar*:

> ***Mas*** *nós sabemos que tu te↓e↓s a vida dos apostolos, alímpias os gafos e alumeas os cegos, ven-te resuscita o nosso morto*. (DSG. 1.29.78).

Esse emprego do encadeador **mas**, como conectivo textual, ocorre, como foi dito acima, também, no português falado contemporâneo:

Inf. *... eu creio que o patrão responde por uma parte... e o empregado descontado em seu salário responde por outra...* ***mas*** *esse depósitos vão constituído vão constituindo um fundo... que :: mediante condições – não posso precisar exatamente quais porque isso seria... ah... uma questão de... conhecer muito bem a Legislação Trabalhista e eu estou afastado disso...*

Doc *uhm uhm*

Inf. ***mas****:: ... preenchidas as condições legais... o fundo de garantia justamente assegura... ao empregado que se retira... um :: certo:: ... ressarcimento... não é*? (SP. Inq. 250, l. 115 - 25)

Nesses casos, o **mas** apresenta ainda, embora bastante diluído, o seu valor semântico de oposição.

Em outros casos, como demonstra Castilho (1997a:113), o **mas** é empregado como um marcador conversacional, em situações em que o locutor procura retomar o tópico da conversação, para pedir maiores informações:

L_1 - *gosto do campo para dormir... descansar por lá... negócio de cultivar não é comigo...*

DOC - ***mas*** *você falou que você passava férias numa fazenda...*

Pode-se ainda perceber, no trecho acima, um resquício do sentido opositivo do **mas**, uma vez que o fato de passar férias numa fazenda implica, normalmente, gostar das atividades que se desenvolvem numa fazenda e o L_1 havia acabado de afirmar "negócio de cultivar não é comigo".

Mas é ainda empregado na língua falada, para assinalar a retomada de conversas habituais:

> ***Mas*** *e aí ... como vão as coisas lá*?

ou em construções exclamativas, destituído de qualquer conteúdo semântico:

> ***Mas*** *que dia lindo!*
> ***Mas*** *que horror!*

Castilho (1997:112) afirma que o valor inclusivo do advérbio **mais** que aparece em:

> *Precisamos de **mais** professores de português.*
> *Ele tem **mais** livros do que seu vizinho*

favoreceu o seu uso discursivo, como uma espécie de conectivo interacional e textual e apresenta, como explicação para a passagem do advérbio de inclusão **mais** à conjunção adversativa **mas**, isto é, para a mudança de sentido experimentada pelo item, os seguintes passos:

a) emprego do **mas** com o sentido de inclusão em sentenças afirmativas:

> *... a gente vive de motorista o dia inteiro, **mas** o dia inteiro.* (D_2 SP 360: 94).

Nesse exemplo, o **mas** soma sintagmas sem apresentar uma relação de contrajunção:

b) o emprego de **mas** contrajuntivo, em sentenças negativas:

> *... ela está lá **mas** não funciona.* (D_2 SP 343: 101).

Nesse caso, o segmento negado pode preceder ou seguir o item **mas**; o valor contrajuntivo, isto é, de oposição, ainda se concentra na negação que pode vir expressa pelo advérbio **não**.

c) o emprego de **mas** contrajuntivo, em sentenças afirmativas:

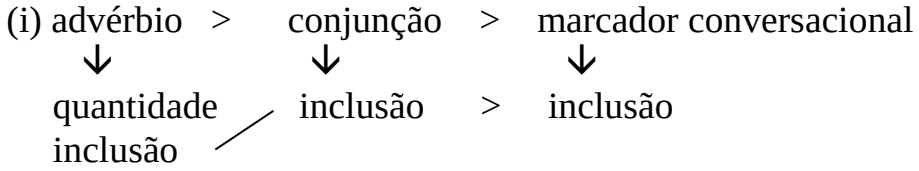
> *... as mais velhas estão entrando na adolescência **mas** são muito acomodadas.* (D_2 SP 360: 41).

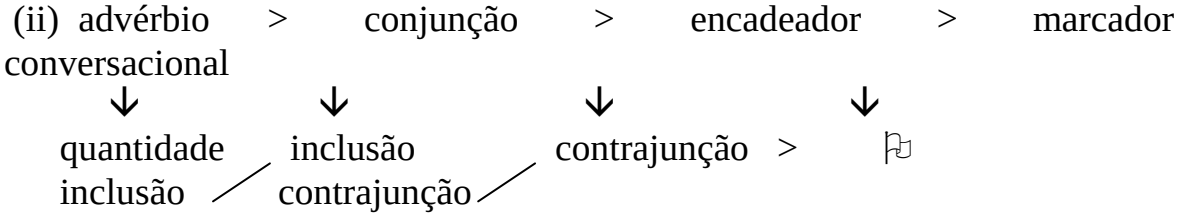
Por metonímia, como afirma o autor, **mas** incorpora o sentido negativo e recategoriza-se definitivamente como conjunção adversativa, dispensando contextos em que a negação esteja presente.

Em exemplos como esse, o valor de inclusão se esvai, aparece o de contrajunção e, como aponta o autor, o item desenvolve novas propriedades sintático-semânticas: internaliza a negação por um processo metonímico e, em conseqüência disso, passa a operador argumentativo de contrajunção, negando a expectativa contida no termo anterior.

O item conjuncional **mas** vem, pois, experimentando, desde o latim, sucessivos processos de gramaticalização.

Castilho admite a existência de duas faces que convivem sincronicamente: uma face discursiva textual-interativa, em que o item **mas** preserva o valor semântico do advérbio de inclusão, e uma face sintática, fruto da gramaticalização desse advérbio, em que se abstratiza o valor de inclusão e se desenvolve o valor de contrajunção. Desse modo, o processo de gramaticalização do item **mas** parece apresentar, na língua portuguesa, duas diferentes escalas de abstratização:





Mas ocorre, na língua portuguesa, como conjunção adversativa ou como encadeador da narrativa, desde o séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Mas						

4.2.1.2 Pois

A conjunção **pois**, segundo Nascentes (1955: s.v. **pois**), provém do latim **postea** que se confundiu mais tarde com **po→st** 'depois'. Alguns autores derivam-na diretamente de **post > pos > pous, pois**. Leite de Vasconcelos (apud Nascentes, 1955) entende que **po→st** explica perfeitamente a forma **pues** do espanhol, mas não a forma **pois** do galego e do português, em virtude da presença da vogal **i**; talvez, diz o autor, o étimo seja **poste**, pronunciado, no latim falado, **posti** em lugar de **postea**. De **posti**, ter-se-ia:

*** poisti ou poist > pois**

Post era, em latim, preposição e advérbio; como advérbio, conforme afirma Gaffiot (1934: s.v. **post**) possuía:

(i) o sentido espacial de ‘atrás’:

> ... *curvari* ***post*** ‘curvar-se para trás’. (Plin. 11, 249)

(ii) o sentido temporal de ‘depois’ , ‘em seguida’:

> ... *in praesentia ... sed* ***post*** ‘no momento ... mas mais tarde’... (Cic., Verr, 5,105).

Como preposição apresentava também :

(i) um sentido espacial de ‘atrás de’:

> ... ***post*** *urbem* ... ‘atrás da cidade’. (Cic., Verr, 5, 169).

(ii) o sentido temporal de ‘depois de’:

> ... ***post*** *diem tertuim ejus diei* ‘três dias depois daquele dia’. (Cic., Att, 3,7.1).

Ainda no baixo latim, **po→st** assimilou o valor semântico da conjunção **postquam** ~ **postea quam** ‘depois que’, aparecendo, segundo Corominas (1991: s.v. **pois**), já nessa época, com valor temporal e explicativo.

Passando ao português sob a forma **pois**, como conjunção e advérbio, **post** conservou, inicialmente, os valores semânticos que já possuía no latim.

Na Dem., documento do séc. XIII, há inúmeros exemplos do **pois**, com valor adverbial de ‘mais tarde’:

> *E* ***pois*** *disse a Erec: Que farei do que prometi?* (Dem. CCCXLV, l. 22-4).

No exemplo seguinte, também da Dem., há três ocorrências do **pois**: na primeira, o item pode ser interpretado como conjunção conclusiva; na segunda, como marcador discursivo; na terceira, como um advérbio de tempo:

> *Desi começou-se a barca de ir polo mar com el e com as donas em tal ora que nom ouve i,* ***pois****, cavaleiro nem outrem no reino de Logres que dissesse* ***pois*** *certamente que o* ***pois*** *vissem.* (Dem., Cap. DCLVIII, l. 07-10).

Percebe-se, assim, que a discursivização do item **pois** data do séc. XIII.

Pois ocorre ainda, na Dem. e nos DSG, como conjunção temporal.

É interessante observar que, como conjunção temporal, o item **pois** ocorre, apenas, em textos dos sécs. XIII e XIV:

> ***Pois*** *esto aveo en tal guisa como vos conto, Elaim, que todo vira, foi logo guarido e são de todas suas chagas e de todas suas feridas.* (Dem., Cap. CL, l. 01-2) - temporal.

> *E* ***pois*** *foron juntados, viron-lhi o pulso e julgaron que mui cedo devia morrer daquela enfermidade.* (DSG: 4.10.4) - temporal.

> *E* ***pois*** *vio que era ferido aa morte, meteo mão a espada e foi aa donzella e disse-lhe...* (Dem., Cap. LXVI, 1.15-7) - temporal.

> *E disse-lhi que se parelhasse pera sa morte, ca preto a tiinha e amoestoo-u que andasse per todos aqueles moesteiros que fezera e que lhis preegasse a vida perduravil e enton* ***pois*** *os todos visitasse, dar-lh'ia Deus lume de seus olhos.* (DSG: 4.8.11) - temporal.

Pois ocorre ainda, no séc. XIII, como conjunção explicativa:

> *'Eu vo-lo direi' disse ella 'pois sabor avedes de o saber'.* (Dem., Cap. XX, l. 17-9).

Quer como explicativa, quer como temporal, a forma **pois** alternava, no português arcaico, com a forma **pois que**, que apresentava as variantes gráficas **poys que ~ poisque**:

> ***Pois que*** *Lançarot ouve feito quanto a cavalleiro convinha, disse: Filho Gallaaz, ora sode cavalleiro.* (Dem., Cap. VII, l. 13-4) - temporal.

> ***Poys que*** *offyzio dos escreuaes é public(ad)o e comunal pera todas, mandamos que a todos aquelles que demãdare ➲ carta pera seus preytos...* (FR, liv. I, l. 505-8) - explicativa.

> *Entam se chegaron os cavalleiros por filhar conselho como fariam,* ***poisque*** *achavam tres carreiras partidas; ca a partir lhes convinha porque eram tres da Demanda.* (Dem., Cap. LXXXII, l. 31-01) - explicativa.

> ***Pois*** *esto aveo en tal guisa como vos conto, Elaim, que todo vira, foi logo guarido e são de todas suas chagas e de todas suas feridas.* (Dem., Cap. CL, l. 01-2) - temporal.

> *E ouverom acordo, dizendo ao conde dom Henrique que **pois** tanta boa gente era contenta de o aguardar em esta cavalgada que sse chamasse rrei de Castella.* (CDP, Cap. XXXVI, l. 27-30) - explicativa.

A variante **pois que**, também com valor semântico temporal, só foi empregada nos sécs. XIII e XIV. Com esse valor semântico, entretanto, permaneceu, na língua, a conjunção **depois que** (proveniente da justaposição da preposição **de** à forma **pois**), a qual já alternava com **pois que** desde o séc. XIII:

> *E era tam fremosa que lhe semelhou mais fremosa que a rainha Genevra e ca [a] rainha Iseu e ca [a] fremosa filia del-rei Pelles, ca lhe semelhou que **de pois que** o mundo foi feito nom foe molher tam fremosa.* (Dem., Cap. CCXLVI, l. 09-12).

> *E se o matare➲ // (fol. 142 v.) **depoys que** lho dere➲ por enmygo nõ aya nenhu➲a pe➲a.* (FR, liv. IV, l. 832-3).

Pode-se supor que **pois que** e **depois que** são oriundas de uma reanálise, de uma reinterpretação dos períodos em que os advérbios ocorriam, seguidos da conjunção **que**, com valor semântico temporal 'quando'. Os advérbios, expressando uma noção de tempo, seguidos de uma conjunção também temporal, reforçaram o seu sentido temporal e passaram a constituir com a conjunção itens conjuncionais para expressar o mesmo conteúdo semântico.

Assim, um período interpretado, inicialmente, como:

> *E se o matare↓ (fol. 142 v) **depoys/que** (= quando) lho derem por enmygo nõ aya nenhu↓a pe↓a.* (FR, liv. IV, l. 832-3).

passou a ser interpretado como:

> *E se o matare↓ (fol. 142 v) / **depoys que** lho derem por enmygo nõ aya nenhu↓a pe↓a* (FR, liv. IV, l. 832-3).

Olinda (1991), na pesquisa já citada anteriormente (cf. 4.1.2), afirma o decréscimo do uso de **pois** e **pois que** temporal, entre a 2ª metade do séc. XIV e a 2ª metade do séc. XV, quando o **pois** passa a predominar como conjunção explicativa, isto é, com o valor semântico explicativo que se reforça a partir do seu uso, como encadeador da narrativa. **Pois que** adquire também, na época, o valor explicativo.

A conjunção **pois** passa a ser explicativa, mas não exclui, inicialmente, a conjunção **ca**, que só vai desaparecer no séc. XVI.

O conteúdo temporal passa assim a ser expresso pela conjunção **depois que**.

No séc. XVI, acha-se concluída a mudança: **ca** desaparece, **pois** e **pois que** desaparecem como conjunções temporais e firmam-se como explicativas.

O desaparecimento de **pois** e **pois que** com valor semântico temporal correlaciona-se, assim, com o emprego dessas formas como conectivos explicativos. A mudança de **pois** substituindo o **ca** não ocorre ao mesmo tempo que a mudança do **depois que** substituindo **pois que**.

Depois que passa a substituir o **pois que** temporal, a partir do séc. XV, enquanto o **pois** e o **pois que** só substituem o **ca** a partir de meados do séc. XVI.

Olinda verificou que, com o valor temporal, **pois** e **pois que** eram empregados em sentenças com verbos no subjuntivo, enquanto que com o valor explicativo ocorriam em sentenças com verbos no indicativo, havendo, entretanto, casos em que podiam ser interpretados quer como conectivos explicativos, quer como temporais, como nos exemplos seguintes, retirados pela autora da CDP:

> *E dizia el-rrei dom Pedro que n'eestes trautos fora fallado secretamente que, **pois** el casava com a filha d'el-rrei d'Aragom e tomava com elle tal divedo, que matasse ou prendesse primeiro o iffante dom Fernando seu irmão.*
>
> *E **pois que** elle, com boom desejo, por naturall enclinaçom, rrefreou os males, rregendo bem seu rreino...*

Nesses casos, o verbo da sentença ocorria sempre nos tempos do indicativo (presente, perfeito, imperfeito), o que parece ter favorecido, por um processo metonímico, a mudança semântica do **pois** e **pois que** temporais para explicativos.

Pois funciona ainda como conjunção conclusiva, como já foi visto, desde o séc. XIII:

> *Digo-vos **pois** que, **pois** se partiu rei Artur do reino de Logres sobre Lançarot, comendou sem falha sa terra e sa molher e sas gentes que ficavam a seu sobrinho Mordoret.* (Dem., Cap. DCXIX, l. 16-8).

No exemplo acima, o **pois** ocorre como conjunção conclusiva e temporal. No exemplo seguinte, **pois** assume o valor concessivo:

> *E que todas estas bondades nom houvesse e fosse a pior do mundo seendo nossa filha, devedes-vos a doer do seu mal, **pois** lhe tanto pesasse como todo o mundo vee que lhe pesa.* (LRR, Cap. VIII, l. 43-5).

Nesse exemplo, o **pois** concessivo coocorre com um **que** também de valor concessivo. Esse, como muitos outros exemplos do *corpus* do português arcaico, parece reforçar a idéia da preocupação estilística de não empregar, num mesmo enunciado, conectivos idênticos para expressar relações também idênticas. Pode-se supor, especialmente pelo fato de o **pois** ocorrer, como conjunção concessiva, apenas uma vez no *corpus*, que o seu emprego tenha sido esporádico, para evitar a repetição do **que.**

O processo de gramaticalização desse item conjuncional apresenta a recategorização sucessiva:

advérbio > preposição > conjunção

e a trajetória:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO

No português, a conjunção **pois** apresentou, inicialmente, os valores semânticos de conjunção explicativa e temporal, passando, posteriormente, a conclusiva e concessiva. Houve ainda, uma discursivização, quando o **pois** passou a ser empregado como marcador discursivo e encadeador da narrativa. Hoje, ainda, o **pois** explicativo funciona como encadeador da narrativa, iniciando períodos que apresentam uma explicação para o que foi dito anteriormente.

Quanto ao seu emprego como marcador discursivo, como já foi explicitado, parece datar do séc. XIII, uma vez que, com esta função, já ocorre na Dem.

No português contemporâneo, **pois** é um marcador discursivo, de uso bastante freqüente no português falado de Portugal, algumas vezes, com valor semântico afirmativo, ou empregado como um reforço da afirmação; outras vezes, desprovido de qualquer conteúdo semântico:

> *x - **pois, pois!** não, valha-me Deus, vá - lá que já há muito aplica e muito (...) desinfectante...* (PF, inf. 0091, l. 34-5)[6]
> *x - segundo ciclo*
> *A - **pois...***
> *x - dado nas aulas de...*
> (PF, inf. 0093, l. 18-20).
>
> *x - evidentemente, pagamos na mesma, evidentemente, porque **pois**, se ele participou que é culpado, **pois** nós temos que pagar, não é, e...* (PF, inf. 0618, l. 52-3) .

[6] Nos diálogos do PF o **A** representa o inquiridor. Trata-se, no exemplo acima, do inquiridor 04.

x - isto já é velho, já é da, da colheita de setenta e dois, ***pois****.* (PF, inf. 0962, l. 10).

x - se um gajo o tira de dentro do ritmo dele, o tipo já não faz nada.
A - ***pois*** *é...* (PF, inf. 476, l. 19-21).

No português falado do Brasil, o **pois** também funciona como um marcador discursivo de afirmação, como no último exemplo do PF, citado.

O valor semântico conclusivo parece ter tido origem numa reanálise baseada na colocação pós-verbal do item, uma vez que, na verdade, o conteúdo semântico conclusivo aproxima-se bastante do explicativo, como se pode verificar nas frases abaixo:

Levante-se, ***pois*** *esta poltrona está reservada.*
Esta poltrona está reservada, levante-se, ***pois****.*

A explicação para o fato de o indivíduo ter de levantar-se nada mais é do que o motivo que gera uma conclusão.

Em vista do exposto, pode-se apresentar o período correpondente ao emprego do item **pois** e das suas variantes, nas diversas acepções, na língua portuguesa:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	Séc. XVII	séc. XX
Pois (temporal)						
Pois que (temporal)						
Depois que (temporal)						
Pois (explicativo)						
Pois (conclusivo)						

4.2.1.3 **Scilicet** (arc.)

Advérbio afirmativo latino, proveniente da junção dos verbos **scire** ‘saber’ e **licet** ‘ser permitido’, **scilicet** significava ‘a saber’, ‘isto é’, ‘bem entendido’. (Gaffiot 1934, s.v. **scilicet**).

Com essa mesma forma latina, ocorre, algumas vezes, como conjunção coordenativa explicativa ou palavra denotativa de explicação, nos textos do séc. XV consultados para esta pesquisa: CC e CDP:

> *Mandou matar tres home↓es bo↓os da cidade de Burgos,* ***scilicet****, Pedro Fernandez de Medina e Joham Fernandez escrivam e Affonsso Garcia de Camargo* (CDP, Cap. XVI, l. 37-9)

> *... e no paaço hu entam liiam degrataaes, seendo o estudo em essa cidade, presente huu trabalham, chamaron duas testemunhas,* ***scilicet****, dom Gil que entom era bispo da guarda e Estevam Lobato, criado d'el rrei...* (CDP, Cap. XXVIII, l. 06-10)

Na CC ocorre sempre abreviada, .**s**. :

> *... e domingo xxij do dito mes aas x oras pouco mais ou menos ouuemos vista dassjlhas do cabo verde* ***.s.*** *dajlha de sã njcolaao seg. dito de p^{o} escolar piloto.* (CC, fol. 1, l. 21-4).

É interessante observar que a forma **scilicet** foi usada, inicialmente, em um texto jurídico, por Fernão Lopes, tabelião geral do reino português e guarda-mor da Torre do Tombo, então Arquivo Nacional de Portugal, podendo, pois, tratar-se de uma idiossincrasia do autor ou de um emprego provocado pela pressão pragmático-discursiva.

Posteriormente, a forma foi também empregada por Caminha, na sua carta, o que se justifica, talvez, pelo fato de a Carta de Caminha, apesar de ser uma narrativa de caráter, até certo ponto, literário, possuir também características de um texto oficial, jurídico.

Pode-se, pois, supor tratar-se de uma forma típica do registro jurídico.

Considerando a forma **scilicet** como conjunção, pode-se dizer que se trata da gramaticalização de uma forma latina ocorrida através de um processo de recategorização e de uma sintaticização em virtude da nova interpretação do item na sentença. Uma gramaticalização, entretanto, provocada pela necessidade da clareza da informação, de uso restrito na língua, já que foi documentada em apenas dois textos de um determinado século.

Alguns gramáticos do português, mais antigos, consideravam conjunções coordenativas explicativas, expressões do tipo 'isto é', 'a saber', 'por exemplo' (cf. Cruz 1959:94). A N.G.B., entretanto, classifica essas locuções como "expressões denotativas de explicação".

Scilicet ocorre unicamente em textos do séc. XV:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Scilicet						

O processo de gramaticalização desse item, se o considerarmos conjunção, como já foi explicitado, constituiu-se apenas da recategorização advérbio > conjunção e da sintaticização, sem que tivesse havido, entretanto, qualquer semanticização.

4.2.1.4 U (arc.)

A conjunção **u** 'quando' tem origem no advérbio interrogativo latino **ubi→** 'onde'. Ocorre na Dem., documento do séc. XIII:

> *Hu↓u dia aveo que, **u** se iam asi pera sa ermida, que acharom Meraugis de Porlegues armado de todas armas.* (Dem., Cap. DCCXI, l. 23-4).

Como explica Gaffiot (1934: s.v. **u→bi➲**), **u→bi➲** era, em latim:
- advérbio interrogativo de lugar:

> ***ubi** sunt qui...?* 'onde estão aqueles que...' (Cic. Verr. 5,104).

- pronome relativo:

> *agri **ubi**...* 'campos onde...' (Cic. Rep. 4,11).

- conjunção subordinativa temporal: 'quando':

> ... ***ubi** hoc nuntiatum est, jubet...* 'quando a notícia for anunciada', ele ordena... (Cic. Caecil. 56).

Passou ao português, sob a forma **u ~ hu**, funcionando também como:

- advérbio interrogativo de lugar:

> ***Hu** he ora o Deus de Elias?* (DSG, 1.4.23).

- pronome relativo:

> *... tomaron o santo bispo Marcelino enas mãos e levaron-no pera aquel logar **hu** ardia a cidade.* (DSG, 1.12.6)

- conjunção subordinativa temporal:

> *Esto dizia a rai↓a de Lançarot* ***u*** *jazia doente.* (Dem., Cap. DCXCVII, l. 18-9).

Originalmente um locativo ‘lugar em que’, o advérbio **u** foi substituído, no português arcaico, pelo advérbio **onde**, proveniente do advérbio latino, também interrogativo de lugar **unde**→ ‘lugar de que’.

Estudando os locativos interrogativos nos DSG, Mattos e Silva (1989:240) depreende um sistema em que, basicamente, se pode interrogar sobre:

> a) o ponto em que algo ou alguém se encontra;
> b) o ponto a que ou para que algo ou alguém se destina;
> c) o ponto de que algo ou alguém provém.

A expressão para as duas primeiras possibilidades é **hu ~ u**, equivalente aos atuais ‘onde’ e ‘para onde’, e para a terceira é **onde**, equivalente ao ‘de onde’.

O lugar sobre o qual se questiona pode ocorrer em interrogativas diretas e indiretas.

Hu = ponto em que algo ou alguém se encontra:

> ***Hu*** *é ora o Deus de Elias?* (DSG, 1.4.23).
>
> *... e preguntô-os* ***hu*** *era o abade.* (1.8.10).

Hu = ponto a que algo ou alguém se destina:

> ***Hu*** *te queres ir?* (DSG, 1.5.10).
> *... e preguntoo-u* ***hu*** *ia?*

Onde = ponto de que algo ou alguém provém:

> ***Onde*** *lhi poderia vi↓i↓r que adevi↓asse as cousas que aviam de vi↓i↓r, depós sa morte, se non porque a alma he de tanta vertude e de tanta soteleza que vio que aviam de vi↓i↓r ao seu corpo?* (DSG, 4.24.13).
>
> *... preguntei-o mui de coraçon* ***onde*** *era e el mi respondeu que era da cidade de Tuderte.* (DSG, 1.28.4).

Nos DSG também, como afirma a autora, **hu** e **onde** são empregados, na maioria das vezes, como relativos em frases afirmativas. Em todos os casos em que **hu** ocorre, 'o ponto em que alguém se encontra' é definível no espaço:

> *Roma **hu** el he.* (DSG, 1.8.39).

Das 33 ocorrências de **hu**, nos DSG**,** como relativo, apenas em uma, **hu** assume valor temporal e não locativo:

> *Ca, como quer que aqueles que ordi↓ada vida fazen non queiran seer meestres **hu** primeiramente non foron discipulos.* (1.12.20).

Do mesmo modo, o **onde** também é empregado em sentenças em que o ponto 'de que algo ou alguém procede' é definível no espaço:

> *E pelo deleito que a alma recebe da carne que está no fundo, **onde** dece o fedor...* (4.34.21).
>
> *... lhi talhava aquela parte do corpo **onde** lhi aquele mal nacia...* (1.5.54).
>
> *... e era oito milhas da cidade **onde** o bispo avia de vi↓i↓r.* (DSG, 3.12.6).

Em dois casos, apenas, **onde** funciona como um relativo de valor temporal:

> *Acaecer-lhis-ia que **onde** homen cuidava que a culpa menguasse, ende creceria e faria-se maior.* (4.8.8).
>
> *E era gram maravilha ca **onde** huum avia mal, ende os outros todos aviam peior.* (3.5.11).

Há casos, porém, em que **onde** se refere a um ponto abstrato ou nocional, como, por exemplo, nos seguintes períodos:

> *Veo a hu↓a enfermidade **onde** xi lhi atou morte.* (4.16.6).
>
> *... começô a rogar que lhi desse **onde** podesse amansar a sanha do clerigo.* (1.19.12).

Vê-se pois que, como interrogativo, o **hu ~ u** conservou o sentido original do locativo latino, assim como o **onde**. Como relativos, percebe-se a trajetória.

ESPAÇO > TEMPO percorrida pelo **u**

e

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO percorrida pelo **onde**

O advérbio **hu ~ u** conservou-se no português arcaico; o seu valor semântico foi absorvido pelo **onde** que, no português contemporâneo, ainda apresenta o valor espacial, temporal e nocional.

Said Ali (1921:172) explica que, para denotar o lugar de presença e o de procedência, serviram à linguagem antiga os advérbios **u ~ hu** e **onde**, respectivamente. Como, porém, a noção de procedência se indicava pela preposição **de**, foi criada, por analogia, a forma **donde**. A vulgarização de **donde** deu lugar a que se pensasse ser o **onde** sinônimo de **u**.

O advérbio **u** passou, pois, posteriormente, a ser supérfluo e fadado a desaparecer; com efeito, aos poucos, foi se tornando cada vez mais escasso, até tornar-se raridade na linguagem quinhentista e seiscentista.

A forma **u** experimentou, em latim, uma gramaticalização, caracterizada por uma recategorização: advérbio > conjunção e por uma sintaticização, ou seja, pela reinterpretação do item na sentença, ao passar de advérbio a conjunção. Como conjunção, foi empregada, no português, no séc. XIII, com o mesmo valor temporal que já possuía no latim clássico, mas, no século seguinte, entretanto, voltou a ser empregada, exclusivamente, como locativo interrogativo ou pronome relativo, como atestam os dados obtidos nos *Diálogos de São Gregório*, por Mattos e Silva (*id. ibid*: 240...).

Pode-se, pois, estabelecer o período em que o item **u** foi empregado na língua portuguesa:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
U (locativo interrogativo ou pronome relativo[7])						
U (conjunção)						

[7] O traço interrompido se refere ao período em que, como afirma Said Ali, a forma **u** era já arcaizante e raramente empregada.

É também derivada de um advérbio latino **ante**, a conjunção adversativa **antes**, que será analisada juntamente com a conjunção **ante que ~ antes que** (cf. 4.4.1.3).

4.2.2 Conjunção proveniente de advérbio português

Duas conjunções encontradas no *corpus* originam-se de um advérbio da própria língua portuguesa: **somente** e **logo**.

4.2.2.1 Somente

Reunido ao ablativo do substantivo feminino latino **mens-mentis**, o adjetivo **só**, deu origem ao advérbio **somente**.

O mecanismo de derivar advérbios de adjetivos, através da adição da palavra **mente** ao adjetivo que se quer adverbializar, remonta ao latim falado. Como explica Câmara Jr. (1985:121), no latim literário clássico, já se encontra o início dessa construção, mas ainda sem a significação genérica e diluída do substantivo **mente**, isto é, sem que o substantivo **mente** já tivesse experimentado o esvaimento semântico e passado a ser um mero item gramatical. Assim, no latim clássico, **alta mente**, por exemplo, significava 'com um estado de alma superior'.

Como explica Said Ali (1928:169), por algumas formações desse tipo, modelaram-se muitas outras, o que contribuiu para que o substantivo **mente** perdesse a significação primitiva, passando a funcionar como sufixo derivativo de advérbios.

O advérbio **somente** ocorre, nos textos dos sécs. XVI consultados para esta pesquisa, como conjunção adversativa:

> *E se ouvere↓ de mudar meus ossos nõ ho ffaçã cõ chamame↓to de gente ne↓ gasto,* ***somente*** *cõ atee mea dozia de crérigos ou Religiosos.* (CJ CXIX, l. 44-6) - séc. XVI[8]

> *... nam avya disso memoria,* ***somente*** *escreveome Gonçallo Machado que dezia frey Diogo que nam avya de fallar a S.A. sem ho mandar chamar.* (CJ CI, l. 66-72).

> *Peró que este divino sacrifiçio em nenhu↓a párte seja máis açeito a Deos que em os templos, por serem pera isso dedicádos a ele, não trataremos das suas pártes e dô que significam:* ***sòmente*** *dos sinos que nos chamam a orár a Deus, per os quáes podemos entender as trombetas*

[8] Nesse exemplo, pode-se também admitir que **somente** esteja empregado com valor adverbial, estando elíptica uma conjunção adversativa.

> *do Vélho Testamento e a pregaçam do Novo que chama os póvos à fé.* (C, l[a] parte: Material, l. 01-6).

Pode-se supor que, por influência da oração negativa precedente, por um processo metonímico, pois, o advérbio **somente** tenha experimentado a gramaticalização:

advérbio > conjunção
↓ ↓
'só' 'relação de contrajunção'
'apenas'
'unicamente'

A forma **somente**, como conjunção, não foi encontrada nos textos do séc. XVII, consultados para esta pesquisa.

Também não faz parte dos elencos das conjunções adversativas apresentados pelos gramáticos contemporâneos; não ocorre nos diálogos do Projeto NURC e do Português Fundamental consultados. Entretanto, ainda é empregada na língua falada, em períodos do tipo:

> *Ele não me disse tudo, **somente** que os pais vão viajar.*

que pode ser reinterpretado como:

> *Ele não me disse tudo, **mas** (me disse) que os pais vão viajar.*
>
> ou
>
> *Ele não me disse tudo, (disse-me) **somente** que os pais vão viajar.*

Uma vez que o item conjuncional **somente** foi detectado nos textos do séc. XVI que constituíram parte do *corpus* desta pesquisa e continua a ser usado pelo português falado, pode-se admitir que venha sendo empregado a partir do séc. XVI, mas que o seu emprego seja mais freqüente na língua falada, sendo, na língua escrita, de uso restrito:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Somente						

É também derivada de um advérbio português – **logo** –, a conjunção **logo**, que será analisada juntamente com a conjunção **logo que** (cf. 4.4.1.7).

4.3 Conjunções provenientes de preposições

Algumas conjunções portuguesas são provenientes de preposições: uma diretamente de uma preposição latina: **segundo**; uma diretamente de uma preposição da própria língua portuguesa: **conforme**; outras, da justaposição de preposições a pronomes ou da associação de uma preposição a uma forma verbal: **contanto que**, **conquanto**, **contudo**, **enquanto**, **em tal que** (arc.), **en tanto que** (arc.), **entanto ~ no entanto**, **entre que** (arc.), **pero** (arc.), **por isso**, **porquanto**, **portanto**, **porque**, **por conseguinte**.

Entre essas, **pero** é formada pela associação da preposição **per** ao demonstrativo latino **hoc**. As demais são formações da própria língua portuguesa.

Há ainda a conjunção **porém**, constituída da associação da preposição **per** ao anafórico arcaico **ende** proveniente do advérbio latino **i↑nde**. Tendo em vista serem as conjunções **pero** e **porém** constituídas pelas mesmas preposições **per** e **por** que deram origem a outras conjunções da língua portuguesa, as duas aparecem, nesta pesquisa, analisadas em conjunto.

4.3.1 Conjunção proveniente de preposição latina

Uma única conjunção, **segundo**, provém de uma preposição latina, também conservada na língua portuguesa.

4.3.1.1 Segundo

Proveniente do adjetivo latino **secundu-**, antigo particípio de **sequor**, com a forma excepcional em **-undus**, a preposição **segundo** significava, no latim, ‘que segue’, ‘que não oferece resistência’. (Ernout e Meillet 1951: s.v. **secundus, a, um**).

Adquiriu, posteriormente, o sentido de ‘que vem depois’ e, conseqüentemente, ‘inferior’ e, com esse sentido, passou a numeral ordinal.

O sentido de ‘conforme’, adquirido, ainda mais tarde, como explicam os autores acima citados, lembra o correspondente do sânscrito **sace** = ‘convém’, no iraniano: av. hacacte = ‘il convient’. Com este sentido, passou a preposição, regendo o caso acusativo.

Segundo Gaffiot (1934: s.v. **se↑cundum**), essa preposição podia ainda significar:

- ‘**ao longo de**’:
  secundum mari ‘ao longo do mar’(Cic. Att. 16.8.2).
- ‘**imediatamente depois**’:
  secundum videmiam ‘imediatamente depois da vindimia’. (Cic. Agr. 114, 1).
- ‘**depois de**’
  secundum patrem, tu es pater proximus ‘depois de meu pai, és o primeiro a ser para mim um pai’. (P, Ca. 239).

Tornando-se conjunção na língua portuguesa, conservou o sentido de ‘conforme’, ‘de acordo com’, passando a expressar uma relação de conformidade.

Ocorrem, no séc. XIII, em lugar da forma **segundo**, as variantes **segundo que, segundo como** e **segundo em como**, nas quais **segundo** aparece reforçada por outras conjunções subordinativas:

> *Qvando o marido ou a molher poen vinha in terra que seya de qualquer delles e morrer hum delles cuya for a terra, fille o terreo e **segundo que** poem as outras uinhas enaquel logar assy partado e o al cu↓nos fillos do morto ou cu↓ seus herdeyros se fillos non ouuer.* (FR, liv. III, l. 211-5).

> *Se o padre ou a madre deue <e> re↓ en probeça en sa uida dos fillos, quer seyã casados quer non, mandamos que, **segundo como** for seu poder de cada huu, que gouerne o seu padre ou sa madre.* (FR, liv. III, l. 589-92).

> *... e deytare algu↓as cousas do nauyo pera aliuyalo e aquelas cousas que deytare↓ a porto ne fora, todos os que andare↓ no nauyo seiã teudos de pagar **segu↓do en cõmo** traie no nauyo.* (FR. liv. IV, l. 1237-41).

A forma **segundo**, sem o **que** ou **como**, começa a aparecer nas *Cartas da corte de D. João III*, textos do séc. XVI:

> *Luis Vaneguas he chegado à aldea Galegua, **segundo** oje soube por huu↓ criado seu e passara esta noite.* (CR, LXXI, l. 02-03).

> *... e a Resposta que sua alteza vos deu ao de Marty↓ de Castro me parece que é **segu↓do** o tempo justa.* (CIL, XXIV, l. 03-04).

Observando o caminho percorrido pela forma **segundo** até chegar a conjunção e estabelecer uma relação de conformidade, verifica-se:

1) uma recategorização sucessiva:
   adjetivo > numeral > preposição > conjunção;

2) a passagem de um item lexical para itens cada vez mais gramaticais;

3) a mudança de conteúdo semântico que acompanha cada recategorização e que se processa do sentido [+ concreto] para o [- concreto]: semanticização.

adjetivo	>	numeral
↓		↓
que segue	>	que vem depois
numeral	>	preposição e conjunção
↓		↓
que vem depois	>	de acordo com, conforme

4) a distribuição diverge nas sentenças de acordo com a classe gramatical e a função exercida pelo item: sintaticização.

Como se pode verificar, a mudança de sentido ocorrida é sempre metafórica:

que se segue > que vem depois e, automaticamente, inferior;
que vem depois > de acordo com, conforme.

Percebe-se ainda a trajetória de alteração semântica percorrida:

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
‘que segue’		‘que segue’		‘de acordo com’
‘que vem depois’		‘segundo’		‘conforme’
		‘imediatamente depois’		

O item **segundo** perde o seu sentido básico de ‘que segue’, referente ao espaço e ao tempo e adquire o sentido abstrato de ‘de acordo com’, para

expressar uma idéia de conformidade, na qual se inserem, ainda que levemente, resquícios do seu sentido primitivo.

Observa-se que as formas **segundo que, segundo como** ou **segundo em como** precederam a forma **segundo**, hoje empregada no português contemporâneo. Pode-se admitir que na passagem de preposição a conjunção, **segundo** tenha se associado às conjunções modais **que** e **como**, possivelmente, para se distinguir da preposição. A preposição e a conjunção, inicialmente dois itens isolados, foram reinterpretadas como elementos constituintes de um único item conjuncional. O valor semântico da preposição com a associação da conjunção foi reforçado, uma vez que a relação de conformidade expressa pela preposição é também uma relação de modo.

Posteriormente, como ocorreu com outros itens conjuncionais (cf. 4.3, 4.3.3.3.2 e 4.3.3.4.2), a preposição, já imbuída do valor conjuncional, passou a ser empregada isoladamente, conservando uma única forma para exercer as funções de preposição e de conjunção.

Said Ali (1921:214) salienta o emprego de **segundo**, como conjunção causal, em *Os Lusíadas*:

> *Diz-lhe que vem de gente carregadas e dos trocões horrendos de Vulvano, e que pode delles opprimido,* ***segundo*** *estava mal apercebido.* (Cam. Lus. 9,7).

Com esse valor semântico, a conjunção **segundo** não foi documentada no *corpus*.

Segundo é uma conjunção conformativa amplamente empregada no português escrito ou falado contemporâneo. Não foi, entretanto, detectada nas transcrições dos diálogos que serviram de *corpus* a esta pesquisa. Trata-se de uma conjunção empregada na língua desde o séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Segundo que						
Segundo como						
Segundo em como						
Segundo						

4.3.2 Conjunção proveniente de uma preposição da língua portuguesa

4.3.2.1 Conforme

A preposição latina **cum**[9] , justaposta ao verbo **formare**, deu origem, em latim, ao verbo **conformare** 'dar uma forma', do qual deriva o adjetivo **conformis, e** 'exatamente', 'semelhante' (Gaffiot 1934: s.v. **conformis, e**), origem, no português, da locução prepositiva quinhentista **conforme a** e da preposição e conjunção **conforme,** ainda empregada no português contemporâneo.

A locução prepositiva **conforme a** começa a aparecer em textos do séc. XVI, apresentando as variantes gráficas **cõforme a, confforme a** e **comforme a**:

> *...e elle me tinha escrito que tudo pratiquara cõvosquo, senhor, e me tinha avisado **cõforme a** vossa carta; e asi se fara pois e **cõforme a**o que se deve fazer.* (CT, CXXXIV, l. 05-7).

> *Muyto vos encomendo que, **confforme a**o que se deve esperar de vossa prudentia e de quem vos soeys, asy vos ajaes no sentimento d'este caso, posto que seja cousa tam difficil de fazer.* (CR. LXV, l. 08-11).

> *E trabalhay quanto poderdes por que vos Responda **comforme a**o que peço;* (CDJIII, VI, l. 233-4).

Nos textos de Vieira, séc. XVII, encontram-se a locução prepositiva **conforme a** e a preposição **conforme**:

> *Torno a Lisboa, ao conde Odemira, dou-lhe a notícia da nova ordem de El-Rei, e **conforme a** ela se mandou aos capitães-mores que aquela noite se embarcassem para dar à vela pela manhã, porque já não havia tempo, nem maré.* (CVM, LV, l. 158-62).

> *Chegamos às dez horas da noite, e aqui achámos o Padre Antonio Ribeiro que ia em demanda da cidade, **conforme** o aviso que recebera...* (CVM, LXV, l. 239-41).

A conjunção **conforme** não foi documentada, entretanto, nas obras consultadas do supracitado autor.

A preposição e a conjunção **conforme** são frutos de uma gramaticalização:

adjetivo > locução prepositiva > preposição > conjunção

[9] Um estudo semântico mais detalhado dessa preposição será apresentado quando da análise das conjunções formadas com a justaposição da preposição **com** (cf. 4.3.3.1).

na qual se observa a passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] ‘semelhante’ para um [- concreto] ‘de acordo com’, ‘conforme’, motivada por um processo metafórico, uma vez que o que é ‘semelhante’, tem, provavelmente, mais ou menos a mesma forma, estando, pois, **conforme** ou **de acordo com** algo.

A conjunção **conforme** foi documentada, no *corpus* consultado, apenas nas transcrições dos diálogos do Português Fundamental, o que permite supor ter o seu processo de gramaticalização ocorrido após o séc. XVII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Conforme						

A preposição e a conjunção **conforme** são, atualmente, bastante empregadas na língua escrita. No português falado do Brasil é mais empregada como preposição, sendo, como conjunção, geralmente substituída por **como**. Em Portugal, entretanto, ocorre com freqüência na língua falada, como preposição ou conjunção:

> *... de verão vendo acerca de cinqüenta livros por semana, de quinze em quinze dias, de inverno, vinte e cinco, trinta, é,* ***conforme*** *o movimento, quer dizer, que há.* (PF, inf. 0502, l. 07-9).

> *... não há pessoas prejudicadas com a linha... apesar de que o comboio* ***conforme*** *está, não servia, há pessoas que inda o utilizam, principalmente as aldeias (...), que servia o comboio.* (PF, inf. 0502, l. 65-7).

4.3.3 Conjunções provenientes da justaposição de preposições a pronomes ou forma verbal

4.3.3.1 A preposição <u>com</u>

Três conjunções portuguesas são oriundas da justaposição da preposição **com** a pronomes indefinidos: c**onquanto, contanto que, contudo.**

A preposição **com**, proveniente da preposição latina **cum**, é empregada, no português, desde o séc. XIII (Cunha 1989:197). Segundo Machado (1967: s.v. **com**), já o latim arcaico conhecia as formas **cum** e

com que indicavam companhia, em sentido próprio ou figurado. Faria (1958:255) cita um exemplo em que esse sentido é bem evidente:

> ...*habitatque cum Balbo* ‘mora com Balbo’ (Cic., *Att*., 14,20,24).

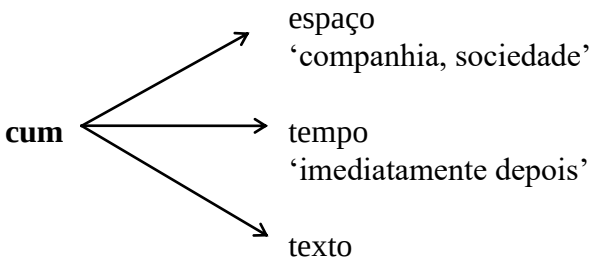
Gaffiot (1934: s.v. **cum**) especifica que a preposição **cum**, em latim, expressava idéias de:

- **companhia, sociedade:**
  habitare cum aliquo ‘habitar com alguém’. (Cic., *Att*., 14-20,4)
- **acompanhamento no tempo**
  exit cum nuntio ‘sair com a notícia’. (Caes. G. 5.46)
- **qualificação material:**
  magno cum luctu et genitis totius civitates ‘no meio da desolação e dos gemidos da cidade inteira’.(Cic. Verr. 4.76).
- **instrumento:**
  cum lingua lingere ‘mexer com a língua’. (Catul. 98.3).

- **conseqüência:**
  Flaminius cecídit apud Trasumennum cum magno rei publicae vulnere ‘Flamínio sucumbiu a Tresiméne, com um golpe terrível à república’. (Cic., Nat, 2.8.C).

Ernout e Meillet (1951: s.v. **cum**) acrescentam a esses o sentido de ‘contrário’ que possuía o **cum**, em expressões como: **agere cum** ‘guerrear com’ ou **bellum gerere cum** ‘lutar com’.

A conjunção **cum** expressava, pois, em latim, o sentido temporal de ‘imediatamente depois’ e sentidos nocionais de: companhia, qualificação material, instrumento, conseqüência e oposição:



Borba (1971:83) demonstra que, na língua portuguesa, a preposição **com** não só é usada para indicar companhia:

> *Ele viveu bem com os padrinhos.*

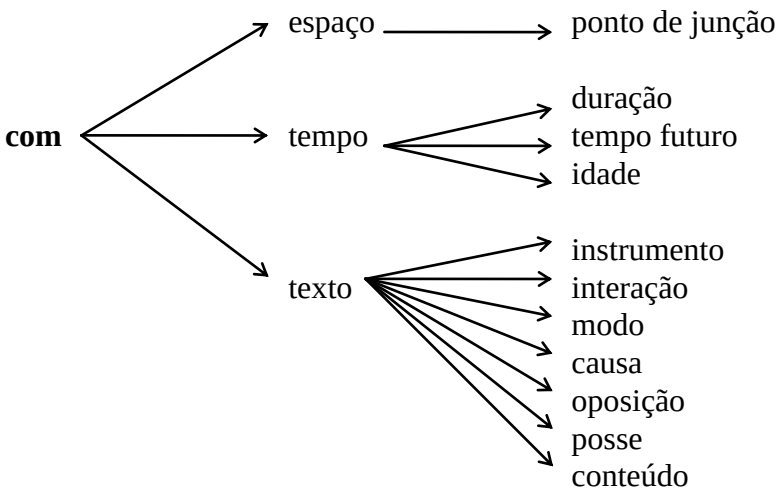
mas também para expressar:

- **ponto de junção:**
  No cruzamento com a praia de Botafogo, o bonde teve que parar.
- **duração de tempo:**
  Senhores passageiros, viagem direta com 19 horas.
- **tempo futuro:**
  Com mais dois anos, está o senhor batendo sola.
- **idade**
  E uma pessoa pode ler com cinco anos.
- **instrumento / meio**
  matou com a faca.

A esses valores semânticos podem ainda ser acrescentados, como demonstra Michäelis (org: 1997, s.v. **com**):

- **interação**
  conversar com alguém.
- **combinação, adição:**
  café com leite.
- **modo**
  encarou-o com o sobrecenho carregado.
- **causa**
  as plantas murcham com o calor.
- **oposição**
  lutou com o ladrão.
- **posse**
  rapaz com dinheiro.
- **conteúdo**
  caixas com remédio.

No português, pois, a preposição amplia o seu campo semântico passando a referir-se a:



Borba (*id. ibid*: 83) explica que o primeiro sentido comum a todas as preposições portuguesas é o sentido espaço-temporal, isto é, a localização no espaço ou no tempo, mas que há, entretanto, preposições que só indicam espaço, enquanto outras só indicam tempo.

Pode-se dizer que, significando, no latim, 'companhia', a preposição **com** indicava, de certa forma, um espaço, no sentido de que expressava um desdobramento, um aumento do agente, do tema, etc.

João →

João com Maria →

Desse modo é fácil admitir que tenha vindo a expressar, em português, noções como as de direção, de localização ou de junção, assim como a noção de tempo.

Percebe-se, pois, a trajetória seguida pela preposição na passagem do latim para o português e o processo metafórico que determinou a alteração semântica:

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
'companhia'		'quando'		'instrumento'
'interação'		'idade'		'qualificação material'
'adição'		'duração'		'circunstâncias: causa, conseqüência'
'junção'		'futuro'		'oposição'
'direção'				'posse'
				'conteúdo'

4.3.3.1.1 Conquanto

Justaposta ao indefinido **quanto**, a preposição **com** deu origem à forma **conquanto**, que ocorre, nos textos do séc. XVI consultados para esta pesquisa, apresentando:

(i) a variante gráfica **cõ quantos** que ainda admite as flexões do indefinido e contém o valor semântico de 'com aqueles que':

> *Eu, Deos seja louvado, fico de saude* ***com quãtos*** *as grãdes calmas e os trabalhosos caminhos forão a isto asaz contrairos.* (CIL, XLIII, l. 48-50).

(ii) a variante **cõm quãnto**, já com o valor semântico de ‘apesar de que’, ‘embora’:

> ***Cõ quãto*** *venho bem desejoso de Repousar, por que desejo mays todos os meyos para a saude e cõte↓tame↓to de sua alteza, nã me pessara de acõpanhar sua alteza e↓ algu↓a mays larga jornada...* (CIL, XII, l. 06-9).

o que indica não estar o item ainda devidamente gramaticalizado na época.

Como conjunção concessiva, **conquanto**, no séc. XVI, inicia orações com verbos no indicativo. No português contemporâneo, **conquanto** é empregada com verbos no subjuntivo; seu emprego parece restringir-se à modalidade escrita, quer em Portugal, quer no Brasil.

Pode-se supor que o conteúdo semântico concessivo assumido pelo item **conquanto** tenha se originado de um processo metonímico, em virtude do emprego do item em sentenças negativas ou em sentenças afirmativas, precedidas ou seguidas de sentenças negativas, ou ainda, de um processo metafórico, uma vez que a preposição **cum** já expressava, no latim, em expressões como **agere cum**, **bellum gerere cum** e outras, o sentido de ‘contrário’.

Uma vez que a língua portuguesa conservou esse sentido, é também possível que, por uma metáfora, a preposição **com**, parte integrante da conjunção **conquanto**, tenha assumido o valor opositivo, para expressar a relação de concessão.

O processo de gramaticalização desse item conjuncional parece ter sido concluído no final do séc. XVI ou no séc. XVII; embora, nos textos do século XVII consultados, esse item conjuncional não tenha aparecido, pode-se supor que tenha sido usado, na língua portuguesa, a partir do séc. XVI, uma vez que ainda é empregado pelo português contemporâneo:

	séc. XIII	séc. XIV	Séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Conquanto						

A conjunção concessiva **conquanto** não foi detectada nos textos de língua falada consultados para essa pesquisa; como foi especificado acima, seu emprego parece restringir-se à língua escrita.

4.3.3.1.2 Contanto que

Formada da justaposição da conjunção **com** ao indefinido **tanto**, do indefinido latino **tantu-** ‘tantas coisas’, seguido da conjunção **que**, essa

conjunção ocorre no português, a partir do séc. XIII, estabelecendo uma relação de condição:

> *E ella disse que o nom faria. Empero tanto apresiou com ella que lhe veo a outorgar todo o que mandasse,* ***com tanto que*** *fezesse o que lhe prometera.* (Dem. Cap. CCXLVIII, l. 03-6).

No séc. XV, já apresenta a forma gramaticalizada no nível da escrita:

> *- Si, porque a licença que Horácio, em sua Arte Poética, <Horatuus in Arte Poética> dá aos latinos pera compoerem vocábulos nóvos,* ***contanto que*** *saiam da fonte grega, éssa poderemos tomár, se os derivarmos da latina.* (DLNL, p. 401, l. 06-9).

No séc. XVII, volta a ocorrer, em posição inicial no período, a forma não-gramaticalizada ao nível da escrita, **com tanto que**:

> *Não que lhes pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhes pareçam suas ambições e, em fim, todos os seus pecados.* ***Com tanto que*** *se descontentem de si, descontentem-se embora de nós.* (SS, l. 967-1000).

O valor condicional da conjunção **contanto que** parece ter sido fruto de uma reanálise que, em lugar de interpretar **com tanto** como preposição+pronome, significando 'com tudo isso', 'com tantas coisas', com um sentido de certo modo espacial, seguido da conjunção **que** condicional, reinterpretou os três itens como componentes de um único item gramatical, com valor condicional. Nesse caso, a preposição e o pronome reunidos teriam assumido, por um processo metonímico, o valor semântico que expressa a relação de condição.

A conjunção **que** com valor condicional é empregada, regularmente, em textos dos sécs. XIII e XIV, daí ser possível admitir essa hipótese:

> *E se nom fosse u ↓u pecado en que tam longa mente durou, nom falecera* ***que*** *nom ouvesse onra e loor en esta demanda.* (Dem. Cap. DXLVIII, l. 14-6).

> *Sabe por certo* ***que****, se tu negares e per esta guisa quiseres ir, nom pode estar que nom emprenhes...* (LRR, Cap. IV, l. 80-1).

A conjunção condicional **contanto que** é, assim, empregada no português desde o séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Contanto que						

Embora empregada com freqüência no português escrito ou falado contemporâneo, não ocorreu nas transcrições dos diálogos que serviram de *corpus* a esta pesquisa.

4.3.3.1.3 Contudo

A justaposição da preposição **com** ao indefinido **tudo**, proveniente do pronome indefinido latino **totu-**, 'a totalidade de pessoas, animais ou coisas', deu origem ao advérbio e, posteriormente à conjunção adversativa **contudo**.

Ainda conservando o sentido de 'com todas as coisas' ou 'com todas essas coisas', e, ainda não gramaticalizado no nível da escrita, e até mesmo no nível semântico, **cõ tudo** ocorre em textos do séc. XVI:

> *... mas por mim nã me da nada, antes folguo porque me mostrã a cõta que faz de mim ho mundo,* ***e*** *me desobriguã pera eu fazer a mesma d'ele se podese.* ***Cõ tudo*** *sera pouco trabalho madar-lhe as cartas a Arraiolos.* (CT. CLXVI, l. 20-1).

Nos textos do séc. XVII consultados para esta pesquisa, **contudo** apresenta já a justaposição, mas ainda conserva o significado de 'com tudo isto', isto é, mantém ainda, bem nitidamente, o sentido original, proveniente da junção da preposição com o pronome:

> *... e posto que se puseram em campo por nós,* ***contudo*** *contra um povo furioso ninguém prevalece.* (CVM, LXIV, l. 424-6).

Ocorre, também no séc. XVII, como reforço adverbial ou encadeador da narrativa, mas já contendo o valor semântico adversativo:

> *Sêneca não conhecia a imortalidade da alma; o mais a que chegou foi a duvidá-la, e* ***contudo*** *entendia isto.* (S4ªf.C, I, l. 578-80).

> *... antes o aplaudiram todos os queixosos, que pela maior parte são os mais beneméritos.* ***Contudo****, sem fazer caso desta nem de nenhuma outra*

> *razão, me sujeitei logo ao parecer de V.Exª., e em lugar daquele sermão vai outro para suprir o número.* (CVB, CXLI, l. 36-40).

Contudo, **todavia, entretanto** e **no entanto** têm um comportamento sintático peculiar: podem ocorrer em diversas posições na sentença, o que faz com que Said Ali (1966:223) afirme não serem essas partículas propriamente itens conjuncionais adversativos, uma vez que a sinonímia com **mas** é imperfeita, mas partículas que parecem ocupar uma posição intermediária entre advérbios e conjunções. Isso significa que o processo de gramaticalização dessas formas não se completou e elas não têm o comportamento típico da conjunção adversativa **mas**.

Houve a recategorização:

preposição + pronome > advérbio > conjunção > encadeador da narrativa

e a mudança de conteúdo semântico que pode ser explicada:

(i) por um processo metonímico, devido ao emprego do item em sentenças negativas ou em sentenças afirmativas precedidas por sentenças negativas, como se pode verificar nos dois últimos exemplos citados;

(ii) por um processo metafórico motivado pelo sentido opositivo que podia ser expresso pela preposição.

O emprego de **contudo**, no português contemporâneo do Brasil, é mais comum na modalidade escrita. Em Portugal, ocorre na língua falada, mas não com freqüência:

> *... há um completo desprendimento do pai em relação aos filhos... a mãe, **contudo**, tem que pedir autorização ao pai para tudo.* (PF, inf. 0053, l. 03-5).

Pode-se, pois, datar para o início do séc. XVII, o aparecimento dessa conjunção adversativa:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Contudo						

Os processos de gramaticalização ocorridos com as conjunções formadas da preposição **com** (**cum**) podem ser assim esquematizados:

		Preposição	**Adjetivo**	**Adjetivo**	**Pronome**	**Preposição**	**Conjunção**
Processos Metafóricos	Latim	cum 'companhia'	formis - e	conforme			
	Português	com 'contra'			tudo	conforme	conforme contudo
		com 'contra'			quanto		conquanto

		Preposição	**Pronome**	**Conjunção**	**Conjunção**
Processo Metonímico	Português	com 'companhia'	tanto	que (condicional)	contanto que = conj. condicional

4.3.3.2 A preposição <u>em</u>

Proveniente da preposição latina **i→n,** a preposição **em** deu origem a quatro conjunções portuguesas, quando associada ou justaposta aos pronomes indefinidos **quanto, tal** e **tanto: enquanto, em tal que, en tanto que, entanto ~ no entanto.**

A preposição **i→n** latina regia, como explica Gaffiot (1934: s.v. **i→n**), o ablativo ou o acusativo, indicando, com o ablativo, repouso e, com o acusativo, movimento:

> *in eo portu piratae navigaverunt* 'piratas navegaram neste porto'. (Cic. Verr, 5, 138).
>
> *in portum accedere* 'colocar pela porta'. (Cic, Verr. 5, 138).

O movimento podia ter um sentido:

- **local**:

  in Avernos versus 'do lado dos Avernes'.

- **de direção**:

  in Vbios legatos mittere 'enviar deputados aos Úbios'. (Caes. G. 4.11).

A conjunção **i→n** + acusativo podia ainda expressar:

- **tempo**:
  dormire in lucem ‘dormir até o dia amanhecer’. (Hor. Ep. 1,18,34).
- **noções diversas de**:
  - dimensão
    in altitudinem ‘na altitude”. (Hor. S. 1,18,12).
  - passagem para outro estado:
    mutare in ‘mudar em’
  - divisão em partes:
    in singulos equites ‘por cavaleiro’. (Liv. 22, 54, 2).
  - conformidade:
    servilem in modum ‘à maneira dos escravos’. (Cic. Verr. pr. 13).
  - em favor de, por:
    in libertatem Crotonis pugnare ‘combater em favor da independência de Crotone’. (Liv. 24,2,4).

Seguida do ablativo, **i→n** significava:

- **dentro de, sobre**:
  in senatu litteras recitare ‘ler a carta no senado’. (Cic. Fam. 3,3,2)
  habere coronam in capite ‘ter a coroa na cabeça’. (Cic. Verr, 5, 27).

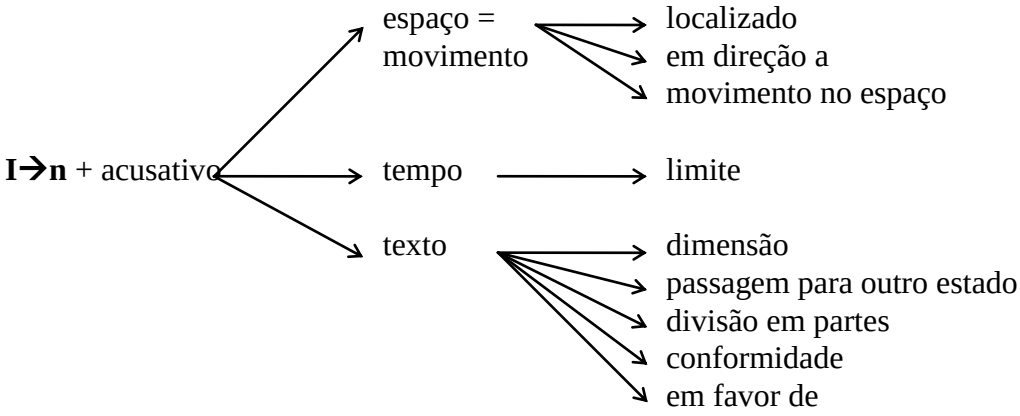
Podia também indicar:

- **tempo**:
  - espaço de tempo no interior do qual se passava uma ação:
    ternae epistulae in hora ‘três cartas por hora’. (Cic. Fam. 15.16.1).
  - data de um acontecimento:
    in consulatu alicuyus ‘durante o consulado de um tal’. (Caes. G. 1.35,2).

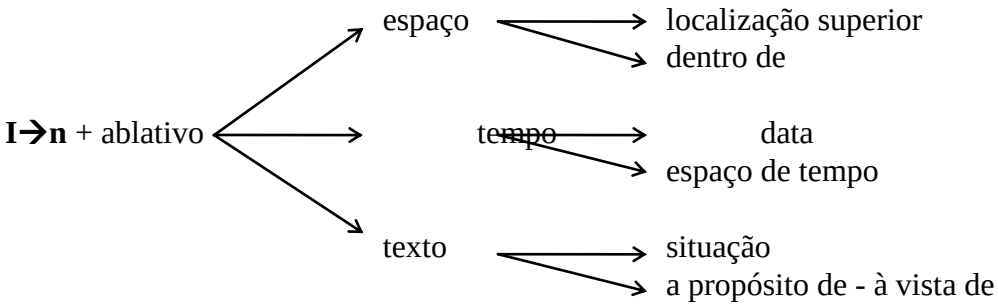
- **nocões diversas, entre outras, as de**:
  - **situação**:
    in summo timore omnium advolavit ‘apareceu no meio da consternação geral’. (Cic. Clu. 25).
  - **a propósito de**:
    in hoc ipso cotta ‘a propósito deste Cotta’. (Cic. Br. 137).
  - **à vista de**:
    Triari in illa aetate plena litteratae senectutis oratio ‘a eloqüência de Triarius plena, apesar da sua juventude, de sábia maturidade. (Cic. Br. 265).

No latim vulgar, como afirmam Ernout e Meillet (1951: s.v. **in**) **i→n** serviu como **ab, de** e **ex** para reforçar certos advérbios, como **inante, incontra, intunc**, etc.

Assim, **i→n** + acusativo indicava:



E o **i→n** + ablativo:



No latim, pois, a preposição **i→n** já possuía o valor semântico espacial, temporal ou nocional.

Rubio (1983:181) considera ambígua a afirmação de que **i→n** + acusativo indica movimento e **i→n** + ablativo indica repouso. Para o autor a diferença está na permanência, no local ou no afastamento desse local. Assim, **in foro** denota permanência no foro, com ou sem movimento:

com movimento - **in foro ambulo** = estou passeando no foro

sem movimento - **in foro sedeo** = estou sentado no foro

Esses exemplos revelam, segundo o autor, a especificidade do latim em expressar o movimento ou a ausência do movimento através do verbo.

Borba (1971:83) cita as possibilidades de emprego da preposição **em,** no português contemporâneo:

- **lugar**:

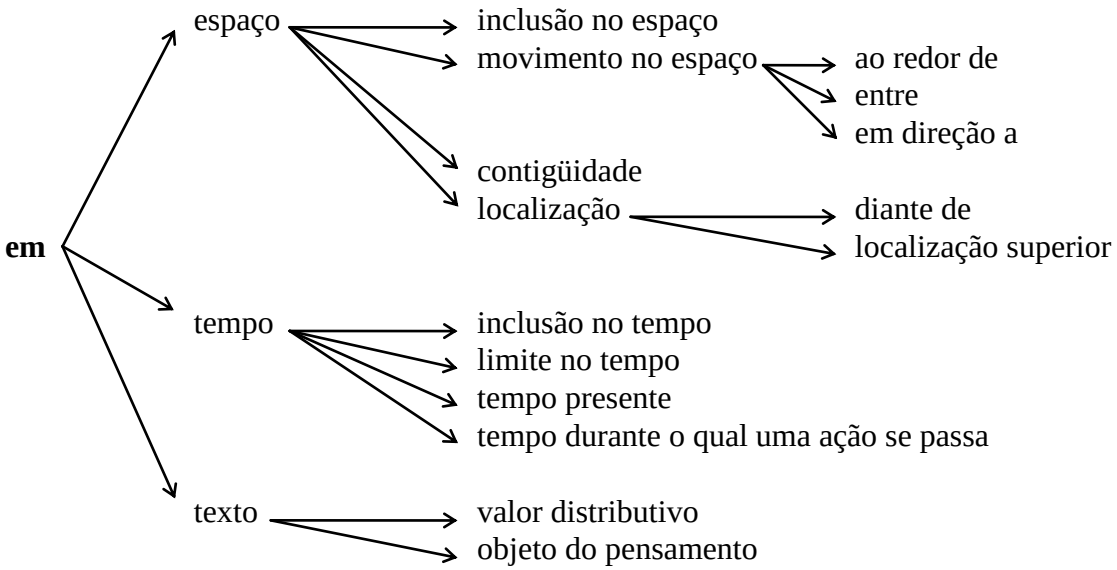
  Você esteve no parque?
  Passei na mamãe (na casa de).

- **inclusão no espaço**:

  A criança estava em casa.

- **movimento no espaço**:
  Passava no shopping todo dia.
- **localização superior (sobre):**
  Tomar café na cama.
- **contigüidade no espaço (= junto a):**
  Rifle nas costas.
- **em redor de:**
  deu a volta na mesa.
- **entre:**
  com a linha nos dentes.
- **diante de:**
  Maria passou vergonha em público.
- **em direção a:**
  O vento arremessou as folhas no ar.
- **inclusão no tempo:**
  Entrei para o colégio em 47.
- **tempo durante o qual:**
  Soube da morte de Paulo em viagem.
- **limite no tempo:**
  Esse comprimido faz parar a dor de cabeça em sete minutos.
- **tempo presente:**
  Projeto em exame.
- **valor nocional, distributivo:**
  Cobrou cinco reais a mais em cada livro.
- **objeto do pensamento:**
  Pensei em você.

Resumindo, tem-se:



Repetindo o que já ocorria no latim, a preposição **em** pode, pois, expressar na língua portuguesa, relações espaciais, temporais e nocionais.

4.3.3.2.1 Enquanto

A preposição **em**, justaposta ao indefinido **quanto**, deu origem à conjunção temporal **enquanto** 'no momento que', empregada na língua portuguesa, desde o séc. XIII, nas formas **enquanto, em quanto, e↓ qua↓to, em qua↓to**:

> *Empero que molher de seu marido nõ possa fiar ne↓ fazer deuida sen outorgame↓to de seu marido, pero se molher // (fol. 129r) for que uenda e que compare per si ou aya mester de mercadura ualha todo preyto e toda cousa que fezer* ***enquanto*** *perteece a seu mester.* (FR, liv. III, l. 1532-6).
>
> *Mas o conde,* ***em quanto*** *esteve em Toledo nunca foi ao paaço.* (LRR, Cap. VII, l. 104-5).
>
> *Beijarei as mãos de vossa alteza avelo asi por be↓,* ***em quanto*** *está tam perigoso.* (CT, CXXV, l. 10-1).
>
> *Da vossa desposiçã vos peço, senhor, por merce, me mãdeis fazer saber, e se mãdais de mi↓ algu↓ serviço,* ***e↓ quanto*** *nos nõ vemos.* (CT, CXXIII, l. 03-5).
>
> *Nam vos Respondi por Luis Afonso, por nam se deter* ***em quãto*** *eu escrevia.* (CT, CXXXI, l. 01-02).
>
> *... demos a Deus o tempo que sempre é seu* ***enquanto*** *é também nosso, e não quando ja não temos parte nele.* (S4ª f.C. II, l. 705-7).

Como se pode observar, embora a forma **enquanto** já ocorra no FR, texto do séc. XIII, as variantes gráficas permanecem até o séc. XVI. Entretanto, a gramaticalização parece já ter ocorrido desde o séc. XIII, uma vez que o sentido já não é mais o de 'em quanto (tempo)', mas um sentido temporal que expressa a ocorrência de atos no mesmo intervalo de tempo.

A conjunção **enquanto** é fruto da recategorização:

> preposição + pronome > conjunção

Pode-se supor que, inicialmente, a preposição **em** tenha sido empregada precedendo o indefinido **quanto**, seguido do substantivo **tempo**, constituindo o SP **em quanto tempo**, para indicar um limite no tempo, e que, posteriormente, com o apagamento do substantivo, a

preposição tenha se justaposto ao pronome e constituído a conjunção. Houve, pois, a passagem de um sentido [+ concreto] ‘em quanto tempo’ para um [- concreto], que expressa a relação de tempo concomitante e a trajetória:

TEMPO > TEXTO

pois, foi com a sua possibilidade de expressar uma relação temporal que a preposição deu origem à conjunção.

Admitindo-se o apagamento do substantivo **tempo**, pode-se ainda afirmar ter havido um processo metafórico que determinou que **em quanto** (tempo), por influência do conteúdo semântico do substantivo, viesse, como conjunção, a expressar uma relação de tempo e a reanálise que reinterpretou **em quanto** (tempo) como um item conjuncional.

A conjunção **enquanto** coocorreu, nos séculos XIII e XIV, com a conjunção **mentre ~ mentre que ~ me↓tre que ~ dementres que ~ dementre que ~ deme↓tre que** (cf. 4.4.1.5) de idêntico teor semântico, o que, provavelmente, contribuiu para que uma das duas conjunções fosse eliminada e a outra permanecesse na língua. Tem-se, assim:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Enquanto						

No português falado do Brasil e de Portugal, é comum o emprego da conjunção **enquanto que**:

> *... não é (superp.) dos interesses da classe, em... em geral, não é,* ***enquanto que*** *essas outras associações embora eventualmente possam cogitar da defesa da classe.* (SSA, Inf. 360, l. 552-4).

> *... primeiro começou por ser abstrato, impressionava-me ver pessoas que viviam na miséria* ***enquanto que*** *eu tinha outros meios para viver bastante melhor do que elas.* (PF, Inf. 816, l. 31-3).

Dias (1954:291) afirma que as conjunções **emquanto, entanto** e **entretanto que** serviam freqüentemente para exprimir um contraste, como em:

> *É que nós conhecemos a vida publica dos visigodos e não a sua íntima,* ***emquanto*** *os seculos da Hespanha restaurada revelam-nos a segunda com mais individuação e verdade que a primeira.*

Com esse sentido, o item conjuncional **enquanto** não foi detectado nos documentos que serviram de *corpus* a esta pesquisa. Pode-se supor, contudo, que, devido à semelhança da forma, **enquanto** alternasse com **emtanto** e **entretanto que** e indicasse, esporadicamente, a relação de contrajunção.

Em virtude de existirem, na história do português, itens conjuncionais que, originalmente associados à conjunção **que**, passaram a ser empregados sem essa conjunção, como:

mentre que > mentre
caso que > caso

pode-se supor que a forma **enquanto que** seja uma forma anterior, conservada na língua falada, embora seja também viável admitir que, modernamente, a conjunção esteja sendo reforçada pelo item conjuncional **que**, índice subordinativo por excelência, por analogia a muitos outros itens conjuncionais da língua.

4.3.3.2.2 Em tal que
Em tal caso que

Constituída da preposição **em** associada ao indefinido **tal**, (do latim **tale-** 'semelhante') seguido da conjunção **que**, **em tal que** estabelece uma relação de modo, em textos dos sécs. XIII e XIV, podendo, em alguns casos, também ser interpretada como um item conjuncional final:

> *O cavalleiro foi correndo ao cavallo que se ia fugindo e adusse-o a u↓a arvor e liou-[o], **en tal que** Persival i o achasse quando quisesse cavalgar.* (Dem., Cap. CXCV, l. 19-21) - modal ou final.

> *E porende, como quer que prometesse a Abraão que o seu li↓agem avia a seer acrecentado como as estrelas do ceu per seu filho Isaaque, pero quis dar a seu filho molher mani↓ha **en tal que** pela oraçom que seu marido Isaaque avia de fazer fosse acabada a promessa que Nosso Senhor prometera a seu padre.* (DSG, l. 16.33) - modal ou final.

No séc. XVI, ocorre uma única vez, nas CJ, especificamente na carta CXIX, **em tal caso que**, expressando uma relação de condição:

> *E **em tal caso que** a terça fiqua à duquesa, tome sse e↓ cousa junta e que Renda, assy como em Carnelhaã, se couber.* (CJ, CXIX, l. 77-8).

Pode-se admitir ter-se no período acima, ou **em tal caso** com a acepção de 'nesse caso' seguido da conjunção condicional **que** ou a conjunção condicional **em tal caso que**, oriunda de uma reanálise que, por um processo metonímico, interpretou os itens como um todo; **em tal caso**,

seguida da conjunção **que** com valor semântico condicional, assimilou o valor semântico da conjunção, passando a formar, com ela, um único item conjuncional de idêntico teor semântico.

O fato de permitir a inserção de um item nominal entre os seus termos, possibilita ainda a suposição de que **en tal que** seja não uma conjunção modal ou final, mas a correlação consecutiva **tal... que**, a qual, no séc. XIII, podia ser empregada com elipse do núcleo nominal, como se pode observar no exemplo a seguir:

> *Mays se **tal** for **que** nom lhy faz manda per que era seu propinquo, se herdar cu↓ outros entreguese de sa deuida primeyro e depoys partã o que ficar.* (FR, liv. III, l. 535-7).

Pode-se ainda supor a existência de dois itens conjuncionais diversos, a conjunção modal **en tal que** e a correlação consecutiva **tal... que**, ou ainda que a correlação consecutiva **tal... que**, com a supressão do núcleo nominal, quando precedida da preposição **em,** tenha dado origem a uma conjunção modal ou final de curta duração na língua. Ter-se-ia, assim, a recategorização:

preposição + pronome + (substantivo) + conjunção > conjunção
↓ ↓ ↓
em + **tal** + ⚐ + **que** > **em tal que**

a sintaticização, provocada por uma reanálise, isto é, pela reinterpretação dos itens na sentença, e a semanticização, ou seja a passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] ‘em tal modo’ para um conteúdo semântico [- concreto] ‘de modo que’, ‘a fim de que’ .

Do mesmo modo, pode-se concluir também que a conjunção modal **em tal que** tenha sido também, inicialmente, **em tal modo que**, oriunda de uma reanálise de **em tal modo** seguida da conjunção **que**, com valor semântico modal. Uma vez tornada **em tal que**, talvez em virtude da duplicidade do sentido modal, passou também a expressar uma relação de finalidade, a depender do contexto.

A conjunção **em tal que** não ocorreu em textos do séc. XV, o que permite a suposição de que tenha existido, na língua portuguesa, apenas nos sécs. XIII e XIV; quanto à conjunção **em tal caso que**, só foi documentada em um texto do séc. XVI.

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Em tal que (final ou modal)						
Em tal caso que (condicional)						

4.3.3.2.3 Em tanto que → Tanto que ~ Tanto assim que

Formado da associação da preposição **em** com o pronome indefinido **tanto** e a conjunção **que**, esse item conjuncional estabelece como **em tal que**, também uma relação de modo e ocorre nos textos consultados pertencentes aos sécs. XV e XVI:

> *... e el rrei dom Pedro era em dar mui ledo, **em tanto que** muitas vezes dizia...* (CDP, Cap. I, l. 27-8).

> *Çerto assi a francesa, como a italiana, mais paréçem fála pera molheres, que gráve pera homens, **em tanto que** se Catám fora vivo, me pareçe se pejára de â pronunçiar.* (DLNL, p. 399, l. 11-3).

Diferente de **em tal que**, essa conjunção, entretanto, não pode ser interpretada como conjunção final.

Do mesmo modo que **em tal que**, pode-se também supor que **em tanto que** seja oriunda da reanálise de **em tanto modo**, seguida da conjunção modal **que**, mais tarde reduzida a **em tanto que**, com elipse do núcleo nominal ou que a conjunção tenha se originado da correlação consecutiva **tanto... que** precedida da preposição **em** com a elipse do núcleo nominal. O processo de formação da conjunção **em tanto que** é assim idêntico ao da conjunção **em tal que**, em que houve a recategorização:

preposição + pronome + substantivo + conjunção > conjunção
↓ ↓
em + **tanto** + ∅ + **que** > **em tanto que**

e a sintaticização provocada pela reanálise dos itens gramaticais na sentença: **em tanto**, significando ‘em tantas coisas’ ou ‘em muitos aspectos’, em posição final na sentença, seguido de uma outra sentença iniciada pela conjunção **que**, com valor semântico modal, foi reinterpretado como parte integrante da conjunção. Dessa maneira, perdeu

o seu conteúdo semântico, adquirindo, por um processo metonímico, o valor de conjunção modal.

Houve, pois, uma semanticização, isto é, a passagem de um item de valor semântico [+ concreto] 'em tantas coisas que' para um item de valor semântico [- concreto] que expressa uma relação de modo.

A conjunção **em tanto que**, modal, conservou-se no português contemporâneo, sob a forma **tanto que**. Não se encontra listada nos elencos de conjunções apresentados pelos gramáticos consultados; o seu emprego parece restringir-se, unicamente, à língua falada:

> *Ele me falou sobre o assunto, **tanto que** nem pensei mais em fazer o que pretendia.*

Foi detectada no *corpus* de língua falada consultado para esta pesquisa, sob a forma **tanto assim que**, em que a ação do intensificador recai sobre o advérbio **assim**, tornando o valor semântico modal ainda mais acentuado:

> *... e o mundo não teria encanto não teria beleza se não houvesse... o par humano... o casal... o homem e a mulher... **tanto assim que** Deus na sua imensa sabedoria...* (Re, inf. 210, l. 690-2).

Poder-se-ia pensar também, nesse caso, na presença da correlação consecutiva **tanto... que** e o período seria então interpretado como:

> *... **tanto** (é) assim **que** Deus na sua imensa sabedoria...*

Conservando o valor semântico modal, essa conjunção experimentou, porém, um novo processo de gramaticalização que resultou na redução da sua forma, com a perda da preposição inicial.

Nas CJ, documento do séc. XVI, **em tanto que**, grafada **e↓ tanto que** coocorre com a conjunção **tanto que**, estabelecendo uma relação de tempo, com a acepção de 'logo que':

> ***E↓ tanto que** o mandar treladar, o mandarei logo ao Regedor; e nõ podera muito tardar.* (CJ, CIII, l. 23-5).

> *Senhor. **Tanto que** o duque, meu filho, d'Evora chegou, loguo comecey a escrevervos... e* (CT, XCIII, l. 01-2)

Pode-se supor, nesse caso, entretanto, que a conjunção temporal **tanto que** tenha assumido a forma **em tanto que** por influência da conjunção modal.

Em tanto que foi documentada, no *corpus* consultado, em textos dos sécs. XV e XVI; é possível, entretanto, que o seu emprego tenha se estendido pelos séculos seguintes até chegar ao séc. XX. Não se pode precisar, contudo, quando ocorreu a mudança de **em tanto que** para **tanto que**:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Em tanto que → Tanto que						

4.3.3.2.4 Entanto → No entanto[10]

A justaposição da preposição latina **i→n** ao indefinido **tantum** deu origem ao advérbio **intantum** 'por isso', do qual procede a forma **entanto** que ocorre, como conjunção, no *corpus* consultado para esta pesquisa, em textos do séc. XVI, estabelecendo uma relação de contrajunção:

> *Eu screpvo a dom Martinho de Portual, meu muyto amado sobrinho e meu embaixador, sobre hu↓u negocio tocante a dom Antonio d'Ataide do meu conselho que, ainda que nom seja de gramde calidade, Receberey* ***entanto*** *contentamento se vossa Sanctidade lho conceder, como se fosse a expediçã muy gramde...* (CDJ III, VI, l. 1l1-6).

Cunha (1989: s.v. **entanto**) afirma que, no séc. XIII, **entanto** era um advérbio significando 'neste meio tempo', 'neste ínterim', 'entretanto'.

O advérbio latino possuía um valor semântico explicativo, enquanto o advérbio português assumiu o valor semântico temporal 'neste meio tempo', 'neste ínterim'. Pode-se supor que o valor semântico temporal do advérbio tenha sido adquirido por analogia ao valor semântico da conjunção **enquanto**, de formação semelhante ou da conjunção temporal **tanto que**, bastante empregada na época.

Passando de advérbio a conjunção, **entanto** adquiriu o valor de contrajunção, que se pode também supor ter sido adquirido por analogia a **entretanto**, conjunção adversativa de forma semelhante.

Percebe-se a trajetória percorrida pelo item que, além da recategorização:

advérbio > conjunção

[10] Essa conjunção deveria talvez figurar entre as conjunções provenientes de advérbios latinos. Entretanto, uma vez que na sua forma contém prep. + pron., preferiu-se colocá-la entre as demais conjunções de idêntica estrutura.

e da sintaticização provocada pela reanálise, isto é, pela sua reinterpretação na sentença, adquiriu um valor semântico [- concreto], o de contrajunção, percorrendo a trajetória:

TEMPO > TEXTO
↓ ↓
'neste meio tempo' > relação de contrajunção

O valor semântico de contrajunção pode ter sido também adquirido por um processo metonímico em função do emprego da forma, inicialmente, em sentenças negativas ou em sentenças precedidas por sentenças negativas. A conjunção **entanto** não ocorreu nos textos do séc. XVII consultados para esta pesquisa, o que impede determinar se continuava a ser empregada com essa mesma forma ou com a forma que apresenta no português contemporâneo, **no entanto**, em que há o acréscimo da combinação **em** + **o:**

> *... e tudo mais e portanto eles sabem que são os pais que lhes dão os presentes, **no entanto** dizem aquilo como se fosse realmente o menino Jesus, eles dizem mesmo...* (PF, inf. 0956, l. 18-20).

Pode-se, contudo, afirmar ter a conjunção sido empregada a partir do séc. XVI, inicialmente com a forma **entanto** e, mais tarde, com a forma **no entanto**, ainda em uso no português contemporâneo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Entanto → No entanto						

Said Ali (1966:218) cita trechos de *Os Lusíadas* em que **entretanto** e **emtanto** aparecem com valor semântico temporal de 'entrementes', 'enquanto isto sucede':

> *Os delfins namorados, **entretanto**, la nas covas marítimas entraram, fugindo à tempestade e ventos duros.* (Cam. Lus. 6,77).

> *- E que **emtanto** podia do trabalho passado ir repousar, e em breve tempo daria a seu despacho um justo talho.* (Cam. Lus. 7,65).

Com esse valor semântico a forma **entanto** não foi documentada no *corpus*. Como foi dito anteriormente, pode-se supor que a semelhança das formas **entretanto, enquanto** e **entanto** tivesse ocasionado o emprego

esporádico das formas **entretanto** e **emtanto**, com valor semântico temporal.

4.3.3.3 A preposição <u>entre</u>

A preposição **entre**, associada aos pronomes **que** e **tanto** deu origem a duas conjunções portuguesas: **entre que** e **entretanto**.

Essa preposição provém da preposição latina **i↑nter** que, segundo Gaffiot (1934: s.v. **inter**), funcionava, em latim, como advérbio e preposição que regia o caso acusativo, significando 'entre', 'no meio de'. Como advérbio, referia-se ao espaço.

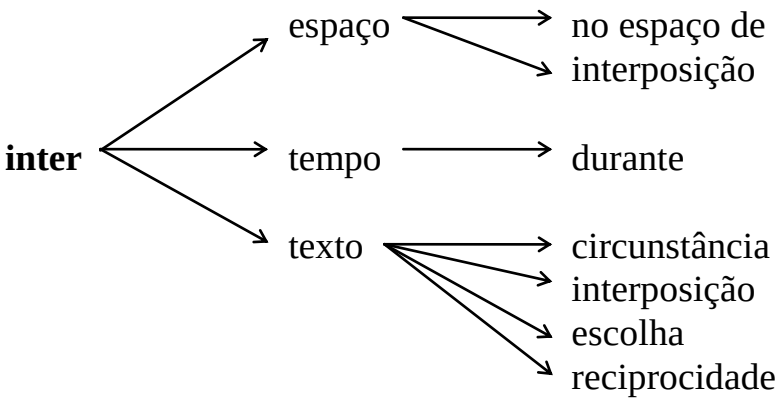
Como preposição podia referir-se:

(i) **ao espaço, significando 'no espaço de'**:
inter noctem 'durante a noite'(Liv. 32, 29, 2).
inter Sequanos et Helcetios 'entre os sequanos e os helvécios' (Caes. G. 1, 2).

(ii) **ao tempo, significando 'durante'**:
inter noctem 'durante a noite' (Liv. 32, 29.2).

(iii) **a noções diversas**:
- circunstância: (entre, no meio de)
inter has tuibas 'no meio destas preocupações'(Cic. Fam. 16.11).
- categoria: (entre, no meio de)
adolecens inter suos nobilis 'jovem conhecido entre os seus (Cic. Clu. 11).
- escolha:
inter Marcellos et Claudios patricios judiciare 'julgar entre os Marcelos e o ramo patrício dos Claudios'(Cic. De Or. 1,176).
- reciprocidade:
colloquimur inter nos 'conversamos entre nós' (Cic. De Or. 1,32).

Tem-se, pois, no latim:



Segundo Climent (1956:245), a preposição **inter** era empregada com verbos de movimento ou, às vezes, com verbos que indicavam repouso, significando ‘entre’, ‘no meio de’. Já no latim, pois, expressava a posição intermediária no espaço ou no tempo. Em sentido figurado, era usada com verbos que indicavam proeminência ou superioridade. Daí o seu uso adverbial, no latim pós-clássico, em expressões como **inter paucos** ‘especialmente’. Também na época pós-clássica, era empregada para indicar as circunstâncias no meio das quais se desenvolvia a ação. No latim decadente, como explica o autor, concorriam com **inter** a preposição **intermedium** e o advérbio **intro**, que, reforçado com **de**, deu origem à preposição **dentro.**

Borba (1971:87) apresenta as diversas possibilidades do emprego da preposição **entre**, no português contemporâneo, referindo-se:

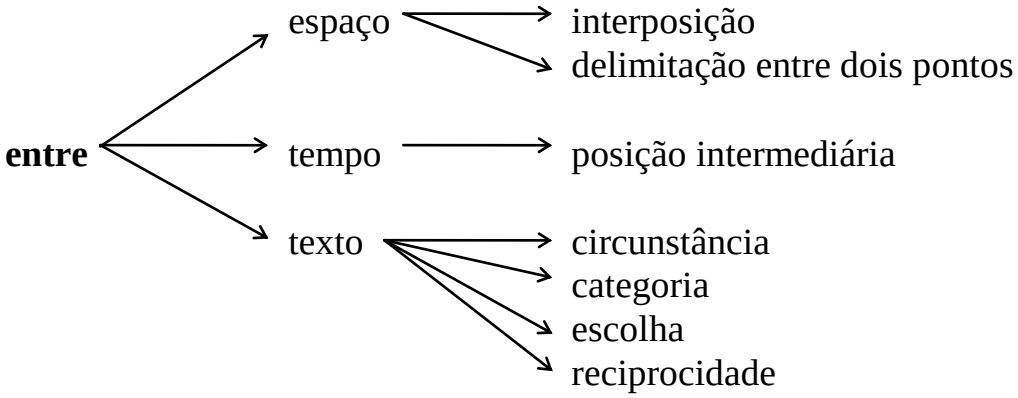
- **ao espaço,** indicando:
  - interposição:
    Entre os presentes, havia um parente seu.
  - espaço delimitado entre dois pontos:
    Moro entre o Largo de Santana e a Mariquita.

Bechara (1976:291) acrescenta a possibilidade de referência:

- **ao tempo**, indicando:
  - posição intermediária:
    “Entre o queijo e o café demonstrou-me Quincas Borba que o sistema era a destruição da obra”.

A preposição **entre** indica ainda, no português contemporâneo, circunstância, interposição, escolha, reciprocidade.

Pode-se esquematizar, assim, os valores semânticos da preposição **entre**, na língua portuguesa:



Observa-se a trajetória percorrida pela preposição, ainda no latim:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO

Já possuindo os sentidos espacial, temporal e nocional, essa preposição conservou-se no português.

4.3.3.3.1 Entre que

Associada à conjunção **que,** a preposição **entre** constitui a conjunção temporal **entre que** 'enquanto' a qual ocorre, uma única vez, na Dem., texto do séc. XIII:

> *E **entre que** el rei esto dizia a dom Lançarot e muitos outros cavalleiros catavam contra u↓uas freestas que stavam sobre a ag(u)oa, e virom i seer u↓u cavalleiro que era natural d'Irias, mui fidalgo e bõo cavalleiro d'armas e de mui grande nomeada e mui bem vestido.* (Dem., Cap. IX, l. 04-7).

De valor semântico temporal, **entre que** parece ter tido um emprego limitado na língua, uma vez que só ocorre numa obra e de um determinado século. É constituída da preposição **entre**, indicando espaço ou mesmo tempo, seguida da conjunção **que**, com valor semântico temporal, valor semântico que, como já foi explicado, costumava expressar também no séc. XIII:

> *E el-rei que vio Gallaaz sem scudo disse-lhe: "Amigo, nom me semelha que bem fazedes **que** nom levades scudo sendo assi como estes outros".* (Dem., Cap. XLI, l. 10-2).

> *E steve i atee o sarão **que** huu↓ homem chegou que servia o altar da capela.* (Dem., Cap. DCLXXXIX, l. 02-3).

Pode-se ainda admitir que, comumente seguida de um SN 'entre (essas coisas)', a preposição tenha sido empregada, no texto, com elipse desse sintagma e, precedendo a conjunção **que**, temporal, tenha permitido ser interpretada, juntamente com essa conjunção, como um novo item conjuncional temporal.

Desse modo, a preposição **entre** seguida da conjunção **que**, temporal, passou a constituir um novo item conjuncional e a expressar uma relação de tempo.

A conjunção **entre que** parece, pois, ter sido formada em virtude da pressão da informatividade e da necessidade de maior clareza, para a expressão das idéias, por um processo metafórico (se com valor temporal) ou metonímico (se empregada com valor espacial); ocorre, como já foi visto, apenas no séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Entre que						

4.3.3.3.2 Entretanto

Justaposta ao indefinido **tanto**, a preposição **entre** dá origem à conjunção e**ntretanto**, a qual ocorre com a forma **e↓tretamto**, variante gráfica, inicialmente nas CJ, texto do século XVI, ainda com o valor semântico de origem 'entre tantas coisas':

> *Senhor. Se a minha dor de cabeça me dera lugar, logo me partira. Tervosey, senhor, e↓ merce,* ***e↓tretamto*** *que me ela deixa, me mãdardes laa dar pousada. E eu nã d'aguardar a ter Recado que os tenho, mas, como poder, me hire caminho de Portel, e dahi a algu↓a aldea d'esas ahi preto; por isso* ***e↓tretanto*** *mãdaime Remedear.* (CJ, CX, l. 01-6).

No exemplo acima, **entretanto** ocorre duas vezes. Inicialmente aparece seguida da conjunção **que**. Poder-se-ia supor tratar-se da conjunção **entretanto que.** O sentido do período, porém, demonstra existir a relação de teor semântico condicional, expressa pela referida conjunção.

Logo em seguida, no mesmo texto, **e↓tretamto** volta a ocorrer, com o mesmo conteúdo semântico:

> *E eu nã ey d'aguardar a ter Recado que as tenho, mas, como poder, me hirei caminho de Portel, e dahi a algu↓a aldea d'esas ahi preto; por iso* ***e↓tretamto*** *mãdaime Remedear.* (CJ, CX, l. 03-6).

Observa-se, pois, que, no séc. XVI, a forma parece não estar ainda gramaticalizada, uma vez que ocorre com o seu sentido original de 'entre tantas coisas'.

Nos textos de Vieira, séc. XVII, **entretanto**, já com a grafia e o conteúdo semântico do português contemporâneo, ocorre como encadeador da narrativa:

> ***Entretanto****, mande-me V. Rev[a] muitas novas suas, e muito particulares e interiores e* ***pois*** *assim lhas merece a V.Rev[a] quem nesta lhe fia toda a alma.* (CVM, LVIII, l. 01-3).

Essa conjunção, grafada atualmente **entretanto**, é fruto de uma gramaticalização, ocorrida através dos seguintes processos:

1. recategorização:

preposição	+	pronome	>	conjunção
↓		↓		↓
entre	+	**tanto**	>	**entretanto**

2. morfologização:
   entre + tanto > entretanto

3. sintaticização - reanálise ou reinterpretação do item na sentença.

4. semanticização - passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] ‘entre tantas coisas’ para um conteúdo semântico [- concreto], ‘contudo’.

A preposição **entre** referindo-se, inicialmente, a um espaço ‘no meio de’, passou a constituir a conjunção adversativa **entretanto** ‘contudo’.

O sentido adversativo da conjunção, possivelmente adquirido devido ao seu emprego, de início, em sentenças negativas ou em sentenças que se seguiam a sentenças negativas, conservou-se, mesmo quando empregada em sentenças afirmativas ou precedidas também por sentenças afirmativas.

Como foi visto anteriormente (cf. 4.3.3.2.4), Said Ali (1921:218) demonstra que, na Renascença, **entretanto** e **emtanto** possuíam valor temporal de ‘entrementes’, ‘enquanto isto sucede’, citando exemplos retirados de *Os Lusíadas*.

O autor acrescenta que ocorre ainda, no português arcaico, **entretanto**, equivalendo a **enquanto**. Para o autor, **entretanto** é a redução de **entretanto que**. Na verdade, a forma **entretanto que** é bastante empregada no português contemporâneo, embora não tenha ocorrido nos textos do português falado consultados para esta pesquisa.

Pode-se, pois, supor ser a forma **entretanto que**, hoje em uso na língua falada, analógica à forma de tantos outros itens conjuncionais, anterior à forma **entretanto.**

Tendo o seu emprego tido início no séc. XVI, a conjunção **entretanto** conserva-se, ainda, no português contemporâneo. Foi registrada, em Porto Alegre, a forma **no entretanto**, possivelmente analógica a **no entanto**.

> *... ele é campeão mundial, **no entretanto**, ele não parou, não ficou sentado na glória dele, ele foi competir novamente... normalmente.* (POA, inf. l. 09-11).

Essa forma, contudo, embora também ocorra, com freqüência, no português falado contemporâneo, não foi documentada em outros diálogos do Projeto NURC ou do Português Fundamental que fizeram parte do

corpus desta pesquisa. Também não é citada pelos gramáticos contemporâneos consultados. Tem-se, pois:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Entretanto que → Entretanto						
No entretanto						

4.3.3.4 As preposições <u>per</u>/<u>por</u>

As preposições **per** e **por** deram origem a sete conjunções portuguesas: cinco, pela justaposição a pronomes de diversos tipos: **pero**, **por isso**, **portanto**, **porquanto**, **porque**; uma, pela associação a uma forma verbal: **por conseguinte**; uma pela justaposição a um anafórico arcaico: **porém**.

A preposição latina **per**, como explicam Faria (1958:257) e Gaffiot (1934: s.v. **per**), regia o caso acusativo, respondia ao advérbio interrogativo de lugar **qua**, 'por onde' e possuía:

- **um sentido espacial de 'através de', 'ao longo de':**
  per membranas oculorum cerne→re (Cic., Nat., 152) 'ver através das membranas dos olhos'

- **o sentido temporal de 'durante':**
  ludi per decem dies facti sunt (Cic., Cat., 3.20) 'os jogos se fizeram durante dez dias';

- **o sentido figurado ou nocional de:**
  - 'com auxílio de' 'por meio de':
  sacra per mulie↑res confici↑ solent (Cic.,Verr., 4.99) 'os sacrifícios se fazem por meio das mulheres'
  - causa:
  per imprudentiam vestram 'por vossa imprudência'(Cic. Agr. 2,25).
  - súplica:
  per Deos 'por Deus'(Cic. Off. 2.5).

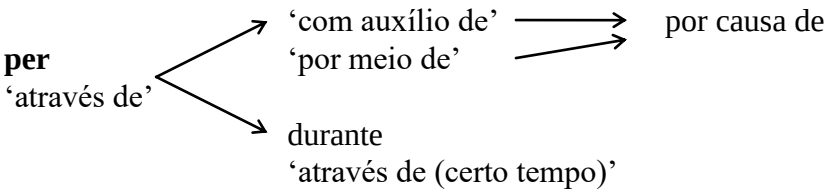
Ernout e Meillet (1951: s.v. **per**) explicam que **per** faz parte de um grupo de preposições e preverbos a que pertencem **pro** e **prae**, por um lado, e, por outro, **pri**, **prior** e **primus**. Trata-se de formas provenientes de um antigo locativo ***peri** 'diante'.

Climent (1956:247) afirma que a preposição **per** expressava, em latim, um movimento ‘através de’ ‘por cima’, assim como a difusão do referido movimento em todas as direções. Debilitou-se, entretanto, no latim decadente, chegando a converter-se num sinônimo de **ad** e **in**. Assumia também acepções de distribuição e transmissão ou sucessão (*per manus* ‘de mão a mão). Referindo-se ao tempo, expressava duração ininterrupta (‘durante’, ‘enquanto’) e, em sentido figurado, expressava o instrumento ou meio. Concorria com **ab** para indicar o agente da passiva e podia ainda ser empregada com valor modal, causal ou referencial.

Embora o autor acima citado não indique se um dos empregos precedeu os demais, a história de outros itens preposicionais permite supor a trajetória percorrida pela preposição **per**, ainda no latim:

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
‘através de’ ‘ao longo de’		‘durante’ = ‘ao longo de um certo tempo’		‘com auxílio de’ ‘através de’ ‘por meio de’

Pode-se, pois, supor que o sentido espacial de ‘através de’ tenha dado origem ao sentido temporal de ‘durante’, ‘através de’, e ao textual de ‘com auxílio de’ e ‘por meio de’. Dos sentidos ‘com auxílio de’ e ‘por meio de’ derivou-se o de ‘por causa de’. Ter-se-ia, pois:



A preposição **pro**, possível origem de **por,** possuía, como explica Gaffiot (1934: s.v. **pro**),

- **o valor espacial de:**
  - diante de:
    sedens pro sede Castoris ‘alojando-se diante do templo de Castor’. (Cic. Phil. 3,27).
  - sobre:
    pro templis ‘sobre os degraus dos templos’. (Cic. Mil. 2).
- **o valor nocional de:**
  - em favor de:
    pro aliquo ‘por alguém’. (Cic. Clu. 88, CM, 11).
  - em lugar de:

pro vallo carros objicere ‘colocar carroças em lugar de trincheiras’ (Caes. G. 1.26.3).

- por (como identidade)

pro occiso relictus ‘considerado morto’. (Cic. Sest. 81).

- em proporção a:

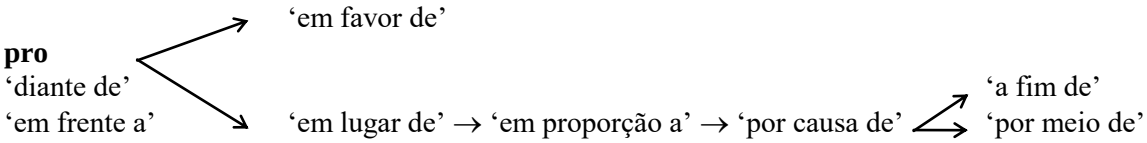
pro hostium numero ‘proporcionalmente ao número de inimigos. (Caes. G. 1.2.5).

- em virtude de:

pro tua prudentia ‘em razão da tua sabedoria’. (Cic. Fam. 4.10.2).

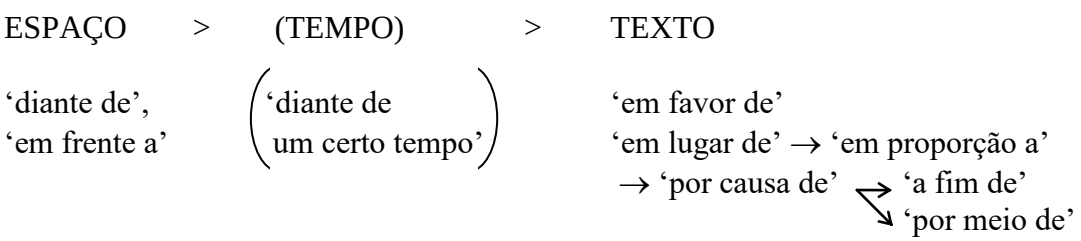
Segundo Climent (1956:257-8), deriva do sentido de ‘diante de’ o sentido de defesa e proteção, assim como o de substituição ‘em lugar de’, ‘a guisa de’. Dessa idéia de substituição advém o sentido de proporção ‘em porporção a’ e daí o de causa que adquire matizes de finalidade e instrumento, no latim decadente.

Tem-se, pois:



Ao contrário da preposição **per**, a preposição **pro** regia o caso ablativo.

A trajetória percorrida por essa preposição, foi, possivelmente, também:



pois, como explicam Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), as formas gramaticais podem, de uma noção de espaço, passar para o texto, sem ser necessário indicar anteriormente a noção de tempo.

O problema da etimologia das duas preposições, como explica Riiho (1979:14), vem suscitando certa controvérsia. O fato de as preposições latinas **pro** e **per** terem se reduzido a uma só forma, na maioria das línguas românicas, e terem se conservado como duas formas distintas, só em algumas línguas, chamou a atenção de muitos lingüístas e deu origem ao surgimento de diferentes explicações.

Admite-se, geralmente, segundo o autor, que a preposição **por** é proveniente das preposições latinas **pro** ou **per** ou é uma espécie de forma híbrida das duas.

Entre as hipóteses conhecidas, podem ser identificadas duas linhas principais:

1. a que admite a evolução semântica paralela das duas formas e a extensão semântica de uma às custas da outra, até o seu total desaparecimento;

2. a que afirma ter a oposição morfológica das duas formas desaparecido, em conseqüência da evolução fonética que transformou um dos morfemas até uniformizá-lo com o outro, e fez com que as duas formas evoluíssem paralelamente, convertendo-as em uma única forma fonética e semanticamente híbrida.

Pro ou sua variante romance **por** teria ocupado o lugar de **per**, causando-lhe o desaparecimento nas línguas iberorromânicas; nas línguas românicas porém, em que o derivado moderno é **per**, o processo teria sido contrário e **pro** teria cedido o seu lugar.

Riiho cita J. Cornu (1981-1982) que admite ser provável tanto o **per** ter-se convertido em **por**, em virtude da influência do fonema labial inicial, como o **por** ter-se convertido em **per**, à semelhança do que ocorreu no espanhol, com formosus > fermosus.

Na realidade, segundo Riiho, seria difícil descartar a influência dos fatores fonéticos, mas não parece plausível falar de uma mera confusão no sentido superficial da palavra, posto que o resultado foi mais uma fusão de dois elementos não completamente opostos ou alheios um ao outro.

Há ainda quem admita como Rayna (1927: *apud* Riiho, *id. ibid.*:13) o étimo **propter** para a preposição **por**, o qual, entretanto, é rejeitado por Corominas (1991: s.v. **por**).

Machado (1967: s.v. **por**) afirma que o êxito de **por** foi provocado pela analogia com **per**.

Encontra-se ainda, no português arcaico, ao lado de **per**, a forma **par**, que, como salienta Nunes (1956:349), era empregada, quase exclusivamente, em certas frases invocativas, como **pardês**, **par nostro senhor**, etc.

Huber (1933:264) acrescenta que **par** é proveniente da forma francesa **per**, sempre empregada em fórmulas de juramento e especifica a utilização de **per** e **por.** O autor afirma que **per** era empregada, no português arcaico, para indicar:

- **a direção:**
  per toda a terra
- **o meio:**

per força

- **a causa:**
  per vós
- **juramentos:**
  per boa fe
- **confiança:**
  fiar per algum

Por < pro era utilizada para expressar:

- **a causa, o meio:**
  por aquesta razom
- **a determinação, o fim:**
  tomar por molher
- **fórmulas de juramento:**
  por Deus.

No *corpus* utilizado para esta pesquisa, vários desses empregos foram documentados, além do emprego de **per** para indicar tempo:

> *Se peruentura o teedor daquella cousa nõ for na terra presente e aquel que diz que a cousa é sua ueer ante o alcayde e querelese do teedor da cousa e o teedor nõ é na terra, o alcayde metao na teença da demanda ante boas testimonhias e thenha aa tença* ***per*** *VIII, dias...* FR, liv. II, l. 732-6)

Entre as preposições latinas que se conservaram, **por** e **per** chamam a atenção pela fusão que ocasionou a perda de uma oposição latina.

A preposição **per** parece ter-se confundido com a preposição **por**, inicialmente, no seu conteúdo semântico nocional, pois, como demonstra Mattos e Silva (1989:631), as duas preposições apresentam nos DSG, séc. XIV, a seguinte distinção: enquanto o percurso espacial e temporal são expressos por **per** e suas formas aglutinadas ao artigo (**pelo, a, s, as**), o sentido nocional podia ser expresso tanto por **per** como por **por** e suas formas aglutinadas ao artigo (**polo**, **a**, **s**, **as**).

Percurso espacial: *Achou a carreira* ***per u*** *o ladron soia a vi↓i↓r* (1.5.30)
Entrou ***pelo*** *moesteiro* (2.15.2)
Percurso temporal: *Foi prelado* ***per*** *muitos anos* (2.1.25)
Sentido nocional: *Como Severo preste resuscitou* ***per*** *sa oraçon hu↓u↓ monje* (1.31.1)
Moisés no deserto ***polo*** *anjo aprendeu aquelas cousas* (1.2.26)

Per e **por** confundiram-se, pois, no português arcaico e a forma **per** veio a desaparecer, permanecendo apenas nas expressões '**de per si**' e '**de permeio**' e na preposição **perante**. Quanto às formas aglutinadas, desapareceram as formadas com a preposição **por** e foram conservadas as originadas da preposição **per**.

Nos DSG, também (*id. ibid*.: 631) **per** é a preposição escolhida para expressar o meio ou o instrumento, enquanto, para expressar essas mesmas relações, **por** aparece eventualmente:

> *Começou a dizer e a braadar **per** boca da monja* (1.6.4).
> *Moises no deserto **polo** anjo aprendeu aquelas cousas* (1.2.26)

Para expressar a causa, **por** alterna com **per***:*

> *Madre que fazia tam gram chanto **por** seu filho* (1.4.10)
> *E **per** conselho de todos deitaron poçonha* (2.3.11)

Uma vez que, como explica Mattos e Silva, nem sempre é fácil determinar a distinção entre meio e causa, admite-se que devia haver, por parte do autor do texto, certa dificuldade na escolha da forma **per** ou da forma **por**, para expressar cada uma dessas relações, daí o emprego de uma ou outra preposição, como atestado no *corpus* analisado para esta pesquisa:

> *Se alguu↓ der outro **por** seu pessoeyro **per** carta subre alguu preyto deue a nomear sy na carta e o pessoeyro e o preyto subre que o dá e que estara **per** quanto (ouuer) aquel pessoeyro fezer ou razoar ennaquel preyto...* (FR, liv. I, l. 611-4).

> *Qvemquer que algu↓a cousa conprar, se o uendedor non fou arreygado, receba del boo fiador e ualha a ue↓da, ergo se for feyta **per** engano que faça o conprador **por** uender a cousa que seu dono nõ queria uender, como <se> disse me↓tirosame↓te ca tija seu cauallo e el rey mandaua que ne↓huu cauallo nõ ualese mays de C marauidis* (FR, liv. III, l. 700-5).

> *Se o fillo está cu↓ seu padre ou con sa madre e ante que case gaanhar algu↓a cousa **per** seu trabalho ou que lhy dé el rey ou seu senhur ou outri↓ que↓quer, non seya teudo de dar parte a seus / / (fol. 107 r) yrmaos depoys de morte de seu padre ou de sa madre, pero que lho manden partir, foras se o ganhou cu↓ auer do padre ou da madre seendo cu↓ elles.* (FR, liv. III, l. 235-40).

> *Todo ome que á preyto cu↓ outro e da sa uoz a teer a outro ome mays poderoso ca sy que **per** seu poder daquele possa apremer seu contendor, o alcayde non lho consenta e deyteo logo do juyzo e se o poderoso nõ quiser sayr do juyzo o alcayde non lho consenta* (FR, liv. II, l. 68-72).

> *...e ainda que o quisesse fazer leixa-lo-ia* ***por*** *amor do linhagem de rei Bam que amavam todos Tristam de coraçom* (Dem., CCCCX LVIII, l. 26-7).
>
> *Partido el rrei d'alli, enviou o conde seu rrecado a dom Joham Affonso que fossem todos tres amigos e entrassem* ***per*** *Castella;* (CDP, XVII, l. 118-20).

4.3.3.4.1 Pero / Porem

Proveniente da preposição latina **per** aglutinada ao demonstrativo latino **hoc**, a conjunção **pero** ocorre, no português arcaico, como um item conclusivo-explicativo ou adversativo:

> *E* ***pero*** *bem sabia que, se fosse na corte, nunca averia honra se se quitasse.* (Dem., Cap. XCIX, l. 06-7). - conclusivo-explicativo.
>
> *"Esto é u↓a demonstraçom que nosso Senhor mostra a meude aos cavaleiros da mesa redonda que se metem na demanda do Santo Graal e non andam me↓efestadados e fazem-se chamar sergentes da santa igreja e* ***pero*** *nom no som, amostra-lho aqui nosso Senhor asi".* (Dem., Cap. DXLIX, l. 04-8). - conclusivo-explicativo.
>
> *E se o demandador nõ ueer nen enuiar outro nunhuu nõ possa demandar por el* ***pero*** *dé recado ca estara por el...* (Fr. liv. I, l. 664-6). - adversativo.
>
> *As armas e padrões portugueses em África e Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçam das três pártes da térra, matériaes sam, e pode-as o tempo gastár,* ***peró*** *nam gastará doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses néstas terras leixarem.* (DLNL, p. 405, l. 06-9). - adversativo.
>
> *Quem mais monstro que Isopo? Quem mais desprezível e hórrido que Diógenes?* ***Peró****, com suas doutrinas, reçebemos exemplo de bons costumes, os quáes nam leixou a fermosura de Narçiso, nem os cabelos de Absalón.* (DLNL, p. 426, l. 07-10). - adversativo.

Pero apresenta ainda as variantes **empero** e **em pero**, bastante empregadas no séc. XIII, quase sempre, como encadeadores da narrativa:

> *E ella disse que nom o faria.* ***Empero*** *tanto apresiou com ella que lhe veo a outorgar todo o que mandasse, com tanto que fezesse o que lhe prometera.* (Dem., Cap. CCXLVIII, l. 03-6).
>
> *E o cavalleiro era atam ariscado que o pos em terra e Galvam foi mu↓i britado daquella caeda e mui mal treito.* ***Em pero*** *ergue-[o]-se mui viva*

> *mente, ca bem viu que lhe era mui mester eguisou-se de se defender.* (Dem., Cap. CCLXXIII, l. 28-31).

> *E era tam fremosa que lhe semelhou mais fremosa que a rainha Genevra e ca a rainha Iseu e ca a fremosa filha del-rei Pelles, ca lhe semelhou que de pois que o mundo foi feito nom foe molher tam fremosa nem na vira* ***em pero*** *rem se foi a aquella virgem que foe virgem e madre e rainha das rainhas.* (Dem., Cap. CCXLVI, l. 09-14).

Porem é a forma apocopada de **porende** 'por isso', proveniente da preposição **por** aglutinada ao advérbio **i→nde > ende**. **Porem** e suas variantes **pore↓, poren** e **porende** ocorrem também em posição interfrástica ou intrafrástica, como encadeador da narrativa ou reforço adverbial, estabelecendo, inicialmente, uma relação conclusivo-explicativa e, posteriormente, uma relação de contrajunção:

> *E este é o gram pesar que eu ei que a mia filha querida, que é a mais bella creatura do mundo e a mais sisuda,* ***porem*** *tanto [aja or]gulho por que me nom quer conho[c]er por padre.* (Dem., Cap. CCCXXIII, l. 19-22) - conclusivo-explicativa.

> *Mas aquella que tam bõa dona era que de ventuira poderia nenhu↓u achar melhor, nom quis por nenhu↓a maneira, e* ***porende*** *o desamou sobre todos os home↓s do mundo em guisa que nunca depois lhe mais esqueceo em seu coraçom.* (Dem., Cap. CCXXIV, l. 15-9) - conclusivo-explicativa.

> *A Purtugall forom tragidos Alvaro Gonçallvez e Pero Coelho, e chegarom a Santarem onde el-rrei dom Pedro era; e el-rrei, com prazer de sua viinda,* ***porém*** *mal magoado porque Diego Lopez fugira...* (CDP, Cap. XXXI, l. 81-4) - adversativa.

> *Assi [h]á i u↓as afeições do animo q[ue] per si nam sam boas.* ***Porém*** *sam como u↓a semente e frol de boa indole e sojeito.* (DVV, p.439, l.24-5) - conclusivo-explicativa.

Em virtude da alternância que se verificou, no português arcaico, com as preposições **por/per**, **pore↓** apresenta, no séc. XIII, a variante **pere↓**, funcionando como conjunção conclusiva:

> *Ca ataes preytos coma estes se se alonguasse↓ per alcame↓↓tos perdersyã as cousas e naceriã en muytos danos,* ***pere↓*** *bem queremos que en taes preytos se possa querellar aquel que ente↓der que é agrauado pello alcayde.* (FR, liv. II, l. 943-7).

Pero, **empero**, **porende** e sua forma apocopada **porem**, de acordo com a etimologia, significavam, inicialmente, 'por isso', 'por causa disso'.

"Posteriormente, mas não simultaneamente", como afirma Mattos e Silva, (1984:130), ambos vêm a adquirir o valor adversativo de 'apesar disso'.

Pero e **porem** ocorrem como conjunções coordenativas adversativas e conclusivo-explicativas.

A variação semântica dos itens **pero** e **porem** ocorrida no *corpus* desta pesquisa pode ser observada no quadro a seguir:

	ADVERSATIVA[11]	**CONCLUSIVO-EXPLICATIVA**
FR (séc. XIII):		
Pero	+	+
Empero	∅	+
pore↓ ~ pere↓	∅	+
* [e porende]	∅	+
Dem. (séc. XIII):		
pero ~ empero	+	+
porem ~ porende	+	-
[e pero]	+	+
[e porem ~ e porende]	∅	+
DSG (séc. XIV):		
pero ~ empero	+	-
poren ~ porende	∅	+
[e pero]	∅	+
[e porem ~ e porende]	∅	+
LRR (séc. XIV):		
Pero	+	-
[e porem]	∅	+
CDP-CC (séc. XV):		
Pero	+	-
Poren	+	-
Porende	∅	+
[e porem]	∅	+
DVV-DLNL GLP-C (séc. XVI):		
Peró	+	∅
Porem	+	∅
[e porem]	+	∅
CR-CM-CT-CJ-CDJIII (séc. XVI):		
Pero	-	-
Porem	+	+
[e porem]	∅	+
CVM-CVB-S4ªfC-SS (séc. XVII):		
Pero	-	∅
Porem	+	∅
[e porem]	∅	∅

No *Foro Real de Afonso X*, **pero** ocorre como conjunção adversativa. **Empero**, **pere↓ ~ pore↓** como conectores conclusivo-explicativos. **Porende** como reforço adverbial conclusivo-explicativo, precedido da conjunção **e**.

[11] Neste quadro, assim como nos demais dados de confronto das formas **pero** e **porem**, o sinal + indica 'maior ocorrência', em oposição ao sinal -, 'menor ocorrência'; o ∅ indica a não ocorrência do item em questão.

> *E se o alcayde lhe nõ poser prazo seiã teudas as partes de sse apresentare↓ ant'o juiz do alçamento ata. XL. dias.* ***Pero*** *se o alcayde nõ quiser poer o prazo, segundo o que uijr que é guisado assy como ia dito, poys que for demandado, mandamos que aya en pea qual teuer por ben o que á de juygar o alçame↓to.* (FR, liv. II, l. 886-90).

> *Este Nostro Senhur Ihesu Cristo a en sy duas naturas d'omen e Deus,* ***empero*** *segund'a natura de Deus non pode morrer ne↓ sentir nenhuu mal...* (FR, liv. I, 58-9).

> *Ca ataes preytos coma estes se se alonguasse↓ per alçame↓tos perdersyã as cousas e naceriã en muytos danos,* ***pere↓*** *ben queremos que en taes preytos se possa querellar aquel ente↓der que é agrauado pello alcayde.* (FR, liv. I, l. 943-7).

> *E* ***porende*** *nos deuemos pensar e acuydar en guisa que os maoos que per sa maldade e por sa natura son dessauijdoos e denodados que pellas leyx seyã desarraygados.* (FR, liv. I, l. 88-91).

Na *Demanda do Santo Graal*, **pero** ocorre, um reduzido número de vezes, como conjunção explicativa:

> *"Senhor", disse o frade, "nom vos temades de [elle] morrer,* ***pero*** *nom devia nenhu↓u delle aver doo, ca ante lho dissemos ca, se levasse o escudo, colheria ende mal".* (Dem., Cap. L, l. 23-5).

Ocorre ainda como conjunção adversativa, mas é mais comum como reforço adverbial adversativo:

> *Tanto que o vio, steve, ca bem vio que era cavalleiro andante;* ***pero*** *nom o conhoceu que era Galvam e disse: Senhor cavalleiro, vos sejades bem vindo!* (Dem., Cap. CXXXV, l. 09-12).

> *E* ***pero*** *spertou se pello cavallo de Lionel que começou a rinchar.* (Dem., Cap. CLXXI, l. 06-7).

Porem não ocorre como conjunção explicativa, mas como conjunção adversativa e, mais freqüentemente, como reforço adverbial conclusivo-explicativo:

> *E esté é o gram pesar que eu ei que a mia querida filha, que é a mais bella creatura do mundo e a mais sisuda,* ***porem*** *tanto [aja or]gulho por que me nom quer conho[c]er por padre.* (Dem., Cap. CCCXXIII, l. 19-22)

> *E **porem** querria que me matassedes vos que me nom achassem demanhã vivo.* (Dem., Cap. XLV, l. 14-5).

Nos *Diálogos de São Gregório*, **pero** e **empero** ocorrem como conjunções adversativas:

> *- Ai eu! Ai eu! Morto he aquel mesquinho! Morto he aquel mesquinho! Eu viim aqui pera comer e ainda non abri mha boca pera louvar Deus e ja aquele veo con sa bogia pera tanger sas campããs e pera fazer seus escarnios de que riam os homens.*
> ***Empero** disse:*
> *- Ide e por amor de Deus dade-lhi que cómia e que beva, **pero** sabe Deus que morto he.* (1. 18.9-12).

Nesse exemplo, é interessante observar a diferente distribuição dos dois conectivos adversativos: **empero**, no início do período, e **pero**, em posição interfrástica. Mattos e Silva (1989:675) admite que, nesse caso, o **empero** pode ser interpretado também como um adverbial de valor concessivo-adversativo: 'contudo', 'apesar disso'.

Embora também usado como conjunção adversativa, nos *Diálogos de São Gregório*, é mais freqüente o emprego do item **pero** como reforço adverbial adversativo e explicativo, precedido da conjunção **e**.

> *O cedro do paraiso que he árvor que nunca apodrece abalada foi **e pero** non foi arrigada.* (3.8.38).

> *E quando se ambos espertaron contou cada hu ↓u ↓ ao outro o que vira per sonho **e pero** non se atreveron a obrar per aquelo que viron.* (2.22.10).

Poren e **Porende** ocorrem como conjunções ou como reforços adverbiais conclusivo-explicativos:

> *E porque se non achegou a seu marido senon come a outro homen qualquer, **porende** caeu en pecado mortal.* (1.24.8)

> *Quis que pelos merecimentos de Hermenegildo... fosse salva tan gram gente como a dos godos. E **poren** diz a Escritura que se o grãão de triigo que meteu sô a terra non for morto...* (3.32.24).

> *E non vos dix'eu da primeira que os meus custumes non convinham com os vossos? **Poren** des aqui en deante tomade tal abade que convenha con vossos custumes.* (2.3.18)

> *Tu es homen bõõ e **porende** non ti queremos dar muitos tormentos, mais escólhi tu hu ↓a morte qual quiseres e dar-ch'a-emos.* (3.37.53).

Na *Lenda do Rei Rodrigo*, **pero** ocorre como conjunção adversativa; **porem**, como reforço adverbial conclusivo-explicativo, precedido do encadeador **e**.

> *E eles disserom de muitas guisas.* ***Pero****, aacima, acordarom-se de ir por diante e entrar por Espanha; e que tomassem quanto podessem.* (LRR, Cap. XIII, l. 47-9).

> *E* ***porém*** *digo ao conde dom Ilham que, em toda guisa, trabalhe de vingar sua desonra.* (LRR, Cap. VIII, l. 28-30).

Na *Crônica de D. Pedro*, **pero** e **porem** são conjunções adversativas:

> *...este rrei Vermelho lançara rrei Mafoma fora do rreino, mas logo fez preitesia com el-rrei dom Pedro que o nom torvasse com el-rrei Mafoma seu inmiigo,* ***pero*** *que ouvesse el-rrei gram sanha d'elle porque em tall tempo quisera fazer guerra.* (CDP, Cap. XXXII, l. 34-8).

> *A Purtugall forom tragidos Alvaro Gonçallvez e Pero Coelho, e chegarom a Santarem onde ell-rei dom Pedro era; e el-rrei, com prazer de sua viinda,* ***porém*** *mal magoado porque Diego Lopez fugira...* (CDP, Cap. XXXI, 1. 81-4).

Porende ocorre, uma única vez, como conjunção conclusivo-explicativa:

> *Ca, porque o creer da cousa ouvida está na rrazom e non na voontade,* ***porende*** *o prudente homem que tal cousa ouve que sua rrazom nom quer conceber, logo se maravilha duvidando muito.* (CDP, Cap. XXIX, l. 1.12-5).

Porem ocorre ainda como reforço adverbial conclusivo-explicativo, precedido da conjunção aditiva **e**.

> *E* ***porém*** *diziam os que estas e outras rrazões secretamente antre ssi fallavam, que a verdade, que nom busca cantos.* (CDP, Cap. XIX, l. 97-9).

Nas obras de J. de Barros, **peró** e **porém** funcionam como conectores adversativos. **Peró** funciona também como conjunção explicativa. **Porém** ocorre como reforço adverbial explicativo.

> *Como diz Foçílides, as paixões sam comu↓as.* ***Peró****, tem esta diferença que, segundo pessoa, assi é o vício estranhado, donde disse Juvenal*

> *<Saty .VIII.>: "Todo víçio do ânimo, tanto tem mais crime, quanto é maior aquele que ô cométe".* (DVV, p. 450, l. 12-5).

> ***Peró**, em o módo de provár esta criaçóm, confundiram e destruíram a verdade, donde déram matéria aos poétas pera fabulárem quantas composturas e feções vemos, como conta Ovidio <Ovid I libro, Metamorph>, que Prometeu formou o hómem da Térra*. (DLNL, p. 391, l. 13-7).

> *Assi [há] i u↓as afeições do ânimo q[ue] per si nam sam boas. **Porém** sam como u↓a semente e frol de boa índole e sojeito.* (DVV, p. 439, l.24-5).

> *E **porém**, se por razám dalguns defeitos que pódem achár em minhas palávras, alguém te quiser envergonhár, dize por mi este responso de Ovidio <Ovidi. De Ponto lib. III>: Quando desfaleçem as forças, [h]á-de se louvar a vontáde.* (DVV, p. 445, l. 9-12).

Nas demais obras do séc. XVI, **pero** já não ocorre e o item **porem** é empregado como conjunção adversativa, sendo, entretanto, ainda mais freqüente como reforço adverbial conclusivo-explicativo:

> *E **porem** vos mando que lhas despejees e entreguees sem nehuu↓a duvida que a ello ponhaaes*. (CJ, XCI, l. 03-4).

> *... **pore↓** ainda he vivo Pero d'Acunha Coutinho que me parece que ffoy huu↓ dos capitaães de meu pay...* (CJ, XCIV, l. 97-8).

> *... despois de lhe falardes, me avisay por correo secretame↓te e com toda posyvell delige↓çia, sem por isso, **pore↓** deixardes de fazer nada do que vos aquy mando, ne↓ de seguir a ordem que vos nesta ynstrução dou*. (CDJIII, VI, l. 290-3).

Nas obras de Vieira consultadas, séc. XVII, **porem** ocorre exclusivamente como conjunção adversativa ou como encadeador da narrativa, estabelecendo também uma relação de contrajunção:

> *... mas do dia e da hora não estava, nem podia estar certo; e esta é a certeza da morte que se acaba com a vida. **Porém** a morte em que se acaba a vida antes de morrer é tão certa em si e em todas as suas circunstâncias, que se eu me resolvo neste ponto (como devo resolver) não só sei com certeza o lugar e o dia, senão com a certeza a hora e com certeza o momento*. (S4ªf.C. II, l. 425-9).

> *Falta-me, **porém**, o tempo e o alento para escrever, e também me pudera faltar o juízo pelas causas que sucintamente referirei a V. Exª e será toda*

> *a matéria desta folha de papel, não cabendo a minha história ou tragédia em grandes volumes*. (CVB, CCIII, l. 06-10).

Os exemplos citados confirmam a polissemia dos itens **pero** e **porém** e de suas respectivas variantes. Embora esta pesquisa não tenha sido quantitativa, o número de exemplos retirados dos textos em estudo revela ainda que **pero** vai sendo cada vez menos usado como conjunção adversativa, enquanto **porém** vai se tornando mais empregado, equivalendo semanticamente a **mas**.

Mattos e Silva (1984:141), analisando os dois itens nos *Diálogos de São Gregório*, detectou que **pero** é mais usado como adversativo do que conclusivo, enquanto **porém** é apenas conclusivo-explicativo. Segundo a autora, esse estágio pressupõe dois anteriores: no primeiro, **pero** e **porém** seriam, de acordo com a sua etimologia, apenas conclusivo-explicativos; no segundo, **pero** estaria mais difundido como conclusivo-explicativo e menos como adversativo, enquanto **porém** seria apenas conclusivo-explicativo.

Esses dados, sintetizados no seguinte quadro:

	Pero	**Porém**	
Estágio I			
concl.-expl.	+	+	
adv.	ø	ø	
Estágio II			
concl.-expl.	+	+	
adv.	–	ø	
Estágio III			
concl.-expl.	–	+	
adv.	+	ø	(= *Diálogos de S. Gregório)*

demonstram, até o séc. XIV, antes de suas últimas décadas, o caráter estável do item **porém** como conclusivo-explicativo e a situação de mudança em curso de **pero**, iniciada no séc. XIII, ou antes, com o recuo de seu uso como conclusivo-explicativo e o avanço do adversativo.

Os dados obtidos pela presente pesquisa indicam, na *Demanda do Santo Graal*, documento anterior aos *Diálogos de São Gregório*, uma situação diversa e mais inovadora: já não ocorre com freqüência o **pero** explicativo ou conclusivo e também não é muito usado como adversativo; o **porém** é apenas usado como adversativo.

Entretanto, essa situação inovadora é facilmente explicável, uma vez que, embora tenha sido escrita no séc. XIII, o manuscrito remanescente da *Demanda* é do séc. XV.

Analisando os exemplos do *corpus*, dois fatos merecem destaque: 1. as últimas manifestações do item **porem** como conjunção explicativa, que ocorrem sempre com o emprego da variante **porende**; 2. a ocorrência, ainda no séc. XVI, do item **pero**, como conjunção adversativa e explicativa.

Segundo Said Ali (1964:225), no séc. XVI, **pero** é já um elemento arcaizante e é nessa época também que se difunde o valor adversativo de **porém**, conservado até os nossos dias.

A pesquisa de Mattos e Silva sobre os itens **pero** e **porém** analisa-os não só nos *Diálogos de São Gregório*, mas também na *Crônica de D. Pedro* (CDP), na *Imitação de Cristo* (IC) e em *Os Lusíadas* (Lus.). A análise dos dados obtidos nessas três outras obras permite à autora a apresentação de três outros estágios da mudança **pero/porém**:

	Pero	**Porém**	
Estágio IV			
concl.-expl.	ø	+	(= OE, CDP, IC)
adv.	+	–	
Estágio V			
concl.-expl.	ø	–	(= fase hipotética intermediária)
adv.	–	+	
Estágio VI			
concl.-expl.	ø	ø	(= Lus.)
adv.	ø	+	

Reunindo os dados obtidos por Mattos e Silva e os dados da presente pesquisa, podem-se, então, estabelecer os seguintes estágios:

	Pero	**Porém**	
Estágio I			
concl.-expl.	+	+	(estágio hipotético)
adv.	ø	ø	
Estágio II			
concl.-expl.	+	+	(= FR)
adv.	+	ø	
Estágio III			
concl.-expl.	–	+	(= DSG)
adv.	+	ø	

Estágio IV			
concl.-expl.	–	ø	(= Dem.)
adv.	–	+	
Estágio V			
concl.-expl.	ø	+	(= LRR, OE, CDP, IC)
adv.	+	–	
Estágio VI			
concl.-expl.	arc.	+	(= C, GLP, DVV, DLNL, DA)
adv.	+	+	
Estágio VII			
concl.-expl.	ø	ø	(= CDJIII, CR, CM, CT, CJ,
adv.	?	+	Lus., CVB, CVM, S4ªfC, SS)

Pode-se admitir que o emprego freqüente das conjunções **pero** e **porem** em sentenças negativas ou em sentenças precedidas por sentenças negativas tenha determinado que, por um processo metonímico, as conjunções tenham assimilado o valor da negação, passando a expressar uma relação de contrajunção.

> ***Non*** *é dereyto que dementre as partes quisere↓ andar en sa razon, que lhis seya deffenduda que nõ possã dizer <ou> ennader en sas razoes;* ***pero*** *se algu↓a das partes ou ambas muyto alongarem o preyto per sas razoes depoys que as provas fore↓ dadas, quer seyam as provas de testimonhas quer de cartas, pode dar o alcayde dya asijnaado ata que razoe↓ ambas as partes quanto razõaar quisere↓.* (FR, liv. II, l. 785-91).

> *Se alguum ome↓ d'ordin ou mõge leixar o auito, el rey o torne aa ordi↓* ***pero*** *nenguu* ***nõno*** *acuse nem aya mayor logar na ordi↓ seya dos meores da ordi↓ e faça peedença*. (FR, liv. IV, l. 456-8).

> *Assi, [h]á i u↓as afeições do ânimo q[ue] per si* ***nam*** *sam boas.* ***Porém*** *sam como u↓a semente e frol de boa índole e sojeito*. (DVV, l. 24-5).

> ***Não*** *houve,* ***porém****, em todo este tempo, que seria espaço de uma hora, quem se atrevese a por as mãos nelas;* (CVM, LXIV, l. 469-71).

É interessante observar que, ainda hoje, a conjunção **porém** pode ocupar, na sentença, diversas posições. Essa mobilidade indica que a conjunção conserva ainda características típicas do advérbio, não sendo, pois, uma conjunção prototípica.

Pero e **empero** isoladas ou associadas à conjunção **que** constituem também conjunções concessivas em textos do séc. XIII ao XV:

> *O cardeal,* ***pero*** *lhe esto parecessem cousas desarrazoadas, disse que prazia tomar carrego de hir falar a el-rrei d'Aragom sobr'ello...* (CDP, Cap. XXIII, l. 34-6).
>
> *...e fez el-rrei hu*↓*ua manhãa, que eram dezasete dias d'agosto, sair muita gente de todallas galees pera combater a villa; e* ***pero*** *fosse bem cercada, tomou-ha per força...* (CDP, Cap. XXII, l. 28-31).
>
> ***Empero*** *qual ome quer que autro algu*↓*a cousa der, nõ lha possa poys tolher, pero se lho descõnhocer e nõ lho gracir aquelho que lhy deu assi come se o ferir ou destoar ou desonrrar...* (FR, liv. III, l. 853-6).
>
> *O marido da molher qual quer nõ possa uender ne*↓ *alhear arras que der a sa molher,* ***pero que*** *ella outorgar.* (FR, liv. III, l. 145-6).
>
> *E* ***peró que*** *algu*↓*as vezes, em materias graves, deçessem as cousas jocósas e fizéssem degressões, recitando ditos e opiniões gentias, nem por isso ôs envergonhou o juizo alheo.* (DVV, p. 435, l. 05-8).
>
> *Chegado á cidade Oja que sera de Melinde dezaséte leguoas a qual em edificios éra a maneira de Mombaça,* ***peró que*** *a situaçam della fosse muy diferente por esta ser per hu*↓ *rio dentro e Oja na costa braua, com hu*↓ *muro da banda da terra com temor dos Cáfres, e do mar recife e má sayda que a fazia mais fórte: tanto que surgio mandou hu*↓ *batel a térra...*(DA, II, Cap.IIIm l. 59-64).
>
> ***Empero que*** *algu*↓*a molher faça algu*↓*a cousa destas que sõ suso ditas, nõ perça seu dereyto do herdame*↓*to que lhy uij*↓*a da outra parte quer seus yrmaos quer doutros parentes ou de stranhos.* (FR, liv. III, l. 42-4).

Como conjunção concessiva, **empero** já não aparece na *Crônica de D. Pedro* nem nas obras do séc. XVI consultadas para esta pesquisa, o que parece indicar o desuso da forma a partir da primeira metade do séc. XV; encontram-se, porém, nas mesmas obras **pero** e **pero que** estabelecendo a relação de concessão as quais, entretanto, já não são empregadas por Vieira (séc. XVII).

Do ponto de vista semântico, as conjunções adversativas e concessivas têm funcionamento semelhante: as adversativas ligam orações estabelecendo uma idéia de contraste, de impedimento; as concessivas iniciam orações em que se admite um fato contrário à ação da oração principal, mas incapaz de impedir a realização da ação.

Pode-se, pois, admitir que associadas ou não à conjunção **que**, as formas **pero** e **empero**, empregadas em sentenças negativas ou em sentenças afirmativas precedidas por sentenças negativas tenham se tornado, por um processo metonímico, itens conjuncionais concessivos e

só mais tarde, por um processo metafórico, tenham passado a itens conjuncionais contrajuntivos.

Do ponto de vista sintático, as conjunções adversativas e concessivas apresentam diferente distribuição no período. Enquanto as adversativas não podem inciar o período, uma vez que indicam a oposição a um fato anteriormente expresso, as concessivas, por permitirem a realização da ação expressa na oração principal, podem precedê-la, assumindo, por vezes, a posição inicial no período. Sintaticamente, pois, ao passarem de conjunções subordinativas a coordenativas, essas conjunções também experimentaram um processo de gramaticalização.

Pode-se, pois, esquematizar os períodos correspondentes ao emprego e desaparecimento desses itens conjuncionais, nas diversas acepções:

	Séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Pero (explicativo)						
Pero (adversativo)						
Pero ~ empero **Pero que ~ empero que** (concessivas)						
Porem (explicativo)						
Porem (adversativo)						

4.3.3.4.2 Por isso

A conjunção conclusiva **por isso** é constituída da preposição **por**, seguida do demonstrativo **isso**.

Já no séc. XIII, a preposição **por**, seguida dos demonstrativos **esto**, **esso** e **aquesto**, funcionava como encadeador da narrativa ou como reforço adverbial, precedido de um encadeador ou mesmo da conjunção explicativa **porém**:

> ***[Por] esto*** *no me chal de atendermos u↓u pouco, ca bem sei verdadeiramente que nossa festa nom é ora sem ventura*. (Dem. Cap.VIII, l.35-7).

> *E **por esto** lhe semelhava que o avia perdudo e que a nom veeria a meude e temia*. (Dem. Cap.III, l. 11-2).

> *E **por esso** lhe semelhava que se nom ouvesse a sua vontade, que morreria.* (Dem. Cap. CX, l. 28-9).

> *E esto a confortava que era elle cavalleiro mencebo, e* ***por aquesto*** *o cuidaria mais toste seu desejo*. (Dem. Cap. CX, l. 33-01).
>
> *Ca* ***por esto*** *o senhor deue a responder se quiser.* (FR, liv. II, l. 36).
>
> *"Mas porque sei verdadeiramente que o que homem diz nom vem todo, porem* ***por esso*** *nom creo o que me dizes"*. (Dem. Cap. XLIV, l. 28-30).

Ainda no séc. XVI, **por isso** ocorre, com valor advérbial, precedido do encadeador **e**:

> *... e* ***por isso*** *nã digo mais senã que praza a Deus que seja verdade o que se por aqui afirma da yda de sua alteza pera la.* (CT, CXXXV, l. 05-7).

Hoje, **por isso** é listada no elenco das conjunções apresentado pelos gramáticos contemporâneos, como conjunção conclusiva.

Na língua falada, no Brasil, essa conjunção aparece seguida da conjunção **que**:

> *... era doméstica a minha avó, eu não conheci os meus avós,* ***por isso que*** *eu não posso lhe falar, entendi, com... não posso lhe falar com uma... lhe da(r) uma certeza de profissão porque não conheci*. (POA, inf. 48, l. 271-5).
>
> *... e o azeite eu gosto assim, por cima da comida e gosto muito de outra coisa,* ***por isso que*** *eu me lembrei do azeite de azeitona, se eu pude(r) come(r) azeitona todos os dias no almoço...* (POA, inf. 144, l. 317-21).
>
> *... a cobra quando mor:de... ela mor:de... e ela in:jeta um:... um veneno na gente.* ***Por isso que*** *a gente precisa correr e tomar um soro antiofídico* (Re, inf. 283, l. 56-8).

Pode-se perceber que no exemplo retirado do séc. XVI a forma **por isso**, com valor adverbial, conserva, como no séc. XIII, nitidamente, o valor semântico de 'por essa razão', valor que se pode afirmar ainda permanece na conjunção que exprime a relação de conclusão ou no operador argumentativo, presentes nos exemplos retirados dos diálogos de Recife e de Porto Alegre, citados acima.

Na gramaticalização dessa conjunção, houve, por um processo metafórico, a trajetória de um sentido [+ concreto] para [- concreto], ao lado da recategorização:

prep. + pron > advérbio > conjunção
↓ ↓ ↓

‘por isso’ > ‘por isso’ > relação de conclusão = ‘logo’
‘por essa razão’ ‘por essa razão’

A passagem do sentido de ‘por isso’, ‘por essa razão’ à expressão de uma relação conclusiva é facilmente explicada, uma vez que ‘por isso’, ‘por essa razão’ já contêm a idéia de motivo, de conclusão com referência ao que se nega ou afirma na sentença anterior.

Houve ainda a morfologização **por isso** > **porisso**, forma que, durante algum tempo, ocorreu ao lado da primitiva. A ortografia oficial, entretanto, adotou a forma analítica para essa conjunção conclusiva.

Uma vez que a língua falada, mais inovadora, pode criar novos elementos ou conservar elementos não mais empregados pela norma, pode-se supor que a forma **por isso que** anterior à forma **por isso**, tenha sido conservada na língua falada, ou, como já foi explicado anteriormente, seja uma formação atual, análoga a outros itens conjuncionais do português.

O fato de poder movimentar-se nas sentenças leva-nos a questionar o caráter conjuncional do item **por isso** e a admitir o seu valor ainda um tanto adverbial.

Está chovendo muito, por isso não vou sair
Está chovendo muito, não vou, por isso, sair
Está chovendo muito, não vou sair por isso.

Por outro lado, o fato de **por isso que** admitir a inserção de termos entre os seus componentes confirma a suposição de não estar esse item ainda totalmente gramaticalizado.

> *TER realmente... eh... um poder de decisão... mais efetivo... então... **por isso que** eu escolhi este tema pra falar*. (Re, inf. 78, l. 601-3).

> *Sim. Olha, eu me acostumei tanto que não vejo mais graça nessas assim, eu fico a noite inteira vendo... acho que **por isso mesmo que** agora eu (es)tou vendo mais televisão, por causa da cor, que é colorido, senão eu ficava aqui...* (POA, inf. 133, l. 183-7).

A forma **por isso** data, pois, do séc. XIII, tendo começado a passar de advérbio a conjunção, possivelmente a partir do séc. XVI. Semanticamente, entretanto, a conjunção conserva ainda nitidamente resquícios do seu sentido primitivo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	Séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Por isso (reforço adverbial)						

Por isso (reforço adverbial e conjunção) **Por isso que**						

4.3.3.4.3 Porquanto

A conjunção **porquanto** é constituída da preposição **por**, associada ao pronome indefinido **quanto** (‘quanta coisa’), do latim **quantu-** ‘quanto’.

No séc. XIII, ocorre ainda com a forma não gramaticalizada **por quanto**, estabelecendo uma relação de causa:

> *Entam alevantou as mãos contra o ceo e deu graças a nosso Senhor **por quanto** lhe compria seu desejo* (Dem., Cap. CCXXI, l. 04-6).

Ainda, no mesmo século, apresenta a variante **quanto**:

> *E Gallaaz começou a sorrir e/ sinou-se, **quanto** tinha esto por gram maravilha* (Dem. Cap. XLV, l. 08-9).

No séc. XV, aparece já com a forma gramaticalizada ao nível da escrita, **porquanto**, empregada como conjunção causal, reforço adverbial ou encadeador da narrativa:

> *E disse entonce el-rrei dom Pedro que **porquanto** este rrecebimento nom fora exemprado nem claramente sabudo a todollos de seu senhorio em vida do dito seu padre, por temor e rreceo que d’el avia, que porém el...* (CDP, Cap. XXVII, l. 36-40).

> *E **porquanto** esses rrecebimentos e casamento no foi exemplado a todollos do rreino em vida do dito rrei dom Affonso por medo e rreceo que seu filho d’el avia.* (CDP. Cap. XXVIII, l. 55-7).

> ***Porquanto**, muito amado filho, per tuas leteras e fama fomos certificado como o mui claro de nobre memoria el-rrei dom Affonso teu padre se finou d’este mundo, sua morte foi a nós e hé muito grande nojo e tristeza* (CDP, Cap. III, l. 10-4).

Em textos do séc. XVI, nas CT e CR, **porquanto** volta a ocorrer sob a forma não-gramaticalizada **por quãto,** conservando o valor causal:

> *... porque eu nõ vejo Razão por onde elRey de França se ajade tornar do caminho que te↓levado, por que bioquos ysso he que elles desejam que venhã a effeito,* ***por quãto*** *pode↓ ganhar, e quam pouco perder, e que elles sabem mui be↓ quanto podemos e o aparelho que temos e quã bom expediente de negocios e, a meu ver, sabem no bem ffamiliarmente* (CJ, CVI, l. 44-50).

> *Tambem tenho dado ordem como seram providos de tudo o necessario os meus lugares de Cepta e Tamgere,* ***por quanto*** *tenho entendido, por via d'Andaluzia...* (CR, LXXVI, l.11-6)

A partir do séc. XVII, o item **porquanto** passa a ser empregado sempre com a forma gramaticalizada, o que permite a suposição de que, só nesse século, a gramaticalização foi realmente concluída.

> *O remédio, pois, Senhor, consiste em que se mude e melhore a forma por que até agora foram governados os índios; o que se poderá fazer mandando V. M. guardar os capítulos seguintes:*
>
> *XIV. Que,* ***porquanto*** *as jornadas ao sertão, que fazem, são ordinariamente perigosas, por razão dos bárbaros, para segurar os religiosos e os índios que forem nas ditas jornadas haja companhia de soldados brancos, a qual, ou inteira, ou dividida lhe dê escolta, conforme a necessidade o pedir;* (CVM, LXIX, l. 16-9, 138-42).

Pode-se perceber que a gramaticalização desse item efetuou-se através dos seguintes processos:

recategorização:

prep+pron. indef.	>	advérbio	> conjunção	> encadeador
↓		↓	↓	↓
por+quanto	>	por isso	> porque	> por isso

morfologização:
por quanto > porquanto

sintatização - nova interpretação da estrutura da sentença;

semanticização - mudança de conteúdo semântico.

Por um processo metafórico, o advérbio, com o valor semântico de 'por isso', 'por quanto', que já continha o sentido de 'causa', 'motivo', passou a conjunção, expressando uma relação de causa.

É interessante observar que **portanto** e **porquanto**, constituídos da associação da preposição **por** com pronomes indefinidos que possuíam, inicialmente, o mesmo conteúdo semântico 'por isso', experimentaram

processos de sintaticização diversos, passando a expressar, respectivamente, relações de conclusão e de causa e a terem comportamentos sintáticos distintos.

Enquanto **portanto**, como um conector conclusivo, só pode preceder a oração conseqüente, não permitindo qualquer inversão das orações do período, **porquanto**, como conector causal, permite a inversão do período e pode ocupar a posição inicial.

*João adoeceu, **portanto** não poderá dar aulas hoje.*
** **Portanto** não poderá dar aulas hoje, João adoeceu.*

*João não foi ao colégio, **porquanto** adoeceu.*
***Porquanto** adoeceu, João não foi ao colégio.*

Se considerarmos, porém, como explica Koch (1987:87), que a **relação de causalidade** pode ser expressa por conjunções causais, consecutivas ou conclusivas, pode-se afirmar que os dois itens conjuncionais **portanto** e **porquanto** expressam uma só e mesma relação, diferindo apenas no seu comportamento sintático.

Porquanto ocorre, no português contemporâneo, esporadicamente, na língua falada, sendo seu emprego mais freqüente em textos do registo formal escrito:

> *... as alunas não tinham possibilidade... de encontrar... quando perdiam uma aula um... uma::.. orientação segura daquilo que havia sido dada na aula anterior... **porquanto** os livros que nós tínhamos de biblioteconomia... eram especializados nas diferentes matérias então elas teriam que ler muita coisa para obter alguma informação sobre a aula dada.* (SP, inf. 295., l. 67-73).

A conjunção **porquanto** ocorre desde os primórdios da língua:

	séc. XIII	Séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Porquanto						

4.3.3.4.4 Porque

A conjunção **porque** é proveniente da junção da preposição **por** ao relativo **que**; é fruto, pois, de uma reanálise que, em lugar de admitir a preposição **por** + pron. rel. **que** com o sentido de ‘por que (motivo)’ ou ‘pelo qual/pela qual’, reinterpretou as duas formas como um todo, **porque**, para expressar a relação de causa.

A conjunção **porque** ocorre, no português, desde o séc. XIII, sob as formas **porque ~ por que ~ perque ~ per que**.

> *E o alcayde **porque** iuygou torto e mandou fillar o que nõ deuya, peyte outro tanto de seu auer aaquel a que o // (fol. 87r) fillarõ sen a entrega que suso é dita e se nõ ouuer outro tãto come aquillo que fillou perça o que ouuer.* (FR. liv. II, l.113-6).

> *Se alguu ome↓ erdar auer <de ladrõ>* **perque** *é pare↓te mays proui↓co ou perque lhe mãdou sa bõa, faça tal enme↓da qual deuia fazer o ladrõ [se uiuesse] e nõ receba outra pe↓a em seu corpo.* (FR. liv. IV, l. 698-701).

> *E qual quer dos contemptores que ao plazo nom ueer nen enuiar como deue, peyte ao juyz . V. soldos pera el rey e outros .V. pera o contendor que ueer ou enuiar ao plazo e se aquel que nõ ueer der algu↓a escusaçõ dereyta **per que** nõ ue↓o nõ aya pe↓a.* (FR, liv. II, l. 132-6).

Nesse último exemplo, entretanto, está ainda bastante nítido o sentido de 'pela qual', 'por que (motivo)', o que demonstra não estar plenamente concluído, no séc. XIII, o processo de gramaticalização da conjunção.

Também no português arcaico, a forma **porque** é empregada como encadeador da narrativa:

> ***Porque** os coraçoes dos omees son departidos, pore↓ naturalmente natural cousa é que os entendime↓tos ne↓ as obras nom acorde↓ en huu.* (FR. liv. I, l. 17-9).

As formas **perque ~ per que**, que representavam a alternância da preposição **per** com a preposição **por**, foram documentadas apenas no Foro Real de Afonso X, no séc. XIII, portanto.

Quanto à forma **por que**, em que a preposição ainda não está ligada ao pronome relativo, é encontrada na LRR, séc. XIV.

> *E ele aficou-a tanto que sua defesa nom lhe prestou a houve-se de vencer, **por que** era molher, e fazer o mandado del rei dom Rodrigo, que a fortemente aficava e lhe tanto prometia.* (LRR, Cap. IV, l. 25-8).

Nos textos do séc. XVII consultados, **porque** ocorre como encadeador da narrativa ainda com bastante freqüência.

> *Acrescenta-se a esta grande falta de sacerdotes serem, pela maior parte, os que há homens de poucas letras e menos zelo das almas; **porque**, ou vieram para cá degradados, ou por não terem préstimo com que ganhar a vida em outra parte, a vieram buscar a estas.* (CVM, LXII, l. 35-7).

Porque é a conjunção causal mais empregada nos textos do português arcaico consultados para esta pesquisa. É também a conjunção causal mais empregada no português contemporâneo falado ou escrito. No português falado do Brasil, é freqüentemente intensificada pelos advérbios: **até mesmo**, **também, principalmente**; em Portugal, por **até** (= mesmo)

> *e... havia baile lá no Mackenzie* ***mesmo porque*** *nós tínhamos um Ginasium...* (SP, Inf. 295, l. 268-70).
>
> *... o que não era direito...* ***também porque****... aqueles livros estavam se aln... eh... destiNAdos a que estavam se preparando prum curso muito mais desenvolvido e não...* (SP, Inf. 295, l. 74-7).
>
> *... às vezes em estudan::te um rapaz que paga seus estudos com sacrifício ele não PODE ter dinheiro nunca para ir ao teatro...* ***principalmente porque*** *às vezes o rapaz namora tem a namorada então você já imaginou?* (SP, Inf. 186, l. 667-70).
>
> *... sim, congelado isso há aí, até nos, nesses supermercados e assim, há congelado, não é, mas o puxe fresco às vezes há dificuldade sobretudo* ***até porque*** *não temos onde escolher, às vezes...* (PF, Inf. 0129, l. 53-5).

A gramaticalização desse item conjuncional ocorreu através dos processos de:

1. recategorização - passagem de um item menos gramatical a um item mais gramatical:

   prep. + pron. rel. > conjunção
   ↓ ↓ ↓
   por + **que** > **porque** = relação causal

2. semanticização - passagem de um conteúdo [+ concreto] com a presença de um pronome relativo, para um conteúdo [- concreto], o que expressa a relação de causa;

3. sintaticização - reanálise da estrutura do enunciado e reinterpretação dos elementos **por + que** (prep. + pron. relativo) como **porque** (conjunção)

Percebe-se que, nesse caso, a semanticização ocorreu por um processo metafórico através do qual o sentido de **pelo qual** (motivo), que já continha uma certa idéia de causa, passou a indicar uma relação causal.

Em português, as sentenças iniciadas pela conjunção **porque** podem ser antepostas ou pospostas àquelas a que se relacionam e, segundo Paiva (1997:1), essa posição depende, exclusivamente, da livre escolha do falante.

Opondo-se a essa idéia, contudo, alguns autores pressupõem a existência de um princípio de temporalidade na organização dos enunciados causais, de acordo com o qual a anteposição da sentença causal seria mais normal, por reproduzir uma certa ordem, isto é, a posposição da sentença causal atenderia a objetivos comunicativos específicos.

Em estudo realizado com três amostras de português falado do Rio de Janeiro (amostra Censo, amostra NURC e amostra de fala espontânea), Paiva (*id*. *ibid*.: 2) observou ser a posposição da sentença causal, a ordenação não marcada nos enunciados com **porque**, uma vez que, em 1822 enunciados causais com essa conjunção, apenas 72 foram da forma **Porque X, Y**. Analisando as ocorrências das orações causais com **porque** antepostas e pospostas, a autora verificou que sob o prisma dos princípios de distribuição de informação e continuidade tópica, os dois tipos de estrutura revelam diferenças significativas quanto às propriedades discursivas.

As sentenças causais com **porque**, antepostas, configuram enunciados que contrariam a forma mais comum de progressão da informação (da informação velha para a nova), situando um segmento comunicativamente mais dinâmico na primeira posição. Além disso, são também mais freqüentes em contextos em que provocam uma ruptura tópica introduzindo um tópico distinto do da cláusula anterior.

Do ponto de vista semântico, entretanto, as sentenças causais com **porque**, antepostas ou pospostas, se assemelham; independentemente da posição que ocupem no enunciado, as sentenças causais com **porque** são, preferencialmente, pontos de introdução de informação nova.

Segundo a autora, essa similaridade entre os enunciados **Porque X, Y** e **Y porque X** permite afirmar que a organização linear dos elementos lingüísticos refletem um princípio geral de organização discursiva, segundo o qual os elementos lingüísticos de mais dinamismo comunicativo ocorrem na segunda posição.

Por que ~ porque ~ per que ~ perque ocorrem também dos séc. XIII ao XVI, introduzindo orações finais, com verbos no subjuntivo:

> *Tu te fazes esquecer e tu as feito **por que** esqueeças. Tu nom mereceras gualardom senam segundo teu trabalho.* (Dem. Cap. CC, l. 14-15).

> *E, despois que foram ajuntados, mandou-lhes dar todo o que lhes era mester e deu grandes haveres a todos e muitas doas aos capitães, **por que** fossem aló.* (LRR, Cap. XII, l. 103-5).

> *E por isso, dizia ele que aos judeus se fizéra judeu como se fora judeu, e inferno aos infernos, e a todos tódas as cousas, **perque** podésse ganhár a todos.* (DVV, p. 434, l. 15-7).

> *- E **per que** sse nom possa fazer engano ena nacença do fillo ou da filla, o alcayde connos parentes subredictos ponham duas molheres boas almeos que esten cu↓ lume deante ena nacença...* (FR, liv. III, l. 449-54).

> *... nem se movessem per ne↓hu↓a cobiiça a tomar serviços algu↓us **per que** a justiça fosse vendida...* (CDP, Cap. V, l. 13-5).

A alternância das preposições **por** e **per**, como já foi explicitado, era comum no português arcaico.

Segundo Riiho (*id. ibid.*:16) a preposição **per** foi empregada, em português, até o séc. XVI. É possível que a alternância das preposições **per** e **por** assim como a das preposições **pera** e **para** (cf. 4.4.2.5) tenha determinado o emprego temporário das formas **porque ~ por que ~ perque ~ per que** como conjunções finais.

	séc. XIII	Séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Porque (causal)						
Porque (final)						

4.3.3.4.5 Portanto

A conjunção **portanto** é resultante da combinação da preposição **por** com o indefinido **tanto**, do latim **tantu-**. A forma **portanto** ‘por tantas coisas’ com valor adverbial, só foi documentada em textos do séc. XIV.

O significado inicial de **por tanto**, ‘por isso’, ‘por tudo isso’, de caráter conclusivo, determinou a origem de um item conjuncional com o mesmo valor semântico.

Nos DSG, as formas **portanto** e **por tanto** ocorrem como reforços adverbiais, às vezes, precedidas da conjunção **mais ~ mas**, ou do encadeador **e**:

> *E o santo homen deu muitas graças a Deus porque metera en coraçon ao papa de o querer veer. **Portanto** mandou aos seus monges que guisassem bestas pera o cami↓ho...*(DSG, l. 1.8.30).

> *Quen bõõ he e são entendimento ha non entende que na vida do outro mundo non dam a nengu↓u↓ casa feita d'ouro nen de prata, mais* ***portanto*** *dizen que a casa que lhi dan he feita d'ouro porque muitas esmolas que fez enquanto no mundo vive, merecen no outro mundo morada de lume e de claridade perduravil. E* ***portanto*** *dizia aquel cavaleiro de que suso falamos que vira muitos velhos e muitos mancebos e muitas meni↓has e muitos meni↓hos trager muitos tegelos d'ouro pera fazer aquela casa que el vira no outro mundo* (DSG, 4.33. 19-20).

Como afirma Mattos e Silva (1889:681), apenas em uma ocorrência, das dezoito em que aparece nesse documento, **portanto** ocorre ligando orações:

> *Mais porque aqueles que son de pequena fe poden duvidar que os santos non lhi socorrerán ali hu os seus corpos non fazem,* ***portanto*** *faz mester aas vegadas pera tolher a duvida destes taes que façan maiores maravilhas.*(DSG, 2.38.10).

o que parece indicar ser ainda restrito, na época, o seu emprego como conjunção propriamente dita.

Ainda nos documentos dos sécs. XV e XVI, **portanto** ocorre como encadeador da narrativa ou reforço adverbial, na forma já gramaticalizada ou não:

> *... e o Conde dom Henrrique nom quis, e* ***portanto*** *se non fez d'aquella vegada.* CDP, Cap. XXV, l. 50-3)

> ***Portanto****, o sapiente tem um mesmo ânimo, que se nan diminuie nem acreçenta com a mudança das cousas, nem, como menino, anda flutuando com qualquer vento de doutrina, mas está perfeito em Cristo, findádo em caridáde e arreigádo em fé* (DVV, l. 06-12)

> *E* ***por tanto*** *se, depois de me spreverdes, elRey vos tem Respondido em algu↓ua maneira de que posaes lançar mão...* (CDJIII, XIII, l.33-5).

Ao lado da forma **portanto**, ocorre também, no séc. XVI, **por isso** com valor adverbial precedido do encadeador **e**:

> *... e* ***por isso*** *nã digo mais senã que praza a Deus que seja verdade o que se por aqui afirma da yda de sua alteza pera lá;* (CT, 135, l. 05-7).

A forma **portanto** não foi documentada nos textos do séc. XVII, quer funcionando como advérbio, quer como conjunção.

No português contemporâneo, a conjunção **portanto** é bastante empregada tanto no Brasil como em Portugal.

Nas transcrições dos diálogos do Projeto NURC/Brasil, **portanto** ocorre funcionando como conjunção conclusiva:

> *... não aceitamos porque nos pareceu que não havia motivo de força maior... uma vez que inclusive a escola era proprietária... do imóvel onde estava instalado o Liceu na sua última fase... **portanto** era senhora de um patrimônio que assegurava amplamente nos parecia... o pagamento das indenizações...* (SP, inf. 287 l.168-71)

Já nas transcrições dos diálogos do PF, **portanto** ocorre, repetidas vezes, funcionando como um marcador conversacional, algumas vezes ainda com um resquício do seu conteúdo semântico conclusivo:

> *... muito pequenina e então tem o saquinho aqui, e **portanto**, o, quando a serra vem, ele diz que se nota perfeitamente que é impossível que...* (PF. inf. 0029, l. 44-6)

Outras vezes, esvaziado, totalmente, do seu conteúdo semântico:

> *... eu gostei foi – ah! que estava excepcional! – um, **portanto** aparece lá um cientista com o seu computador – pá!* (PF. inf. 0029, l. 44-6)

Em alguns diálogos, o marcador **portanto** é empregado repetidamente no período, na maior parte das vezes, sem qualquer valor semântico, apenas como um mero sequenciador da narrativa.

> *x: pois tá certo. por acaso (...) um, um dos assuntos que, que me interesso desde criança... **portanto** comecei a colecionar selos desde os oito anos e... **portanto**, ultimamente tenho um bocado... não, não me tenho interessado assim muito mas agora este ano, **portanto**, trouxe até a coleção para cá e... tenho-a posto em dia, portanto...*
> *x: eu coleciono só de portugal continental, insular e... alguns ultramarinos. **portanto**, tenho, tenho, tenho já uma boa, uma boa coleção mais ou, **portanto** mais ou menos, de selos, tanto é que de mil novecentos e trinta e cinco para cá falta-me aí uns.*
> *x: ... **portanto** à maneira que as, que as séries vão, vão saindo (...) **portanto**, eu até, **portanto** agora fui ao mercado filatélico, **portanto**, mesmo aos CTTês, e **portanto**, pedi, **portanto**, para me avisarem porque eles mandam, **portanto**, a casa, **portanto**, mandam avisar de todas as novas edições que forem saindo. **portanto**, e vou tando ao corrente do assunto e, e **portanto** assim...* (PF, inf. 1308, l. 04-8, 31-6)

Como foi visto anteriormente, no processo de gramaticalização desse item conjuncional, houve uma recategorização sucessiva, acompanhada de uma sintaticização e de uma semanticização:

prep + pron	>	advérbio	>	conjunção	>	encadeador
↓		↓		↓		↓
por + tanto		‘por tanto’		‘logo’		‘por tais
= ‘por isso’		‘por tais				acontecimentos’
		acontecimentos’				⚐

Percebe-se ainda a trajetória:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

em que um significado mais abrangente, ‘por todas estas coisas’, mais concreto, passou a um significado mais abstrato e mais restrito, a relação de conclusão.

Pode-se admitir ter o item **portanto** passado a expressar a relação de conclusão por um processo metafórico, em virtude da semelhança entre o seu valor semântico de origem e a relação conclusiva expressa pelo item conjuncional.

Enquanto em Portugal, o emprego da forma **portanto**, como encadeador da narrativa, conservou-se e o emprego da forma como conjunção parece ter-se tornado de uso restrito, no Brasil, o emprego de **portanto**, como encadeador da narrativa, decaiu, sendo apenas conservado o seu emprego como conjunção.

No português falado de Portugal, ocorre ainda a correlação **portanto que... que**, com valor semântico consecutivo de: ‘tanto... que’:

> *... eu era incapaz de vir trazer a moreia ao homem, não era capaz, (...)* ***portanto que*** *não era,* ***que*** *não fui, “olha para o lixo”...* (PF, inf. 0262, l. 15-7).

Trata-se de um novo processo de gramaticalização que parece estar ocorrendo por analogia à conjunção consecutiva **tanto... que**.

Tem-se, pois:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Portanto (advérbio)						
Portanto (conjunção conclusiva)						

Portanto (encadeador da narrativa) **Portanto que ... que**						

4.3.3.4.6 Por conseguinte

A preposição **per** aparece, a partir de textos dos sécs. XVI, associada à forma **conseguinte**, (do lat. **consequente**), combinação da preposição **cum>com** com a forma do particípio presente do verbo **sequor**, constituindo a locução adverbial **per conseguinte** 'em conseqüência', ou, o advérbio 'conseqüentemente'. (Gaffiot 1934: s.v. **sequor**). **Per conseguinte** passou, posteriormente, a conjunção coordenativa conclusiva, hoje, **por conseguinte**. A conjunção **per conseguinte** parece datar do séc. XVI, uma vez que não foi documentada, no *corpus* analisado, em textos de séculos anteriores. Aparece no DVV, ainda como reforço adverbial, precedida da conjunção **e**, com o valor semântico de 'em conseqüência', 'conseqüentemente'.

> *... Santo Tomás, diz < S.Tho. II. II. q. c. VI ar. II >:Pai - Vergonha é um temor de torpeza reprensível, que principalmente ólha ao vitupério e, **per conseguinte**, à culpa, e isto em duas maneiras: çe[s]sando ou encobrindo* (DVV, p. 415, l. 11-4)

Por um processo de recategorização, **per conseguinte**, gramaticalizou-se, passando de advérbio a conjunção, isto é, de um item menos gramatical a um item mais gramatical e, por um processo metafórico, experimentou uma semanticização, uma crescente abstratização, deixando de expressar o conteúdo semântico de 'em conseqüência', para expressar uma relação de conclusão que, implicitamente, indica uma conseqüência.

Per conseguinte não ocorre nos textos do séc. XVII, mas supõe-se que estivesse em uso na época, uma vez que, nas transcrições dos diálogos do PF, aparece, como no séc. XVI, embora esporadicamente, na forma **por conseguinte**:

1. como reforço adverbial com o valor semântico de 'em conseqüência' 'conseqüentemente':

> *x: superlotadas, não é? são as linhas que não são suficientes, e **por conseguinte**, claro que isso está em estudo...* (PF, inf. 0633, l. 45-6)

2. como conjunção conclusiva:

> *x: só me subiram cinco escudos, não é, no quarto; e depois chegarem lá duas pessoas e tomarem um banho, ora cada banho, sabe que cada banho me custa seis escudos, se o cliente quiser ir à casa de banho geral:* ***por conseguinte*** *eu estou a gastar o dinheiro e não me está a fazer uma reintegração do capital jus (...), jus (...) justificativo...* (PF, inf.1358, l. 25-30).

Não se pode precisar quando **per conseguinte** passou a **por conseguinte**, uma vez que o *corpus* consultado para esta pesquisa não incluiu textos dos sécs. XVIII e XIX. Sabe-se, contudo, que a mudança se verificou, por influência da alternância das formas **per** e **por** no português arcaico.

Enquanto, no português falado de Portugal, **por conseguinte** continua sendo empregado, quer como reforço adverbial, quer como conjunção, no português do Brasil, o seu emprego parece ser mais comum na língua escrita e no registro formal, pois não foi documentada nos diálogos consultados, pertencentes ao Projeto NURC.

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Per conseguinte						

4.4 Conjunções formadas com a associação do <u>que</u> ~ <u>ca</u>

Inúmeras conjunções portuguesas são constituídas pela associação de advérbios, preposições, verbos, nomes ou pronome à conjunção **que**, o que ocorre por um processo de sintaticização, por uma reanálise do período em que se encontram os elementos envolvidos (advérbios, preposições, verbos, nomes ou pronome + **que** ~ **ca**) como se poderá verificar na análise dos processos de gramaticalização ocorridos com os itens conjuncionais a seguir.

4.4.1 Conjunções de base adverbial

4.4.1.1 Ainda que

Essa conjunção é constituída do advérbio **ainda**, galego-português, associado à conjunção **que,** com valor semântico concessivo.

A etimologia desse advérbio é bastante discutida. Segundo Corominas (1991: s.v. **ainda**) **ainda** é de origem pré-romana, afim à conjunção **indi** ou **inda** que, com o valor semântico de **y**, é freqüente nas inscrições da época imperial, encontradas no Oriente e Ocidente da Península. Para o autor, é provável que **ainda** seja uma variante de **inde** ou **inda** que, significando, inicialmente, 'todavia', 'também', tenha passado a funcionar com valor copulativo. A forma primitiva, em português, seria **endagora**, a qual se emprega ainda hoje nas Astúrias ocidentais. De **endagora**, ter-se-ia **aendagora > aindagora**, forma que, posteriormente, se desmembrou.

O étimo seria, pois, **ende a agora** 'desde ali até agora'.

Nascentes (1955: s.v. **ainda**) admite as etimologias **inde + ad** ou **ab + inde + ad** e cita a opinião de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis, a respeito do assunto. Para Leite de Vasconcelos, **ainda** provém da junção de **hinc + de + ad** precedida de **ad** e não de **ab**. Para Carolina Machaëlis, o advérbio português é proveniente de **ad + inde** com a vogal final **a** por analogia a **fora**, **mentra**, **contra**, etc.

Gaffiot (1934: s.v. **i↑nde**) afirma que o advérbio latino **i↑nde** significava 'de lá ', 'daquele lugar':

> *...leguines se receperunt **inde**, que temere erant progressae 'as legiões se retiraram do lugar onde elas se tinham aventurado temerariamente'* (Caes. C. 3, 45, 6)

podendo também expressar o sentido temporal de ‘a partir de’*:*

> *...jam* ***inde*** *ab ortu ‘desde o nascimento’* (Cic. Nat. 2, 124).

Analisando os dêiticos temporais, **ora**, **enton já** e **ainda** nos DSG, Mattos e Silva (1989:261) utiliza os traços **punctual** que se opõe a **contínuo**; **presente** que se opõe a **não-presente** (quer passado, quer futuro); **prospectivo**, que se volta para o futuro, vindo do presente e se opõe ao **não-prospectivo** e o **perfectivo**, que se opõe a **imperfectivo**, não acabado.

Com base nesses traços, a autora aponta o caráter não-punctual e continuativo do advérbio **ainda** na obra:

> *O velho que mi contou aquesto que ora dito he, queria* ***ainda*** *contar outras coisas.* (1.29.3).

O reportar-se ao passado e indicar algo não acabado no presente permite, segundo a autora, o emprego desse temporal em construções com verbos no presente e no passado, a depender do enfoque temporal dado ao fato narrado:

> *E porque non achou logar en que se retevesse está* ***ainda*** *en si*. (1.2.15).
>
> *Acrementou* ***ainda*** *outra pobreza e outra coita maior.* (1.17.6).

Ainda ocorre também, nos DSG, com o valor semântico de **além disso**, funcionando como um anafórico que remete ao que foi narrado anteriormente e dá seguimento à narrativa:

> *Contou* ***ainda*** *San Gregorio que...* (1.6.2).

O advérbio português **ainda** gramaticalizou-se, pois, através dos seguintes processos:

1. recategorização:

prep.	+	adv.	>	advérbio
↓		↓		↓
ad	+	**inde**	>	**ainda**

ou

prep. + adv. + prep. + prep. > advérbio
↓ ↓ ↓ ↓ ↓
ad + **hinc** + **de** + **ad** > **ainda**

ou

adv. + prep. + advérbio > advérbio
↓ ↓
ende + **a** + **agora** > **ainda**

2. morfologização - aglutinação das formas componentes;

3. sintaticização - reinterpretação do item como advérbio;

4. semanticização - passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] a um conteúdo semântico [- concreto], processo já iniciado no latim, segundo a trajetória proposta por Heine *et alii* (1991):

Latim > Português

ESPAÇO > TEMPO > TEMPO > TEXTO
↓ ↓ ↓ ↓
‘daquele lugar’ > ‘desde’ > ‘desde ali até agora’ > ‘além disso’ ‘também’ ‘afinal’ ‘mesmo’ ‘ao menos’ ‘até agora’ ‘precisamente’ ‘assim’

que pode ser ilustrada com os seguintes exemplos:

Latim	Português
Espaço: ... *leguines se receperunt **inde**, que temere erant progressae* ‘as legiões se retiraram do lugar onde elas se tinham aventurado temporariamente’.	Tempo: *A criança ainda chora* *(até agora)*
	Ainda lhe direi as razões da minha desconfiança *(algum dia)*
	Conheci-o, quando ainda era criança *(no momento)*
Tempo: ... *jam **inde** ab ortu* ‘desde o nascimento’	Texto: *Comprei livros e ainda cadernos* *(também)*
	Resta-lhe ainda um último recurso *(afinal)*
	Eu o vi ainda agora *(precisamente)*
	Mesmo me humilhando, ainda a perdoei *(mesmo assim)*
	Se ainda fosse rico... *(ao menos)*

O advérbio **ainda** já não é mais empregado no sentido espacial, mas conserva o sentido temporal e os sentidos nocionais, expressando, como se pode observar, valores semânticos diversos.

Assim, pode-se admitir, mais especificamente, a trajetória:

ainda espacial > **ainda** temporal **>** **ainda** inclusivo > **ainda** exclusivo **>** **ainda** concessivo

↓ ↓ ↓ ↓ ↓

‘daquele lugar’ > ‘até agora’ > também > ao menos > mesmo assim

‘algum dia’

‘no momento’

A passagem de um advérbio a uma locução conjuntiva, como explica Said Ali (1964:222), é um fenômeno freqüente na história das conjunções e resulta de uma reanálise, isto é, de um processo de reinterpretação em que o advérbio é deslocado de uma sentença para outra, no período.

Pode-se admitir, pois, que o advérbio **ainda**, com valor semântico temporal, em posição final numa sentença, seguida de outra sentença, iniciada pela conjunção **que** concessiva, como em:

> *Mas para que este exame seja com a inteireza e justiça que convém, não basta que os oficiais da Camara o julguem **ainda/que** seja com assistência do sindicante* (CVM, LXII, l. 108-10).

por um processo metonímico, tenha assimilado o valor semântico concessivo e, juntando-se à conjunção, tenha passado a constituir uma outra conjunção, também de valor concessivo **ainda que**:

> *Mas para que este exame seja com a inteireza e justiça que o convém, não basta que os oficiais da Camara o julguem/**ainda que** seja com assistência do sindicante.*

No português arcaico, a conjunção **ainda que** é a concessiva mais empregada; hoje, entretanto, **embora** é a conjunção mais freqüente, quer na língua escrita, quer na língua falada. No castelhano, **ainda que** é hoje a conjunção mais empregada, em substituição a **maguer que**, a conjunção mais antiga e difundida, até o final do séc. XIII (Rivas 1990:166).

Nos textos do português arcaico, consultados para esta pesquisa, **ainda que** é empregada em sentenças com verbos no subjuntivo, ocupando a posição interfrástica ou inicial no período:

> ***"Ainda que** vos eu visse matar Patrides, nom vos mataria porem, pero ouvesse poder de vos matar; ca nom querria fazer deslealdade por homem do mundo."* (Dem., Cap. CXLVII, l. 06-8).

> *E daquel dia adeante **ainda que** me queira calar de falar de Deus non posso.* (DSG, l. 07-9).

> *...ante que chegasse, fallou com seu porteiros que depois que o bispo entrasse na camara lançassem todos fora do paaço tambem os do bispo como quaesquer outros e que **ainda que** algu↓us do conselho vehessem, que nom leixassem entrar ne↓hu↓u dentro, mas que lhe dissessem que sse possem pera as pousadas...* (CDP, Cap. XXVII, l. 25-30).

No séc. XVI, esse item conjuncional ocorre grafado **ajnda que ~ ai↓da que ~ aynda que ~ aymda que ~ aimda que ~ i↓da que ~ imda ~ ainda que**. É empregado com verbos no modo indicativo ou subjuntivo:

> *... por elle os ter por tam caualeiros que pera cometer hum honrádo feito **ajnda que** perigóso, nam auiam de apresentar muytos jnconvenientes por segurança da vida.* (DA, Cap. V, l. 161-3).

> *Eu parti de la tam agastado que, **ai↓da que** qua achase todolos bo↓s ares e frescuras do mu↓do, nõ poso perder a pena que trouve de sua alteza ter em tam pouquo o que eu dava a minha irmã...* (CT, CXLVIII, l. 01-4).

> *Prazera a Nosso Senhor que as outras naos vyrã tras estas e todas a ssalvame↓to para tanto servyço de sua alteza, como todos desejamos, **aynda que** por camynhos tã difere↓tes...* (CIL, XXV, l. 06-8).

> *E verdadeiramente que* ***aymda que*** *a comdessa de Portalegre he minha tia prima...* (CT, CXLVI, l. 30-1).
>
> *Roguo vos muyto que lhe mandees que me pagee de quallquer dinheiro que teuer, porque* ***aimda que*** *la aja necessydades...* (CR, LII).
>
> *E* ***i↓da que*** *foy sorte de moço fidalgo, peço vos por merce que m'o levees em cõ↓ta.* (CT, CLIV, l. 06-7).
>
> *Fazei me tãta merce que me nã julgueis sem me ouvir,* ***imda que*** *me vejais degradado...* (CT, CLVII, l. 06-7).
>
> *A este introito se ajunta gloria patri porque* ***ainda que*** *ao filho somente pertence a encarnaçám, toda a Trindáde obrou este misterio.* (C, 2ª parte, l. 05-6).

Nos textos do séc. XVII ocorre sempre grafado **ainda que**, sendo também freqüente o seu emprego com verbos no indicativo presente:

> *... e como o Cristo falava do templo místico e as testemunhas o referiram ao templo material de Jerusalem,* ***ainda que*** *as palavras eram verdadeiras, as testemunhas eram falsas* (SS, l. 812-4).
>
> *Falar-vos-ei, Senhor,* ***ainda que*** *sou pó e cinza (S 4ª f. C, l. 151-2).*
>
> *...porque* ***ainda que*** *a morte é momento e não é tempo, quem acaba a vida antes de morrer, mete tempo entre a vida e a morte* (S 4ª f. C. II, l.431-3).
>
> *...porque a palavra de Deus é tão fecunda que nos bons faz muito fruto, e é tão eficaz que nos maus,* ***ainda que*** *não faça fruto, faz efeito* (SS. l. 269-71).

Gili Gaya (1978:323, *apud* Rivas 1990:165) afirma que:

> *... la subordinada concessiva puede hallarse en indicativo o en subjuntivo. En el primer caso se afirma la existencia de una dificultad para el cumplimiento de lo enunciado en la oración principal; pero esta dificultad se richaza por ineficaz: "aunque hace mal tiempo, saldré", el mal tiempo es un hecho real. Si el verbo subordinado está en subjuntivo, la dificultad se siente sólo como posible: "aunque haga mal tiempo, saldré", o mal tiempo es una dificultad posible.*[12]

[12] ...a subordinada concessiva pode achar-se em indicativo ou subjuntivo. No primeiro caso, afirma-se a existência de uma dificuldade para o cumprimenro do enunciado na oração principal, mas essa dificuldade se torna ineficaz: "ainda que faz mal tempo, sairei", o mal tempo é um feito real. Se o verbo subordinado está no subjuntivo a dificuldade é sentida apenas como possível: "ainda que faça mal tempo, sairei", o mal tempo é uma dificuldade possível.

Essa seria uma explicação para o emprego da conjunção concessiva, nos sécs. XVI e XVII, em orações com verbos no indicativo. No português contemporâneo, **ainda que**, como as demais concessivas, são empregadas com verbos no subjuntivo.

O emprego dessa conjunção na língua portuguesa, data do séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Ainda que						

4.4.1.2 Almeos que

A conjunção **almeos que** parece resultar da associação de **almeos**, forma proveniente de **al**, do latim **aliud** 'outra coisa', mais **meos**, do advérbio latino **minus** 'menos', ou da preposição **a**, aglutinada ao artigo **lo** e ao advérbio **meos**, com a conjunção subordinativa final **que**.

Ocorre apenas no FR, documento do séc. XIII, expressando uma relação de finalidade:

> *E per que sse non possa fazer engano ena nacença do fillo ou da filla, o alcayde connos parentes subredictos ponham duas molheres boas* ***almeos que*** *esten cu↓ lume deante ena nacença e nõ entre y otra molher aaquela ora que ouver a parir, foras ende aquella que deve seruir a pariçõ.* (Liv. III, l. 449 - 54).

Parece ter ocorrido, na formação da conjunção **almeos que**, o mesmo processo de reanálise da conjunção precedente. Numa primeira fase, pode-se supor que a forma **almeos** fosse empregada como advérbio, com a significação de 'ao menos', sendo o último termo de uma oração, seguido da conjunção subordinativa final **que** a qual iniciava a oração seguinte:

> *... o alcayde connos parentes subredictos ponham duas molheres boas* ***almeos/que*** *esten cu lume diante ena nacença...*

e que, numa segunda fase, o advérbio tenha assimilado, por um processo metonímico, o valor semântico da conjunção **que**, vindo a formar com ela um único item conjuncional de valor semântico concessivo:

> *... o alcayde connos parentes subredictos ponham duas molheres boas /****almeos que*** *esten cu lume diante ena nacença...*

A conjunção final **que** é bastante freqüente em textos dos sécs. XIII:

> *Esta é a rrazõ que nos moueo pera fazer leyx **que** a maldade dos omees seya refreada per ellas e a uida dos boos seya segura e os maos leyxe↓ de fazer maldade per medo das peas* (FR, liv. I, l. 365-7).

> *E os frades lhe derom u↓u scudeiro **que** fosse com elle em sua conpanha e que trouxesse o escudo se o levar nom podesse e se tornasse aa abadia con elle*. (Dem., Cap. XLVIII, l. 19-21).

Trata-se pois de um processo de gramaticalização que apresenta as seguintes fases:

1. morfologização:
   al + minus
   ou
   a + lo + minos > almeos

2. recategorização:
   advérbio > conjunção

3. sintaticização: passagem de último termo de uma oração, com função de adjunto adverbial, a primeiro termo da oração seguinte e à função de conectivo;

4. semanticização: passagem de um sentido [+ concreto] **almeos** ‘ao menos’ + conjunção final **que**, para um sentido [- concreto] ‘a fim de que’, já contido na conjunção;

O advérbio **almeos** ‘ao menos’ é também encontrado no FR, assim como a locução prepositiva **almeos de**.

> *Todalhas cartas que fore↓ feytas de conprar e d[a]r herdades ou doutros preytos quaes quer pellos scriuães publicos que fore↓ postos assy como mãda a ley, todas se façã cu↓. III. testimo↓hyas **almeos** e se peruentura morrere↓ aquellas testemõnhyas nõ lexe↓ por ende valer aquellas cartas.* (Liv. II, l. 565 - 9).

> *E se alguu delles perdeu sa carta non lhy dé outra ne↓ lha mostre **ameos de** mandado dos alcaydes ou dos juyzes.* (Liv. I, 498 - 9).

> *O alcayde nõ receba testemonhas ne↓ prouas e <n> nenhuu preyto de nenhua das partes **almeos de** ser o preyto começado per resposta.* (Liv. II., l. 491 - 3).

A análise dos exemplos acima permite verificar que, já no séc. XIII, a forma **almeos** alternava com **ameos**, o que permite a suposição de que tenha se originado da combinação da preposição **a** com o artigo **lo**.

A conjunção final **almeos que** ocorreu apenas no séc. XIII, como já foi explicitado anteriormente. Nos documentos consultados, pertencentes a sécs. posteriores, não foi empregada com conteúdo semântico final ou com qualquer outro. Também não foram encontradas as formas **almeos** e **ameos de** ou **almeos de**, correspondentes, respectivamente, ao advérbio ou locução prepositiva.

Atualmente, entretanto, existe na língua portuguesa a locução adverbial **a menos** e a locução prepositiva **a menos de**, que conservam o significado de origem, ao lado da conjunção **a menos que**, a qual estabelece uma relação de condição iniciando uma sentença negativa, após uma sentença principal afirmativa ou uma sentença afirmativa após uma sentença principal negativa.

Apesar de serem, tanto a conjunção como as locuções, bastante usadas no português do Brasil, não foram documentadas no *corpus* do português falado contemporâneo consultado.

Parece tratar-se, entretanto, de um novo processo de gramaticalização em que a locução adverbial **a menos** ocorrendo em posição final numa oração, seguida de uma outra oração iniciada por uma conjunção condicional, perdeu o seu valor semântico, como já ocorrera anteriormente, e assumiu o valor semântico da conjunção seguinte, passando a constituir um único item conjuncional.

Pode-se comprovar a viabilidade do processo, com o período:

Maria comprará dois livros a menos/se o pai não lhe der dinheiro

O fato de, em lugar da conjunção **se**, **a menos** ser seguida da conjunção condicional **que** pode ser usual na língua, desde o séc. XIII, a alternância de **que** e **se** em locuções conjuntivas condicionais:

ergo que	fora que	salvo que	como que
ergo se	fora se	salvo se	como se

Apesar da descontinuidade da forma na documentação consultada para esta pesquisa, tem-se um exemplo da continuidade do processo de gramaticalização, na história da língua portuguesa.

O período de emprego dos itens conjuncionais **almeos que** e **a menos que** pode ser observado no quadro seguinte:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX

Almeos que (conj. final) **A menos que** (conj. condicional)						

4.4.1.3 Ante[13]

Ante que / Ante ca

A conjunção **ante** é proveniente da preposição latina **ante** que, como explica Gaffiot (1934: s.v. **ante)**, podia ser também um advérbio e significava 'diante de', 'perante', com sentido espacial:

> *...aliquem **ante** currum suum dece↑re* 'conduzir alguém diante do seu carro'. (Cic., Verr., 567)

e 'antes de', com sentido temporal:

> *...**ante** Roman condi↓tam* 'antes da fundação de Roma'. (Cic. Tusc., 1,3)

Em sentido figurado, ainda no latim, passou a indicar a idéia de predominância, 'mais do que', 'antes':

> *...facundia Graecos, gloria belli Gallos **ante** Romanos fuisse...* 'os gregos na eloqüência e os gauleses na glória da guerra excederam os romanos'. (Sall. Cat., 53,3)

Na Idade Média, era também advérbio e preposição até o séc. XVI, com significado espacial ou temporal. A forma atual do advérbio **antes** deve-se, segundo Corominas (1991: s.v. **ante**), ao acréscimo do **s** adverbial que aparece no português e no espanhol, enquanto outras línguas românicas recorreram a outros procedimentos de distinção[14]:

fr. devant x avant
it. davanti x innanzi

[13] **Ante** é uma conjunção oriunda de advérbio latino e deveria, assim, figurar no grupo de conjunções de origem idêntica. Entretanto, como a análise do processo de gramaticalização da conjunção **ante** é importante para o estudo da conjunção **ante que ~ antes que**, preferiu-se fazê-la preceder a conjunção a que deu origem.

[14] Corominas (1991, s.v. **ante**) denomina **s** adverbial, o **s** tomado por analogia a outros advérbios que o contêm desde a origem: **mais**, **menos**, **depois**. Maurer Junior (1959) afirma que o uso de reforçar advérbios e preposições com **s** remonta ao latim vulgar.

No português contemporâneo, a preposição **ante** é empregada para indicar:

1. espaço real ou abstrato

> *Viu-se **ante** o Papa e emocionou-se.*
> *Viu-se **ante** um enorme dilema.*

enquanto a locução prepositiva **antes de** é empregada para indicar espaço ou tempo:

> ***Antes** da bonança, a tempestade.*
> ***Antes** da casa, está uma rua estreita.*

Antes ocorre no português falado contemporâneo introduzindo sentença explicativa, após um período em que está presente uma sentença adversativa, como no seguinte exemplo:

> *Todos, nas escola, eram rigorosos, mas ele não. **Antes**, era compreensivo e amável.*

Nesse caso, **antes** é empregado, com o valor semântico de ‘em lugar disso’.

A forma **ante** ocorre, no séc. XIII, como conjunção coordenativa adversativa; não foi documentada nos textos dos sécs. XIV e XV consultados, voltando, entretanto, a ocorrer nos textos dos sécs. XVI e XVII; no séc. XVI, alternando as formas **ante** e **antes** e no séc. XVII, já com a forma do português atual, **antes**.

> *Senhores cavaleiros, tornde-vos, ca ides mui sandiamente, ca este é Castelo Felon, unde nenhu↓u cavaleiro nem nenhu↓a donzela que i entre non sal, **ante** ficam i todos en prison* (Dem., Cap. D, l. 10-2).

> *Patrides nõ atendeo mais, **ante** lhe disse: Cavalleiro, guardade-vos de mim, ca vos desafio!* (Dem. Cap. CXXXIX, l. 26-7).

> *... e meu filho nõ perde em darlho, **ante** ganha e ffaz virtude, e minha be↓çam ganha.* (CJ, Cap. XIX, l. 199-20).

> *Certo, senhor, eu estou tam cego que nom posso achar nenhu↓a Razão pera me S. A. ysto tolher, que possa Resultar d’isso seu serviço; **antes**, todalas que acho sam pera me S.A. dever de peitar pera que o ffaça...* (CJ, CXVI, l. 32-5).

> *Até agora cuidei que os retratos não ajudavam **antes** pelo seu modo faziam companhia (CVB, CCXLVI, l. 81-2).*

O sentido figurado que já apresentava no latim ‘mais do que’, ‘antes’, por extensão metafórica, passou a designar uma contrajunção, expressando uma preferência, portanto algo que é **mais** bem aceito **do que** o que foi expresso anteriormente e assim, de certo modo, em oposição a ele:

> *E el nom respondeo ao que lhe elles disserom, **ant[e]**ferio o primeiro que acalçou tam rijamente que lhe talhou a mea da lo(u)riga com a coxa, assi que o corpo caio a u↓u cabo e a coixa ao outro* (Dem. Cap. LXIX, l. 32-4).

em que ‘*ant[e] ferio o primeiro* pode ser interpretado como:

antes, preferencialmente, ferio o primeiro...

ou

mas ferio o primeiro...

É interessante observar que, expressando uma contrajunção, a conjunção **antes** é sempre precedida por uma sentença da caráter negativo, como se pode verificar nos exemplos citados anteriormente.

Associado às conjunções **que** ou **qua** (**ca**) com valor semântico temporal, **ante** reafirma o valor semântico temporal, básico da preposição e do advérbio, apresentando, já no séc. XVI, apenas a forma **antes que**, empregada no português contemporâneo:

> *E nenhuu delles nõ seya ousado de talhar ne↓ de ffe↓der ne↓ de sacar osso ne↓ queymar ne↓ meeziar en <nen>hu↓a guisa nen de fazer sangrar nenhu↓a molher se↓ mãdado de seu padre ou de sa madre ou de seu marido ou de seu yrmao ou de seu filho ou de seu pare↓te proui↓co que ouuer. E se algue↓ obrar **ante que** seya prouado e outorgado assi como dicto é, peyte CCC marauidis al rey* (FR. liv. IV, l. 790-2).

> *E se el morrer **ante qua** o outro, possao meter en sa mãda segundo sa uontade e se <nõ> fezer mãda aiano seus erdeyros.* (FR, liv. III, l. 953-55).

> *E vos dixe, **antes que** me partise, o que me parecia do negocio da Inquisiçã* (CT, CLXV, l. 01-2).

No português contemporâneo, é empregada para indicar tempo real:

> ***Antes que** anoiteça, deverei terminar o trabalho*

ou não real:

*Cale-se, **antes que** eu me aborreça.*

Constitui, ainda, com as conjunções **ca** ou **que** a correlação comparativa **ante... ca** ~ **ante... que** (cf. 4.8.1).

A gramaticalização do advérbio **ante** experimentou os seguintes processos:

1. recategorização:
   advérbio > preposição > conjunção

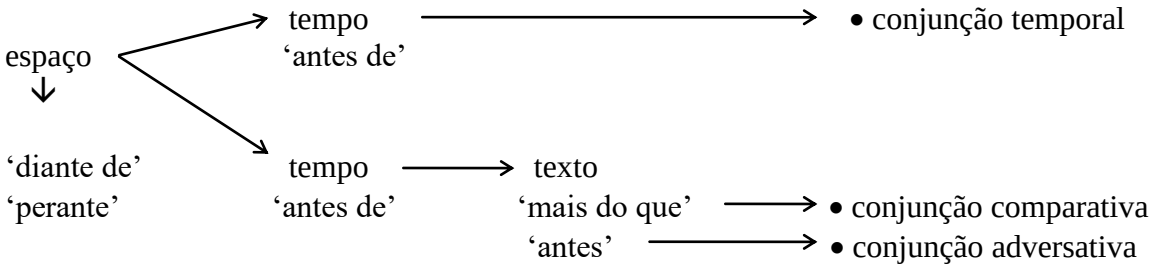
2. sintaticização - uma reanálise, isto é, uma nova distribuição e interpretação do item na sentença;

3. semanticização - já iniciada no latim e que diz respeito à passagem de um sentido [+ concreto] ‘diante de’, ‘perante’, ‘antes de’ para um sentido [- concreto], o que expressa as relações de contrajunção e comparação obedecendo à escala:

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
‘diante de’ ‘perante’	>	‘antes de’	>	‘antes’ ‘mais do que’

O sentido de ‘antes’, ‘preferencialmente’ como já foi explicitado deu origem ao estabelecimento das relações de comparação e contrajunção, enquanto o sentido temporal foi conservado no estabelecimento da relação de tempo.

Pode-se esquematizar os vários processos de gramaticalização da seguinte maneira.



Trata-se, pois, de um processo de gramaticalização que apresenta duas etapas: a que se realiza apenas com a passagem da noção de espaço para a noção de tempo e a que vai mais além, atingindo aspectos nocionais. Em ambos os estágios percebe-se a ocorrência de processos metafóricos na aquisição dos vários sentidos.

A passagem do advérbio à conjunção temporal pode ser explicada por uma reanálise, isto é, por uma reinterpretação do item no período. O advérbio em posição final na sentença, seguido da conjunção **que**, à qual se associou por analogia a outros itens conjuncionais, foi reanalisado como constituindo, com ela, um único item conjuncional.

O valor semântico temporal que **antes** já possuía, continuou, pois, o mesmo.

A data de início do emprego desses itens conjuncionais e a sua permanência na língua pode ser observada no seguinte quadro:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Ante (adversativo)						
Ante que ~ **ante ca** ou **qua (**temporal)						

4.4.1.4 Assim que

Esse item conjuncional é constituído da combinação do advérbio **assim** com a conjunção **que**.

Assim apresenta, no português arcaico, as variantes gráficas **assy ~ assi**, provenientes do latim **ad+sic**, reunião da preposição **ad** ‘para’ ao advérbio **sic** ‘assim’, ‘desta forma’, o que pode ser comprovado com as formas **adsi** e **assi** já existentes no baixo latim, conforme afirma Cortesão (apud Nascentes, 1955, s.v. **assim**):

> *Et si **adsi** non fecerit...* 'E se assim não tenham feito'(Leges, p. 769-A. 1188-1230).
>
> *Quomodo ad illos respondierem in ferias **assi** fariant ellos a los alteros.* 'Do mesmo modo, como os atendi em período de descanso, assim façam eles aos outros' (Leges, p. 777).

M. Lübke (1900) deriva-o de **sic**, dizendo que o **a** é do demonstrativo **hac**.

Assy ~ assi existiram na língua portuguesa, até o séc. XVII, passando depois, possivelmente por analogia ao advérbio **sim**, à forma **assim**.

Do significado inicial, o advérbio **assim**, com o valor semântico de 'desse modo', 'dessa maneira', passou a funcionar como elemento anafórico ou catafórico, fazendo alusão a dados já mencionados anteriormente ou ainda por mencionar.

Segundo Martelotta *et alii* (1996:261), *o uso anafórico e o catafórico, já registrado no português arcaico, representam um primeiro movimento do advérbio **assim** em direção ao texto*.

Nas formas **assy ~ assi**, esse advérbio, seguido da conjunção **que**, passa a constituir, no português arcaico, uma conjunção temporal 'até que' ou modal 'de modo que'.

Como conjunção temporal ocorre desde o séc. XIII:

> *E andarom aquelle dia e outro sem aventura achar, **assi que** u u̯u dia lunes lhes aveo demanhãa que chegarom a u u̯a cruz que (se) parti(r)a em duas carreiras; e aquella cruz stava a entrada de u u̯u gram chão.* (Dem., Cap. LXIII, l. 09-12).

Conserva-se no português contemporâneo, com o valor semântico de 'logo que' em frases do tipo:

> ***Assim que** ele chegar, avise-me.*

É citada pelos gramáticos contemporâneos, entretanto não foi documentada, nos diálogos do Projeto Nurc ou do Português Fundamental que serviram de *corpus* a esta pesquisa.

Como conjunção modal, ocorre também desde o séc. XIII:

> *E se o alcayde ente u̯der que diz cousa sem guysa, amesureas en como uir por ben, **assy que** ante diga de meos ca de mais.* (FR, liv. III, l. 1027-9).

Nos textos de Vieira (séc. XVII), aparece como encadeador da narrativa, com o mesmo valor semântico, já com a forma **assim que**:

> ***Assim que****, se faltou tempo, foi porque o não quis aproveitar quem tinha obrigação disso, e mais fazendo-lhe eu contínuas lembranças, como fazia.* (CVM, LXVIII, l. 72-5).

> ***Assim que****, Senhor, não há senão isentar V.M. as missões de toda a intervenção e jurisdição dos que usam tão mal da que não têm e libertar V.M. os ministros da pregação do Evangelho...* (CVM, LXVIII, l. 274-7).

Mais uma vez, a origem dessas conjunções pode ser explicada por uma reanálise, uma reinterpretação do período e divisão das orações: o advérbio **assy**, último termo de uma oração, seguido, na oração seguinte, da conjunção **que** com o valor temporal ou modal, por um processo metonímico, esvaziou-se do seu conteúdo semântico e assimilou o conteúdo semântico da conjunção, formando com ela um todo, isto é, uma única conjunção temporal ou modal.

assy ~ assi ‘desta forma’ → + **que** (modal) = **assy que** ‘de modo que’

assy ~ assi ‘desta forma’ → + **que** (temporal) = **assy que** ‘até que’

Assim, numa primeira fase, ter-se-ia:

> *E andaron aquelle dia e outro sem aventura achar **assy / que** (=quando) u↓u dia lunes lhes aveo demanhãa que chegaron a u↓a cruz...*
>
> ou
>
> *E se o alcayde ente↓der que diz cousa sem guysa, amesureas en como uir por bem **assy / que** (de modo que) ante diga de meos ca de mais.*

e, numa segunda fase:

> *E andaron aquelle dia e outro sem aventura achar / **assi que** u↓u dia lunes aveo demanhãa que chegaron a u↓a cruz...*

> *E se o alcayde entender que diz cousa sem guysa, amesure-as en como uir por ben,/ **assy que** ante diga de meos que de mais.*

O fato de **assi que**, modal, ter ocorrido num texto do séc. XIII e só ter voltado a ocorrer num texto do séc. XVII, permite a suposição de ter sido esta conjunção empregada por Vieira, já como uma forma arcaizante; por outro lado, o fato de ocorrer em Vieira como encadeador da narrativa pode levantar a hipótese de ter havido uma discursivização e a conjunção ter sido conservada na modalidade oral da língua.

A conjunção modal **assi que**, hoje **assim que**, é, entretanto, ainda empregada na língua falada do Brasil, embora raramente, em frases do tipo:

*Quando ele fica **assim que** parece zangado, disfarço e digo outra coisa.*

Não foi detectada nos diálogos consultados e também não faz parte do elenco de conjunções que são apresentadas pelos gramáticos contemporâneos.

O advérbio **assi** constitui ainda a correlação consecutiva **assi... que**, 'tanto ou tão... que', a qual ocorre nos textos consultados dos sécs. XIV, XV e XVI (cf. 4.8.1).

Os períodos correspondentes ao emprego do item conjuncional **assim que** com os valores semânticos temporal e modal podem ser vistos no quadro abaixo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Assim que (temporal)						
Assim que (modal)						

4.4.1.5 Dementre que ~ dementres que ~ mentre que

Essas conjunções são variantes da conjunção temporal **mentre** 'enquanto', presente nos textos portugueses dos sécs. XIII e XIV e proveniente, segundo Michaëlis (1922: s.v. **mentre**), da correlação latina **dum interim** 'ao mesmo tempo que' a qual deu origem ao advérbio **dementre**, que, posteriormente, assumiu a forma **mentre**. Apresenta, no séc. XIII, as variantes **en mentre ~ em mentre, mentres**.

> *"Filho, cousa santa e honrada, frol e louvor de todos os mei↓nos, outorga-me, se te praz, que te faça conpanha em toda minha vida **mentre** te poder seguir, de que te partires da corte del rei Artur.* (Dem., Cap. V, l. 15-8).

> *E Gallaaz que [o] nom conocia disse-lhe: "O escudo nom leixarei **en mentre** o poder defender".* (Dem., Cap. XDVI, l. 11-3).

> *Ali jouve Lionel **em quanto** lhe aprouve ataa que vio que poderia cavalgar, mas ante nom, **em mentre** era pior treito.* (Dem., Cap. CLXXV, l. 19-21).

> *"Verdade é, disse el rei" este custume manteve senpre, desque foi rei e manterrei,* ***ment****[r]****es*** *viver.* (Dem., Cap. VIII, l. 28-9).

Como se pode observar no penúltimo exemplo citado, a conjunção **em mentre** coocorre, no séc. XIII, com a conjunção **em quanto**, de idêntico teor semântico.

Há ainda as variantes **dementre** e **dementres** que ocorrem sempre precedidas dos encadeadores **e** e **ca**, o que permite supor ser esse o seu emprego, na época:

> *Ca,* ***dementre*** *no paraiso foi, delectava-se nas palavras que ouvira dizer a Deus.* (DSG: 4.1.3).

> *E* ***dementres*** *ela metia mentes de gram coraçom no seu senhor que vira, partiu-se aquela santa alma do corpo.* (DSG, 4.14.4).

Com o mesmo valor semântico temporal, **mentre** aparece seguida da conjunção **que**, nas formas **mentre que ~ me↓tre que**, apresentando ainda as variantes **dementre que ~ deme↓tre que ~ dementres que,** citadas acima, constituídas da justaposição da preposição **de** à conjunção:

> *E sse muytos dissere↓ ca son herdeyros e se nõ conhocere↓ huus outros* ***mentre que*** *durar o preyto aquel que ten a cousa tenhaa e ponhaa enalguu moesteyro // (fol. 122r) eno logar ben seguro ata que o preyto seya uiygado...* (FR, liv. III, l. 1115-9).

> *E outrosy // (fol. 105v) ella nõ nas possa uender ne↓ baratar mal nen alhear* ***mentre que*** *o marido uuier pero que lhe outorge nen depoys de ssa morte e* ***mentre*** *fillos ouuer, senõ a quarta parte delhas assy como manda a ley.* (FR, liv. III, l. 146-50).

> *Todo ome que for emprazado o <u> que é doente de guisa que non possa uijr ao prazo, <e> enuiesse escusar ant'o alcayde. Se o alcayde o achar en verdade nõno faça uijr* ***me↓tre que*** *doente, mays depois que saar empraze↓no que uenha fazer dereyto.* (FR, liv. II, l. 208-12).

> *Outrosy* ***dementres*** *// (fol. 90r)* ***que*** *for en corte del rey des aquel dya que se en partir de sa casa por todo huu dia seya e seguro. (E) el con todas sas cousas, assy como é subredito, e se ena uijda ou ena tornada peruentura lhy ueer enfirmidade ou outro embargo dereyto per que non possa assy agina uijr ou tornar a ssa casa* ***mentre que*** *durar a enfirmidade ou o embargo aya aquella segurança que é suso dito.* (FR, liv. II, l. 261-7).

A análise dos dados do *corpus* parece indicar que, a partir do séc. XV, esses itens conjuncionais que já coocorriam com a forma **enquanto**, de idêntico valor semântico, foram por ela substituídos.

Na maioria das ocorrências, **mentre** ou **dementre** e suas variantes, iniciam orações que trazem o verbo no futuro do subjuntivo. Excetuam-se os períodos em que **dementre** e **dementres** vêm precedidos dos encadeadores **e** e **ca** ou em que há coocorrência com a forma **enquanto**.

Em dois dos exemplos citados coocorrem duas diferentes variantes, talvez por uma preocupação estilística: a de evitar a repetição de conectores idênticos, estabelecendo relações também idênticas, num mesmo enunciado. Outros exemplos de conjunções diversas, estabelecendo a mesma relação num mesmo período, podem ser encontrados em Barreto (1992).

É interessante observar que as formas **dementres que**, **dementre que, deme↓tre que** só foram documentadas no FR, o que parece indicar a sua anterioridade em relação às demais, uma vez que, embora a Dem. seja um texto traduzido para o português no séc. XIII, a tradução portuguesa remanescente data do séc. XV, podendo, pois, apresentar características lingüísticas dessa época.

Nos DSG **dementre** e **dementres** são as únicas formas empregadas:

> *E desto se nembrou em* ***dementre*** *a sa pe↓a foi rezente e nova.* (2.16.7).
>
> *E* ***dementres*** *ela metia mentes de gram coraçom no seu senhor que vira, pertiu-se aquela santa alma do corpo.* (4.14.4).

Pode-se, pois, supor a seguinte evolução:

século XIII		século XIV
dementre que ~ dementre	>	dementre
dementres que ~ dementres	>	dementres
mentre que ~ mentre	>	mentre

Amplamente empregada até o séc. XIV, a conjunção **mentre** ou qualquer das suas variantes já não ocorre em textos do séc. XV ou subseqüentes.

Como já foi explicitado anteriormente, a conjunção **enquanto** de idêntico teor semântico, que com ela coocorria no português arcaico, passou a ser a única empregada no português moderno e contemporâneo.

No processo de gramaticalização desse item conjuncional, observa-se que houve uma recategorização:

advérbio	+	conjunção	>	conjunção
↓		↓		↓
dementre	+	**que**	>	**dementre que**

A associação com a conjunção **que** parace ter ocorrido por analogia a outras conjunções do português, uma vez que não houve alteração no conteúdo semântico do advérbio.

Continuando o processo, houve a morfologização:

dementre que > **mentre que**

e, finalmente, a conjunção assumiu a forma **mentre**, passando a ser empregada na forma simplificada, sem a conjunção **que**.

Quanto às variantes **en mentre ~ em mentre**, pode-se supor que tenham sido formadas por analogia à conjunção **en quanto ~ em quanto** de idêntico conteúdo semântico.

Pode-se estabelecer, pois, os períodos correspondentes às diversas variantes do item conjuncional:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Dementre que ~ dementres que ~ mentre que						
Dementre ~ dementres ~ mentre						

4.4.1.6 Já que

A forma **já ~ ya** provém do advérbio latino **jam** ‘agora’, ‘já’, ‘breve’ que funcionava também como conjunção coordenativa aditiva, com o valor de ‘a mais’.

A passagem do advérbio **jam** à conjunção **já que** explica-se, mais uma vez, por um processo de reanálise ou reinterpretação em que o advérbio se desloca de uma sentença para a outra, dando origem a uma sintaticização e, consequentemente, a uma semanticização.

Assim, o advérbio **já**, inicialmente membro de uma sentença, seguido da conjunção **que**, causal, que inicia a sentença seguinte, passa a

ser interpretado como elemento constituinte da sentença subordinada, conforme já foi explicitado com referência a outras conjunções.

Ter-se-ia numa primeira fase:

> *... não me torne outra vez ao Rostro a erisipola **já/que** sou colérico e sanguinho*. (CIL, Cap. XLVII, l. 30-1).

E posteriormente:

> *... não me torne outra vez ao Rostro a eresipola/**já que** sou colerico e sanguinho.*

Ao associar-se à conjunção **que**, com valor semântico causal, o advérbio **já** perde a sua carga semântica de origem, assimila, por um processo metonímico, o valor causal da conjunção e, juntamente com ela, passa a expressar a relação de causa.

A conjunção **que** é empregada como conjunção causal, desde o séc. XIII:

> *"Como, don Galvam, [me] tenedes vos por tam mao que me tam asinha cuidades a vencer?". "Si", disse dom Galvam, "**que** por maldade e covardice vos nom ousades a conbater com dom Persival nem conmigo"*. (Dem., Cap. CCXL, l. 15-8).

e continua sendo empregada no português contemporâneo escrito ou falado.

Percebe-se, pois, na gramaticalização desse item conjuncional, ao lado da sintaticização já explicada anteriormente, a passagem de um sentido [+ concreto] para um sentido [- concreto] e a trajetória:

tempo	>	texto
↓		↓
'agora'		
'breve'		relação de causa
'nesse instante'		

A forma **já que** ocorre no *corpus* desta pesquisa, alternando com a sua variante gráfica **ya qua**, em textos do séc. XVI.

> *Ruy Loure↓nço e **ya qua** e alem de o elle por sy merecer, eu trabalharey de lhe mostrar em tudo que m'alembra quãto vos tora.* (CIL, Cap. XIX, l. 48-50).

No séc. XVII já aparece sob a forma **já que**, em posição inicial nos períodos:

> ***Já que*** *falo contra os estilos modernos, quero alegar por mi o estilo do mais antigo do prégador que houve no mundo.* (SS, l, 393-4).
>
> *Comeu Eva o pomo da ciência e queixava-me eu antigamente desta nossa mãe:* ***já que*** *comeu o pomo, por que lhe não guardou as prevides?* (SS, l. 563-6).

Ao lado da conjunção **já que**, o português possui também a correlação alternativa **já... já**, que parece ter surgido posteriormente, uma vez que só ocorre em textos do séc. XVII (cf. 4.8.3).

O advérbio **já**, na língua portuguesa, vem experimentando uma discursivização, uma vez que é empregado, modernamente, para indicar:

a) neste momento:
Já chegaram todos os alunos.
b) então:
Já conhecia o Paulo?
c) até mesmo:
Já admito que seja verdade o que me contaram.
d) logo, daqui a pouco:
– Você vem comigo?
– Já, já.

O período correspondente ao emprego de **já que** na língua portuguesa pode ser verificado no quadro abaixo:

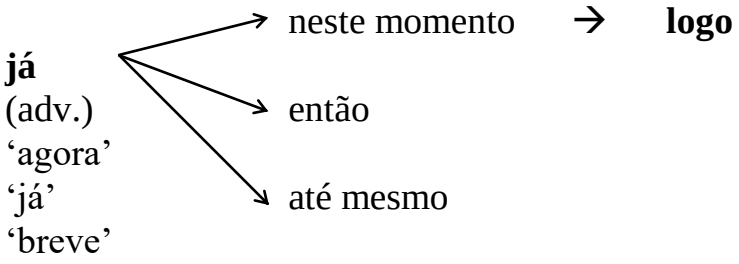
	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Já que						

Tem-se, pois, a gramaticalização

já (adv.) ‘agora’ ‘já’ ‘breve’ → + **que** (causal) = **já que** (conj. causal)

→ ... **já** = **já... já** (corr. alternativa)

E a discursivização:



4.4.1.7 Logo[15]
Logo que

A conjunção **logo** é proveniente do advérbio **logo**, por sua vez derivado do ablativo do substantivo masculino latino **lo↑cus**, **-i** que, como afirma Gaffiot (1934: s.v. **locus**), significava em latim:

1. '**canto**', '**lugar**':

   ... *in locum, inferiorem concedere* 'cair em local inferior'. (Caes. G.5.44.12).

podendo ainda, em sentido figurado, ter o valor semântico de:

2. '**ocasião**', '**pretexto**':

   ... *locum suspicione dare, aperire* 'dar lugar à suspeita'. (Cic. Caecil. 9).

3. '**papel**':

   ... *locum apud aliquem obtinere* 'ter um lugar após alguém'. (Cic. Phil., 2.71).

4. '**situação**', '**estado**'

   '... eo loco locati sumus, ut 'somos colocados numa situação tal que...' (Cic. Lae, 40).

5. '**passagem, em um texto escrito**'

   hoc loco 'neste ponto', 'nesta passagem'. (Cic. Fin., 1,49).

6. **expressão de sentido temporal**:

   ad id locorum 'até este momento'. (Liv. 2.38.12).

Locu passou para o português na forma **logo** que ocorre, como advérbio 'imediatamente', na *Crônica de D. Pedro*, texto do séc. XV, e

[15] Do mesmo modo que a conjunção **ante**, a conjunção **logo** deveria figurar juntamente com as conjunções proveniente de advérbios. Entretanto, como é importante estabelecer-se um paralelo entre os processos de gramaticalização das conjunções **logo** e **logo que**, as duas serão analisadas em conjunto.

como conjunção conclusiva, no *Diálogo da Viciosa Vergonha*, de João de Barros, texto do séc. XVI:

> *... porende o prudente homem que tal cousa ouve que sua rrazom nom quer conceber,* ***logo*** *se maravilha duvidando muito.* (CDP, Cap. XXIX, l. 09-15). - advérbio.

> *Todo pecádo é obrár e todo obrár é voluntário, quér seja torpe quer honesto:* ***logo*** *todo pecádo é voluntário.* (DVV, p. 433, l. 03-5). - conjunção conclusiva.

Embora o advérbio **logo** só tenha ocorrido, no *corpus* consultado para esta pesquisa, na CDP (séc. XV), pode-se supor que tenha sido empregado, na língua portuguesa, desde o séc. XIII, uma vez que deu origem à conjunção temporal **logo que**, encontrada em textos desse século.

Assim, acrescido do **que**, conjunção subordinativa por excelência, **logo** constitui a conjunção subordinativa **logo que** que expressa uma relação de tempo e aparece já na *Demanda do Santo Graal* (séc. XIII), com o valor de **até que**.

> *E el lho prometeo lealmente, e o demo o guiou* ***logo que*** *o pos em casa de seu padre.* (Dem., Cap. CCCXXV, l. 31-2).

Como em outros tantos casos, a passagem do advérbio de tempo **logo** à conjunção subordinativa temporal **logo que** pode ser explicada por um processo de sintaticização em que, uma reanálise, isto é uma nova interpretação do enunciado, determinou que o advérbio **logo**, inicialmente último termo de uma sentença, seguido da conjunção temporal **que** 'até que' termo inicial da sentença seguinte, fosse, por um processo metonímico, reinterpretado como uma única conjunção temporal **logo que**:

Assim, numa primeira fase, ter-se-ia:

> *E el lho prometeo lealmente, e o demo a guiou* ***logo/que*** *o pos em casa de seu padre.* (Dem., Cap. CCCXXV, l. 31-2).

E, posteriormente:

> *E el lho prometeo lealmente, e o demo o guiou/****logo que*** *o pos em casa de seu padre.* Dem., Cap. CCCXXV, l. 31-2).

A conjunção **que** com valor semântico temporal era empregada, com freqüência, no séc. XIII, o que torna viável a hipótese da reanálise citada acima:

> *E esteve i atee o sarão* ***que*** *(‘até que’) hu ↓u homem chegou que servia o altar da capela.* (Dem., Cap. DCLXXXIX, l. 02-3).
>
> *E el-rei que vio Gallaaz sem scudo disse-lhe: “Amigo, nom me semelha que bem fazedes* ***que*** *(‘quando’) nom levades scudo assi como estes outros”.* (Dem., Cap. XLI, l. 10-2).

Nos textos do séc. XVI, consultados para esta pesquisa **logo que** não aparece, ocorrendo as conjunções temporais **tanto que**, ‘logo que’, e **até que**.

Como se pode observar, a conjunção temporal **logo que** parece ter sido anterior à conjunção conclusiva **logo**. O fato de não ter sido detectada a conjunção temporal **logo que**, nos textos do séc. XVI, permite a suposição de que, por algum tempo, tenha caído em desuso, voltando a ocorrer pela pressão pragmático-discursiva, com o sentido atual, para substituir a conjunção **tanto que**, de idêntico valor semântico.

Segundo Said Ali (1921:218), **logo que** sucedeu a **logo quando** e **logo como**. Essas formas, entretanto, não foram documentadas no *corpus* desta pesquisa.

Pode-se dizer que, na trajetória percorrida pelo substantivo masculino latino até chegar a itens conjuncionais, ocorreram as seguintes fases no processo de gramaticalização:

1) recategorização - passagem de um item lexical a itens cada vez mais gramaticais:

nome	>	advérbio	>	conjunção
↓		↓		↓
‘lugar’	>	‘imediatamente’	>	**logo que** = relação de tempo
				logo = relação de conclusão

2) semanticização - mudança do conteúdo semântico, do sentido espacial de ‘lugar’ para a expressão de relações de tempo e conclusão.

De acordo com a proposta de Heine *et alli* (1991), as formas associam-se a novos significados, progressivamente mais abstratos, partindo da noção de <u>espaço</u>, podendo ou não passar pela noção de <u>tempo</u> e desembocando na categoria mais abstrata de <u>texto</u>, conforme o esquema seguinte, como já foi visto anteriormente:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

O percurso empreendido pelo substantivo latino l**ocu-**, até chegar à conjunção temporal **logo que** mostra, claramente, a passagem da noção de espaço à de tempo.

Quanto à conjunção conclusiva **logo**, pode-se admitir ser também fruto da reanálise de sentenças, contendo o advérbio em posição inicial. A conjunção conclusiva, embora mais esvaziada do sentido temporal, conserva, mesmo estabelecendo uma relação de conclusão, resquícios da noção de tempo, como se pode observar nas frases abaixo:

*Paulo está doente, **logo** não poderá ir à aula.*
*Os documentos não foram assinados, **logo** o jovem não poderá levá-los.*

que podem eqüivaler a:

Paulo está doente; hoje / *amanhã* / *esta semana* — *não poderá ir à aula*

Os documentos não foram assinados; hoje / *neste momento* / *agora* — *o jovem não poderá levá-los.*

Pode-se, pois, indicar a data do aparecimento e desuso das conjunções:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Logo que ‘até que’						
Logo que						
Logo						

4.4.1.8 Macar que

A conjunção **macar que** e a sua variante **a macar que**, empregadas no português apenas no séc. XIII, parecem ter origem, como afirma Machado (1967: s.v. **macar**), no advérbio latino ***macar**, proveniente do adjetivo grego **makarie**, (ou talvez, do grego moderno **makari**, por um latim popular ***macare** ‘feliz’), associado à conjunção **que** e precedido ou não da preposição **a**. Essas conjunções expressam relações de condição ou concessão, sendo empregadas em orações com verbos no indicativo ou subjuntivo.

Parece ter tido a mesma origem, a conjunção **maguer ~ maguer que**, também concessiva, a mais freqüentemente empregada no castelhano medieval até finais do séc. XIII ou meados do séc. XIV.[16]

A conjunção castelhana **maguer**, como explica Cartelle (1992:118), apresenta uma trajetória cronológica contraditória. Se, por um lado, manifesta sua vitalidade, apresentando-se como a conjunção concessiva mais antiga e mais empregada no período medieval, por outro, oferece indícios de sua própria debilidade, a partir do momento em que sua freqüência de uso decresce rapidamente, num prazo de tempo relativamente curto (até fins do séc. XIV). Enquanto foi a conjunção concessiva mais empregada, **maguer**, que, inicialmente, introduzia orações com verbos no subjuntivo, passou a admitir, indistintamente, o indicativo ou o subjuntivo, mas à medida que seu uso decresceu, limitou-se a ser usada com o indicativo e a expressar uma concessão real. Seu desaparecimento, como explica o supracitado autor, não foi motivado, unicamente, pela perda da expressividade, mas pelo fato de ter-se reduzido a âmbitos familiares e rústicos, assumindo conotações que, em parte, impediam seu retorno à língua literária, e também por especializar-se em um só tipo de concessão.

O mesmo afirmam Alvar e Pottier (1987:342) quando explicam que "maguer" em virtude de ter adquirido uma conotação popular foi desaparecendo da língua, sendo, já no séc. XVII, considerada um arcaísmo.

Como explica Rivas (1990:168), por evidentes razões de economia lingüística, as conjunções mais específicas desapareceram, em castelhano, dando lugar a conjunções mais rentáveis, de uso mais abrangente. Desse modo, **aunque** converteu-se em forma canônica da concessividade, em castelhano, admitindo combinações com indicativo ou subjuntivo.

Em português, **macar que** iniciava orações com verbos no subjuntivo, estabelecendo uma relação de concessão:

> ***Macar que*** *o marido aya mays ca a molher ou a molher mays ca o marido, quer en herdade quer en mouil, todos os fruytos seyam cõmunalmente d'ambos os dous* (FR, liv. III, l. 183-5)

Como conjunção condicional encontram-se as formas **macar que** e **a macar que**, também introduzindo orações com verbos no subjuntivo:

> *Nenhuu↓ ome↓ poys que for outorgado dereytamente per mandado da Sancta Eygreya cu↓ algu↓a molher, non seya ousado de casar cu↓*

[16] Essa conjunção foi, inicialmente, empregada, em castelhano, em orações optativas, significando 'oxalá' e, posteriormente, por uma "espécie de costesia", passou a significar, 'ainda que'. (Alvar e Pottier, 1987:342).

> *outra dementre que aquella uiuer* ***a macar que*** *nõ aia beeçoes cu↓ ella en Eygreya e* ***macar que*** *nõ morare↓ en huu.* (FR, liv. III, l. 71-4).

A gramaticalização desse item conjuncional, além da recategorização e conseqüente sintaticização que se processaram do grego para o latim e do latim para o português:

Grego	>	Latim	>	Português
↓		↓		↓
adjetivo	>	advérbio	>	conjunção

caracterizou-se, também, por uma semanticização, pela passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] para um conteúdo semântico [- concreto].

O fato de a conjunção concessiva **macar que** e a condicional **macar que ~ a macar que** só aparecerem no FR, e o de ser o FR um documento traduzido do castelhano permitem admitir que tenham sido esses itens conjuncionais de emprego esporádico em português, por influência do castalhano, onde, como foi dito anteriormente, a conjunção **maguer** era, na época, a conjunção concessiva mais empregada.

De qualquer modo, porém, **macar que** é também proveniente de uma reanálise que determinou que, por um processo metonímico, o advérbio **macar**, tomado isoladamente ou constituindo a locução **a macar**, ao ser empregado em posição contígua à conjunção **que**, com valor concessivo ou condicional, por um processo metonímico tenha assumido o valor semântico da conjunção no período, vindo a formar com ela, um único item conjuncional.

macar
adv.
- + **que** (concessivo) = macar que (conj. concessiva)
- + **que** (condicional) = macar que (conj. condicional)

a macar + **que** (condicional) = a macar que (conj. condicional)
loc. adverbial

O período correspondente ao emprego dessa conjunção na nossa língua restringe-se ao séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Macar que (concessiva)						
Macar que ~ a macar que (condicional)						

4.4.1.9 Mesmo que

Adjetivo, pronome e advérbio, ‘exatamente igual’, ‘da mesma forma’, ‘idêntico’, ‘semelhante’, a forma **mesmo** tem origem na forma hipotética do latim falado ***metipsimus,*** superlativo de **metipse**, resultante da combinação da partícula **met** com o demonstrativo **ipse** (Nascentes 1966, s.v. **mesmo**). Ocorre na língua portuguesa desde o séc. XIII (Cunha 1997, s.v. **mesmo**).

O advérbio **mesmo** seguido da conjunção **que** de valor semântico concessivo, perdeu o seu conteúdo semântico, assimilou, por metonímia, o conteúdo semântico da conjunção **que** e passou a formar, com ela, um único item conjuncional de valor semântico concessivo.[17]

O processo de gramaticalização desse item conjuncional abrange:

1. recategorização:

advérbio	+	conjunção	>	conjunção
↓		↓		↓
mesmo	+	**que**	>	**mesmo que**

2. sintaticização - reanálise ou reinterpretação do item no período, quando, seguido da conjunção **que** com valor concessivo.

[17] Embora, com valor semântico concessivo, o **que** só tenha sido documentado, no *corpus* desta pesquisa, em textos dos sécs. XIII e XIV, esse item conjuncional parece ter sido, na história da língua portuguesa, um signo abstrato de subordinação, cujo sentido era determinado pelo contexto em que ocorria, ou melhor, pela pressão pragmático-discursiva, razão pela qual admite-se que essa conjunção tenha sido constituída pela associação do advérbio a um **que** concessivo.

3. semanticização:

mesmo + **que** > **mesmo que**
↓ ↓ ↓
'idêntico' concessivo ainda que = relação de concessão
'semelhante'
'da mesma forma'

Mesmo que acha-se listada no elenco de conjunções apresentado pelos gramáticos contemporâneos. Só foi documentada nos diálogos do Projeto NURC/Porto Alegre, consultados para esta pesquisa:

> *... o aluno que entrou esse ano, por exemplo, pra sexta série, ele quando chega(r) a um determinado, ah, nível, ele terá condições de... de ter a sua profissão e de se mante(r) na vida,* ***mesmo que*** *ele não possa continua(r) o curso universitário.* (POA, inf. 48, l. 87-90).

É, entretanto, empregada com freqüência no português contemporâneo falado ou escrito.

Uma vez que não ocorreu nos textos do séc. XVII componentes do *corpus* desta pesquisa, pode-se supor tratar-se de um item conjuncional surgido após essa época. Já que o *corpus* consultado não contém documentos dos sécs. XVIII ou XIX, o seu aparecimento encontra-se datado do séc. XX:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Mesmo que						

4.4.1.10 Primeiro que

Essa conjunção temporal, constituída do advérbio **primeiro**, que representa a gramaticalização do numeral ordinal primeiro, do latim **primariu**, associado à conjunção **que**, ocorreu uma única vez no DVV, texto do séc. XVI, significando 'antes que'.

> *E nam te pareça, depois que máis idade teveres pera julgar, ô que óra disse, que usei o modo dos médicos que preambulam cousas* ***primeiro que*** *dem suas mézinhas aos enfermos pera lhe[s] ser doçe e suave ô que, no seu gosto, é azedo e áspero*. (DVV, p. 433, l. 06-10).

Não aparece nos elencos das conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos consultados, nem foi documentada nos diálogos do NURC ou do PF, consultados, entretanto, é bastante empregada no português falado do Brasil, especialmente no registro popular, em frases do tipo:

> *Vou viajar **primeiro que** você.*
> *Vou chegar no portão **primeiro que** você.*

Na gramaticalização desse item conjuncional percebe-se ter havido a recategorização:

numeral	>	advérbio	>	conjunção
↓		↓		↓
'primeiro'	>	'primeiro' = primeiramente	>	'primeiro que'

A passagem do advérbio à conjunção parece ter ocorrido também em conseqüência de uma reanálise, isto é, de uma nova interpretação do período. O advérbio **primeiro**, último termo de uma sentença, seguido da conjunção **que**, com valor semântico temporal, por um processo metonímico passa a constituir, com a conjunção, um único item conjuncional de valor semântico temporal.[18]

A mudança de conteúdo semântico de 'primeiramente' para 'antes que' é facilmente explicável, uma vez que o que ocorre **primeiramente**, ocorre **antes de** algo.

A forma **primeiro** associou-se, pois, a novos significados progressivamente mais abstratos, percorrendo a trajetória:

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
'primeiro'		'antes'		'antes que' = relação temporal

Trata-se de uma conjunção de emprego restrito. O fato de ter ocorrido num texto do séc. XVI e de ainda ser usada no português falado contemporâneo, permite concluir ter sido conservada na língua falada:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Primeiro que						

[18] O valor semântico temporal do **que** só foi detectado em textos do séc. XX mas, tendo em vista o que foi explicitado na nota precedente, pode-se admitir que o item conjuncional também ocorresse, no séc. XIII, com esse valor semântico.

4.4.1.11 Tanto que

O advérbio **tanto**, do latim **tantu-**, empregado para relacionar-se à quantidade ou intensidade de algo, associado à conjunção **que** deu origem à conjunção **tanto que**, empregada em português, do séc. XIII ao XVII, com valor semântico temporal:

> *E [a] abadessa chorava muito com prazer **tanto que** vio Lançarot e disse-lhe...* (Dem., Cap. IV, l. 17-8).

> *Mas **tanto que** aquele rei Costa foi morto, o alvoroço, foi mui grande ena corte.* (LRR, Cap. II, l. 31-2).

> *E **tanto que** os desembargadores tiinham as cartas feitas e assinadas mandavom-nas ao chaceler com o rrool da ementa que el-rrei assiinara por nom poer duvida em algu↓a d'ellas...*(CDP, p. 45-6, l. 46-9).

> *Peró **tanto que** o imigo éra na práça, a ponto de dár batálha, aquéla fúria de leám, aquele bramir de touro, aquela soberba giganta, se convertia em mansidám de cordeiro e, sem esperar no campo, éra o primeiro que si punha em fogida.* (DVV, 453, l. 15-7).

A conjunção **tanto que** apresenta ainda, no séc. XVI, a variante **e↓ tanto que:**

> ***E↓ tanto que** o mandar treladar, o mandarei logo ao Regedor, e nõ podera muito tardar.* (CJ, CIII, l. 23-5).

No séc. XVII, além do sentido temporal, ocorre, uma única vez, com o valor semântico condicional:

> *Ainda a V.S^{a} tem mais que admirar: António de Brito, irmão do provedor da Alfândega, matou ao alcaide-mor, na rua de trás da Sé, às dez horas do dia; e **tanto que** o soube o governador, deixando na galeria o arcebispo, com quem estava, se foi furiosamente à Secretaria, e depois de muitos nomes afrontosos mandou meter o secretário na enxovia, com a proibição de que ninguém falasse com ele, nem escrevesse.* (CVB, CXCII, l. 76-83) - temporal.

> *Também aqui soube que tinha mandado S.M. ao mesmo navio o padre bispo do Japão e o capitão do Pará; o bispo, para que me trouxesse, e o capitão com ordem que, **tanto que** eu lá não estivesse, partisse logo o navio.* (CVM, LV, l. 183-6) - condicional.

Mais uma vez, essa conjunção parece ter tido origem por um processo de sintaticização, isto é, através de uma reanálise dos períodos em que era empregada.

Analisando o primeiro exemplo citado, o da Dem. (Cap. IV, l. 17-8), observa-se que **tanto que** não se apresenta totalmente com o valor semântico temporal de 'logo que'; parece ainda tratar-se do advérbio **tanto** seguido da conjunção temporal **que**.

O período que era interpretado como constituído por uma oração terminada pelo advérbio **tanto**, seguido da conjunção **que** temporal, que iniciava a nova sentença, foi reinterpretado considerando **tanto que** uma única conjunção **temporal**. O advérbio perdeu o seu valor semântico de origem e, por um processo metonímico, assimilou o sentido temporal da conjunção a ele contígua.

Tanto que coocorria, no português arcaico, com a conjunção **logo que**, de idêntico teor semântico, sendo, entretanto, de uso bem mais freqüente. A partir do séc. XVIII, **tanto que** deixou de ser empregada e a conjunção **logo que** assumiu o seu lugar (Said Ali 1921:217).

O processo de gramaticalização desse item conjuncional parece ter sido concluído, realmente, no final do séc. XVI, uma vez que, no séc. XIII, encontra-se documentada a variante **tanto... que**, a qual representa uma fase de pré-gramaticalização do item, já que permite a inserção de termos entre os seus elementos componentes:

> *Começaram-se a senar **tanto** virom **que** os ladridos de dentro della saiam*. (Dem., Cap. LXXXIII, l. 05-6).

Também no séc. XIII, como foi visto anteriormente (cf. exemplo da Dem. Cap. IV, l. 17-8), ainda era bastante nítido o valor de intensificador do advérbio e, no séc. XVI, ocorre a variante **e↓ tanto que** em que há o acréscimo de uma preposição:

> ***E↓ tanto que** o mandou treladar, o mandarei logo ao Regedor, e nõ podera muito tardar*. (CT, C III, l. 23-5).

Pode-se, entretanto, supor ter sido a forma **e↓ tanto que** empregada, em virtude da existência da conjunção **em tanto que**, em uso até o séc. XVI, para expressar uma relação de modo (cf. 4.3.3.2.3).

Tanto que foi, pois, encontrada, no *corpus* consultado, do séc. XIII ao XVII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Tanto que						

4.4.1.12 Sol que

Sol é uma das formas que, no séc. XIII, possuía o adjetivo **só**, 'único, isolado' e advérbio **só,** 'somente, apenas', provenientes do latim **solu-** (Gaffiot 1934, s.v. **solus**). **Sol** existia, no referido séc., ao lado da forma **soo**, empregada até o séc. XVI.

Seguido da conjunção **que**, constitui o item conjuncional **sol que**, empregado em textos dos sécs. XIII e XIV, expressando uma relação de concessão ou tempo:

> *Mandamos que todo ome↓ barõ que aya ydade e que nõ ouuer filhos legitimos ou netos ou dende a iuso, que possa receber por filhos que↓ quiser, quer barõ, quer molher **sol que** seja tal que possar erdar.* (FR, liv. IV, l. 1110-3) - relação de concessão.

> *E porende **sol que** lhi morreu o marido, tirou de si as vestiduras do segre*. (DSG: 4.11.10) - relação de tempo.

Pode-se admitir que a passagem para conjunção concessiva tenha ocorrido pelo mesmo processo metonímico, ocasionado pelo emprego do advérbio **sol** seguido da conjunção **que**, com o valor semântico concessivo. Assim, em uma primeira fase, ter-se-ia:

> *... que possa receber por filhos que↓ quiser quer barõ, quer molher **sol / que** seja tal que possa erdar.*

E, em uma segunda fase, teria havido a reinterpretação ou reanálise:

> *... que possa receber por filhos que↓ quiser quer barõ, quer molher / **sol que** seja tal que possa erdar.*

O advérbio teria perdido a sua carga semântica e assimilado o valor concessivo da conjunção **que**, cujo emprego com esse valor, era comum também nos sécs. XIII e XIV:

> *Outra promessa vos terria, disse Gallaaz, mas esta nom faria eu a poder* ***que*** *podesse.* (Dem., Cap. XLV, l. 04-6).

> *E* ***que*** *todas estas bondades nom houvesse e fosse a pior do mundo seendo vossa filha, devedes-vos a doer do seu mal, pois lhe tanto pesasse como todo o mundo vee que lhe pesa.* (LRR, Cap. VIII, l. 43-5).

Quanto ao valor temporal de 'logo que', 'apenas que', **sol que** o apresenta apenas nos *Diálogos de São Gregório*:

> *E* ***sol que*** *esta palavra disse, começaron-se a desatar os cintazes das calças.* (DSG, 3.21.5).

> ***Sol que*** *o desnuaron e lavaron seu corpo, acharon as sas mããos e os seus pees tan ben sãos come se nunca ouvessem nen hu↓a enfermidade.* (DSG, 4.25.13).

> *Ca ha i almas d'algu↓u↓s justos* ***sol que*** *saaen dos corpos non van logo aa gloria do paraiso.* (DSG, 4:23,4).

pode-se também admitir ter havido, por um processo metonímico, uma reanálise do advérbio **sol** seguido da conjunção **que**, desta vez com valor semântico temporal, como ocorre nos exemplos a seguir:

> *E esteve i atee o sarão* ***que*** *hu↓u homem chegou que servia o altar da capela.* (Dem., Cap. DCLXXXIX, l. 02-3).

> *E el-rei que vio Gallaaz sem scudo disse-lhe: "Amigo, nom me semelha que bem fazedes* ***que*** *nom levades scudo assi como estes outros".* (Dem., Cap. XLI, l. 10-2).

Nesse caso, o advérbio, que inicialmente possuía o valor de exclusão 'só', 'apenas' associou-se à conjunção e assimilou o seu valor temporal, constituindo uma conjunção temporal equivalente a 'apenas que', 'logo que'.

Como concessiva, ou temporal, a conjunção **sol que** já não foi encontrada em textos posteriores ao séc. XIV, o que indica ter tido um emprego limitado na língua.

A trajetória semântica experimentada pelo advérbio **sol**, parece ter sido, pois:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO
↓ ↓ ↓
‘só’
‘unicamente’ ‘apenas’ ‘apenas’ (exclusivo)

A recategorização advérbio > conjunção parece ter-se processado da seguinte maneira:

sol exclusivo + conjunção **que** concessiva = conjunção concessiva

sol exclusivo + conjunção **que** temporal = conjunção temporal

No português contemporâneo, emprega-se a conjunção **só que** comumente na língua falada, com valor semântico adversativo, em frases do tipo:

*Vou à festa, **só que** não vou com você; vou sozinha.*

Não foi, entretanto, documentada nos textos de língua falada que constituíram o *corpus* desta pesquisa; também não faz parte dos elencos das conjunções citadas pelos gramáticos contemporâneos consultados.

Pode-se admitir que, inicialmente uma conjunção concessiva, **sol que** tenha, por um processo metafórico, adquirido o valor semântico de contrajunção. Uma vez que não ocorreu nos textos do séc. XVII consultados, pode-se supor que o seu emprego seja posterior, razão pela qual, no quadro a seguir, será indicado o seu emprego, no séc. XX.

O período correspondente ao emprego dos itens conjuncionais **sol que** e **só que** pode ser apreciado no quadro abaixo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Sol que (concessivo e temporal)						
Só que (adversativo)						

4.4.2 Conjunções de base preposicional

Ao lado das conjunções formadas pela associação de advérbios à conjunção **que**, há também conjunções constituídas pela associação de preposições a esse mesmo item conjuncional.

4.4.2.1 Apesar de que

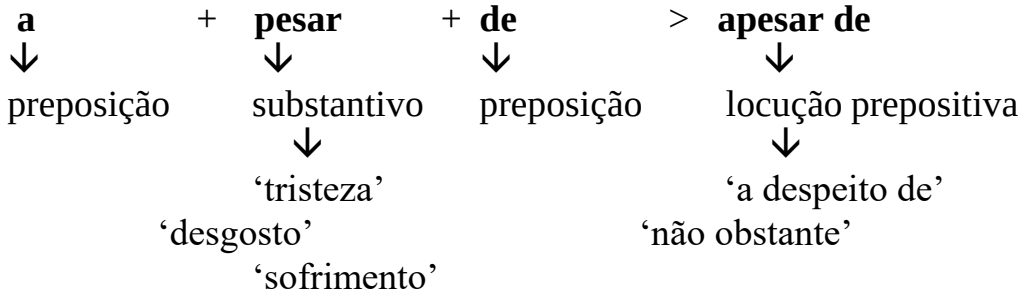
Constituída da aglutinação da preposição **a** associada ao substantivo **pesar** (do verbo latino **pensare**, 'pesar, 'apreciar', 'avaliar') e à preposição **de**, a locução prepositiva **apesar de**, de valor concessivo, não documentada no *corpus* do português arcaico ou moderno, começa a ocorrer, nos textos portugueses do séc. XX, significando 'a despeito de', 'não obstante'. (Michäelis (org.) 1997 s.v. **pesar**).

Seguida da conjunção **que**, constitui a conjunção **apesar de que**, também de valor concessivo, que é empregada, com freqüência, na língua falada do Brasil, apresentando, nos dados analisados, em Porto Alegre, a variante **apesar que**:

> *... na... na... na família de onde eu vim... cada um ingressou e abraçou... uma profissão, **apesar de que** na nossa formação...* (Re, inf. 090, l. 44-6).

> *... eu não gosto de ficar com, com o processo de digestão ainda em desenvolvimento intenso com flatulência que eu tenho seguidamente em função de má digestão e começa(r) a da(r) aula, porque aí eu me sinto, não me sinto bem, porque eu sou, **apesar que** (es)tou falando calmamente agora aqui, sou muito agitado pra da(r) aula, não é, nervoso, agitado...*(POA, inf. 144, l. 225-30).

No processo de gramaticalização da locução prepositiva, pode-se perceber ter havido a recategorização:



a sintaticização - reanálise, isto é, reinterpretação do item na sentença;

a semanticização - passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] ‘tristeza’, ‘desgosto’ para um conteúdo semântico [- concreto] ‘a despeito de’.

No processo de gramaticalização do item conjuncional, uma nova recategorização ocorre:

apesar de	+	**que**	>	**apesar de que**
↓		↓		↓
locução prepositiva	+	conjunção	>	conjunção concessiva
↓		↓		↓
‘a despeito de’	+	**que**	>	‘a despeito de que’

A mudança de conteúdo semântico que se processou com o substantivo **pesar** que, do valor semântico ‘desgosto’, ‘tristeza’, ‘sentimento’, passou a expressar, na locução prepositiva, uma idéia de concessão, parece ter sido determidada:

1. por um processo metafórico, motivado pelo sentido original do substantivo **pesar**, um sentido de adversidade, contrário ao que um ser humano normalmente deseja em cada situação da sua vida;

2. por um processo metonímico, o emprego da locução **apesar de**, inicialmente, em sentenças negativas ou em sentenças precedidas por sentenças negativas.

Quanto à passagem da locução prepositiva ao item conjuncional **apesar de que** em sentenças negativas ou em sentenças precedidas por sentenças negativas, é provável que tenha ocorrido por analogia a outras conjunções concessivas, portadoras do **que** como elemento final da sua estrutura: **ainda que**, **se bem que**, **mesmo que**, etc. uma vez que **apesar de** não pode ocupar a posição final de uma sentença, em posição contígua a uma conjunção **que**, concessiva.

O item conjuncional ocorre, no *corpus* consultado para esta pesquisa, apenas nos diálogos do Projeto Nurc. Em vista disso, pode-se supor que o seu emprego date do séc. XX:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Apesar de que						

4.4.2.2 Até que

Até é uma preposição portuguesa de etimologia discutida que compreende os sentidos das preposições latinas **ad** 'para' e **tenus** 'até'(Gaffiot 1934, s. v. **ad** e **te→nu→s**). A preposição **tenus**, segundo Gaffiot (1934: s. v. **te→nu→s**), regia em latim, o genitivo:

> *labrarum **tenus*** 'até os lábios' (Lucr. 1, 940).

ou o ablativo:

> *Tauro **tenus*** 'até o touro' (Cic. Dej. 36).

E além de significar 'até', significava ainda 'em parte':

> *verbo **tenus*** 'só com palavras' (Cic. Leg. 3.14).

Alguns autores acreditam ser o étimo de **até** a forma arábica **hatta** 'até que', origem do espanhol **hasta**, de idêntico significado. Outros autores preferem admitir que **até** seja proveniente da junção de **ad tenus**, que, com a variante **tenes,** teria tido a seguinte evolução: **ad tenes > ate↓es > atees > atés > até**. Esta é a opinião de José Pedro Machado, uma vez que, segundo o autor, **hatta** daria origem a **fata** e jamais a **até**. Câmara Jr. (1985:181) admite o étimo *__ad tene__ e acrescenta: 'o português arcaico apresenta, ao lado de **atee**, a variante **ataa**. Parece tratar-se de duas partículas geneticamente diversas: **atee**, do lat. **ad tene**; **ataa**, do ar. **hattâ**.

Silva Neto (1960:175-91) discute a etimologia dessa preposição, afirmando que muitos lingüistas aproximam a forma **até** das formas **ata** e **atá** e as faz provir do árabe **hatta**, preposição em que as duas sílabas, por se tratar de palavra proclítica, teriam valor quase idêntico.

Para o autor, não há dúvida de que a preposição **até** pode representar o árabe **hatta**, uma vez que as dificuldades fonéticas não resistem a uma análise rigorosa. No que se refere à acentuação, como foi visto anteriormente, as duas sílabas de **hatta** teriam força quase igual; quanto à perda do **h** inicial, a dificuldade seria desfeita, uma vez que as formas **ata** e **atá** têm a mesma origem.

Entretanto, com referência às outras formas assumidas por essa preposição na Idade Média: **atées**, **atees**, **ate↓**, formas que não podem filiar-se ao árabe, o problema se torna mais complexo. Daí ter sido esse grupo de variantes aproximado do latim **tenus** 'até' de igual significação.

O autor cita Leite de Vasconcelos, que, nos *Estudos de Filologia Mirandesa* I, p. 446, deriva **até** de **ad tenus**, tornado **atténe**, em próclise,

afirmando ter havido uma forma antiga **ate↓** que se desnasalou; e Nunes (1956) que apresenta a seqüência evolutiva **ad tenes** > **ate↓es** > **ate↓s** > **atem** > **até.**

O autor tece, entretanto, críticas às afirmações de Nunes, expressas na *Gramática Histórica* (*ibid*: 350):

> *Para apresentar a idéia expressa pela preposição latina **tenus**, serve-se o português atual de **até** que o antigo dizia **atees** e **atem** pelo qual se crê que aquela forma se transformaria na Hispania, pois no castelhano arcaico também existiu **atanes**, em **tenes** adicionando-se-lhe depois a preposição **ad**; mais tarde o **s** final teria caído (cf. fora) e com o desaparecimento da ressonância nasal, a primitiva locução **ad * tenes** ficaria reduzida ao vocabulário de hoje, que o povo diz, por vezes **inté**.*

Para Silva Neto, a citada forma castelhana **atanes** parece nunca ter existido; além disso, o autor salienta que Nunes mudou de opinião quando, em 1932, na obra *Florilégio da Literatura Portuguesa arcaica*, p. 146 escreve: **atée** = outra forma de **ataa**.

Silva Neto acredita que, em lugar de buscar no indo-europeu a forma *__tenes__, é melhor supô-la resultante do cruzamento de **tenus** com **fine**, forma usada na linguagem familiar latina, com idêntico sentido, daí o **fino** 'até' do italiano.

Sendo assim, acha provável admitir a cadeia evolutiva *__ad tenes__ > **ate↓es** > **atees** > **atés** > **até**, a qual, entretanto, oferece um outro problema, além do desaparecimento do **s** final: o fato de aparecer, em certos documentos, a forma **ate↓** que atesta o desaparecimento do **s** final, antes da desnasalação.

Apesar de Leite de Vasconcelos explicar esse fato, admitindo **ate↓ lo** > **ate no** (por assimilação à nasal), Silva Neto prefere partir de *__atténes lo__ > **attén (e) -llo** > **atten'lo** (queda favorecida pela próclise) > *__attenno__, ou seja, precisamente **até no**.

Baseado nos exemplos encontrados nas *Cantigas de Santa Maria* (**te↓e la** e **ateen**, além de **ate↓elo**), na vida de S. Nicolau (**ateen**), num manuscrito galego do séc. XIV (**ate↓e**), na *Cantigas de amor* (**atees e ateens)** e nas variantes **atés**, **atees**, presentes em textos do séc. XV, o autor admite que **até** provém de *__attenes__ > **ate↓es** > **atees** (desnasalação em virtude da próclise) > **atés** > **até**. Na forma **atees**, que ainda ocorre no séc. XV, os **ee** indicariam a vogal acentuada.

O autor admite ainda que **atee** > **até** pode ter sido auxiliada pelo sentimento de uma espécie de oposição a: **ataa, atá - atees** > **até**. Acha também provável a sugestão de Leite de Vasconcelos de que a forma **atés** tenha sido empregada antes de vogal e a forma **até** antes de consoantes e

conclui afirmando ter a concorrência das formas **até** e **atá** e suas variantes, até o séc. XV, determinado a origem de formas cruzadas como **atães** (**atá + ate↓es**).

De **atés** poderia ter-se **até**, a partir de associações como **até (s) logo**, **até (s) já**, etc, e de **atá** se chegaria a **até** por meio de **atá este**, **atá esse**.

O autor se refere à distribuição geográfica atual das duas formas: no interamnense, região conservadora, é empregada a forma **atés** e no sul, no alentejano, mantêm-se ainda as formas **atá**, **ata'qui**, **atàgora**, relíquias moçárabes da origem árabe **hatta**; é, assim, provável que tenha sido a Beira, região intermediária entre o Norte e o Sul, o palco para seleção e vitória da forma **até**.

Baião e Arruda em pesquisa realizada com um *corpus* do Projeto Integrado Discurso & Gramática - UFRJ (1996:251) identificam para a preposição **até** a seguinte gradação de sentidos:

espacial > temporal > inclusivo > de contra-expectativa

que corresponde à trajetória de um sentido [+ concreto] > [- concreto].

Segundo as autoras, o elemento tem diminuído o valor espacial e temporal e vem adquirindo um valor pragmático-discursivo de 'inclusive', isto é, experimentando um mecanismo de mudança determinado pela pressão da informatividade:

> *... saiu **até** no jornal do Brasil...* (informante do C.A. supletivo).[19]

Além disso, vem sendo também empregado como um marcador de contra-expectativa, em estruturas que denotam a quebra de uma expectativa, como no exemplo a seguir:

> *... não acho que isso seja uma prisão não... eu acho **até** que... que é o começo de tudo.* (informante do segundo grau).

Maria Lúcia Leitão, em trabalho apresentado no Encontro de Funcionalistas de Araraquara, realizado em 1997, salienta, entre os usos discursivos de **até**, o emprego como marcador de:

1) contra-expectativa:

> *Fui **até** taxado de machista.*

2) contrajunção:

[19] Os exemplos do **até** inclusivo aqui citados foram tomados de Baião e Arruda (1996:255)

> *Para aquela gente que tava lá na rodinha, ... né? na mesa... era **até** uma história engraçada...*

3) implicação:

> *Eu, às vezes, **até** deixo de sair para ficar com meus colegas.*

Além do emprego, como marcador conversacional, indicando limite de ação:

> *E a mãe foi **até** acompanhando porque nós vamos chegar tarde.*

ou limite de causa:

> *às vezes, é **até** por obrigação*

No português falado contemporâneo, **até** é, freqüentemente, empregado intensificando o valor semântico de algumas conjunções, especialmente em Portugal:

> *... sim, congelado isso há aí, até nos, nesses supermercados e assim, há congelado, não é, mas o peixe fresco às vezes há dificuldade **até porque** não tenos onde escolher, às vezes...* (PF, inf. 029, l. 53-5).

> *... e por (...) **até porque** isto é muito chato, para que uma pessoa fazer a vida inteira a mesma coisa...* (PF, inf. 0795, L. 32-3).

No português falado do Brasil **até** é também empregado intensificando o valor semântico de algumas conjunções, entretanto é, bem mais freqüente, o uso do advérbio **mesmo**:

> *... passei a admitir que o pega-ladrão realmente não estava me dando nenhuma segurança **mesmo quando** a gente estava em casa, entendeu?* (SSA, inf. l. 378080).

Nota-se que, ao tornar-se um item do discurso, **até**, em alguns casos, assume o valor adverbial.

Seguido da conjunção **que**, tem-se **até que**, uma conjunção temporal que apresenta no português arcaico, as variantes **ataa que** ~ **taa que** ~ **ata que** ~ [t]**a que** ~ **atee que**.

O sentido inicial da preposição **até** indicava um movimento em direção a um determinado ponto, sentido que se referia a um espaço a ser vencido ou a um determinado limite no intervalo de tempo. Com esses dois sentidos, já presentes na preposição **tenus** (cf. Faria 1967:261), ocorre a

conjunção **até que** no português arcaico e, ainda hoje, no português contemporâneo.

> *Se algu↓a molher per culpa que faça julgada pera morte ou a pe↓a de seu corpo e for prenhy, nõ seya justiçada ne↓ aya pe↓a nunhu↓a* ***ata que*** *seya parida.* (FR, liv. IV, l.254-6)

> *Os que tragiam a filha do conde, despois que partirom de Cepta, andarom per suas jornadas* ***ataa que*** *chegarom a Toledo...* (LRR, Cap. II, l. 03-5)

Nas obras de João de Barros (séc. XVI) aparece grafada **té que**, na maior parte das vezes, indicando tempo:

> *Uns bem dizem que tem a vergonha que se cáusa pelos defeitos naturáes: trabalharem algu↓as pessoas por recompensár isto com algu↓a virtude, ou contrariá[re]m tanto ao defeito,* ***té que*** *ô convértem a sua perfeiçam* (DVV, l. 423-5)

> *Tudo áta e sojeita à vontáde de quem quisér lançar mam de toda sua liberdáde e fica cási u↓a estalágem graçiosa onde se agasálham, todolos máos e pervérsos requirimentos, porque aqui se ácham más companhias,* ***té que****, por se fazer companheiro délas, pérde a fról de sua pureza* (DVV, 446-9)

Referindo-se à Prótese, o autor diz:

> *Próstesis quér dizer acreçentamento; comete-se este viçio quando se acreçenta algu↓a lêtéra ou sílaba ao prinçípio de qualquér diçam, como quando dizemos* ***até qui*** *por* ***té qui****, acreçentando a lêtera* ***a****.*

Pode-se, pois, supor ser **té** em lugar de **até**, a pronúncia da época; entretanto, essa forma não ocorre em outros textos consultados, pertencentes ao mesmo séc. XVI.

> *E posto que cedo vos ei d'ir ajudar a este e a todos os outros, dai me lugar que e↓ o não dezer* ***ate que*** *seja memgano algu↓s dias.* (CIL, XL, l. 24-6)

> *...porque a fez S.M. com demonstrações mais que de pai, e assim eu a não tive por segura,* ***até que*** *ma entregou por escrito e firmada de sua real mão* (CVM, LV, l. 285-8)

No que se refere à conjunção **até que**, pode-se afirmar que conserva o valor espacial, valor de origem da preposição, assim como o temporal.

A preposição **até**, ao associar-se à conjunção **que**, experimentou uma recategorização:

preposição > conjunção

acompanhada de uma sintaticização isto é, de uma reanálise, motivada por um processo metonímico, em virtude do emprego da preposição em posição final na sentença, seguida de uma outra sentença iniciada pelo **que**, com valor semântico temporal. A conjunção **que**, que se pode admitir portadora de um valor semântico também temporal, equivalente a **quando**, passou de elemento livre a parte integrante de uma locução conjuntiva.

Enquanto a conjunção **até que**, como foi dito anteriormente, conserva um dos sentidos básicos da preposição; o conteúdo semântico do advérbio vem experimentando uma abstratização crescente, ao passar para item do discurso.

Tem-se, pois:

Gramaticalização:

advérbio	>	preposição	>	conjunção
até[20]		**até**		**até que**
'limite de espaço ou tempo'		'movimento em direção a um ponto, no espaço ou no tempo ou limite'		'limite de espaço ou tempo'

[20] Como afirma Said Ali (1921:169 e 192), as preposições latinas foram primitivamente advérbios, enquanto os advérbios latinos tiveram origem, na sua maior parte, de nomes ou pronomes. No caso específico de **até**, a preposição parece ter dado origem ao advérbio, ao mesmo tempo em que se processou a discursivização, isto e, a passagem do item gramatical a item do discurso.

Discursivização:

advérbio 'limite de espaço ou tempo'	⟶	marcador de: 'contra-expectativa' 'contrajunção' 'implicação' 'limite de ação' 'inclusão'

O período de emprego da conjunção **até que** na língua portuguesa pode ser observado no quadro abaixo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Até que						

4.4.2.3 Des que → Desde que Desde quando

A conjunção **des que** provém, segundo Nascentes (1955: s. v. **desde**), da associação da forma **des** (aglutinação das preposições latinas **de + ex**) à conjunção **que.**

A preposição **de** é oriunda da preposição latina **de**, preposição que regia ablativo e indicava, inicialmente, 'separação', 'afastamento', com idéia acessória de movimento 'de cima para baixo', diferindo de **ab**, que significava afastamento no sentido horizontal. De grande vitalidade no latim, **de** assume, no latim tardio, como explica Meyer Lübke (1990:46), a força genitiva.

Said Ali (1921:193) explica que *executando-se, na prática, os movimentos, segundo linhas mais ou menos inclinadas, desfazia-se o sentimento rigoroso das noções 'vertical' e 'horizontal' e* ***de*** *se confundia com o* ***ab***.

Rubio (1983:177) afirma que, já no latim clássico, embora as três preposições **de**, **ex** e **ab** respondessem ao advérbio interrogativo **unde** 'de onde', e expressassem 'o afastamento a partir de algo', **de** não expressava mais que esta idéia, enquanto **ex** e **ab**, mais precisas, acrescentavam algo peculiar à noção de afastamento:

ex - 'afastamento a partir do interior'
ab - 'afastamento a partir do exterior', 'a partir do objeto'.

O autor cita Cícero que em um dos seus discursos, o *Pro Caecina* (87 e ss.), joga com as diferenças que opõem entre si as três preposições:

> *Si qui meam familiam **de** meo fundo deiecerit **ex** eo me loco deiecerit; si qui mihi praesto fuerit cum armatis hominibus extra meum fundum et me introire prohibuerit, nom **ex** eo, sed **ab** eo loco me deiecerit...*[21]

Essas diferenças são, segundo Rubio, reconhecidas por todos os teóricos antigos que afirmam não possuírem essas preposições exatamente um mesmo sentido.

Como termo neutro, **de** invadiu consideravelmente o domínio das outras duas preposições latinas de sentido semelhante, que também regiam o ablativo: **ex** 'para fora de' e **ab** 'afastamento de um lugar', 'ponto de partida, com idéia de movimento ou não', e quase eliminou as duas, conforme revelam, segundo Machado (1967: s.v. **de**), as confusões no emprego das três preposições, encontradas em textos do latim tardio.

Do sentido espacial de 'afastamento', como afirma Gaffiot (1934: s.v. **de**).

> *Lucretius et Alteus **de** muro se deiecerunt* 'Lucrécio e Atio se lançaram do alto da muralha'. (Ces., B. Cir., 1.18.3).

de assumiu o sentido temporal de 'depois de', 'durante':

> ... *non bonus somnus **de** prandio*. '...não há bom sono depois da refeição'. (Plaut., Most., 682).
>
> ... ***de** tertia vigilia*. '...durante a terceira vigilia' (Ces. B. Gal., 1, 12, 2).

passando, posteriormente, a assumir o sentido partitivo, origem do sentido genitivo:

> ...*alguns **de** nostris homini↓bus* 'alguém dos nossos homens' (Cic., Flac., 9).

A tendência da preposição **de** de conquistar cada vez mais terreno fez com que se tornasse a preposição favorita da latinidade. Segundo Said Ali (1964:204), da significação mais antiga: 'afastamento', 'lugar donde' procede o seu emprego para denotar uma causa ou motivo e, por ser o agente, o ponto de procedência de uma ação, ou o causador de uma ação,

[21] Se alguém expulsasse meu pessoal **de** minha terra a mim mesmo expulsaria **dela**; se alguém se apresentasse diante de mim com homens armados fora da minha terra e me proibisse de entrar (nela), não me expulsaria **do** interior, mas **das** proximidades desse lugar...

passou também a introduzir o agente da passiva, no português antigo ou na Renascença.

Pode-se, pois, perceber a trajetória percorrida pela preposição, que do sentido espacial passou ao temporal, e, por um processo metafórico, assumiu os sentidos partitivo, de posse e de causa.

Reunindo-se à preposição **ex**, a preposição **de** reforçou a idéia de afastamento do ponto de origem, no sentido temporal (Nascentes 1955, s. v. **desde**). Tem-se, assim, a preposição **des** 'desde' empregada, com freqüência, no português arcaico, significando ponto de partida e referindo-se tanto a lugar, quanto a tempo (Said Ali 1921:198).[22]

A trajetória percorrida pela preposição foi, pois, ainda no latim:

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
de	>	**de**	>	**de**
↓		↓		↓
(espacial)	>	(temporal)	>	causal partitivo genitivo

No português arcaico:

de	+	**ex**	>	**des**
↓		↓		↓
temporal	+	espacial		temporal

Transformando-se em conjunção, **des que** conservou o valor semântico de ponto de partida no tempo, resumindo-se o seu processo de gramaticalização a uma recategorização e a uma sintaticização.

Por analogia a outras tantas conjunções do português, a forma **des**, com valor semântico temporal, associou-se à conjunção **que**, também temporal, constituindo, com ela, um único item conjuncional de teor semântico temporal, indicando o ponto de origem num intervalo de tempo.

A conjunção **des que ~ desque** documenta-se, na língua portuguesa, do séc. XIII ao XVI, especificando a partir de que momento ocorre o fato expresso na oração principal. Ocupa sempre a posição interfrástica; quando no início do período, vem precedida de um encadeador:

[22] Said Ali (1964:208) considera uma atitude bastante cômoda admitir que **des** provém de **de** + **ex** e afirma ser esta origem posta em dúvida por alguns investigadores. Para o autor, não parece admissível uma combinação pleonástica, uma vez que a preposição **ex** já vinha sendo suplantada por **de** e tinha a antiga vitalidade prestes a extinguir-se.

> *E se ambos forem da uilla uire a missa dita na terça na ygreya ou enoutro logar qual for post[o] pelhos alcaydes e pello concello, e se for de fora da uilla huu delles ou ambos, uire ao dya do plazo* ***des que*** *nasce o sol ata que se ponha em seu logar*. (FR., Liv.II, l.766-70).

> *"Verdade é" disse el rei "este custume manteve sempre,* ***desque*** *foi rei e manterrei, ment[r]es viver*. (Dem. Cap. VIII, l. 28-9).

> *Ca* ***des que*** *Deus formou Adam, nunca homem tam deslealmente foi traudo como eu som daquele de que eu fiava sobre tôdolos home↓es do mundo.* (LRR, Cap. VIII, l.09-12).

> *... a todollos que forom e eram rrecadadores das rrendas d'el rrei,* ***des que*** *el começara de rreinar ataa entom*. (CDP, Cap. XIII, l.36-7).

> *... e cõ tudo isto,* ***desque*** *cheguei a Salvaterra ate bespora de pascoa, não passou mais que hu↓ so dia que deixasse de ter grãde trabalho em escrever cousas que me cõprião por acabar naquele tempo...* (CIL, XLVII, l.20-4).

Apesar de Cunha (1989: s.v. **desde**) afirmar que a forma **desde** data do séc. XIV, na documentação analisada, só em textos do séc. XVII, aparece a forma **desde que**, fruto de uma nova gramaticalização que se processa através de uma nova morfologização:

des + **de** > **desde**

> *... e na deferença de sua condição, benignidade, inteligência e atenção às obrigações do ofício, assim no militar como no político se prometem todos um felicíssimo governo, não obrando,* ***desde que*** *chegou, acção em que não seja grandemente aplaudido* (CVB, CCII, l. 85-9).

Parece ter havido com a criação da forma **desde**, o mesmo que ocorreu com o pronome **comigo**: o acréscimo da mesma preposição já existente na forma aglutinada inicial:

de	+	**ex**	>	**des**
des	+	**de**	>	**desde**
me	+	**cum**	>	**migo**
com	+	**migo**	>	**comigo**

Apesar de ter havido uma outra morfologização, não houve recategorização. **Desde**, assim como **comigo**, continuaram a pertencer às classes das preposições e dos pronomes, respectivamente.

A conjunção **desde que** é hoje bastante empregada na língua escrita ou falada, quer em Portugal, quer no Brasil. Inicia orações com verbos no indicativo ou subjuntivo, podendo ocupar a posição interfrástica ou inicial no período. A possibilidade de iniciar períodos ou de preceder a oração principal, que só ocorre no português contemporâneo, é também um processo de gramaticalização, caracterizado pela sintaticização ou nova distribuição das sentenças no período, motivada pela pressão pragmático-discursiva, ou seja, pela necessidade de enfatizar a partir de que momento ocorre o fato que será expresso na oração principal:

> *... os sapatos, eu acho que toda a vida, pelo menos **desde que** eu me entendo, que uns tempos usam um sapato mais aberto, outro tempo um mais fechado*. (SSA, inf. 203, l.038-40).

Na língua falada do Brasil, é empregada também a conjunção **desde quando** em lugar de **desde que**:

> *... e esses outros assim... que a gente pode considerar meio de transporte por exemplo que a criança usa... **desde quando** ele é menorzinho até... não é?* (RJ, inf. 128, l. 661-3).

Pode-se também afirmar que a substituição do **que** pelo **quando** é motivada pela pressão pragmático-discursiva, isto é, pela necessidade de o falante especificar, exatamente, desde que época ou ocasião ocorre determinado fato. Por um processo metonímico, os dois itens foram reanalisados como constituintes de um só item conjuncional.

A conjunção **desde quando**, não documentada nos textos do português arcaico ou moderno consultados para esta pesquisa, não se encontra no rol das conjunções apresentado pelos gramáticos contemporâneos. Ocorre, apenas, nos diálogos do Projeto Nurc, não tendo sido encontrada nos textos de língua falada de Portugal.

Em vista do exposto, pode-se estabelecer a seguinte cronologia:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Des que						
Desde que						
Desde quando						

Esse item conjuncional vem, pois, experimentando contínuas mudanças, através das quais vem modificando a sua forma, sem contudo alterar o sentido. O fato de, no português contemporâneo, apresentar uma variação, parece indicar estar o item experimentando um novo processo de gramaticalização.

4.4.2.4 Fora que
Fora se

Essas conjunções são constituídas da preposição **fora**, proveniente da preposição latina **foras** (que tem origem no advérbio **foras**), associada às conjunções **que** ou **se**.

Segundo Gaffiot (1934: s.v. **fora**), tanto o advérbio como a preposição eram empregados, em certas zonas da Romania, com a forma **fora** e significavam 'fora', 'no exterior de'.

A forma **fora** passou ao português também como advérbio 'no exterior de' e preposição 'com exclusão de', 'exceto'.

A preposição **fora**, associada às conjunções **que** ou **se**, passou a constituir as conjunções **fora que**, contrajuntiva e **fora se**, condicional.

Fora que e **fora se** ocorrem no FR e na Dem., documentos do séc. XIII, expressando, respectivamente, relações de contrajunção e condição.

Fora que apresenta as variantes **foras que**, em que a preposição conserva a forma original latina, e **fora**... **que**, a qual, permitindo a inserção de itens lexicais entre os seus termos, parece indicar que a gramaticalização da conjunção não havia ainda sido totalmente concluída na época.

Nos exemplos seguintes, **fora que** e **foras que** expressam uma oposição:

> *Quando Estor esto oiu, nom soube que dissesse **fora que** respondeo: "Galvam, Galvam, muito sabedes de mal"* (Dem. Cap. XDIX l. 01-2)

> *Qvando alguu ome uender seu seruo ou sa serua, se o seruo contra aquel que foy seu senhor se aleuãtar sobreruosamente ou lhy aposer alguu mal délhe o preço aaquel que o conparou e receba seu seruo e uinguesse del como quiser, **foras que** n↓o o mate nen lhy tolha membro* (FR, liv. III, l. 754-8).

Possivelmente, o emprego do item **fora** em sentenças negativas ou em sentenças precedidas ou seguidas de sentenças negativas, determinou que, por um processo metonímico, ele assumisse o valor semântico de contrajunção.

Por outro lado, o próprio valor semântico da preposição, indicando ‘exclusão’; já era, de certo modo, um valor contrário a algo expresso anteriormente, sendo, portanto, fácil explicar que, por um processo metafórico, a conjunção tenha passado a expressar a relação de contrajunção. A associação com a conjunção **que** pode ser explicada por analogia a outros itens conjuncionais da língua.

Enquanto **fora que** e **foras que** iniciam orações com verbos no indicativo ou subjuntivo, como foi visto anteriormente, **fora... que** ocorre uma única vez no FR, iniciando oração com verbo no subjuntivo:

> *... e sse desonrra fezer a seu senhur ou a quen del for ou lho acusar de morte ou lho acusar cu↓ alguu de seu linagen, possao seu senhur ou seu herdeyro mays prouinco tornar a seruidoe. E isto seya outrosy das forras,* ***fora*** *ende* ***que*** *case↓ hu podere↓.* (FR, liv. II, l.44-8).

A conjunção **fora se** apresenta também a variante **foras se**, com a forma original da preposição latina, e expressa uma relação de condição:

> *Que dizedes, senhores? Desto nom pode escapar* ***fora se*** *me matardes, ca eu mentre viva nom s[a]irei de promessa que prometer.* (Dem., Cap. CCXCV, l. 22-3)

> *Nenhuu ome nõ possa prouar sa demãda per ne↓huu translado de carta,* ***foras se*** *for renouado o traslado assy como manda a ley de suso dita.* (FR. liv. II, l.597-9).

Pode-se supor que a formação do item conjuncional condicional tenha ocorrido em virtude de uma reanálise, isto é, da reinterpretação de um período contendo uma sentença terminada com a preposição **fora** seguida de uma sentença iniciada pela conjunção **se**, condicional. Por um processo metonímico, a preposição **fora** assimilou o conteúdo semântico da conjunção condicional, passando a constituir, com ela, um só item conjuncional para expressar a relação de condição. O sentido de origem da preposição **fora**, entretanto, não se perdeu, uma vez que a conjunção conservou, ainda, o sentido primitivo: **fora se** ‘exceto se’.

Fora se e **foras se** são empregadas em orações com verbos no subjuntivo.

Do exposto, pode-se concluir que a gramaticalização desses itens conjuncionais ocorreu através dos seguintes processos:

1. recategorização

preposição	+	conjunção	>	conjunção
↓		↓		↓
fora	+	**que**	>	**fora que**

fora + **se** > **fora se**

2. sintaticização - reanálise ou reinterpretação dos períodos em que ocorria a preposição. No primeiro caso, uma reanálise provocada pela presença da negação no período, logo uma reanálise determinada por um processo metonímico. No segundo caso, uma reanálise também determinada por um processo metonímico; o período inicialmente interpretado como:

*Desto nom pode escapar / **fora** / **se** me matardes*
mas escapará

foi reanalisado como:

*Desto nom pode escapar / **fora se** me matardes*
a não ser se

3. semanticização - mudança de conteúdo semântico, de um sentido mais concreto, o da preposição **fora**, para sentidos mais abstratos expressos pelas conjunções, o de contrajunção e o de condição.

Nota-se, ainda, a trajetória empreendida pelo item **fora**:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO
↓ ↓ ↓
advérbio preposição
'no exterior de' 'com exclusão de'
'exceto'

A mudança de sentido do item **fora**, de 'no exterior de' para 'com exclusão de' é facilmente explicável por um processo metafórico, uma vez que o que está 'no exterior de algo' já não pertence a esse algo, estando, portanto 'excluído dele', 'fora dele'.

As conjunções **fora que** e **fora se** tiveram o seu emprego restrito ao séc. XIII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Fora que						
Fora se						

4.4.2.5 Para que

A relação de finalidade, no latim, era expressa, na maior parte das vezes, pela conjunção **ut**, podendo ainda serem utilizadas as conjunções **eo**, **idcirco**, ou o ablativo adverbial **quo**, além da conjunção **ne**, essa última, em sentenças negativas (Ragon s.d.:267). Essas conjunções finais perderam-se na passagem do latim para o português.

Para expressar a relação de finalidade, foi criada, ainda no latim vulgar, a locução constituída da preposição **pera**, do latim **per+ad**, associada à conjunção **que**, a qual começa a ocorrer, em português, nos textos consultados, a partir do séc. XV, sob a forma **pera... que**, ainda não gramaticalizada:

> *Gomez Perez seu despenseiro moor ao quall o corpo avia de ser entregue, pera hordenar todo o que mester fazia a sua trelladaçom,* ***pera*** *quando os prellados vehessem* ***que*** *achassem todo prestes e se partissem logo*. (CDP, Cap. II, l.15-8)

A partir do séc. XVI, não mais ocorre a forma **pera... que**, que é substituída pela forma **pera que**, já gramaticalizada:

> *... e vos dé outros,* ***pera que*** *com prazer d'elles se vos faça menor a tristeza do que agora perdestes* (C I L, XIII, l.04-7)

A preposição **per**, como já será explicitado, oportunamente, alternava no português arcaico, com a preposição **por** < **pro**.

Por indicava o 'percurso', enquanto **per** se relacionava a 'um percurso com direção definida' (Câmara Jr. 1985:177).

No que se refere à origem de **para**, as opiniões divergem quanto à natureza do primeiro elemento da combinação: de **pro + ad** ou de **per + ad**. Alguns autores aceitam a confluência das duas formas, baseados na existência, no português arcaico, da forma **pora**. Da combinação **per + ad**, origem da forma primitiva **pera**, transformada, mais tarde, em **pora**, por influência de **por**, teria tido origem a forma **para**, por assimilação de vogais.

Corominas (1991: s.v. **para**) salienta também a influência da preposição **par** na passagem de **pora** e **pera** a **para**.

Mas é Gamillscheg (1969), segundo Riiho (1979:24), quem apresenta a teoria mais original. Segundo ele, **pro ad** e **per ad** não só existiram no latim vulgar como combinações independentes, mas também nasceram de maneira distinta, provenientes de duas construções diferentes. **Per** e **ad** se justapuseram, sobretudo, para expressar a direção; **ad** era o

elemento principal e **per** uma espécie de prefixo preposicional que reforçava o sentido de **ad**, criando, o conjunto, um significado ligeiramente distinto. A justaposição de **pro** e **ad** se produzia também, com naturalidade, para expressar matizes finais mais nocionais; nesses casos, **pro** era o elemento principal, uma vez que **pora** e **por** podiam expressar o mesmo, numa espécie de alternância complementar ou livre. Desse modo, em todos os domínios iberorromânicos teria existido uma oposição primitiva entre **pera** e **pora**; pouco a pouco, a distinção se perdera e **pora** teria se confundido com **pera**, dando lugar à formação de **para**.

Para Riiho (*id. ibid*.: 25):

> "*... incluso en la discusión sobre el origem de **para** viene implícita la concepción de que la oposición **por/para** nació para reemplazar la oposición **por/per**, o sea, para asegurar la distinción latina **pro** y **per**.*"[23]

A semelhança de forma e de sentido deu origem à alternância não só das preposições **pera** e **para** mas também à alternância dos itens conjuncionais **pera que** e **para que**, no séc. XVI:

> *E por ser mui irregulár em suas formações nam falaremos máis dele nem menos daremos régras dos outros tempos e módos, porque **pera** ôs saber formár, as conjugações que a olho nos móstram as lêteras finaes em que os vérbos que pódem ter régra géral se terminam...* (G.L.P., l. 1086-8).

> *Em Lisboa vos dei cõta do negocio do meu casame↓to e asi de minha irmã que emtã **para** qua me tem dado tãta pena e trabalho que nõ poso achar ninhu↓ remedio a iso senã o efeito d'ele;* (CT, CLV, l. 01-4).

> *Nós podemos-lhe chamár artefício de palavras póstas em seus naturáes lugáres, **pera que**, mediante élas, assi na fála como na escritura, venhamos em conhicimento das tenções alheas.* (G.L.P., l. 05-8).

> *Os encovenientes que tem estar no colegio dos Jeronimos, e os proventos que te↓ o estar em Santa Cruz, vos mando mais em particular por esses apontame↓tos, **para que** vejais toda a matéria* (C I L, XLIII, l. 19-21).

A partir do séc. XVII, a forma **para** começa a suplantar a antiga forma **pera**.

O português contemporâneo conservou a forma **para que** para expressar a relação de finalidade.

---

[23] Para Riiho (1979:25), incluída na discussão sobre a origem de **para** vem implícita a concepção de que a oposição **por/para** nasceu para substituir a oposição **por/per**, ou seja, para assegurar a distinção latina entre **pro** e **per**.

O emprego dessa conjunção, entretanto, quase que se restringe à língua escrita, preferindo a língua falada, para expressar essa relação de finalidade, orações reduzidas de infinitivo, precedidas da preposição **para**.

No *corpus* do português falado consultado, a conjunção **para que** ocorre apenas duas vezes nos diálogos do PF e, uma única vez, nos diálogos do Projeto NURC.

> *... inclusivamente chegava-se ao apuro de ter que pedir autorização, se fosse necessário uma operação ou qualquer coisa* ***para que*** *a criança fosse operada...* (PF, inf. 0108, l. 03-7)

> *... eu senti a falta... de um material... de um texto... por assim dizer...* ***para que****... os alunos tivessem uma ba::se para aquela cadeira* (SP, inf. 295, l. 62-5)

A gramaticalização desse item conjuncional parece ter ocorrido por um processo analógico a outras conjunções, formadas pela associação de itens diversos à conjunção **que**, uma vez que a idéia de finalidade já era expressa pela preposição.

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Para que						

4.4.2.6 A que

Ocorre uma única vez, nas CM, séc. XVI, especificamente na carta n^{o} CLXXI, de Frei Duarte, a conjunção final **a que**, constituída da preposição **a,** do latim **ad,** associada à conjunção **que**:

> *Porém cõsolo me cõ a firmeza d'ela, e esperança que tenho de vida que Noso Senhor pera seu serviço me dara, e que o te↓po e merces que vosa alteza me fara darão ocasião* ***a que*** *a declare* (CT, CLXXI, l. 17-20).

A preposição **ad** indicava, em latim, conforme explica Faria (1958:255), a 'direção para', geralmente com idéia de movimento e com relação ao tempo e ao espaço:

> ... ***ad*** *urbem venire* (Cic. Verr. 2, 167) 'vir à cidade'.

Deste sentido geral de ‘em direção a’ passou aos de ‘junto de’ e ‘ao pé de’:

> ... *fuit* ***ad*** *me sane diu* (Cic. At., 10.4.8) ‘esteve comigo (junto a mim) muito tempo’.

Em sentido figurado significava ‘em vista de’, ‘em relação a’, ‘conforme’, ‘no que diz respeito a’, ‘em comparação a’, ‘em proporção a’:

> ... ***ad*** *celeritatem onerandi paulo humiliares (naues)* (Ces. B. Gal., 5.1.2) ‘em vista da rapidez do carregamento manda fazer navios um pouco mais baixos’.[24]

Quando seguida de um numeral, **ad** significava ‘cerca de’:

> *Fuimos* ***ad*** *ducentos* ‘fomos cerca de duzentos’ (Ragon: s.d: 145).

Gaffiot (1934: s.v. **ad**) enuncia, mais detalhadamente, as possibilidades do emprego da preposição latina **ad** que possuía:

(i) um sentido espacial, com idéia de movimento, significando:

- **para** ou **até**:
  ...*legatos* ***ad*** *aliquem mittere* ‘enviar embaixadores a alguém’.
- **contra**:
  ... ***ad*** *hostes contindere* ‘marchar contra os inimigos’ (Caes. G. 5.9.1).

ou expressando:

- **idéia de aproximação**:
  … ***ad*** *Genevam pervenit* ‘chegou perto de Genova’. (Caes. G. 1.7.1).
- **idéia de ligação**:
  ad *terram naves deligare* ‘atracar navios na margem’ (Caes. G., 4.29.2).
- **idéia de junção:**
  complecte vis amplissemus viros ***ad*** *tuum scelus* ‘queres colocar nos teus crimes os homens mais consideráveis’ (Cic. Vat., 20).
- **idéia de direção, inclinação:**
  ad *centuriones ora covertunt* ‘voltam seus rostos para os centuriões’ (Caes. G., 6.39.2).
- **idéia de dirigir-se com a palavra:**
  ad *aliquem omnia in dies singulos persequi* ‘enviar a alguém uma relação quotidiana de todos os acontecimentos’ (Cic. Att., 15.26.1).

[24] Os exemplos citados em latim foram tomados de Ernesto Faria (1958:255).

- i**ndicação de distância, de limite:**
  *ex eo opiddo pons **ad** Helvetios pertinet* ‘desta cidade um ponto se estende até a terra dos Helvécios’ (Caes. G., 1.6.3).

(ii) um sentido espacial, sem idéia de movimento, significando:

- **perto de**:
  *fuit **ad** me sane diu* ‘ficou comigo muito tempo’ (Cic. Att 10.4.8).
- **proximidade de um lugar**:
  ***ad** urbem esse* ‘estar perto da cidade’ (Cic. Verr. 2,21).
- **do lado de**:
  *castis **ad** eam partem oppidi positis* ‘o campo tendo sido estabelecido deste lado da cidade’ (Caes, G. 7.17.1).
- **adaptação, acompanhamento**:
  *cantare **ad** chordarum sonum* ‘cantar ao som de instrumentos de corda’ (Nep. Epam.2.1).
- **aderência**:
  ***ad** radices linguae haerus* ‘fixado à base da língua’ (Cic. Nat. 2.135).

(iii) um sentido temporal indicando:

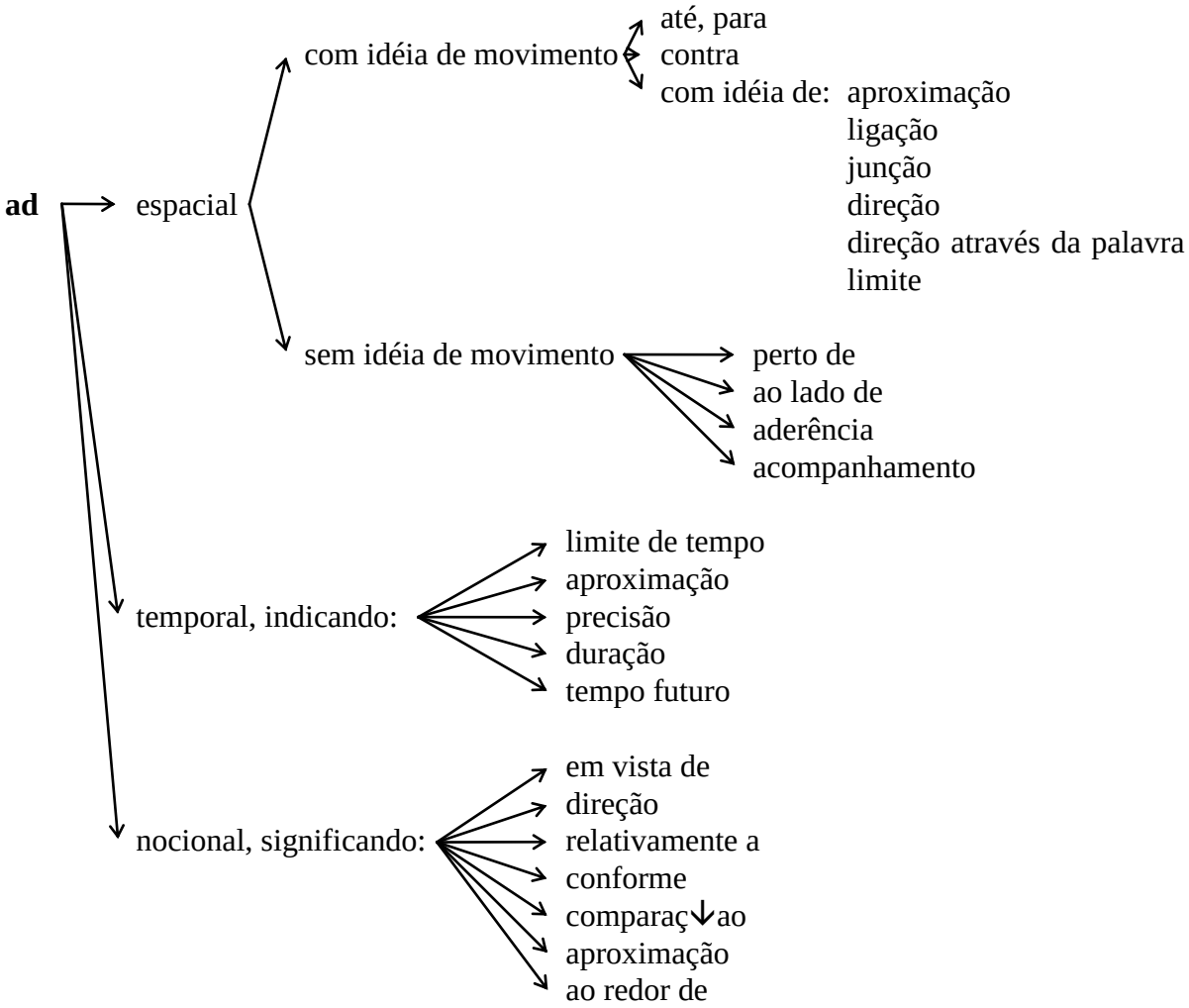
- **limite**:
  ***ad** summam senectutem* ‘até o auge da velhice’ (Cic. Br. 179).
- **aproximação**:
  ***ad** vesperam* ‘à tarde’ (Cic. Cat. 2.6).
- **precisão**:
  ***ad** diem* ‘até o dia fixado’ (Caes. G. 2.5.1).
- **duração limitada**:
  *brevis est et **ad** tempus* ‘curta e por um tempo’ (Cic. Off. 1.27).
- **tempo futuro**:
  ***ad** annum* ‘por 1 ano’ (Cic. Att. 5.2.1).

(iv) um sentido nocional, significando:

- **em vista de**:
  ***ad** celeritatem onerandi paulo facit humiliares (naves)* ‘tendo em vista a precisão do carregamento, é preciso fazer os navios um pouco mais baixos’ (Caes. G. 5.1.2).
- **direção**:
  *ex agreste vita exculti **ad** humanitatem* ‘formados e levados de uma vida selvagem à civilização’ (Cic. Leg. 2.36).
- **relativamente a**:
  *genus praedandi **ad** magnitudinem quaestus immensum* ‘espécie de empelhamento sem limite quanto à grandeza dos proveitos’ (Cic. Verr. 5.22).
- **conforme a**:
  ***ad** meam rationes usumque nom aestemo* ‘para consultar meus princípios e meu uso pessoal, não formulo avaliação’ (Cic. Verr. 4.13).

- **em comparação a**:
  *terram **ad** universi caeli complexum quasi piencti instar obtinere* ‘que a terra ocupa por assim dizer o equivalente a um ponto em comparação com a extensão que abrange o céu’ (Cic. Tusc. 1.40).
- **em seqüência a**:
  ***ad** clamarem convenerunt* ‘chegadas as crises, eles se reúnem’ (Caes. G. 4.37.2).
- **direção para**
  logum est ad omnia ‘muito longo de responder a tudo’ (Cic. Nat. 1.19).
- **aproximação**:
  cornu ad saxa limato ‘o chifre amolado aos rochedos’ (Plin. 16.54).
- **ao redor de**:
  ad hominum milia decem ‘cerca de 10 mil homens’ (Caes. G. 1.4.2).

Resumindo-se, tem-se, em latim:



Climent (1956:240) afirma que, em sentido figurado, o **ad** expressava finalidade, conseqüência, modo, referência, conformidade e

que autores clássicos a empregavam ainda com valor causal, para indicar o movimento contra algo ou alguém.

Grande era, pois, a abrangência do campo semântico da preposição **ad**.

Como explica Mattos e Silva (1989:627), no português arcaico, **a** possuía um valor semântico espacial e temporal, indicando a direção, quer no espaço, quer no tempo:

> *Mandou-se levar **a** sexto dia (tempo) **a**a eigreja (espaço)* (D.S.G., 2.37.6)

Said Ali (1964:211) salienta que, já no latim falado, o **a** era empregado para expressar não a direção em que se encaminhava o movimento, mas o ponto terminal. Essa particularidade se pode também verificar no português arcaico:

> *San Bento estando **a** hu↓a fre↓e↓stra viu hu↓a luz viir* (DSG., 2.35.5).

Percebe-se que o sentido expresso pela preposição ampliou-se, no latim, por um processo metafórico, de 'em direção a' para 'junto de', uma vez que, o que vai em direção a algo, tem o objetivo de juntar-se a ele, de alcançá-lo.

Também a mudança de sentido de 'junto de' para 'conforme' é facilmente explicada por um processo metafórico, já que quem permanece junto a alguém é porque possui alguma afinidade, porque aprecia e compartilha das mesmas idéias.

Passando, no português arcaico, a significar 'o ponto terminal do movimento', mais uma vez percebe-se a influência do processo metafórico. Como já ocorrera no latim, o movimento 'em direção a' tem uma meta, um ponto de chegada.

Vê-se, pois, que a idéia de alcançar uma meta, um objetivo, já existia desde o início do processo de mudança, não sendo difícil, assim, a transferência de sentido para a expressão da idéia de finalidade.

Uma vez que **ad** e **per** + **ad** ou **pro + ad** expressavam, no latim, relações semelhantes que se conservaram no português, é fácil admitir que, por analogia, a conjunção **a** tenha se juntado à conjunção **que,** para expressar a mesma relação de finalidade expressa por **para que**.

O fato de ter ocorrido apenas uma vez no *corpus*, pode, entretanto, indicar ter sido uma conjunção de pouco uso na língua.

Trata-se de processos de gramaticalização ocorridos com as preposições **a, per** e **por** ainda no latim em que se verifica a trajetória ESPAÇO > TEMPO > TEXTO:

a

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
‘direção para’		‘limite’		‘em vista de’
‘em direção a’		‘aproximação’		‘no que diz respeito a’
‘junto de’		‘precisão’		‘conforme’
‘ao pé de’		‘duração’		
‘ao lado de’				
‘direção contrária’				

per

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
‘através de’		‘diante’		‘com auxílio de’
‘ao longo de		ao longo de certo tempo’		‘através de’, ‘por meio de’

pro < por

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
‘diante de’		(‘diante de um certo tempo’)		‘em favor de’
‘em frente a’				‘em lugar de’ → ‘em proporção a’
				→ ‘por causa de’ ⇄ ‘a fim de’
				↘ ‘por meio de’

Ao aglutinarem-se à preposição **ad**, as preposições latinas **per** e **pro** deram origem às preposições **pera ~ para**, através de um processo de morfologização e, ao associarem-se à conjunção subordinativa **que**, sofreram a recategorização, passando de preposições a conjunções.

Quanto à mudança do conteúdo semântico, percebe-se a trajetória de um sentido [+ concreto] para um sentido [- concreto].

No caso da conjunção **a que**, como já foi especificado anteriormente, a idéia de movimento em direção a um objetivo, uma meta passou a expressar, por um processo metafórico, a relação de finalidade.

A conjunção **pera que > para que** ocorre, na língua portuguesa, desde o séc. XV, enquanto a conjunção **a que** ocorreu apenas no séc. XVI:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
A que						

4.4.2.7 Por mais que

A preposição **por** associa-se ao intensificador **mais** e à conjunção **que** para formar o item conjuncional concessivo **por mais que**, que ocorre inicialmente em textos do séc. XVI, ainda com a forma não gramaticalizada:

> *... e considereis que não sois tanto pai de vossa filha, **por mais** caro **que** vos custe, que não tenha custado mais a que↓ a levou para si.* (CIL, Cap. XLII, l. 10-3).

Nos textos do séc. XVII, que integraram o *corpus* desta pesquisa, encontra-se já a forma gramaticalizada **por mais que**:

> *Acho-me com muitas cartas de V.Exª e com mil obrigações em cada uma delas para beijar a mão de V.Exª outras tantas vezes, como nesta faço, sem que os termos de agradecimento, **por mais que** se multipliquem, possam igualar o número e muito menos a grandeza de tantas e tão excessivas mercês.* (CVB, CCIII, l. 01-6).

Percebe-se, pois, a atuação do processo metonímico que determinou a reanálise, isto é, a reinterpretação do item. Empregado, inicialmente, em sentenças precedidas de sentenças negativas, o item assumiu o sentido concessivo, passando, mais tarde, a ser empregado, com esse sentido, também em sentenças afirmativas.

Por outro lado, permitindo, inicialmente, a inserção de um item lexical entre os seus termos, **por mais que** passou a constituir, em fase posterior, uma forma fixa, gramaticalizada.

Houve, pois:

(i) a recategorização:

prep.	+ int.	+ item lexical	+ conj.	> conjunção
↓	↓		↓	↓
por	**mais**		**que**	**por mais que**
				relação de concessão

(ii) sintaticização - reinterpretação do item na sentença;

(iii) semanticização - passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] com a presença de um item do léxico, para um conteúdo semântico [- concreto], o que expressa a relação de concessão.

Esse item conjuncional ocorre, assim, na língua portuguesa, desde o séc. XVI e é ainda bastante empregado no português contemporâneo falado ou escrito. Não foi, entretanto, documentado nos textos da língua falada consultados para esta pesquisa:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Por mais que						

4.4.2.8 Salvo que ~ Salvo se

Salvo é o particípio passado irregular do verbo **salvar** tornado adjetivo e, posteriormente, preposição, com sentido de 'exceto'. Associado às conjunções **que** e **se**, condicionais, constitui conjunções que expressam relação de condição.

Analisando a trajetória percorrida pela forma **salvo**, percebe-se:

1. a recategorização, isto é, a mudança de categoria gramatical:
   particípio passado > adjetivo > preposição > conjunção

2. a sintaticização, isto é, a redistribuição do item, de acordo com a classe gramatical e a função que exerce na sentença;

3. a semanticização, isto é, a mudança de conteúdo semântico, de um conteúdo [+ concreto] para um conteúdo [- concreto]:

   particípio passado > adjetivo > preposição > conjunção
   ↓ ↓ ↓ ↓
   'livre', 'respeitado' > 'livre' > 'exceto' > 'relação de condição'

A mudança de conteúdo semântico de 'livre' para 'exceto' pode ser explicada facilmente, por um processo metafórico, uma vez que 'exceto' transmite idéia de 'exclusão', de liberdade em relação a algo expresso:

Todos foram, salvo Maria.

que eqüivale a:

Todos foram. Maria livrou-se de ir.
(absteve-se)

Quanto à passagem da preposição à conjunção condicional, pode ser explicada pelo processo de sintaticização em que, por metonímia, ocorre uma reanálise, isto é, uma reinterpretação.

O período, contendo, inicialmente, a preposição **salvo**, seguida das conjunções condicionais **que** ou **se**, foi reanalisado como possuindo apenas uma conjunção condicional. Por um processo metonímico, a preposição assimilou o conteúdo semântico da conjunção, constituindo com ela um item condicional.

Numa primeira fase, ter-se-ia:

> *Outrosy mãdamos que aquelles que se alçare↓ que nõ seyã ousados de dizer aos alcaydes qua iuygã torto **saluo/que** (= exceto se) possã dizer e razoar en boa maneyra aquello que fezer prol a seu preyto...* (FR, liv. II, l. 950-3).

E, numa segunda fase:

> *Outrosy mãdamos que aquelles que se alçare↓ que nõ seyã ousados de dizer aos alcaydes qua iuygã torto **saluo que** (a não ser que) possã dizer e razoar en boa maneyra aquello que fezer prol a seu preyto...* (FR, liv. II, l. 950-3).

As conjunções **salvo que** e **salvo se** ocorrem no português, desde o séc. XIII, época em que também era comum o emprego da conjunção **que** estabelecendo uma relação de condição, ao lado da conjunção **se**, daí a possibilidade de admitir a reanálise acima referida:

> *Se o padre ou a madre ou os yrmaos ou outros parentes teuere↓ en seu poder manceba escosa en cabellos nõna casare↓ ata XXV anos, <e> ella depoys se casar sen mandado delles nõ perça pore↓ tanto **que** case cu↓ ome↓ que lly couenha.* (FR, liv. III, l. 61-4).

> *Quando el vio esto nom soube que fezesse, que se quisesse passar alem convi↓ria que passasse por meo do agro que era tam perigoso que bem cuidava que nom poderia i omem entrar **que** podesse escapar.* (Dem., Cap. CCXX, l. 19-20).

Enquanto a conjunção **salvo se ~ salvo sse** conservou-se no português contemporâneo, a conjunção **salvo que** foi documentada apenas até o séc. XV:

> *Poys que for alguu acusado dalguu mao feyto e for dado por quite per iuizo, nenguu nõ o possa depoys acusar daquel feyto meesmo **saluo se** o acusar de torto que lhy aya feyto a el...* (FR, liv. IV, l. 1078-81).

> *Mandou mais aos estrabeiros seus e de seus filhos e a todollos de sua terra que nom mandassem a ne↓hu↓u logar por palha doado* ***salvo sse*** *a ouvesse d'aver de foro...* (CDP, Cap. VI, l. 77-80).

> *... e nom queria homem em seu conselho* ***salvo que*** *lhe louvasse sua rrazom e quanto fazia*. (CDP, Cap. XVI, l. 18-20).

As orações condicionais iniciadas por **salvo que** ou **salvo se** têm sempre o verbo no modo subjuntivo, nos tempos presente, imperfeito e futuro.

O período de utilização desses itens conjuncionais pode ser observado no quadro abaixo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Salvo que						
Salvo se						

Pode-se admitir que o desaparecimento de **salvo que** tenha ocorrido, em virtude de as duas conjunções serem portadoras do mesmo conteúdo semântico.

4.4.2.9 Sem que

A conjunção **sem que** é constituída da preposição **sem** associada à conjunção **que**; ocorre nas CVB, especificamente na carta CCIII, como conjunção subordinativa modal, não tendo ocorrido em textos de séculos anteriores, o que permite supor que tenha sido empregada a partir do séc. XVII:

> *Acho-me com muitas cartas de V.Exª e com mil obrigações em cada uma delas para beijar a mão de V.Exª outras tantas vezes, como nesta faço,* ***sem que*** *os termos do agradecimento, por mais que se multipliquem, possam igualar o número, e muito menos a grandeza, de tantas e tão excessivas mercês.* (CVB, CCIII, l. 01-6).

Sem que, apesar de amplamente empregada no português contemporâneo, como conjunção modal ou condicional, não ocorreu nas transcrições dos diálogos do Projeto NURC e do PF consultados para esta pesquisa. Acha-se listada por Bechara (1976:164) como conjunção modal ou condicional; os demais gramáticos consideram-na apenas uma conjunção condicional.

A preposição **sem** é proveniente da preposição latina **sine** que indicava 'exclusão', 'ausência', 'condição', 'exceção' (Gaffiot 1934, s.v. **si↑ne**).

Associada à conjunção **que**, também possivelmente por analogia a outras conjunções de formação anterior, passou a expressar, inicialmente, por um processo metafórico, a relação de modo, o que é facilmente explicável, uma vez que, se se exclui algo, algum motivo ou informação a respeito de um determinado fato, esse fato vai ocorrer de um modo diferente, melhor ou pior que o anterior.

Quanto ao valor semântico condicional, já era próprio da preposição latina, como foi explicitado anteriormente. Neste caso, a gramaticalização resumiu-se apenas à recategorização e à sintaticização:

preposição + conjunção > conjunção

não havendo mudança de conteúdo semântico.

A preposição **sem** constitui ainda, com a conjunção **que**, a correlação coordenativa adversativa **sem... que** 'sem... senão' que ocorre na CVB (séc. XVII) - (cf. 4.8.1).

O quadro abaixo mostra o período correspondente ao aparecimento e à utilização da conjunção **sem que**, com os valores semânticos modal e condicional:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Sem que (modal)						
Sem que (condicional)						

4.4.3 Conjunções de base verbal

Algumas conjunções portuguesas são constituídas de formas verbais de particípio passado, associadas às conjunções **que**: **dado que**, **posto que**, **suposto que**. Uma conjunção, entretanto, é oriunda de uma forma de gerúndio associada à mesma conjunção: **sendo que**.

4.4.3.1 Dado que

Dado que ocorre nos textos do séc. XVI, com valor semântico concessivo ou causal, do mesmo modo que nos textos do séc. XVII. Entre

os gramáticos contemporâneos, Almeida (1978:356-7) classifica-a como conjunção causal e concessiva, enquanto Rocha Lima (1987:162) prefere considerá-la uma conjunção condicional.

Dado é proveniente de **datu-** , particípio passado do verbo **dare**, que, em latim, significava, segundo Gaffiot (1934: s.v. **do**):

- **dar, prestar**:

  ...***dare****, recipere merita* 'prestar, receber favores/serviços' (Cic., Lae., 58).

- **concordar, fazer concessões**:

  ...*satis mihi* ***dedisti****, cum respondisti* 'tu concordaste comigo, ao responder-me' (Cic., Tusc. 2,28).

  ...*hoc* ***dabitis****... oportere* 'fareis esta concessão que é necessária' (Tusc. 1.25).

- **colocar**:

  ...*ad terram aliquem* ***datus*** 'jogar alguém por terra' (Pl. liv. 31,37,9).

- **causar**:

  ...*Quid mali* ***datis****...?* 'A quem causastes mal?' (Cic., Nat. 1,122).

- **expor, dizer**:

  ...*quamobrem has partis didicerim, pauiu* ***dabo*** 'eu vos exporei brevemente, porque assumi esse papel' (Ter, Haut. 10).

Do exposto, pode-se concluir que a possibilidade de sentido causal e concessivo do verbo tenha favorecido, por um processo metafórico, o conteúdo semântico causal e concessivo da conjunção, no português:

> *E,* ***dádo que*** *a matéria que tu abriste, tinha campo pera se correr ésta pessoa, eu, leixemos erros alheos, cá minha tençám é dar-te doutrina e nam descobrir indústrias alheas, de pouco louvor.* (DVV, p. 423-4, l. 22-05) - valor semântico causal.

> *A mi, muito me contentam os termos que se confórmam com o latim,* ***dádo que*** *sejam antigos, cá destes nos devemos muito prezár, quando nám achármos serem tám correctos que este labéo lhe[s] fáça perder sua autoridáde.* (DLNL, p. 402, l. 13-6) - valor semântico concessivo.

Desse modo, a semanticização teria ocorrido já no latim, cabendo ao português, a recategorização:

verbo + conjunção > conjunção

e a conseqüente sintaticização, ou seja, a nova interpretação e distribuição do item na sentença. A forma verbal **dado**, seguida de uma oração subordinada subjetiva, foi reinterpretada e, por um processo metonímico, passou a constituir, com a conjunção integrante seguinte, um único item conjuncional.

Said Ali (1966:222) explica que os particípios **dado**, **posto** e outros eram usados, como o ablativo absoluto, em latim, para expressar concessão, hipótese, etc. Nestes particípios perdurava, geralmente, o sentido próprio do verbo. É o que parece ter ocorrido com a conjunção **dado que** que, como vimos anteriormente, conservou o sentido causal ou concessivo da própria forma verbal.

No *corpus* do português contemporâneo consultado para esta pesquisa, esse item conjuncional não foi documentado. Parece ser de uso restrito também na língua escrita.

Encontra-se no elenco das conjunções apresentado por Rocha Lima como conjunção condicional.

Como foi especificado anteriormente, **dado que** ocorre na língua portuguesa, desde o séc. XVI:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Dado que (causal ou concessiva)						
Dado que (condicional)						

4.4.3.2 Posto que

O emprego de **posto que**, como conjunção concessiva, na língua portuguesa, parece datar do séc. XV.

> *E porém nom he cousa que possa seer, estando homem em sua saude, que lhe cousa notáve, esqueça,* ***posto que*** *lhe o conto dos dias esqueça he transitorio e nom essencia do membramento.* (CDP, Cap. XXIX, l. 56-60).

> *Éstas táes cousas,* ***posto que*** *âs Adám visse en revelaçám, como digo, nam lhe pôs ele o nome que agóra tem.* (DLNL, p. 394, l. 16-7).

No séc. XVII, **posto que** passa a ser empregada também como conjunção causal:

> *... porque é morto às paixões e aos apetites; e* ***posto que*** *viva ao sentimento, não vive à sensualidade.* (S4ªf.C, III, l. 654-5) - concessiva.

> *Parece-me que nesta concordata, a que chamo contrato, toda a condição onerosa é minha, e toda a útil dos ditos senhores, se as minhas orações*

> *por minhas não desmerecerem o que ao menos os sacrifícios, **posto que** meus, não podem desmerecer*. (CVB, CCLXXIX, l. 33-7) - causal.

Posto é o particípio passado do verbo **pôr**, proveniente do particípio latino **positum**, do verbo **ponere** que significava, como explica Gaffiot (1934: s.v. **pono**):

- **pôr:**
  ***ponere** in fundo pedem* ‘por o pé numa propriedade’ (Cic. Caec. 31).
- **depositar:**
  ***ponere** tabulas in aerario* ‘depositar tábuas nos arquivos’ (Caes. C. 3, 108, 6).
- **estabelecer, instalar:**
  *Roma in montibus **posita*** ‘Roma instalada sobre as montanhas’ (Cic. Agr. 2, 96).

  ... *aliquem apud aliquem in gratia **ponere*** ‘instalar alguém nas graças de outrem’ (Cic. Att 6, 6, 4).

podendo ainda, na poesia, assumir os sentidos de:

- **sepultar:**
  ... *terra **ponere*** ‘sepultar’ (Virg. En. 6, 508).
- **cessar:**
  ... *cum venti **posuere*** ‘quando os ventos cessaram’ (Virg. En. 10).

O processo de gramaticalização desse item conjuncional engloba não só a recategorização:

> verbo + conjunção > conjunção

mas também a sintaticização determinada por uma reanálise, isto é, por uma nova interpretação ou reestruturação do período. A forma do particípio passado do verbo **pôr**, **posto**, inicialmente, seguida de uma oração substantiva subjetiva, introduzida por uma conjunção integrante **que**, após a reanálise do período, reuniu-se à conjunção, dando origem a uma conjunção concessiva. A aquisição do sentido concessivo é facilmente explicada, uma vez que a sentença em que é empregada a conjunção **posto que**, como se pode observar, é negativa ou precedida de oração negativa.

Por um processo metonímico, pois, **posto que** assumiu o valor semântico concessivo. O sentido original do verbo não parece, nesse caso, ter determinado o valor semântico do item conjuncional.

Empregada com verbos no indicativo, **posto que** experimenta uma nova gramaticalização e assume o valor causal, também conservado no português contemporâneo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Posto que (concessivo)						
Posto que (causal)						

4.4.3.3 Suposto que

O emprego da preposição **suposto** e da conjunção **suposto que**, na língua portuguesa, data do séc. XVII; a preposição, estabelecendo uma relação de concessão, e a conjunção, uma relação de causa:

> *Perguntei-lhe se se faziam também cavalos; e, como me respondesse que não, sirva-se V. M^cê de dizer da minha parte a S. Exª que a minha especulação é tão maliciosa que* ***suposto*** *não se fazerem cavalos, tenho para mim que não devem estar muito longe.* (CVB, CCLXXXIII, l. 28-33) - relação de concessão.

> *Eu lhe fui falar e, falando-lhe sòmente em mim, lhe pedi que, por serviço de Deus e de S.M. e me fazer mercê,* ***suposto que*** *não podia devassar de mim, ao menos, não como ministro, senão como pessoa particular...* (CVB, CCIII, l. 92-9) - relação de causa.

Suposto é o particípio passado do verbo **supor**, proveniente do particípio passado latino **suppositu-**, do verbo **supponere** que, segundo Gaffiot (1934: s.v. **suppono**), significava:

- **colocar embaixo**:
  ... ***supponere*** *aliquid alicui rei* ‘colocar uma coisa sob a outra’ (Cic. Nat. 2, 124).
- **colocar alguém ou algo em lugar de**:
  ... ***supponere*** *aliquem alicui* ‘colocar alguém no lugar de outra pessoa’ (Pl. Curc. 256).
- **colocar no lugar, de modo falso**:
  ... *testamenta falsa* ***supponere*** ‘arranjar testemunhas falsas’ (Cic. Par. 43).

E, em sentido figurado:

- **submeter**

  ... *criminibus illis pro rege se* ***supponit*** *reum* ‘estas acusações ele as toma em lugar do rei’ (Cic., Dy. 42).

Pode-se admitir que a forma verbal **suposto**, seguida de uma sentença reduzida de infinitivo, por um processo metonímico tenha sido reinterpretada como preposição e assumido o conteúdo semântico concessivo, em virtude do seu emprego em sentenças negativas ou sentenças que precediam sentenças negativas.

Repetindo a reanálise já ocorrida com as formas verbais **dado** e **posto**, pode-se também admitir que a forma verbal **suposto** seguida de uma oração subordinada substantiva subjetiva, introduzida pela conjunção integrante **que**, mais uma vez, por um processo metonímico, tenha sido reinterpretada como constituindo com a referida conjunção um único item conjuncional causal, quando empregada em sentenças com verbos no indicativo.

Pode-se ainda supor ser o emprego da conjunção **suposto que**, fruto de uma analogia, em virtude da semelhança das formas **posto** e **suposto.**

O emprego da conjunção **suposto que** parece restringir-se ao séc. XVII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Suposto que (concessivo)						
Suposto que (causal)						

4.4.3.4 Sendo que

A formação de itens conjuncionais através da reanálise de um particípio passado seguido de oração subordinada completiva, iniciada pela conjunção **que**, data do séc. XV. No séc. XVII, reanálise semelhante ocorre com o verbo no gerúndio, dando origem à conjunção **sendo que** que aparece nos textos de Vieira, na forma ainda não gramaticalizada:

> *E faltando a El-Rey D. João por obrar todas estas cousas e* ***sendo*** *certo* ***que*** *as há de obrar, pois assim está profetizado, bem assentado parece que fica este segundo fundamento de nossa conseqüência.* (CVM, LXXXIII, l. 597-600).

ou já na forma gramaticalizada, estabelecendo uma relação de causa:

> *Não provaram neles os índios as frechas porque já sabem que as conchas de que estão armados são impenetráveis a elas,* ***sendo que*** *as frechas de cana, a que chamam tacoáras, não há saia de malha tão forte, nem tão dobrada que lhes resista...* (CVM, LXV, l. 486-90).

> *... e* ***sendo que*** *as canoas que haviam de ir à jornada eram duas, e os indios, mais de duzentos, para me descobrir uma canoa teve grande trabalho...* (CVM, LXV, l. 91-4).

Analisando os exemplos acima citados, percebe-se, claramente, como se operou a reanálise e a forma verbal associada à conjunção **que**, integrante, perdeu o seu valor semântico passando, por um processo metonímico, a constituir com ela um só item conjuncional, para expressar a relação necessária ao contexto.

sendo X que X = sendo certo que...
sendo que X = sendo que...

O fato de esse item conjuncional só ter sido documentado em textos do séc. XVII permite a suposição de que data, desta época, o seu emprego.

No português contemporâneo, ocorre expressando relações de adição e contrajunção:

> *... é daí que vem minha sobrinhada toda... meu irmão só teve dois filhos... um não tem filhos... e outro tem três... três sobrinhos netos...* ***sendo que*** *um é temporãozinho.* (RJ, inf. 386, l. 359-61) - adição.

> *Agora, a maioria aposentados,* ***sendo que*** *um do Tribunal Eleitoral que é o presidente, o Caminha, desembargador que o pai dele foi um grande professor....* (POA, inf. 143, 63-6) - adição.

> *... você, já havia dito pra gente que... o cenário às vezes não é muito importante... que muitas peças de trato são muito bem aceitas...* ***sendo que*** *elas não foram... não têm cenário certo?* (SP, DOC/Inq. 161, l. 562-5) - contrajunção.

Aparece ainda como encadeador da narrativa, com valor semântico contrajuntivo:

> *Mas para a época, eu acho que esta... estávamos tão bem nós naquela época como estão os de hoje.* ***Sendo que*** *eu acho que hoje evoluiu muito, mas nós não podiámos ter, naquela ocasião, naquele tempo, o que os alunos têm hoje, no ginásio.* (POA, inf. 006, l. 447-51) - contrajunção.

Muito empregada na língua falada do Brasil, **sendo que** estabelece, do mesmo modo, relações de adição e de contrajunção, em frases do tipo:

> *O diretor avisou a reunião aos professores, **sendo que** todos vão poder comparecer* - relação de adição.
>
> *Comprei dois lindos cachorrinhos de pelúcia, **sendo que** um vou dar a Maria* - relação de contrajunção.

Não foi, entretanto, documentada nos textos de língua falada consultados para esta pesquisa.

Parece ter sido usada, na língua portuguesa, a partir do séc. XVII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Sendo que (causal)						
Sendo que (contrajuntivo)						
Sendo que (aditivo)						

4.4.4 Conjunções de base nominal

Algumas conjunções da língua portuguesa, formadas com a associação da conjunção **que**, possuem uma base nominal. Umas são constituídas de (N) + **que** ou de (Det + N) + **que**; em outras, entretanto, o nome é precedido por uma preposição seguida de um artigo: (Prep + Det + N) + **que**.

4.4.4.1 Conjunções de base nominal independente

4.4.4.1.1 Caso que → caso

A conjunção **caso** provém do substantivo masculino latino **ca➲su→**- que, como afirma Gaffiot (1934: s.v. **ca➲su→s**), significava:

- **ação de cair**:
  *nivis **casus*** ‘queda de neve’ (Liv. 21,35,6).
- **chegada súbita**:
  *... ad omnes **casus** subtorum periculorum objetus* ‘expostos a toda espécie de chegadas de perigos súbitos’ (Cic. Fam. 6.4.3).
- **acidente**, **circunstância**, **conjuntura**, **ocasião**:

> *novi **casus** temporum* ‘novas conjunturas correspondentes às circunstâncias’ (Cic. Pomp. 60).

- **caso** (gramatical):

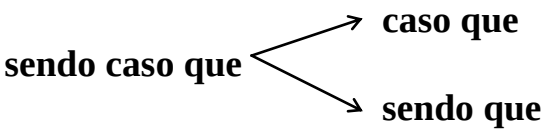
  ***casus** rectus* - nominativo.

Passou para o português, como explica Cunha (1985: s.v. **caso**), no século XV, significando, inicialmente, ‘acontecimento’, ‘fato’, ‘ocorrência’, ‘circunstância’, ‘dificuldade’, além de conservar o sentido de ‘caso’ gramatical. Assumiu, posteriormente, os sentidos de ‘faculdade’, ‘aventura amorosa’, ‘importância’, ‘desavença’ e passou ainda a fazer parte de lexias como ‘não fazer caso’, ‘não vir ao caso’.

Caso ocorre, em um documento do século XVI, especificamente na CT, CXIX, associado à conjunção **que**, constituindo a conjunção subordinativa condicional **caso que** a qual, segundo Said Ali (1921:219), é uma forma reduzida de **sendo caso que**:

> *... depois que entrey na ydade da Rezão, e pude conhecer quanta pera iso tynha, que he oferecer a vosa alteza, a vontade muy subjecta e obidiente a tudo o que me mãdar e de my↓ ouver seu serviço.E **caso que** estas palavras cõ as obras, de que outros podem dar testemunho, mostrem aver em my↓ a obidiencia que digo, todavia não me acabo de satisfazer, por que mayor he e muito mays conte↓ em sy do que posso escrever.* (CM, CLXXI, l. 10-5).

Sabendo-se que, inicialmente, **sendo que** podia ter, inserido, entre os seus termos, um item lexical, como foi visto anteriormente, pode-se supor que uma mesma estrutura tenha dado origem a duas conjunções portuguesas:



A primeira, empregada na língua desde o séc. XVI; a segunda, em uso a partir do séc. XVII.

Said Ali (*id. ibid.*:220) afirma que a conjunção **caso que** possuía também um valor semântico concessivo decorrente de **posto caso que**, especialmente entre os autores quinhentistas. Entretanto, não foi encontrada, no *corpus*, essa conjunção com esse específico significado.

No português contemporâneo, a conjunção **caso que** reduziu-se a **caso**. É, comumente, empregada em textos orais ou escritos, sendo mais freqüente nos textos de língua falada.

Ocorre, no registro coloquial e popular, como reforço da conjunção condicional **se**, em frases do tipo:

> *Devo me encontrar com ele hoje. **Se caso** ele não vier de tarde, vou telefonar de noite, para saber a resposta.*

Na gramaticalização desse item conjuncional parece ter havido, no século XV, além da recategorização:

substantivo + conjunção > conjunção

a sintaticização, isto é, uma reanálise, a nova interpretação do item na sentença e a semanticização: **caso** perdeu o seu conteúdo semântico de origem e assimilou o da conjunção **que**, condicional, formando com ela um único item, para expressar a relação de condição.

Posteriormente, ocorre um novo processo de gramaticalização e, à semelhança de outros itens conjuncionais do português, **caso**, já imbuído do valor semântico condicional, passa a ser empregado isoladamente sem a conjunção **que** da qual havia tomado, por metonímia, o conteúdo semântico.

Na história da língua portuguesa, outros itens conjuncionais parecem apresentar idêntica evolução

embora que > **embora**
em tanto que > **entanto**
enquanto que > **enquanto**
por isso que > **por isso**

Pode-se, assim, estabelecer o período de emprego desse item conjuncional na língua portuguesa:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Caso que						
Caso						

O fato de não ter ocorrido nos textos do século XVII impossibilita saber se, no referido século, a forma empregada era **caso que** ou **caso**.

A conjunção **caso** é empregada com freqüência no português falado ou escrito contemporâneo; não foi, entretanto, documentada nos textos de língua falada que serviram de *corpus* a esta pesquisa.

4.4.4.1.2 Mercee que

Constituída, segundo Corominas (1991: s.v. **merced**), do substantivo **mercee**, proveniente do substantivo semiculto latino **merce➲de-** associado à conjunção **que**, essa conjunção ocorre, uma única vez, no FR, documento do século XIII, expressando uma relação de concessão:

> *... ente↓dendo que muytas cydades e muytas uilhas e castellos de nossos reynos non ouuerõ foro ata o nosso tempo e juygasse↓ per façanhas e por aluidros departidus dos omees e per usos desguysados e sen dereyto de que uijã muitos danos e muytos maees aos omees e aos pobres e a todo o poboo, pedi↓donos **mercee que** lhys enmendassemos os usus seus que achassemos que era sen dereyto e que lles dessemos foros per que iulgasse↓m dereytamente des aqui adeante...* (FR, liv. I, l. 29-36).

Merce➲s, **merce➲dis** significava, em latim, como explica Gaffiot (1934: s.v. **merce➲s**):

- **recompensa**, **prêmio**:
  ... ***mercedem*** *missionis accipere* 'receber por prêmio de uma missão' (Cic. Verr. 5, 170).
- **paga**, **soldo**:
  ... ***mercede*** *docere* 'pagar suas lições' (Cic. De Or. 1, 126).
- **interesse**:
  ... ***mercedes*** *habitationum annuae* 'os aluguéis anuais' (Caes. C. 3,21,1).

O substantivo latino **merce➲s** passou ao português na forma **mercee** > **mercê**, significando 'paga', retribuição', 'soldo', podendo também significar 'favor', benefício', 'graça' ou 'arbítrio' e 'capricho', na expressão 'à mercê de alguém' (Michäelis (org) 1997, s.v. **mercê**).

No português arcaico, é freqüente o emprego desse substantivo, significando: 'graça', 'favor', 'benefício'.

O fato de ser o núcleo nominal da conjunção um item lexical bastante utilizado na linguagem jurídica permite supor ter sido esse item conjuncional, encontrado no FR, de emprego esporádico, motivado pela pressão informativa, tendo em vista o tipo de texto em que é empregado.

De qualquer modo, mesmo de emprego passageiro, essa conjunção é fruto de um processo de gramaticalização que evidencia a passagem de um item [+ concreto] para um [- concreto], através de um processo metafórico. O sentido de 'paga', 'recompensa', 'prêmio' que já traz implícito a idéia de concessão, determinou o valor semântico concessivo do item conjuncional **mercee que**. Houve, pois, a recategorização:

substantivo > conjunção

e a semanticização:

A associação com a conjunção **que** parece ter ocorrido por um processo analógico a outras conjunções que se associaram à conjunção **que**.

Como foi dito anteriormente, essa conjunção teve emprego limitado na língua, podendo a sua formação ter sido motivada pela pressão informativa, isto é, pelo teor jurídico do texto em que foi empregada.

O período correspondente ao emprego dessa conjunção, na língua portuguesa, pode ser visto no quadro abaixo:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Mercee que						

4.4.4.2 Conjunção constituída de (Det + N) + que

4.4.4.2.1 Uma vez que

Constituída de **Det + N + que**, essa conjunção ocorre, no *corpus* consultado para esta pesquisa, em um único diálogo do Projeto NURC/S.P:

> *... eu... e outros... que víamos naquilo mais uma questão de princípio... do que uma questão de ordem financeira, não aceitamos... não aceitamos força maior... **uma vez que** inclusive a escola era proprietária... do imóvel onde estava instalado o Liceu na sua última fase...* (Inf. 287, l. 164-9).

A palavra **vez** provém do latim **vice**- que, como afirma Gaffiot (1934: s.v. **vicis**), significava:

- **sucessão, alternativa**:
  *hac **vice** sermonum* ‘nestas alternativas de propósito’(Virg. En. 6, 535).

- **alternativa do destino:**
  *convertere humanam **vicem*** ‘mudar o jogo dos acontecimentos humanos’ (Hor. Epo. 5,88).

- **reciprocidade:**
  recito ***vicem*** *officii praesentis* ‘minha palestra vos apresenta a reciprocidade das boas atividades do momento’ (Cic. Sest. 10).
- **lugar, função, ofício**
  ad ***vicem*** *alicuyus accedere* ‘substituir alguém’(Cic. Leg. 2.48).

No ablativo, **vice** significava ‘substituir’, ‘em lugar de’:
salis ***vice*** ‘em lugar do sal’(Plin. 31.115)

Passou ao português, significando:

- **época**, **ocasião**:
  Não falei com ele daquela ***vez****.*
- **turno**:
  Fale um de cada ***vez****.*
- **alternativa**:
  Uma ***vez*** *faz isto, outra* ***vez*** *faz aquilo.*

É ainda empregada em expressões como:

Às vezes, ‘em certas ocasiões’
Chegar a vez ‘chegar a ocasião’
De vez ‘madura’
De vez em quando ‘de quando em quando’
Fazer as vezes de ‘substituir’
Perder a vez ‘não se apresentar na hora certa’
Ter vez ‘ter oportunidade’
Uma vez ‘certa ocasião’
Vez por outra ‘uma vez ou outra’

Na conjunção **uma vez que**, o sentido inicial de **uma vez** era, pois, um sentido temporal de ‘certa ocasião’.

Pode-se admitir, assim, ser a conjunção causal **uma vez que** fruto de uma reanálise isto é, da reinterpretação dos itens no período. A expressão **uma vez**, significando ‘certa ocasião’, ao ocupar a posição final numa sentença seguida de outra sentença iniciada pela conjunção causal **que**, foi reinterpretada como constituindo parte do item conjuncional. Nesse caso, **uma vez** perdeu o sentido temporal e assimilou, por um processo metonímico, o conteúdo semântico do **que**, formando com ele um só item conjuncional.

Tem-se, pois:

(i) sintaticização - nova interpretação do item no período.

(ii) semanticização - mudança de um conteúdo [+ concreto] ‘certa ocasião’ para um conteúdo [- concreto], o que expressa a relação de causa.

Percebe-se, ainda, a trajetória percorrida pelo item:

TEMPO > TEXTO

Já que não foram consultados textos dos sécs. XVIII e XIX, assinala-se, no quadro abaixo, a ocorrência do item conjuncional **uma vez que**, no séc. XX:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Uma vez que						

4.4.4.3 Conjunções constituídas de (Prep + Det + N) + que

4.4.4.3.1 À medida que

A conjunção proporcional **à medida que** é constituída da combinação da preposição **a** ao artigo **a** associada ao substantivo **medida** e à conjunção **que**.

À medida que ocorre nos textos de língua falada consultados, referentes aos diálogos do Projeto NURC/Brasil, o que permite a suposição de que o seu emprego é posterior ao séc. XVII. É freqüente no português escrito ou falado contemporâneo, estabelecendo uma relação de proporção.

> *Nós tínhamos tudo, **à medida que** era possível receber*. (POA, inf. 006, l. 325-6).

Apresenta, em Recife, a variante **na medida que**, o que prova não estar o referido item conjuncional ainda totalmente gramaticalizado.

> *... DAR aula... DAR aula é a gente dar e entregar alguma coisa... **na medida que** a gente adoece a gente chama o médico porque precisa dele...* (Re, 006, l. 244-7).

Medida é o substantivo português proveniente do particípio passado do verbo **medir**, do latim * **metire**, por **metiri**. (Michäelis (org) 1997, s.v. **medir**). Pode significar:

- **medição**:
  O litro é medida de comprimento.
- **objeto destinado a medir uma quantidade**:
  Tomou uma medida do remédio.
- **limite**:
  ... ultrapassar a medida.
- **norma**, **regra**:
  ... a justa medida.
- **moderação**:
  Agir com medida.
- **tamanho**:
  Tomar a medida de.
- **disposição**, **providência**:
  Tomou medidas imediatas.

É, pois, fácil compreender que, por um processo metafórico, a conjunção, tendo por núcleo o substantivo **medida** 'medição', 'limite' expresse um valor semântico de proporcionalidade. A associação com a conjunção **que** parece ter sido causada por um processo analógico, como em 'tantos outros casos'.

A mesma estrutura de **à medida que** possui a conjunção **à proporção que**, não detectada no *corpus*, constituída, possivelmente, por um processo analógico em que o núcleo da conjunção já indica a relação por ela expressa.

Adotando o mesmo procedimento empregado para a indicação do item anterior, **à medida que** e **à porporção que** aparecem datadas do séc. XX, uma vez que não foram consultados textos dos sécs. XVIII e XIX.

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
À medida que						
À proporção que						

4.4.4.3.2 Ao tempo que
Ao passo que

Constituída da combinação da preposição **a** ao artigo **o** com o substantivo **tempo** (do lat. **tempu**-) seguida da conjunção temporal **que**, **ao**

tempo que ocorre uma única vez no FR (século XIII), estabelecendo uma relação de tempo.

> *Pero se alguu ome disser ao alcayde que á testimonhas dalguu preyto e á medo de as perder per morte ou per enfirmidade ou que se yrã da terra de guisa que as nõ auera quando as ouuer mester (fol. 94v) recebaas o alcayde e façaas iurar e ouçaas e escreva as parauoas que dissere↓ pello scriuã da uilla e o alcayde serre a carta cu↓ seu seello e quando ueere↓ ao preyto* ***ao tempo que*** *deue↓ seer as firmas dadas se fore↓ uiuas as testemõnhyas digãno todo de cabo e nõ ualha aquel scripto [...]* ... (FR., liv.II, 1.493-500).

Pode-se supor que esta conjunção, sinônima de **enquanto**, tenha sido formada pela pressão da informatividade, pela necessidade de clareza na expressão das idéias, tendo, contudo, caído em desuso.

Pode-se supor ainda que a locução adverbial **ao tempo** (hoje, **a tempo** 'no devido tempo') tenha se reunido à conjunção **que**, temporal, que inicia a oração seguinte.

Desse modo, ter-se-ia, como em muitos outros casos, uma sintaticização provocada pela reanálise do período e das orações que o constituem.

As orações do período citado anteriormente, interpretadas, de início, como:

> *... e quando veere↓ ao preyto* ***ao tempo /que*** *(temporal=quando) deve seer as firmas dadas se fore↓ uiuas as testemõnhyas digãno todo de cabo e nõ ualha aquel scripto... [...]...*

teriam passado a ser interpretadas como:

> *... e quando veere↓ ao preyto/****ao tempo que*** *deve ser as firmas dadas se fore↓ vivas as testemonhyas digãno todo de cabo e no valha aquel scripto [...]...*

A gramaticalização da locução adverbial ocorreu por um processo metafórico que utilizou o substantivo **tempo** para a constituição de uma locução de valor semântico temporal: 'no exato momento', 'no devido tempo'. Percebe-se a escala crescente de abstratização ocorrida na passagem do substantivo **tempo** à locução **ao tempo** 'no devido tempo' e a transformação do item lexical **tempo** em termo constituinte de um item gramatical, a locução adverbial **ao tempo**.

Na gramaticalização dessa locução ocorreram, pois, os processos de:

1. recategorização:
   (**a** + **o**) + **tempo** > **a tempo**
   (prep.+ art) + subs. > loc. adverbial
2. sintaticização: mudança de função sintática e redistribuição na sentença;
3. semanticização: mudança de conteúdo semântico de [+ concreto] para [- concreto].

Uma nova gramaticalização ocorreu com a associação da locução adverbial **ao tempo** à conjunção temporal **que**. Houve:

uma nova recategorização:

ao tempo	+	**que**		**ao tempo que**
locução adverbial de tempo.	+	conjunção temporal	⟩	conjunção temporal

uma nova sintaticização - uma reanálise, uma nova distribuição do item na sentença;

uma nova semanticização - a locução adverbial perdeu o seu conteúdo semântico de ‘no devido tempo’, associou-se à conjunção temporal **que** = ‘quando’ e adquiriram as duas juntas, o novo conteúdo semântico de ‘enquanto’.

O português contemporâneo conserva a locução adverbial **ao tempo**, na forma **a tempo**, em que houve a perda do artigo, talvez por analogia a outras locuções adverbiais, como: **a cavalo, a pé**, **a esmo**, **a rodo**, e outras, e a conjunção **ao tempo que**, que ocorre também, na língua falada, com o reforço do demonstrativo **mesmo**, na forma **ao mesmo tempo que**.

O fato de poder haver a inserção de um item gramatical entre os termos da conjunção permite concluir não estar ainda o item conjuncional **ao tempo que** devidamente gramaticalizado. O acréscimo do demonstrativo **mesmo** reforça a idéia de concomitância entre os fatos expressos nas duas orações por ele ligadas.

Na língua falada, **ao tempo que** assume a forma **ao tempo em que**, o que é mais um argumento em favor da hipótese de que a gramaticalização ainda não está concluída.

Um terceiro argumento reside no fato de ser empregada, no português contemporâneo, alternando com a conjunção **ao tempo que**, a conjunção **ao passo que**, formada pela substituição do núcleo nominal por outro de conteúdo semântico similar.

Passo provém do latim **passu-** e significa ‘passo’, ‘movimento de cada um dos pés quando se caminha’. Cunha (1989: s.v. **passo**) afirma que, no século XIII, **passo** era também empregado significando ‘o ato de andar’, ‘passagem’.

À idéia de espaço contida no substantivo seguiu-se a idéia de tempo que expressa a conjunção. Houve, pois, a recategorização:

substantivo > conjunção

e a escala de abstratização

ESPAÇO > TEMPO

A conjunção **ao passo que** ocorre na língua falada do Brasil e de Portugal:

> *... então talvez seja mais fácil... éh: levar o problema à direção e que ele possa realmente ser solucionado... **ao passo que** em unidades... separadas como são a maioria uma das universidades daque...*(Re, inf. 283, l. 145-9).

> *... porque a mulher... geralmente tem muito medo das cobras e a cobra quanto mais medo sente a pessoa mais a ataca, e **ao passo que** o homem... não faz mal (...)* (PF, inf. 0564, l.33-5).

Almeida (1978:362) aponta o sentido adversativo que, algumas vezes, assume essa conjunção, em frases do tipo:

> *João é estudioso, **ao passo que** Antonio não é.*

Pode-se, entretanto, interpretar a conjunção, nessa frase, também como conjunção temporal:

> *João é estudioso, enquanto Antonio não é.*
> *ao tempo que*

Admitindo o sentido adversativo da conjunção, admite-se também ter havido ainda uma maior abstratização, uma vez que a conjunção perde o valor semântico temporal intrínseco do substantivo que lhe deu origem e, por influência da negação, passa a expressar a idéia de contrajunção, concluindo, assim, a escala:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO

Embora a conjunção **ao tempo que** só tenha ocorrido num texto do séc. XIII, o fato de ser amplamente empregada no português escrito ou falado do século XX e de aparecer no elenco das conjunções apresentado pelos gramáticos contemporâneos permite a suposição de que o seu emprego tenha sido contínuo desde o século XIII. O emprego de **ao passo que**, entretanto, parece ser posterior ao séc. XVII.

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Ao tempo que						
Ao passo que (temporal)						
Ao passo que (adversativo)						

4.4.4.3.3 De guisa que
De feição que
De forma que
De maneira que
De modo que
De sorte que

Um certo número de conjunções portuguesas são constituídas da preposição **de** + **N** + **que**. Esse tipo de formação ocorre na língua portuguesa desde a sua documentação escrita, no séc. XIII, e continua sendo um procedimento produtivo, no português contemporâneo.

De guisa que

Empregada nos sécs. XIII e XIV, essa conjunção apresenta as variantes **em guisa que** e **per guisa que** e tem, como núcleo, o substantivo **guisa**, proveniente do germânico ocidental **wisa** ‘moda’, ‘maneira’.

A perfeita coincidência de forma e sentido entre os representantes de **wisa** em todas as línguas românicas leva a admitir, como afirma Corominas (1991: s.v. **guisa**), que todas as formas provenham de uma fonte única, o latim popular, que teria tomado a palavra do germânico ocidental falado pelos soldados auxiliares do Império.

De guisa que apresenta ainda, apenas no séc. XIII, as variantes **di guisa que** e **de guisa**... **que**. Esta última oferece a possibilidade de inserção de itens lexicais entre os seus termos, o que parece indicar uma

fase de pré-gramaticalização, em que a gramaticalização do item, como conjunção, ainda não havia sido concluída.

> *Pois que foram asunados no chão de Camaalot, começarom-se a ferir das lanças* ***de guisa que*** *muitos veriades i cair.* (Dem. Cap. XXII, l. 09-11).

> *Pero se diuida algu↓a dever e nõ ouuer onde a pagar, mandemos que a recabede↓ per person ou* ***per guisa que*** *seya sen pe↓a do corpo ata que pague// (fol.134 r) o que deue.* (FR. liv. IV, l. 256-4).

> *"Ora", disse Gallaz, "nos leve i Nosso Senhor* ***en guisa que*** *seja saude das nossas almas!"* (Dem., XDIX, l. 31-2).

> *Estabelecemos e mandamos que todos os casamentos se façam per aquellas paravoas que manda a Sancta Eygreya e os que casare↓ seyã taes que possã casar se↓ peccado e todo casamento façasse conhoçudamente e nõ a furto e* ***di guisa que*** *se for mester que sse possa prouar per muytos*. (FR, liv. III, l. 18-22).

> *Se algu↓u ome↓ quiser fazer moinho en sa herdade* ***de guisa*** *faça* ***que*** *non faça dano a nenguu outro.* (FR. liv. III, l. 218-0).

Nesse exemplo, o item **de guisa... que** pode também ser interpretado como expressando uma relação de conseqüência 'de tal forma... que'.

De vida curta, a conjunção **de guisa... que** parece ter caído em desuso no séc. XIV, sendo substituída, no século seguinte, pela conjunção **de maneira que**, a qual, no séc. XVI, apresenta ainda a forma **de maneira... que**, não gramaticalizada. É ainda empregada no português contemporâneo escrito ou falado:

> *Este rrei dom Pedro era muito gago; e foi sempre grande caçador e monteiro, em sendo effante e depois que foi rrei, tragendo gram casa de caçadores e moços de monte e d'aves e caães* ***de*** *todas* ***maneiras que*** *pera taaes jogos eram pertencentes.* (CDP, Cap. I, l. 11-4).

Como se pode observar, no séc. XV, o item conjuncional não havia ainda concluído o seu processo de gramaticalização, permitindo a inserção de itens gramaticais entre os seus termos componentes e a concordância do substantivo com o pronome indefinido que o precede.

No séc. XVI, **de maneira que** já demonstra a gramaticalização concluída, e ocorre como encadeador da narrativa ou como conjunção.

> *E, perguntádo, pelo costume, disse: nichil.* ***De maneira que****, quando um moço sái da escola, nam fica com nichil, mas póde fazer milhor u↓a*

> *demanda que um soliçitador délas, porque mama estas doutrinas católicas no leite da primeira idade.* (DNLN, p.407, l. 08-11).

> *E, paréçe que como sam conçebidos em tristeza, que assi mortificam os espíritos,* ***de maneira que*** *empédem a língua pera negar, as mãos pera defender, e os pés pera fo/gir.* (DVV, p. 448, l. 19-21).

Nas CJ, séc. XVI, aparece a conjunção **de feição que**, de idêntico teor semântico:

> *E se sua alteza tem võtade que eu Receba d'elle esta merce, seja esta Resposta* ***de feição que*** *me pareça a mi↓ que quer sua alteza conclusão;* (CJ, LXXXIX, l. 71-3).

Essa conjunção, entretanto, ocorreu uma única vez no *corpus* consultado para esta pesquisa.

Nos textos do séc. XVII, encontra-se a conjunção **de sorte que**, de idêntico valor semântico, ainda empregada no português contemporâneo, ao lado da conjunção **de maneira que**. Além de ser empregada como conjunção, **de sorte que** ocorre também como encadeador da narrativa:

> *As correntes aqui são muito arrebatadas, a largura do rio, quase a mesma, mas menos limpa por estar todo ele embicado de pedras, que não deixam de fazer grande estorvo à navegação. O rumo com que navegamos estes dias é inclinado cada dia mais para a leste,* ***de sorte que****, ao amanhecer, já o Sol é quase pela proa.* (CVM. LXV, l. 705-7).

> *Os índios menos mal instruídos eram os que assistiam nas aldéias, que antes tinham sido frequentadas dos nossos padres antigos, ainda que também nelas estava quase perdido o uso dos sacramentos, por falta de quem lhos administrasse.* ***De sorte que*** *achei a maior parte dos índios, que vivem entre os portugueses, como se então acabaram de descer do sertão, e como alguns vícios demais, que se lhes pegaram dos mesmos portugueses.* (CVM, LXIV, l. 841-8).

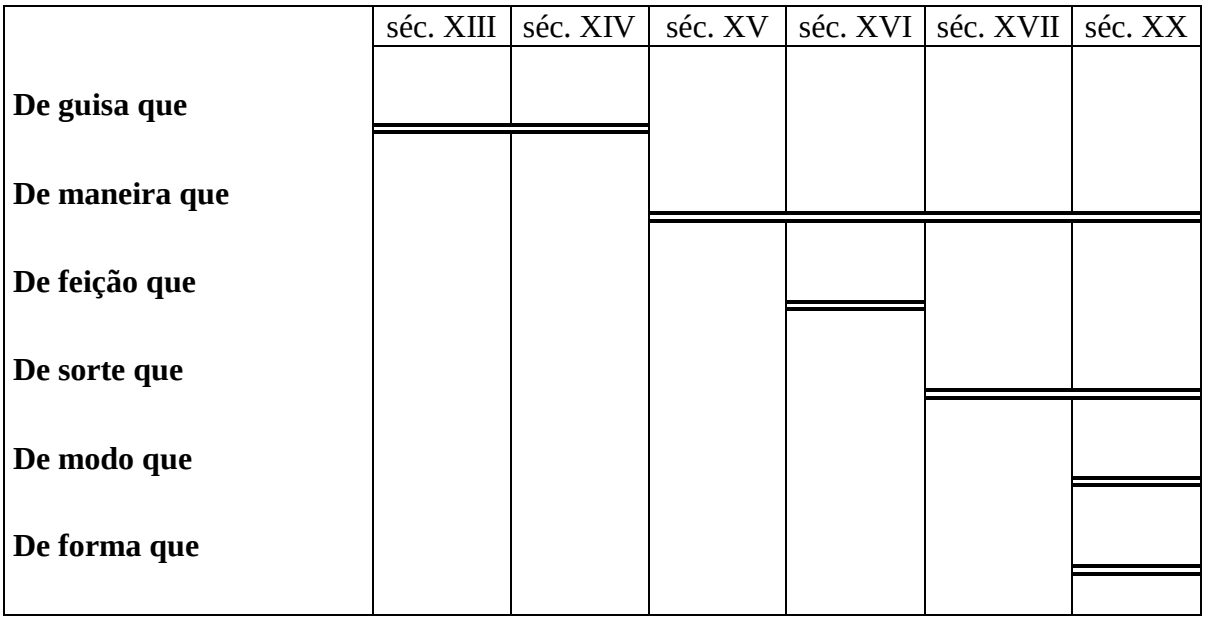
Nos textos do português falado que serviram de *corpus* para esta pesquisa ocorrem, repetidas vezes, ao lado das conjunções **de maneira que** e **de sorte que**, as conjunções **de modo que** e **de forma que ~ de formas que**:

> *... achava bonito...* ***de modo que*** *houve uma... uma fase que eu estranhei essa coisa de... de eles não usarem mais paletó...* (RJ, inf. 128, l. 227-9).

> *... esses móveis têm que estar bem localizados em... em termos, assim, de... eh... não estarem, assim, muito expostos a sol e estarem, assim,* ***de***

> ***forma que*** *possam receber uma iluminação durante o dia, assim, satisfatória, uma...* (SSA, inf. 224, l. 655-8).
>
> *... e por falta de uma capaci... de uma capacitação talvez técnica ou de orientação dos professores... não vá suprindo essas dificuldades que ele vai sentindo...* ***de formas que****... vai levando, vai levando...* (Re. inq. 256, l. 19-22).

Tem-se pois a seguinte escala de substituição:



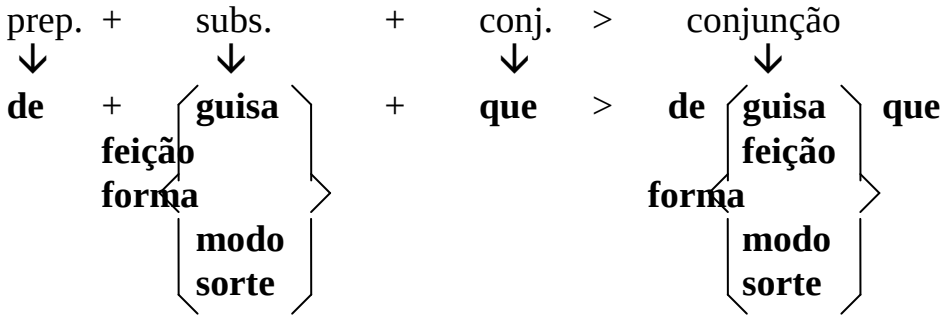
Nota-se que todas as conjunções são formadas com substantivos pertencentes à mesma área semântica e que expressam a mesma relação de modo.

É interessante observar que, nos DIDs do projeto NURC consultados para esta pesquisa, a conjunção **de forma que** ocorre em um inquérito de Salvador e em um de Recife, sob a forma **de formas que**; **de sorte que** ocorre, repetidas vezes nos inquéritos de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, assim como **de modo que**; **de modo que** ocorre também em S. Paulo, mas, **de maneira que** foi a forma empregada, sendo a forma mais empregada, também, em todo o Brasil.

Nos inquéritos do PF, **de maneira que** é a única conjunção modal empregada. Com base nesses dados, pode-se afirmar ser a conjunção **de maneira que** a conjunção modal por excelência, que, entretanto, não está ainda totalmente gramaticalizada, permitindo a substituição do núcleo nominal por palavras sinônimas, uma vez que, nesse caso, o significante pode corresponder a vários significados.

Houve, pois, como havia ocorrido com **de guisa que**:

1. recategorização



2. sintaticização - interpretação do item como conjunção;

3. semanticização - o significado da palavra **guisa** e, posteriormente, o da palavra **maneira**, por um processo metafórico de crescente abstratização, determinaram a relação de modo expressa pelos itens conjuncionais. A associação com a conjunção **que** parece ter sido, mais uma vez, determinada por um processo analógico a outros itens conjuncionais da língua portuguesa, constituídos com a associação desse item conjuncional subordinativo.

4.4.5 Conjunção com elemento pronominal

4.4.5.1 Cada que

Uma única conjunção formada com a associação da conjunção **que** teve, nos seus primórdios, uma base pronominal.

Constituída do indefinido **cada** (do latim **cata**, derivado da preposição e advérbio gregos **kata** ‘de alto a baixo’, ‘durante’, ‘segundo’) associado à conjunção **que,** essa conjunção, ocorre no *corpus*, com valor semântico temporal, desde o séc. XIII:

> *Ca as novas desta besta, que me agora dissestes, me confondem* ***cada que*** *ouço e me nembro dellas.* (Dem., Cap. CXXIII, l. 17-8).

> *E* ***cada que*** *avia d’ir a algu*➲*u logar tomava a mais displizel besta que el podia achar.* (DSG, 1.7.21).

A partir do séc. XV, a conjunção **cada que** assume, em português, a forma **cada vez que**, talvez pelo fato de que, sendo um pronome, **cada** tenha exigido um núcleo nominal a que pudesse referir-se. O conteúdo

semântico original da conjunção, entretanto, continuou a ser o mesmo, indicando a iteração no mesmo intervalo de tempo:

> *... e que sse ajudassem hu ➲u ao outro per mar e per terra* ***cada vez que*** *rrequerido fosse.* (CDP, Cap. XLIII, l. 89-90).

No séc. XVI, apresenta ainda a variante **quada vez que:**

> *Tam empremyda tenho na mynha famtesia a devaçam de sser nesta batalha por amor de Deos, que* ***quada vez*** *que cuydo mais nesta materea, se me Representa mayor tristeza de nã ser.* (D.A., Cap. XI, l. 01-4).

Segundo Machado (1967: s.v. **cada**), a forma **cada** foi provavelmente introduzida pelos mercadores gregos, ao largo do Mediterrâneo, em frases como **cata unum, cata três**.

Corominas (1991: s.v. **cada**) afirma que, no latim falado, **cada** foi empregado inicialmente com valor adverbial, como no grego, passando depois a adquirir o valor pronominal de 'único' a partir do emprego **cata unum**, bastante generalizado na época.

Como um pronome, passou a ser empregado como adjetivo ou substantivo. O autor se refere à locução **cada que**, empregada no espanhol medieval e que ainda sobrevive no norte da Argentina.

Trata-se, para Gaffiot (1934: s.v. **cata**) e Ernout e Meillet (1951: s.v. **cada**) de um empréstimo da baixa latinidade cristã, de sentido temporal:

> *Cata mane* (Ezech. 46,14) 'todas as manhãs'.

ou distributivo:

> *Cata unum* 'cada um'.

que possuía ainda o valor semântico de 'segundo':

> *evangelium cata Matheum* 'evangelho segundo Mateus' (Cypr. Testem. 1,10).

Assim como o indefinido **qualquer, cada** refere-se a indivíduo ou indivíduos tomados indiferentemente dentre outros da mesma espécie.

Segundo Said Ali (1966:117) **cada** apresenta-se, geralmente, seguido de **um** ou **qual**, podendo também ser seguido de um substantivo. Nesse último caso, o português arcaico mantinha o artigo indefinido:

> *cada um ano*

Outra particularidade do português arcaico, apontada, pelo autor, é a variabilidade de número do artigo, ao ser empregado com o pronome indefinido **cada**:

Cada huns pera suas casas. (Zurara, Inéd. 2,480).

Dias (1954:92) salienta, no emprego de **cada**, além do fato de esse item ser empregado no português contemporâneo, apenas como adjetivo e ocorrer como substantivo, unicamente nas lexias **cada um** e **cada qual,** o fato de que também já não é empregado com o plural **uns**.

Na língua falada é usado em empressões do tipo:

Você tem cada uma! 'você inventa ou diz cada coisa diferente!'

Cada substituiu o artigo distributivo **senhos** (de **singulos**, que apresentava as variantes **senhes** e **sendos**) cuja significação era 'cada um o seu' o qual, segundo Said Ali (1921:59) teve ainda certa aceitação entre os quinhentistas, caindo em completo desuso, do séc. XVII em diante.

Na história do pronome indefinido **cada**, parece ter havido, no início, um processo de desgramaticalização, isto é, a passagem de um item mais gramatical a um item menos gramatical:

kata (grego) >	cata (latim) >	cata (latim) >	cada (português)
↓	↓	↓	↓
preposição	advérbio	pronome	pronome
advérbio			

Percebe-se a trajetória percorrida pelo item, ainda no latim:

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO
↓		↓		↓
'de alto a baixo'		'durante'		'segundo'

Do sentido espacial 'de alto a baixo', o item adquiriu sentido temporal 'durante' e finalmente o sentido nocional de distributivo ou de 'segundo'.

Posteriormente, por pressão pragmático-discursiva **cada** passou a fazer parte da expressão **cada uma** 'cada coisa', empregada na língua falada.

Ao associar-se à conjunção **que**, temporal, tem-se então uma gramaticalização caracterizada pela:

1. recategorização
   pronome + conjunção > conjunção
   ↓ ↓ ↓
   cada + **que** > **cada que**

e, posteriormente, por uma nova recategorização:

pronome + substantivo + conjunção > conjunção
↓ ↓ ↓ ↓
cada + **vez** + **que** > **cada vez que**

2. sintaticização - reanálise do item na sentença: o item **cada** pertencente a uma sentença seguida da conjunção **que,** temporal, iniciando a sentença seguinte, por um processo metonímico, assimila o conteúdo semântico da conjunção, passando a constituir com ela um único item conjuncional. Tem-se assim, numa primeira fase:

> *E se alguas das partes s'agrauar e se alçar, possa enmendar* ***cada / que*** *(=quando) quiser ante que o preyto do alçamento uenha ante aquel que o á de juygar.* (FR, liv. II, l. 126-8).

e, numa segunda fase:

> *E se alguas das partes s'agrauar e se alçar, possa enmendar /* ***cada que*** *quiser ante que o preyto do alçamento uenha ante aquel que o á de juygar.* (FR, liv. I, l. 126-8).

3. semanticização: mudança de conteúdo semântico, em conseqüência da sintaticização.

O item conjuncional **cada que**, pois, empregado nos sécs. XIII e XIV, assumiu, no séc. XV, a forma que apresenta no português contemporâneo: **cada vez que**:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Cada que						
Cada vez que						

4.5 Conjunção formada com a associação da conjunção <u>como</u>:

4.5.1 Assim como

Associando-se à conjunção **come ~ como**, o advérbio **assy ~ assi** dá origem à conjunção modal ou comparativa **assy come ~ assy como**, empregada desde o séc. XIII. Com valor modal, é o conectivo mais utilizado nos textos arcaicos consultados. Apresenta-se também constituindo as correlações **assy... come ~ assi... como**, e **assy como... assy ~ assi como... assi**, também de valor semântico modal (cf. 4.8.2) ou as correlações **assy... come ~ assi come ~ assim como** que ocorrem com valor comparativo, em textos dos sécs. XIII a XVII.

No FR (séc. XIII) aparece com o segundo termo repetido, estabelecendo a comparação, não apenas entre dois sintagmas, mas entre três:

> *Quando algue ↓ morrer sen manda, os yrmaos igualme ↓ te erde ↓ conos yrmaos **assy** na bõa do padre **come** da madre **come** ena dos outros parentes se fore ↓ en ygual grao*. (FR, liv. III, l. 496-8).

Assim como é considerada, pelos gramáticos contemporâneos, como uma conjunção comparativa, embora, em certos casos, seja evidente o seu valor modal. Como conjunção comparativa ou modal, é, hoje, de uso freqüente na língua escrita ou falada.

Pode-se dizer ter havido também uma reanálise, um procedimento de reinterpretação que fez com que, associando-se à conjunção modal **como**, o advérbio **assi**, que já expressava a idéia de modo, tenha reforçado ainda mais este valor semântico; pelo mesmo processo metonímico, associando-se à conjunção **como**, com valor comparativo, tornou-se conjunção comparativa.

Tem-se assim:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Assim como (modal ou comparativa)						

4.6 Itens conjuncionais com elemento negativo

Duas conjunções **a não ser** e **a não ser que**, possuem, na sua estrutura um elemento negativo. Também são formadas com um elemento negativo, algumas correlações que serão estudadas oportunamente.

4.6.1 A não ser
A não ser que

As conjunções **a não ser que** e **a não ser** só foram documentadas nos diálogos do Projeto NURC (séc. XX).

A não ser, considerada pela N.G.B. como locução denotativa de exclusão, no *corpus* analisado, ocorre com o valor de 'exceto', podendo, às vezes, admitir um sentido de contrajunção e ser interpretada como uma conjunção adversativa:

> *... bota de sete léguas... tinha desaparecido... mas **a não ser** esse fato... num: nunca vi desastre... graçàs a Deus...* (Re, inf. 210, l. 521-2). - expressão denotativa de exclusão 'exceto'.

> *... normalmente eles colocam abacaxi... colocam mamão... **a não ser** às vezes eles colocam melancia...* (RJ, inf. 128, l. 335-6) - conjunção adversativa 'porém'.

Pode-se perceber perfeitamente o diferente emprego de **a não ser** nos dois exemplos acima. No primeiro, o item **a não ser** está precedido da conjunção adversativa e seguido de um sintagma nominal, podendo significar 'exceto', 'se não for'; no segundo, a conjunção adversativa já não aparece, o 'a não ser' ocupa o lugar da conjunção e não pode ter o mesmo significado do precedente. Parece, pois, nesse caso, tratar-se, de uma conjunção adversativa.

Nota-se ainda que, quando a locução **a não ser** é empregada com valor semântico de contrajunção, o verbo **ser** parece ter a função de evitar a repetição do verbo da oração precedente:

> *... normalmente eles colocam abacaxi... colocam mamão... **a não colocar** (essas frutas) às vezes eles colocam melancia...*

o que não ocorre quando **a não ser** é uma locução denotativa de exclusão.

É possível admitir, assim, ter havido uma primeira reanálise e ser a locução denotativa **a não ser** oriunda de um processo metafórico que determinou a aquisição de um conteúdo semântico de 'exclusão', a partir da negação que a constitui. Posteriormente, uma nova reanálise ocorreu: a

locução denotativa de exclusão, empregada, com freqüência, após a conjunção adversativa, por um processo metonímico, assimilou o conteúdo semântico da conjunção, tornando-se um item conjuncional contrajuntivo.

Pode-se, entretanto, também supor que, nesse segundo exemplo, **a não ser** seja ainda a locução denotativa 'exceto' e que tenha havido a elipse da adversativa **mas** e do pronome **isso**:

> *(mas)* ***a não ser*** *(isso).*

interpretação que anula a existência do item contrajuntivo.

A não ser ocorre, também, no *corpus*, seguida da conjunção **que**, constituindo um item conjuncional condicional:

> *Bom, os paletós... eh... usaram muito tempo o jaquetão que era aquele paletó transpassado, com quatro ou seis botões; hoje, está praticamente abolido,* ***a não ser que*** *venha uma nova moda.* (SSA, inf. 203, l. 053-5).

Houve, pois, uma terceira reanálise e, por um processo metonímico, a locução **a não ser**, seguida da conjunção condicional **que**, como explica Said Ali (1966:222), deslocou-se para a sentença seguinte, atraída pelo item conjuncional, e assimilou o valor desse item, passando a constituir com ele um novo item conjuncional com o mesmo valor semântico.

Embora não seja mais empregada, isoladamente, no português contemporâneo, a conjunção condicional **que**, como já foi visto anteriormente, era bastante empregada no português arcaico e ainda ocorre na comparativa **como que**, empregada na língua falada do Brasil (cf. 4.1).

No processo de gramaticalização do item **a não ser,** nota-se que houve:

1. uma recategorização:

preposição	+	advérbio de negação	+	verbo de ligação	>	locução denotativa
↓		↓		↓		↓
a	+	**não**	+	**ser**	>	**a não ser**

2. uma sintaticização - isto é, uma reanálise ou reinterpretação dos três itens com um único, com a função sintática de locução denotativa de exclusão;

3. uma semanticização - aquisição do conteúdo opositivo, de exclusão ou contrajunção, como em:

> *... hoje está praticamente abolido* ***a não ser que*** *venha uma nova moda*

equivalente a

> *... hoje está praticamente abolido, **mas** (só estará abolido)/ **se** vier uma nova moda*

que teria sido reinterpretado como:

> *... hoje está praticamente abolido se vier uma nova moda.*

Posteriormente, como já foi explicitado, novas reanálises ocorreram determinando o surgimento dos itens conjuncionais ‘a não ser’ adversativo e ‘a não ser que’ condicional, esse último, envolvendo uma nova recategorização:

locução denotativa de exclusão + conjunção > conjunção
↓ ↓ ↓
a não ser + **que** > **a não ser que**

A locução denotativa de exclusão ou a conjunção adversativa (se assim for considerada) e a conjunção subordinativa condicional parecem datar, como já foi explicitado, do séc. XX ou de época posterior ao séc. XVII.

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
A não ser						
A não ser que						

4.7 Conjunções provenientes de sintagmas

Duas conjunções da língua portuguesa são provenientes de sintagmas: uma, de um sintagma nominal: **todavia**; outra, de um sintagma preposicional: **embora**.

4.7.1 Conjunção proveniente de um SN

4.7.1.1 Todavia

Proveniente do sintagma latino **tota- via-**, 'em todo o caminho', ocorre no *Cancioneiro da Ajuda* com o significado de 'de toda maneira' (*apud* Nascentes 1932). Passou, posteriormente, a advérbio, significando 'completamente'.

Como advérbio, ocorre na *Demanda do Santo Graal* (séc. XIII), apresentando, por vezes, a forma já gramaticalizada ao nível da escrita:

> *E o campo enderedor dele era ja todo tento de sangui assi que el nom atendia ja se morte nom; e* ***toda via*** *sofria e endurava asi com aquel que de gram coraçom era.* (Cap. DLXX, l. 25-8).

> *E o homem que* ***todavia*** *o ajudava lhe disse: "Filho, este é o departamento que vos eu dizia.* (Dem., Cap. CCCXCIX, l. 18-9).

De advérbio, passou a conjunção, e ocorre na CDP, séc. XV, estabelecendo oposição a fatos expressos anteriormente:

> *... e el rei d'Aragom com todas suas gentes aguardavam em terra por ellas, creendo* ***todavia****, por o vento sse esforçava cada vez mais, que de todo ponto eram perdidas.* (CDP, Cap. XXXV, l. 36-9).

Nesse mesmo século é ainda empregada como advérbio:

> *... e mandava-lhe que nom vehesse ante elle ata que* ***todavia*** *lh'o trouvesse aa maão.* (CDP, Cap. VI, l. 21-2) - advérbio

Vê-se, pois, que, no decorrer do tempo, houve uma gramaticalização que englobou os seguintes processos:

1) morfologização - justaposição dos dois termos do sintagma nominal em uma só palavra;

2) recategorização - passagem de sintagma nominal a advérbio, de um item lexical, pois, a um item gramatical;

3) semanticização - mudança de conteúdo semântico que acompanha a recategorização:

sintagma nominal > advérbio > conjunção
↓ ↓ ↓
em todo o caminho > completamente > sentido de oposição ao que é afirmado anteriormente

4) sintaticização - distribuição na sentença de acordo com a categoria gramatical que representa.

Observa-se a escala de abstratização crescente, obedecendo à trajetória:

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

uma vez que, 'em todo caminho' correspondia a uma noção de espaço maior. Percebe-se a atuação da metáfora na mudança de sentido de 'em todo caminho' para 'de toda maneira' e, por fim, para 'completamente'.

Pode-se admitir que a passagem de advérbio a conjunção adversativa tenha sido provocada por um processo metonímico, isto é, pelo emprego do item em sentenças negativas ou em sentenças precedidas ou seguidas por sentenças negativas. Uma vez conjunção, estabelecendo uma relação de contrajunção, o item **todavia** passou a ser empregado também em sentenças afirmativas para expressar a mesma relação. Como item conjuncional, **todavia** ocorre, na língua portuguesa, desde o séc. XV:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Todavia						

Said Ali (1964:223) rejeita a idéia de incluir **todavia** no rol das conjunções adversativas, uma vez que a sinonímia com a conjunção **mas** é imperfeita, o que pode ser comprovado pelo fato de essa partícula poder ser empregada com a referida conjunção. Para o autor, *esta partícula parece ocupar uma posição intermediária entre o advérbio e a conjunção e não ser, propriamente, um item conjuncional*.

4.7.2 Conjunção proveniente de um SP

4.7.2.1 Embora

O advérbio e a conjunção **embora** provêm da expressão **in bona hora > em boa hora**, usada na época medieval, e oposta a **em má hora**. Esses usos estavam ligados, segundo Said Ali (1966:189), à crença de que as ações humanas eram bem ou mal sucedidas, dependendo do momento em que eram realizadas.

Segundo o supracitado autor, a necessidade de desabafar o mal-querer fez com que a expresão **em hora má**, na boca do povo, se tornasse freqüente e viesse a aglutinar-se em um só vocábulo: **eramá**, **ieramá**, **aramá**, e até mesmo na forma **amará,** atestada em Gil Vicente. Essas formas, entretanto, desapareceram do uso. Talvez, por terem sido formas mais empregadas na linguagem coloquial e popular não foram encontradas nos documentos do período arcaico ou moderno da língua, consultados para esta pesquisa.

Quanto à expressão **em boa hora**, fundiu-a, também como explica Said Ali, o uso, no advérbio **embora**, que foi adotado pela língua escrita.

Tem-se, assim, um exemplo nas CIL, texto do séc. XVI:

> *Ela sera **embora**, e emtã vos dyrey o mays que nesta fyca por dezer, por m'o tempo nã dar lugar a mays.* (CIL, I, l. 08-9).

Said Ali (*ibid*. 190) afirma que o advérbio **em boa hora**, **embora**, **imbora**, era usado comumente com o verbo **vir** ou com verbos de estado, até o séc. XVII, como ocorre no seguinte exemplo de Vieira, citado pelo autor:

> *Queria Christo introduzir o Sacramento, e lançar fora o cordeiro da Ley, e para isso permithio que o cordeiro estivesse **embora** na mesma mesa com o Sacramento...* (Sermões 11, 422).

Embora era ainda empregado em orações optativas e outras para indicar uma possibilidade para a realização do fato, ou melhor, indicar a não-oposição do indivíduo ao cumprimento do fato, como se pode verificar no exemplo de Gil Vicente, citado pelo autor, e no exemplo de Vieira, encontrado no *corpus* desta pesquisa:

> *Ria **embora** quem quizer, que eu em meu siso estou* (Gil Vicente).

> *Zombem e não gostem **embora**, e façamos nós nosso ofício* (SS, 894-5).

Desse emprego, por um processo metonímico, procedeu, possivelmente, o emprego da forma como conjunção concessiva. Houve uma reanálise, uma nova interpretação do período e distribuição dos seus termos. Se, numa primeira fase, tinha-se:

> *Ria **embora** quem quizer, que eu em meu siso estou,*
> ou
> *Zombem e não gostem **embora**, e façamos nós nosso ofício.*

numa segunda fase, a oração principal passou a ser a subordinada e a subordinada passou a principal, eliminando as conjunções **que** e **e**; deu-se, ainda, a inversão e, como conjunção, **embora** passou a iniciar a sentença:

> ***Embora** quem quizer ria, eu em meu siso estou.*
> ***Embora** zombem e não gostem , façamos nós nosso ofício.*

Segundo Guimarães (1987:190), **embora** com o sentido de **em boa hora**, isto é, como advérbio, deixou de ser empregado, tornando-se conjunção concessiva, na passagem do séc. XVII para o séc. XVIII.

Hoje, o advérbio **embora** forma uma lexia com o verbo **mandar**, significando 'mandar sair' **ou** 'ser despedido'. É ainda empregado com o verbo **ir** ou **vir**, significando afastamento, o que demonstra o esvaziamento de sentido, verificado com a aglutinação de **em boa hora** em **embora**.

Guimarães (*ibid*:171) propõe os seguintes estágios para a mudança:

1) **en boa hora ~ embora** usados para desejar bom augúrio - até séc. XVI;
2) **embora** usado para desejar bom augúrio, conceder a possibilidade, ou indicar a não oposição - sécs. XVI e XVII;
3) **embora** usado como advérbio com os verbos **ir, vir, mandar** - séc. XVIII;
4) **embora** empregado como conjunção concessiva - séc. XVIII.

No processo de gramaticalização da expressão **em boa hora**, até chegar à conjunção **embora** observam-se as seguintes fases:

1) morfologização - aglutinação de **em boa hora** em **embora**;

2) recategorização - passagem de um sintagma nominal a advérbio, sem alteração semântica;

3) sintaticização - emprego com os verbos **ir, vir** e **mandar** denotando afastamento;

4) nova recategorização: passagem do advérbio a conjunção;

5) nova sintaticização: reinterpretação do item na sentença;

6) semanticização: alteração semântica, passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] 'em boa hora', para um conteúdo semântico [- concreto], o que expressa a relação de concessão.

A conjunção **embora** só foi documentada nos textos de língua falada que serviram de *corpus* a esta pesquisa:

> *... eu estou ficando tão entusiasmado com estas perguntas que eu fico até com vontade de ser banqueiro... (risos)* ***embora*** *eu não tenha... a... mínima vocação para isto...* (SP, inf. l. 432-5).

> *... sim, efectivamente, aqui neste hotel gosto de trabalhar,* ***embora*** *seja uma profissão chata, como é uma profissão sempre de (...), gen (...), de atender muitas pessoas, diferentes pessoas...* (PF, inf. 1248, l. 02-4).

Na língua falada do Brasil, ocorre a forma **embora que**, sendo, entretanto **embora** a forma mais empregada:

> *... nenhuma profissão vai seguir so:zinha cada uma tem a sua paralela...* ***embora que*** *entre elas não haja assim... eh: um ponto... de comum entre elas...* (Re, inf. 090, l. 697-701).

Pode-se supor que, uma vez transformada em advérbio, a forma **embora** tenha sido associada à conjunção **que**, como ocorreu com tantas outras conjunções portuguesas, constituídas do advérbio+conjunção: **logo que, ainda que, assim que**, etc. e que, mais tarde, tenha havido a redução da forma, com a eliminação do **que**, fato que também ocorreu com alguns itens conjuncionais do português:

> enquanto que > enquanto
> caso que > caso

A forma encontrada na língua falada representaria, assim, a conservação de uma forma anterior.

Além de advérbio e conjunção, **embora** conservou-se, na língua portuguesa, como substantivo, na forma plural**, emboras**, sinônima de 'parabéns', 'felicitações'. (Holanda 1975: s.v. **emboras**). Encontra-se

documentada, segundo o autor, em textos de Camões. Hoje, entretanto, constitui um arcaísmo.

Como se pode observar, por um processo metafórico, o advérbio empregado para desejar bom augúrio com o sentido de ‘em boa hora’ passou a significar ‘felicidades’ ou ‘parabéns’, palavras que também exprimem um desejo de que ocorra tudo de bom.

Pode-se supor ser a forma **emboras** anterior à formação do advérbio, pois, caso contrário, ter-se-ia que admitir ter havido uma desgramaticalização: passagem de um advérbio a um substantivo, de um item mais gramatical a um item menos gramatical.

Nesse caso, poder-se-ia supor que, ocorrendo, como advérbio, com o valor semântico de ‘em boa hora’, após o verbo **desejar**, em frases, por exemplo, do tipo:

*Desejo-lhe **embora** muita sorte*

embora tivesse sido reinterpretado como subtantivo, significando ‘felicidades’ e, desse modo, tivesse passado a ocorrer sem a forma verbal.

Como conjunção, na língua escrita ou falada, **embora** é a concessiva mais empregada, tendo superado o emprego de **ainda que**, o item conjuncional concessivo mais usado no português arcaico, como demonstram os dados analisados no *corpus* desta pesquisa.

Percebe-se, claramente, a passagem de um sentido mais concreto para o menos concreto, numa escala de abstratização crescente.

4.8 Correlações conjuncionais

4.8.1 Correlações formadas com <u>que</u> ~ <u>ca</u>

Dezessete correlações conjuncionais são formadas com a conjunção **que**. Dessas, quatro são coordenativas (três adversativas e uma alternativa); as demais, subordinativas, são comparativas ou consecutivas. Em algumas correlações comparativas (de superioridade ou inferioridade) ou consecutivas, o **que** alterna, no português arcaico, com o **ca**, como segundo membro da correlação.

4.8.1.1 Adversativas

4.8.1.1.1 non... que ‘não... mas’, ‘não... senão’

Ocorre, no *corpus* consultado, em textos dos sécs. XVI e XVII:

> *E assi este tel como outras vergas e pontos que tem a nóssa escritura, prinçipalmente ôs da lêtera tiráda, que máis se pódem chamár atálhos dos escrivães, por **nam** gastárem tempo, e papél **que** [por] outra algu↓a neçessidade.* (GLP, l. 1990-3).

No séc. XVII, já apresenta a forma **não... que:**

> *Depois de V.M^{cê} ter trabalhado tanto na ordem e disposição destas missões, e elas deverem a V.M^{cê} o ser, **não** me fica **que** pedir mais que a sua conservação e aumento...* (CVM, LXXV, l. 34-6).

Já não é empregada no português contemporâneo.

4.8.1.1.2 Outro/outra... que ~ outro/outra... mais que

De valor semântico adversativo, essa correlação ocorre apenas nas CVB, séc. XVII:

> *... mas de um mês a esta parte, em que, livre do cuidado desta Província, não tenho **outro que** o da própria quietação, agora me parece cheguei a compreender o sumo da mesma felicidade, que não conhecia inteiramente;* (CVB, CCLX, l. 05-10)

> *De onde também se convence que a minha jornada não foi tratada em conferência dos ministros, como acima se diz, pois S.M. não comunicou o seu intento a **outra** pessoa **mais que** a mim.* (CVB, CCXXX, l. 40-2).

No português contemporâneo, em lugar de **outro... que**, emprega-se **outro... senão**, em frases do tipo:

> *Paulo não tem **outra** vida **senão** namorar*

Essa correlação, entretanto, não ocorreu no *corpus* de língua falada, consultado para esta pesquisa.

4.8.1.1.3 Sem... que

Como foi visto anteriormente (cf. 4.4.2.9), ocorre, nas CVB (séc. XVII), a correlação coordenativa adversativa **sem... que** 'sem... senão'.

> *Ontem me veio ver a este meu deserto um soldado da frota,* ***sem*** *outro interesse* ***que*** *a curiosidade de poder testemunhar em Lisboa que ainda sou vivo.* (CVB, CCLXXXIII, l. 23-5).

Essa correlação, entretanto, também já não existe no português contemporâneo.

Provavelmente, por um processo metafórico, o sentido modal negativo da conjunção **sem que** determinou o sentido adversativo da correlação que possui valor semântico idêntico ao da correlação **não... que**, também não mais existente na língua.

4.8.1.2 Alternativa

4.8.1.2.1 Que... que

Ocorre uma única vez, na Dem. (séc. XIII), a correlação alternativa **que... que**, que pode ser explicada ou como um lapso do copista (a grafia da alternativa **quer... quer** sem o **r**) ou como o emprego da conjunção **que** também estabelecendo uma relação de alternância.

> *Muitas vezes aportarom em insoas estranhas u non avia senam veados e u acharom muitas aventuras a que derom cima* ***que*** *por sa bondade de cavalaria* ***que*** *por graça do Santo Spiritu que os ajudava en todos logares.* (Dem., Cap. DXXII, l. 08-11).

4.8.1.3 Comparativas

- De superioridade:

4.8.1.3.1 Maior... ca ~ maior... que ~ maior do que

Ocorre a partir do séc. XIII, apresentando, inicialmente, também a variante gráfica: **moor... que**:

> *E desque se vai encobrindo e desque é tam bõo cavalleiro como vos dizedes me dá* ***maior*** *vontade de o conhocer* ***ca*** *al.* (Dem., CXCVIII, l. 25-7).

> *Irmão, ave de mim mercee e lenbra-te que som tua irmãa de padre e de madre e que te nunca mereci que me matasses e acorde-te no direito que has de fazer, ca se me matares, assi farás o* ***maior*** *pecado e a* ***maior*** *vileza* ***que*** *nunca cavalleiro fez.* (Dem., Cap. CCXCV, l. 14-7).

> *... e acorde-te no direito que has de fazer, ca se me matares, assi farás o* ***maior*** *pecado e a* ***maior*** *vileza* ***que*** *nunca cavalleiro fez.* (Dem., Cap. CCXCV, l. 14-7).

> *... e armar cavalleiro Joham Affonso Tello, irmãao de Martim Affonso Tello, e fez-lhe a* ***moor*** *honrra em sua festa* ***que*** *atta'quell tempo fora vista que rrei ne↓hu↓u fezesse a semelhante pessoa.* (CDP, Cap. XIV, l. 34-6).

No séc. XVI, apresenta ao lado de **moor... que**, as variantes **moor do que ~ mor do que**:

> *... porque eu lhe disse loguo que eu queria aynda* ***moor*** *be↓ a my↓* ***que*** *a meos filhos, a apos mi↓ a minha casa mays que a elles, e por ysso nã avia de ffazer cousa que desfizesse e↓ meu filho herdeiro e na casa que ele avia de fiquar.* (CT, LXXXVI, l. 46-50).

> *... assi que fora mais seu serviço ser o castiguo* ***mor do que*** *he, e a culpa nã ser* ***mor do que*** *foi;* (CT, CXXXV, l. 35-7).

É bastante empregada no português contemporâneo. Não foi, entretanto, documentada nos textos do português falado que serviram de *corpus* para esta pesquisa.

4.8.1.3.2 Milhor ca ~ melhor... que

Milhor ca ocorre a partir do séc. XIII:

> *Este cavaleiro é mui* ***milhor ca*** *vos nom diziades,* ***ca*** *se nom fosse de mui gram bondade sobeja nom derribaria Brandeliz.* (Dem., Cap. XDVI, l. 22-3).

No séc. XIV, alterna com a variante **melhor... que**, forma também empregada no séc. XV:

> *Fezera* ***melhor*** *obra* ***que*** *o bispo.*(DSG, 1.25.24).

> *... as quaes nos parece que sse em outro logar* ***melhor*** *contar nom podem* ***que*** *todas aqui juntamente, antremetendo seus feitos com a guerra.* (CDP, Cap. XV, l. 118-21).

No séc. XVI, já apresenta a variante **mylhor do que**, que, na forma **melhor do que** é ainda empregada no português contemporâneo, ao lado de **melhor... que**:

> *Elle seja muito louvado, que ordena tudo* ***mylhor do que*** *ome↓ cuyda e merece.* (CIL, XXXIX, l. 06-7).

4.8.1.3.3 Mais... que ~ mais do que

Ocorre, sob as duas formas, desde o séc. XIII, embora seja **mais... que**, a forma mais empregada nesse século.

> *Amida del rei Telles amava* ***mais que*** *donzella da sua conpanha.* (Dem., Cap. CCCXX, l. 12-4).

> *Se algue↓ por diuida ou por outra cousa meter a outro em penhor toda sa boa e depoys gaar,* ***mays do que*** *auia aaquel tempo,...* (FR, liv. III, l. 1396-400).

> *E* ***mais*** *quisera ser morto* ***que*** *me levá allá.* (Dem., Cap. V, l. 05-6).

> *Ca estes, como nam sam párte da virtude, e muitas vezes ázo de víçio,* ***máis*** *sam pera reçeár* ***que*** *gloriár.* (DVV, p. 429, l. 06-8).

> *Nome próprio é aquele que se nam póde atribuir a* ***máis que*** *a u↓a só cousa, como este nome Lisboa.* (GR. L. Port, l. 127-8).

> *Praticam este desengano dois homens que sabiam* ***mais*** *de nós* ***que*** *nós: Abrão e Jó.* (S4ªf.C. I, l. 145-6).

- De igualdade:

4.8.1.3.4 Assi... que ‘assim como’

Essa correlação foi documentada uma vez, na *Lenda do rei Rodrigo*, estabelecendo uma relação comparativa e coocorrendo com **tam... como**, de idêntico valor semântico.

> *Ca u↓a das quadras do paaço era* ***assi*** *branca* ***que*** *a neve o nom podia mais seer; e a outra quadra do paaço que era em direito daquela, era* ***tam*** *negra* ***como*** *u↓a cousa mui negra que mais nom podesse seer...* (LRR, Cap. VI, l. 35-8).

- De inferioridade

4.8.1.3.5 Menos que ~ menos... que ~ menos de que ~ menos... do que

Ocorre, a partir do séc. XV, sob as formas **menos... que** e **menos que**:

> *E porque semelhante feito nom he da geeraçom das cousas que sse muito, encobrem, ouve el-rrei de saber parte de toda sua fazenda, e nom ouve d'ello* ***menos*** *sentido* ***que*** *sse ella fora sua molher ou filha.* (CDP, Cap. VIII, l. 43-7).

> *Pois, amigos, eles ôs tem* ***menos que*** *todolos outros hómens.* (DVV, l. 450, l. 07-8).

Em textos do séc. XVI, já aparece com a forma **menos do que**:

> *... eh que eu jaagora tenho muito* ***menos*** *esperança* ***do que*** *teve...* (CT, C, l. 20-4).

4.8.1.3.6 Peor ca ~ pior... ca ~ pior... que

Ocorre a partir do séc. XIII:

> *"Vaamos" disserom os outros. E Galvam que era* ***pior*** *treito* ***ca*** *os outros ergueo-se como pode e disse: Mala mente erramos que o asi cometemos por nossa soberva!* (Dem., Cap. XDVII, l. 09-12).

Nos sécs. XVI e XVII, essa correlação já apresenta as formas **pior... do que** e **pior... que**, empregadas no português contemporâneo:

> *... me esqueci eu também da senhoria que é o que só senti e de que bati nos peitos no exame de consciência* ***pior que*** *a do Sr. Governador.* (CVB, CXCII, l. 73-5).

> *... e fiquem em* ***pior*** *estado* ***do que*** *d'amtes estavã pella carta da marca.* (CDJ III, XXII, l. 144-5).

4.8.1.4 Correlações consecutivas

4.8.1.4.1 Ante... ca ~ antes... que

Ocorre desde o séc. XIII:

> *Mays se o senhur da terra ou seus herdeyros tãto por tanto a quisere↓ conprar, seya teodo de a uender* ***ante*** *a el* ***ca*** *a outro.* (FR, liv. III, l. 799-800).

No séc. XVII, já apresenta a variante **antes... que**:

> *El-rei D. João segundo deu ocasião ao provérbio: "Mata que el-rei perdoa! querendo* ***antes*** *aquele prudentíssimo príncipe servir-se dos homens de valor* ***que*** *perdê-los".* (CVB, CCXIV, l. 13-5).

4.8.1.4.2 Quantos... que

Ocorre, unicamente, no séc. XV, na CDP, (Cap. XXXIV, l. 28-9); estabelecendo uma relação de conseqüência:

> *E quando entrou per força Carinana mandou matar* ***quantos*** *no logar avia,* ***que*** *nom ficou soomente hu↓u...* (CDP, Cap. XXXIV, l. 28-9).

O período acima, entretanto, é suscetível de dupla interpretação: ou se trata da correlação **quantos... que**, com o sintagma nominal elíptico, ou se pode também admitir, não só a elipse do sintagma nominal:

> *quantos (homens) no logar avia*

mas também a presença da conjunção **que**, modal, equivalente a **de guisa que**. De qualquer modo, entretanto, parece permanecer a relação de conseqüência.

4.8.1.4.3 Tal... ca ~ tal... que ~ tall... que

Ocorre desde o séc. XIII:

> *Disi beijou-lhi os olhos e a boca e o rosto assim sanguentado como era e fez* ***tal*** *doo* ***ca*** *todos o amavam e o prezavam tanto era bõo cavaleiro e bõo paação.* (Dem., DCXLIX, l. 23-5).

> *Mays se* ***tal*** *for* ***que*** *nom lhy faz manda per que era seu propinquo, se herdar cu↓ outros entreguesse de sa deuida primeyra e depoys partã o que ficar.* (FR, liv. III, l. 535-7).

> *Mas uma de **tal** maneira certa e evidente, **que** não é necessário entendimento para o crer.* (S4ªf.C., I, l. 01-4).

4.8.1.4.4 Tanto... que ~ tão... que

Ocorre, no português, desde o séc. XIII:

> *E sentarom-se e começarom a falar de muitas cousas, e Galaaz que avia sabor de dormir, foi-se deitar no leito que era **tam** fermoso e **tam** rico **que** nunca elle tanto vira.* (Dem., Cap. CCCCXX, l. 04-6).

> *Porém a morte em que se acaba a vida antes de morrer, é **tão** certa em si e em todas as suas circunstâncias **que**, se eu me lembro...* (S4ªf.C., II, l. 425-9)

4.8.1.4.5 Muito... que ‘tão... que’

Ocorre apenas nas CT, documento do séc. XVI:

> *Depois de Luis Afõso partido, esteve o duque **muito** mal **que** me pareceo que esta noite acabasse.* (CT, CXXXII, l. 03-4).

Essa correlação parece ter tido um emprego limitado na língua. Pode-se admitir que tenha, no séc. XVI, coocorrido com a correlação ‘tão... que’ de idêntico teor semântico e que, no final desse século, tenha caído em desuso. Pode-se ainda supor tratar-se de uma idiossincrasia do autor acima citado.

4.8.1.4.6 Tamanho que ~ tamanha... que

Ocorre a partir do séc. XIV e é também bastante empregada no português contemporâneo:

> *A fraquesa era **tamanha que** non podia já mais andar.* (DSG, 2.38.3).

> *Outra torre avia no castello de Santarem, em que outrossi estava mui gram tesouro de moeda e d’outras cousas em **tamanha** cantidade **que** ante a apontavam fortemente...* (CDP, Cap. XII, l. 35-8).

> *... la pode ficar **tamanho** escandallo **que** as cousas se dane↓...* (CDJ III, XXII, l. 144).

4.8.1.4.7 Toda... que

Ocorre, apenas, em textos dos sécs. XIII e XIV:

> *... e foi-sse logo a Cartagema honde estavom e mandou matar* ***toda*** *a gente d'ellas,* ***que*** *nom escapou soomente huu↓ salvo os que sabiam fazer rremos.* (Dem., Cap. XXXV, l. 54-6).

> *E esta casa é* ***toda*** *redonda* ***que****, se a vires, senhor, nom te umelhará senom u↓a cuba...* (LRR, Cap. III, l. 20-1).

4.8.1.4.8 Portanto que... que

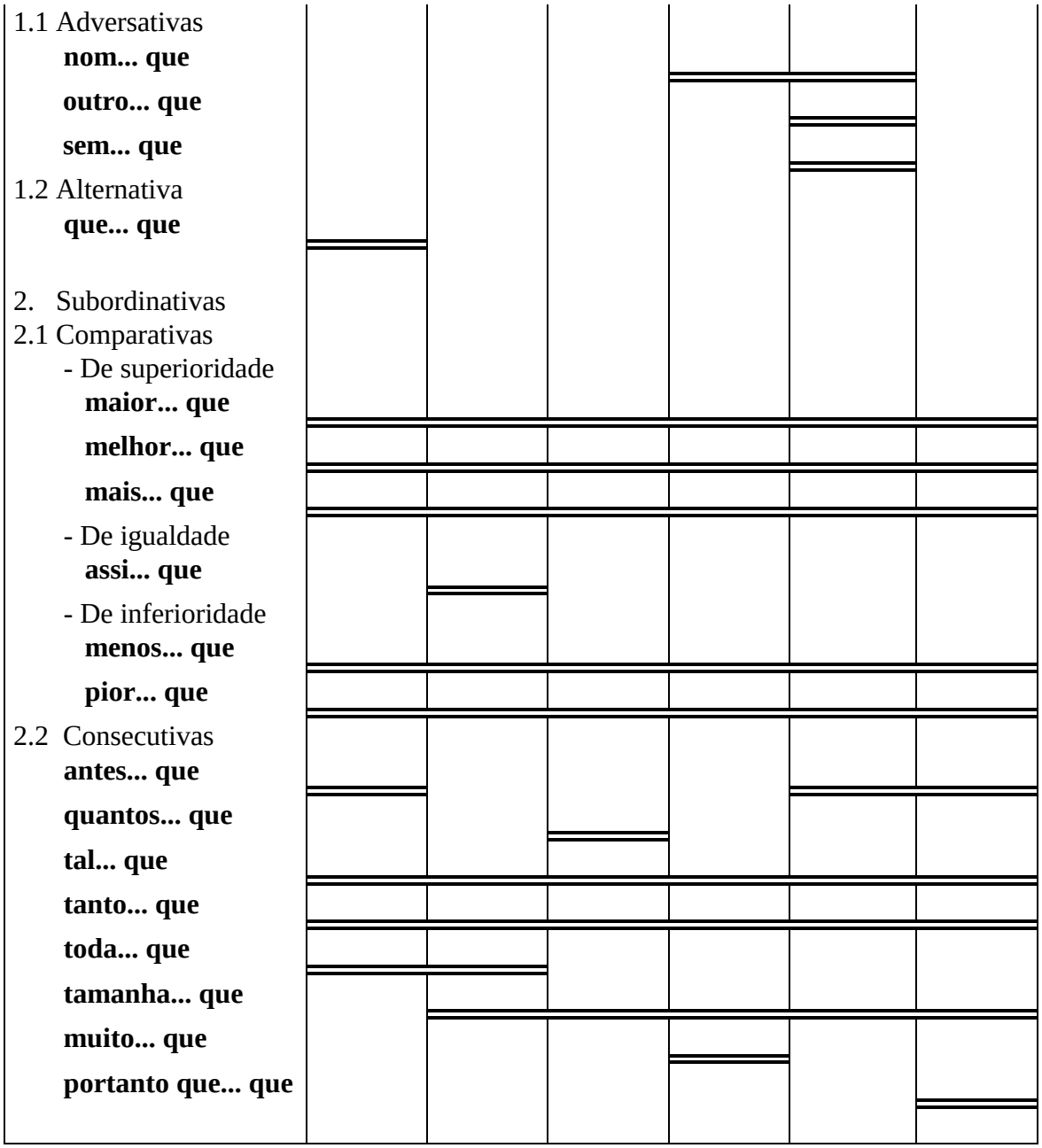
Como foi visto anteriormente (cf. 4.3.3.4.5), ocorre em um dos diálogos do PF, a correlação **portanto que... que** com valor semântico consecutivo de 'tanto... que':

> *... eu era incapaz de vir trazer a moreia ao homem, não era capaz, (...)* ***portanto que*** *não era,* ***que*** *não fui, "olha para o lixo"...* (PF, inf. 0262, l. 15-7).

Parece tratar-se de uma formação analógica à correlação **tanto... que** ou do desconhecimento, por parte do falante, da verdadeira constituição dessa correlação consecutiva.

As datas de aparecimento e desuso dessas correlações conjuncionais podem ser apreciadas no quadro a seguir:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc.XVII	séc.XX
1. Coordenativas						



Os dados observados no *corpus* permitem afirmar que as correlações consecutivas e as comparativas datam do séc. XIII. Entre as comparativas de inferioridade **menos... que** passou a ser empregada, na língua, somente a partir do séc. XV. A consecutiva **toda... que** não permaneceu na língua. **Quantos... que**, também consecutiva, só ocorreu na CDP, séc. XV; pode-se admitir que tenha sido constituída por analogia à consecutiva **tantos... que**, mas que tenha tido emprego esporádico; também de emprego esporádico, foram as correlações **que... que**, **assi... que**, **muito... que** e **nom... que**, esta última ainda empregada na língua francesa (**ne... que**) com o mesmo valor semântico.

Huber (1986:268) não cita, no elenco das conjunções do português arcaico por ele apresentado, as comparativas de inferioridade; nem as citadas, anteriormente, com emprego limitado apenas a um ou dois séculos.

Nas correlações formadas com **que**, pode-se dizer que a gramaticalização ocorre apenas com o **que**, pois é ele o elemento que por um processo metonímico, experimenta a semanticização de acordo com o contexto: torna-se adversativo se está ligado a uma negação, na oração precedente; alternativo, se repetido, por analogia às demais correlações alternativas (**ou... ou**, **ora... ora**, **já... já**, **quer... quer**); comparativo, se na oração subordinante há marcas de comparação de superioridade ou de inferioridade, representadas pelos intensificadores ou por adjetivos no grau superlativo sintético (**maior**, **melhor**, **menor**, etc.); consecutivo, se correlacionado aos intensificadores **muitos**, **tan**, **tanto**, **tal** e **tamanho** ou aos indefinidos **toda** e **quantos**.

As correlações consecutivas já existiam no latim e eram constituídas pela conjunção **ut** em correlação com um adjetivo, um pronome ou um advérbio: **is**, **talis**, **tantus** (Riemann 1942:370). Do mesmo modo, já havia no latim a correlação **tam... quam** e outras em que o **quam** se correlacionava a **ante**, **post**, **supra**, **ultra**, **praeter**, etc.

As correlações portuguesas são, pois, constituídas nos moldes das correlações latinas, isto é, com elementos das mesmas classes gramaticais para expressar as mesmas relações semânticas.

4.8.2 Correlações formadas com <u>como</u>

Assim como o **que** ou **ca**, a conjunção **como** também é empregada como segundo termo de correlações comparativas de igualdade e de correlações modais.

4.8.2.1 Correlações comparativas de igualdade

4.8.2.1.1 Tanto... como ~ tanto como
Tam... como ~ tão qual

Constituídas do advérbio **tanto**, do latim **tantu-** ou da sua forma apocopada **tam**, essas correlações ocorrem, no português, desde o séc. XIII:

> *E se el **tanto** nom amasse Galvam **como** amava, logo vingara sua morte.* (Dem., Cap. CCLXXV, l. 03-4).

> *E dava í* ***tam*** *bõo odor* ***como*** *si todallas especias do mundo í fossem.* (Dem., Cap. XLVIII, l. 09-10).

> *... e pedimos à Divina Majestade com* ***tanto*** *zelo e empenho* ***como*** *os de mais perto.* (CVB, l. LXXXIV, l. 12-3).

Apresentam, no séc. XVII, as variantes **tanto... quanto**, **tão... quanto** e **tão... quão**, provenientes da correlação latina **tantum... quantum** ou **tam... quantum**:

> *... e esteve o assunto* ***tão*** *elegante* ***como*** *próprio, por não ser mais nem melhor lisonjeado um papa.* (CVB, CXCI, l. 16-7).

> *... aqui achará V. Il*^{ma} *em mim não só o maior vereador, como sempre, mas um súbdito e servo* ***tão*** *afetuoso e devoto e* ***tão*** *desejoso de se empregar todo no serviço de V. Il*^{ma}*,* ***quanto*** *pedem as repetidas obrigações e favores com que V.Il*^{ma} *o tem honrado.* (CVB, CLXXXII, l. 24-7).

> *... e dizem se desculpa com que assim o tem por regimento, nas instruções que trouxe do mesmo senhor, a que ninguém se persuade, e muito menos eu que* ***tão*** *interiormente conheço* ***quão*** *escrupulosa é a consciência de S.M.* ***quão*** *recta a sua justiça e* ***quão*** *sincera a verdade de sua real palavra*. (CVB, CCVIII, l. 31-6).

No séc. XVI, ocorre a correlação **tanto... como se** em que o segundo termo é a conjunção comparativa hipotética:

> *E con ysto soo de ha sua alteza querer ver toda, me averey agora por satisfeito* ***tanto como se*** *me visse agora sem dor de cabeça.* (CT, LXXXV, l. 15-7).

No séc. XVII, apresenta ainda a variante **tão... qual**:

> *Cá apareceu um cometa aos 06 de Dezembro, dia em que foi coroado el-rei, muito maior que o grandíssimo que lá vimos no ano de 80, em figura de palma, que se estendia desde o horizonte até o zénite, e levava o curso para a parte austral* ***tão*** *arrebatado* ***qual*** *nunca se viu em outro* (CVB, CCXLVI, l. 49-54).

A partir do séc. XVII, essa correlação é empregada, exclusivamente, na forma **tanto... como**, do português contemporâneo; é usada, com freqüência, na língua escrita ou falada.

4.8.2.1.2 Tal... como ~ tal como

Constituída do pronome **tal**, do latim **tale-** , essa correlação também ocorre na língua, desde o séc. XIII, apresentando as variantes gráficas **ataes... como / coma ~ tall como**:

> *Ca **ataes** preytos **coma** estes se se alonguasse↓ per alcame↓tos perdesyã as cousas e naceriã en muytos danos, pere↓ bem queremos que en taes preytos se possa querellar aquel que ente↓der que é agrauado pello alcayde.* (FR, liv. II, l. 943-7).

> *"Ai, Senhor", disse Lançarot, "que dizedes; **tal** homem **como** vos nom deveria aver pavor mas sforço e bõa sperança.* (Dem., Cap. XXVIII, l. 08-9).

> *Elles, pensando que longa criaçom e serviço que lhe feito aviam o demovesse a ter algu↓u geito com elles, nom **tall como** tinha com outras pessoas, começarom de negar, dizendo que de tall cousa nom sabiam parte.* (CDP, Cap. CXIII, l. 46-50).

É ainda bem empregada no português contemporâneo falado ou escrito. Não foi, entretanto, documentada nos textos de língua falada que serviram de *corpus* a esta pesquisa.

4.8.2.1.3 Assi... come 'tanto como'

Tendo como primeiro termo o advérbio **assi,** do latim **ad sic**, essa correlação comparativa ocorre, no português, do séc. XIII ao XV, apresentando as variantes gráficas: **assy... come... ~ assi... come ~ assy... come... come ~ assi... como**:

> *E se o fyador peytar a demanda **assy come** foro, o deuedor peyte a demanda subredita...* (FR, liv. II, l. 309-11).

> *E deu el-rrei dom Henrique alli muitas terras aaquelles senhores e cavalleiros que viinham com elle **assi** estrangeiros **come** seus naturaes.* (CDP, Cap. XXXVI, l. 73-5).

> *Qvando algue↓ morrer sen manda, os yrmaos igualme↓te erde↓ conos yrmaos **assy** na bõa do padre **come** da madre **come** ena dos outros parentes se fore↓ en ygual grao.* (FR, liv. III, l. 496-8).

> *En esta sazom havia em Cepta u↓u conde, grande fidalgo, que era senhor dos portos do Estreito, **assi** d'aalém, **como** d'aaquém.* (LRR, Cap. III, l. 105-7).

Ocorre ainda no séc. XVII, sob a forma **assim... como**:

> *Muito contra nossa vontade tomámos este porto* ***assim*** *pelo mal acreditado que está de doentio,* ***como*** *pela delação forçosa que aqui se havia de fazer...* (CVM, LVII, l. 14-6).

4.8.2.1.4 Tamanhas... como

Essa correlação de valor semântico comparativo foi documentada, exclusivamente, nas CVM, séc. XVII, e já não é empregada no português contemporâneo:

> *Saem estas tartaruguinhas* ***tamanhas como*** *um caranguejo pequeno* (CVM, LXV, l. 390-1).

4.8.2.2 Correlações modais

Com valor modal, o advérbio **assi ~ assy ~ assim** constitui com a conjunção **como**, as correlações:

4.8.2.2.1 Assi como... assi ~ assim como... bem assi
4.8.2.2.2 Como... assi ~ bem como... assi
4.8.2.2.3 Segundo como... assi

> ***Assy como*** *a infirmidade e a chagar que é grande eno corpo nõ pode saar se↓ grandes maestrias ne↓ se↓ grandes meezinhas por ferro e por queymas,* ***assy*** *a maldade dos que sõ endurados e perfyosos em fazerlhys mal non lha poden toller senõ per graues pe↓as, ca o diz a Escriptura que o sandeu en sandice guisesse de seer cordo que non suffra pea.* (FR, liv. I, l. 83-7).

> *Ca* ***assi como*** *o eixeco e a follia emfugiu pella vinda delle e a verdade i ficou conhocidamente por elle,* ***bem assi*** *vos scolheo Nosso Senhor sobre todo-los outros cavalleiros e por vos enviar pellas terras stranhas por desfazerdes as graves aventuras e por fazerdes conhocer como vierom e por qual guisa foram começadas.* (Dem., Cap. LX, l. 28-32).

> *E* ***como*** *ele afirma que ao aváro nunca faléçe cáusa pera negár,* ***assi*** *ao vergonhoso pera conçeder.* (DVV, p. 432, l. 05-7).

> *"Bento seya Deos", disse Estor, "ca* ***bem como*** *a vos veo fremoso milagre,* ***assi*** *aveo a mim".* (Dem., Cap. CL, l. 08-9).

> *Ca,* ***segundo como*** *homem sofre as viltanças que lhi fazen e os deostos que lhi dizen en pessoa,* ***assi*** *pode homen entender a homildade ou a sobervia que no seu coraçom ter asconduda.* (DSG, 1.11.14).

As correlações modais foram encontradas, no *corpus*, apenas em textos dos sécs. XIII a XVI. Não se mantiveram no português contemporâneo. A idéia de modo por elas transmitida é hoje expressa pelas correlações **como... também**, **assim como... também**, formadas da conjunção **como** em correlação com o advérbio **também**.

> ***Como** ela me avisou, eu **também** aviso.*
> ***Assim como** todos podem ir, eu **também** posso.*

Todas as comparativas, entretanto, mantiveram-se no português contemporâneo escrito ou falado.

Parte integrante de correlações comparativas ou modais, a conjunção **como** estabelece a relação de comparação ou modo, de acordo com a idéia expressa pelo advérbio que ocorre na sentença subordinante. As correlações parecem, pois, ter sido formadas por processos metonímicos. Em uma das correlações modais, **como... assi**, a conjunção **como** ocorre em posição inicial; pode-se, entretanto, supor tratar-se da elipse do advérbio **assi** que precederia o item, como em outras correlações.

O período correspondente ao emprego das diferentes correlações com a conjunção **como**, na língua portuguesa, pode ser visto no quadro a seguir:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Comparativas:						
Tanto... como						
Tal... como						
Assi... come ‘tanto... como’						
Modais:						
Assy como... assi ~ assy como... bem assi						
Como... assi ~ bem como... assi						
Segundo como... assi						

4.8.3 Correlações constituídas pela repetição de itens conjuncionais

Algumas correlações são constituídas pela repetição do item conjuncional e parecem oriundas de fatores pragmático-discursivos que determinam o reforço do valor semântico do item conjuncional de origem.

4.8.3.1 Já... já

Ao lado da conjunção **já que**, o português possui também a correlação alternativa **já... já**, que ocorre no *corpus* consultado, inicialmente, em textos do séc. XVII:

> *Não aquieta o pó, nem pode estar quedo; ainda, corre, voa, entra por esta rua, sai por aquela;* ***já*** *vai adiante,* ***já*** *torna atrás.* (S 4ª f.C, I, l. 231-3).

> *... o mundo pequeno metido em uma arca,* ***já*** *subindo às estrelas,* ***já*** *descendo aos abismos, sem piloto, sem leme, sem luz, flutuava atonitamente naquela tempestade das tempestades.* (S 4ª f.C, II, l. 803-6).

No séc. XVII, ocorre alternando mais de dois itens lexicais ou sintagmas:

> *Ei-lo abaixo, ei-lo acima, e tanto acima e tanto abaixo; dando uma tão grande volta e tantas voltas.* ***Já*** *senhor do universo,* ***já*** *escravo de si mesmo,* ***já*** *só,* ***já*** *acompanhado,* ***já*** *nú,* ***já*** *vestido,* ***já*** *coberto de folhas,* ***já*** *de peles,* ***já*** *tentado,* ***já*** *vencido,* ***já*** *homiziado,* ***já*** *desterrado,* ***já*** *percador,* ***já*** *penitente.* (S4ªf.C, I, l. 260-5).

Parece tratar-se de um recurso estilístico empregado pelo autor, para enfatizar as várias idéias.

Nessa correlação alternativa, o valor semântico do advérbio foi conservado. O significado inicial relativo ao tempo, pela pressão discursiva, por um processo metafórico, passou a designar uma alternância de itens ou ações que se processam num tempo presente. Passou a ter, pois, um valor semântico mais abstrato.

A correlação **já... já** é ainda empregada no português contemporâneo. Seu emprego, entretanto, não é freqüente na língua falada, quer no Brasil, quer em Portugal. Desse modo não foi encontrada nos diálogos do português falado que fizeram parte do *corpus* desta pesquisa.

4.8.3.2 Nem... nem

A conjunção **nem**, repetida, como já ocorria no latim, antes de itens lexicais, sintagmas ou sentenças, constitui a correlação alternativa **nem ~ nem** que ocorre em português, desde o séc. XIII:

> *Mandamos que nenhuu arcebispo* ***ne*** *bispo* ***nen*** *prelado* ***nen*** *cabydoo* ***nen*** *conuento nõ possã dar dos bees de sas eygreyas senon como é stabeleçudo per Sancta Eygreya e se o dere non ualla.* (FR, liv. III, l. 882-5).

> *Deffendemos que nenhuu ome* ***nen*** *molher sen idade conprida* ***ne*** *alcayde* ***nen*** *meyri o dementre que o for* ***ne*** *ome que filhou auer por acusar outri ou por nõ acusar,* ***ne*** *que tenha offizio de justiça mentre o teuer,* ***nen*** *ome que for deytado da uilha ou da terra mentre o for,* ***nen*** *iudeo* ***ne*** *mouro* ***ne*** *erege* ***ne*** *ome afforrado contra aquel que o afforrou,* ***ne*** *filho a padre* ***ne*** *padre a fillo* ***nem*** *aquelles que se an d'erdar huus outros* ***ne*** *seruo* ***ne*** *ome que foy endeytado contra aquel que o criou ou deu a criar,* ***ne*** *omen que disse falso testimõhio* ***ne*** *ome que for accusado mentre que o for,* ***ne*** *ome que acusar a dous e nõ fur a acusaçõ fijda per ioyzo e quer acusar o terceyro,* ***ne*** *ome muy pobre que nõ aya ualia de . L. marauidis, ergo se acusar seu ygal,* ***nen*** *ome que seya dado en juyzo por maao sobre alguu feyto.* (FR, liv. IV, l. 967-82).

Como se pode observar, a correlação **nem... nem** se apresenta no FR, alternando mais de dois sintagmas ou sentenças, emprego que, como será explicitado posteriormente, a respeito da correlação **quer... quer**, pode ter sido motivado pelo próprio caráter do texto. Pode-se também supor que o uso repetitivo dessas conjunções fosse, na época – séc. XIII – um comportamento sintático normal que, entretanto, não se manteve na língua, sendo, a partir do século seguinte, não mais utilizado.

A partir do séc. XVI, o uso repetitivo dessa correlação diminui e ela aparece alternando mais de dois sintagmas, porém apenas duas sentenças:

> *... ainda que alguu a cousa d'isto pareça nõ se cumpra -* ***ne*** *alvaras de promessas,* ***ne*** *dividas,* ***ne*** *cousa nenhuu a.* (CJ, CXIX, l. 144-6).

> *Mostrou que folguara muito cõ a carta de sua alteza; nõ na pode ler,* ***nem*** *soube preguntar a Luis Afonso por sua alteza como estava,* ***ne*** *Responder a sua carta.* (CT, CXXXI, l. 04-6).

Repetida, a conjunção **nem**, aditiva negativa, passou a expressar uma alternância também negativa, como já expressava no latim. A gramaticalização desse item ocorreu, pois, na língua latina, quando o advérbio, de teor negativo após haver experimentado a recategorização

advérbio > conjunção (conjunção aditiva negativa), e conseqüentemente, uma sintaticização e uma semanticização, experimentou uma nova alteração semântica, uma vez que, repetida, passou a expressar a relação de alternância. O sentido negativo, entretanto, conservou-se.

A correlação **nem... nem** ocorre na língua desde o séc. XIII e é ainda bastante empregada no português contemporâneo.

4.8.3.3 Ou... Ou

Repetida, a conjunção **ou** constitui a correlação alternativa **ou... ou**, proveniente da correlação latina **aut... aut** que marcava excludência, indicando que uma alternativa eliminava a outra . (Rieman 1942:567).

Passando ao português, sob a forma **ou**, essa conjunção alterna itens lexicais, sintagmas ou sentenças, podendo também constituir a correlação **ou... ou.** Ocorre, no séc. XIII, alternando mais dois itens lexicais ou mais de duas sentenças subordinadas, emprego já não verificado no português contemporâneo:

> *Qual quer que [deostar] outro* ***ou*** *lhy disser falso* ***ou*** *trehedor* ***ou*** *fudodinculi* ***ou*** *cornudo* ***ou*** *erege* ***ou*** *a molher de seu marido disser puta, desdigao ante o alcayde e ant'os omees boos ao prazo que lhy poser o alcayde e peyte .CCC. soldos, a meyadade a el rey e a meyatade ao quereloso, <e> se negar, ca nõno disse e non ho podere↓ prouar, saluasse como mãda a lei.* (FR, liv. IV, l.89-95).

> *Porque os homees sabhiã e entendã quaes preytos se possam demandar per accusaçõ* ***ou*** *quaes per querella, queremos os departir per esta lee. Onde dizemos que se algue↓ fezer algu↓a cousa que seya contra pessõa del rey* ***ou*** *perdimento de seu reyno* ***ou*** *de mingame↓to de seu senhorio* ***ou*** *matar* ***ou*** *chagar* ***ou*** *der heruas* ***ou*** *poçonha por mal fazer* ***ou*** *se fezer falsa moeda* ***ou*** *outra falsidade* ***ou*** *adulterio* ***ou*** *forçar molher* ***ou*** *a leuar per força* ***ou*** *fur[t]ar* ***ou*** *for herege* ***ou*** *que lexe a fe catholica* ***ou*** *que fezer outra cousa qualquer desguisada per que deua a receber morte* ***ou*** *pe↓a de seu corpo* ***ou*** *perda de seu auer assy como mandã as leys e os dereytos a cada huu↓ d'ataes cousas como estas possansse demãdar per accusaçoes. E se for preyto de uenda qualquer* ***ou*** *de conpra* ***ou*** *de lauar alguu↓ que á de fazer* ***ou*** *de qual cousa quer per que nõ deue auer justiça no corpo, ne↓ deytame↓to da terre ne↓ permime↓to d'auer, estas se possã demandar per querelhas e nõ per outras accusaçoes.* (FR, liv. IV, l. 989-1005).

É importante ressaltar, entretanto, que o emprego da correlação, alternando mais de dois constituintes ou sentenças, foi detectado, no português arcaico, apenas no FR (séc. XIII), o que se poderia talvez ser explicado pela necessidade de enfatizar as várias faltas que deveriam ser

punidas por uma determinada lei. Entretanto, o fato de ter sido detectado, também em textos do séc. XIV, o emprego repetitivo da conjunção **e** e da correlação alternativa **quer... quer** (cf. 4.8.3.6) permite supor ter havido um procedimento normal de repetição, na época, que, nos séculos seguintes, tenha caído em desuso.

Vestígios desse emprego são encontrados nos Sermões de Vieira, como um recurso literário:

> *Deixará de frutificar a sementeira, **ou** pelo embaraço dos espinhos, **ou** pela dureza das pedras, **ou** pelos descaminhos dos caminhos.* (SS, l. 240-2).
>
> *A causa por que ordinariamente se perdem as sementeiras é pela desigualdade e pela intemperança dos tempos: **ou** porque falta **ou** sobeja a chuva; **ou** porque falta **ou** sobeja o sol. (SS, l. 232-5).*

No português contemporâneo, esse tipo de emprego é também utilizado como recurso enfático ou literário.

A gramaticalização do item conjuncional **aut**, ocorrida ainda no latim consistiu na ampliação do emprego do mesmo. Passando ao português, **ou... ou** apresentou, inicialmente, um comportamento sintático peculiar, alternando mais de dois itens lexicais ou sentenças, vindo, mais tarde, a restringir o seu uso à alternância de apenas dois itens ou sentenças.

4.8.3.4 Ora... ora

Ora provém, segundo Nascentes (1955: s.v. **ora**), do latim **ad hora**, ou como explica Cunha (1982: s.v. **ora**), de **ha ho➲ra** por **hac ho➲ra** ‘agora’. Machado (1967: s.v. **hora**) admite que **ora** provém de **ad hora** ou do próprio substantivo **hora**, podendo a perda do **h** inicial, segundo o autor, ser explicada pelo fato de que, no latim imperial, o **h**, já era apenas um símbolo gráfico.

O item lexical **hora** é o substantivo latino ‘hora’, ‘tempo’, ‘momento’, derivado do grego **hora** ‘qualquer divisão ou período de tempo’, que passou ao português, também como substantivo, com idêntico valor semântico (Corominas 1991: s.v. **hora**):

Latim	>	Português
↓		↓
substantivo		substantivo

O substantivo latino **hora**, precedido do demonstrativo **hac** (**hac hora**) deu origem ao advérbio português **agora** ‘nesta hora’, ‘neste momento’ e, da preposição **ad** (ad hora), deu origem ao advérbio português **ora** semanticamente equivalente. Ao lado de **hora**, **ora** era também de uso

corrente no espanhol na Idade Média, conforme afirma Corominas, com a acepção de ‘tempo livre para fazer algo’.

> Era também empregado em locuções:
> todas oras = sempre
> a la ora = então
> a otra ora = quando menos se pensa
> la ora de agora = a estas oras
> essa ora = em seguida

Embora de conteúdos semânticos equivalentes **ora** e **agora** se mantiveram, na língua portuguesa, possivelmente, pelo fato de terem experimentado processos diversos de discursivização, e não serem sinônimos em alguns contextos, atuando um em situações em que o outro não pode ser empregado.

No processo de gramaticalização dos advérbios portugueses, **ora** e **agora**, percebe-se, além da recategorização:

preposição	+	substantivo	>	advérbio
↓		↓		↓
ad	+	**hora**	>	**ora**
dem	+	substantivo	>	advérbio
↓		↓		↓
hac	+	**hora**	>	**agora**

a morfologização e a sintaticização ocorrida pela reanálise dos itens e pela nova distribuição dos mesmos na sentença, além da passagem de um sentido [+ concreto] ‘hora’ para um sentido [- concreto] ‘neste momento’.

Esses advérbios ocorrem, no português, como afirma Cunha (1982: s.v. **ora**) desde o séc. XIII. Posteriormente, em textos do séc. XVI, começa a aparecer, no *corpus* consultado, a conjunção alternativa **ora... ora**:

> *Per semelhante módo os pronomes e partiçipios que temos se ajuntam com os nomes sustantivos, ainda que na órdem de preçe derem àçerca de nós tem deferença, cá o nome ajetivo* ***óra*** *se antepõe, como os bons hómens* ***ora*** *se pospõe, como os hómens bons.* (GLP, l. 1766-8).

Houve, pois, uma nova gramaticalização e o advérbio **ora**, repetido, passou a conjunção alternativa, experimentando uma nova recategorização, uma nova sintaticização e uma nova semanticização, uma vez que adquiriu um conteúdo semântico alternativo.

Nota-se, porém, que a correlação **ora... ora** conserva resquícios do seu sentido primitivo, uma vez que expressa a idéia de ‘uma hora... uma hora’. O seu emprego, na língua portuguesa, parece datar do séc. XVI.

Essa correlação, também existente no espanhol era grafada, no período arcaico da língua, **oras... oras**:

> *'oras davam rostro, oras de los contados'*. (Corominas 1991: s.v. **hora**).

Ora experimentou, ainda, na língua portuguesa, uma discursivização, passando a ser usada como elemento do discurso:

1. como um operador conclusivo, como em:
   Não contei tudo a respeito do assunto. Ora, se ele tem tantos amigos informados, por que não pergunta a eles o que quer saber?

2. para expressar irritação, aborrecimento:
   - Você deve ir já para a escola
   - Ora, ora...

3. para expressar admiração:
   Ora vejam só!

Do mesmo modo, o advérbio **agora** aplica-se a segmentos de amplitude diversa, como bem mostra Ilari *et alii* (1991:85): (i) referindo-se exclusivamente à predicação, indicando que a ação se realiza no momento da enunciação (significando 'neste momento'); (ii) estendendo-se à sentença inteira, indicando que o tempo referido abrange não só o momento da enunciação, mas se estende além dele (significando 'na época atual'); (iii) abarcando uma seqüência discursiva mais ampla, definindo um momento no discurso:

(i) *... as meninas mais velhas **agora** estão entrando na adolescência.*

(ii) ***Agora** eu assumi a secretaria do APM...*

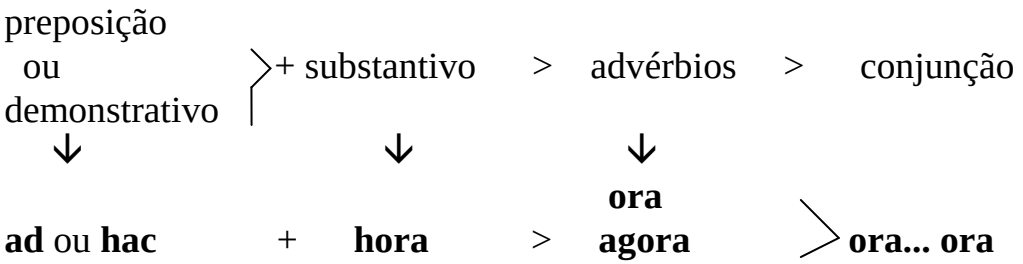
(iii) ***Agora**, tem sempre [...] numa família grande*
há sempre um com tarefa de supervisor

A gramaticalização desse item conjuncional ocorreu, pois, na passagem do latim para o português. Significando, no latim 'hora, 'tempo', 'momento' indicando, pois, o tempo, o substantivo **hora** precedido da preposição **ad** ou do demonstrativo **hac** veio a constituir os advérbios portugueses **ora** e **agora,** 'nesta hora', 'neste momento'.

Tem-se, pois, a seguinte trajetória:

Latim > Português

|



O item lexical **hora** conservou-se no português como substantivo, com o mesmo conteúdo semântico que já possuía no latim.

Percebe-se a trajetória:

TEMPO > TEXTO

e a passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] ‘nesta hora’, ‘neste momento’ para um conteúdo semântico [- concreto] ‘uma hora... outra hora’, que expressa a relação de alternância. Nota-se que também a conjunção **ora... ora** conserva traços semânticos do advérbio que lhe deu origem.

4.8.3.5 Quando... quando

Como foi visto anteriormente (cf. 4.1.7.1), a conjunção **quando**, repetida, ocorre uma única vez na Dem. (séc. XIII) e volta a ocorrer na CC (séc. XV) como correlação alternativa:

> *Sem falha o irmitam andava sempre apoz elle, **quando** longe **quando** perto, e contava-lhe cada dia as vidas dos padres santos e as storias antigas.*
> (Dem. Cap. L, l. 08-9).

> *... e tanto que ele comecou perala hir acodirã pela praya home↓es **quando** dous **quando** tres...* (CC, l. 24-5).

Pode-se, pois, concluir que a conjunção **quando** gramaticalizou-se ainda no latim, uma vez que passou ao português com a mesma forma e conteúdo semântico que já possuía na língua de origem. No português, entretanto, experimentou uma nova gramaticalização, ao transformar-se em correlação alternativa.

Como correlação alternativa, porém, conservou, de certa maneira, o valor semântico temporal, uma vez que pode ser interpretada como:

em alguns momentos... em alguns momentos.

É possível que a correlação **quando... quando** tenha sido constituída em virtude da pressão pragmático-discursiva para indicar ações que se processam no mesmo intervalo de tempo.

Essa correlação não se conservou no português contemporâneo. O seu emprego parece restringir-se aos sécs. XIII, XIV e XV, pois, embora não tenha ocorrido em textos do séc. XIV, pode-se supor que estivesse em uso na época, já que ocorre na CC, texto do séc. XV.

4.8.3.6 Quer... quer

Repetindo a recategorização ocorrida com a conjunção latina **vel**, a conjunção **quer... quer**, alternativa, é derivada da 3ª pessoa do presente do indicativo do verbo **querer**, por sua vez oriundo do latim **quaerere**, 'buscar', 'aspirar', 'desejar'.

Aparece já no Foro Real de Afonso X (séc. XIII), alternando dois ou mais de dois constituintes:

> *Todo alcayde que dever a julgar custas,* ***quer*** *per razõ de nõ uyr ao plazo que lhi foy posto,* ***quer*** *per razõ de trazer seu contedor a juyzo sem dereyto,* ***quer*** *por lhy fazer demãda que lhy seya tollecta a dereyto e* ***quer*** *per razõ de lhy alõgãdo o preyto,* ***quer*** *[por] poer ante sy defensõ que nõ seya dereyta e* ***quer*** *per razõ dela seya alongado o preyto,* ***quer*** *[por] poer ante sy deffensyõ que seya dereyta [e nõ] se possa prouar,* ***quer*** *per razõ de juyzo fydo,* ***quer*** *per razõ de d'alçada,* ***quer*** *per razõ outra dereyta (que se nõ possa prouar* ***quer*** *per razõ de iuyzo fijndo juygeas enesta guisa: demãde aparte que as deuer [juygar] quanto [despe]ndeu per razõ daquel preyto asijnado porque as á d'auer.* (FR, liv. III, l. 1013-24).

É interessante observar que:

(i) a correlação **quer... quer** foi usada, na língua portuguesa, à semelhança da conjunção **vel,** latina, como foi explicado anteriormente, isto é, partindo da recategorização da 3ª pessoa de um verbo de idêntico valor semântico;

(ii) a conjunção **vel** não aparece nos textos em prosa do séc. XIII, consultados para esta pesquisa, quando já ocorre a correlação **quer... quer**, o que evidencia o caráter de substituição de uma forma pela outra ou o emprego da alternativa **vel** apenas em textos poéticos.

Trata-se de uma recategorização:

verbo > conjunção

acompanhada de uma mudança de conteúdo semântico.

Em frases do tipo:

***Quer** eu faça isto, **quer** eu faça aquilo, ela sempre reclama comigo.*

pode-se substituir a correlação **quer... quer** pela conjunção condicional **se** acompanhada de uma forma do verbo **querer**.

Isso não ocorre, porém, em todos os casos do emprego da referida locução conjuntiva. Em muitas estruturas, o seu valor semântico é alternativo, como o de **ou... ou**.

***Quer** chova **quer** faça sol, irei à praia.*

Pode-se, pois, verificar que a locução conjuntiva **quer... quer** conserva, em alguns casos, o que parece ter sido o seu valor primitivo, o valor concessivo-condicional, e, em outros casos, apresenta um mero valor alternativo, assumido por analogia à correlação **ou... ou**.

Percebe-se, pois, a trajetória de um sentido mais concreto para um menos concreto; há, entretanto, em alguns casos, a manutenção do sentido primitivo herdado do verbo correspondente.

A correlação **quer... quer** substituiu, pois, a conjunção latina **vel**, empregada em correlação com a conjunção **aut** e existe na língua portuguesa, desde o séc. XIII.

4.8.3.7 Que... que

Como foi visto anteriormente, ocorreu ainda no *corpus*, uma única vez, a alternativa **que... que**, a qual pode também ser interpretada como a correlação **quer... quer**, possivelmente assim grafada por um lapso do copista.

De qualquer modo, trata-se de uma correlação alternativa em que se percebe a repetição da conjunção para estabelecer uma relação de alternância.

Essa correlação, como já foi especificado, ocorreu apenas uma única vez, no séc. XIII.

As correlações constituídas pela repetição de itens conjuncionais parecem ter tido origem em virtude da pressão pragmático-discursiva. Por um processo metafórico, as conjunções se repetem, estabelecendo uma alternância de ações, mas conservam resquícios do seu sentido primitivo.

Pode-se observar, no quadro a seguir, os períodos correspondentes ao emprego e ao desuso dessas correlações:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc.XX
Já... já						
Nem... nem						
Ou... ou						
Ora... ora						
Quando... quando						
Quer... quer						
Que... que						

4.8.4 Correlações formadas por intensificadores ou por intensificadores e pronomes

Algumas correlações do português são formadas por intensificadores ou por intensificadores e pronomes.

4.8.4.1 Mais... quanto mais

Essa correlação ocorre uma única vez no *corpus* desta pesquisa, especificamente num texto do séc. XVI, a carta CII, de D. Jayme, duque de Bragança (l. 07-9), estabelecendo uma relação de proporção:

> *E pouco tempo abastaraa pera me S.A. ouvir, que nom quero mais que dos negocios; escusado tenho de cuydar* ***mais****,* ***quanto mais*** *fallar.*

Nessa correlação, o advérbio **mais** aparece na sentença subordinante e na subordinada sendo que, na subordinada, é reforçado pelo indefinido **quanto**.

Nota-se que, no exemplo acima, o **mais** aparece numa sentença em que o verbo tem sentido negativo, o que explica a forma dessa correlação no português contemporâneo: **não... quanto mais**. Atualmente, em lugar do advérbio **mais** na primeira sentença, com verbo de sentido negativo, tem-se o advérbio **não** precedendo qualquer tipo de verbo. Percebe-se, pois, a mudança ocorrida, por um processo metonímico.

Essa correlação não foi encontrada nos diálogos do NURC ou do PF consultados para esta pesquisa. É, entretanto, bastante empregada em períodos do tipo:

> ***Não*** *tenho dinheiro para comprar um liquidificador* ***quanto mais*** *uma geladeira*.

em que o segundo termo da correlação intensifica, ainda mais, na segunda oração, a negação expressa na primeira.

4.8.4.2 Canta... mais

Na forma feminina, **canta** aparece ainda no *corpus*, constituindo a correlação comparativa **canta... mais**, empregada no séc. XIII; apresenta a variante **canta... quanto** que ocorre uma única vez, na Dem., tendo elíptico o primeiro termo:

> *E levaram-no aa maior eigreja do castelo e fezerom-lhi* ***canta*** *onrra* ***mais*** *poderom e* ***quanto*** *deviam aa fazer a tal homem.* (Dem., Cap. DCCIX, l. 26-7).

No período acima, tem-se duas orações comparativas coordenadas entre si e correlacionadas ao mesmo termo da oração principal. Desse modo, o termo intensificador, na oração principal, é o mesmo para as duas que têm, entretanto, como segundo termo, duas formas diversas de valor semântico equivalente: **mais** e **quanto**.

4.8.4.3 Quanto... tanto

Quanto constitui, com o intensificador **tanto**, a correlação proporcional **quanto... tanto,** empregada no português do séc. XIII:

> *Mas o prazer que ende avia a linhagem de rei Bam nom avia par, ca tu➲a que aviam en seu bando uu➲ dos melhores cavaleiros do mundo, e* ***quanto*** *prazer a elles* ***tanto*** *pesar a Galvam, porque a linhagem do rei Bam se esforçava.* (Dem., Cap. DCXXXII, l. 28-31).

Nos *Diálogos de São Gregório* foram documentadas as correlações:

> *quanto... mais ... tanto mais*
> *quanto... mais ... tanto... meos*
> *tan... mais pouco ... quanto moor*
> *quanto mais ... tanto mais pouco*
> *quanto mais ... tanto... mais*
> *quanto... mais ... tanto... meor*

> *E quando torno mentes empós min, vejo a riba do mar de que me parti e sospiro por ela e* ***quanto*** *a* ***mais*** *desejo* ***tanto mais*** *andando per esse mar a posso* ***meos*** *aver; ca do ben que perdeu aquel que en religion vivia* ***tan*** *toste* ***mais pouco*** *acorda* ***quanto moor*** *tempo vive enos be➲e➲s e nos prazeres do mundo.* (1.1.19).

> *E este he o que eu dixi primeiramente: que aqueles que andamos pelo mar,* ***quanto mais*** *andamos* ***tanto mais pouco*** *veemos o porto de que nos partimos, se nos pera el nom queremos tornar.* (1.1.20).

> *E* ***quanto mais*** *agua deitavan os homens sobrelo fogo pera apaga-lo* ***tanto*** *se* ***mais*** *acendia.* (1.12.5).

> *E* ***quanto*** *se* ***mais*** *estende aas cousas que tan maas son pela mesqui➲i➲dade dos homens que no mundo vivem,* ***tanto*** *se* ***meor*** *acha e* ***mais*** *sen amor de Deus.* (1.1.15).

Mattos e Silva (1989:724) chama atenção para o uso alternativo de **meos** e **mais pouco**. É interessante observar que, em quase todos os enunciados acima, há itens lexicais inseridos entre os termos das

correlações, o que indica que, na época, a correlação ainda não estava gramaticalizada.

Nos textos dos sécs. XVI, encontra-se a correlação **quanto... tanto mais:**

> *E per esta semelhança está claro q[ue], **quanto** a planta ou hérva estiver em máis grossa terra, **tanto mais** frutificará.* (DVV, p.420-3, l. 25-1).

No séc. XVI, ocorrem ainda as variantes **quanto... tanto**, **quanto... tanto mais** e **quanto... mais... tanto... mais**.

> *... e aôs de el-rei dom Afonso de Castéla, eleito imperador, e de el-rei Afonso de Nápoles e aôs de muitos príncipes e gráves barões que **quanto** me leváram em lêteras e magestáde de estado **tanto** na ocupaçom dos negócios.* (DVV, p. 436, l. 16-23).

> *E terás esta régra: **Quanto** o requerimento te chegar à alma, **tanto mais** ousadamente responde.* (DVV, p.461, l. 14-5).

> *Assi **quanto** o mançebo é **mais** nobre em sangue e creaçam e composiçam de bons humores (segundo os médicos), **tanto** naturalmente sam **mais** benévolos, clementes, mansos e piadosos que aqueles que carécem desta nobreza de sangue e compleissam.* (DVV, p.430, l. 03-6).

No séc. XVII, ainda aparece a correlação **quanto... tanto**, ao lado da variante **tanto mais... quanto... mais**:

> *... porque **quanto** as setas são mais agudas **tanto mais** facilmente se despontam na pedra.* (SS, l. 289-90).

> *... conhecendo agora que então não teve efeito aquela eleição, reservando-a Deus para a presente, **tanto mais** para estimar, **quanto** os pais estimam **mais** as filhas que as irmãs.* (CVB, CCLXXXIV, l. 2-4).

Observa-se que, no séc. XVII, os termos da correlação tornam-se suscetíveis de apresentarem uma inversão: **quanto... tanto ~ tanto... quanto** procedimento que, entretanto, não se conservou no português.

As correlações proporcionais são consideradas conjunções comparativas por Huber (1986:302) e comparativas-proporcionais por Mattos e Silva (1989a:723). Tendo em vista o valor semântico dessas correlações que estabelecem uma relação de proporcionalidade entre as idéias expressas pela oração subordinada e pela subordinante e não propriamente uma relação de comparação, preferiu-se, nesse trabalho, considerá-las, apenas, proporcionais, de acordo com a *Nomenclatura Gramatical Brasileira.* Na verdade, do ponto de vista semântico, as

correlações proporcionais estão situadas entre as comparativas e as consecutivas, pois, se por um lado estabelecem um confronto entre a oração subordinada e a subordinante, por outro indicam que o que está expresso na oração subordinada é, proporcionalmente, a conseqüência do que se afirma na oração subordinante.

As correlações proporcionais do português contemporâneo, citadas pelos gramáticos consultados para esta perquisa são:

quanto mais... mais
quanto mais... tanto mais
quanto mais... menos
quanto mais... tanto menos
quanto menos... menos
quanto menos... tanto menos
quanto menos... mais
quanto menos... tanto mais

A comparação das correlações proporcionais encontradas no *corpus* do português arcaico e moderno com as do mesmo tipo, utilizadas no português contemporâneo, demonstra a modificação que sofreram, através dos séculos, até alcançarem a sistematização que apresentam no português dos nossos dias.

Esse tipo de correlação admite, na segunda sentença, a elipse de itens lexicais, se idênticos aos da primeira.

Inicialmente apenas constituída dos indefinidos, **quanto... tanto**, essa correlação associou, no decorrer dos séculos, os advérbios **mais**, **meos** (menos), os comparativos **meor** (melhor) **moor** (maior) ou a combinação **mais pouco** e admitiu inserção de itens entre todos os seus termos, para finalmente gramaticalizar-se em formas fixas, constituídas de duas partes: a primeira, formada pelo advérbio **quanto**, associado aos advérbios **mais** ou **menos** e a segunda constituída do advérbio **tanto**, também associado aos advérbios **mais** ou **menos**. A inserção de termos passou também a ser permitida apenas entre as duas partes da correlação. Com a gramaticalização, pois, as correlações passaram a ter formas fixas, perdendo a liberdade para modificações.

4.8.4.4 Tanto... quanto ~ tanta quanto

Enquanto a correlação **quanto... tanto** estabelece uma relação de proporção, **tanto... quanto** expressa uma relação de comparação. Ocorre, no português, desde o séc. XIII:

> *E os trabalhoes seyã **tantos quantos** el rey uir por ben ou que á mester.* (FR, liv. I, l. 481-2).

Precedendo adjetivos ou advérbios, **tanto** assume a forma apocopada **tão**, grafada **tam**, no português arcaico. Dá-se, por vezes, nos textos dos sécs. XIII e XIV, a apócope nas duas formas **tam... quam**:

> *Depois que el foi em terra, achou os corações tam duros e tam envoltos nos pecados mortais que **tam** maos lhe eram de tornar a si, **quam** mao seria u↓u homem mollentar u↓a pedra mui grande.* (Dem., Cap. XL, l. 20-3).

No enunciado acima, ao lado da correlação comparativa **tam... quam**, tem-se também a consecutiva **tam... que** (cf. 4.8.1).

Vê-se, pois, que as correlações constituídas de pronomes indefinidos e intensificadores sofreram modificações, até o séc. XVII, na sua constituição, alternando a posição dos seus termos ou permitindo a inserção de termos entre os seus elementos componentes. No português contemporâneo, elas possuem formas fixas o que parece indicar estar concluída a gramaticalização. Processos metafóricos e analógicos parecem ter dado origem às várias correlações para expressar as mais diversas relações.

Os períodos de emprego e desuso das correlações podem ser observados no quadro a seguir:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc.XX
Mais... quanto mais						
Quanto... tanto						
Quanto... mais... tanto mais						
Quanto mais... tanto mais pouco						
Quanto mais... tanto mais						
Quanto... mais... tanto... meor						
Tanto... quanto						

4.8.5 Correlações conjuncionais com elemento negativo

Quatro correlações conjuncionais do português contêm, na sua estrutura, um elemento negativo **nã... canto mais**, **nom... que**, **não... senão** (adversativas) e **não só... mas também** (aditiva).

4.8.5.1 Nã... canto mais

Canto é a variante de **quanto** que representa a pronúncia com redução do ditongo.

Ocorre, associado ao advérbio **mais**, e correlacionado a **nã** (não), uma única vez, no *corpus*, na CT, CLVIII, texto do séc. XVI, constituindo a correlação aditiva **nã... canto mais**, equivalente a 'nem... nem tampouco'.

> ***Nã*** *ha gentio omrrado,* ***canto mais*** *christão sesudo, que nã simta mais a culpa que ho castigo.*(L. 26.7)

Apesar de não constar dos elencos de conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos e de não ter sido documentada nos textos de língua falada que serviram de *corpus* a esta pesquisa, essa correlação é bastante empregada no português falado contemporâneo, em frases do tipo:

***Não** gosto de sair de dia, **quanto mais** de noite.*

Pode-se, pois, supor que tenha sido conservada na língua falada e que fosse também empregada no séc. XVII:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc.XX
Nã... canto mais						

4.8.5.2 Non... que

Sobre essa correlação já foram tecidos comentários uma vez que é formada com a conjunção **que** (cf. 4.8.1).

4.8.5.3 Não só... mas também[25]

Esta correlação ocorre, inicialmente, na documentação consultada, nos DSG, texto do séc. XIV, com a forma **nom solamente... mas**:

> ***Non solamente** foi depois abade de muitos monges **mas** morou con muytas monjas.* (DSG, 1.5.56).

No séc. XV, o advérbio **non** e a conjunção adversativa **mas** dessa correlação ocorrem seguidos da conjunção **come**:

> *... he nossa intençom n'eeste prollogo muito curtamente falar **non come** buscador de novas rrazoões, per própria invençom achadas, **mas come** ajuntador em hu↓u breve moolho dos ditos d'algu↓us que nos prouguerom...* (CDP, Prólogo, l. 06-9).

Nos textos do séc. XVI consultados para esta pesquisa, ocorrem as variantes: **nam somente... mas**, **nam... mas**, **nõ somente... mas ainda ~ nam somente... mas ainda**:

> *Assi, negár a execuçám deste desejo de bem fazer, com reçeo de reprensões, **nam somente** seria viçiosa vergonha, **mas** eternál confusam.* (DVV, p. 445, l. 15-7).

> *Aqui deste modo e em outros **nam** tomamos as térras per o elemento da térra, **mas** per a diversidade das provinçias déla.* (GLP, 343-4).

[25] Preferiu-se, no título, colocar a forma mais empregada da correlação no português contemporâneo, embora essa correlação possua inúmeras variantes.

> *Porque **nõ somemte** he necessario cuydallas huu a vez be, assy como a vosso serviço compre, **mas ainda** depois que o caminho que eu ordeno he desprezado, ainda de tornar a cuydar como se desfaraão os barrancos e corregos e se faraa mais chaão ho que outras pessoas ordenam pera que menos dano faça a vosso serviço.* (CDJIII, CVI, l. 03-8).

> *E máus mestres/leixam os disçipulos danádos per toda sua vida, **nam sòmente** com víçios d'alma, de que poderemos dár exemplos, **mas ainda** no módo de ôs ensinár.* (DLNL, p. 406-7, l. 23-6).

Nos textos do séc. XVII, novas variantes aparecem: **não... mas**, **não só... senão**, **não só... senão também**, **(não só)... como também**, **não só... mas ~ não só... mas também**:

> *A S.M. dou muito miúda conta de tudo o que passou na verdade, e espero da sua justiça, **não** a satisfação que todos aqui supunham, **mas** ao menos me restitua à sua graça.* (CVB, CCIV, l. 44-7).

> *Finalmente, o tempo em que a missão se assentou era **não só** bastante, **senão** dobrado do que se havia mister para a prevenção e disposição dela, quanto vai de Março a Junho.* (CVM. LXVIII, l. 70-2).

> *... e por isso **não só** então pareceram mal aquelas razões **senão também,** quem as dava.* (CVB, CLXXXVII, l. 39-40).

> *... e sendo muito maior, sem comparação, o número de negros que o dos índios, assim como os índios são catequizados e doutrinados nas suas próprias línguas, assim os negros o são na sua, de que neste Colégio da Baía temos quatro operários muito práticos **como também** outros no Rio de Janeiro e Pernambuco.* (CVB, CCLI, l. 25-31).

> *Cheios estão os copiadores da Secretaria das muitas cartas, com que este mesmo António Vieira foi louvado por el-rei que está no Céu, e **não só** em resposta das minhas, **mas** em outras ocasiões de mero favor e agrado...* (CVB, CCV, l. 30-4).

> *Atendeu-se neste papel **não só** ao remédio das injustiças, a que V.M. quer acudir, **mas também** ao serviço, conservação e aumento do Estado, que todo consiste em ter índios que o sirvam, os quais até agora o não serviam ainda que os tivesse.* (CVM, LXIX, l. 193-6).

Nos diálogos do NURC e do PF que fizeram parte do *corpus* desta pesquisa foram detectadas as variantes: **não... mas**, **não somente... como**, **não só... como até**, **não só... mas**, **não só... como**, **não somente... como também**, **( ) ... mas também**.

*... a moça... estudou em :: Piracicaba... depois casou-se e :: hoje reside em Santos... **não** na mesma casa **mas** na mesma (cidade) como meus pais que meus pais (são) residem em Santos também,...* (SP, inf. 252, l. 154-7).

*... eu acho que se resumem nisso mesmo que eu acabei de dizer, não é, complementar recursos, **não somente** recursos financeiros, **como** recursos materiais, recursos de outra or... de outras ordens, né...* (SSA, inf. 360, l. 648-51).

*E, com o correr do tempo, **não só** a casaca desapareceu das ruas, **como até** aquele traje que se usava nos dias de Sexta-feira Santa e...* (SSA, inf. 203, l. 06-8).

*... faço as, as diversas combinações de outras coisas (inint) por, por onde ando, **não só** na hora da refeição em casa ao meio dia, **mas** o arroz eu não dispenso, gosto imensamente, arroz, carne e legumes são, é a base da minha alimentação, que eu gosto demais...* (POA, inf. 144, l. 14-8).

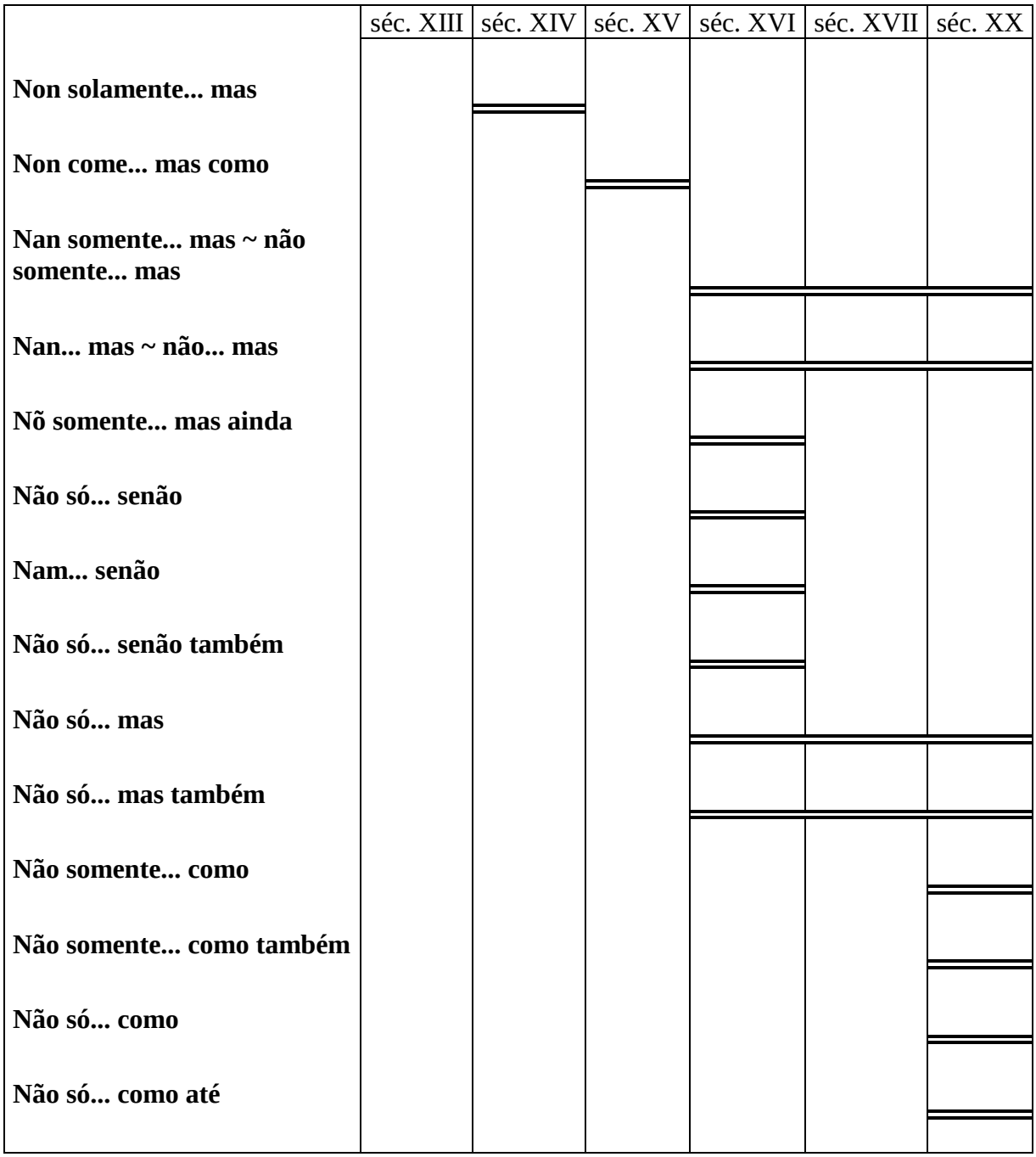
*... mas a capela-mor é realmente surpreendente **não só** pela estrutura da capela em si, porque é muito peculiada, é uma capela-mor de tipo gótico com abóbada de nervuras e com pinturas a fresco, eh, **mas** reativamente vulgares...* (PF, inf. 0090, l. 10-3).

Procuro mantê-los sempre limpos, não só lavando duas vezes por semana, mas... usando outros a... artifícios, outras ah... maneiras de mantê-lo limpo, sempre bem penteado. (POA, inf. 09, l. 51-3). *Que na profissão que eu tenho... a... apresentação é muito importante, **não só** no vestiário, **como** no aspecto geral.* (POA, inf. 09-, l. 53-5).

*No caso, por exemplo, desse caso que eu citei da... da... da Barragem de... de Itaipu, **não somente** o governo brasileiro entra com recursos e o governo paraguaio entra com recursos também, **como também**, nas equipes de trabalho...* (SSA, inf. 360, l. 552-6).

*... uma espécie de bonde misto... que ele transportava o passageiro... **mas também** transportava bagagem...* (RJ, inf. 128, l. 606-8).

Pode-se, pois, indicar os períodos correspondentes ao emprego de cada variante da correlação:



Almeida (1978:350) cita ainda, para o português contemporâneo, as variantes: **não só... como, não só... também, não só... porém sim, não só... mas até mesmo**.

4.8.5.3.1 Também... como

Ao lado da correlação aditiva **non solamente... mas**, é empregada do séc. XIII ao XV a correlação também aditiva, de idêntico conteúdo semântico, **também... como**, que apresenta, nos sécs. XIII e XIV, as variantes gráficas **tan be↓... come**, **tanben... come**, **tãben... come**, **tanbe↓... come** e no séc. XV a forma **também... como**:

> *Se os alcaydes dos logares nõ fezere↓ enmendar aos romeus os tortos que recebere↓ **tan be↓** dos albergeyros **come** dos outros, mandamos que logo que os romeus mostrarem sa querelha...* (FR, liv. IV, l. 1218-23).

> *E pore↓ queremos e mandamos que os rumeus quaesquer que seyã e onde quer que <uenhã>, possa **tanben** ena saude **come** na enfirmidade fazer manda de sas cousas segu↓ndo sas uoontades.* (FR, liv. IV, l. 1201-4).

> *... e o ordiame↓to dos boos // (fol. 77r) custumes e son guyame↓to do pobuu e aiuda e sõ **tãben** pera os omees **come** pera molleres e assy pera mancebos come pera uellos e **tanbe↓** pera os sabedores come pera os insabes e **tãben** pera os das cidades **come** pera os das aldeyas...* (FR, liv. I, l. 355-60).

> *... viviam em Purtugall na mercee d'el-rrei dom Pedro, creendo nom rreceber dano, **tambem** os purtugueses **como** os castellãaos.* (CDP, Cap. XXX, l. 61-3).

Tudo indica que essa correlação foi empregada, na língua portuguesa, apenas, até o séc. XV, pois não foi encontrada em textos de épocas posteriores. Também não ocorreu nos diálogos do NURC e do PF consultados.

Observando os termos das diversas variantes das duas correlações: **não só... mas também** e **também... como**, pode-se supor ter havido cruzamento entre as formas, o que teria determinado as variantes detectadas no *corpus* e as outras citadas por Almeida (1978:330).

Os termos componentes das diversas variantes: **não - somente - só - mas - senão - como - até - também**, combinados de diversas maneiras, formam as correlações aditivas do português arcaico e moderno, algumas conservadas no português contemporâneo, e as suas principais variantes, como se pode verificar no quadro a seguir:

não	**como**	**somente**	**só**	**mas**	**como**	**até**	**senão**	**também**	**como**
não				mas					
não		somente		mas					
não			só	mas					
não			só				senão		
não		somente			como				
não	como			mas	como				
não			só		como			também	
não			só				senão	também	
não		somente			como			também	
não			só	mas				também	
não			só		como	até			
								também	como

Vê-se que a correlação aditiva **não só... mas também**, listada pelos gramáticos, não está ainda totalmente gramaticalizada, uma vez que, por um processo analógico, apresenta variações no primeiro e segundo termos.

É interessante observar que, já havia, no latim, a correlação **non solum... sed etiam**, cujo primeiro termo parece ter dado origem ao primeiro termo da correlação portuguesa **não só... mas também**, de idêntico conteúdo semântico.

Quanto à correlação **também... como**, só ocorreu na língua até o séc. XV:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Também... como						

É interessante observar que, nesta correlação empregada até o séc. XV, o primeiro termo **também** é exatamente o último nas correlações empregadas no português contemporâneo.

4.8.5.4 Não... senão

A forma **senão** origina-se da justaposição da conjunção **se**, condicional, à forma negativa **não** e, segundo Nascentes (1966: s.v. **senão**), *estabelece uma restrição a uma coisa muito boa*. Significa ‘de outra forma’, ‘de outro modo’, ‘caso contrário’, ‘mas sim’, ‘a não ser’. Apresenta, no português arcaico e moderno, as variantes: **senon ~ se... non ~ senam ~ senã**. Ocorre, no *corpus* desta pesquisa:

(i) com valor preposicional de ‘exceto’:

> *... e que ficara o que eu digo - sempre em segredo* ***senã*** *das pesoas a que eu nã pude deixar de o dizer, que he o que por o confessor, o Bispo de Portalegre, por que↓ muito disto passou, e ho secretario por que↓ passa tudo.* (CT, CLVII, l. 33-6).

(ii) com valor conjuncional:

- fazendo parte da correlação adversativa **não... senão**, que apresenta, no português arcaico, as variantes gráficas **nõ... senõ ~ nã... senã** e aparece, no português moderno, em correlação com outras palavras de sentido negativo **nenhuu↓**, **nem**, **sem**.

> *... e tendo-se-lhes concedido tudo o que nos limites da justiça era possível,* ***não*** *lhes fica que pretender* ***senão*** *o injusto.* (CVM, LXXIV, l. 194-6).

> *... e segundo disserã, a tençã de S.A. foy* ***nõ*** *lhe dar outra pena* ***senõ*** *a prisaão.* (CM, CXIV, l. 23-4).

> *Nisto* ***nã*** *ha mais que dizer* ***senã*** *pedir a Nosso Senhor que o e↓derece↓ como que↓ he e nã como nos merecemos*. (CT, CLXV, l. 36-7).

> *E porque ysto he cousa tã fora de toda rezam, e mais estamdo vos no em que estaaes, e tratando negocio tall que* ***ne↓huu*** *outro fim teem* ***senam*** *a amizade que eu tanto precuro de ter cõ elRey de França, como elle o deve fazer e mãdandovos eu a ysto da maneira que vos mandey...* (CDJIII, XXI, l. 17-21).

> *... e mostrando vos do geyto que a calidade do desconte↓tame↓to Requere,* ***ne↓****, falareys* ***senão*** *o menos que vos seja posyvell.* (CDJIII, VI, l. 328-30).

> *... ficava a navegaçam dos mares* ***sem*** *nele poder aveer outro periguo* ***senam*** *de huu↓ ladram, que muy pouco nojo pode fazer.* (CDJIII, XXII, l. 68-70).

- expressando uma relação de condição:

> *Quem derribou Lucifer da alteza de tanta ben aventurança,* ***senan*** *os dotes em que ô Deus criou.* (DVV, p. 425, l. 02-5).

> *Apartando-se António Vieira dos pés do Sr. Marquês mordomo-mor caido de sua graça, como se havia ou devia tratar de aí por diante* ***senão*** *como morto?* (CVM, LXXX, l. 19-21).

Embora seja a correlação **não... senão** ainda bastante empregada no português falado ou escrito contemporâneo, não ocorreu nos diálogos do Projeto NURC e do Português Fundamental consultados para esta pesquisa.

Trata-se, nesses casos, da conjunção condicional **se**, seguida da partícula **não**; as duas formas aparecem justapostas, grafadas em uma só palavra, por influência da forma **senão**, correspondente à preposição ou ao segundo membro da correlação conjuncional **não... senão**.

A forma **senão**, como já foi explicitado, é fruto da gramaticalização experimentada pelo item conjuncional condicional **se** seguido do advérbio **não**.

A justaposição de **se** ao **non**, que determinou o surgimento do item conjuncional contrajuntivo, parece só ter ocorrido após o séc. XIII, uma vez que, na Dem., tem-se ainda exemplo das duas formas separadas, o que parece indicar não estar a forma ainda totalmente gramaticalizada na época:

> *"Tornemo-nos", disse Garret, "a casa de u↓u meu amigo que é perto daqui e morades i ata que sejades são, ca se muito quiserdes cavalgar* ***non*** *hai i* ***se*** *morte* ***nom****".* (Dem., Cap. CXCVII, l. 13-5).

Nota-se que, em todos os exemplos citados em que **não... senão** foi interpretado como correlação adversativa, a forma **senão** e suas variantes podem também ser interpretadas como itens conjuntivos condicionais, como em:

> *... e tendo-se-lhes concedido tudo o que nos limites da justiça era possível* ***não*** *lhes fica que pretender* ***senão*** *o injusto*. (CVM, LXXIV, l. 194-6).
> *= não lhes fica que pretender* ***se não*** *(for) o injusto.*
>
> *... e mostrando vos do geyto que a cidade do desconte↓tame↓to Requere,* ***ne↓*** *falareys* ***senão*** *o menos que vos seja posyvell.* (CDJIII, VI, l. 328-30).
> *= ... ne↓ falareys* ***se não*** *(for) o menos que vos seja possyvell*

o que demonstra que a forma contém resquícios do seu sentido primitivo.

No processo de gramaticalização do item **senão**, além da justaposição:

se + **non** = **senon**

e da recatogorização:

conjunção + advérbio > conjunção
advérbio

houve ainda a sintaticização resultante da nova interpretação do item na sentença e a semanticização, isto é, a aquisição do conteúdo semântico adversativo, decorrente, talvez, do emprego do item em sentenças pospostas a sentenças negativas. O uso contínuo do item em tal distribuição determinou a origem da correlação **não... senão**. Essa correlação, contudo, não parece estar ainda totalmente gramaticalizada, uma vez que admite como primeiro termo, qualquer palavra de valor negativo, como já ficou explicitado, através dos exemplos citados. Muitas dessas construções são comuns no português contemporâneo.

Nos diálogos do Projeto NURC consultados para esta pesquisa, o **se** ocorre como conjunção condicional seguida da partícula negativa **não**:

> *... uma peça séria deve ser apresentada a um público adulto, a um público culto...* ***se não*** *ela* ***não*** *vai fazer sucesso nenhum.* (SP. inf. 186, l. 327-9).

> *... então tínhamos que TRATAR o taxi para ele vir até nossa casa pra naquela hora... dispormos de condução... porque* ***senão*** *se ficássemos esperando que passasse táxi na rua...* (RJ, inf. 50, l. 66-8).

No português contemporâneo, a conjunção condicional seguida da partícula negativa é grafada **se não**, enquanto a preposição e a conjunção adversativa são grafadas **senão**.

Os gramáticos contemporâneos consideram **senão** uma conjunção coordenativa adversativa. A N.G.B. classifica-a como 'palavra denotativa de exclusão'. O fato de a forma **senão** vir sempre correlacionada a uma partícula negativa na oração precedente permite a suposição de que se trata de uma correlação e não, de uma simples conjunção.

Dias (1954:275) chama a atenção para o fato de que a forma **senão** podia, também, no português arcaico e moderno, vir seguida da conjunção **que**:

> *E ainda Nymphas minhas não bastava*
> *Que tamanhas miserias me cercassem,*
> ***Senão que*** *aquelles que eu cantando andava*
> *Tal premio de meus versos me tornassem* (Lus. VII, 81).

Pode-se, entretanto, considerar que nessa estrofe de *Os Lusíadas*, citada pelo referido autor, não esteja presente uma conjunção **senão que**,

mas o advérbio **senão** ‘a não ser’, ‘exceto’ seguido da conjunção condicional **que**.

O autor explicita ainda (*id ibid*.:257) que a forma **senão**, com valor adversativo, só é sinônima de **mas**, quando, a um membro negativo se contrapõe um afirmativo:

> *a santidade **nam** consiste em muito contemplar, **senam** em muito obrar*. (Chagas, 1,2).

e que, na variante da correlação aditiva **não só... senão**, quando o predicado da segunda oração é diferente, não se diz simplesmente **senão**, mas **senão que**:

> *... não tomou para sy essas novas glorias, **senão que** todas as quiz para elle.* (Vieira, II, 50).

Exemplos desse emprego foram também encontrados no *corpus* consultado para esta pesquisa:

> *Mas que me diga, e me pregue hoje a mesma Igreja, regra da fé e da verdade, que **não só** hei de ser pó de futuro, **senão que** já sou do presente; ‘Pulvis es’.*(S 4ªf. C. l. 55).

Entretanto, encontra-se também: **não só... senão também**:

> *... e por isso **não só** então pareceram mal aquelas razões **senão também** quem as dava.* (CVB, CLXXXVII, l. 39-40) (cf. 4.8.5.3).

e **não só... senão que também**:

> *Mas **não só** ficariam estas almas fora do grémio da Igreja, **senão que também** foram os padres contrangidos a deixar naquele sertão muitas de inocentes que já tinhas baptizado...* (CVM, LXVIII, l. 221-3).

Essas correlações aditivas contendo a forma **senão**, no *corpus* consultado para esta pesquisa, só foram encontradas em textos dos sécs. XVI e XVII, enquanto outras variantes para a mesma correlação datam de séculos anteriores (cf. 4.8.5.3).

Pode-se, pois, indicar o período correspondente ao emprego da correlação adversativa **não... senão** e das correlações aditivas **não só... senão que ~ não só... senão também ~ não só... senão que também**, na língua portuguesa. O fato de a correlação **non... se... nam** ocorrer no séc. XIII e não ter sido encontrada com esta mesma forma, ou na forma **nom... senam** ou **nom... senon,** em textos dos sécs. XIV e XV permite a

suposição de que, usada, inicialmente como arcaísmo, teve, a partir do séc. XVI, o seu emprego generalizado. Tem-se, assim:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Não... senão						
Não só... senão que						
Não só... senão também						
Não só... senão que também						

A correlação aditiva **não só... senão também**, embora ainda seja empregada no português contemporâneo, não é de uso freqüente nem na língua escrita, nem na língua falada.

Ao contrário da correlação adversativa **não... senão**, é bastante empregada na modalidade escrita ou oral da língua.

A constituição dessas correlações parece ter sido oriunda de processos metafóricos e analógicos que determinaram as mudanças ocorridas.

5. Avaliação final

O objetivo desta pesquisa centrou-se, como já especificado, na análise dos processos de gramaticalização experimentados pelos 136 itens conjuncionais encontrados num *corpus* constituído por três sincronias distintas: o português arcaico (sécs. XIII a XV), o português moderno (sécs. XVI e XVII) e o português contemporâneo (séc. XX).

Tomando por base conceitos apresentados por vários autores especialistas no estudo do assunto, tais como, especificamente, os de J. Lyons, Heine, Claudi e Hünnemeyer, Hopper, Svorou e Castilho, entre outros, buscou-se detectar, para cada item, a trajetória específica de mudança e os vários processos de gramaticalização experimentados.

A análise detalhada das mudanças verificadas em cada item em estudo revelou ser a gramaticalização um processo que ocorre continuamente na história da maioria dos itens conjuncionais da língua portuguesa. Por pressões pragmático-discursivas, isto é, por necessidades do falante em situações reais de comunicação, itens conjuncionais deixam de ser empregados e são substituídos por outros ou assumem novos valores semânticos, por processos metafóricos de associação de idéias, por processos metonímicos, devido à contigüidade com outros itens ou estruturas da língua, por analogia a outras formas lingüísticas, ou como resultado de implicaturas conversacionais. O que se observa, pois, no quadro dos itens conjuncionais portugueses é que a maior parte deles vem experimentando, através do tempo, processos de gramaticalização ou discursivização.

5.1 Processos de constituição das conjunções na história do português

Como foi visto anteriormente (cf. 4.1), apenas dez conjunções portuguesas foram herdadas diretamente do latim, isto é, são provenientes de conjunções latinas, oriundas de processos de gramaticalização já na língua de origem, uma vez que provêm de pronomes latinos, de advérbios procedentes de formas verbais isoladas ou de formas verbais associadas a uma preposição.

Uma vez gramaticalizadas, as conjunções latinas passaram à língua portuguesa com o mesmo teor semântico e expressando, evidentemente, as mesmas relações que já expressavam no latim.

Assim, são provenientes de conjunções latinas oriundas de pronomes, as conjunções portuguesas:

ca (arc.)
(i) conjunção explicativa ou causal - da conjunção causal latina **quia**, derivada do pronome **quia**;

(ii) conjunção integrante - da conjunção integrante latina **quid**, derivada do pronome interrogativo-relativo **quid**;

(iii) conjunção comparativa - da conjunção comparativa latina **quam**, derivada do pronome interrogativo **quam**;

que - partícula multifuncional, resultante do esvaziamento da significação pronominal da forma neutra **quid**, do pronome indefinido-interrogativo latino, e de sua coalescência com uma outra forma neutra **quod** reservada ao pronome relativo; sofreu ainda a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa **quam** e da conjunção integrante **quod**;

se - conjunção condicional - da conjunção condicional latina **si**, derivada de **sei**, locativo do tema pronominal **so/sa** ‘neste caso’, ‘em tal situação’.

São provenientes de conjunções latinas derivadas de advérbios latinos ou do indo-europeu:

e - conjunção aditiva - da conjunção aditiva latina **et**, derivada do advérbio latino **et**, por sua vez oriundo do advérbio indo-europeu **e➲ti** ‘além de’;

como - conjunção causal - da conjunção latina **quo➲mo→**, forma apocopada do advérbio interrogativo latino quo➲mo→do→;

nem - conjunção aditiva - da conjunção aditiva latina **nec**, antigo advérbio de negação;

ou - conjunção alternativa - da conjunção alternativa latina **aut** ‘ou’, formada de um elemento adverbial **au**, acrescido da partícula **- ti**;

quando - conjunção temporal - da conjunção temporal latina **quando**, oriunda do acusativo feminino singular do relativo **quam**, adverbializado e somado à preposição indo-européia **do➲**, que significava ‘para’.

São provenientes de conjunções latinas derivadas de advérbios latinos, oriundos de uma forma verbal isolada ou precedida de preposição:

vel (arc.) - conjunção alternativa - da conjunção alternativa latina **vel**, procedente de uma forma primitiva **velsi** (do verbo **volo** ‘querer’), substituída, mais tarde, por **vis** e tornada advérbio, significando ‘se quer’, ‘se deseja’;

ergo (arc.) - conjunção conclusiva, adversativa e causal - da conjunção conclusiva, adversativa ou causal latina **ergo**, forma composta da preposição **ex**+abl. de um substantivo derivado de uma forma verbal: **ex-rogo>rogo>ergo**, inicialmente empregada como advérbio, como afirma Climent (1956:118-9) ou como preposição, segundo Faria (1958:267).

Na língua portuguesa, essas conjunções experimentaram novos processos de mudança:

e, ca (arc.) e **ou** tornaram-se elementos do discurso, experimentando, pois, uma discursivização;

ergo (arc.) - além de experimentar também uma discursivização e tornar-se um elemento do discurso, experimentou semanticizações sucessivas, assumindo, por processos metonímicos, as acepções de conjunção concessiva-condicional, quando seguida da conjunção condicional **se**, causal, quando seguida da conjunção **que**; e alternativa, quando em correlação com a alternativa **ou**;

como - de advérbio interrogativo de modo e conjunção modal e causal, ainda no latim, passou ao português, inicialmente como conjunção modal, vindo a expressar, mais tarde, as relações de causa (que já expressava no latim), de comparação, de conformidade e de tempo (por analogia à conjunção temporal latina **cum ~ quom**); ainda por um processo metonímico, veio a constituir a conjunção concessiva **como quer que** e, associada às conjunções condicionais **que** e **se**, as conjunções comparativo-hipotéticas **como que** e **como se**.

Como conjunção causal, experimentou ainda uma sintaticização, passando a ocupar a posição inicial no período.

quando - que já havia assumido no latim, por um processo metafórico, o sentido temporal, passou, com esse mesmo valor semântico, ao português, vindo a constituir, mais tarde, a correlação **quando... quando**, cujo conteúdo semântico apresenta resquícios do valor temporal de origem;

se - manteve os valores semânticos de conjunção condicional e integrante que já possuía no latim, mas o período hipotético em que se insere, apresenta, do latim ao português, reestruturações sucessivas, no que se refere ao emprego dos tempos verbais; nota-se haver o contínuo processo de gramaticalização no que concerne à estruturação do período, o que permite afirmar, como Neves e Braga (1998:206), que, no jogo da linguagem, motivações entram em competição, e cada enunciado que se produz é o resultado do equilíbrio das pressões pragmático-discursivas. Associada ao advérbio **bem**, a conjunção **se** veio a constituir, no português, por um processo metonímico, a conjunção adversativa **se bem**, tornada, mais tarde, uma conjunção concessiva, **se bem que**, ainda empregada no português contemporâneo; também associada à forma **senon**, já proveniente da gramaticalização de **se** + **non**, veio a constituir a conjunção **senon se**;

vel (arc.) - conservou o valor semântico alternativo que já possuía no latim, quer quando empregada isoladamente, quer quando em correlação com **aut**. Caiu, entretanto, em desuso, muito cedo, ainda no século XIII, sendo substituída, no mesmo século, pela conjunção **quer... quer**, de formação e valor semântico similares;

nem - foi a única conjunção dentre as herdadas do latim que não experimentou, no português, nenhum processo de gramaticalização, continuando a expressar as mesmas relações de adição e alternância que já expressava na língua de origem;

que - manteve no português os valores semânticos provenientes do **quid,** do **quia**, do **quam** e do **quod**.

Segundo Climent (1956:133), já no latim arcaico, **quod** introduzia todas as classes de orações adverbiais. Como um item polissêmico, pois, passou ao português. Pode-se supor ser o **que**, no português, um elemento neutro, uma marca de subordinação que assumisse, na fase arcaica da língua, uma determinada carga semântica, a depender do contexto. No português contemporâneo, isso se repete e o **que** ainda expressa relações variadas. Esse item conjuncional constitui ainda correlações subordinativas comparativas e consecutivas e quatro correlações coordenativas: três

adversativas e uma alternativa (cf. 4.8.1.1.1). As correlações comparativas já existiam no latim, as consecutivas eram introduzidas pela conjunção **ut** em correlação com um pronome ou um advérbio. Pode-se dizer, pois, que as correlações consecutivas do português foram criadas, por analogia, nos moldes das correlações latinas.

Quanto às coordenativas, parecem ter sido formações esporádicas, uma vez que não se mantiveram na língua. Uma, apenas, esteve em uso nos sécs. XVI e XVII: **non... que** e é ainda conservada na língua francesa (ne... que).

São resultantes de processos metonímicos os itens conjuncionais derivados das conjunções latinas: **ergo** (arc.) - **ergo que**, **ergo se**, **ergo... ou**; **como - como quer que**; **se - se bem**, **senon... se**; resulta de um processo metafórico e analógico o item **se bem que**, ainda empregado no português contemporâneo; são constituídos apenas com a associação da conjunção **como** às conjunções condicionais **que** ou **se**, os itens **como que** e **como se**.

Ao lado de conjunções herdadas diretamente do latim, outras conjunções encontradas no *corpus* são oriundas da gramaticalização de advérbios latinos, tais como: o intensificador **magis**, os circunstanciais **ante**, **post** e **u**, e o advérbio de afirmação **scilicet** (cf. 4.2.1).

Magis passou de advérbio a conjunção, ainda na língua latina, por um processo metonímico que determinou uma reanálise, isto é, uma reinterpretação do período.

Já na língua portuguesa, **mas** experimentou a discursivização, tornando-se um elemento do discurso, muitas vezes, sem qualquer conteúdo semântico.

Ante passou também ao português como advérbio, preposição e conjunção. Por processos metafóricos tornou-se conjunção comparativa e adversativa (cf. 4.4.1.3).

Post, advérbio e preposição, no latim, passou ao português, sob a forma **pois**, como advérbio e conjunção. Conservando, inicialmente, na língua portuguesa, os valores de conjunção temporal e causal que já possuía na língua de origem, **pois** passou, posteriormente, por um processo metonímico, a conjunção conclusiva e a conjunção explicativa; apenas a variante **depois que** conservou-se, na língua, com o significado temporal de origem. Muito cedo ainda, no séc. XIII, **pois** experimentou a discursivização, passando a funcionar como elemento do discurso, também, muitas vezes, desprovido de qualquer conteúdo semântico.

Scilicet, advérbio afirmativo latino ‘a saber’, ocorre duas vezes, no *corpus*, funcionando como conjunção coordenativa explicativa ou palavra denotativa de explicação. Considerando a forma **scilicet** como conjunção, pode-se dizer que se trata de uma gramaticalização caracterizada apenas por

uma recategorização: advérbio > conjunção, uma vez que o valor semântico foi mantido, e de uma sintaticização ou reinterpretação do item no período.

Ubi, em latim, advérbio interrogativo de lugar, pronome relativo e conjunção subordinativa temporal ‘quando’, passou ao português com a forma **u ~ hu**, funcionando também, como advérbio interrogativo de lugar, pronome relativo e conjunção temporal. Ao passar à língua portuguesa como advérbio e conjunção, **u** experimentou apenas uma morfologização, uma vez que conservou o conteúdo semântico e as funções que já exercia no latim. Entretanto, não permaneceu na língua; foi detectada, apenas, em textos do séc. XIII, apesar de Said Ali afirmar que, até o séc. XVII, ainda era empregada, embora indicasse um emprego arcaizante.

Proveniente de um advérbio da língua portuguesa, a conjunção **somente** ocorre em textos do séc. XVI e ainda é empregada no português falado contemporâneo. Parece também ter sido oriunda de um processo metonímico, de uma reanálise, em virtude do seu emprego em sentenças negativas ou sentenças precedidas por sentenças negativas (cf. 4.2.2.1). Do mesmo modo, a conjunção conclusiva **logo**, proveniente do advérbio **logo**, da língua portuguesa, é oriunda de um processo metonímico (cf. 4.4.1.7).

Inúmeras conjunções portuguesas são constituídas da associação de advérbios, preposições, verbos e nomes à conjunção **que**. Apenas uma, dentre as encontradas no *corpus*, constituiu-se, inicialmente, de um pronome seguido do **que**: **cada que**. Entre as 14 conjunções constituídas por adv. + **que**, 13 têm origem em processos metonímicos, **ainda que**, **almeos que** (arc.), **antes que**, **assim que**, **logo que**, **macar que** (arc.), **mesmo que**, **primeiro que**, **tanto que** (arc.), **sol que** (arc.), **já que**, **pois que** ~ **depois que**, **tanto assim que**, enquanto uma é fruto de um processo analógico: **mentre que** (arc.) (cf. 4.4.1).

Onze conjunções são formadas pela associação de preposições à conjunção **que** ou, às vezes, também, à conjunção **se**.

Deve-se observar que as preposições latinas que passaram ao português, inicialmente empregadas com sentido restrito, tiveram, posteriormente, ampliado o seu domínio semântico. Assim, do sentido básico locativo ou temporal, passaram a expressar noções mais abstratas, metaforicamente deduzidas, tais como: estado, origem, posse, finalidade, meio, causa, objetivo, etc.

Algumas dessas preposições vieram a constituir itens conjuncionais, quando associadas às conjunções **que** ou **se**, das quais assimilaram o conteúdo semântico, por um processo metonímico: **até que**, **desde quando**, **fora se**, **salvo que**, **salvo se**, **por mais que**.

Cinco conjunções são resultantes de processos analógicos: **desde que**, **fora que** (arc.), **para que**, **a que** (arc.), **sem que**. Uma conjunção apenas pode ter a sua origem explicada através de um processo metafórico ou metonímico: **apesar de que**, oriunda de uma locução prepositiva associada à conjunção **que** e de formação relativamente recente.

Quatro formas verbais associadas à mesma conjunção **que** deram também origem a itens conjuncionais documentados no *corpus*. Dentre essas, três são formas de particípio passado: **dado**, **posto** e **suposto**, que, por uma reanálise, vieram a constituir, nos sécs. XV, XVI e XVII, com a conjunção integrante que as seguia, iniciando uma oração substantiva subjetiva, itens conjuncionais para expressar relações de causa ou concessão. Outra conjunção com a forma verbal de gerúndio foi constituída pelo mesmo processo metonímico: **sendo que**, empregada, provavelmente, a partir do séc. XVII.

Algumas conjunções formadas com a associação do **que** têm base nominal. Duas são constituídas de N + **que**: **caso que**, **mercee que**; uma, de (Det + N) + **que**: **uma vez que**; em outras, entretanto, o núcleo nominal acha-se precedido de uma preposição (Prep + N) + **que** ou de uma preposição e de um determinante (Prep + Det + N) + **que**: **à medida que**, **ao passo que**, **ao tempo que**, **de guisa que**, **de feição que**, **de forma que**, **de maneira que**, **de modo que**, **de sorte que**.

Na formação da conjunção **caso que**, nota-se que houve uma gramaticalização ocasionada por uma reanálise, por uma reinterpretação do período motivada por um processo metonímico, que também determinou a formação dos itens **ao tempo que** e **ao passo que**, enquanto, na formação da conjunção **mercee que**, percebe-se a atuação do processo metafórico responsável pela aquisição do conteúdo semântico concessivo e o processo analógico que determinou a associação com o **que**.

Por um processo metonímico, originou-se a conjunção **uma vez que**, enquanto procedimentos metafóricos foram responsáveis pela formação dos demais itens conjuncionais de base nominal em que está presente uma preposição.

O único item conjuncional que apresenta, no séc. XIII, uma base pronominal: **cada que**, já no séc. XV aparece com a forma **cada vez que** e parece ter sido constituído também por um processo metonímico. Também a única conjunção do português, formada com a associação da conjunção **como**: **assim como**, parece ter sido constituída por um processo metonímico, em virtude da freqüência do emprego do advérbio **assim**, seguido da conjunção **como**, com valor comparativo ou modal (cf. 4.4.3 e 4.5).

Além das conjunções constituídas pela associação de preposições à conjunção **que**, há ainda uma conjunção proveniente de uma preposição latina – **segundo** –, outra, cuja origem é uma preposição portuguesa, **conforme**, oriunda de um adjetivo latino – **conformis**, **e** – e dezenove formadas pela justaposição de preposições a pronomes: **conquanto**, **contanto que**, **contudo**, **enquanto**, **em tal que** (arc.), **em tal caso que** (arc.), **em tanto que** (arc.), **entanto**, **entre que** (arc.), **entretanto**, **pero** (arc.), **empero** (arc.), **pero que** ~ **empero que** (arc.), **porquanto**, **porque**, **portanto**, **por isso**; uma formada pela justaposição de uma preposição a um anafórico latino **ende**, **porém**, e outra constituída da associação de uma preposição a uma forma verbal: **por conseguinte**.

Entre essas, oito são constituídas por processos metafóricos: **conforme**, **enquanto**, **empero** (arc.), **portanto**, **por isso**, **porquanto**, **porque**, **por conseguinte**; oito são formadas por processos metonímicos: **em tal que**, **em tal caso que**, **em tanto que**, **entanto**, **entretanto**, **pero**, **porém**, **contanto que** (arc.); três têm a sua origem ligada a processos metafóricos ou metonímicos: **segundo**, **conquanto** e **contudo**; e duas, ainda, apresentam, na sua formação, a atuação da metáfora e da analogia: **entre que**, **pero que** ~ **empero que**.

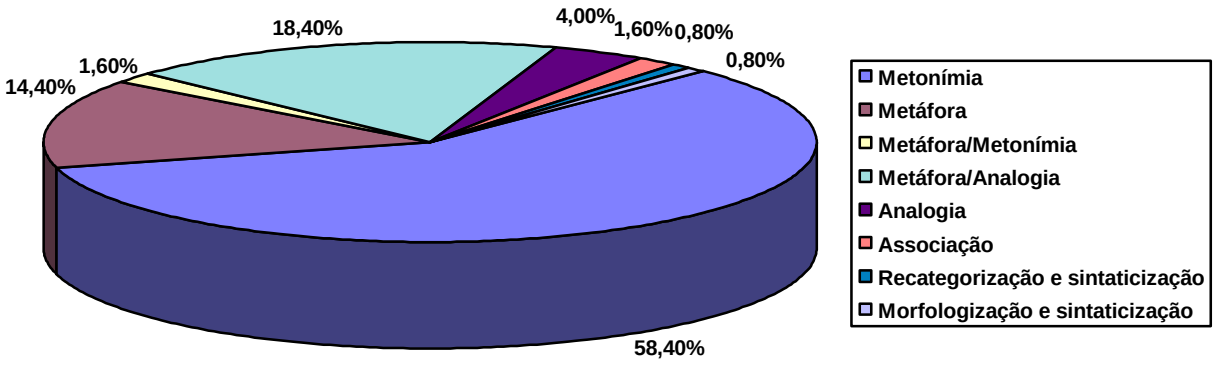
Dois grupos de conjunções têm, respectivamente, três e dois itens cada. O primeiro grupo é o das conjunções constituídas de SN + **que**, no qual duas conjunções são oriundas de processos metonímicos: **caso que** e **uma vez que** e uma é resultante de um processo metafórico e analógico: **mercee que**. O segundo grupo é o das conjunções que contêm, na sua estrutura, um elemento negativo: **a não ser** e **a não ser que**, as quais também experimentaram um processo de gramaticalização em que é fortemente identificada a atuação da metonímia.

Duas conjunções são provenientes de sintagmas: **todavia** e **embora**. A primeira, por um processo metafórico, a segunda, por um processo metonímico.

Ao lado dessas conjunções, foram ainda detectadas, no *corpus* consultado para esta pesquisa, quarenta e uma correlações conjuncionais, vinte das quais pertenceram ao período arcaico ou moderno da língua. Das quarenta e uma correlações, vinte e cinco são oriundas de processos metonímicos: (i) as formadas com **que** ou **ca**: **nom... que** (arc.), **outro... que** (arc.), **sem.... que** (arc.), **maior... que**, **melhor... que**, **mais... que, assi... que** (arc.), **menos... que**, **pior... que**, **muito... que**, **tamanho... que**, **toda... que** (arc.), **quantos... que** (arc.), **tal... que**, **tanto... que**, **antes... que**, **portanto que... que**; (ii) as formadas com **como**: **tanto... como**, **tão... como**

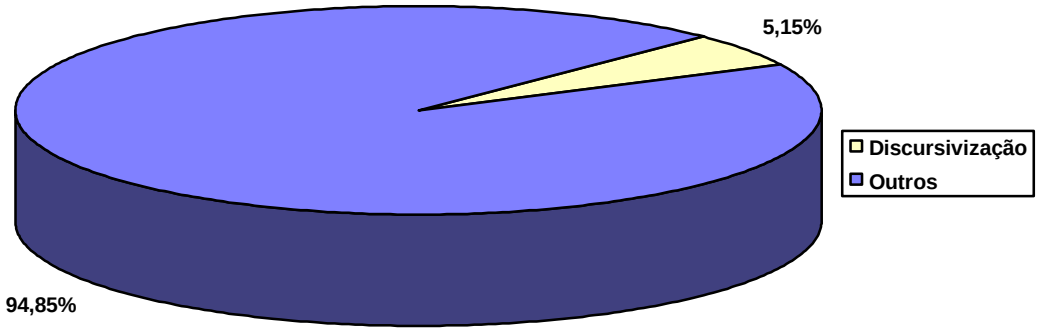
~ **tão... qual, tal... como**, **assi... come** (arc.), **assi como... assi** (arc.), **como... assi** (arc.), **segundo como... assi** (arc.), **tamanhas... como** (arc.); sete provêm de processos metafóricos: **já... já**, **nem... nem**, **ou... ou**, **quando... quando**, **ora... ora**, **que... que**, **quer... quer**; nove de processos metafóricos e analógicos: **mais... quanto mais** (arc.), **canta... mais** (arc.), **quanto... tanto** (arc.), **tanto quanto**, **não... senão**, **não só... mas também**, **também... como** (arc.), **nã... canto mais**, **não como... mais como**; e uma única correlação proveniente de uma conjunção latina, **ergo... ou** (arc.), possivelmente de um processo analógico.

Tem-se, assim, para os processos de formação das conjunções, os seguintes percentuais:



o que comprova ser o processo metonímico o mais produtivo para a constituição dos itens conjuncionais do português.

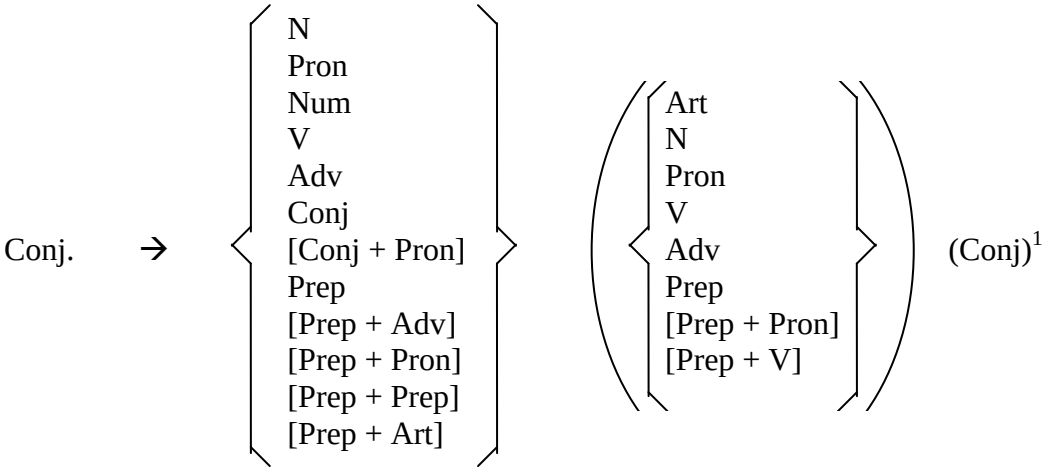
Das 136 conjunções detectadas no *corpus*, apenas sete coordenativas experimentaram uma discursivização: **e**, **ou**, **ca** (arc.), **mas**, **pois**, **ergo** (arc.), **portanto**, o que corresponde a apenas 5,15% do total.



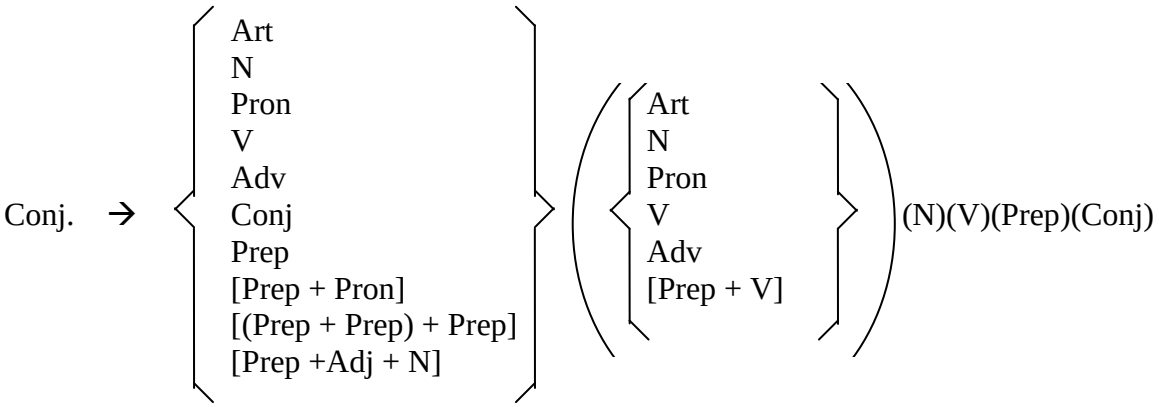
Percebe-se, assim, que os itens conjuncionais mais suscetíveis de experimentarem a discursivização são os coordenativos.

Assim, **já**, **até**, **agora** e **ora** elementos formadores de conjunções, são também itens do discurso, mas derivados de advérbios e preposição, respectivamente.

Analisando a constituição mórfica dos itens conjuncionais do português arcaico, Barreto (1992) apresenta uma fórmula geral que reflete a constituição das conjunções no período arcaico da língua (cf. 3.3.2.2):

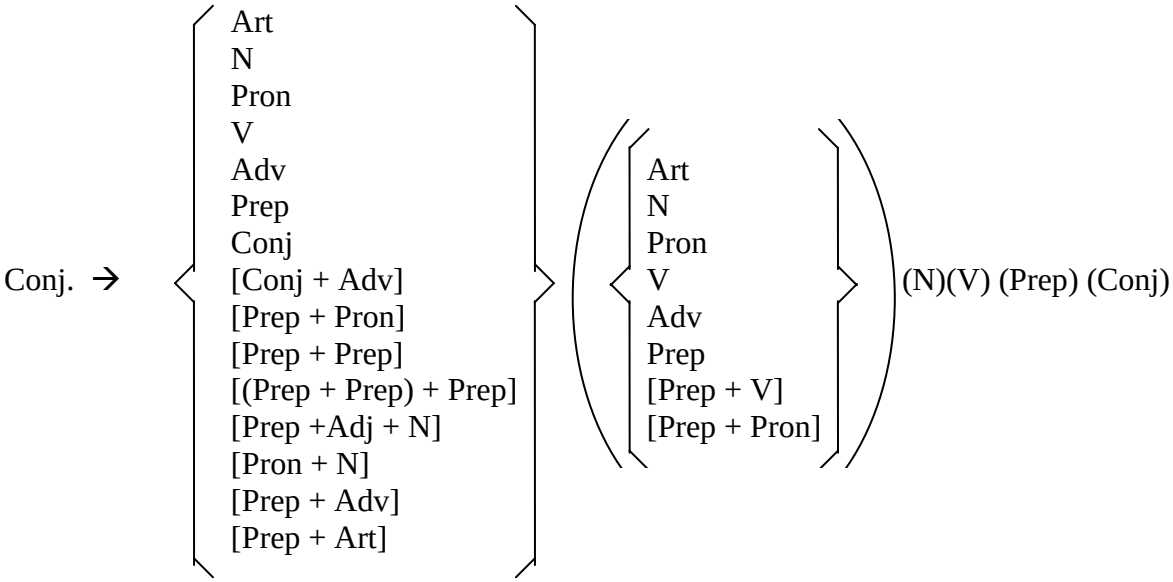


Com base na análise da constituição dos itens conjuncionais citados pelos gramáticos contemporâneos, Barreto apresenta também uma fórmula que resume as várias possibilidades de formação dos mesmos, no português atual (cf. 3.3.2.2):



[1] Nessas fórmulas as chaves indicam que um dos elementos por elas delimitados pode ser utilizado na constituição das conjunções. Os parênteses, por sua vez, especificam que um dos elementos neles contidos pode combinar-se com qualquer um dos elementos anteriores.

A análise dos processos de gramaticalização experimentados pelos diversos itens conjuncionais encontrados no *corpus* desta pesquisa permite o estabelecimento da fórmula:



que resume as duas precedentes, uma vez que reúne itens conjuncionais do período arcaico, do período moderno e do período contemporâneo da língua. Nota-se que a classe dos numerais foi retirada da primeira posição, em virtude de ter sido detectada a origem real da conjunção **primeiro que**, proveniente não de um numeral, mas do advérbio a que ele deu origem.

As diferentes possibilidades de formação de itens conjuncionais no português arcaico, no português moderno e no português contemporâneo podem ser assim ilustradas:

Art + N + Conj.
uma vez que

N + Conj.
caso que
mercee que

Pron. + Conj.
cada que

Pron. + N + Conj.
cada vez que

V + Conj.
dado que

Adv. + Conj.
assim que
Adv.
mas
somente
Prep. + Conj.
até que
Prep.
segundo
conforme
Conj.
e
que
Conj. + Conj.
como se
como que
Conj. + Adv.
se bem
[Prep. + Pron.]
contudo
[Prep. + Pron.] + Conj.
contanto que
[Prep. + Prep.] + Conj.
des que
[Prep. + Prep.] + Prep. + Conj.
desde que
[Prep. + Adj. + N]
embora
Prep. + Pron. + Conj.
em tanto que
em tal que
Conj. + V + Conj.
como quer que
[Conj. + Neg.] + Conj.
senon... se
Conj. + Adv. + Conj.
se bem que
Prep. + Pron. + N + Conj.
em tal caso que

Prep. + Pron. + Conj.
em tal que

[Prep. + Pron.] + Conj.
contanto que

Prep. + [Prep. + Pron.]
empero

Prep. + [Prep. + V]
por conseguinte

Prep. + Adv. + Conj.
por mais que

Prep. + Neg. + V
a não ser

Prep. + Neg. + V + Conj.
a não ser que

Prep. + N + Prep. + Conj.
a fim de que[2]
a pesar de que

A seguir, apresenta-se o quadro sinóptico das conjunções encontradas no *corpus*, distribuídas de acordo com a sua formação:

[2] Este item conjuncional não foi encontrado no *corpus*; é, entretanto, bastante empregado no português contemporâneo.

Quadro sinóptico das conjunções encontradas no *corpus*

4.1 Conjunções herdadas do latim e formações delas resultantes		4.2 Conjunções provenientes de advérbios		4.3 Conjunções provenientes de preposições		
		4.2.1 De advérbios latinos	4.2.2 De advérbio português	4.3.1 De prep. latina	4.3.2 De prep. portuguesa	4.3.3 Da justaposição de preposições a:
e		mas	somente (logo)	segundo	conforme	(i) pronomes conquanto contanto que contudo enquanto em tal que em tal caso que em tanto que entanto entre que entretanto pero empero pero que por isso porquanto porque portanto (ii) a um anafórico porém (iii) a uma forma verbal por conseguinte
ergo	ergo que ergo se ergo... ou	pois scilicet				
ca		u				
como	como que como se como quer que	(antes)				
nem	(nem... nem)[3]					
ou	(ou... ou)					
quando	(quando... quando)					
que	(que... que)					
se	se bem se bem que senon.. se					
vel	(vel... ou)					

[3] Estão entre parênteses as correlações: **nem... nem**, **ou... ou**, **quando... quando**, **que... que**, porque, apesar de serem formadas de conjunções herdadas do latim, são também correlações com palavras repetidas; as conjunções **ante** e **logo** que, apesar de serem provenientes de advérbios, acham-se analisadas juntamente com as conjunções **antes que** e **logo que**; a conjunção **vel** que, embora não documentada no *corpus*, como foi especificado anteriormente, é de formação semelhante à forma **quer**, parte integrante da correlação **quer... quer**, que parece ter substituído a correlação **vel... ou**, por ela formada e de idêntico teor semântico.

4.4 Conj. formadas com a associação da conjunção **que ca**					4.5 Conjunção formada com a associação da conj. **como**	4.6 Itens conjuncionais com elemento negativo	4.7 Conjunções provenientes de sintagmas	
4.4.1 De base adverbial	4.4.2 De base preposicional	4.4.3 De base verbal	4.4.4 De base nominal	4.4.5 Com elemento pronominal			4.7.1 De um SN	4.7.2 De um SP
ainda que almeos que antes que assim que logo que macar que mesmo que primeiro que tanto que sol que já que mentre que ~ mentre pois que ~ depois que (tanto assim que)[4]	apesar de que até que desde que desde quando fora que fora se para que a que sem que salvo que salvo se por mais... que ~ por mais que	dado que posto que suposto que sendo que	(i) N + que caso que mercee que (ii) (Det + N) + que uma vez que (iii) (Prep + Det + N) + que à medida que ao tempo que ao passo que (iv) (Prep + N) + que de guisa que de feição que de forma que de maneira que de modo que de sorte que	cada que	assim como	a não ser a não ser que	todavia	embora

[4] Acha-se entre parênteses a conjunção **tanto assim que**, analisada juntamente com a conjunção **em tanto que**.

4.8 Correlações conjuncionais				
4.8.1 Formadas com **que** ou **ca**	4.8.2 Formadas com **como**	4.8.3 Constituídas pela repetição de itens conjuncionais	4.8.4 Formadas por intensificadores ou intensificadores e pronomes	4.8.5 Com elemento negativo
non... que (arc.) outro... que ~ outro... mais que (arc.) sem... que (arc.) maior... que ~ maior... ca melhor... que ~ melhor... ca mais... que assi... que (arc.) menos... que pior... que muito... que tamanho... que toda... que (arc.) quantos... que (arc.) tal... que tanto... que antes... que portanto que... que	tanto... como tã... como ~ tão... qual (arc.) tal... como assi... come (arc.) assi como... assi ~ assi como... bem assi (arc.) como... assi ~ bem como... assi (arc.) segundo como... assi (arc.) tamanhas... como (arc.)	já... já nem... nem ou... ou quando... quando (arc.) ora... ora quer... quer que... que (arc.)	mais... quanto mais (arc.) canta... mais (arc.) quanto... tanto (arc.) tanto quanto... tanta quanto	nã... canto mais (non... que)[5] não só... mas também também... como (arc.) (não como... mas como)[6] não... senão

[5] Já analisada em 4.8.1.
[6] Analisada juntamente com a correlação **não só... mas também**.

Uma vez ciente dos processos mórficos formadores dos itens conjuncionais da língua portuguesa, é possível determinar quais os processos mais produtivos ou se novos processos de formação de conjunções estão ocorrendo na língua.

Observando o quadro sinóptico das conjunções encontradas no *corpus*, verifica-se que são as preposições, por excelência, os principais elementos formadores de conjunções, através de processos diversos:

Processos	**Nº de conjunções**
Emprego isolado do item	2
Justaposição a pronomes	17
Justaposição a uma forma verbal	1
Justaposição a um anafórico	1
Associação ao **que** ou **se**	11
Em posição inicial, precedendo uma base nominal	9
Locução prepositiva associada ao **que**	1
Em posição inicial, precedendo o elemento negativo do item	2
Aglutinação dos termos de um SP	1
Em correlação	3
Total	**48**

Depois das preposições, são os advérbios os elementos mais importantes para a constituição de itens conjuncionais, também através de processos variados:

Processos	**Nº de conjunções**
Emprego isolado do item	7
Associação ao **que**	14
Associação ao **como**	1
Em correlações	16
Total	**38**

Aos advérbios, seguem-se os verbos quer associados à conjunção **que** quer em correlação e os nomes associados à conjunção **que**, em sintagma nominal ou em correlação:

Processos	Nº de conjunções
Verbos	
Associação ao **que**	4
Em correlação	1
Total	**5**

Nomes	
Associação ao **que**	2
Em sintagma e associado ao **que**	1
Justaposição dos termos de um SN	1
Em correlação	1
Total	**5**

Os pronomes também são elementos formadores de itens conjuncionais: o pronome **cada** associado ao **que** constitui a conjunção **cada que** (arc.); vários outros pronomes formam correlações, quer com outros pronomes, quer com intensificadores:

Processos	Nº de conjunções
Pronomes	
Associação ao **que**	1
Em correlações	8
Total	**9**

Os adjetivos dão origem apenas a três correlações conjuncionais.

O elemento negativo faz parte da constituição de duas conjunções e de três correlações conjuncionais:

Processos	Nº de conjunções
Como elemento constitutivo do item	2
Em correlações	3
Total	**5**

As dez conjunções latinas, deram origem a doze itens conjuncionais, quando associadas a outras conjunções, a uma forma verbal ou adverbial e à conjunção **que**, ou repetidas, constituindo correlações:

Processos	Nº de conjunções
Associação a outras conjunções	6
Associação a forma verbal e conjunção	1
Associação a advérbio e conjunção	1
Em correlações	4
Total	**12**

Tomando por base o *continuum* apresentado por Hopper e Traugott (1993:104) para a recategorização de categorias lexicais (cf. 3.2.2.1):

Categorias maiores	>	Categorias medianas	>	Categorias menores
[Nome, Verbo, Pronome]		[Adjetivo, Advérbio]		[Preposição, Conjunção]

e confrontando com os dados obtidos na presente pesquisa, chega-se à conclusão de que existe uma hierarquia de seleção de categorias para a formação dos itens conjuncionais. A categoria menor (preposição) e a mediana (advérbio) são mais selecionadas para a formação de itens conjuncionais do que as categorias maiores (verbos, nomes e pronomes).

Tem-se, pois, a seguinte hierarquia:

preposição, conjunção > advérbio, adjetivo > verbos, nomes e pronomes

Categorias	Nº de conjunções formadas
Menores	
Preposição	**49**
Conjunção	12
Medianas	
Advérbios	**38**
Adjetivos	3
Maiores	
Nomes	5
Verbos	5
Pronomes	10

Esse fato pode ser explicado, talvez, pelo caráter gramatical, mais ou menos acentuado, das formas gramaticais. Formas mais gramaticais parecem ter maior facilidade em se tornarem ainda mais gramaticalizadas, enquanto formas menos gramaticais parecem ser mais resistentes à gramaticalização.

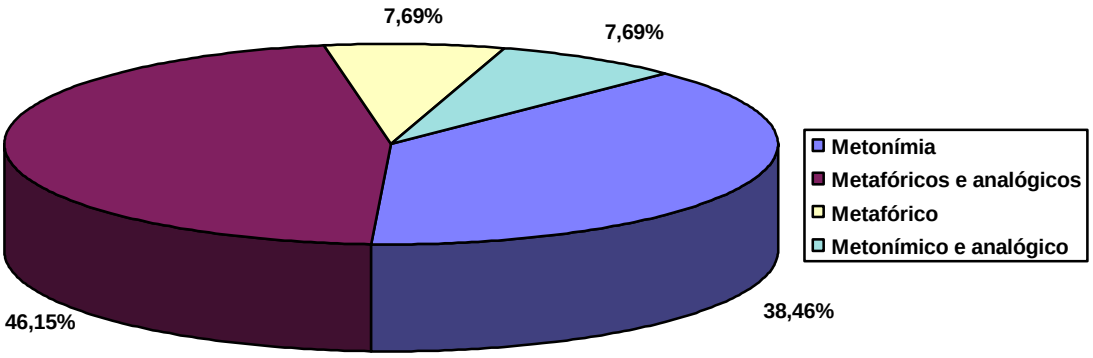
Analisando a constituição dos itens conjuncionais que ocorreram apenas nos textos de língua falada pertencentes ao séc. XX, em número de treze, **conforme**¸ **à medida que**, **de modo que**, **de forma que**, **ao passo que**, **apesar de que**, **a não ser**, **a não ser que**, **desde quando**, **mesmo que**, **portanto que... que**, **se bem que**, **tanto (assim) que**, verifica-se que os processos mórficos e semânticos formadores são quase sempre os mesmos. Dos treze itens conjuncionais, nove: **conforme**, **apesar de que**, **à medida que**, **de modo que**, **de forma que**, **ao passo que**, **a não ser**, **a não ser que**, **desde quando**, são constituídos por preposições através de processos diversos:

Processos	**Nº de conjunções**
Emprego isolado do item	1
Locução prep. associada ao **que**	1
Em posição inicial, precedendo uma base nominal	4
Em posição inicial, precedendo o elemento negativo do item	2
Associação ao **quando**	1
Total	**9**

Dos quatro itens conjuncionais restantes, dois são constituídos de advérbios associados ao **que** – **tanto (assim) que** e **mesmo que** – um é constituído de conjunção seguida de advérbio e da conjunção **que** – **se bem que** e um, a correlação **portanto que... que** é constituída de duas conjunções, no primeiro termo, correlacionadas à conjunção **que**.

Quanto aos processos semânticos experimentados por esses itens, cinco são resultantes de processos metonímicos, seis, de processos metafóricos e analógicos, um, de um processo apenas metafórico, e um de processo metonímico e metafórico.

Tem-se pois:



Isto comprova que continuam a ser mais produtivos, no português contemporâneo, praticamente os mesmos processos formadores de conjunções do português arcaico e do moderno.

Existem, contudo, entre eles, embora em menor número, processos novos, como, por exemplo, a associação de uma preposição à conjunção **quando**: **desde quando**, o emprego da negação como elemento constituinte do item conjuncional: **a não ser**, **a não ser que**, o emprego da conjunção como primeiro e último elementos do novo item conjuncional: **se bem que**, a formação de uma correlação constituída de conjunções: **portanto que... que**.

A esses processos formadores, pode-se ainda acrescentar o emprego de uma forma verbal ou de um substantivo isolados como conjunção: **feito, tipo** (conjunções comparativas). Esses dois últimos itens conjuncionais, entretanto, não ocorreram no *corpus*.

Algumas conjunções encontradas no *corpus* têm, como variantes, formas que apresentam a associação com a conjunção **que**.

Essas formas, em alguns casos, parecem ter sido anteriores às formas isoladas:

dementre que ~ dementre
mentre que ~ mentre
segundo que → segundo
contanto que → contanto

Em outros, coexistiram com as formas isoladas:
pero que ~ pero
empero que ~ empero
pois que ~ pois

Em outros, ainda, só ocorreram nos textos de língua falada, consultados para esta pesquisa:

enquanto que
embora que
portanto que
entretanto que

Pode-se supor, nesse último caso, uma das seguintes hipóteses:

(i) que as formas encontradas na língua falada sejam formas mais antigas, conservadas nessa modalidade da língua;

(ii) que as formas hoje encontradas na língua falada sejam formas recentes, analógicas a muitas outras formações conjuncionais da língua portuguesa.

Said Ali (1921:218) afirma que **entretanto** é a redução de **entretanto que**, contudo essa forma não foi detectada no *corpus* em estudo.

5.2 Retomando as hipóteses iniciais

A análise dos processos de gramaticalização experimentados pelos itens conjuncionais encontrados no *corpus* permite a confirmação da primeira e segunda hipóteses apresentadas, como ponto de partida, para o desenvolvimento deste trabalho (cf. Introdução). A terceira, entretanto, não se confirmou.

1ª hipótese

Quase todas as conjunções portuguesas são oriundas da reinterpretação de outras classes gramaticais, ocorrida ainda no latim ou já na própria língua portuguesa.

Na realidade, todas as conjunções portuguesas são oriundas de processos de gramaticalização, isto é, da reinterpretação de outras classes gramaticais, o que ocorreu: 1. no próprio latim, com as conjunções herdadas dessa língua; 2. do grego para o latim e do latim para o português; 3. do latim para o português; 4. na língua portuguesa.

2ª hipótese

No processo de gramaticalização das conjunções está sempre presente a crescente abstratização, mas, nem sempre, a trajetória:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO

No processo de gramaticalização das conjunções, está sempre presente a crescente abstratização, uma vez que conteúdos semânticos concretos passam a expressar as mais diferentes relações: de causa, de concessão, de proporcionalidade, etc. Quanto à trajetória:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO

em algumas conjunções, oriundas de advérbios ou preposições, ela é facilmente observada, como por exemplo:

	ESPAÇO >	TEMPO >	TEXTO
	↓	↓	↓
ante > **antes** (adv.) > conj. lat.	‘diante de’ ‘perante’	‘antes de’	‘mais do que’ - relação de comparação ‘antes’ - relação de contrajunção
post > **pois** (adv.) > conj. lat.	‘atrás de’	‘depois de’	relação de contrajunção
primeiro (adv.) > conj.	‘primeiro’	‘antes’	‘antes que’ - relação temporal

Outras conjunções, porém, provêm de advérbios ou da associação de preposições a pronomes que expressavam, inicialmente, apenas uma relação temporal:

	TEMPO >	TEXTO
entanto	‘neste meio (tempo)’	relação de contrajunção
enquanto	‘em quanto (tempo)’	relação temporal

ou uma relação espacial:

	ESPAÇO >	(TEMPO) >	TEXTO
portanto	‘por tanto’ ‘por tais acontecimentos’		relação de conclusão
todavia	‘em todo caminho’		relação de contrajunção

Outras, ainda, não têm, na sua origem, qualquer relação com conteúdos semânticos espaciais ou temporais.

dado + **que** >	**dado que**	
	↓	
v + conj.	conj. = relação de causa	
	3ª hipótese	

Os processos de gramaticalização experimentados pelas conjunções não atingem apenas itens isolados, mas grupos de itens conjuncionais, isto é, determinados processos atingem um determinado grupo, enquanto outros se referem a outro conjunto de elementos.

Procedeu-se ao agrupamento dos itens conjuncionais documentados no *corpus*, levando em consideração a sua origem e a classe gramatical do elemento que lhe serve de base, julgando ser possível comprovar a existência de um processo de gramaticalização comum a todos os elementos de um mesmo grupo. Isso, entretanto, não se confirmou. Nos vários grupos, ocorrem diferentes processos de semanticização, embora, do ponto de vista mórfico, os itens conjuncionais tenham estrutura igual ou semelhante.

Há, entretanto, processos que predominam nos diversos grupos.

Entre as conjunções constituídas no português que têm por base conjunções herdadas do latim, por exemplo, a metonímia prevalece, assim como entre as conjunções de base adverbial ou verbal. Já entre as conjunções constituídas de **Prep** + **que** ou de **N** + **que**, (**Det** + **N**) + **que**, (**Prep** + **N**) + **que** ou (**Prep** + **Det** + **N**) + **que**, prevalece o processo metafórico, aliado ou não à analogia. O mesmo ocorre nos demais grupos. Apenas dois grupos, o das conjunções provenientes de sintagmas (com dois itens conjuncionais apenas) e o das que contêm, na sua estrutura, um elemento negativo (também com apenas dois itens conjuncionais), têm uniformidade de processos semânticos formadores. Nos dois, os processos metonímicos prevalecem.

No que diz respeito às correlações, só o grupo das correlações constituídas pela repetição de itens conjuncionais (cf. 4.8.3) apresenta uniformidade de processos formadores, quer do ponto de vista mórfico, quer do ponto de vista semântico. Nos demais grupos, um determinado processo prevalece, embora outros também ocorram.

Pode-se afirmar, para concluir, que os processos de gramaticalização, embora ocorram de maneira similar nos elementos pertencentes a um mesmo grupo de itens conjuncionais, são, na realidade, motivados por pressões pragmático-discursivas que se manifestam no momento da interação verbal, apresentando, por esta razão, determinadas especificidades.

Gloriam Deo

Résumé

Grammaticalization des conjonctions dans l'histoire du portugais

Prenant un *corpus* constitué de trois synchronies diverses: le portugais archaïque - textes en prose du XIIIe au XVe siécles; le portugais moderne - textes du XVIe et XVIIe siècles; le portugais contemporain - textes de la langue parlée - on a analysé des processus de grammaticalization expérimentés par les 136 itens conjonctionels trouvés. L'orientation theórique du travail se trouve dans le fonctionalisme linguistique et prend comme idée centrale le fact que la langue est employée pour satisfaire des besoins de communication. Prenant l'hypothése du localisme de J. Lyons, la théorie du glissement sémantique de B. Heine, U. Claudi et F. Hynnemeyer et les idées développées par S. Svorou sur la codification et l'expression des relations spatiales dans les diverses langues, on cherche à analyser la trajectoire de chacun des itens conjonctionels, montrant la raison du changement de la valeur sémantique comme fruit des processus metonymiques causés par la reanalyse des enoncés óu les formes linguistiques se trouvent, des processus métaphoriques d'association d'idées, comme résultat des implications conversationnelles ou des processus simplement analogiques. L'analyse de ces processus rend possible l'indication des processus le plus productifs pour la constitution des conjonctions de la langue portugaise.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. (1988). *Gramática metódica da língua portuguêsa.* 35. ed. rev. São Paulo: Saraiva.

ALVAR, Manuel, POTTIER, Bernard. (1987). *Morfologia histórica del espan↓ol.* 2. ed. Madrid: Gredos.

ANTILA, Raimo. (1972). *An Introduction historical and comparative Linguistics.* New York: The Macmillan.

AULETE, Caldas. (1958). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Delta, 5 v.

AZEVEDO, J. Lúcio de. (1971). *Cartas do Padre Antônio Vieira.* Lisboa: Imprensa Nacional, t. 1, p. 263-568.

AZEVEDO, J. Lúcio de. (1971). *Cartas do Padre Antônio Vieira.* Lisboa: Imprensa Nacional, t. 2, p. 463-712.

BACH, Emmon. *Teoria sintática.* (1981). Tradução e adaptação de Marilda W. Averburg e Paulo Henriques Britto. Rio de Janeiro: Zahar.

BAIÃO A. (Ed.). (1988). *Ásia* de João de Barros. Lisboa, IN.-CM, v. 1 e 2.

BAIÃO, R. Arruda, ARRUDA, J. (1996). Gramaticalização de "até". In MARTELOTTA, M., VOTRE, S., CESÁRIO, M. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

BALDINGER, Kurt. (1958). *La formación de los domínios lingüísticos en la Península Ibérica.* Madrid: Gredos.

BARBOSA, Jeronymo Soares. (1866). *Gramatica philosophica da lingua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

BARBUDA, Júlio. (1926). *Língua portuguesa:* gramática. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. (1992). *Conjunções:* aspectos da sua constituição e funcionamento na história do português. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBa., para obtenção do grau de Mestre em Letras. Salvador: 336 p. (xerocop).

BARRETO, Therezinha Maria Mello, OLINDA, Sílvia Rita Magalhães de. (1992). Perseguindo as conjunções. *Estudos:* lingüísticos e literários. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Instituto de Letras, nº 13, p. 163-178.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. (1996). *Observações sobre conjunções no português do séc. XVI*. Comunicação apresentada no XI Encontro Nacional da ANPOLL - João Pessoa, 02 a 06.06.96.

BASTARDAS PARERA, Juan. (1953). *Particularidades sintáticas del latin medieval:* cartularios espanõles de los siglos VIII al XI. Barcelona: Escuela de Filologia.

BEC, Pierre. (1970). *Manuel pratique de philologie romane.* Paris: Picard, t. 1.

BECHARA, Evanildo. (1976). *Moderna gramática portuguesa.* 31. ed. São Paulo: Nacional.

BELLO, Andres, CUERVO, Rufino. (1941). *Gramática de la lengua castellana.* Flórida/Buenos Aires: Anaconda.

BENVENISTE. Émile. (1976). *Problemas de lingüística geral I.* Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Nacional.

BENVENISTE, Émile. (1989). *Problemas de lingüística geral II.* Trad. de Eduardo Guimarães *et alii*. 4. ed. Campinas: Pontes.

BLATT, Franz. (1952). *Précis de syntaxe latine.* Version française sous la direction de l'auteur, avec la collaboration de Henri Barbier et Kristian Olsen. Lyon: I.A.C.

BORBA, Francisco da Silva. (1971). *Sistemas de preposições em português.* Tese apresentada ao Concurso de Livre-Docência do Departamento de Lingüística e Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. (mimeo).

BOURCIEZ, E. (1946). Éléments de linguistique romane. 4. ed. Paris: Klincksieck.

BRAGA, Maria Luiza. (1977). *Notas de aula.* UEFS, Feira de Santana-Ba.

BREA, Mercedes. (1985). Las preposiciones, del latin a las lenguas románicas. *Verba*: Anuário galego de Filoloxia. Universidade de Santiago de Compostela, v. 12, p. 147-182.

BUESCU, Maria Leonor C. (Ed.). (1971). *Grammática da língva portvgvesa de João de Barros*: a) Cartinha, b) Grammática, c) Diálogo em lovvor da nossa lingvagem, d) Diálogo da viçiosa vergonha. Lisboa: IN/CM.

BYBEE, Joan L. (1988). Semantic substance vs contrast in the development of grammatical meaning. In: AXMAKER, Shilley *et alii* (Eds.). *General session and parasession on grammaticalization.* Berkeley: Berkeley Linguistic Society, p. 247-264.

BYBEE, Joan L., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. (1994). *The evolution of grammar, tense, aspect and modality in the languages of the world.* Chicago/London: the University of Chicago Press.

CALLOU, Dinah, LOPES, Célia Regina. (Orgs.). (1993). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Letras.

CÂMARA JR., J. Mattoso. (1956). *Dicionário de fatos gramaticais.* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.

CÂMARA JR., J. Mattoso. (1976). *Estrutura da língua portuguesa.* 18. ed. Petrópolis: Vozes.

CÂMARA JR., J. Mattoso. (1985). *História e estrutura da língua portuguesa.* 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão.

CÂMARA JR., J. Mattoso. (1978). *Dicionário de linguística e gramática.* 8. ed. Petropólis: Vozes.

CAMÕES, Luis de. (1972). *Os Lusíadas.* 3. ed. [s.l.]: Ministério da Educação e Cultura/Departamento de Assuntos Culturais. Comentado por Augusto Epiphanio da Silva Dias.

CART, A., GRIMAL, P., LAMAISON, J., NOIVILLE, R. (1966). *Gramática latina.* Tradução e adaptação de Maria Evangelina Vella Nova Soeiro. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, v. 5.

CARONE, Flávia de Barros. (1988). S*ubordinação e coordenação:* confrontos e contrastes. São Paulo: Ática.

CARTELLE, Emilio Montero. (1992). Tendencias en la expresión de la concesividad en el castellano medieval. *Verba*: Anuário gallego de Filoloxia. Santiago de Compostela, nº 19, p. 107-128.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1989). Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Português culto falado no Brasil.* Campinas: UNICAMP. p. 249-79.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de, CASTILHO, Célia M. M. (1992). Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado.* São Paulo/Campinas: UNICAMP, v. 2.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1994). Um ponto de vista funcional sobre a predicação. *Alfa*, São Paulo. nº 38, p. 79-95.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1996a). Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do português falado.* Campinas/São Paulo: UNICAMP/FAPESP, v. 4, p. 119-147.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1996b). Notas de aula da disciplina LET 678, Seminários Avançados III do Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1997a). A gramaticalização. *Estudos:* linguísticos e literários. nº 19. Salvador: UFBa. p. 25-64.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1997b) Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa,* São Paulo, nº l, p. 107-20.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1997c). *Notas de Aula da disciplina LET 678, Seminários Avançados III* do Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1998). *A língua falada no ensino do português.* São Paulo: Contexto.

CASTRO, Ivo (1993). s.v. Merlin. In: TAVANI, Giuseppe e LANCIANI, Guilia (Orgs.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa.* Lisboa: Caminho.

CEGALLA, Domingo Paschoal. (1980). *Novíssima gramática da língua portuguesa.* 21. ed. São Paulo: Nacional.

CERVONI, J. A. Pascual (1991). *La préposition:* étude sémantique et pragmatique. Paris: Duculot.

CLIMENT, Mariano Bassols de. (1956). *Sintaxis latina.* Madrid: Bermejo, t. 1 e 2.

COLLART, Jean. (1980). *Histoire de la langue latine.* 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France.

COROMINAS, Joan. (1991). *Dicionário crítico etimológico de la lengua castellana.* Madrid: Gredos, 4 v.

CORTESÃO, Jaime. (Ed.). (1967). *A carta de Pêro Vaz de Caminha.* Lisboa: Portugália.

COUTINHO, Ismael de Lima. (1958). *Gramática histórica.* 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica.

CRETELLA JUNIOR, José, CINTRA, Geraldo de Uchôa. (1956). *Dicionário latino português.* 7. ed. São Paulo: Nacional.

CRUZ, José Marques da. (1959). *Português prático*: gramática, 27. ed. São Paulo: Melhoramentos.

CRUZEIRO, Maria Eduarda. (1973). *Processos de intensificação no português dos sécs. XIII a XV.* Lisboa: C.E.F.

CRYSTAL, David. (1983). *A first dictionary of linguistics and phonetics*. 2. ed. Great Britain: Ebenezer Baylis & Son.

CUNHA, Antônio Geraldo da. (1991). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.* 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CUNHA, Celso. (1975). G*ramática da língua portuguesa.* 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: MEC/FENAME.

CUNHA, Celso, CINTRA, Luis Felipe Lindley. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo.* 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DIAS, Augusto Epiphanio da Silva. (1918). *Syntaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica.

DIK, C. S. (1978). *The theory of* f*uncional grammar*. Dordrech - Holland/Cinnaminson - EUA: Foris Publications.

DILLINGER, Mike. (1991). Forma e função na linguística. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 7, nº 1, p. 395-407.

DUBOIS, Jean *et alii.* (1978). *Dicionário de lingüística.* Trad. de Frederico de Barros *et alii.* São Paulo: Cultrix.

DU BOIS, John W. (1985). Competing motivations. In: HAIMANN, J. (Ed.) *Iconicity in syntax.* Amsterdam: John Benjamins. p. 343-66.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. (1974). *Dicionário das ciências da linguagem.* Trad. de Antônio J. Massano *et alii.* 2. ed. Paris: Seuil.

ERNOUT, A., MEILLET, A. (1951). *Dictionaire etymologique de la langue latine.* 3. ed. Paris: Klincksieck.

ERNOUT, A., THOMAS, François. (1953). *Syntaxe latine.* 2. ed. rev. Paris: Klincksieck.

FARIA, Ernesto. (1958). *Gramática superior da língua latina.* Rio de Janeiro: Acadêmica.

FÁVERO, Leonor Lopes, KOCH, Ingedore G. Villaça. (1986)). O operador *embora*: uma hipótese argumentativa. In: GUIMARÃES, E. R. J. (Dir.). *O histórico e o discursivo*. Uberaba: Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas, p. 58-66.

FÁVERO, Leonor Lopes (1993). O tópico discursivo. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais.* São Paulo: FELCH/USP. v. 1, p. 33-54.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FERREIRA, José de Azevedo. (1987). *Foro Real de Afonso X.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 v.

FILLMORE, Charles J. *Lectures on deixis.* Lecture Notes, nº 65. Stanford/Califórnia: Center for the study of Languages and Information, p. 27-54.

FORD, J. D. M. (Ed.). (1931). *Letters of John III, king of Portugal*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press.

FORD, J. D. M. (Ed.). (1933). *Letters of the court of John III, king of Portugal.* Cambridge/Massachusets: Harvard University Press.

FREIRE, Antonio. (1987). *Gramática latina.* 4. ed. Braga: Fac. de Filosofia e Livraria A. I.

GAFFIOT, Felix. (1934). *Dictionnaire illustré latin-français.* Paris: Hachette.

GHERARDI, G., SANTIS, U. de. (1959?). *Sintassi latina per le scuole medie superiori.* Firenze: Felice le Monnier.

GIVÓN, Talmy. (1979). *On understanding grammar*. New York/San Francisco/London: Academic Press.

GIVÓN, Talmy. (1993). *English Grammar:* a function based introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2 v.

GIVÓN, Talmy. (1995). *Functionalism and grammar*. Amsterdam / Philadelphia. John Benjamins Publishing Company/John Benjamins North America.

GROOT, Casper de. *Os princípios da gramática funcional.* Conferência proferida no II Encontro de Funcionalistas, Araraquara-São Paulo, 08-10/05/1997.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. (1985). Não só... mas também: polifonia e argumentação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 8, p. 79-108.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. (1986). Na boa na má hora: a história de uma concessiva. In: GUIMARÃES, E. R. J. (Dir.) *O histórico e o discursivo.* Uberaba: Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, p. 41-57.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. (1987). *Texto e argumentação:* um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes.

HADERMANN, Pascale. (1993). *Étude morphosyntaxique du mot* ***òu***. Paris: Duculot.

HAIMAN, John. (1983). Iconic and economic motivation. *Language:* Journal of the linguistic society of America. Baltimore, v. 59, p. 781-815.

HALLIDAY, M.A.K. (1985). *An introduction to funcional grammar*. London: Edward Arnold.

HARRIS, Alice, CAMPBELL, Lyle. (1995). *Historical syntax in cross-linguistic perspective.* Cambridge: Cambridge University Press.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike, HÜNNEMEYER, Frederike. (1991a). *Grammaticalization:* a conceptual framework. Chicago/London: The University of Chicago Press.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike, HÜNNEMEYER, Frederike. (1991b). From cognition to grammar: Evidence from African languages. In: TRAUGOTT, E.C. e HEINE, B. (Orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, v. 1, p. 149-188.

HJELMSLEV, Louis. (1961). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. de J. Ferreira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva.

HOPPER, Paul J. (1991). On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C., HEINE, B. (Eds). *Approaches to grammaticalization,* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, v. 1, p. 17-36.

HOPPER, Paul J., TRAUGOTT, Elizabeth Closs. (1993). *Grammaticalization.* Great Britain/Cambridge: Cambridge University Press.

HOPPER, Paul, J. Phonogenesis. (1994). In: PAGLIUCA, William (Ed). *Perspectives:* on grammaticalization. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 29-45.

HOYOS-ANDRADE, Rafael Eugenio. (1994). Dois funcionalistas franceses em confronto: *Alfa*: Revista de Lingüística. São Paulo, v. 38, p. 97-107.

HUBER, Joseph. (1986). *Gramática do português antigo.* Tradução de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

HUNDT, Christine. (1995). Untersuchugen zur portugiesischen Praseologie. Wilhelmsfeld, Gottfried Egert Verlag. In: *Revue de Linguistique Romane.* Strasbourg, t. 59, p. 241-44.

ILARI, Rodolfo. (1979). Temas em funcionalismo: da organização temática ao processamento cognitivo. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística - ABRALIN*, São Paulo, v. 19, p. 39-49.

ILARI, Rodolfo (1992). *Perspectiva funcional da frase portuguesa.* Campinas: UNICAMP.

ILARI, Rodolfo. (1987). Algo mais sobre não só... mas também. *D.E.L.T.A.*, v. 3, nº 1, p. 111-5.

ILARI, Rodolfo *et alii.* (1990). Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do português falado*, Campinas: UNICAMP/FAPESP, v. 1, p. 63-102.

IORDAN, Iorgu, MANOLIU, Maria. (1972). *Manual de linguística románica.* Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. Madrid: Gredos, t. 1.

JAKOBSON, Roman. (1977). Lingüística e Poética. In: JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação.* Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 9. ed., São Paulo: Cultrix, p. 118-162.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi *et alii*. (1992). Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo (Org). *Gramática do português falado*. São Paulo/Campinas: UNICAMP, v. 2. p. 359-439.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. (1996a). Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, Ataliba T. de. (Org.). *Gramática do português falado,* Campinas: UNICAMP/FAPESP, v. 4, p. 411-422.

JUBRAN, Clélia Cândica Abreu Spinardi. (1996b). Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do português falado.* 2. ed. São Paulo: UNICAMP/FAPESP, v. 3, p. 61-74.

KATO, Mary A. (1980/81). Um critério sintagmático para determinar a subordinação. *Boletim de Filologia.* Lisboa, t 36, p. 13-27.

KATO, Mary A. (1998). Formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 14, nº especial, p. 145-168.

KOCH, Ingedore G. Villaça. (1987). Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. In: KIRST, M. (Org.). *Lingüística aplicada ao ensino do português.* Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 83-98.

KOCH, Ingedore G. Villaça (1989a). *A coesão textual.* São Paulo: Contexto.

KOCH, Ingedore G. Villaça, TRAVAGLIA, Luís Carlos. (1989b). *Texto e coerência.* São Paulo: Cortez.

KOCH, Ingedore G. Villaça *et alii.* (1991). Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do português falado.* 2. ed. Campinas: UNICAMP/FAPESP, v. 1, p. 143-184.

KOCH, Ingedore G. Villaça. (1996). Questões de coesão e coerência textuais. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística,* nº 18, p. 9-20.

KROCH, Anthony. (1996). *The time course of language change* (mimeo).

KROCH, Anthony. (1996). *Notas de aula da disciplina LET 655-Seminários Avançados II*, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

LAKOFF, George, JOHNSON, Mark. (1980). *Metaphors:* we live by. Chicago/ London: The University of Chicago Press.

LAPA, M. Rodrigues. (1965). *Miscelânia de língua e literatura portuguesa medieval.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC.

LAPA, M. Rodrigues. (1966). *Lições de literatura portuguesa*: época medieval. 6. ed. rev. Coimbra: Coimbra Editora Ltda.

LAUSBERG, Heinrich. (1966). *Linguística románica.* Tradución espan↓ola de J. Perez Riesco y E. Pascual Rodríguez. Madrid: Gredos, v. 2.

LEÃO, Angela Vaz (1961). *O período hipotético iniciado por* ***se***. Tese de Doutoramento, UFMG.

LEHMANN, Christian. (1982). *Thoughts on grammaticalization:* a programmatic sketch, v. 1. (mimeo).

LEITÃO, Maria Lúcia. (1997). *Gramaticalização de* ***até.*** Comunicação apresentada no II Encontro de Funcionalistas, Araraquara - São Paulo.

LEMLE, Míriam. (1984). *Análise sintática:* teoria geral e descrição do português. São Paulo: Ática.

LEVINSON, Stephen C. (1983). Conversacional Implicature. In: LEVINSON, S. C. *Pragmatics.* London/New York/ New Rochelle: Cambridge University Press, p. 97-107.

LICHTENBERK, Frantisek. (1991). On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C. e HEINE, B. (Orgs). *Approaches to grammaticalization.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, v.1, p. 37-80.

LIMA, Helena Rosa Vieira. (1987). Uma abordagem teórica da concessão. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 3., nº 2, p. 139-161.

LINDLEY CINTRA, Luis Filipe. (Ed.). (1964). *A lenda do rei Rodrigo.* Lisboa: Verbo.

LINDSAY, W. M. (1937). *A short historical latin grammar.* 2. ed. Oxford: Claredon Press.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. (1986). *Sintaxe gerativa do português*: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. (1989). Advérbios e preposições sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 5, nº 1, p. 101-120.

LOPEZ, Fernão. *Crônica de D. Pedro* (Ed.) (1966). Roma: Ateneo.

LÓPEZ, Maria Luisa. (1970). *Problemas y métodos en el análisis de preposiciones.* Madrid: Gredos.

LORENZO, Ramón. (1975). *La tradución gallega de la cronica general y de la cronica de Castela.* Orense: Instituto de Estudos Orensianos Padre Feijó, v. 2.

LYONS, John. (1980). *Sémantique linguistique.* Trad. de J. Durand et D. Boulonnais. Paris: Larousse, v.2.

MACHADO, José Pedro. (1967). *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* 3. ed. Lisboa: Confluência, 3 v.

MACCHI, Guiliano. (1966). *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes. Roma: Ateneo.

MADVIG, J.N. (1872). *Gramática latina.* Traduzida do alemão para o português por Augusto Epiphanio da Silva Dias. Porto: Typographia de Manuel José Pereira.

MAIA, Clarinda de Azevedo. (1986). *História do galego-português:* estudo lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o séc. XIII ao séc. XVI (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de investigação científica.

MANNA, Francesco. (1952). *Esercizi latini per la scuola media.* 2. ed. Milano: Carlo Signorelli.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. (1991). *Análise da conversação.* 2. ed. São Paulo: Ática.

MARTELOTA, Mário Eduardo, VOTRE, Sebastião Josué, CEZARIO, Maria Maura. (1996). *Gramaticalização e desgramaticalização no português do Brasil.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MARTINET, André. (1994). Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle? *Alfa*: Revista de Lingüística. São Paulo, v. 38, p. 11-19.

MARTINET, André. (1995). *Função e dinâmica das línguas.* Trad. port. de Jorge de Morais Barbosa e Maria Joana Vieira Santos. Coimbra: Almedina.

MATEUS, Maria Helena Mira *et alii.* (1989). *Gramática da língua portuguesa.* Lisboa: Caminho.

MATSUMOTO, Yo. (1988). From bound grammatical markers to free discourse markers: history of some japonese connectives. In: AXMAKER, S., JAISSER, Anne, SINGMASTER, Helen. *General session and parasession on grammaticalization.* Berkeley: Berkeley Linguistic Society, p. 340-351.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos Diálogos de São Gregório.* Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo. 4 v. (mimeo).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1984). Pero e porém: mudanças em curso na fase arcaica da língua portuguesa. Rio da Janeiro. *Boletim de Filologia*. Lisboa XXIX, p. 129-151.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989a). *Estruturas trecentistas:* elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989b). *Tradição gramatical e gramática tradicional.* São Paulo: Contexto.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1991). *Português arcaico:* fonologia. São Paulo: Contexto.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1993). *O português arcaico:* morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto.

MAURER JR, Theodoro Henrique (1959). *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

MCLAUGHLIN, Margaret L. *Conversation:* how talk is organized. London/Beverly Hills/New Delhi: Sage publications.

MEILLET, Antoine (1928). *Les langues dans l'Europe nouvelle*. Paris: Payot.

MEILLET, Antoine, COHEN, Marsel. (Org). (1928). *Les langues du monde.* Paris: Édouard Champion.

MEILLET, Antoine. (1948). Le renouvellement des conjonctions. In: MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, p. 159-174.

MEILLET, Antoine. (1948). L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET. A. *Linguistique historique et linguistique générale.* Paris: Honoré Champion. p. 130-148. 1ª ed. 1912.

MEILLET, Antoine, VENDRYES, J. (1953). *Traité de grammaire comparée des langues classiques.* 2. éd. revue et augmentée par J. Vendryes. Paris: Honoré Champion.

MELO, Gladstone Chaves de. (1968). *Gramática fundamental da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Acadêmica.

MELO, Gladstone Chaves de. (Ed.). (1985). *Sermão da Sexagésima,* Pe. Antonio Vieira. Niteroi: UFF/Instituto de Letras.

MEYER-LÜBKE, W. (1900). *Grammaire des langues romanes.* Traduction française par Auguste Doutrepont et Georges Doutrepont. Paris: H. Wetter, t. 3, Syntaxe.

MOIGNET, G. (1981). Le systeme des parties de la langue. In: MOIGNET, G. *Systématique de la langue française*. Paris: Klincksieck, p. 3-26.

MOISÉS, Massaud. (1974). *Dicionário de termos literários.* São Paulo: Cultrix.

MORERA, Marcial. (1994). La filiación categorial de la preposición. *Verba*: Anuário gallego de filoloxia, Santiago de Compostela, v. 21, p. 241-256.

MOTA, Jacyra e ROLLEMBERG, Vera. (Orgs). (1994). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador:* diálogos entre informante e documentador. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Instituto de Letras.

NARO, Anthony J. (1992). Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. *D.E.L.T.A.*, v. 8, p. 285-290.

NASCENTES, Antenor. (1955). *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 2 v.

NASCIMENTO, Mª Fernanda Bacelar do, RIVENC, Paul, CRUZ, Maria Luísa Segura da. (1987). *Português fundamental*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2 v.

NASCIMENTO, Milton do. (1990). Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 6, p. 83-98.

NEVES, Maria Helena de Moura. (1987). *A vertente grega da gramática tradicional.* São Paulo: Hucitec/ UNB.

NEVES, Maria Helena de Moura, BRAGA, Mª Luiza. (1988). Hipotaxe e Gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 14, nº especial, p. 191-208.

NEVES, Maria Helena de Moura. (1994a). Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa*: Revista de Lingüistica, São Paulo, v. 38, p. 109-127.

NEVES, Maria Helena de Moura. (1994b). O funcionalismo em lingüística. *Alfa*: Revista de Lingüística. São Paulo, v. 38.

NEVES, Maria Helena de Moura. (1997a). A gramática de usos é uma gramática funcional. *Alfa:* Revista de Lingüística. São Paulo, v. 41, p. 15-24.

NEVES, Maria Helena de Moura. (1997b). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

NEVES, Maria Helena de Moura. (1998). Temas em funcionamento. Conferência proferida no II Encontro de Funcionalistas, Araraquara - São Paulo.

NEVES, Maria Helena de Moura. *O ensino da gramática*. (inédito).

NUNES, José Joaquim (1953). *Crestomatia arcaica.* 4. ed. Porto: Clássica.

NUNES, José Joaquim. (1956). *Compêndio de gramática histórica portuguesa:* fonética e morfologia. 5. ed. Lisboa: Clássica.

OLINDA, Silvia Rita Marques de. (1991). *Pois* e *ca:* mudanças semânticas e sintáticas no português arcaico. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras/UFBa. Salvador. (mimeo).

OLIVEIRA, Correa, MACHADO, Saavedra. (1969). *Textos portugueses medievais.* Coimbra: Coimbra.

OMENA, Nelize Pires de, BRAGA, Maria Luiza. (1996). A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, Alzira Tavares *et alii. Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

OUHALLA, Jamal. Functional categories and parametric variation. London/New York: Routledge, 1991.

PALMA, Elina López (1994). Esto te pasa por exagerar. Sobre las construciones consecutivas intensivas em espan↓ol. *Verba*: Anuário gallego de Filoloxia, v. 21, p. 280-305.

PÉCORA, Alcir. (Ed.). (1994). *A arte de morrer*. São Paulo: Nova Alexandria. Ed. baseada na ed. Princeps.

PEREIRA, J. B. (1964). *Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio: INL/MEC.

PERINI, Mário. (1989). *Sintaxe portuguesa:* metodologia e funções. São Paulo: Ática.

PIEL, Joseph Maria e FREIRE, Irene. (Eds.). (1988). *Demanda do Santo Graal*. Lisboa: Instituto Nacional/Casa da Moeda.

PIMPÃO, Álvaro J. da Costa. (1959). *Idade Média*. Coimbra: 2. ed. rev. Atlântida.

POGGIO, R. M. F. (1996). *Iniciação ao estudo do latim.* Salvador: EDUFBa., 3 v.

PÖLL, Bernhard. (1944). Fraseologia portuguesa: algumas perspectivas de pesquisa. *Verba Hispânica*. Liubliana, v. 4, p. 177-86.

POTTIER, Bernard. (1962). *Sistématique des éléments de relation.* Paris: Klincksieck.

RAGON, Émile (1948?). *Gramática latina.* Trad. de Mário Bachelet. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

RANCHHOD, Maria Elisabete de Almeida Marques. (1982). Las conjunciones causales en el Setenario de Alfonso X el sabio - estudio descriptivo. *Boletim de Filologia.* Lisboa: Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa. t. 27, fasc. 1-4, p. 299-322.

RANSON, Evelyn N. (1988). The grammaticalization of complementizers. In: AXMAKER *et alii* (Eds.). *General session and parasession on grammaticalization.* Berkeley: Berkeley Linguistic Society, p. 364-373.

RAVIZZA, João. (1953). *Gramática latina.* 12. ed. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco.

RENZI, Lorenzo. (1994). *Nuova introduzione alla filologia romanza.* Bolonha: Mulino.

RIBEIRO, João. (1926). *Gramática portuguesa*: curso médio. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

RIEMANN, O. (1942). *Syntaxe latine:* d'après les principes de la grammaire historique. 7. éd. revue pr A. Ernout. Paris: Klincksieck.

RIIHO, Timo. (1979). *Por* e *para*: estudio sobre los origines y la evolución de una oposición prepositiva iberorromanica. *Commentationes Humanarum Literarum*. Helsinki: nº 62.

RISSO, Mercedes S. (1993). Agora... o que eu acho é o seguinte: um aspecto da articulação do discurso no português falado culto. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do português falado.* Campinas/São Paulo: UNICAMP, v. 3, p. 31-60.

RISSO, Mercedes S. (1996a). O articulador discursivo *'então'*. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de, BASÍLIO, Margarida. (Orgs.). *Gramática do português falado*, São Paulo/Campinas: FAPESP/UNICAMP, v. 4, p. 423-452.

RISSO, Mercedes S., SILVA, Giselle Machiline, URBANO, Hudnilson. (1996b). Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. (Org.). *Gramática do português falado.* São Paulo/Campinas: FAPESP/UNICAMP, v. 5.

RIVAS, Elena. (1990). A propósito de condicionais e concessivas reais. Referências diacrônicas em torno a estas últimas. *Verba*: Anuário gallego de filoloxia. Santiago de Compostela. v. 17, p. 160-169.

ROBERTS, I. (1993). *Verbs and diachronyc syntax*. Dordrecht: Foris.

ROBERTS, I. (1996). Notas de aula. Seminários Avançados II. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

ROBINS, R. H. (1979). *Pequena história da lingüística*. Trad. de Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. (1987). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 28. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

ROHLFS, Gerhard (1968). *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti*. Morfologia. Trad. di Temistocle Franceschi. Torino: Giulio Einaudi.

ROHLFS, Gerhard. (1968). *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti.* Sintassi e formazione delle parole. Trad. di Temistocle Franceschi. Torino: Giulio Einaudi.

RUBIO, Lisardo. (1983). *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona: Ariel.

SACKS, Harvey, SCHEGLOFF, Emanuel A., JEFFERSON, Gail. (1974). A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, v. 50, nº 4, p. 696-735.

SAID ALI, M. (1921). *Lexeologia do portuguez histórico*. São Paulo: Melhoramentos.

SAID ALI, M. (1964). *Gramática histórica da língua portuguêsa*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Melhoramentos.

SARAIVA, F. R. dos Santos. (1945?). *Novíssimo dicionário latino-portuguez*. 7. ed. Rio de Janeiro: H Garnier.

SARAIVA, Antonio José e LOPES, Oscar. (1955?). *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1955). *Curso de lingüística general.* Trad. de Amado Alonso. 2. ed. Buenos Aires: Losada.

SILVA, Antonio de Morais. (1949-1959). *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. Lisboa: Confluência, 12. v.

SILVA, Maria Cecília P. de Souza e KOCH, Ingedore Villaça. *Lingüística aplicada ao português*: sintaxe. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. (1976). *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes.

SILVA NETO, Serafim da. (1957). Manual de Filologia Portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica.

SILVA NETO, Serafim da. (1960). História da preposição *até*. In: SILVA NETO, S. de. *Língua, cultura e civilização:* estudos de filologia portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica, p. 175-191.

SILVA NETO, Serafim da. (1970). *História da língua portuguesa*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de Souza da. (1934). *Lições de português*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

SVOROU, Soteria. (1993). *The grammar of space*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

SWEETSER, Eve. E. (1988). Grammaticalization and semantic bleaching. In: AXMAKER, S. *et alii* (Eds.). *General session and parasession on grammaticalization*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, p. 389-405.

SWEETSER, Eve. E. (1990). *From etymology to pragmatics:* metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: CUP, p. 76-172.

TAGLIAVINI, Carlo (1952). *Le origini delle lingue neolatine*. 2. ed. rielaborata. Bologna: Ricardo Pátron.

TAPAZDI, Judit, SALVI, Giampaolo. (1998). A oração condicional no português falado em Portugal e no Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 14, nº especial, p. 191-208.

TARALlO, Fernando. (1985). *A pesquisa sociolingüística.* São Paulo: Ática.

TARALLO, Fernando. (1990). *Tempos linguísticos:* itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática.

TEYSSIER, Paul. (1984). *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa.

TRAUGOTT, Elizabeth C. (1888). Pragmatic strengthening and grammaticalization. In: AXMAKER, S. *et alii* (Eds.). *General session and parasession on grammaticalization*. Berkeley: Berkeley Linguistic Society, p. 406-416.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs, HEINE, Bernd. (1991). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2 v.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs, KÖNIG, Ekkehard. (1991). The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, v. 1, p. 189-218.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (1996). Tipologia textual e a coesão no texto oral: transições tipológicas. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do português falado.* São Paulo/Campinas: UNICAMP; FAPESP, v. 4, p. 453-72.

TRUJILLO, Ramon. (1990). Sobre la explicación de algunas construcciones de ***como***. *Verba:* Anuário gallego de filoloxia. Santiago de Compostela, v. 17, p. 249-266.

VÄÄNÄNEN, Veikko. (1968). *Introducción al latin vulgar*. Versión española de Manuel Carrión. Madrid: Gredos.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. (1920). Glossário do Cancioneiro da Ajuda. *Revista Lusitana*. Lisboa, v. 23, nº 1-4.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. (1968). *Gramática fundamental da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Acadêmica.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. (1951?). *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Martins Fontes.

VAZQUEZ CUESTA, Pilar, LUZ, Maria Albertina Mendes da. (1980). *Gramática da língua portuguesa*. Tradução de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos. São Paulo: Martins Fontes, 702 p.

VOGT, Carlos. (1978). Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções: porque, pois, já que. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 1, p. 35-50.

VOTRE, Sebastião Josué. (1962). A base cognitiva da interação. *Tempo Brasileiro,* v. 1, nº 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

VOTRE, Sebastião Josué, RIOS OLIVEIRA, Mariângela. (1997). Givón, T. (1995). Functionalism and Grammar. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 13, nº 2, p. 331-340.

VOTRE, Sebastião Josué. (1997). Um paradigma para a gramática funcional. *Alfa*. São Paulo, v. 41, nº especial, p. 25-40.

Quadro I

Conjunções do latim clássico[1]

a) Conjunções coordenativas

Aditivas	Alternativas	Adversativas	Conclusivas	Explicativas
et etiam ac atque –que nec neque	aut vel sive seu –ve	sed at, at vero, ast verum~vero tamen, autem ceterum	ergo igitur itaque ideo idcircum quocirca	atqui nam, namque, siquidem enim quippe

b) Conjunções subordinativas

Causais	Concessivas	Condicionais	Comparativas	Consecutivas	Finais	Temporais	Integrantes
cum quoniam quippe quod quia siquídem quando ut	quamquam etsi tametsi quamvis cum licet	si nisi ni sin modo dummodo	ut quasi quo mon quommodo quam sicut velut	ut, uti ita ut ut nom quin	ut, uti ne quo neve	donec ut dum cum quando ubi antequam postquam priusquam ac atque simul	ut quod quominus neve ne quin quommodo

[1] Com base em Meyer Lübke (1900), Ragon (s. d.), Faria (1958) e Poggio (1996).

Quadro I

c) Correlações conjuncionais

Coordenativas		**Subordinativas**		
Aditivas	**Alternativas**	**Comparativas**	**Proporcionais**	**Consecutivas**
et... et non solum... sed etiam cum... tum	aut... aut sive... sive neque... neque tum... tum	tam... quam tantum... quantum meliorem... quam talis... qualis	quantum... tantum	nom... ut quam... ut tam... ut tantum... ut

Quadro II

Conjunções do latim imperial[2]

a) Conjunções coordenativas

Aditivas	Alternativas	Adversativas	Conclusivas
et nec	aut	(magis)	ergo

b) Conjunções subordinativas

Causais	Concessivas	Condicionais	Comparativas	Finais	Temporais	Integrantes
quod quia	quod	si	quomodo	quod	quando antequam (quid) postquam (quid)	quod (quia-quid)

Obs: Não foram encontradas referências às correlações conjuncionais do latim imperial, entretanto, como as línguas românicas as possuem, acredita-se que algumas das correlações do latim clássico tenham se mantido ou tenha havido novas formações, no período.

[2] Com base em Rubio, 1953.

Quadro III

Conjunções encontradas nas diversas obras do *corpus*

Português Arcaico

a) Conjunções coordenativas

	FR	Dem.	DSG	LRR	CDP	CC
Aditivas	* e que * ne☽ ~ ne☽n ~ nen	e que nem	e	e que nem	e que nem	e que nem
Adversativas	* mays pero	mais ~ mas * mas pero em pero ~ empero ~ pero * porende ~ porem * ante * toda via	mais ~ mas mais pero mais que pero ~ empero	mas pero porem ~ porende ergo	mas pero porem ~ porende todavia	mas porem ante
Disjuntivas ou Alternativas	ou	ou	ou	ou	ou	
Conclusivas	pore☽de ~ pore☽ ~ pere☽ empero	pois	ergo porem ~ porende portanto pero		ergo portanto logo	 portanto logo
Explicativas	ca ~ qua poys pero ~ empero por esto	ca pois pero por ende ~ porende	ca	ca	ca pois	ca

Quadro III

Português Arcaico

b) Conjunções subordinativas

	FR	Dem.	DSG	LRR	CDP	CC
Causais	per que ~ porque pero pero que poys que que	por que ~porque pois pois que ~ poisque que como quanto ~ porquanto	porque pois que	porque que ergo que	porque pero que pois pois que que como porquanto	porque ~ por que pois pois que como
Condicionais	sse ~ se que salvo see ~ salvo se salvo que fora se ~ foras se fora que ~ foras que ~ fora... que senon... se ergo se macar que ~ a macar que	se que	se	se	see ~ se salvo se salvo que	se
Finais	pera que ~ pera... que que por que ~ perque almeos que	que por que ~ porque como	que	que per que	pera que que per que	que

	FR	Dem.	DSG	LRR	CDP	CC
Modais	assy como assy que como ~ come ~ en como que de~di / en / per guisa que ~ de guisa... que en (tal) maneira que	 assi que como ~ en como bem como en / de guisa que de (tal) guisa que em tal que	assi come ~ assi como assi que como que en guisa que em tal que	 de / en / per guisa que em maneira que	 assi que como de guisa que de todas maneiras que em tanto que	asy como como que em / de maneira que
Conformativas	segu❶do ~ segundo segundo que segundo como ~ segundo en como	segundo segundo como bem assi	segundo como	segundo	segundo	segundo
Comparativas	como assy come ~ assy como ~ assi como	como assi como que como se	como se		como assi como como se	como ~ come assy como como se ~ como que que
Concessivas	ergo se sol que ai↓da que pero que ~ empero mercee que macar que	 ay↓da que~aynda que pero ~ em pero pero que como quer que que	ainda que ~ aymda que pero ~ empero como quer que	 pois que	 i↓da que ~ aymda que pero posto que como quer que	 ainda que posto que como quer que

	FR	Dem.	DSG	LRR	CDP	CC
Temporais	poys ~ pois poys que ~ pois que ~ depoys que des que ante qua ~ ante que ata que deme☽tre ~ dementre ~ dementres ~ dementes ~ mentre ~ mentres mentre que ~ me☽ntre que enquanto logo que cada que ao tempo que quando	pois pois que ~ de pois que ~ depois que ante que ~ antes que ~ des ante que taa que ~ [t]a que ~ atee que mentre ~ mentres ~ em mentre em quanto logo que cada que tanto... que ~ tanto que antre que quando ~ cande que assi que como u	pois pois que ~ despois que ~ depois que ante que ata que dementre ~ dementres enquanto logo que cada que sol que quando	pois pois que ~ despois que ~ depois que des que ante que ataa que mentres mentre que em quanto tanto que quando	depois que des que ante que ataa que enquanto logo que tanto que quando assi que	ante que até que enquanto ~ em quanto tanto que quando que como
Integrantes	que se	que se	que se	que se	que se	que se

Quadro III

Português Arcaico

c) Correlações conjuncionais

	FR	Dem.	DSG	LRR	CDP	CC
Aditivas	tan be℈... come ~ tanben... come ~ tãben... como ~ tanbe℈... come		non solamente... mas		tambem... como non come... mas come ~ nam somente... mas ainda ~ nam somente... mas	
Disjuntivas	ou... ou... ou ergo... ou ne℈m... ne℈... nem quer... quer ~ quer... quer... quer	ou... ou quando... quando que... que quer... quer quer... ou	ou... ou nem... nem		ou... ou	ne℈... ne℈ ~ nem... nem quando... quando

	FR	Dem.	DSG	LRR	CDP	CC
Comparativas	tan... come ~ tã... come ~ tan como tal... como ~ ataos coma tanto como ~ tãto como mays... qua ~ mays ca ~ mays do que tãto... quanto ~ tanto... quanto / tantos quantos peyor ca assy... come ~ assy.... como... como	tal... como ~ tal como~ atal como tal qual/taes quaes ~ tal... qual ~ taes... quaes tanto... como ~ tanto como mais... que ~ mais... ca ~ mais... do que tanto... quanto peor... ca ~ pior... ca assi como ~ assi... como melhor que ~ melhor ca maior que ~ maior... ca canta mais ~ canta... quanto	tan... come mais... ca ~ mais que assi... come meores... que ~ melhor... que moor... ca / moores... ca ~ maiores... ca	tam... come tal... como assi... como ~ assi... come ante... ca	tam... come talll como/taaes como tanto... como mais... que tanto... quanto ~ tanto quanto assi... como ~ assi... come ~ assi como ~ assi que melhor... que moor... que menos... que	tanto... como mais... ca ~ mais... que tanto... quanto asy... como ~ asy... coma mylhor... que mayor... que mais quanta
Proporcionais		quanto mais... mais ~ quanto mais... tanto mais	quanto mais... tanto mais quanto mais ~ tanto meor / tanto mais			quanto mais... tanto mais

	FR	Dem.	DSG	LRR	CDP	CC
Consecutivas	tal... que ~ (tal) que / taes que ante... que ~ ante... ca tã... que assy... que	tal que ~ tal... que ~ tal... ca tam... que ~ atam... que ~ tm ca ~ tam... assi que toda... que assi... que tanto que ~ tanto... que	tal... que tan... qua tanto... que tamanho... que	tal... que tam... que toda que assi que tanto... que	tal que... tall que / taes que tam... que todo... que assi que tantas... que quantos... que tamanho... que	tal... que tam... que asy... que tanto... que tamanho... que
Modais	assy como... assy	assi como... bem assi bem como... assi	segundo como... assi			

Quadro IV

Quadro geral das conjunções do português arcaico

a) Conjunções coordenativas

Aditivas	Adversativas	Alternativas	Conclusivas	Explicativas
e que ne↓ ~ ne↓m ~ nen ~ nem	mays ~ mais ~ mas mais pero ~ mas pero em pero ~ empero ~ pero porende ~ poren ~ pore↓ ~ pere↓ ~ porém ante todavia ergo	ou	pore↓de ~ pore↓ ~ pere↓ em pero ~ empero ~ pero poys ~ pois portanto ergo logo por esto ~ por esso ~ por aquesto	ca ~ qua poys ~ pois pero ~ empero por ende ~ porende por esto pero ~ pero scilicet

Quadro IV

b) Conjunções subordinativas

Causais	Condicionais	Finais	Modais	Conformativas	Comparativas	Concessivas	Temporais	Integrantes
per que ~ por que ~ porque pero que poys que ~ pois que ~ poisque que como quanto ~ por quanto ~ por quãto pois ergo que	sse ~ se salvo sse ~ salvo se salvo que fora se ~ foras se fora que ~ foras que ~ fora... que senon... se ergo se macar que ~ a macar que com tanto que ~ contanto que	pera que ~ pera... que pero que almeos que em tal que perque ~ por que	assy como assy que como ~ come ~ en como ~ em como que de ~ di / en / per guisa que ~ de guisa... que em tal que em tanto que em/de maneira que ~ de maneiras que	segu↓do ~ segundo segundo que segundo como ~ segundo en como bem assi	como assy come ~ assy como ~ assi como ~ assim como que como que como se	ergo se sol que que mercee que como quer que macar que pois posto que ainda que ~ i↓da que ~ imda que ~ aynda que ~ ai↓da que pero que ~ em pero que ~ empero que	poys ~ pois poys que ~ pois que ~ depoys que des que ~ desque ante qua ~ ante que ~ ante ca ata que ~ ataa que ~ taa que ~ [t]a que ~ atee que ~ té que deme↓tre ~ dementre ~ dementres ~ dementre que ~ dementres que ~ deme↓tre que ~ mentre ~ mentres ~ mentre que ~ me↓ que em quanto ~ e↓ quãto ~ em quãto logo que cada que ~ quada vez que ao tempo que quando ~ cande que assy que como sol que u tanto... que ~ tanto que antre que	que ~ ca se

Quadro IV

c) Correlações conjuncionais

Coordenativas			**Subordinativas**			
Aditivas	**Alternativas**	**Adversativas**	**Comparativas**	**Proporcionais**	**Consecutivas**	**Modais**
tan be↓... come ~ tanben... come ~ tãben come ~ tanbe↓... come ~ tambem... como non solamente... mas ~ nam somente... mas ainda ~ nam somente... mas non como... mas como	ou... ou ergo... ou ne↓... ne↓ ~ ne↓ ~ nem ~ nem... nen ~ nen... nen... nen quando... quando que... que quer... quer... quer ~ quer... quer quer... ou ora... ora	não... senão	tan... come ~ tã... come ~ tan como tãto... como ~ tanto... como mays... que ~ mays ca ~ mays do que ~ máis que ~ máis... do que ~ mais do que tãto... como ~ tanto... come ~ tanto... como tal... como ~ ataes coma tãto... quanto ~ tanto... quanto / tantos quantos tam... quam tal qual / taes quaes ~ tal... qual ~ taes quaes peyor ca ~ peor... ca ~ pior... ca tall como ~ ataes... como ~ taes... como ~ taees... como ~ tal... como milhor... ca ~ melhor... que maior ca ~ moor... que ~ mor... que ~ maior que assy... come ~ assi... come ~ assy... come... come assi que canta mais ~ canta... quanto	quanto... tanto ~ quanto mais... mais ~ quanto mais... tanto mais quanto mais ~ tanto meor / tanto mais	tall... que ~ taes que ~ tal... que ante... ca ~ ante... que ~ antes... que tã... que assy... que quantos... que toda... que	assy como... assy ~ assi como... bem assi como... assi ~ bem como... assi segundo como... assi assi... como

Quadro V

Conjunções encontradas nas diversas obras do *corpus*

Século XVI

a) Conjunções coordenativas

	Aditivas	**Adversativas**	**Alternativas**	**Conclusivas**	**Explicativas**
C		mas			peró peró que
GLP	e nem que	mas porem peró que = senam senam		logo portanto	porém peró ca pois
DVV	e nem que	mas porém peró contudo	ou	logo portanto por conseguinte	porém ca peró
DLNL	e nem	mas senam peró ante porem			pois peró
DA v. 1	e nem	mas peró pore❩ cõ tudo ~ com tudo toda via somente			ca pois que
DA v. 2	e nem	mas peró pore❩ ~ porem todavia			pois ca

	Aditivas	Adversativas	Alternativas	Conclusivas	Explicativas
CIL	e ~ y ~ he nem	pore℈ ~ porem todavya mas con tudo	ou	portanto ~ portamto	pois ~ poys
CR	e neem	mas			
CJ	e ne℈	mas antes somente todavia senã ~ se nam ~ senõ ~ senam ~ senom com tudo ~ cõ tudo	ou e = ou		que porem pois
CT	e ne℈	mas porem todavia senã		por iso ~ por isso	pois
CM	e ne℈	mas todavia cõ tudo porem senã	ou		ca pois que
CDJIII	e	mas porem ~ pore℈ todavia senon	ou	por tanto	que ca

Quadro V

Século XVI

b) Subordinativas

	Causais	Concessivas	Condicionais	Conformativas	Comparativas	Consecutivas	Finais	Modais	Temporais	Integrantes
C	porque	ainda que		segundo			por que pera que		quando enquanto	que
GLP	porque posto que pois dado que	dado que ainda que	se	segundo como	como assi como		pera que	como assi que de maneira que	quando depois que	que
DVV	ca como pois que dado que	peró que ainda que dado que posto que		segundo	como assi como	assi que	pera que porque	como de maneira que	tanto que enquanto quando primeiro que té que enquanto	que
DLNL	pois perque ~ porque	posto que ainda que dado que	se contanto que	como segundo	como assi como		pera que	como em tanto que	primeiro que quando té que depois que	que
DA v. 1	porque posto que dado que pois como	ainda que peró que que dado que posto que mais que	se	como segundo	como como se como que		que para que porque	como de maneira que	em quanto primeiro que té que tanto que ~ tãto que depois que ante que quando	que se

	Causais	Concessivas	Condicionais	Conformativas	Comparativas	Consecutivas	Finais	Modais	Temporais	Integrantes
DA v. 2	que porque ~ por que uma vez que como que	peró que posto que aynda que	se senam	como segundo cõforme	como	de maneira que	que	como de maneira que que	primeiro que em quanro ãte que ~ ante que tanto que té que como quando depois que	que se
CIL	ya que ~ ja que porque ~ por que poys que como posto que	posto que ay◕da que ~ aynda que cõ quanto ~ com quãto	se senã ~ senõ ~ senãa ~ senão caso	segundo como	como como que ~ como se		para que ~ pera que que per que para que	como asy como asi que de modo que	quada vez que depoys que ~ depois que quãdo ~ quando antes que ~ amtes que e◕ quãto ~ em quãto tãto que ~ tanto que desque primeiro que como até que	que se
CR		aimda que por quamta ~ por quanto posto que	se	segundo confforme				como assi como		que

	Causais	Concessivas	Condicionais	Conformativas	Comparativas	Consecutivas	Finais	Modais	Temporais	Integrantes
CJ	que pera que porque	ainda que ~ aynda que ~ ainda que que posto que	se	como segu❩ ~ segundo	como	de maneira que	que pera que porque	como de feição que de maneira que assy que	e❩ quanto ~ em quanto pois e❩tretanto que desque em quanto como antes que tanto que e❩ tanto que ata que despois que ~ depois que	que se
CT	porque pois pois que	posto que aimda que ~ ai❩da que ~ i❩da que ~ imda que	se	como segu❩do cõforme	como	de maneira que	que porque pera que	asy que ~ assi que de maneira que	primeiro que quando ~ cando como e❩ quanto ~ e❩ quãto ~ em quanto	que se
CM	porque como que posto que pois que pois	ai❩da que ~ inda que	se caso que	como segundo			para que a que	como	antes que depois que como quamdo ~ quãdo	que
CDJIII	porque ~ por que que pois que pois como por quanto	ainda que posto que com quanta		segundo como comforme	como se	de maneira que	por que pera que	de maneira que	cando ~ quãdo ~ quando tamto que em quanto ~ e❩ quanto depois que antes que prymeiro que atee que	que se

Quadro V

Século XVI

c) Correlações conjuncionais

	Coordenativas			**Subordinativas**				
	Aditivas	**Alternativas**	**Adversativas**	**Concessivas**	**Comparativas**	**Consecutivas**	**Modais**	**Proporcionais**
C					mais... que maior... que	tam... que	assi... assi	
GLP	nam... mas ~ nam somente... como ~ nam somente... mas bem como... assi	ou... ou ora... ora			mais que ~ mais... que menos... que assi... como ~ como... assi ~ bem como... assi tanto... como ~ tanto como tam... como	tam... que	assi... assi	
DVV		quer... quer nem... nem			mais... que ~ mais de que menos... que milhor... que tanto... como tanto... quanto	ante... que assi... que nam... que tanto... que tam... que		quanta... tanto ~ quanto... tanto ~ tanto quanto
DLNL	nam somente... mas ainda ~ nam somente... mas				assi... como mais... que melhor... que maior... que ~ maior do que tam... como	tanto que tam... que mais... que		

	Coordenativas			Subordinativas				
	Aditivas	**Alternativas**	**Adversativas**	**Concessivas**	**Comparativas**	**Consecutivas**	**Modais**	**Proporcionais**
DA v. 1	nã somente... mas ~ nam somente... mas aynda	ora... ora			assy... como tam... como tam... quãto	tamanho... que mais... que tanto... que tam... que mais... que ~ mais do que tal... que assy... que	assi como... assi	
DA v. 2	nam... mas	mais... que			assy... como melhor que mais... que ~ mais do que ~ mais que tã ... como tanto... como ~ tãto... como	assy... que tã... que ~ tam... que tanto... que tamanho... que		
CR					assy... como tanto... como	tanto... que ~ tamto... que tam... que		quanto mais ~ tanto mais
CIL	não... mas ~ não mas antes	ou... ou ne↓ ~ ne↓		por mais... que	mays... que ~ mais ca ~ mais... do que ~ mais que quãto... tãto ~ tãta... quãta tam... como asy... como menos de que mylhor do que	tal... que ~ (tal)... que tam... que ~ tão... que tamanho que tanta... que ~ tanto que		

	Coordenativas			Subordinativas				
	Aditivas	**Alternativas**	**Adversativas**	**Concessivas**	**Comparativas**	**Consecutivas**	**Modais**	**Proporcionais**
CJ	nõ somente... mas ainda	ne◑ ~ ne◑ mais... quanto mais	nõ... senõ all... senom		tam... quanto assi como... assi ~ assy como... assy mais que ~ mais do que moor... que tal... como tam... como tanto... como menos do que milhor... que	tão... que ~ tam... que tanta... que ~ tanto... que tal... que		quãto mays... tanto menos quãto mays... tãto mays
CT		ne◑ ~ ne◑	nã... senã		mais... que tam... como ~ tão... como tanta... como tanta... quanta asi... como	tanto... qua ~ tanto... que tã... que ~ tam... que muito... que		
CM	nã some◑te... mas tamto... tamto... como	ou... ou	nã.. senã nã... que					
CDJIII	não some◑te... mas ~ não somente... mas ainda ~ não... mas nã... que	nem... ne◑			pior... do que asy como... asy ~ asy... como mays... que ~ mais do que menos... do que tamta... como	tantos... que tamanho... que tam... que tall... que melhor... que		quanto mais... tanto... mais

Quadro VI

Conjunções encontradas nas diversas obras do *corpus*

Século XVII

a) Conjunções coordenativas

	Aditivas	**Alternativas**	**Adversativas**	**Conclusivas**	**Explicativas**
CVM	e sendo que nem	ou	mas porém antes senão entretanto contudo se bem que somente	logo pois	que pois
CVB	e nem sendo que	ou	antes contudo porém mas		pois
S4ª f. C.	e nem	ou	mas senão somente contudo porém	pois que	pois
SS	e nem		contudo mas porém senão somente	pois que	

Quadro VI

Século XVII

b) Conjunções subordinativas

	Causais	Concessivas	Condicionais	Conformativas	Comparativas	Consecutivas	Finais	Modais	Temporais	Integrantes
CVM	porque como já que que sendo que posto que pois pois que porquanto	posto que suposto que por mais que ainda que quando	senão que se salvo quando	como segundo conforme	como se como que como assim como como que	de maneira que	porque para que que	assim que como assim como de sorte que de maneira que sem que	quando até que enquanto tanto que depois que que primeiro que antes que como	que se
CVB	que porque pois como pois que	posto que ainda que por mais que suposto que		como segundo	como se como		para que que	como de maneira que sem que assim que	enquanto tanto que depois que quando desde que	que se
S4ª f. C.	porque que já que como suposto que pois	ainda que posto que por mais que dado que	se	como	como como se		para que	como assim como de sorte que de maneira que assim que	tanto que antes que quando depois que até que enquanto	que se
SS	já que porque suposto que	ainda que posto que	se		como			assi que de maneira que com tanto	quando tanto que depois que enquanto	que se

Quadro VI

Século XVII

c) Correlações conjuncionais

	Coordenativas		**Subordinativas**			
	Aditivas	**Alternativas**	**Comparativas**	**Consecutivas**	**Modais**	**Proporcionais**
CVM	assim... como tão... como (não só... mas também) sem... que (senão) não... senão ~ não só... senão também ~ não só... senão que não... que (senão) não só... mas também ~ não só... como também... não só... ( ) ~ não só... mas ~ não... mas ~ (não só)... como também ~ não... como também ~ não só... mas ainda	nem... nem já... já ou... ou assim... como nem... nem sem... que (senão)	tão... como mais... que ~ mais que ~ mais... do que menos... que ~ menos... do que menor que ~ menor... que melhor... que ~ melhor que assim... como tanto... quanto ~ tanto... como ~ tanto como tamanhas como	tal... que / tais que tão... que tanto... que tantas... que sem... que		quanto mais... tanto mais ~ quanto... tanto
CVB	não só... mas ~ não... mas ~ (não só)... como também ~ não... como também não... senão ~ não só... senão também não... que (= senão) sem... que (=senão) outro... que (=senão)	ou... ou	assim... como ~ assim como... assim pior que tão... quanto tão... como tão... qual maior... do que / maiores que	tal... que tão... que ~ tais que tanto... que	assim como... assim	tanto mais... quanto... mais ~ quanto... tanto

	Coordenativas		**Subordinativas**			
	Aditivas	**Alternativas**	**Comparativas**	**Consecutivas**	**Modais**	**Proporcionais**
S4ª f. C.	não... que non... que	ou... ou já... já nem... nem	tão... como melhor... que mais... que			quanto mais... tanto mais quanto... tanto
SS	assim como... assim não só... mas não... senão ~ não só... senão	nem...nem ou... ou	tanto... como mais... que	tanta... que tão... que outra... mais que		

Quadro VII

Quadro geral das conjunções do português moderno

a) Conjunções coordenativas

Aditivas	Adversativas	Alternativas	Conclusivas	Explicativas
e ~ y ~ he que ne↓ ~ nem ~ neen que sendo que	mas pore ↓ ~ porem peró que = senam senam ~ senã ~ senão ante ~ antes cõ tudo ~ con tudo ~ contudo todavya ~ todavia ~ toda via somente entretanto se bem que e = mas entanto sendo que	ou e = ou	logo tanto ~ portanto por conseguinte por iso ~ por isso pois que pero ~ pero que	peró peró que porém ca pois que

Quadro VII

Quadro geral das conjunções do português moderno

b) Conjunções subordinativas

Causais	Concessivas	Condicionais	Conformativas	Comparativas	Consecutivas	Finais	Modais	Temporais	Integrantes
per que ~ perque ~ por que ~ porque posto que dado que que como ya que ~ ja que poys ~ pois pois que por quanto ~ porquanto sendo que suposto que	ay↓da que ~ aynda que ~ ainda que dado que peró que posto que que cõ quanto ~ com quãto por quanto ~ por quanta suposto que mais que ~ por mais... que ~ por mais que quando	se contanto que senã ~ senãa ~ senõ ~ senão caso caso que mais que que salvo quando	segu↓ ~ segundo como ~ segundo conforme ~ confforme ~ comforme	como assi como ~ assim como como se como que que	assi que de maneira que	por que ~ porque ~ pera que ~ para que que	como de maneira que em tanto que ~ tanto que / que asy como ~ assi como ~ assim como de feição que asy que ~ assi que ~ asi que ~ assy que ~ assim que de sorte que sem que com tanto	como que e↓ quanto ~ em quãto ~ enquanto té que ~ até que ~ ata que ~ atee que ~ até que cando ~ quamdo ~ quando tãto que ~ tamto que ~ tanto que despois que ~ depoys que ~ depois que ante que ~ ãte que ~ amtes que ~ antes que quada vez que ~ cada vez que desde que prymeiro que ~ primeiro que pois e↓tretanto e↓ tanto que como	que se

Quadro VII

Quadro geral das conjunções do português moderno

c) Correlações conjuncionais

Coordenativas			Subordinativas				
Aditivas	**Alternativas**	**Adversativas**	**Comparativas**	**Consecutivas**	**Modais**	**Proporcionais**	**Temporais**
não só... mas também ~ não só... como também ~ não... como também ~ não só... mas ainda ~ não só... mas ~ não... mas assim... como ~ assim como... assim tão como bem como... assi sem... que não... senão ~ não só... senão também ~ não só... senão que ~ não só... senão tan be↓... come ~ tanben... come ~ tãben... como ~ tambe↓... come	ou... ou ora... ora quer... quer nem... nem ~ ne↓... ne↓ já... já outro... que	nom... que outro... que	moor... que ~ maior... que ~ maior de que ~ maior do que menos... que ~ menos de que ~ menos que assi... como ~ como... assi ~ bem como... assi ~ assy... como ~ asy... como ~ assim... como tanto... como ~ tanto como ~ tãto... como ~ tamta como tam... como ~ tão... como tão... qual tanto... quanto assy... tanto... que tam... quãto ~ tam... quanto ~ tão... quanto quanto mais.. que mais... que ~ mais ca ~ mais que ~ mais... que ~ mais do que quãto... tãto ~ tãta... quãta ~ tanta... quanta ~ tanto... quanto milhor... que ~ mylhor... do que ~ melhor que ~ melhor... que tal... como menor que ~ menor... que tamanhas como pior que ~ pior de que	tam... que ~ tã... que ~ tão... que ante... que assi... que ~ assy... que nom... que tanto... que ~ tamto... que ~ tanto que ~ tanto... qua tamanho... que tal... que ~ (tal)... que ~ tall... que muito... que melhor... que	assi como... assi ~ assim como... assim	quanta... tanto ~ quanto... tanto ~ tanto quanto ~ quanto mais... tanto mais ~ quãto mays ... tanto mays ~ tanto mais... quanto mais ~ quanto mais... tanto mais pouco ~ quanto mais... tanto meor ~ quãto mays... tanto menos	antes.. do que ~ antes que ~ antes... que

Quadro VIII

Conjunções encontradas nas transcrições do Projeto NURC/Brasil*

a) Conjunções coordenativas

	SSA	Re	RJ	SP	POA
Aditivas	e que sendo que nem	e nem	e	e	e sendo que que
Alternativas			ou		
Adversativas	mas enquanto que	mas a não ser		mas sendo que	mas entretanto senão
Conclusivas			portanto	portanto	
Explicativas				pois	

* Com base em 30 DIDs (diálogos entre informantes e documentadores) do Projeto NURC/Brasil, seis de cada cidade indicada

Quadro VIII

Conjunções encontradas nas transcrições do Projeto NURC/Brasil

b) Conjunções subordinativas

	SSA	Re	RJ	SP	POA
Causais	porque que	porque que já que	porque até porque como que não que	porque uma vez que que porquanto como	porque já que que
Concessivas	embora se bem que mesmo que	embora que se bem que apesar de que	embora se bem que mesmo que	embora se bem que apesar de que	mesmo que apesar que ~ apesar de que
Condicionais	se a não ser que	se	se a não ser que ~ a não ser se	se	se senão
Conformativas	como	como	como	como conforme	como conforme
Comparativas	como se	como se	como se ~ como (se) como	como como se	como

	SSA	Re	RJ	SP	POA
Finais			para que ~ pra que	para que	
Modais	de forma que como	de formas que de modo que assim como	como de forma que de modo que de sorte que tanto que	como de maneira que de modo que	de sorte que de modo que sem que tanto que assim que assim como
Proporcionais		à medida que ~ na medida que	à medida que		
Temporais	quando desde que enquanto	depois que até que quando desde que	quando desde quando ao mesmo tempo que ao passo que depois que desde que enquanto ~ enquanto que logo que até que	quando desde que depois que enquanto que	
Integrantes	que se	que se	que se	que se	que se

Quadro VIII

Conjunções encontradas nas transcrições do Projeto NURC/Brasil

c) Correlações Conjuncionais

		SSA	Re	RJ	SP	POA
Coordenativas	Aditivas			não só... como ~ não só... ( ) ~ ( )... mas também	não... mas ~ não só... mas	
	Alternativas			ou... ou nem... nem		
Subordinativas	Comparativas			tanto... como tanto... quanto mais... que ~ mais... do que melhor... do que	tanto... quanto mais... do que ~ mais... que bem... do que	
	Consecutivas			(tal)... que tanto... que tão... que	tão... que	
	Proporcionais			quanto mais... mais quanto mais... maiores		

Quadro IX

Conjunções encontradas nas transcrições do Português Fundamental/Portugal[3]

a) Conjunções coordenativas

Aditivas	Alternativas	Adversativas	Conclusivas	Explicativas
nem e	ou	mas contudo no entanto entretanto	portanto[4] portanto que por conseguinte	pois

[3] Com base em 140 extratos de entrevistas do Português Fundamental, razão pela qual as conjunções empregadas no português falado de Portugal estão apresentadas apenas no seu conjunto e não indicando cada local separadamente.

[4] As conjunções pois e portanto são mais empregadas como marcadores conversacionais.

Quadro IX

b) Conjunções subordinativas

Causais	Concessivas	Condicionais	Conformativas	Comparativas	Consecutivas	Finais	Modais	Temporais	Integrantes
porque já que	embora se bem que porquanto apesar de que mesmo que	se senão como que como se	consoante como segundo conforme	como	de maneira que	para que	de maneira que na medida em que ao passo que sem que de forma que tanto que à maneira que	quando enquanto enquanto que desde que até que primeiro que	que se

Quadro IX

c) Correlações conjuncionais

Coordenativas	Subordinativas		
Aditivas	**Comparativas**	**Consecutivas**	**Proporcionais**
não só... mas ~ não só... como ~ não só... mas também ~ (não só)... mas também	mais... do que ~ mais... que tanto... como melhor que	tão... que tal... que tanto... que	quanto mais... mais

Quadro X

Quadro geral das conjunções no português falado contemporâneo

a) Conjunções coordenativas

Aditivas	Alternativas	Adversativas	Conclusivas	Explicativas
e que sendo que nem	ou	mas enquanto que a não ser sendo que entretanto senão no entanto	portanto portanto que por conseguinte por isso que	pois

Quadro X

b) Conjunções subordinativas

Causais	Concessivas	Condicionais	Conformativas	Comparativas	Finais	Modais	Proporcionais	Temporais	Integrantes
porque que já que como que não que uma vez que porquanto	embora ~ embora que se bem que mesmo que apesar de que ~ apesar que porquanto	se a não ser que ~ a não ser se senão como que como se	como conforme consoante segundo	como como se ~ como (se)	para que ~ pra que	de forma que ~ de formas que como da maneira que ~ à maneira que de modo que assim como se sorte que tanto que sem que assim que na medida em que ao passo que	à medida que ~ na medida que	quando no momento que sempre que desde que ~ desde quando enquanto ~ enquanto que depois que até que ao mesmo tempo que ao passo que logo que primeiro que	que se

Quadro X

c) Correlações conjuncionais

Coordenativas		**Subordinativas**		
Aditivas	**Alternativas**	**Comparativas**	**Consecutivas**	**Proporcionais**
não só... como ~ não só... ( ) ~ ( )... mas também ~ não... mas ~ não só... mas ~ não só... mas também	ou... ou nem.. nem	tanto... como tanto... quanto mais... que ~ mais... do que melhor... do que ~ melhor que	(tal)... que tanto... que tão... que portanto que... que	quanto mais... mais quanto mais... maiores

Quadro XI

Conjunções: do latim ao português

a) Conjunções coordenativas

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado[5] Contemporâneo
Aditivas	et ‘e’ atque ou ac ‘além disso’ etiam ‘e ainda’ que ‘e’ nec ‘nem’	e que nem também, também como	e nem sendo que	e que nem também
Disjuntivas	aut ‘ou’ sive ‘ou se’ seu ‘ou se’ vel ‘ou’ nec ‘nem’	ou	ou	ou
Adversativas	at ‘mas’ at, at vero, ast ‘mas ao contrário’ at tamen, verum tamen, tamen ‘contudo, todavia’ uerum ou uero ‘mas, na verdade’	mais ~ mas pero em pero ~ empero mas pero perende ~ peren porende ~ poren antes ~ antes toda via ~ todavia entanto ergo	mas porem antes contudo	porém antes todavia no entanto entretanto contudo

[5] Acham-se listadas apenas as conjunções encontradas no *corpus*.

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Conclusivas	ergo ‘logo’ igitur ‘portanto’ quocirca, itaque ‘por conseguinte’ ideo, idcirco ‘por este motivo’	ergo pois portanto empero porende - pore⁀ - pere⁀ - poren por conseguinte logo	pois que	pois portanto por conseguinte logo
Explicativas	atqui ‘pois’ nam, namque, siquidem ‘pois’	 ca - qua poys - pois pero - peró pero que por esto por esso por aquesto scilicet	 pois	 que pois por isso

Quadro XI

Conjunções: do latim ao português

b) Conjunções subordinativas

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Causais	cum ‘pois que’ quoniam ‘pois’ quid, quod ‘porque’ quia ‘porque’ quippe ‘portanto’ siquidem ‘visto que’	ca ~ que per que por que ~ porque pero que poys ~ pois poys que ~ pois que como por quanto dado que	que porque pois como porquanto já que sendo que posto que pois que	que porque pois como porquanto já que visto que uma vez que dado que

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Temporais	cum ‘quando’ donec ‘até que’ dum ‘enquanto’ quando ‘quando’ ut, ubi ‘quando’ priusquam, antequam ‘antes que’ postquam ‘depois que’	quando ante que ~ antes que pois que de pois que ~ despois que ~ depois que ataa que ~ ata que ~ ates que ~ atee que ~ te que logo que assy que ~ assi que des que cada que ao tempo que enquanto ~ em quanto primeiro que sol que tanto que ~ tanto... que dementre ~ dementres ~ dementes ~ mentres ~ mentre ~ en mentre ~ em mentre dementres que ~ dementre que ~ mentre que ~ me☽tre que quando entre que como ‘quando’ u ‘quando’ que ‘quando’	quando antes que depois que até que enquanto primeiro que tanto que como ‘quando’ que ‘quando’	quando antes que depois que até que logo que sempre que assim que desde que todas as vezes que cada vez que apenas mal ao tempo que enquanto primeiro que ao passo que

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Condicionais	se ‘si’ nisi ‘senão’ ni ‘se não’ sin ‘se pelo contrário’ dum, dummodo ‘contanto que’	se salvo se ~ salvo sse salvo que contanto que nom que fora fora que ~ fora... que fora se ~ foras... se senon tanto se ergo macar que ~ a macar que	se mais que que senão	se salvo se contanto que caso sem que desde que dado que exceto se suposto que a menos que a não ser que uma vez que

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Concessivas	etsi ‘ainda que’ quamuis ‘contanto’, conquanto’ quamquam ‘ainda que’ licet ‘se bem que’, ‘embora’	ainda que posto que como quer que pero ~ em pero - empero pero que ~ empero que mercee que sol que ergo se macar que que dado que pois	ainda que posto que quando por mais que suposto que	ainda que posto que se bem que conquanto apesar de que embora mesmo que mesmo quando ainda quando

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Consecutivas	ut ‘que, de modo que’ ut non ‘de modo que não’	que tanto/a/os/as... que tam... que nom... que todo... que taes... que quantos... que tamanha... que asy... que nada... quanto canta... mais tanto... donde tall - atall... que / taes... que	de maneira que	que tanto/a/os/as... que tão... que de forma que de maneira que

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Conparativas	uti, ut ‘como’ quasi ‘como’ quam ‘do que’ velut, sicut ‘assim como’ quomodo ‘como’	ca - que como que ~ como se como assy como - assi como - assi come ~ asy coma antes que ~ ante ca tal qual mais quanta	como que ~ como se como assim como	que como assim como tal... como tão... como menos... que (do que) mais... que (do que) maior... que (do que) melhor... que (do que) pior... que (do que) tanto/a/os/as... como antes que (do que) tal... qual tanto... quanto - tanto quanto tão... quão, quanto
Finais	uti, ut ‘a fim de que’ ne ‘para que não’ quo ‘para que’	pera que ~ pera... que que per que ~ perque por que ~ porque como almeos que	para que que porque	para que que a fim de que
Integrantes	ut, ne ‘que’ quin, quominus ‘que’ quod ‘que’	ca - que se - sse	que se	que se

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Modais		que como assy como ~ assi como assi... como ~ assi come - assi como como ~ em como ~ en como en/per/de guisa que ~ de guisa que ~ de guisa... que ~ di guisa... que de maneira que en tal que em tanto que assi que	 assim como como de maneira que assim que de sorte que com tanto	como assim como como de maneira que de sorte que de modo que
Conformativas		segundo segundo que segundo como ~ segundo en como	segundo como conforme	segundo conforme
Proporcionais		 quanto mais... mais ~ quanto mais ~ tanto mais		à medida que à proporção que ao passo que quanto mais... tanto mais

Quadro XI

Conjunções: do latim ao português

c) Correlações conjuncionais

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Aditivas	et... et nom solum... sed etiam cum... tum		assim... como assim como... assim tão... como sem... que não... senão ~ não só... senão também... não só... senão que ~ não só... mas também ~ não só... como também ~ não só ( )* não só... mas ~ não... mas ~ ( )... como também ~ não só... mas ainda não... antes não... que outro... que	não só... como ~ não só... mas ~ não só... ( ) ~ ( ) mas também ~ não só... mas também ~ (não só)... mas também
Alternativas	aut... aut sive... sive neque... neque tum... tum	ou... ou nem... nem quer... quer quando... quando	ou... ou nem... nem já... já	

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Consecutivas	nom... ut quam... ut tam... ut tam... ut tantum... ut	nom... que tam... que tanto... que todo... que quantos... que tamanha... que asy... que nada... quanta canta... mais tanto... donde tall ~ atall... que	 tão... que tanto... que tal... que outra... mais que	 tão... que tanto... que tal... que
Comparativas	talis... qualis meliorem... quam tantum... quantum tam... quam	mais... que ~ mais... ca maor... que ~ maior... ca ~ maior... que melhor... que ~ melhor... ca ~ mylhor... que peor... que ~ peor ca tanto/a/os/as... como tanto quanto... tanto... quanto talll... come ~ tal... como peor... que ~ peor ca menor que tam... quam mais quanta		mais... do que ~ mais... que melhor... do que ~ melhor que tanto... como tanto... quanto bem... do que

	Latim Clássico	Português Arcaico	Português Moderno	Português Falado Contemporâneo
Modais			assim como... assim	
Proporcionais	quantum... tantum		tanto mais... quanto ~ quanto... tanto	quanto mais... mais ~ quanto mais... maiores
Temporais				

Quadro XII

Aparecimento e desuso das conjunções

a) Conjunções coordenativas

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Aditivas						
e						
nem						
que						
sendo que						
Alternativas						
ou						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Adversativas						
a não ser						
ante						
contudo						
entanto ~ no entanto						
entretanto que ~ entretanto						
ergo						
mas						
pero						
porem						
se bem						
sendo que						
somente						
todavia						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX

Conclusivas						
empero						
ergo						
logo						
pois						
por conseguinte						
porem						
por isso						
por isso que						
portanto						
Explicativas						
ca ~ qua						
pero						
pois						
porem						
que						
scilicet						

Quadro XII

Aparecimento e desuso das conjunções

b) Conjunções subordinativas

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Concessivas						
ainda que						
apesar de que						
com quanto → conquanto						
como quer que						
dado que						
embora que → embora						
ergo se						
macar que						
mercee que						
mesmo que						
pero ~ empero ~ pero que ~ empero que						
por mais que						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Concessivas (cont.)						
posto que						
que						
se bem que						
suposto que						
sol que						
Temporais						
ante que						
ao passo que						
ao tempo que						
assim que						
até que						
cada que → cada vez que						
como						
dementre ~ dementres ~ mentre						
dementre que ~ dementres que ~ mentre que						

Temporais (cont.)	**Séc. XIII**	**Séc. XIV**	**Séc. XV**	**Séc. XVI**	**Séc. XVII**	**Séc. XX**
depois que						
desde quando						
des que → desde que						
enquanto						
entre que						
já que						
logo que						
pois						
pois que						
primeiro que						
quando						
que						
sol que						
tanto que						
u						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Integrantes						
que						
se						
Comparativas						
assim como						
como						
como se						
como que						
que						
Modais						
assim como						
assim que						
como						
como quer que						
de feição que						
de forma que						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Modais (cont.)						
de maneira que						
de modo que						
de sorte que						
em/de/per guisa que						
en como que ~ em como						
en tal que						
en tanto que ~ tanto que						
que						
sem que						
tanto assim que						
Finais						
almeos que						
a que						
como						
pera que → para que						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Finais (cont.)						
porque						
que						
Proporcionais						
à medida que						
Consecutivas						
de maneira que						
Condicionais						
a não ser que						
caso que → caso						
contanto que						
dado que						
en tal caso que						
ergo se						
fora... que ~ foras que						
fora se						
macar que ~ a macar que						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Condicionais (cont.)						
que						
salvo que						
salvo se						
se						
sem que						
senon... se						
Causais						
como						
dado que						
entretanto que → entretanto						
ergo que						
pero						
pero que						
pois						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Causais (cont.)						
pois que						
porquanto						
porque						
posto que						
que						
sendo que						
suposto que						
uma vez que						
já que						
Conformativas						
como						
conforme						
en como						
segundo						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Conformativas (cont.) segundo como ~ segundo en como						
segundo que						

Quadro XII

Aparecimento e desuso das conjunções

c) Correlações conjuncionais

Aditivas	**Séc. XIII**	**Séc. XIV**	**Séc. XV**	**Séc. XVI**	**Séc. XVII**	**Séc. XX**
nã... canto mais → não... quanto mais						
non como... mas como						
não... senão						
não somente... mas ainda ~ non solamente... mas ~ nam somente... mas ~ nam somente... mas ainda ~ nam... mas ~ não só... senão também ~ não só... também ~ não somente... mas ~ não só... mas também ~ não só... como até ~ não somente... como ~ não só... como						
tan be☽... come						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Disjuntivas ou alternativas						
ergo... ou						
já... já						
nem... nem						
ora... ora						
ou... ou						
quando... quando						
que... que						
quer... quer						
Adversativas						
não... senão						
non... que						
outro... que						
sem... que						

Comparativas	**Séc. XIII**	**Séc. XIV**	**Séc. XV**	**Séc. XVI**	**Séc. XVII**	**Séc. XX**
assi... come						
assi... que						
canta... mais ~ canta... quanto						
maior... que						
mais... que						
melhor... que						
menos... que						
pior... que						
tal... como						
tamanhas... como						
tanto... como						
tanto... qua						
tanto... quanto						
tão... qual						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Consecutivas						
ante... ca → antes... que						
muito... que						
portanto que... que						
quantos... que						
tal... que						
tamanho... que						
tanto... que						
toda... que						
Modais						
assy como... assi ~ assy como... bem assi						
como... assi ~ bem como... assi						
segundo como... assi						

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Proporcionais						
canta... mais						
mais... quanto mais						
quanto... tanto ~ quanto... tanto mais ~ quanto mais... tanto mais ~ quanto... mais... tanto... mais						
tanto... quanto						
Concessivas						
por mais... que ~ por mais que						

Glossário

Conjunções na documentação pesquisada

O glossário que aqui se apresenta foi elaborado com a finalidade de reunir, de maneira sintética, informações sobre o comportamento e a forma dos itens conjuncionais encontrados no *corpus* e servir de base à análise a ser realizada neste trabalho.

Desta maneira, contém, para cada item conjuncional, informações sucintas referentes à etimologia, à época do aparecimento, emprego e desuso, ao comportamento sintático, às obras em que aparecem, à frequência ou não na língua falada. Em alguns casos, foram incluídas informações apresentadas por outros autores, colhidas em obras diversas das que constituíram o *corpus* da presente pesquisa, mas julgadas pertinentes, uma vez que dizem respeito a obras do mesmo período.

As informações referentes à etimologia estão baseadas em dados colhidos em gramáticas históricas, nos dicionários etimológicos, no glossário do *Cancioneiro d' Ajuda*, edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, nas notas à edição de *Os Lusíadas*, de Epifânio da Silva Dias. Em raros casos em que não foram encontrados indícios para a etimologia dos itens conjuncionais foram levantadas hipóteses. As correlações formadas por itens que também, isoladamente, funcionam como conjunções não apresentam a etimologia, se a etimologia dos seus termos componentes já tiver sido anteriormente apresentada.

ainda que (de **ainda**, do adv. galego-português, de etimologia incerta; provavelmente, segundo Corominas, de origem pré-romana, afim à conj. **indi** ou **inda**, que, com o valor de **e**, é freqüente em inscrições da época imperial, encontradas no Oriente e Ocidente da Península, + conj. **que**); conj. sub. concessiva; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre em posição interfrástica ou em posição inicial, introduzindo orações com verbos no subjuntivo; é o conectivo concessivo mais empregado no português arcaico (FR, liv. II, l. 559-63) (DSG, 1.7.9). Apresenta, ainda no séc. XVI, as variantes gráficas: **ajnda que ~ ai↓da que ~ aynda que ~ aymda que ~ aimda que** ~ i↓**da que** ~ **imda que** ~ **ainda que.** Ocorre, no SS, iniciando oração com verbo no indicativo l.812-4). É bastante empregada no português contemporâneo, mas, das conjunções concessivas, **embora** é a mais empregada, tanto na língua escrita, como na língua falada.

almeos que (de **al**, do lat. **aliud** ‘outra coisa’+ **meos**, do lat. **minus +** conj. **que** ou de **a + lo + meos**); conj. sub. final; séc. XIII. Parece já ser, nesse século arcaizante, pois ocorre uma única vez, no FR (liv. III, l. 449-54), iniciando uma oração com verbo no subjuntivo.

à medida que (de **à,** fusão da prep. **a** com o art. **a,** + subs. **medida,** part. pass. fem. do v. **medir**, de **metire,** + conj. **que**); conj. sub. proporcional; séc. XX. Ocorre no português contemporâneo escrito ou falado (POA, inf. 006, l. 325-7); apresenta, no português falado, a variante **na medida que** (Re, inf. 090, l. 244-7).

a não ser (da prep. **a** + a neg. **não** + v. **ser**); conj. coord. adversativa; séc. XX; (inf. 210, l. 521-2), (RJ, inf. 128, l. 335-6).

a não ser que (de **a não ser + que**); conj. sub. condicional, séc. XX. Ocorre, freqüentemente, no português falado ou escrito (SSA, inf. 203, l. 053-5).

ante (da prep. **ante**, do lat. **ante**) ‘mas’; conj. coord. adversativa; sécs XIII, (XIV), (XV), XVI, XVII. Liga sentenças independentes com verbos no indicativo; estabelece oposição entre o fato expresso pela sentença por ela iniciada e o fato expresso na sentença negativa anterior (Dem., cap. CCCCL, l. 17-20). Não ocorre em textos do séc. XIV e XV, voltando a ocorrer, já na forma **antes**, nas CJ (l. 74-5, CXVII - l. 05-6), séc. XVI e nas CVM (LXV, l. 836-40, LXVI, l. 355-62), séc. XVII. Não aparece no elenco de conjunções apresentado pelos gramáticos contemporâneos consultados para esta pesquisa; é, entretanto, ainda empregada no português falado.

ante...ca (de **ante** + conj. **ca**), ‘antes... que’; corr. sub. consecutiva; sécs XIII, XIV, XV, XVI, XVII (FR, liv. III, l. 799-800) (S4ªfC, II, l. 512-4). Apresenta, já no séc. XIII, a variante **antes... que**.

ante que (de **ante** + conj. **que**), ‘antes que’; conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no séc. XIII, a variante **ante ca** e é empregada, iniciando orações com verbos no indicativo ou subjuntivo (FR, liv. IV, l. 790-2 e 955-9). Assume, no séc. XVI, a forma **antes que** (CDJ III, VI, l. 314-8).

ao passo que (de **ao,** combinação da prep. **a** + art. **o** + subs. **passo** + conj. **que**) ‘enquanto’; conj. sub. temporal; séc. XX. Liga sentenças com verbos no indicativo. Ocorre na língua falada do Brasil (Re, inf. 283, l. 145-9) e

de Portugal (PF, inf. 0564, l. 33-5); na língua escrita é, preferencialmente, substituída por **enquanto.**

ao tempo que (da prep. **a** + art. **o** + subs. **tempo**, do latim **tempu-, +** conj. **que**), 'no tempo que', 'no momento que'; conj. sub. temporal; séc. XIII, XX. Ocorre uma única vez no FR, introduzindo oração com verbo no indicativo (FR, liv. II, l. 493-502).

apesar de que (da prep. **a** + subs. **pesar** + prep. **de** + conj. **que**); conj. sub. concessiva; séc. XX. Ocorre na língua falada do Brasil (Re., inf. 090, l. 51-6) (SP, inf. 295, l. 366-72), apresentando a variante **apesar que** (POA, inf. 144, l. 225-30). Não é encontrada nos elencos de conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos.

a que (da prep. **a** do lat. **ad,** + conj. **que**) 'para que'; conj. sub. final; séc. XVI. Ocorre unicamente na CM, CLXXI, l. 17-20.

assim como (de **assim,** do lat. **ad** + **sic**, + conj. **como**, do lat. **quo➲mo➔do**); conj. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes: **assy come ~ assy como ~ assi como ~ assim como** e ocorre, exclusivamente, em posição interfrástica, ligando sentenças com verbos no indicativo (FR, liv. II, l. 309-11) (CDP, Prólogo l. 19-23) (CVB, CXCIV, l. 15-25). A forma **assy come** parece ser a mais antiga, uma vez que só ocorre no FR, documento do séc. XIII (Liv. II, l. 309-11); apresenta-se, também, no português arcaico, como conj. modal, sendo empregada, exclusivamente, em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo (FR., cap. III, l. 435-7) (DSG: 2.1.46). Com valor modal, é o conectivo mais utilizado nos textos arcaicos, apresentando-se ainda na correlação modal **assi... como** (Dem., cap. CVI, l. 29-33). É considerada pelos gramáticos contemporâneos, como uma conjunção comparativa, embora, em certos casos, seja evidente o seu valor modal. Como conjunção comparativa ou modal, é, hoje, de uso freqüente na língua escrita e na língua falada.

assi... que (de **assi**, do lat. **ad** + **sic,** + conj. **que**) 'tanto ou tão... que'; corr. sub. comparativa; séc. XIV. Foi documentada uma única vez na LRR e coocorre com **tam... como**, de idêntico valor semântico.

assy... come (de **assy** + conj. **come**, variante de **como)** 'tanto... como'**;** corr. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII. Apresenta as variantes: **assy... come... come ~ assi... come**. Une sentenças com verbos no indicativo. É empregada ainda, no séc. XVI e XVII (CVM, LXV, l. 58-

9), mas já não ocorre no português contemporâneo; no séc XVII já apresenta a forma **assim... como.**

assy como... assy ~ assi como... assi - 'assim como... assim também'; corr. sub. modal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI e XVII. Apresenta, no séc. XIII, a variante **assy como... bem assi**; ocorre no início do período ou precedida do encadeador **ca** (FR, liv. I, l. 46-50) (Dem., cap. LX, l. 28-32), iniciando orações com verbos no indicativo. Aparece ainda nas CDJ III, séc. XVI (VI, l. 336-41), na GLP (l. 1024-4) e no S4ªfC (l. 472-4).

assy que - 'até que', 'de modo que'; conj. sub. temporal e modal; séc. XIII. Como conjunção temporal, inicia sentenças com verbos no indicativo ou subjuntivo (Dem., cap. LXIII, l. 09-12) (Dem., cap. LXI, l. 07-9) e permanece no português contemporâneo. Com valor semântico modal, parece ter sido empregada, até o séc. XVII, iniciando orações, com verbos no indicativo (CM, CXLVI, l. 25-9) (S4ªfC, I, l. 215-21); apresenta no séc. XVI as variantes gráficas **asy que** e **assim que**. Ocorre, atualmente, na língua falada ou escrita (POA, inf. 133, l. 488-91).

até que (da prep. **até**, de etimologia discutida; segundo alguns, do ar. **hatta**, por aparecer num texto de 1152, a forma **fasta**; segundo José Pedro Machado, do latim **ad tenus**. + conj. **que**); conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes: **ataa que ~ taa que ~ ata que ~ [t]a que ~ atee que**. Nas obras de João de Barros, aparece grafada **té que**; ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo ou subjuntivo (DSG: 1.5.36) (FR, liv. IV, l. 254-6) (CDJ III, XXI, l. 40-3); é de uso freqüente no português escrito ou falado contemporâneo.

ca (da conj. lat. **quia,** tornado **qua**); conj. coord. explicativa 'pois'; sécs. XIII, XIV, XV, XVI. Apresenta, no português arcaico, a variante **qua**; ocorre ligando sentenças independentes, com verbos no indicativo (Dem., cap. XLIII, l. 22-4) (FR, liv. I, l. 350-2) e como encadeador da narrativa, quer em posição inicial absoluta (Dem., cap. LXIII, l. 01-4) quer seguido de um elemento conjuncional (FR, liv. II, l. 36). É o conector explicativo mais usado em textos do português arcaico; é empregado até o séc. XVI, (GLP, 250:2, 575-7) (CM, CLXX, l. 04-5). A forma **ca** também aparece, no português arcaico, como conjunção integrante (FR, liv. III, l. 1059-63), como segundo termo de correlações comparativas ou consecutivas (FR, cap. I, l. 131-6) e, em reduzido número de vezes, como pronome relativo (FR, liv. IV, l. 1230-8). É também considerada, por alguns estudiosos do português arcaico, como conjunção subordinativa causal.

cada que (adj., do gr. **kata,** 'de alto a baixo', pelo lat. **ca↑ta↑** + conj. **que**) 'cada vez que'; conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo ou subjuntivo (Dem., cap. CXXIII, l. 17-8) (FR, liv. I, l. 126-8), podendo também ser precedida do encadeador **e** (DSG: 1.7.21). Apresenta, nos sécs. XV e XVI, as variantes **cada vez que** ~ **quada vez que** (CDP, cap. XLIII, l. 89-90) (CIL, XI, l. 01-6). **Cada vez que** é ainda empregada no português contemporâneo.

canta... mais (de **canta**, do indef. **quanta**, com redução do ditongo, em correlação com o adv. **mais**, de **magis**) 'tanta... quanta'; corr. sub. comparativa; séc. XIII. Apresenta a variante **canta...quanto** que ocorre, com o primeiro termo elíptico, uma única vez, na Dem. (cap. DCCIX, l. 26-7). A forma **canta** é, possivelmente, um reflexo da pronúncia e trata-se de uma variante da forma **quanta**, com redução do ditongo. No português contemporâneo, esta correlação foi substituída por **tanto... quanto**.

caso que (de **caso**, do lat. **ca➲su**, '**ato de cair'** + conj. **que**) 'se'; conj. sub. condicional; séc. XVI. Ocorre iniciando sentenças com verbos no subjuntivo (CM, CLXXI, l.14-6). No português contemporâneo, é usada com freqüência na fala popular e coloquial.

como (de **quo➲mo**, do lat. **quo➲modo**); conj. sub. causal 'visto que'; sécs. XIV, XV, XVI, XVII, XX; Ocorre no português arcaico, em posição interfrástica, introduzindo orações com verbos no indicativo (CDP, Cap. XXXVI, l. 31-2) ou precedida do encadeador **e** (DVV, p. 435, l. 01-2). Não ocorre no início do período, emprego freqüente no português contemporâneo e talvez mesmo preferencial, em relação ao **porque**. É um conectivo multifuncional; apresenta-se no português arcaico, como conjunção comparativa (Dem., cap. XL, l. 01-3) (CDP, cap. III, l. 33-6), modal (Dem., cap. VI, l. 2-3), final (Dem., cap. DCXVII, l. 20-2), temporal (Dem., CCCCL, l. 24-9) e como segundo termo de correlações comparativas (**tanto... como** ou **assi... como**) ou modais (**como... assi** e **bem como... assi**). Com valor causal parece ter sido empregada a partir do séc. XIII. Com valor comparativo liga ainda hoje, itens lexicais ou sentenças com verbos no indicativo; com valor modal, apresenta, na fase arcaica da língua, as variantes **em como** ~ **en como**, introduz sentenças com verbos no indicativo e ocorre já no séc XIII (FR, liv. II, l. 740-1); com valor final, introduz orações com verbos no subjuntivo e ocorre apenas na Dem. (cap. DCXVII, l. 20-2), texto do séc. XIII. Com valor temporal, significando **'quando'**, introduz orações com verbos no indicativo e ocorre

dos sécs. XIII à XVII (Dem., cap. CLXX, l. 22-30) (CIL, XLVI, l. 48-51) (CVM, LXV, l. 421-4). É empregada por Camões, em *Os Lusíadas*, com valor de **quando** que, segundo Dias (1972:70) "é um emprego antiquado", ocorrendo também com o valor de **depois que** (Dias, 1972:30 e 110). Ainda no séc. XVI, assume o valor conformativo (CDJ III, VI, l. 153-7) conservando porém, ainda o valor modal (GLP, l. 1275-8). No português contemporâneo, conserva os valores semânticos de conjunção comparativa, modal, conformativa e causal, ocorrendo também como termo integrante de correlações comparativas: **assim... como**, **tanto... como**, **tão... como.** Com todos esses valores semânticos é bastante empregada na língua falada (SSA, inf. 360, l. 112-4) (RJ, inf. 128, l. 522-3) (POA, inf. 09, l. 484-6) (PF, inf. 0079, 04-8; inf. 0134, l. 27-9; inf. 1248, l. 18-9).

como... assi - 'assim como... assim também'; corr. sub. modal; sécs XIII, XIV, XV, XVI. Ocorre no início da sentença ou precedida do encadedor **e** (Dem., cap. CL, l. 08-9) (DVV, p. 432, l. 05-7). Apresenta a variante **bem como... assi** (Dem., cap. CL, l. 08-9 (Dem., (GLP, p. 414-5). Liga sentenças com verbos no indicativo. Parece ter caído em desuso no séc. XVI, pois não foi documentada em textos de datas posteriores.

como que (da conj. **como** + conj. **que**) 'como se'; conj. sub. comparativa hipotética; sécs. XV, XVI, (XVII), XX. Ocorre em posição interfrástica, iniciando sentenças com verbos no indicativo (CIL, VII, l. 16-8) (CC, fol. 12v, l. 07-8). Coocorre nos textos com a conjunção **como se**. É bastante empregada no português falado do Brasil; e ocorre também no português falado de Portugal; não consta no elenco das conjunções apresentadas pelos gramáticos contemporâneos.

como quer que (de **como** + **quer**, 3ª pess. sing. do verbo **querer,** + conj. **que**); conj. sub. concessiva; sécs. XIII, XIV, XV. Ocorre em posição interfrástica, em posição inicial ou precedida do encadeador **e,** sempre introduzindo orações com verbos no subjuntivo (LRR, cap. IX, l. 41-4) (DSG: 1.7.19) (CDP, cap. VIII, l. 47-50). No séc. XIII, aparece em construções em que é evidente o valor modal da conjunção **como**, funcionando **quer que**, como um recurso sintático que expressa a indeterminação (FR, liv. I, l. 1244-5). Com esse valor semântico é ainda empregada no português contemporâneo. O mesmo ocorre com as formas: **u quer que** ~ **hu quer que**, **onde quer que**, **que quer que** ~ **quenquequer que** ~ **quenquer que**, **qualquer que** ~ **qual quer que**/ **quaes quer que** ~ **qual... quer que** e **quando quer que** que parecem ser constituídas de advérbios ou pronomes relativos seguidos de um recurso sintático indicativo de indeterminação. Todas essas construções são ainda

empregadas no português contemporâneo, com exceção de **u quer que ~ hu quer que**, hoje substituída por **onde quer que**.

como se (de **como** + conj. **se**, do lat. **si**), conj. sub. comparativa hipotética; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre sempre introduzindo orações com verbos no indicativo ou no imperfeito do subjuntivo (Dem., cap. LXX, l. 21-3) (CC, fol. 12v. l. 06-08) (CJ, LXXXIV, l. 55-7) (CVM, LXIV, l. 746-8). Acha-se arrolada, pelos gramáticos contemporâneos, como conjunção comparativa e inicia sentenças apenas com verbos no subjuntivo. É bastante empregada na modalidade oral ou escrita do português contemporâneo.

conforme (do adj. lat. **conformis, e**)**,** 'segundo'; conj. sub. conformativa; séc. XX. Ocorre nas CDJ III precedida da conjunção **e** (CDJ III, VII, l. 07-09) constituindo a locução prepositiva **conforme a** (CDJ III, VI, l. 233-4); apresenta, no séc. XVI, as variantes **confforme a** (CR, 65, l. 08-12) e **cõforme a** (CT, CXXXIV, l. 05-7). No Brasil, ocorre mais na língua escrita; em Portugal é empregada na língua falada porém não muito freqüentemente. (PF, inf. 0502, l. 04-6).

conquanto (de **com**, do lat. **cum** + **quanto**, do lat. **quantu-**) 'embora'; conj. sub. concessiva; sécs. XVI, (XVII), XX. Ocorre, no séc XVI, na forma ainda não gramaticalizada, **cõ quãto** ~ **com quãto** (CDJ III, VI, l. 150-3) (CIL, XII, l. 06-9 e XLIII, l. 48-50). Inicia, nesse século, orações com verbo no indicativo. Não é usada com freqüência, no português falado do Brasil ou de Portugal.

contanto que (da prep. **com,** do lat. **cum,** + indef. **tanto,** do lat. **tantu-** + conj. **que)**; conj. sub. condicional; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre apenas em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no subjuntivo (Dem., cap. CCXLVIII, l. 3-6) (CDP, cap. XVIII, l. 147-51); apresenta a variante gráfica **com tanto que**, em textos do séc. XIII (Dem., cap. CCXLVIII, l. 3-6); e do séc. XVII (SS, l. 967-1000). É ainda empregada no português contemporâneo, quer na língua escrita, quer na língua falada.

contudo (da prep. **com,** do lat. **cum** + indef. **tudo,** do lat. **totu-**); conj. coord. adversativa; sécs. XVII, XX. Apresenta as variantes **cõ tudo** e **con tudo** e ocorre em textos do séc. XVI como reforço adverbial adversativo, quase sempre precedida da conjunção **e** (DVV, p. 431, l. 9-11). Segundo Said Ali (1964:233), deve-se refutar a tendência à inclusão de **contudo**, **todavia**, **entretanto** e **no entanto**, na categoria das conjunções

adversativas, uma vez que a sinonímia com **mas** é imperfeita. Para o autor, *estas partículas parecem ocupar uma posição intermediária entre o advérbio e a conjunção e não serem, propriamente, itens conjuncionais*. No séc. XVII, **contudo**, já ocorre como conjunção adversativa, iniciando orações com verbos no indicativo (CVM, LXIV, l. 424-6), comportamento sintático conservado no português contemporâneo. Seu emprego é mais comum em textos do registro formal ou literário, entretanto ocorre na língua falada, em Portugal (PF, inf. 0053, l. 03-5).

dado que (do part. pass. do v. **dar** + conj. **que**); conj. sub. causal e concessiva; sécs. XVI, XVII, XX. Aparece, inicialmente, em textos do séc. XVI, com valor causal (CLP, l. 2028-32) ou concessivo (GLP, l. 1698-700). Ocorre, nos textos de João de Barros, com valor causal, precedida do encadeador **e**, iniciando orações com verbos no indicativo (DVV, p. 423-4, l. 22-3) e com valor concessivo, em posição interfrástica ou precedida do encadeador **e**, iniciando orações com verbos no subjuntivo (DLNL, p. 402, l. 13-6 e DVV, p. 439, l. 20-1). No séc. XVII é mais empregada com valor concessivo (S4ªfC. II, l. 736-40). É classificada, por Almeida (1978:356-7) como conjunção causal e concessiva e por Rocha Lima (1987:162), como conjunção condicional. Não ocorre na língua falada, sendo também de uso restrito, na língua escrita.

de feição que (da prep. **de**, da prep. lat. **de** + subs. **feição,** do lat**. factione** + conj. **que**); conj. sub. modal; séc. XVI. Ocorre, uma única vez, nas CJ (CXXXIX, l. 73-4), ligando sentenças com verbos no subjuntivo.

de forma que (da prep. **de,** da prep. lat. **de** + subs. **forma** do lat. **forma-** + conj. **que**); conj. sub. modal; séc. XX. É classificada pelos gramáticos contemporâneos, como conjunção subordinativa consecutiva. Ocorre mais na língua falada do que na língua escrita (SSA, inf. 224, l. 655-8) (PF, inf. 0956, l. 34-5); apresenta a variante **de formas que** (Re., inf. 283, l. 19-22).

de maneira que (da prep. **de,** da prep. lat. **de** + subs. **maneira**, do lat. + conj. **que**); conj. sub. modal; sécs. XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no séc. XV, a variante **de maneiras que**; ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo (DVV, p. 448, l. 19-21) (CDP, cap. I, l. 11-4) ou em posição inicial no período (DLNL, p. 407, l. 8-11). De valor semântico idêntico a **de guisa que** ~ **di guisa que** ~ **en guisa que** ~ **per guisa que**, **de maneira que** substituiu essas conjunções no português contemporâneo. É bastante empregada na língua escrita, quer no Brasil (Re, inf. 78, l. 51-6), quer em Portugal (PF, inf. 0135, l. 10-2).

de modo que (da prep. **de**, da prep. lat. **de** + subs. **modo** + conj. **que**); conj. sub. modal; séc. XX. Ocorre na língua falada do Brasil (SP, inf. 295, l. 268-70); consta nos elencos das conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos consultados, como conjunção consecutiva.

desde quando (de **desde,** de **des** + **de,** + conj. **quando**); conj. sub. temporal; séc. XX. Apresenta-se, na língua falada, equivalendo a **desde que** (RJ, inf. 128, l. 661-3).

de sorte que (da prep. **de** + subs. **sorte** + conj. **que**); conj. sub. modal; séc. XVII, XX. Ocorre inicialmente, no S4ªfC (II, l. 425-9), iniciando orações com verbos no indicativo. É bastante empregada no português falado contemporâneo (POA, inf. 006, l. 70-2). É classificada pelos gramáticos contemporâneos como conjunção subordinativa consecutiva.

des que (de **des,** do lat. **de** + **ex** + conj. **que**), 'desde que'; conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI. Ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo ou no subjuntivo (Dem., cap. IX, l. 46-8) (FR, liv. III, l. 489-92) ou precedida do encadeador **ca** (LRR, cap. VIII, l. 9-12). Apresenta a variante **desque** que ocorre até o séc. XVI (CIDL, XLVII, l. 20-4) (CJ, CIX, l. 07-11). No séc. XVII, já apresenta a forma **desde que**, empregada no português contemporâneo (CVB, CCII, l. 85-9).

e (da conj. lat. **et**); conj. coord. aditiva; sécs XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Liga itens lexicais (CDP, cap. I, l.11-5), sintagmas (FR, liv. I, l.19-20), proposições independentes (FR, liv. IV, l. 59-62), proposições subordinadas (Dem., cap. LX, l. 16-20); ocorre no português arcaico, freqüentemente, como encadeador da narrativa, em posição inicial absoluta (FR, liv. IV, l.494-5) ou em posição inicial, seguida de outros elementos conjuncionais, coordenativos: adversativos (DVV, p. 431, l.9-11), explicativos (LRR, cap. V, l. 17-8) ou subordinativos: condicionais (FR, liv. II, l. 802-4), causais (DSG: 1.2.15), temporais (CDP, cap. XXXI, l. 56-9), concessivos (LRR, cap. VIII, l. 43-6), consecutivos (Dem., cap. I, l.15-6), modais (DVV, p. 428, l. 04-6), comparativos (Dem., cap. CVI, l. 05-6), finais (FR, liv. III, l. 449-54). Como encadeador da narrativa é de uso restrito no texto jurídico (FR), enquanto é bastante freqüente nos textos narrativos, tanto de caráter histórico (LRR), como de caráter meramente ficcional (Dem). É comum, nos textos narrativos dos sécs. XIII e XIV, o emprego repetitivo da conjunção, ligando itens lexicais, sintagmas, sentenças coordenadas e/ou subordinadas (LRR, cap. XIII), (Dem., cap. IX). O emprego do encadeador **e**, entretanto, decresce a partir do séc. XV.

No séc. XVI, ainda se encontra, em alguns períodos, o emprego repetitivo dessa conjunção (CDJ III, l. 336-41). Também ainda é empregada nos sécs XVI e XVII, embora em menor escala, como encadeador da narrativa, quer em posição inicial absoluta (CT, CXXIV, l. 06-7) quer precedendo outra conjunção coordenativa (CT, CXLVI, l. 13-5) ou subordinativa (CDJ III, CXXV, l. 11-4). Ocorre num texto do séc. XVI (CT, CXXIV, l. 01-3), com valor adversativo, equivalendo a **mas.** Embora, modernamente, seja uma prática redacional não muito aceita, o emprego da conjunção **e,** no início de frases ou períodos, os exemplos de tal uso, na literatura contemporânea, são abundantes. Na língua falada, atualmente, a conjunção **e** aparece ligando itens lexicais, sintagmas, sentenças coordenadas e subordinadas (Re, inf. 216, l. 17-8; inf. 78, l. 239-41) (PF, inf. 0022, l. 14, l. 27-30) sendo, entretanto, de uso bastante restrito na língua falada do Brasil onde é freqüentemente substituído por **aí**.

embora (do adv. **embora**, aglutinação da prep. **em,** do lat. **i↑n** + adj. **boa**, do lat. **bona**- + subs. **hora**, do lat. **hora**-); conj. sub. concessiva; **Embora** ocorre em textos dos sécs. XVI e XVII, funcionando apenas como advérbio; ocorre como conjunção concessiva nos diálogos da língua falada do Brasil (SP, inf. 287, l. 21-5) e de Portugal, consultados para essa pesquisa; ocorre não só isolada, mas também intensificada pelo advérbio **muito** (SP, inf. 252, l. 607-12). Apresenta, por vezes, a variante **embora que** (Re, inf. 090, l. 698-701). É a conjunção concessiva mais empregada no português contemporâneo escrito ou falado.

em guisa que (da prep. **em,** do lat. **in,** + **guisa,** do germ. **wisa,** + conj. **que**); conj. sub. modal; sécs. XIII, XIV. Apresenta as variantes: **en guisa que** ~ **de guisa que** ~ **de guisa... que** ~ **di guisa... que** ~ **per guisa que**; ocorre em posição interfrástica iniciando orações com verbos no indicativo ou subjuntivo (Dem., XDIX, l. 31-2) (FR, liv. IV, l. 256-9). As formas **de guisa... que** ~ **di guisa... que** em que há a possibilidade de inserção de itens lexicais entre os termos da conjunção são documentadas apenas no FR, séc. XIII, o que permite concluir não estar a conjunção totalmente gramaticalizada nesse século. **De/em/per guisa que** não ocorrem na CDP, nem nas obras de João de Barros, o que revela terem sido usadas apenas até o séc. XIV.

empero (da prep. **em**, do lat. **in**, forma apocopada de **ende**, do lat. **inde,** + **pero,** do lat. **per** + **hoc**) 'logo'; conj. coord. conclusiva; séc. XIII e concessiva; sécs. XIII e XIV. Ocorre uma única vez no FR (liv. I, l. 58-62). Como conjunção concessiva **empero** já não aparece na CDP, nem nas obras do séc. XVI consultadas, o que permite supor o desuso da forma a

partir da primeira metade do século XV; aparecem, contudo, nas mesmas obras **pero** e **pero que**.

em tal caso que - (da pre. **em,** do lat. **i→n**, + indef. **tal**, do indef. lat. **tale-** + subs. **caso**, do latim **casu** - + conj. **que**); conj. sub. condicional; séc. XVI. Ocorre uma única vez nas CJ (CXIX, l. 77-8).

em tal que **-** (da prep. **em** , do lat. **i→n**, + indef. **tal**, do lat. **tale-** + conj. **que**)); conj. sub. modal ou final; sécs. XIII e XIV. Ocorre na Dem. (cap. CXCV, l. 19-21) e nos DSG (1.16.33).

enquanto (da prep. **em**, do lat. **in,** + **quanto**, do lat **quantu-**); conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre, em posição interfrástica, introduzindo orações com verbos no indicativo (FR, liv. III, l. 1532-6) (CDP, cap. VI, l. 3-4), podendo também vir precedida do encadeador **e** (DSG: 2.7.12); apresenta, no português arcaico, as variantes: **em quanto** ~ **e↓ quãto ~ em quãto**. Essa última ocorre ainda no séc. XVI (CDJ III, XIII, l.33-43) ao lado de ♏☽ **quãto** ~ **em quãto** (CIL, XVII, l. 39-42). No séc XVII já ocorre grafada **enquanto** (SS, l. 273-77), forma que se conserva no português padrão contemporâneo. No português falado do Brasil e de Portugal, apresenta-se, comumente, reforçada pela conjunção subordinativa **que**, na forma **enquanto que** (SP, inf. 23, l. 493-5) (PF, inf. 0290, l. 11-5).

entanto (da prep. **em,** + indef. **tanto,** do indef. lat. **tantu-**) - 'entretanto'; conj. coord. adversativa; séc. XVI. Ocorre em posição pós-verbal (CDJ III, l. 106-110). No português contemporâneo, apresenta a forma **no entanto**, que ocorre, freqüentemente, na língua escrita ou falada. No português falado de Portugal é empregado, por vezes, como reforço adverbial, precedido da conjunção adversativa **mas** (PF, inf. 0079, l. 12-4), emprego que é normal também no português falado do Brasil.

en tanto que (da prep. **em**, do lat. **i→n +** indef. **tanto -,** + do indef. lat. **tantu-** + conj. **que**) 'de modo que'; conj. sub. modal; sécs. XV, XVI. Ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo (CDP, cap. I, l. 27-8) (DLNL, p. 339, l. 11-3); é usada no português contemporâneo sob a forma **tanto que**; ocorre com valor temporal no séc. XVI (CJ, LXXI, l. 02-4).

entre que (de entre, do lat. ♓■♦♏❒ + conj. **que**), 'enquanto'; conj. sub. temporal; séc. XIII. Ocorre, uma única vez, na Dem., precedida do

encadeador **e** (cap. IX, l. 4-7) e iniciando oração com verbo no indicativo. Parece ter tido emprego limitado.

entretanto (da prep. **entre,** do lat. **inter** + **tanto**, do latim **tantu-**); conj. coord. adversativa; sécs. XVI, XVII, XX. Ocorre em posição inicial no período, introduzindo uma oração com verbo no indicativo, (CVM, LVIII, l. 01-3). É, hoje, mais empregada na língua escrita. O português falado emprega, comumente, a forma **entretanto que**.

ergo (da conj. lat. **ergo**); conj. coord. conclusiva ou adversativa e sub. causal; sécs. XIII, XIV, XV. Como adversativa ocorre ligando sintagmas (LRR, cap. VIII, l. 36-9); como conclusiva, liga sentenças independentes com verbos no indicativo (CDP, cap. XXIX, l. 28-31), podendo ocorrer em posição inicial no período (DSG, 4.4.67). Parece ter desaparecido no séc. XV, pois não foi documentada em textos posteriores a essa época. Deve-se ressaltar que, na CDP, documento do séc. XV, ocorre apenas uma vez, o que permite a suposição de que a forma já era, na época, arcaizante. No séc. XIII, aparece ainda como parte integrante da correlação adversativa **ergo... ou** (FR, liv. I, l. 635-8) ou seguida da conj. **se**, funcionando como conjunção concessiva ou condicional, (FR, liv. III, l. 845-7 e liv. IV, l. 69-70). Seguida da conjunção **que**, ocorre no séc. XIV, estabelecendo uma relação de causa (LRR, cap. VI, l. 50-3).

ergo... ou (de **ergo** + conj. **ou,** do lat. **aut**); corr. conj. alternativa; séc. XIII. Ocorre exclusivamente no FR (liv. I, l. 635-8), ligando sentenças com verbos no indicativo.

ergo que (de **ergo** + conj. **que**) ‘uma vez que’; conj. sub. causal; séc. XIV. Foi documentada na LRR, (cap. VI, l. 50-3) em posição interfrástica, introduzindo orações com verbos no indicativo.

ergo se (de **ergo** + conj. **se**); conj. concessiva e condicional; séc. XIII. Estabelece uma relação de concessão hipotética. Ocorre no FR, séc. XIII, introduzindo orações com verbos no futuro do subjuntivo (liv. III, l. 845-7, liv. IV, l. 69-70). Segundo Nascentes (1952:350), a partícula **ergo** era também empregada, no português arcaico, como preposição, sendo sinônima de **exceto**.

fora que (de **fora**, do lat. **foras**, adv. e prep., que, em certas zonas da Romania, se empregava com a forma **fora** + conj. **que**) ‘a não ser que’; conj. sub. condicional; séc. XIII. Apresenta as variantes **foras que** ~ **fora... que**; ocorre unicamente em posição interfrástica, iniciando orações com

verbos no subjuntivo (FR, liv. III, l. 754-8) (Dem., cap. CCXCV, l. 22-3). A variante **fora... que** foi documentada, uma única vez, no FR (liv. I, l. 47-8) o que indica que, na época, a forma ainda não estava totalmente gramaticalizada.

fora se - 'a não ser que'; conj. sub. condicional; séc. XIII. Apresenta a variante **foras se,** que ocorre, unicamente, em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no subjuntivo ou indicativo (FR, liv. III, l. 1754-8 e liv. I, l. 47-8) (Dem., cap. VI, l. 3-6).

já... já (do adv. lat. **jam**) 'quer... quer'; conj. coord. alternativa; séc. XVII. Alterna mais de três itens lexicais ou sintagmas (S4ªfC, I, l. 260-5, l. 803-6), mas apenas duas orações (S4ªfC, I, l. 231-3), com verbos no indicativo ou em formas nominais.

já que (de **já**, do adv. lat. **jam** + conj. **que**); conj. sub. causal; sécs. XVI, XVII, XX (CIL, cap. XLVII, l. 30-1), (SS, l. 393-4). É bastante empregada no português falado ou escrito contemporâneo.

logo (do lat. **lo→cu**); conj. coord. conclusiva; sécs. XV, XVI, XVII, XX. Liga orações independentes com verbos no indicativo (CDP, cap. XXIX,l. 9-15) (DVV, p. 433, l. 03-5) (CVM, LXXXIII, l. 612-4). Não foi documentada nos textos de língua falada consultados para esta pesquisa, o que parece indicar ser o seu emprego praticamente restrito à língua escrita.

logo que (de **logo** + conj. **que**); conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV, XV, XVII, XX; Ocorre em posição interfrástica, ligando sentenças com verbos no indicativo ou subjuntivo (DSG: 3.2.24) (FR, liv. I, l. 227-9), em posição inicial no período (Dem., Cap. XLV, l. 27) e precedida do encadeador **e** (FR, liv. IV, l. 442-4). Na Dem., assume, por vezes, o valor de **'até que'** (Dem., Cap. CCCXXV, l. 31-2). Não aparece nas obras de João de Barros (séc. XVI) nem nas de Vieira (séc. XVII). Camões emprega em *Os Lusíadas* a conjunção **logo como** com valor semântico de **logo que** o que, para Dias (1972:249) corresponde a um emprego antiquado. A conjunção **logo que**, parece ter voltado a ser empregada, a partir do séc. XVII, após o desaparecimento da conjunção **tanto que**, de idêntico valor semântico. É bastante empregada no português contemporâneo, quer na língua falada, quer na língua escrita.

macar que (do adv. **macar**, do adj. grego **makarie** + conj. **que**); conj. sub. concessiva e condicional; séc. XIII. Como concessiva ocorre em posição inicial, introduzindo oração com verbo no subjuntivo (FR, liv. III, l. 1183-

5); como condicional, introduz orações com verbos também no subjuntivo e apresenta as formas **macar que** e **a macar que** (FR, liv. III, l. 71-4). Parece, logo cedo, ter caído em desuso, pois não foi documentada em textos posteriores ao séc. XIII.

maior... que (do adj. **maior,** do lat. **maiore-,** + conj. **que**); corr. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes gráficas: **maior...ca** ~ **moor... que** ~ **mor... que** (Dem., cap. CXCVIII, l. 25-7) (CDP, cap. XIV, l. 34-6) (CT, CXXXVII, l. 20-3); correlaciona sentenças com verbos no indicativo. Empregado após verbos, apresenta a forma **maior que** (C., 1ª parte mat., l. 29-31). **Maior que** ~ **maior do que** ~ **maior... de que** coocorrem no português contemporâneo.

mais... quanto mais (do adv. **mais** correlacionado a **quanto**, do lat. **quantu**- + adv. **mais**); corr. sub. proporcional; séc. XVI. Ocorre, unicamente, na CJ, (CII, l. 07-9), ligando sentenças com verbos no indicativo.

mais... que (do adv. **mais** + conj. **que**); corr. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes gráficas: **mais... que** ~ **mays... qua** ~ **mays... ca** ~ **mais do que** ~ **mays do que**. Embora no português arcaico seja mais freqüente a forma **mais... que**, a forma **mais do que**, já aparece no séc. XIII (FR, liv. III, l. 1396-400). Nas obras de João de Barros, coocorrem **máis... que** e **máis... do que** (DVV, p. 429, l. 06-8 e p. 419, l. 09-12); **mays... que** ~ **mais... ca** e **mais do que** ocorrem ainda em outras obras do séc. XVI (CDJ III, I, 70-5) (CIL, XVII, l. 09-11). Após uma forma verbal, a correlação assume preferencialmente a variante **mais que** (CJ, CII, l. 07-9). **Mais que** e **mais... do que** coocorrem no português contemporâno.

mas (do adv. lat. **magis**); conj. coord. adversativa; sécs XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Indica contrajunção; apresenta, no português arcaico, as variantes: **mays** ~ **mais** ~ **mas** e opõe, como também no português contemporâneo, sintagmas (Dem., cap. XV, l.17-8), sentenças independentes com verbos no indicativo (DSG, 1.4.8) e sentenças subordinadas, com verbos no indicativo e no subjuntivo (CDP, cap. XXVIII, l. 24-5) (FR, liv. III, l. 1396-400). Ocorre ainda como encadeador da narrativa, abrindo um bloco de idéias diversas das que foram expostas anteriormente. No português contemporâneo aparece opondo também itens lexicais; é a única conjunção adversativa que só pode ocorrer no início de uma oração ou de um enunciado. Nos DSG e na Dem. aparece **mais pero**

alternando com **mas pero**; nessas formas, como afirma Mattos e Silva, **pero** se apresenta como um reforço da adversativa, equivalente a **contudo**, **apesar disso** (DSG, 2.3.8) (Dem., cap. CXXI, l. 14-6).

melhor... que (do adj. **melhor,** do lat. **meliore-** + conj. **que**); conj. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, a variante **melhor ca** (Dem., cap. XDVI, l. 22-3) (CDP, cap. XV, l. 118-21); correlaciona sentenças com verbos no indicativo; ocorre no séc. XVI, a variante **mylhor do que** (CIL, XXXIX, l. 06-7), que, com a forma **melhor do que**, é ainda empregada no português contemporâneo, ao lado de **melhor... que.**

menos... que (do adv. **menos,** do adv. lat. **minus,** + conj. **que**); corr. sub. comparativa; sécs. XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, a variante gráfica: **menos que** (CDP, cap. VIII, l. 43-7) (DVV, p. 450, l. 7-8); correlaciona sentenças com verbos no indicativo. Apresenta em textos do séc. XVI, a forma **menos... de que** (CIDL, XLVII, l. 12-3). **Menos...que** ~ **menos que** ~ **menos... de que**, **menos... do que** ainda coocorrem no português contemporâneo.

mentre que (do lat. **dum interim**, que deu **domentre**, **de mentre**, **mentre** + conj. **que**) 'enquanto'; conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV. Ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo ou subjuntivo (Dem. cap. CLXXV, l. 19-21 e cap. VIII, l. 28-9), (FR. liv. III, l. 1115-9), (LRR, cap. VII, l. 26-9), apresenta as variantes: **dementre que** ~ **dementres que ~ dementre ~ dementres** ~ **mentre** ~ **en mentre** ~ **em mentre**; **dementre** e **dementres** ocorrem precedidas dos encadeadores **e** e **ca** (DSG: 4.1.3 e 4.14.4). Não ocorre em obras posteriores ao séc. XIV. As variantes **dementre que** ~ **dementres que** ~ **demetre que** foram documentadas apenas no FR, o que parece indicar a sua anterioridade em relação às demais.

mercee que (de **mercee**, do subs. semiculto latino **mercede-** + conj. **que**); conj. sub. concessiva; séc. XIII. Ocorre uma única vez, no FR (liv. I, l. 29-36), introduzindo uma oração com verbo no subjuntivo; o fato de ser o núcleo nominal da conjunção, um item lexical bastante utilizado na linguagem jurídica e o fato de ser o **que** um elemento subordinativo por excelência, permitem supor ter sido esse item conjuncional de formação esporádica, tendo em vista o tipo de texto em que é empregada.

mesmo que (do adv. **mesmo,** do lat. **metipsi→mu** + conj. **que**); conj. sub. concessiva; séc. XX. Ocorre, com freqüência, no português

contemporâneo escrito ou falado (POA, inf. 48, l. 87-90). Inicia sentenças com verbos no subjuntivo.

muito... que (de **muito**, do lat. **multu-** + conj. **que**) 'tão... que'; corr. sub. consecutiva; séc. XVI. Ocorre, apenas, na CT, CXXXII, l. 03-4.

nã... canto mais (de **nã**, do adv. latino **nom**, em corr. com **canto mais**, de **canto**, variante do indefinido **quanto**, do latim **quantu-** e do adv. **mais**, do adv. lat. **magis**); 'nem... nem tampouco', corr. coord. adv.; séc. XVI. Ocorre uma única vez, na CT, CLVIII, l. 26-7).

não como... mas como - 'não só... mas também'; corr. coord. aditiva; séc. XV. Ocorre, unicamente, na CDP (Prólogo, l. 06-9), correlacionando orações com verbos no indicativo. É, entretanto, ainda empregada no português contemporâneo. Pode ser considerada uma variante de '**não só... mais também**'.

não só... mas também - corr. coord. aditiva; sécs. XIV, XV, XVI, XVII, XX. Correlaciona sintagmas ou sentenças (DSG, 1.5.56) (DLNL, p. 406-7, l. 23-3), apresentando, no português arcaico, as variantes: **non solamente... mas** ~ **nam somente... mas** ~ **nam somente... mas ainda**; no séc. XVI, apresenta as variantes **nam... mas** (GLP, l. 732-6), **nam somente... mas** (GLP, l. 1015-8) e **nam somente... como** (GLP, l.312-3); no séc. XVII, as variantes **não... como também** ~ **não só... mas** ~ **não... mas** (CVB, CCLXXXVI, l. 01-5, CLXXXVIII, l. 11-5 e CCIV, l. 44-7) e **não só... senão também** (CVB, CLXXXVII, l. 39-40) além de **não só... mas também** (CVM, LXIX, l. 193-6) que ocorre no português contemporâneo ao lado de **não só... como**, **não só... porém sim**, **não só... também**, **não só... senão também**, **não somente... mas**, **não somente... mas ainda.** Ocorre no português falado do Brasil, intensificada por dois advérbios: **não só... mas até mesmo** (Re., inf. 140, l. 118-20) (SSA, inf. 140, l. 115-7).

não... senão (do adv. **não** em correlação com **senão**, de **se + non**); corr. adversativa; sécs. XIII, XVI e XVII. Ocorre nas CT (CLXV, l. 36-7), CDJIII (XXI, l. 17-21, l. 328-30, l. 68-7) e nas CVM (LXXIV, l. 195-6). É ainda bastante empregada no português escrito ou falado contemporâneo. Foi documentada nos diálogos do Projeto NURC/SP (inf. 186, l. 327-9) e RJ (inf. 50, l. 66-8).

nem (da conj. lat. **nec,** forma nasalada do **ne**); adv. e conj. aditiva negativa **'e não'**; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português

arcaico, as variantes gráficas ■ℳ◑ **~ nen ~ nem**; liga sentenças independentes com verbos no indicativo (Dem., cap. CXLVII, l. 03-5) ou sentenças subordinadas com verbos no subjuntivo (FR, liv. IV, l.404-7); vem sempre precedida de sentença negativa; nos textos de João de Barros (séc. XVI) aparece também como advérbio de negação (DVV, p. 429, l. 22-3).

nem... nem - corr. coord. alternativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Expressa uma relação de alternância negativa; apresenta, no português arcaico, as variantes: ■ℳ◑...■ℳ◑ ~ ■ℳ◑...**nen** ~ ■ℳ◑... **nem** ~ **nem...nen** ~ **nen...nen**. Ocorre em textos do séc. XIII e mesmo XV, alternando mais de três itens lexicais ou sintagmas (FR, l. IV, l. 967-82), comportamento sintático comum, no português arcaico, especialmente, em textos do séc. XIII.

nom... que (de **nom**, do adv. lat. **non**, + conj. **que**), 'não... sem que', 'não... senão'; corr. coord. adversativa; sécs. XVI e XVII. Ocorre na GLP (l. 1990-3), nas CM (CLXVI, l. 01-6) e nas CVM (LXXV, l. 34-6).

ora... ora (repetição do adv. **ora**, do lat. **ad hora**) 'uma vez... uma vez', 'uma hora... uma hora'; corr. coord. alternativa; séc. XVI, XVII. Ocorre na GLP, (l. 1211-4). Em *Os Lusíadas*, é encontrada a correlação **agora... ora**, com o mesmo valor semântico alternativo (Dias, 1972:257). A correlação **ora... ora** é ainda empregada no português contemporâneo.

ou (da conj. lat. **aut**); conj. coord. alternativa; sécs XIV, XV, XVI, XVII, XX. Indica alternância; já no português arcaico alterna itens lexicais, sintagmas,(DSG, 2.9.3), sentenças subordinadas com verbos no indicativo ou subjuntivo (DSG, 2.8.40) (CDP, cap. XV, l. 103-5); ocorre, na CDJ III, VI (l. 22-5) precedida do encadeador **e.**

ou...ou - corr. coord. alternativa; sécs XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. No séc. XIII, é empregada, ao mesmo tempo, em posição intra e interfrástica, alternando, respectivamente, mais de dois sintagmas e mais de duas sentenças (FR, liv IV, l. 989-1005); ainda no séc. XVII, alterna mais de dois constituintes (SS, l. 240-2), comportamento sintático empregado no português contemporâneo, falado ou escrito, apenas para enfatizar itens ou ações alternativas.

outro... que (do indef. **outro,** do lat. **alteru- +** conj**. que)** 'outro... senão'**;** corr. coord. adversativa; séc. XVII. Ocorre ligando itens lexicais (CVB,

CCLX, l. 05-10). Já não é empregada no português contemporâneo que, em construções semelhantes, emprega a correlação **outro... senão**.

para que (da prep. **para**, das prep. lat. **pro** + **ad** ou **per** + **ad,** + conj. **que**); conj. sub. final; sécs. XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no séc. XV, a forma **pera... que,** ainda não gramaticalizada (CDP, cap. II, l. 15-8) e, no séc. XVI, a variante **pera que** (DVV, p. 459, l. 14-6) ao lado da forma **para que** (CIL, XLIII, l 19-21), ainda empregada no português contemporâneo. Nota-se, na língua falada, a preferência pelo emprego de orações finais reduzidas de infinitivo, sendo, as orações desenvolvidas, iniciadas com a conjunção **para que**, mais empregadas na língua escrita.

pero (da prep. lat. **per** + dem. lat. **hoc**); conj. coord. conclusiva e adversativa; sécs XIII, XIV, XV, XVI. Apresenta, no português arcaico, as variantes **pero** ~ **em pero** ~ **empero**. Nas obras de João de Barros, aparece grafada **peró**; liga sentenças independentes com verbos no indicativo ou no subjuntivo (Dem., cap. CXXXV, l. 9-12) (FR., liv. I, l.664-6), sendo também empregada como encadeador da narrativa (LRR., cap. XIV, l. 24-6); **pero**, **empero**, **porende** e sua forma apocopada **porém** ocorrem, no português arcaico, inicialmente, eqüivalendo a **‘por isso’**, **‘por este motivo’**, adquirindo posteriormente o valor adversativo de **‘apesar disso’** (Mattos e Silva: 1984:130) (v. **porem**). No FR, **pero** aparece como conjunção adversativa (liv.I, l. 664-6) **empero**, como conclusiva (liv. I, l. 58-62), assim como ◘♏❒♏☽ ~ ◘◘❒♏☽ (liv. I, l. 943-7) e **porende**, como reforço adverbial explicativo, precedido da conjunção **e** (liv. I, l. 88-91). Na Dem., **pero** ocorre, em reduzido número de vezes, como conjunção explicativa (cap. L, l. 23-5), sendo mais comum, o seu emprego como reforço adverbial adversativo (cap. CLXXI, l. 6-7). Nos DSG, **pero** e **empero** aparecem como conjunções adversativas (1.18.9 -12), embora **pero** seja também empregado como reforço adverbial explicativo e adversativo (3.8.38 e 2.22.10). **Poren** e **porende** ocorrem como conjunções conclusivo-explicativas e como reforços adverbiais conclusivo-explicativos (1.24.8, 2.3.18, 3.37.53, 3.32.24). Na LRR, **pero** ocorre como conjunção adversativa e **porem** como reforço adverbial conclusivo, precedido da conjunção **e** (cap. XIII, l. 47-9, cap. VIII, l. 28-30). Na CDP, **pero** e **porem** são conjunções adversativas (cap. XXXI, l. 81-4, cap. XXXII, l. 34-8), embora **porem** ocorra ainda como reforço adverbial explicativo, precedido da conjunção **e** (cap. XIX, l. 97-9). Nas obras de João de Barros, séc. XVI, **pero** e **porem** funcionam como conectores adversativos (DVV, p. 439, l. 24-5 e p. 450, l. 12-5), embora **pero** ocorra também como conjunção explicativa (DLNL, p. 391, l. 13-7) e

porém, como reforço adverbial explicativo (DVV, p. 445, l. 09-12). Tudo indica que, a partir do séc. XVI, **peró** deixou de ser empregado como um item conjuncional conclusivo-explicativo; no FR, texto do séc. XIII, ocorre com valor causal, precedido do encadeador **ca** (liv. IV, l. 1849-51); **pero** e a variante **empero** ocorrem, ainda no português arcaico, como conjunção concessiva, em posição interfrástica, introduzindo orações com verbos no subjuntivo (FR, liv. I, 1743-6); **empero** concessivo pode também ocorrer em posição inicial no período (FR, liv. III, l. 853-6).

pero que (de **pero** + conj. **que**); conj. sub. causal; sécs XIII, XIV, XV, XVI. Ocorre, nos sécs. XIII, XIV e XV, em posição interfrástica, introduzindo orações com verbos no indicativo (FR, liv. III, l. 1282-5), em posição inicial (FR, liv. IV, l. 468-73) ou precedida do encadeador **e** (CDP, cap. VI, l. 14-7). Ocorre ainda com valor concessivo, apresentando as variantes **pero que** ~ **em pero que** ~ **empero que**; liga orações com verbos no subjuntivo (FR, liv. II, l. 27-30): **empero que** ocorre em posição inicial no período (FR, liv.III, l. 42-4); **peró que** ocorre, no séc. XVI precedido do encadeador **e** (DVV, p. 435, l. 05-8) ou em posição inicial no período, mas com valor semântico final (C, 1ª parte, l. 01-6). Parece ter caído em desuso na segunda metade do séc. XVI, pois não ocorre mais, em textos do século seguinte.

pior... que (do adj. **peor,** do lat. **pejore-,** + conj. **que**); corr. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes **pior... ca ~ peyor ca** (Dem., cap. XDVIII, l. 09-12). No séc. XVI, ocorre a forma **pior... do que** (CDJ III, XXII, l. 142-5) conservada no português contemporâneo, ao lado de **pior... que** ~ **pior... de que**.

pois (do adv. pop. lat. **poste**, empregado por **postius** ou **postea**, ou de **post**- Carolina Michaëlis de Vasconcelos, 1990:69); conj. coord. explicativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre, no português arcaico, ligando orações independentes com verbos no indicativo (Dem., cap. LXIII, l. 04-6) e como encadeador da narrativa, indicando a transição para um novo bloco de idéias (CDP, cap. IV, l. 01-2). Apresenta a variante **poys.** Além do valor semântico explicativo, a conjunção **pois,** etimologicamente uma conjunção temporal, aparece como conjunção temporal (Dem., cap. DCLXIX), (CC., fol. 11v, l. 02-5), causal (DSG, 1.22.8), concessiva (LRR, cap. VIII, l. 43-5) e conclusiva, já na posição pós-verbal (Dem., cap. DCLXIX, l. 16-8); ocorre, no séc. XVII, ainda como encadeador da narrativa (S4ªfC, I, l. 401-3). No português contemporâneo, **pois** ocorre como conjunção explicativa ou conclusiva. No

português falado de Portugal, seu emprego é abundante como marcador conversacional (PF, inf. 0091).

pois que (de **pois** + conj. **que**) 'já que'; conj. sub. causal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII. Apresenta no português arcaico, as variantes **poys que** ~ **pois que** ~ **poisque** e aparece, em posição interfrástica, introduzindo orações com verbos no indicativo (Dem., cap. LXXXII, l. 31-01), em posição inicial, no período (FR, liv. l. 505-8) ou precedido do encadeador **e** (FR, liv. IV, l. 452-3); estabelece ainda, no português arcaico, relação de tempo, apresentando, além das já citadas, as variantes **despoys que** ~ **despois que** ~ **depois que** ~ **de pois que**. Como temporal, ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo ou subjuntivo (Dem., cap. CCXLVI, l. 09-12) (FR, liv. IV, l. 832-3), em posição inicial no período (FR, liv. I, l. 635-8) ou precedida dos encadeadores **e** ou **ca** (LRR, cap. XII, l. 28-30) (FR, liv. IV, l. 1178-9) (CC, fol. 14, l. 04-6). **Pois que** parece ter sido empregada, assim como **pois**, com valor temporal, até o séc. XV, permanecendo, contudo, a variante **depois que**. Como conjunção causal ocorre ainda no séc. XVII (CVM, LXXX, l. 56-61). No português contemporâneo **depois que** é uma conjunção subordinativa temporal, enquanto **pois**, pode ser subordinativa causal ou coordenativa explicativa; a variante **pois que** é também usada, em menor escala, como conjunção causal. **Pois** é também um marcador discursivo de uso freqüente no português de Portugal.

por conseguinte (da prep. **por**, da prep. lat. **per** + **conseguinte**, da prep. **com**, + **seguinte**, part. pres. do v. **seguir**); conj. coord. conclusiva; sécs. XVI, XVII, XX. Ocorre, esporadicamente, em textos do séc. XVI, como reforço adverbial, precedido da conjunção **e** (DVV, p. 415, l. 11-6), o que parece indicar ter o seu emprego tido início nessa época. Ocorre, também, esporadicamente, na língua falada de Portugal (PF, inf. 0633, l. 45-6). Seu emprego parece ser mais freqüente na modalidade escrita da língua.

porem (da prep. lat. **per** + **en**, forma apocopada do adv. lat. **ende**); conj. coord. adversativa; sécs XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes **porende** ~ **poren** ~ **porém** ~ **pere◕** ~ **pore◕** e liga sintagmas (CDP, cap. XXXI, l. 81-4), sentenças independentes com verbos no indicativo (Dem., cap. DCLVI, l. 15-8) ou no subjuntivo (Dem., cap. CCCXXIII, l. 19-22): ocorre também como encadeador da narrativa (DVV, p. 439, l. 24-5); no português contemporâneo, difere da conjunção adversativa **mas**, quanto à distribuição: **mas** ocupa sempre a posição inicial na sentença, enquanto **porém** pode ocupar ou não a posição inicial; nos textos arcaicos, **porem** ocupa sempre a posição inicial no período.

Ocorre, ainda, no português arcaico estabelecendo uma relação explicativa (DSG 1.24.8) (CDP: cap XIX, l. 97-9) e conclusiva (FR, liv. II, l.1943-7). Como conjunção explicativa ou conclusiva liga sentenças independentes com verbos no indicativo (FR, liv. II, l. 1943-7), podendo ocupar a posição inicial no período (DSG, 3.34.27) ou vir precedida da conjunção **e**, funcionando como elemento de natureza adverbial (FR, liv. IV, l. 1155-6). No séc XVI, já ocorre em posição pós-verbal (CT, CXLI, l. 18-20), mas é ainda empregada como reforço adverbial (GLP, l. 225-7). No séc. XVII, **porem** ocorre exclusivamente como conjunção adversativa, podendo ser empregada em posição inicial na sentença (SS, l. 657-60) ou em posição pós-verbal (CVM, CLXXX, l. 43-4). No português contemporâneo, especialmente na língua falada, **porem** é uma conjunção bem menos empregada que a conjunção **mas**, ocorrendo, quase sempre, em posição inicial na sentença. Em posiçào pós-verbal é mais utilizada em textos de teor literário. **Por, porem** e **porende** ocorrem também como advérbios, no FR, em diferente distribuição: e **porem,** em posição pós-verbal (liv. IV, l. 294-2; liv. IV, l. 1117-8), **porende**, em posição pré-verbal (liv. IV, 1870-2). O valor adversativo do item **porem** parece ter-se firmado a partir do séc. XVI. No séc. XV, a forma **porem** já é a mais usada, sendo, contudo, as duas formas ainda usadas em contextos similares. No séc. XVI, **porém** ocorre ainda precedida da conjunção **e** (DCJ III, l. 01-7), funcionando como reforço adverbial.

por isso (da prep. **por,** da prep. lat. **per** + dem. **isso,** do dem. lat. **ipsu-**); conj. coord. conclusiva; sécs. XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes **por esto** ~ **por esso** ~ **por aquesto**, e ocorre, nos sécs. XIII, XIV e XV, como reforço adverbial, precedida das conjunções **e**, **ca** (FR, liv. II, l. 36) (Dem., cap XXI, l.32-3) ou até mesmo da conjunção explicativa **porem** (Dem., cap. XLIV, l. 28-30), distribuição observada também em textos do séc. XVI (CT, CXXXV, l. 05-7). Apresenta, com freqüência, no português falado do Brasil, a variante **por isso que** (Re, inf. 090, l. 601-3) (POA, inf. 144, l. 316-21) às vezes intensificada pelo advérbio **mesmo**: **por isso mesmo que** (POA, inf. 133, l. 186-90).

por mais... que - 'ainda que'; conj. sub. concessiva; séc. XVI. Ocorre introduzindo sentenças com verbos no indicativo (CIL, XLII, l. 10-3); apresenta, no séc. XVII, a forma já gramaticalizada **por mais que** (CVB, CCIII, l. 01-6) (CVM, LXXXVIII, l. 03-8).

porquanto (de **por** + **quanto** do lat. **quantu-**) 'uma vez que'**;** conj. sub. causal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes gráficas **quanto** ~ **por quanto** ~ **por quãto** e ocorre

em posição interfrástica, introduzindo orações com verbos no indicativo (Dem., cap. XLV, l. 08-9), em posição inicial no período (CDP, cap. III, l. 10-4) ou precedida do encadeador **e** (CDP, cap. XXVIII, l. 55-7). Ocorre, no séc. XVI, ainda na forma não gramaticalizada, ao nível da escrita, **por quanto** (CDJ III, XV, l. 146-51) (CIDL, XXI, l. 05-8); no séc. XVII já é empregada com a forma atual (CVM, LXIX, l. 138-40 e 62-4); ocorre, esporadicamente, na língua falada (SP, inf. 295, l. 67-73), sendo seu emprego mais freqüente em textos do registro formal escrito.

porque (da prep. **por,** do lat. **pro,** + conj. **que**); conj. sub. causal; sécs XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes **por que** ~ **per que** ~ **perque** e ocorre em posição interfrástica, ligando orações com verbos no indicativo, ou em posição inicial, no período (FR, cap. I, l. 18-20) (CDP, cap. XLIV, l. 03-5); ocorre, ainda, precedida do encadeador **e** (FR, liv. I, l. 291-4). Como encadeador da narrativa, aparece no DVV, texto do séc. XVI (p. 428, l. 10-5); as variantes **per que** e **perque** se encontram, apenas em posição interfrástica, no FR, texto do séc. XIII (liv. IV, l. 698-700 e liv. II, l. 132-6). É ainda empregada como conjunção final, até o séc. XVI, introduzindo orações com verbos no subjuntivo (CDJ III, XIII, l. 70-2) (CT, CXXIV, l. 11-3). É, atualmente, a conjunção causal mais empregada na língua falada ou na língua escrita. No português falado do Brasil é freqüentemente intensificada pelos advérbios **mesmo**, **também**, **principalmente**, **até** = **mesmo** (SP, inf. 295, l. 268-70) (SP, inf. 295, l. 74-7) (SP, inf. 186, l. 667-70) (PF, 0129, l. 53-5).

portanto (da prep. **por,** do lat. **per**, + **tanto**, do lat. **tantu-**); conj. coord. conclusiva; sécs XIV, XV, XVI, XVII, XX. Empregada, no português arcaico em posição inicial no período (DSG, 1.8.30) o que se repete, também, em textos do séc. XVI (DVV, p. 456, l. 06-12). Ainda no português arcaico, ocorre como reforço adverbial, precedida da conjunção **e** (DSG, 2.3.50) ou no interior de um enunciado explicativo iniciado por **ca** (DSG, 4.40.16). Como conjunção, introduz sentenças com verbos no indicativo. Nos DSG, (4.33.19-20) aparece precedida do **mais** adversativo, equivalendo a **'não por isso'** ou **'mas apesar disso'**. No séc. XVI, é empregada como reforço adverbial (CDJ III, XIII, l. 33-5 e XVI, l. 11-4) e já como conjunção conclusiva (GLP, l. 836-8). É a conjunção conclusiva mais empregada na língua falada (SP, inf. 287, l. 168-72), especialmente em Portugal, onde ocorre como conjunção (PF, inf. 0129, l. 18-22) e como reforço adverbial (PF, inf. 0029, l. 44-6 e 0633, l. 10-2), sendo ainda um marcador conversacional muitíssimo freqüente (PF, inf. 0029, 0093, 0457, 1308). Ocorre ainda no português falado de Portugal, constituindo a correlação consecutiva **portanto que... que** (PF, inf. 0262, l. 15-7).

portanto que... que- (das conjunções **portanto** e **que**); corr. conj. consecutiva ‘tanto que’; séc. XX. Parece tratar-se de uma forma análoga à correlação **tanto... que**, de idêntico valor semântico.

posto que (do part. pass. do v. **por** + conj. **que**); conj. sub. concessiva sécs. XV, XVI, XVII, XX e causal, sécs. XVII, XX. Como concessiva ocorre, exclusivamente, em posição interfrástica, introduzindo orações com verbos no subjuntivo (CDP, cap. XXIX, l. 55-60) (DLNL, p. 394, l. 16-7). Não foi documentada em textos anteriores ao séc. XV. No séc. XVI, ocorre sempre precedida do encadeador **e** (CDJ III, l.133-7). No séc. XVII, ocorre como concessiva e causal. Como concessiva é empregada em posição interfrástica iniciando sentenças com verbos no subjuntivo (SS, l. 461-7) ou precedida do encadeador **e** (SS, l. 548-51) (CVB, CLXXXV, l. 01-5). Como conjunção causal, inicia orações com verbos no indicativo ou ocorre precedida do encadeador **e** (CVB, CXCI, l. 55-60). É empregada, no português contemporâneo, exclusivamente como concessiva; seu emprego restringe-se à língua escrita.

primeiro que (do num. **primeiro,** do lat. **primariu,** + conj. **que**), ‘antes que’; conj. sub. temporal; séc. XVI, (XVII), XX. Ocorre uma única vez no DVV (p. 443, l. 06-10), o que permite supor que o seu emprego teve início nesse século. Não aparece nos elencos das conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos. É, entretnto, bastante empregado no português falado do Brasil, especialmente no registro popular.

quando (do adv. lat. **quando**); conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre em posição interfrástica, em posição inicial no período ou precedida do encadeador **e,** sempre introduzindo orações com verbos no indicativo ou subjuntivo (Dem., cap. XXIII, l. 25-7) (FR, liv. IV, l. 404-5) (DSG:1.1.17-19); apresenta, no séc.XIII, a variante **cande** (Dem., cap. DCXVIII, l. 05-09) e no séc. XVI, as variantes **cando** (CDJ III, l. 30-4), **quãdo** (CIL, XIII, l. 15-7) e **quamdo** (CT, CXLI, l. 32-5). Ocorre, no séc. XVII, uma única vez, com valor concessivo (CVM, LXXX, l. 219-21). É de uso freqüente na língua escrita e na língua falada, quer em Portugal, quer no Brasil.

quando... quando - ‘ora... ora’; corr. coord. alternativa; sécs. XIII, XV. Ocorre na Dem., (cap. L, l. 8-9) e na CC (fol. 1v, l. 24-6).

quantos... que (plural de **quanto**, + conj. **que**); corr. sub. consecutiva; séc. XV. Foi documentada apenas uma vez, na CDP (cap. XXXIV, l. 28-9), ligando sentenças com verbos no indicativo.

quanto... tanto (de **quanto**, do lat. **quantu-**, correlacionado a **tanto**, do lat. **tantu-**); corr. sub. proporcional; séc. XIII. É encontrada na Dem. (cap. DCXXXII, l. 28-31). Apresenta no séc. XVI, as variantes: **quanto... tanto,** e **quanto... mais... tanto mais** (DVV, p. 461, l. 14-5 e p. 430, l. 3-6) ao lado da forma já existente no séc. XIII (DVV, p. 436, l. 16-23). Nos DSG (séc. XIV), foram documentadas as correlações: **quanto... mais... tanto mais** (1.1.19), **quanto...mais... tanto...meos** (1.1.19), **tan... mais pouco... quanto moor** (1.1.19), **quanto mais... tanto mais pouco** (1.1.20), **quanto mais... tanto... mais** (1.12.15), **quanto... mais... tanto... meor** (1.12.15). Essas correlações apresentam a possibilidade de inserção de itens lexicais entre os seus termos o que indica a não-gramaticalização dessas formas, no século XIV. Algumas dessas correlações proporcionais não se mantiveram no português contemporâneo que emprega, com valor proporcional, as correlações seguintes: **quanto mais... mais**, **quanto mais... tanto mais**, **quanto mais... menos**, **quanto mais...tanto menos**, **quanto menos... menos**, **quanto menos... tanto menos**, **quanto menos... mais**, **quanto menos... tanto mais.** Nos textos do séc. XVI, já se encontra a correlação **tãto... quãto** alternando com **quãto... tãto** (CIDL, XXVI, l. 06-7 e XLI, l. 03-4) e as correlações **quãto mays... tanto menos** e **quanto... mais... tãto mais** (CJ, LXXXIV, l. 30-1 e XCIX, l. 09-11). A correlação **quanto...tanto** ocorre ainda no séc. XVII (S4ªfC, III, l. 301-3), ao lado da variante **quanto mais... tanto... mais** (CVB, CCLXXXIV, l. 20-4).

que (do lat. **quia,** ou **quam**); conj. coordenativa aditiva; sécs XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XX. No português arcaico, liga orações independentes com verbos no indicativo (Dem. cap. LXIII, l.21-3) ou orações subordinadas com verbos no subjuntivo (FR, liv. IV, l. 110-2); é ainda empregada como encadeador da narrativa (CDP, cap. XVII, l. 141-6). **Que** é uma conjunção multifuncional, no português arcaico, ocorrendo ainda como subordinativa causal (Dem, cap. CCL, l. 15-6), comparativa (Dem. cap. XIX, l. 21-5), modal (FR, liv. IV, l. 1053-5), final (DVV, p. 415, l. 4-6) (CIL, VII,l.14-6), concessiva (Dem, cap. XLV, l. 4-6), condicional (FR, liv. III, l. 61-4), temporal (Dem, cap. DCLXXXIX, l. 02-3) (CC, fol. 1, l. 29-31), integrante (FR, liv. I, l. 1131-5) e como segundo termo de correlações comparativas (**mais...que**, **menos... que**) e consecutivas (**tanto... que**, **tal... que**). Repetida, parece constituir uma correlação alternativa **que... que** (Dem, cap. DXXII, l. 8-11). Como conjunção causal, introduz orações com verbos no indicativo. Como

condicional e concessiva introduz orações com verbos no subjuntivo. Como conjunção comparativa, equivalendo a **como**, o **que** não é mais empregado no português contemporâneo. Como conjunção temporal ocorre apenas nos sécs. XIII e XV, ligando orações com verbos no indicativo. Como final, é empregada até o séc. XVII (CVB, CLXXXIV, l. 14-7). No séc. XVI, a conjunção **que** é muito empregada como conjunção explicativa, equivalendo a **pois** (CDJ III, VI, l. 192-8), (CM, CLXIV, l. 05-6), (CJ, XC, l. 28-31) o que ocorre também no séc. XVII (S4ªfC, I, l. 47-8). Aparece em *Os Lusíadas*, seguido do **pois** e, conforme explica Dias (1972:78) tem quase o sentido de **pois que**. Trata-se segundo o autor, de uma combinação antiquada que parece corresponder ao **quod quia** ou **quod quoniam** dos latinos, equivalente a **'e pois'** ou **'ora pois'**, em que o **pois** tem o valor de **porque**. Também em *Os Lusíadas* ocorre como encadeador da narrativa, equivalendo ao **nam**, latino, e serve para introduzir em novo período, o desenvolvimento do pensamento apresentado no período ou parágrafo anterior. A conjunção **que** ocorre ainda, no português contemporâneo, como aditiva, causal, integrante e como segundo termo de correlações comparativas e consecutivas. Como aditiva, ocorre, com freqüência na língua falada (POA, inf. 044, l. 260-2), podendo também ser empregada como temporal (POA, inf. 044, l. 418-22).

que... que - (da repetição da conj. **que**); corr. coord. alternativa 'ou... ou'; ocorre uma única vez na Dem., (cap. DXXII, l. 08-11); séc. XIII. Pode tratar-se de uma correlação constituída pela repetição da conj. **que** ou da correlação **quer... quer**, grafada sem o **r**, por um lapso do copista.

quer... quer - 'ou... ou'; corr. coord. aditiva; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, a variante **que... que** (Dem., cap. DXXII, l. 08-11); ocorre no séc. XIII, alternando mais de dois sintagmas (FR, liv. III, l. 1013-24). As formas **que... que,** pode ser explicada por lapso do copista (esquecimento de grafar o **r**) ou como o emprego da conjunção **que,** também estabelecendo uma relação de alternância. A correlação **quer... quer** introduz sentenças com verbos no subjuntivo ou em formas nominais e possui, nitidamente, um valor subordinativo concessivo-condicional; talvez por esse motivo, Almeida (1978:357) a considere uma conjunção concessiva.

salvo que (de **salvo** + conj. **que**); conj. sub. condicional; sécs. XIII, XIV, XV. Ocorre apenas em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no subjuntivo (FR, liv. II, l. 950-3) (CDP, cap. XVI, l. 18-20). Parece ter caído em desuso, no séc. XVI.

salvo se (do part. pass. do v. **salvar** + conj. **se**); conj. sub. condicional; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no subjuntivo (FR, liv. IV, l. 1078-8); apresenta a variante **salvo sse** (CDP, cap. VI, l. 77-80); é ainda empregada no português contemporâneo, quer na língua escrita, quer na língua falada.

scilicet (do lat. **scilicet**) 'isto é'; conj. coord. explicativa; sécs. XIII, (XIV), XV. Foi documentada, apenas, na CDP, documento do séc XV (cap. XVI, l. 37-9, cap. XXVIII, l. 6-10). Alguns gramáticos da língua portuguesa consideram, **'isto é'**, uma conjunção explicativa. A N.G.B. classifica essa locução como "expressão denotativa de explicação".

se (da conj. lat. **si**, tornado **se**, devido ao uso proclítico da palavra); conj. sub. condicional e integrante; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre em posição interfrástica, inicial ou precedida do encadeador **e,** introduzindo sentenças com verbos no indicativo ou subjuntivo (LRR, l. 34-6) (DVV, p. 418, l. 25-6) (FR, liv. III, l. 285-7). É a conjunção condicional mais utilizada no português arcaico; ocorre ainda como conjunção integrante, precedida por sentenças de valor negativo ou construídas com verbos de inquirição (CVB, CCLXXXIII, l. 28-33). É bastante empregada no português contemporâneo falado ou escrito, quer como integrante, quer como condicional.

se bem (de **se** + adv. **bem**, do lat. **bene-**) 'contudo'; conj. coord. adversativa; séc. XVII. Ocorre nas CVM, (CLXXXI, l. 29-32). Já não existe no português contemporâneo.

se bem que (da conj. adv. **se bem +** conj. **que**) 'ainda que', conj. sub. concessiva; séc. XX. Ocorre nos diálogos do Projeto NURC/RJ, Re, SSA.

segundo (do lat. **secundu-**) 'como', 'conforme'; conj. sub. conformativa; sécs. XV, XVI, XVII, XX. Ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo; apresenta, nos sécs. XIII, XIV e XV, as variantes **segundo que ~ segundo como ~ segundo en como** que ocorrem, unicamente, em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo ou no subjuntivo (FR, liv. IV, l. 1237-41 e liv. III, l. 589-92). Nessas formas, anteriores à forma **segundo**, a palavra **segundo,** uma preposição, aparece reforçada por uma conjunção subordinativa **que** ou **como**, o que pode ser explicado como uma fase de transição em que há a necessidade de marcar o caráter subordinativo da conjunção para distingui-la da preposição. A partir do séc. XVI, **segundo** assume, definitivamente, a

forma que conserva ainda no português contemporâneo (CR, LXXI, l. 02-3).

segundo como... assi - ‘assim como... assim também’; corr. sub. modal; séc. XIV. Ocorre uma única vez precedida do encadeador **ca**, (DSG: 1. 11.14), iniciando orações com verbos no indicativo.

sem que (de **sem**, do lat. **si→ne→** + conj. **que**); conj. sub. modal; séc. XVII. Ocorre nas CVB, (CCIII, l. 01-6), iniciando orações com verbos no subjuntivo. No português contemporâneo, é empregada como conjunção modal ou condicional.

sem... que - ‘sem... senão’; corr. coord. adversativa; séc. XVII. Ocorre na CVB, (CCLXXXIII, l. 23-5). Já não ocorre no português contemporâneo.

sendo que (do gerúndio do v. **ser** + conj. **que**); conj. coord. adversativa e sub. causal; séc. XVII, XX. É encontrada nas CVB, (CXCII, l. 83-7) e nas CVM, (LXIV, l. 502-7), iniciando orações com verbos no indicativo. Apresenta ainda, no séc. XVII, a variante não gramaticalizada **sendo... que** (CVB, CXCIX, l. 49-52). Não é citada pelos gramáticos contemporâneos, mas é muito empregada na língua falada do Brasil, quer como conjunção adversativa, quer como conjunção aditiva.

senon... se (de **senon** + conj. **se)**, ‘a não ser que’; conj. sub. condicional; séc. XIII. Ocorre uma única vez no FR (liv. II, l. 408-10), na forma ainda não gramaticalizada; é uma condicional negativa e inicia uma sentença com verbo no subjuntivo.

sol que (do lat. **sole** por **solum** + conj. **que**); conj. sub. concessiva e temporal; sécs. XIII, XIV. Ocorre em posição interfrástica e quando concessiva, introduz orações com verbos no subjuntivo (FR, liv. IV, l. 1110-3); quando temporal pode iniciar orações com verbos no indicativo (DSG: 4.23.4) e ocorrer ainda em posição inicial ou precedida do encadeador **e** (DSG: 4.25.13 e 3.21.5). Parece ter desaparecido no séc. XIV, pois não foi documentada em textos posteriores a esse século.

somente (do adv. **só,** do lat. **solu-,** + subs. **mente,** do lat. **mente-**) ‘mas’; conj. coord. adversativa; sécs. XVI, (XVII), XX. Ocorre na CJ, (CXIX, l. 44-6), e na C (1ª parte: Material, l. 01-6). É ainda empregada no português falado contemporâneo.

suposto que (part. pass. do v. **supor** + conj. **que**); conj. sub. concessiva; séc. XVII. Ocorre em posição inicial no período (SS, l. 320-3); apresenta a variante **suposto**, que ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no subjuntivo (CVB, CCLXXXIII, l. 28-33); já não é empregada no português contemporâneo, com valor concessivo, mas condicional.

tal... como (de **tal**, do lat. **tale-** + conj. **como**, do lat. **quo➲mo→do);** corr. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as varaintes: **tall como** ~ **ataes... coma** ~ **taes como** ~ **taees... como** (FR, liv. II, l. 943-7) (Dem., cap. XXVIII, l. 08-9). A forma **tal**, também empregada com variação de número, é classificada pelos gramáticos tradicionais da língua portuguesa, como um demonstrativo. Alguns estudiosos da língua espanhola atribuem-lhe diferentes valores. Menéndez Pidal, Garcia de Diego, Hernandez Alonso e F. Marcos (apud. Jimenez, 1978:29-30) classificam-na como pronome. A forma gramaticalizada **tal como** possui um valor semântico modal; ocorre no séc. XV (CDP, cap. CXIII, l. 46-50) e é ainda empregada no português contemporâneo. Combinada com o pronome relativo **qual**, a forma **tal**, constitui a correlação subordinativa comparativa **tal... qual**, empregada desde o séc. XIII (Dem., cap. CVIII, l. 26-8). **Tal qual** e sua variante **tal... qual** estabelecem correlações cuja relação varia entre a comparativa e a relativa- comparativa.

tal... que (de **tal** + conj. **que**); corr. sub. consecutiva; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico e mesmo no séc. XVI, as variantes gráficas **tal... que**/ **tall... que**/ **taes... que** (FR, liv. III, l. 535-7) (Dem., cap. DCXLIX, l. 23-5) (CDJ III, l. 75-7).

tamanhas... como (de **tamanhas,** do lat. **tam magnas,** + conj. **como**) 'tão grandes... como'; corr. conj. comparativa; séc. XVII. Ocorre nas CVM, (LXV, l. 390-1), ligando orações com verbos no indicativo. Já não é empregada no português contemporâneo.

tamanho... que (de **tamanho**, do lat. **tam magnu -,** + conj. **que**); corr. sub. consecutiva; sécs. XIV, XV, XVI, XVII, XX. Correlaciona sentenças com verbos no indicativo ou subjuntivo e é ainda bastante empregada no português contemporâneo (LRR, cap. I, l.26-30) (CDP, cap. XII, l. 35-8) (CDJ III, XXII, l. 142-5).

também... como (de **também,** dos adv. lat. **tam** + **bene** correlacionado à conj. **como),** 'não só... mas também'; corr. coord. aditiva; sécs. XIII, XIV,

XV. Apresenta as variantes **tãben... come** ~ **♦♋■♌♏☽... come** ~ **tan ♌♏☽... come** ~ **tanben... come** ~ **tambem... como** (FR, liv. IV, l. 1218-23) (FR, liv. I, l. 354-60) (CDP, cap. XXX, l. 61-3); liga sentenças com verbos no indicativo. Parece ter caído em desuso no séc. XV, pois não ocorre em textos posteriores a essa época.

tanto assim que (do indef. **tanto** + adv. **assim** + conj. **que**); conj. sub. modal; séc. XX. Ocorre na língua falada do Brasil (Re, inf. 210, l. 666-9), ligando sentenças com verbos no indicativo.

tanto... como (do indef. **tanto** + conj. **como**); corr. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes **tãto... como** ~ **tanto... come** ~ **tanta... como** (FR, liv. III, l. 759-72). A forma **tanto** é classificada pelos gramáticos contemporâneos da língua portuguesa, como pronome indefinido. Estudiosos da língua espanhola têm atribuído a essa forma, valores diversos, do mesmo modo que a forma **tal**. Menéndez Pidal classifica-a de adjetivo indefinido, o mesmo fazendo Garcia de Diego (*apud* Jimenez, 1978:30). Para Fernando Ramirez, **tanto** e **tal** são pronomes demonstrativos (*apud* Jimenez, ibd:31). **Tanto** e suas flexões funcionam como intensificadores do núcleo de SNs (DVV, p. 421, l. 16-9) (CDP, cap. VIII, l. 15-20). A forma neutra **tanto** tem valor adverbial e funciona como modificador da forma verbal (Dem., cap. CCLXXV, l. 3-4). Precedendo adjetivos ou advérbios, o advérbio **tanto** assume a forma apocopada **tão**, constituindo a correlação **tão... como** que, no português arcaico, apresenta as variantes: **tan... come ~ tã... come** ~ **tam... como** (LRR, cap. III, l. 50-3) (CDP, cap. XV, l. 19-23). A variante **tam... como** é encontrada ainda no séc. XVI (CIDL, XX, l. 06-9). Também no séc. XVI, a correlação **tanto... como** ocorre com o primeiro termo repetido, correlacionando mais de dois elementos (CM, CLXX, l. 01-4). No séc. XVI, ocorre a correlação **tanto... como se** em que o segundo termo é a conjunção comparativa hipotética (CJ, CXXXV, l. 15-7). A partir do séc. XVII, essa correlação é empregada exclusivamente na forma **tanto... como** do português contemporâneo; é usada, com freqüência, na língua escrita ou falada.

tanto... qua (do indef. **tanto** + conj. **qua**, com redução do ditongo de **quia**) 'tanto... como'; corr. sub. comparativa; séc. XVI. Ocorre na CT, (CXXXVI, l. 13-5), ligando sentenças com verbos no subjuntivo.

tanto... quanto (do indef. **tanto** + indef. **quanto**); corr. sub. comparativa; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, as variantes: **tãto... quanto** ~ **tanto... quanto**/, (FR, liv. I, l. 481-2) (DVV, p.

440, l. 21-2). O português arcaico e o contemporâneo coincidem quanto ao emprego e à distribuição dos termos dessa correlação. Há ainda coincidência no modo do verbo da sentença correlacionada que pode ser o indicativo ou subjuntivo, dependendo do modo e do tempo em que se encontra o verbo da sentença subordinante. Precedendo adjetivos ou advérbios, **tanto** assume a forma apocopada **tão**; grafada **tam**, no português arcaico; dá-se, por vezes, nos textos dos séculos XIII e XIV a apócope nas duas formas: **tam... quam** (Dem., cap. LX, l. 20-3) o que também está documentado em textos do séc. XVII (CVB, CCVIII, l. 31-6). É ainda empregada no português contemporâneo.

tanto que (de **tanto** + conj. **que**), 'logo que'; conj. sub. temporal; sécs. XIII, XIV, XV, XVI, XVII. Apresenta no séc. XIII, a variante **tanto... que** (Dem., cap. LXXXIII, l. 05); ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo ou subjuntivo (Dem., cap. IV, l. 17-8), no início do período (Dem., cap. XLV, l. 13-4) ou precedida dos encadeadores **e** ou **mas** (Dem., cap. LXVIII, l. 13-5) (LRR, cap. I, l. 11). De emprego bem mais freqüente do que a conj. **logo que**, no português arcaico, ocorre, ainda, em textos dos séculos XVI e XVII (CIL, XLVI, l. 45-6) (CJ, CXXXIX, l. 39-47) (S4ªfC, I, l. 343-41), apresentando, no séc. XVI, a variante **e↓ tanto que** (CJ, CIII, l. 23-5), podendo ocorrer também precedida do encadeador **peró** (DVV, p. 424, l. 15-7). No século XVII, ocorre, uma única vez, com valor condicional (CVM, LV, l. 183-6).

tanto... que (do indef. **tanto** + conj. **que**); corr. sub. consecutiva; sécs. XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre na LRR, (cap. IV, l. 10-2) e no DVV, p. 430, l. 06-8). Precedendo advérbios ou adjetivos o intensificador **tanto** apresenta-se na forma apocopada **tão**, que no português arcaico, é grafada: **tam** ~ **tã** ~ **atam** (FR, liv. II, l. 101-5) (LRR, cap. XI, l. 16-7) (CDJ III, XI, l. 17-8) (SS, l. 660-2).

tão... como (da forma apocapada de **tanto** + conj. **como**); corr. sub. comparativa; sécs. XIV, XV, XVI, XVII, XX. Ocorre na LRR (cap. III, l. 50-3), na CDP (cap. XV, l. 19-23) e é ainda empregada no português contemporâneo. Apresenta, no séc. XVII, a variante ***tão... qual*** que ocorre nas CVB, (CCXLVI, l. 49-54), ligando orações com verbos no indicativo e já não é empregada no português contemporâneo.

toda... que (do indef. **toda,** do lat. **tota-** + conj. **que**); corr. sub. consecutiva; sécs. XIII, XIV. Ocorre na Dem., (cap. XXXV, l. 54-6) e na LRR, (cap. III, l. 20-1). Parece ter caído em desuso no séc. XIV, pois não foi encontrada em obras posteriores a esse século.

todavia (de **toda**, do lat. **tuta-** + **via,** do lat**. via**); conj. coord. adversativa; séc. XV, XVI, XVII, XX. Apresenta, no português arcaico, a variante **toda via** que ocorre como reforço adverbial adversativo, precedida da preposição **e,** significando 'sempre', 'constantemente', 'de toda maneira' (Dem. cap. DLXX, l. 25-8); na forma gramaticalizada **todavia** ocorre no séc. XIII, como advérbio, significando '**sempre**' (Dem., cap. CCCXCIX, l. 18-9) e, no séc. XV, como conjunção adversativa, com o valor de '**contudo**' (CDP, cap. XXXV, l. 36-9). Em textos do séc. XVI, apresenta as variantes: **toda vya ~ todavia**, funcionando como reforço adverbial (CDJIII, VI, l. 314-8) (CM, CLXV, l. 40-2), encadeador da narrativa (CM, CLXVI, l. 20-1), ou conjunção adversativa (CJ, LXXXIV, l. 01-4). Não é comum o seu emprego na língua falada, sendo o seu uso quase que restrito a textos de registro formal ou literário.

u (do adv. lat. **ubi,** '**quando**'); conj. sub. temporal; séc. XIII. Ocorre em posição interfrástica, iniciando orações com verbos no indicativo (Dem., cap. DCXCVII, l. 18-9) podendo também vir precedida do encadeador **e** (Dem., cap. DLXXIII, l. 16-8); originalmente um locativo '**lugar em que**', substituído mais tarde por **onde**, '**lugar de que**', **u** é empregado com transferência de sentido espacial para o temporal.[6]

uma vez que (do art. **uma** + subs. **vez** + conj. **que**); conj. sub. causal; séc. XX. Muito empregada no português contemporâneo falado ou escrito. Ocorre uma única vez no *corpus* em um diálogo do Projeto NURC/SP.

[6] No glossário não figura a conjunção **vel** que, como foi especificado anteriormente, não foi encontrada no *corpus.*